



EIA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL PORTO SUL

TOMO II - Volume 4
Diagnóstico Ambiental - Meio Socioeconômico

CONSÓRCIO
HYDROS

 **ORIENTA**

 **Derco**



EIA

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL PORTO SUL

TOMO II - Volume 4
Diagnóstico Ambiental - Meio Socioeconômico

CONSÓRCIO
HYDROS

ORIENTA

Derco

EIA
ESTUDO DE
IMPACTO
AMBIENTAL
PORTO SUL

TOMO II - Volume 4
Diagnóstico Ambiental - Meio Socioeconômico

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

DERBA - DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA

DIRETOR GERAL

Saulo Filinto Pontes de Souza

DIRETOR DE PROJETOS E PROGRAMAS ESPECIAIS

Anna Christina Cruz Dias

HYDROS ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Engº Silvio Humberto Vieira Regis

COORDENAÇÃO GERAL

Engº Ulysses Fontes Dias

Engº José Jaques Coelho

GERENTE DE CONTRATO

Geol. Sandro Luiz de Camargo

**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E RELATÓRIO DE IMPACTO
AMBIENTAL (RIMA) PARA IMPLANTAÇÃO DO PORTO SUL EM ILHÉUS**

TOMO II – DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

VOLUME 4 – DIAGNÓSTICO DO MEIO SOCIOECONÔMICO

SUMÁRIO GERAL DO EIA/RIMA

Tomo I – CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Tomo II – DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

- *Volumes 1 - Diagnóstico do Meio Físico*
- *Volumes 2 e 3 - Diagnóstico do Meio Biótico*
- *Volume 4 - Diagnóstico do Meio Socioeconômico*
- *Volume 5 - Anexos*

Tomo III – AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS

RIMA

VOLUME 4

SUMÁRIO

8.3	MEIO SOCIOECONÔMICO.....	8-1
8.3.1	<u>Metodologia Aplicada</u>	8-1
8.3.2	<u>População</u>	8-12
8.3.3	<u>Atividades Produtivas</u>	8-124
8.3.4	<u>Caracterização do Uso e Ocupação do Solo na Área de Influência do Porto Sul</u>	8-229
8.3.5	<u>Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico</u>	8-276

ANEXOS

8.1.1.4.1	Laudos Analíticos Água marinha
8.1.3.1.1	Mapa Geológico regional
8.1.3.1.2	Mapa Geológico da AID
8.1.3.2.1	Mapa Pedológico da ADA
8.1.3.2.2	Mapa Pedológico da AID
8.1.4.1.1	Mapa Planialtimétrico da ADA
8.1.5.5.1	Laudos Analíticos - Sedimentos
8.1.5.5.2	Laudos Analíticos – Água continental
8.1.5.5.3	Metodologia do Cálculo do IQA
8.1.7.4.1	Laudos Sedimentológicos
8.1.7.4.2	Laudos Geoquímicos
8.1.7.4.3	Sondagens Geotécnicas
8.1.8.2.1	Relatório Scott Wilson - modelagem morfodinâmica
8.1.8.3.1	Relatório Scott Wilson - modelagem da dispersão de sedimentos
8.2.2.1.1	Mapa de vegetação
8.2.3.2.1	Autorização - Ponta da Tulha, Aritaguá e Sema
8.2.4.1	Lista bruta de Ictiofauna
8.3.1.1	Ferramenta de Análise das Entrevistas
8.3.3.2.1	Áreas de Pesca
8.3.3.3.1	Territórios Pesqueiros
8.3.3.3.2	Esquema Áreas de Pesca

LISTA DE FIGURAS

Figura 8.3.1.4.1 - Entrevista com Dona Adriene Alves (72 anos), Moradora do Sítio Jequitibá.....	8-9
Figura 8.3.1.4.2 - Entrevista com Dona. Avany Dias (73 anos), Proprietária da Fazenda Olany	8-9
Figura 8.3.1.4.3 - Entrevista com o Sr. Santana, Administrador da Fazenda Rio Mar.....	8-9
Figura 8.3.1.4.4 - Entrevista com a Dona Onorina, da Fazenda Rio Mar.....	8-9
Figura 8.3.2.1.1 - Distribuição Regional da População.....	8-13
Figura 8.3.2.1.2 - Densidade Demográfica	8-14
Figura 8.3.2.3.1 - Pirâmide Etária - Uruçuca	8-19
Figura 8.3.2.3.2 - Pirâmide Etária de Coaraci	8-19
Figura 8.3.2.3.3 - Pirâmide Etária de Barro Preto.....	8-19
Figura 8.3.2.3.4 - Pirâmide Etária de Itacaré	8-19
Figura 8.3.2.3.5 - Pirâmide Etária de Itajuípe	8-19
Figura 8.3.2.3.6 - Pirâmide Etária de Ilhéus.....	8-19
Figura 8.3.2.3.7 - Pirâmide Etária de Itabuna	8-19
Figura 8.3.2.3.8 - Evolução Urbano Rural - Barro Preto	8-23
Figura 8.3.2.3.9 - Evolução Urbano Rural - Coaraci	8-23
Figura 8.3.2.3.10 - Evolução Urbano Rural - Itacaré.....	8-23
Figura 8.3.2.3.11 - Evolução Urbano Rural - Itajuípe.....	8-23
Figura 8.3.2.3.12 - Evolução Urbano Rural - Uruçuca	8-23
Figura 8.3.2.3.13 - Evolução Urbano Rural - Itabuna.....	8-23
Figura 8.3.2.3.14 - Evolução Urbano Rural - Ilhéus	8-23
Figura 8.3.2.4.1 - Fluxo de Migrantes Interestaduais (2000).....	8-24
Figura 8.3.2.5.1 - Vetores de Expansão no Sentido Ilhéus Itabuna	8-28
Figura 8.3.2.5.2 - Acampamento Novo Destino MTR - Ilhéus-Itabuna	8-29
Figura 8.3.2.5.3 - Acampamento de Trabalhadores Sem Terra (km 13).....	8-29
Figura 8.3.2.5.4 - Pressão de Expansão na ADA	8-30
Figura 8.3.2.5.5 - Vetores de Expansão - Ilhéus	8-31
Figura 8.3.2.5.6 - Nova Califórnia - Itabuna.....	8-32
Figura 8.3.2.6.1 - Causas de Mortalidade, Ilhéus, 2009.....	8-35
Figura 8.3.2.6.2 - Causas de Mortalidade, Itabuna, 2009.....	8-36
Figura 8.3.2.8.1 - Estrada entre Aritaguá e Vila Olímpio, Ilhéus, 2010	8-45
Figura 8.3.2.8.2 - Rodovias do Litoral Sul.....	8-48
Figura 8.3.2.8.3 - Rede Ferroviária Nacional.....	8-50
Figura 8.3.2.8.4 - Subsistema Nordeste do SIN	8-51
Figura 8.3.2.8.5 - Percentual de Pessoas com Acesso a Energia Elétrica (2000)	8-52
Figura 8.3.2.8.6 - Ponto de Captação para Abastecimento de Água de Itabuna - Castelo Novo, 2010	8-57
Figura 8.3.2.8.7 - Poço de Abastecimento de Água - Vila Olímpio	8-59
Figura 8.3.2.8.8 - Sistema de Abastecimento de Água	8-59
Figura 8.3.2.8.9 - Destinação do Lixo.....	8-60
Figura 8.3.2.8.10 - Ponto de Lixo Estrada de Sambaituba.....	8-61
Figura 8.3.2.8.11 - Detalhe Ponto de Lixo - Sambaituba.....	8-61
Figura 8.3.2.9.1 - Entrada do Lixão em Itariri	8-67
Figura 8.3.2.9.2 - Residência dos Catadores vizinhos ao Lixão de Itariri.....	8-67
Figura 8.3.2.9.3 - Residências em Bom Gosto - Itariri	8-68
Figura 8.3.2.9.4 - Vila Campinho.....	8-75
Figura 8.3.2.9.5 - Situação das Vias de Circulação - Sambaituba	8-77

Figura 8.3.2.9.6 -	Urucutuca - Habitações Precárias.....	8-78
Figura 8.3.2.9.7 -	Urucutuca - Vista Geral.....	8-78
Figura 8.3.2.9.8 -	Padrão de Urbanização Irregular	8-79
Figura 8.3.2.9.9 -	Ruas sem Calçamento.....	8-79
Figura 8.3.2.9.10 -	Perfil Geral das Propriedades ou Posses Existentes na ADA.....	8-82
Figura 8.3.2.10.1 -	Quilombo João Rodrigues	8-88
Figura 8.3.2.10.2 -	Quilombo de Fojo.....	8-88
Figura 8.3.2.10.3 -	Quilombo km 5 Itacaré.....	8-88
Figura 8.3.2.10.4 -	Porto de Traz: Canoas para Pesca Ribeirinha.....	8-88
Figura 8.3.2.10.5 -	Igreja Evangélica na Localidade de Itariri.....	8-89
Figura 8.3.2.10.6 -	Moradias de Padrão Inadequado no Assentamento Bom Gosto.....	8-89
Figura 8.3.2.11.1 -	Características das Organizações Sociais	8-89
Figura 8.3.2.12.1 -	Secretariado e Articulação na Formulação e Implementação de Políticas Públicas, Prefeitura de Ilhéus/BA.....	8-96
Figura 8.3.2.13.1 -	Pesquisa Realizada no Trabalho Interação Social Sobre as Considerações Favoráveis dos Entrevistados ao Empreendimento - CLIPS.....	8-115
Figura 8.3.2.13.2 -	Pesquisa Realizada no Trabalho Interação Social Sobre as Considerações Desfavoráveis dos Entrevistados ao Empreendimento - CLIPS	8-116
Figura 8.3.2.13.3 -	Sugestões de Fortalecimento para Receber o Empreendimento na Região....	8-117
Figura 8.3.2.13.4 -	Detalhamento do Desenvolvimento Econômico Recomendados para a Região.....	8-118
Figura 8.3.2.13.5 -	Detalhamento dos Serviços Básicos Recomendados para a Região.....	8-118
Figura 8.3.2.13.6 -	Esquema de Ações e Instâncias	8-123
Figura 8.3.2.13.7 -	Esquema de Articulações	8-123
Figura 8.3.3.1.1 -	Localização do Porto de Ilhéus e da Área do Porto Sul	8-124
Figura 8.3.3.1.2 -	Gráfico da Evolução da Carga Total Movimentada no Porto de Ilhéus 2000-2008.....	8-128
Figura 8.3.3.1.3 -	Evolução da Carga Movimentada	8-129
Figura 8.3.3.1.4 -	Gráfico da Evolução da Carga Movimentada por Sentido de Operação no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008	8-129
Figura 8.3.3.1.5 -	Gráfico da Evolução da Carga “Granéis Sólidos” Movimentada por Sentido de Operação no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008.....	8-130
Figura 8.3.3.1.6 -	Gráfico da Evolução da Carga Geral Solta Movimentada por Sentido de Operação no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008.....	8-131
Figura 8.3.3.1.7 -	Gráfico da Evolução da Carga em <i>Container</i> Movimentada por Sentido de Operação no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008	8-131
Figura 8.3.3.1.8 -	Gráfico da Evolução da Movimentação do Número de Embarcações e de Navios de Turismo no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008.....	8-132
Figura 8.3.3.2.1 -	Rede de Cerco para Pesca de Peixe	8-152
Figura 8.3.3.2.2 -	Pesca de Peixe com Tarrafa.....	8-152
Figura 8.3.3.2.3 -	Pesca de Peixe com Linha (e Anzol).....	8-153
Figura 8.3.3.2.4 -	Manzuá para Pesca de Peixes	8-153
Figura 8.3.3.2.5 -	Confecção de Siripóia para a Pesca de Siri	8-153
Figura 8.3.3.2.6 -	Jereré para Pesca de Camarão e Peixes no Estuário e no Ambiente Límico Através da Técnica de Bater Burara	8-153
Figura 8.3.3.2.7 -	Pesca com Tarrafa em Mamoã	8-154
Figura 8.3.3.2.8 -	Calão de Mariquita em Mamoã	8-156
Figura 8.3.3.2.9 -	Pesca de Calão Realizado na Comunidade de São Miguel	8-156
Figura 8.3.3.2.10 -	Esquema do Funcionamento do Calão	8-157
Figura 8.3.3.2.11 -	Esquema da Operação de Pesca com o Posicionamento das Espias e da Rede.....	8-158

Figura 8.3.3.2.12 - Embarcação Realizando Arrasto de Camarão na AID	8-159
Figura 8.3.3.2.13 - Esquema da Operação da Rede de Arrasto para o Camarão	8-159
Figura 8.3.3.2.14 - Catraia ou Baiteira que atua na AID, AII e na AEE.....	8-161
Figura 8.3.3.2.15 - Canoas que Atuam nas Áreas de Influência	8-162
Figura 8.3.3.2.16 - Jangada que Atua na ADA, AID e AII.....	8-163
Figura 8.3.3.2.17 - Barco com Motor de Popa.....	8-163
Figura 8.3.3.2.18 - Barco ou Saveiro Pequeno Pesca de Peixe.....	8-164
Figura 8.3.3.2.19 - Saveiro ou Barco Pequeno de Arrasto de Camarão.....	8-164
Figura 8.3.3.2.20 - Saveiro ou Barco Pequeno Pesca de Lagosta	8-164
Figura 8.3.3.2.21 - Saveiro ou Barco Médio de Arrasto de Camarão	8-165
Figura 8.3.3.2.22 - Saveiro ou Barco Grande.....	8-165
Figura 8.3.3.2.23 - Deslocamento, Pesca Fora da Embarcação e na Embarcação Realizada no Rio Almada.....	8-166
Figura 8.3.3.2.24 - Desembarque junto a curiosos, manuseio e transporte de pescado em Ponta da Tulha. Pescadores levam a produção do peixe “vermelho” para a padaria da localidade, onde costumam vender sua produção.	8-168
Figura 8.3.3.2.25 - Jangada de Madeira Utilizada nas Praias do Norte (Ilhéus) Especialmente na Ponta do Ramo.....	8-168
Figura 8.3.3.2.26 - Assentamento de Pescadores em Área de Risco por Estar Inserida na Planície de Inundação do Rio na Sede Municipal, Rua Ovídio Leal.....	8-181
Figura 8.3.3.2.27 - Casa com Base Alta para Evitar Alagamento pelo Aumento do Volume do Lençol Freático na Comunidade de São João.....	8-181
Figura 8.3.3.2.28 - Casa Situada em Área de APP, Localizada em Zona de Ecótono Atrás do Manguezal e Casa Estabelecida no Ecótono com Banheiro na Área da Maré Junto ao Manguezal na Comunidade de Mamoã	8-181
Figura 8.3.3.2.29 - Crianças Pescando em Lagoa com Ocorrência de Jacaré sem Placa Indicadora de Perigo na Comunidade de Ponta da Tulha.....	8-182
Figura 8.3.3.3.1 - Aspecto de Portos Utilizados pelo Setor Pesqueiro no Rio Almada – AID do Empreendimento.....	8-188
Figura 8.3.3.3.2 - Porto do Pontal	8-190
Figura 8.3.3.3.3 - Porto do Cemitério	8-190
Figura 8.3.3.3.4 - Terminal Pesqueiro - Trapiçe Onde os Barcos Pesqueiros da Ilhéus Fruto do Mar são Carregados de Gelo.....	8-190
Figura 8.3.3.3.5 - Porto da Prainha	8-191
Figura 8.3.3.3.6 - Porto da Barra.....	8-191
Figura 8.3.3.3.7 - Porto da Balsa.....	8-191
Figura 8.3.3.3.8 - Porto da Amendoeira.....	8-191
Figura 8.3.3.3.9 - Porto de São Miguel	8-192
Figura 8.3.3.3.10 - Porto do Pecém.....	8-192
Figura 8.3.3.3.11 - Porto da Tulha	8-193
Figura 8.3.3.3.12 - Porto de Mamoã	8-193
Figura 8.3.3.3.13 - Porto da Ponta do Ramo	8-194
Figura 8.3.3.3.14 - Porto do Sobradinho	8-194
Figura 8.3.3.3.15 - Porto Pé de Serra	8-194
Figura 8.3.3.3.16 - Porto da Concha	8-195
Figura 8.3.3.3.17 - Porto do Forte	8-195
Figura 8.3.3.3.18 - Esquema da Distribuição das Áreas de Pesca com Denominação Generalizada no Território Pesqueiro.....	8-201
Figura 8.3.3.3.19 - Fluxograma dos Canais de Comercialização do Camarão Pescado - Ilhéus, Bahia, 2004.....	8-205
Figura 8.3.3.3.20 - Colônia Z-34	8-206

Figura 8.3.3.3.21 -	Colônia Z-19	8-207
Figura 8.3.3.3.22 -	Infraestrutura Relacionada à Colônia Z-34	8-207
Figura 8.3.3.3.23 -	Infraestrutura Relacionada à Colônia Z-19	8-208
Figura 8.3.3.3.24 -	Caminhão aclimatado da Colônia de Pescadores Z-34, que compra, armazena e beneficia parte da produção pesqueira de seus associados	8-210
Figura 8.3.3.3.25 -	<i>Chelonia Mydas</i> (Tartaruga Verde) na Área Próxima ao Porto de Mamoã	8-212
Figura 8.3.3.3.6.1 -	Produção de Cacau em Amêndoas e Preços Pagos ao Produtor (1977/78 e 2005/06)	8-223
Figura 8.3.4.2.1 -	Cacau Sombreado	8-232
Figura 8.3.4.2.2 -	Pasto com Gado Bovino	8-232
Figura 8.3.4.2.3 -	Criação de Búfalos na AID	8-232
Figura 8.3.4.2.4 -	Plantação de Mandioca	8-232
Figura 8.3.4.2.5 -	Restinga em Processo de Urbanização	8-233
Figura 8.3.4.2.6 -	Área Alagável	8-233
Figura 8.3.4.2.7 -	Floresta Ombrófila	8-233
Figura 8.3.4.2.8 -	Manguezal	8-233
Figura 8.3.4.2.9 -	Rua com Bares e Merceria	8-234
Figura 8.3.4.2.10 -	Loja de Material de Construção na BA-001	8-234
Figura 8.3.4.2.11 -	Barracas de Praia	8-234
Figura 8.3.4.2.12 -	Centro Industrial de Ilhéus	8-234
Figura 8.3.4.2.13 -	Categorias de Usos do Solo e Superfície Total Mapeada em Hectares para ADA e AID	8-235
Figura 8.3.4.2.14 -	Comparativo das Categorias de Usos do Solo e Superfície Total Mapeada em Hectares para ADA e AID	8-235
Figura 8.3.4.2.15 -	Categorias de Usos do Solo e Superfície em Porcentagem da ADA	8-236
Figura 8.3.4.2.16 -	Uso do Solo na ADA	8-237
Figura 8.3.4.2.17 -	Ocupação Urbana Limítrofe a Faixa de Praia	238
Figura 8.3.4.2.18 -	Ocupação Urbana na Margem do Rio Almada	238
Figura 8.3.4.2.19 -	Área Úmida	238
Figura 8.3.4.2.20 -	Categorias de Usos do Solo e Superfície em Porcentagem AID	239
Figura 8.3.4.2.21 -	Uso do Solo na AID	8-240
Figura 8.3.4.3.1 -	Classes de Usos do Solo na AII	8-242
Figura 8.3.4.4.1 -	Relação do empreendimento com o Macrozoneamento Municipal	8-243
Figura 8.3.4.4.2 -	Relação da AID com o Macrozoneamento Municipal	8-244
Figura 8.3.4.4.3 -	Relação do Empreendimento com o Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Lagoa Encantada e do Rio Almada	8-247
Figura 8.3.4.4.4 -	Áreas de APP na Área Diretamente Afetada	8-249
Figura 8.3.4.5.1 -	Vista da Rodovia BA-001	8-250
Figura 8.3.4.5.2 -	Mapa Rodoviário do Estado da Bahia	8-251
Figura 8.3.4.5.3 -	Estrada de Acesso Marau/Itacaré	8-252
Figura 8.3.4.5.4 -	Ponte Marau/Itacaré	8-252
Figura 8.3.4.6.1 -	Distribuição Geográfica das Localidades na AII do Empreendimento	8-253
Figura 8.3.4.6.2 -	Rodovia BA-262	8-254
Figura 8.3.4.6.3 -	Núcleo Urbanos às Margens Rodovia BA-262 (km 30)	8-255
Figura 8.3.4.6.4 -	Ocupações por Movimento Sociais às Margens Rodovia BA-262	8-255
Figura 8.3.4.6.5 -	Fazendas às Margens Rodovia BA-262	8-255
Figura 8.3.4.6.6 -	Fazendas às Margens Rodovia BA-262	8-255
Figura 8.3.4.6.7 -	Entrada da BA-648 - Castelo Novo	8-256
Figura 8.3.4.6.8 -	Medição da Largura da Rodovia BA-648	8-256
Figura 8.3.4.6.9 -	BA-648 - Acesso à Castelo Novo	8-256

Figura 8.3.4.6.10 -	Pastagens Associadas à Mata Atlântica às Margens da BA-648	8-256
Figura 8.3.4.6.11 -	Relevo com Vertentes de Inclinação Acentuada às Margens da BA-648....	8-256
Figura 8.3.4.6.12 -	Tipologia Habitacional - Castelo Novo	8-257
Figura 8.3.4.6.13 -	Tipologia Habitacional e Vias Internas do Núcleo Urbano de Castelo Novo.....	8-257
Figura 8.3.4.6.14 -	Disposição Irregular do Lixo em Castelo Novo.....	8-257
Figura 8.3.4.6.15 -	Estrada para Ribeira das Pedras	8-258
Figuras 8.3.4.6.16 -	Ribeira das Pedras	8-258
Figura 8.3.4.6.17 -	Vias de Acesso Areias/Lagoa Encantada	8-258
Figura 8.3.4.6.18 -	Vias de Acesso Areias/Lagoa Encantada	8-258
Figura 8.3.4.6.19 -	Núcleo da Comunidade de Lagoa Encantada (Areias)	8-259
Figura 8.3.4.6.20 -	Posto de Saúde da Comunidade de Lagoa Encantada (Areias).....	8-259
Figura 8.3.4.6.21 -	Bairro do Iguape - Acesso a Aritaguá/Sambaituba.....	8-259
Figura 8.3.4.6.22 -	Bairro do Iguape - Acesso a Aritaguá/Sambaituba.....	8-259
Figura 8.3.4.6.23 -	Configuração Espacial e Vias de Acesso Interno - Aritaguá	8-260
Figura 8.3.4.6.24 -	Sede da Associação Comunitária - Aritaguá.....	8-260
Figura 8.3.4.6.25 -	Característica da Estrada de Acesso à Aritaguá.....	8-260
Figura 8.3.4.6.26 -	Característica da Estrada de Acesso à Aritaguá.....	8-260
Figura 8.3.4.6.27 -	Localidade de São João.....	8-260
Figura 8.3.4.6.28 -	Localidade de São João.....	8-260
Figura 8.3.4.6.29 -	Núcleo Urbano de Sambaituba	8-261
Figura 8.3.4.6.30 -	Núcleo Urbano de Sambaituba	8-261
Figura 8.3.4.6.31 -	Núcleo Urbano da Comunidade de Vila Olimpio	8-261
Figura 8.3.4.6.32 -	Posto de Saúde Vila Olimpio	8-261
Figura 8.3.4.6.33 -	Acesso a Aritaguá/Sambaituba	8-261
Figura 8.3.4.6.34 -	Ponta da Tulha	8-262
Figura 8.3.4.6.35 -	Condomínio Mar & Sol.....	8-262
Figura 8.3.4.6.36 -	Sítio Jequitibá.....	8-262
Figura 8.3.4.6.37 -	Entrada do Condomínio Village Japará	8-262
Figura 8.3.4.6.38 -	Lançamento de Efluentes Domésticos a Céu Aberto - Comunidade de São João	8-263
Figura 8.3.4.6.39 -	Ocupação às Margens do Rio Almada.....	8-264
Figura 8.3.4.6.40 -	Ocupação às Margens do Rio Almada.....	8-264
Figura 8.3.4.6.41 -	Ocupação às Margens do Rio Almada.....	8-264
Figura 8.3.4.6.42 -	Área do Aterro Sanitário	8-265
Figuras 8.3.4.6.43 -	Lixão	8-265
Figura 8.3.4.6.44 -	Acesso ao Lixão	8-265
Figura 8.3.4.6.45 -	Lagoa de Decantação	8-266
Figura 8.3.4.6.46 -	Lagoa de Decantação e Lixão	8-266
Figura 8.3.4.6.47 -	Planta do Distrito Industrial de Ilhéus.....	8-266
Figura 8.3.5.1.1 -	Vista Parcial da Cidade de Ilhéus (BA). Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo do IBGE, sem Data. Fotógrafo: Tomas Somlo	8-280
Figura 8.3.5.1.2 -	Porto de Ilhéus, Embarque de Cacau - Ilhéus (BA). Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo do IBGE. Sem Data. Fotógrafo: Tomas Somlo	8-282
Figura 8.3.5.1.3 -	Capela do Engenho de Sant'Ana	8-284
Figura 8.3.5.1.4 -	Capela do Engenho de Sant'Ana. Fotografia: Ministério Público Federal. http://www.prba.mpf.gov.br/mpf-noticias/banco-de-imagens/capela-nossa-senhora-de-santana-ilheus-ba/capela-nossa-senhora-de-santana/view	8-285

Figura 8.3.5.1.5 -	Igreja de Nossa Senhora de Escada.....	8-285
Figura 8.3.5.1.6 -	Capela de Nossa Senhora da Piedade e Palácio Episcopal	8-286
Figura 8.3.5.1.7 -	Matriz de São Jorge.....	8-287
Figura 8.3.5.1.8 -	Prefeitura Municipal (Palácio Paranaguá)	8-287
Figura 8.3.5.1.9 -	Casa da Boa Vista	8-288
Figura 8.3.5.1.10 -	Palacete Ramiro de Castro	8-288
Figura 8.3.5.1.11 -	Casa a Rua 28 de Junho	8-288
Figura 8.3.5.1.12 -	Casa da Fazenda Retiro.....	8-288
Figura 8.3.5.1.13 -	Capela de São Tiago	8-288
Figura 8.3.5.1.14 -	Casa da Fazenda Paraíso	8-288
Figura 8.3.5.1.15 -	Casa Grande da Fazenda Cordilheira.....	8-289
Figura 8.3.5.1.16 -	Casa Mal Assombrada (Fazenda Boa Vista).....	8-289
Figura 8.3.5.1.17 -	Casa da Fazenda Primavera	8-289
Figura 8.3.5.1.18 -	Casa Grande da Fazenda Almada	8-289
Figura 8.3.5.1.19 -	Capela de Sant’ Ana.....	8-289
Figura 8.3.5.1.20 -	Igreja de Nossa Senhora da Escada.....	8-289
Figura 8.3.5.2.1 -	Sítios Arqueológicos no Estado da Bahia	8-291
Figura 8.3.5.2.2 -	Sítios Indígenas Localizados por Calderón.....	8-292
Figura 8.3.5.2.3 -	Localização do Sítio em Almadina, com Cerâmica Tupiguarani e Aratu....	8-296
Figura 8.3.5.2.4 -	Localização dos Sítios Olivença (Ruínas e Cerâmica Tupiguarani) e Dunar de Olivença (Cerâmica Tupiguarani)	8-296
Figura 8.3.5.2.5 -	Localização do Sítio Encosta do Morro, com Cerâmica Tupiguarani	8-296
Figura 8.3.5.2.6 -	Machado de Pedra Polida Quebrado Encontrado em Porto do Meio. Foto: Agência r2press	8-297
Figura 8.3.5.2.7 -	Vista da Praia, no Sítio Jequitibá	8-298
Figura 8.3.5.2.8 -	Vista do Sítio Jequitibá, com Várias Residências de uma Mesma Família, e Também Possuindo Chalés para Locação.....	8-298
Figura 8.3.5.2.9 -	Propriedade ao Norte do Sítio Jequitibá	8-298
Figura 8.3.5.2.10 -	Terreno Desocupado, ao Norte do Sítio Jequitibá	8-298
Figura 8.3.5.2.11 -	Loteamento Paraíso das Águas	8-299
Figura 8.3.5.2.12 -	Barranco Exibindo Perfil Homogêneo	8-299
Figura 8.3.5.2.13 -	Loteamento Paraíso das Águas, Limite Norte da ADA pela Costa	8-299
Figura 8.3.5.2.14 -	Rua de Condomínio	8-299
Figura 8.3.5.2.15 -	Terreno em Propriedade Particular	8-299
Figura 8.3.5.2.16 -	Local com Informação da Presença de Cerâmica	8-300
Figura 8.3.5.2.17 -	Possível Parte de Antigo Poste de Telégrafo	8-300
Figura 8.3.5.2.18 -	Casa Construída no Local da Antiga Sede da Fazenda.....	8-301
Figura 8.3.5.2.19 -	Capela Rural. Coordenadas UTM 24 L 492129 8377466.....	8-301
Figura 8.3.5.2.20 -	Capela Rural da Fazenda Olandy, 1927	8-301
Figura 8.3.5.2.21 -	Vista de Área de Fazenda Junto a Estrada de Terra.....	8-301
Figura 8.3.5.2.22 -	Corte no Morro, com Exposição do Perfil	8-301
Figura 8.3.5.2.23 -	Vista de Urucutuca.....	8-302
Figura 8.3.5.2.24 -	Caminho para Ribeira das Pedras	8-302
Figura 8.3.5.2.25 -	Fazenda do Sr. Angelito.....	8-302
Figura 8.3.5.2.26 -	Antiga Casa Sede da Fazenda. Coordenadas UTM 24 L 495271 8365690.....	8-302
Figura 8.3.5.2.27 -	Barcaças de Cacau da Fazenda. Coordenadas UTM 24 L 491088 8377864.....	8-302
Figura 8.3.5.2.28 -	Vistoria do Rio Almada por Barco	8-303
Figura 8.3.5.2.29 -	Vista da Margem Direita do Rio Almada, em Sambaituba. Coordenadas UTM 24 L 488747 8380034	8-303

Figura 8.3.5.2.30 -	Vistoria da Margem Esquerda do Rio Almada, Próximo a Iguape. Coordenadas UTM 24 L 492941 8371342	8-303
Figura 8.3.5.2.31 -	Vista de Implantação do Sítio Rio Almada em Perspectiva. Base <i>Google Earth</i> 2010.....	8-304
Figura 8.3.5.2.32 -	Vista de Implantação do Sítio Rio Almada. Base <i>Google Earth</i> 2010	8-304
Figura 8.3.5.2.33 -	Vista de Implantação do Sítio Rio Almada. Base <i>Google Earth</i> 2010	8-304
Figura 8.3.5.2.34 -	Fragmento de Cerâmica com Pintura (Listas Paralelas)	8-305
Figura 8.3.5.2.35 -	Fragmentos de Cerâmica em Superfície	8-305
Figura 8.3.5.2.36 -	Fragmento de Cerâmica com Pintura Vermelha	8-305
Figura 8.3.5.2.37 -	Vista do Local de Ocorrência dos Fragmentos de Cerâmica	8-305
Figura 8.3.5.2.38 -	Registro do Material Arqueológico no Sítio	8-305
Figura 8.3.5.2.39 -	Vista da Área de Ocorrência de Material Arqueológico Junto ao Rio Almada.....	8-305
Figura 8.3.5.2.40 -	Fragmento de Xícara em Faiança Antiga.....	8-306
Figura 8.3.5.2.41 -	Ruínas em Alvenaria de Pedra e Cal e Tijolo. Coordenadas UTM24 L 492215 8376581.....	8-306
Figura 8.3.5.2.42 -	Coluna em Alvenaria de Pedra e Cal e Tijolo.....	8-306
Figura 8.3.5.2.43 -	Ruínas em Alvenaria de Pedra e Cal e Tijolo	8-306
Figura 8.3.5.2.44 -	Poço em Alvenaria de Pedra e Cal e Tijolo. Coordenadas UTM 24 L 492233 8376560.....	8-307
Figura 8.3.5.2.45 -	Ruínas com 12 Colunas. Coordenadas UTM 24L 481584 8378122	8-307
Figura 8.3.5.2.46 -	Local de Ocorrência de Cerâmica e Material Histórico em Superfície. Coordenadas UTM 24 L 481404 8378639. Localidade de Ribeira das Pedras.....	8-308
Figura 8.3.5.2.47 -	Fragmentos de Cerâmica Encontrados.....	8-308
Figura 8.3.5.2.48 -	Fragmentos de Telha e Faiança.....	8-308
Figura 8.3.5.2.49 -	Estação Ferroviária de Sambaituba, Construída em 1910. Atualmente Ocupada para Moradia e para Cultos Evangélicos. Localiza-se nas Coordenadas UTM 24 L 489198 8379498	8-309
Figura 8.3.5.2.50 -	Estação Ferroviária de Aritaguá, Construída em 1910. Atualmente Abandonada. Apesar de ser um Bem Histórico do Município, o Prédio foi Utilizado por Candidato a Vereador para Propaganda Política, Pintando-se seu Nome e Número na Fachada da Estação.....	8-309
Figura 8.3.5.2.51 -	Capela de São Thiago, 1898, Integrante da Fazenda de Mesmo Nome. Localizada nas Coordenadas UTM 24 L 491807 8375406.....	8-310
Figura 8.3.5.2.52 -	No Frontão da Capela Existe, Conforme a Imagem, a Seguinte Inscrição: “Capela S. Thiago Fundada em 14 de Janeiro de 1898 por Nicola Siuffo”	8-310
Figura 8.3.5.2.53 -	Fazenda São Thiago	8-311
Figura 8.3.5.2.54 -	Localização da Fazenda e Capela São Thiago, e Estação Aritaghuá. Base: <i>Google Earth</i> , 2010.....	8-311
Figura 8.3.5.2.55 -	Capela Nossa Senhora de Lurdes, de 1904, Junto ao Rio Almada	8-311
Figura 8.3.5.2.56 -	Localização da Capela Nossa Senhora de Lurdes, Junto ao Rio Almada....	8-311
Figura 8.3.5.2.57 -	Casa Sede de Fazenda. Coordenadas UTM 24L 483067 8379269	8-312
Figura 8.3.5.2.58 -	Imagem Aérea do Local da Fazenda.....	8-312
Figura 8.3.5.2.59 -	Capela Nossa Senhora da Conceição. Coordenadas UTM 24L 480395 8378347.....	8-312
Figura 8.3.5.2.60 -	Capela Nossa Senhora da Conceição. Coordenadas UTM 24L 480359 8378240.....	8-313
Figura 8.3.5.2.61 -	Vista da Lagoa Encantada e Comunidade de Areias	8-313
Figura 8.3.5.2.62 -	Pescadores na Lagoa Encantada	8-313

Figura 8.3.5.2.63 -	Imagem da Localização dos Registros.....	8-314
Figura 8.3.5.2.64 -	Vista do Sambaqui Lagoa Encantada.....	8-314
Figura 8.3.5.2.65 -	Imagem Aérea com a Localização do Sambaqui.....	8-315
Figura 8.3.5.2.66 -	Exploração Comercial de um Sambaqui (DUARTE, 1968).....	8-316
Figura 8.3.5.2.67 -	Vista da Superfície do Terreno No Sambaqui Lagoa Encantada I, Contendo Mariscos e Ostras.....	8-316
Figura 8.3.5.2.68 -	Detalhe que Exemplifica a Formação do Sambaqui, com Camada Espessa de Ostras e Mariscos.....	8-316
Figura 8.3.5.2.69 -	Vestígios Malacológicos em Superfície.....	8-317
Figura 8.3.5.2.70 -	Vestígios Malacológicos em Superfície.....	8-317
Figura 8.3.5.2.71 -	Lascas de Quartzo em Superfície.....	8-317
Figura 8.3.5.2.72 -	Concha em Superfície.....	8-317
Figura 8.3.5.2.73 -	Vista dos Vestígios do Forno em Alvenaria de Tijolos e Barro.....	8-317
Figura 8.3.5.2.74 -	Detalhe dos Tijolos do Forno.....	8-317
Figura 8.3.5.2.75 -	Detalhe das Pedras Assentadas na Parede do Valo, e Juntadas com Barro.....	8-318
Figura 8.3.5.2.76 -	Detalhe da Parede do Valo.....	8-318
Figura 8.3.5.2.77 -	Vista do Valo.....	8-318
Figura 8.3.5.2.78 -	Fragmentos de Telhas em Superfície.....	8-318
Figura 8.3.5.2.79 -	Fragmentos de Telhas em Superfície.....	8-318
Figura 8.3.5.2.80 -	Partes que Compõem uma Telha.....	8-319
Figura 8.3.5.2.81 -	Calçada de Pedra.....	8-320
Figura 8.3.5.2.82 -	Calçada de Pedra.....	8-320
Figura 8.3.5.2.83 -	Ruínas do Engenho de Cana de Açúcar, em Alvenaria de Pedra e Cal.....	8-320
Figura 8.3.5.2.84 -	Ruínas do Engenho de Cana de Açúcar, em Alvenaria de Pedra e Cal.....	8-320
Figura 8.3.5.2.85 -	Blocos de Pedra Parte das Ruínas do Engenho.....	8-321
Figura 8.3.5.2.86 -	Fazenda Ponta Grossa Vista a Partir da Lagoa Encantada.....	8-321
Figura 8.3.5.2.87 -	Vista da Barcaça para Secagem da Semente do Cacau.....	8-322
Figura 8.3.5.2.88 -	Vista da Barcaça para Secagem da Semente do Cacau.....	8-322
Figura 8.3.5.2.89 -	Secador da Fazenda Ponta Grossa.....	8-322
Figura 8.3.5.2.90 -	Local onde é Inserida a Madeira que Alimenta o Forno.....	8-322
Figura 8.3.5.2.91 -	Chapa de Metal, Localizada sobre o Forno.....	8-322
Figura 8.3.5.2.92 -	Sementes de Cacau após Secagem.....	8-322
Figura 8.3.5.2.93 -	Duas Sacas de Cacau de 60 kg Cada, Transportadas por Mula.....	8-323
Figura 8.3.5.2.94 -	Imagem Aérea com a Localização das Ruínas. Pontos Coordenadas UTM: 24 L 488409 8383331.....	8-323
Figura 8.3.5.2.95 -	Vista da Fazenda São Jorge.....	8-324
Figura 8.3.5.2.96 -	Forno (Esquerda) na Fazenda São Jorge. Coordenadas UTM 24 L 478854 8372422.....	8-324
Figura 8.3.5.2.97 -	Barcaças de Cacau na Fazenda São Jorge.....	8-324
Figura 8.3.5.2.98 -	Vista das Moendas de Ferro no Terreno da Fazenda São Paulo.....	8-325
Figura 8.3.5.2.99 -	Detalhe das Moendas de Ferro. A Dimensão de cada Moenda é de 0,77 x 0,64 m.....	8-325
Figura 8.3.5.2.100 -	Tacho de Ferro Medindo 1,55 m de Diâmetro e 0,75 m e de Altura.....	8-325
Figura 8.3.5.2.101 -	Localização dos Sítios Arqueológicos.....	8-327
Figura 8.3.5.3.1 -	Terreiro <i>Ylê Axé Balom</i>	8-334
Figura 8.3.5.3.2 -	Oxum: Representada por Nossa Senhora da Conceição.....	8-336
Figura 8.3.5.3.3 -	Erês: Representados por São Cosme e São Damião.....	8-336
Figura 8.3.5.3.4 -	Ogum: Representado por Santo Antônio.....	8-336
Figura 8.3.5.3.5 -	Oxalá “Nosso Deus Maior”: Representado pela Imagem Católica de Jesus Cristo.....	8-336

Figura 8.3.5.3.6 -	Iansã: Representada por Santa Bárbara.....	8-336
Figura 8.3.5.3.7 -	Capela de Santo Antônio: Localizada nas Adjacências do Terreiro “Alê Axé Pai João de Angola”	8-336
Figura 8.3.5.3.8 -	Casa de “Pau a Pique” em Ribeira das Pedras, Ilhéus/BA.....	8-337
Figura 8.3.5.3.9 -	Detalhe da Casa: amarração da Estrutura com Cipó <i>Imbé</i> . Pau-a-pique.....	8-337
Figura 8.3.5.3.10 -	Aritaguá: Jereré Confeccionado por Moradora.....	8-339
Figura 8.3.5.3.11 -	Comunidade Vila Olímpio: Pescadora e Filhos Apresentam Jereré e Munzuá de Tala e Nylon.....	8-339
Figura 8.3.5.3.12 -	Comunidade Vila Olímpio: Munzuá de Nylon (Esquerda) e Munzuá de Tala (Direita).....	8-340
Figura 8.3.5.3.13 -	Família na Pesca em Aritaguá: Mulher e Filho de Pescador (Germano Conserta a Malha)	8-341
Figura 8.3.5.3.14 -	Pesca no Rio Almada	8-341
Figura 8.3.5.3.15 -	Em Aritaguá: Balsa Utilizada pelos Moradores para Travessia do Rio Almada	8-341
Figura 8.3.5.3.16 -	Capa da Cartilha Histórica e Ambiental de Sambaítuba.....	8-342
Figura 8.3.5.3.17 -	Dendezeiro: a Arte da Palmeira, Cestas, Balaios, Chapéus Enfeites e Combinação com Outras Fibras.....	8-343
Figura 8.3.5.3.18 -	Dendezeiro: a Arte da Palmeira, Cestas, Balaios, Chapéus Enfeites e Combinação com Outras Fibras.....	8-343
Figura 8.3.5.3.19 -	Figuras de Barro e Peças Cerâmicas Representando o Fruto do Cacau.....	8-343
Figura 8.3.5.3.20 -	da Madeira do Jenipapo, Colheres, Móveis e Fruteira.....	8-344
Figura 8.3.5.3.21 -	Barro Utilizado na Olaria na Vila São José	8-345
Figura 8.3.5.3.22 -	Olaria na Vila São José: Forno de Queima dos Blocos	8-345
Figura 8.3.5.3.23 -	Senhor André, Morador da Vila Campinho Indica Localização de Fornos de Olarias Desativados.....	8-345
Figura 8.3.5.3.24 -	Centro de Abastecimento: a Venda do Muapem.....	8-346
Figura 8.3.5.3.25 -	Em Aritaguá: Morador Apresenta o Guaiamu	8-346
Figura 8.3.5.3.26 -	Centro de Abastecimento	8-347
Figura 8.3.5.3.27 -	Mercado de Artesanato: Licores Decorados pela Artesã Raimunita, Jabuticada, Coco, Jenipapo	8-347
Figura 8.3.5.3.28 -	Centro de Abastecimento: o Fruto do Jenipapo Sendo Vendido com Outros Alimentos Típicos Banana da Terra e Milho	8-347
Figura 8.3.5.3.29 -	Urucutuca: Dendezeiro	8-348
Figura 8.3.5.3.30 -	Coco de Dendê (ao Fundo): de Onde se Extrai o Azeite. Este Coco Também é Utilizado para Alimentar Criação de Mariscos.....	8-348
Figura 8.3.5.3.31 -	Centro de Abastecimento: Azeite de Dendê (ao Fundo) e Outros Temperos.....	8-348

LISTA DE QUADRO

Quadro 8.3.1.4.1 -	Listagem dos Órgãos Públicos e Instituições Visitadas.....	8-10
Quadro 8.3.1.4.2 -	Listagem dos Locais e Comunidades Visitadas/Entrevistados	8-11
Quadro 8.3.2.1.1 -	População na AII - 2010	8-12
Quadro 8.3.2.2.1 -	Classificação dos Municípios por Grupos Segundo a Renda e Situação de Pobreza.....	8-15
Quadro 8.3.2.2.2 -	Renda Média Per Capita (1991 e 2000).....	8-16
Quadro 8.3.2.2.3 -	Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Economicamente Ativas e Efetivamente Ocupadas na AII, 2000	8-17

Quadro 8.3.2.2.4 -	Grau de Informalidade na Ocupação e Taxa de Desocupação na AII, 2000.....	8-18
Quadro 8.3.2.3.1 -	População Residente por Situação de Domicílio	8-21
Quadro 8.3.2.3.2 -	População por Situação de Residência Urbano Rural - 2010	8-22
Quadro 8.3.2.4.1 -	Pessoas não Naturais da Unidade da Federação, com Menos de 10 Anos de Tempo Ininterrupto de Residência na Unidade da Federação.....	8-25
Quadro 8.3.2.6.1 -	Índice de Saúde (INS)	8-33
Quadro 8.3.2.6.2 -	Algumas Doenças Transmissíveis, 2010 - AID e AII.....	8-34
Quadro 8.3.2.7.1 -	Número de Escolas por Série (Públicas e Privadas)	8-37
Quadro 8.3.2.7.2 -	Número de Matrículas - 2007	8-38
Quadro 8.3.2.7.3 -	Taxa de Analfabetismo e Tempo de Estudo, por Faixa Etária.....	8-39
Quadro 8.3.2.7.4 -	Comparativo das Taxas de Analfabetismo da População Residente, de 10 Anos ou Mais de Idade (1991-2000).....	8-40
Quadro 8.3.2.7.5 -	Índice do Nível de Educação - INE	8-40
Quadro 8.3.2.7.6 -	Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal (1991 e 2000).....	8-41
Quadro 8.3.2.7.7 -	Candidatos ao Concurso Vestibular, Vagas Oferecidas, Matrícula e Conclusão por Áreas e Cursos nas Instituições de Ensino Superior de Ilhéus, 2008.....	8-41
Quadro 8.3.2.7.8 -	Candidatos ao Concurso Vestibular, Vagas Oferecidas, Matrícula e Conclusão por Áreas e Cursos nas Instituições de Ensino Superior de Itabuna, 2008.....	8-42
Quadro 8.3.2.7.9 -	Taxas de aprovação, reprovação e abandono no ensino fundamental e médio, Bahia 2009 (em %)	8-43
Quadro 8.3.2.8.1 -	Índices Municipais de Desenvolvimento Econômico e Social	8-44
Quadro 8.3.2.8.2 -	Indicadores Econômicos e Sociais, por componentes - Ilhéus	8-45
Quadro 8.3.2.8.3 -	Movimento Operacional de Carga e Passageiros - Ilhéus.....	8-46
Quadro 8.3.2.8.4 -	Características de Heliportos (AII)	8-47
Quadro 8.3.2.8.5 -	Domicílios Particulares Permanentes, Segundo a Existência de Iluminação Elétrica (2000).....	8-52
Quadro 8.3.2.8.6 -	Consumidores de Energia por Classe 2004-2007	8-53
Quadro 8.3.2.8.7 -	Consumo de Energia Elétrica por Classe 2004-2007 (KWh)	8-54
Quadro 8.3.2.8.8 -	Domicílios Totais com Saneamento Básico Adequado - Ilhéus	8-55
Quadro 8.3.2.8.9 -	Coleta e Destinação dos Esgotos - Ilhéus (2000).....	8-56
Quadro 8.3.2.8.10 -	Coleta e Destinação dos Esgotos - Itabuna (2000).....	8-56
Quadro 8.3.2.8.11 -	Abastecimento de Água em Ilhéus.....	8-58
Quadro 8.3.2.8.12 -	Evolução da Oferta de Água Tratada, 2000	8-58
Quadro 8.3.2.8.13 -	Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos - Ilhéus	8-60
Quadro 8.3.2.8.14 -	Proporção de Moradores por Tipo de Destino de Lixo - Itabuna	8-61
Quadro 8.3.2.8.15 -	Acessos a Terminais de Telefonia - Ilhéus, 2009	8-62
Quadro 8.3.2.9.1 -	Comunidades da ADA e AEE.....	8-64
Quadro 8.3.2.10.1 -	Terra Indígena Tupinambá de Olivença.....	8-86
Quadro 8.3.2.11.1 -	Representação Política nos Municípios de Ilhéus e Itabuna, 2009	8-90
Quadro 8.3.2.13.1 -	Articulação Entre as Instâncias de Estado	8-100
Quadro 8.3.2.13.2 -	Articulação com a Sociedade Civil Organizada.....	8-101
Quadro 8.3.2.13.3 -	Escopo do Plano de Trabalho em Implementação pela COOTEBA.....	8-104
Quadro 8.3.2.13.4 -	Pesquisa realizada no trabalho Interação Social com a questão: Você conhece o empreendimento Complexo Logístico Intermodal Porto Sul - CLIPS.....	8-115
Quadro 8.3.2.13.5 -	Comparativo entre Considerações Favoráveis e Desfavoráveis ao CLIPS.....	8-117
Quadro 8.3.3.1.1 -	Evolução da Carga Total Movimentada no Porto de Ilhéus 2000-2008	8-128

Quadro 8.3.3.1.2 -	Evolução da Carga Movimentada por Tipo de Navegação no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008	8-128
Quadro 8.3.3.1.3 -	Evolução da Carga Movimentada por Sentido de Operação no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008	8-129
Quadro 8.3.3.1.4 -	Evolução da Carga “Granéis Sólidos” Movimentada por Sentido de Operação no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008	8-130
Quadro 8.3.3.1.5 -	Evolução da Carga Geral Solta Movimentada por Sentido de Operação no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008.....	8-130
Quadro 8.3.3.1.6 -	Evolução da Carga em Contêiner Movimentada por Sentido de Operação no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008	8-131
Quadro 8.3.3.1.7 -	Evolução da Movimentação do Número de Embarcações e de Navios de Turismo no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008	8-132
Quadro 8.3.3.1.8 -	Movimentação de Carga Geral, Granel Sólido e Containerizada, 2009	8-132
Quadro 8.3.3.1.9 -	Fluxos de Exportação e Importação de Cargas, 2010.....	8-133
Quadro 8.3.3.1.10 -	Estimativa da Quantidade de Navios/ano no Porto Sul	8-133
Quadro 8.3.3.2.1 -	Pesca Extrativa, em Toneladas e Valores em Reais, Segundo as Principais Espécies de Água-Doce - Bahia.....	8-137
Quadro 8.3.3.2.2 -	Principais Produtos Oriundos da Pesca do Setor Pesqueiro que Atua no Rio Almada	8-137
Quadro 8.3.3.2.3 -	Importância de Cada Produto e Tempos de Pesca para os Produtos Oriundos da Pesca do Setor Pesqueiro que Atua no Rio Almada.....	8-139
Quadro 8.3.3.2.4 -	Principais Espécies Capturadas em Ilhéus - 2005 (ESTATPESCA)	8-140
Quadro 8.3.3.2.5 -	Peixes Observados pelos Pescadores nas Pescarias Realizadas nas Áreas de Pesca do mar da Área de Influência do Empreendimento Porto Sul.....	8-140
Quadro 8.3.3.2.6 -	Lista de Espécies de Peixes Marinhos e Estuarinos nas Áreas de Influência do Empreendimento, que Apresentam interesse Econômico na Região.....	8-145
Quadro 8.3.3.2.7 -	Principais Produtos Pesqueiros com Tempo Bom, Médio e Ruim para Pescaria	8-146
Quadro 8.3.3.2.8 -	Resumo da Produção no Estuário e Ambiente Límnico do Rio Almada.....	8-148
Quadro 8.3.3.2.9 -	Produção dos Produtos Considerados Importantes pelo Setor Pesqueiro que Atua no rio Almada	8-148
Quadro 8.3.3.2.10 -	Preços Praticados para Cada Produto Pesqueiro do Estuário em Diferentes Períodos do Ano	8-148
Quadro 8.3.3.2.11 -	Produção Mensal Pesqueira - Município de Ilhéus, 2005.....	8-150
Quadro 8.3.3.2.12 -	Petrechos de Pesca Utilizados na Área de Estudo	8-151
Quadro 8.3.3.2.13 -	Artes de Pesca Utilizadas pelo Setor Pesqueiro que Atua Embarcado nos Territórios de Pesca do Município de Ilhéus.....	8-155
Quadro 8.3.3.2.14 -	Frota Cadastrada do Município de Ilhéus	8-161
Quadro 8.3.3.2.15 -	Tipos de Embarcação Atuantes em Ilhéus, Denominação Oficiais, Populares e Determinação Oficiais de Tamanhos e Características da Embarcação	8-166
Quadro 8.3.3.2.16 -	Produção Estimada por Tipo de Embarcação	8-167
Quadro 8.3.3.2.17 -	Caracterização das Embarcações, Tipo de Pesca e Tripulação - Ilhéus, Bahia, 2004	8-169
Quadro 8.3.3.2.18 -	Tipos de Embarcação Motorizadas Engajadas na Pesca Costeiri-marinha de Acordo com a Comunidade Pesqueira	8-169
Quadro 8.3.3.2.19 -	Instrumentação Tecnológica das Embarcações Sediadas em Ilhéus.....	8-171
Quadro 8.3.3.2.20 -	Amplitude de Atuação Geográfica da Frota Pesqueira Voltada para Arrasto de Camarão e para Pesca de Peixes com Linha de Mão, Sediada em Ilhéus	8-172

Quadro 8.3.3.2.21 - Amplitude de Atuação Batimétrica da Frota Pesqueira Voltada para Arrasto de Camarão e para Pesca de Peixes com Linha de Mão, Sediada em Ilhéus	8-173
Quadro 8.3.3.2.22 - Situação do Permissionamento para a Pesca das Embarcações com Portos de Origem no Município de Ilhéus (MPA, 2011- Informação não Publicada).....	8-175
Quadro 8.3.3.2.23 - Situação do Permissionamento para a Pesca das Embarcações com Portos de Origem no Município de Itacaré (MPA, 2011- Informação não Publicada).....	8-179
Quadro 8.3.3.3.1 - Portos Utilizados pelas Comunidades Pesqueiras que Atuam ao Longo do rio Almada.....	8-185
Quadro 8.3.3.3.2 - Resumo dos Portos e Atividade Desenvolvida, Comunidade Pesqueira que Atua em Cada Porto e Principais Tipos de Embarcações	8-196
Quadro 8.3.3.3.3 - Áreas de Pesca Distribuídas ao Longo do Rio Almada	8-197
Quadro 8.3.3.3.4 - Áreas de Pesca Costeiras Observadas na Área de Interferência Direta	8-201
Quadro 8.3.3.3.5 - Instituições e Colegiados a Serem Priorizados na Elaboração de Políticas Relacionadas ao Setor Pesqueiro.....	8-204
Quadro 8.3.3.4.1 - Movimentação de Navios de Turismo no Porto de Malhado 2000-2008	8-214
Quadros 8.3.3.4.2 - Movimentação de Passageiros no Aeroporto Jorge Amado (2000-2009)....	8-215
Quadros 8.3.3.6.1 - Perfil das Exportações na Malásia, Indonésia e Vietnam	8-229
Quadro 8.3.4.2.1 - Categorias de Usos do Solo e Superfície Mapeada em Hectares para a ADA e AID	8-231
Quadro 8.3.4.3.1 - Classes de Usos do Solo e Superfície na AII	8-241
Quadro 8.3.4.4.1 - ADA e AID e sua Relação com o Macrozoneamento Municipal	8-244
Quadro 8.3.4.4.2 - Composição da ADA com Relação ao Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Lagoa Encantada e do Rio Almada.....	8-246
Quadro 8.3.4.6.1 - Distritos que Compõem o Município de Ilhéus	8-254
Quadro 8.3.4.6.2 - Povoados do Distrito de Castelo Novo por Área de Influência	8-258
Quadro 8.3.4.6.3 - Povoados do Distrito de Castelo Novo por Área de Influência	8-263
Quadro 8.3.4.6.4 - Relação das Empresas de Atividades Diversas - Distrito Industrial de Ilhéus e Região.....	8-267
Quadro 8.3.4.6.5 - Relação das Empresas de Implantação.....	8-269
Quadro 8.3.4.6.6 - Empresa com Carta de Opção.....	8-269
Quadro 8.3.4.6.7 - Relação das Empresas do Polo de Informática de Ilhéus, Julho/2010	8-269
Quadro 8.3.5.2.1 - Sítios Arqueológicos por Município	8-290
Quadro 8.3.5.2.2 - Sítios Arqueológicos Identificados na Rodovia BA-001	8-294
Quadro 8.3.5.2.3 - Sítios Arqueológicos Identificados em Ilhéus por Barbosa	8-295
Quadro 8.3.5.2.4 - Sítios Arqueológicos e Ocorrências na Área de Influência do Projeto	8-326

8.3 MEIO SOCIOECONÔMICO

8.3.1 Metodologia Aplicada

8.3.1.1 População

Para a realização dos estudos de demografia e evolução da população foram utilizados dados relativos aos censos demográficos do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010) e à contagem populacional realizada em 2007, à exceção de Itabuna e Ilhéus, dois municípios com mais de 170.000 habitantes que ficaram fora desta última contagem. Assim, os dados de 2007 referentes à população destes municípios são baseados em estimativas do IBGE, bem como os de 1996 e 2009.

Os estudos sobre condições de saúde, educação e evolução da situação de pobreza da população basearam-se em dados secundários, obtidos nos documentos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, relativos a 2006, 2007 e 2008. Além de órgãos públicos, serviu de fonte para a obtenção de dados secundários uma ampla literatura - estudos de impacto ambiental, documentos públicos, teses e monografias - levantadas junto a fundações, ONGs, bibliotecas e centros acadêmicos.

O diagnóstico desenvolvido na área do entorno baseou-se em dados primários, cuja obtenção envolveu diversos procedimentos metodológicos quali-quantitativos. As observações desenvolvidas em campo foram de natureza não participante, voltadas para o levantamento de condições de moradia, saneamento, educação, infraestrutura etc., e acompanhadas de um amplo registro fotográfico das condições de vida, equipamentos de pesca, moradia e infraestrutura, entre outros.

Para a avaliação do nível de satisfação, expectativas e atitudes da população frente ao projeto Porto Sul, foi elaborado e aplicado um instrumento de coleta de dados (questionário semiestruturado), com perguntas dirigidas, sobre moradia, renda, migração, atitudes e satisfação, a partir de uma amostra acidental¹ da população da área diretamente afetada.

Para a complementação dos dados do questionário, foram realizadas entrevistas em profundidade com lideranças locais, funcionários municipais, trabalhadores rurais, pescadores, marisqueiros e moradores mais articulados, identificados durante a aplicação do questionário. Para a identificação e a avaliação dos argumentos em disputa, e em processo de legitimação, recorreu-se à realização de grupos de discussão, com elementos da população e lideranças locais, responsáveis pela formação das opiniões sobre o objeto da pesquisa. Ao todo, foram aplicados 200 questionários, realizados seis grupos de discussão e 120 entrevistas em profundidade. No **Anexo 8.3.1.1** é apresentada a ferramenta de análise das entrevistas.

O relatório procurou, sempre que possível, e como uma estratégia heurística, balizar-se nas características mais homogêneas das comunidades estudadas, para permitir um processo de generalização que apontasse para as tendências do conjunto. A perspectiva de análise, fundada nas homogeneidades, leva em conta também a contextualização regional e local, baseada no dinamismo das economias dos municípios e que determina a regionalização implementada pelo governo estadual, identificando e dividindo o Estado da Bahia em 26 territórios de identidade. Esta estratégia permite caracterizar a dinâmica socioeconômica e as

¹ Foram entrevistados os responsáveis pelos domicílios que se encontravam na residência, na ocasião da visita. No total, foram ouvidos cerca de 250 moradores do entorno.

relações de contiguidade que estabelecem padrões espaciais e permitem análises por aglomerados (*clusters*).

A abordagem proposta também se adequa a um tipo de fenômeno das sociedades contemporâneas: a capacidade global de diminuir os espaços devido às tecnologias de informação e comunicação. O modelo atual intensifica a integração comercial e cultural.

A partir desses critérios, e com apoio nas possíveis inter-relações entre o empreendimento e o ambiente local, buscou-se estabelecer os limites de influência, tendo em vista os impactos de maior abrangência espacial, tais como a geração de emprego e renda, as interferências em vias de circulação e atividades econômicas (em desenvolvimento ou previstas para implantação na região), bem como a presença de comunidades fragilizadas.

Os municípios do entorno integram a Região Econômica do Litoral Sul, a Microrregião Geográfica de Itabuna e Ilhéus e o Eixo de Desenvolvimento da Mata Atlântica². Barro Preto (antigo Governador Lomanto Jr.), Coaraci, Itabuna e Itajuípe fazem parte da Região Administrativa de Itabuna, enquanto Ilhéus, Itacaré e Uruçuca compõem a Região Administrativa de Ilhéus.

Portanto, considerando-se as possíveis inter-relações de contiguidade e as divisões administrativas, econômicas e geográficas, definiu-se como Área de Influência Indireta o seguinte conjunto de municípios: Itacaré, devido o papel do Turismo em sua economia, e a atividade pesqueira, desenvolvida no litoral, e que eventualmente envolve regiões costeiras do município de Ilhéus; Uruçuca, Barro Preto e Itajuípe, que fazem limite com Ilhéus e Itabuna e que poderão, devido a esta proximidade, fornecer mão de obra para o empreendimento, sofrendo mais intensamente interferências em suas vias de comunicação. Todos esses municípios possuem um padrão de contiguidade significativo.

Como Área de Influência Direta – AID foram definidos os municípios de Ilhéus e Itabuna em função das interferências na economia e nas atividades produtivas. Ilhéus é a unidade administrativa que deverá recolher a maior parte das receitas, em impostos e taxas, resultantes da atividade implantada em seu território.

Além destes municípios, foi dada uma especial atenção às comunidades do entorno do empreendimento, em função de sua vulnerabilidade e da proximidade com a poligonal. Nestas comunidades, os impactos do empreendimento se farão sentir com maior intensidade.

- Considerações sobre os estudos de base para a Integração

Para sistematização da avaliação das comunidades apresentada na figura 8.3.2.9.11 Caracterização das Comunidades da ADA e AEE no item 8.3.2.População, deste EIA/RIMA, foram criadas três classificações de acordo com as informações coletadas nestas áreas. Foi feita uma análise comparativa das características das comunidades da ADA e da AEE, que dispunham de informações do diagnóstico socioeconômico, de modo a possibilitar a integração das variáveis consideradas, classificação e enquadramento.

² Publicado no DOE da Bahia, em 20/11/2003.

- Classificação das comunidades

De acordo com a Localização

- Litorânea: Comunidades cuja localização se aproxime da costa ao ponto de sofrer a interferência da dinâmica litorânea em seu modo de vida.
- Interior: Comunidades cuja localização é mais distante do litoral e apresenta culturalmente vinculada a atividades tipicamente rurais.

De acordo com a Atividade e Forma de Organização Produtiva e Social

- Acampamento sem terra: São comunidades agrícolas, vinculados a Movimentos de luta pela terra, dispostos ainda de maneira temporária (irregular) na área rural;
- Agrícola: Estão contempladas nesta classificação as localidades cuja atividade é relacionada à agricultura, seja ela de subsistência, venda de excedentes, terra cultivadas por "meeiros", ou mesmo fazendas de médio e grande porte que empregam trabalhadores rurais.
- Agropecuária: Estão contempladas nesta classificação as localidades cuja atividade é relacionada à agricultura e também apresenta criação de gado insipiente.
- Assentamento: Trata-se de comunidades agrícolas vinculadas a Movimentos de Luta pela terra, estabelecidas em áreas rurais já desapropriadas pelo INCRA;
- Espaços de veraneio: São loteamentos de residência sazonal. No verão as casas recebem ocupantes e são geradas vagas de trabalho temporário no atendimento aos moradores e visitantes que povoam sazonalmente a área.
- Híbrida: São classificadas desta forma aquelas localidades que apresentam mais de uma atividade produtiva representativa, podendo ser uma combinação das atividades pesqueira, agrícola, de comércio, prestação de serviços e trabalhos temporários no verão.
- Pesqueira: Tem majoritariamente seu modo de vida e formas de subsistência associados à atividade pesqueira, mas eventualmente e por estratégia de sobrevivência desenvolve alguma atividade rural ou urbana.

Padrão de Infraestrutura

- Padrão de infraestrutura precário: Estão aqui classificadas aquelas localidades que não apresentam condições mínimas de infraestrutura. Não há energia elétrica regular, água tratada e encanada, não existe saneamento básico ou coleta de lixo, que muitas vezes é lançado ao rio. O sistema viário é precário, sem pavimentação ou condições de trânsito, principalmente nos períodos chuvosos. Não há estrutura física local de saúde ou educação.
- Padrão de infraestrutura ruim: Aqui estão classificadas as localidades que apresentam apenas as condições mínimas de infraestrutura. Há fornecimento intermitente de

energia elétrica, a água não é tratada, mas é encanada, não existe saneamento básico, mas existem fossas, parte do lixo é queimado e outra é coletada quinzenalmente. O sistema viário é precário e apresenta problemas nos períodos chuvosos. Nem sempre há estrutura física local de saúde ou educação, mas existe nas proximidades.

- Padrão de infraestrutura regular: São classificadas desta maneira localidades que apresentam condições de infraestrutura medianas. Há ligação de energia elétrica (algumas vezes intermitente), há cobertura de telefonia fixa e móvel, a água é encanada e por vezes tratada, majoritariamente as casas têm fossa e a coleta de lixo é, ao menos, semanal. As vias de acesso têm condições de circulação e transporte coletivo. Existe Posto de Saúde e Escola.

8.3.1.2 Atividades Produtivas

A caracterização da Movimentação de Cargas e Rotas Utilizadas para Navegação do Porto de Ilhéus foi realizada a partir dos dados obtidos nos sites da CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia (www.codeba.com.br) e ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários (www.antaq.gov.br), além de uma visita ao Porto de Ilhéus e realização de entrevista com o Administrador do Porto.

Para a caracterização do setor pesqueiro, além da realização de visitas a campo no mês de junho de 2011, foram utilizados, como dados primários, os resultados dos estudos elaborados pela BAMIN para o EIA/RIMA da Ponta da Tulha. A metodologia apresentada a seguir congrega tanto os procedimentos realizados diretamente para a elaboração deste EIA/RIMA quanto aquele da Ponta da Tulha.

Neste estudo, inserido no meio socioeconômico, algumas particularidades quanto às áreas de influência devem ser destacadas. As comunidades do entorno do empreendimento (AEE) foram avaliadas quanto às atividades pesqueiras. Adicionalmente, foram contempladas na avaliação outras comunidades que utilizam áreas de pesca situadas na ADA, na AID e na AII do meio físico/biótico do empreendimento.

- Levantamento Bibliográfico

Procedeu-se ao levantamento de informações e publicações sobre sistemática de coleta de dados já aplicada na região costeira, comparando-as com aquelas aplicadas em outras regiões do país, bem como o levantamento de dados disponíveis sobre a pesca. Um exemplo de publicação foi o Estatpesca, o qual apresenta informações oficiais sobre a pesca.

- Levantamento de dados sobre embarcações, atividade pesqueira e organização social

Para o levantamento das informações referentes à dinâmica pesqueira foi conduzida a elaboração de questionários e entrevistas com pescadores da região e coletados dados referentes à dinâmica de atuação e características físicas das embarcações. As amostragens ocorreram nos principais locais de desembarque pesqueiro: no bairro do Pontal, no antigo Porto de Ilhéus, na praia do Malhado, no bairro de São Miguel, na barra do rio Almada e na Ponta do Ramo.

Durante o presente estudo, foram entrevistadas 123 pessoas, entre pescadores e ajudantes, com distribuição amostral para entrevistas junto ao contingente de pescadores em cada localidade.

Os dados coletados foram armazenados em um banco de dados relacional estruturado no “Microsoft Access for Windows”. Para a caracterização física da frota pesqueira, analisaram-se artes de pesca, licença de captura, comprimento, material construtivo, grau de incremento tecnológico, capacidade de combustível, capacidade de carga e potência de motor das embarcações.

Para estudar a dinâmica de atuação da frota foram levantadas informações sobre o deslocamento geográfico e batimétrico das embarcações. Abordagens durante as atividades em zona praial foram realizadas a fim de caracterizar a pesca de calão. Foram observadas características físicas e da dinâmica de atuação das embarcações em cada ponto de desembarque pesqueiro, com o intuito de verificar se existe setorização da pesca em Ilhéus.

A caracterização da atividade pesqueira na AID do empreendimento, contemplando o georeferenciamento de pesqueiros, frota pesqueira, recursos pesqueiros explorados no mar e no estuário, métodos de pesca praticados e comunidades de pesca existentes foi realizada por meio das informações obtidas em entrevistas com os pescadores nas comunidades situadas na ADA, AID e AII do empreendimento ao longo do rio Almada e na costa marinha dos municípios de Itacaré, Ilhéus, Una e Canavieiras. Porém os maiores esforços para o estudo foram concentrados nas ADA, AID e AII, no município de Ilhéus.

A partir do conhecimento sobre os ecossistemas marinhos, das profundidades associadas ao uso de determinados petrechos e das distâncias alcançadas pelas embarcações, foi possível determinar as áreas preferenciais de cada tipo de pescaria descrito. Além disso, com as cartas náuticas em mãos, foi possível também localizar pontualmente a maior parte dos pesqueiros utilizados pelos pescadores entrevistados. Estes pesqueiros foram representados esquematicamente em mapa e também com verificação “*in situ*” com auxílio de pescadores de linha.

A análise dos produtos pesqueiros foi realizada a partir do estudo da ictiofauna marinha, estuarina e dos rios realizado no âmbito dos estudos biológicos. A amostragem da ictiofauna marinha foi realizada nas áreas de influência do empreendimento, com base em dois métodos (amostragem padronizada e amostragem não padronizada), em três ambientes principais (infralitoral, manguezal de rios costeiros e plataforma continental) e em dois períodos sazonais distintos (estações chuvosa e seca).

A área de amostragem utilizada para análises biológicas do território pesqueiro do litoral norte do município de Ilhéus (BA) foi a AID definida para o Meio Biótico. A campanha representativa da estação chuvosa, denominada Campanha 1 foi realizada no período entre 4 e 8 de julho de 2008; a campanha da estação seca, denominada Campanha 2, ocorreu de 5 a 9 de janeiro de 2009 (estudos do EIA/RIMA da Ponta da Tulha - BAMIN).

A amostragem padronizada teve como objetivo principal possibilitar comparações de riqueza e abundância de espécies (índices de diversidade e similaridade) entre as diferentes estações amostrais. Já a amostragem não padronizada visou a ampliar o número de espécies capturadas, possibilitando o uso de petrechos variados e esforços de pesca indefinidos, em

diversos tipos de habitats. A combinação de amostragens padronizadas e não padronizadas tende a ampliar o universo de espécies constatadas em campo.

8.3.1.3 Uso e Ocupação

Neste trabalho, são apresentados o mapeamento e caracterização do uso do solo da Área Diretamente Afetada (ADA), da Área de Influência Direta (AID) e da Área de Influência Indireta (AII) definidas para o Meio Físico. Essa decisão decorre da especificidade do estudo que requer abordagem de maior detalhe sobre o uso da terra, desnecessária para as escalas de área de influência do Meio Socioeconômico, mesmo se considerada a AID, definida como Ilhéus e Itabuna para este meio.

As categorias de uso do solo são criadas principalmente com a finalidade de classificação das atividades e tipos de assentamento para efeito de sua regulação e controle através de leis de zoneamento, ou leis de uso e ocupação do solo. O nível de detalhamento das categorias ocorre em função da intensidade da intervenção proposta para um determinado território e de suas atividades produtivas.

Na primeira etapa deste trabalho foi utilizado o *software* de Geoprocessamento ArcGis na versão 9.3 para realizar a interpretação das ortofotocartas cedidas pelo Derba para a realização do mapeamento, no sentido de identificar preliminarmente as diversas classes de uso e ocupação do solo das áreas de influência do empreendimento, possibilitando a criação de uma malha de polígonos demarcando as diversas classes de usos. Para o estudo em questão, definiu-se as seguintes categorias:

- Agricultura: Áreas destinadas ao cultivo de plantas com o objetivo de obter alimentos, fibras, energia, matérias-primas ou apenas para contemplação estética.
- Área Alagável: Áreas alagadas permanentes ou sazonais, em função da proximidade a rios e nascentes, ou afloramento do lençol freático.
- Área Urbanizada/ Edificada: É a área caracterizada pela edificação contínua e a existência de equipamentos sociais destinados às funções urbanas básicas, como habitação, trabalho, recreação e circulação. Corresponde também às vilas de trabalhadores e sedes de fazendas nas propriedades rurais.
- Cabruca: Sistema agroflorestal tradicional da região, o qual maneja culturas à sombra das árvores nativas da Mata Atlântica. Relacionado principalmente ao cultivo de cacau, mas utilizado também para outras culturas, como banana, cupuaçu, acerola, dentre outras.
- Floresta Ombrófila: Representada pela faixa de florestas próximas ao litoral.
- Lagoa/ Espelho d'água/ Rio: As lagoas são depressões de formas variadas (principalmente tendente a circulares) de profundidades pequenas e cheias de água doce ou salobra. As lagoas podem ser definidas como lagos de pequena extensão e profundidade. Os rios são cursos naturais de água, que fluem no sentido de um oceano, um lago, um mar, ou outro rio.

- Manguezal: Ecossistema litorâneo, que ocorre em terrenos baixos sujeitos à ação da maré, localizados em áreas relativamente abrigadas, como baía e estuário.
- Pastagem: Áreas destinadas à pastagem de animais. Foram considerados pastos em uso, abandonados ou em descanso. Na área de estudo, muitas pastagens encontram-se em áreas alagadas permanentes ou sazonais.
- Praia: Formação geológica consistindo de partículas soltas de rocha tais como areia, cascalho, ou calhaus ao longo da costa.
- Restinga Antropizada: Ambiente de restinga onde ocorre esporadicamente o pastoreio de animais, a presença de pequenos sítios ou pequenos cultivos.
- Restinga em processo de urbanização: Ambiente de restinga onde há ocupação do homem, exercendo atividades sociais, econômicas e culturais sobre o ambiente, podendo apresentar alterações significativas em relação à paisagem natural original, em função de atividades diversas. Estas atividades podem resultar em ambientes total ou parcialmente modificados, com graus diversos de antropização.
- Solo exposto/ retirada de material: As áreas de solo exposto são caracterizadas por não apresentarem nenhum tipo de cobertura vegetal, sendo utilizadas frequentemente para a retirada de areia, cascalho, ou materiais semelhantes.

Num segundo momento foi realizada visita técnica na AII para a caracterização dos núcleos urbanos, de suas respectivas vias de acesso e também das classes de uso do solo, demarcadas sobre as ortoimagens em escritório. Estes levantamentos foram realizados com o uso de GPS (Sistema de Posicionamento Global) acompanhado dos respectivos registros fotográficos. No caso das fazendas, àquelas que não houve a possibilidade de levantar com GPS durante a visita de campo, foram levantadas a partir da base cartográfica da década de 70 de propriedade da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI.

Depois de confirmados os diversos usos na AII, foi elaborado o mapeamento do uso e ocupação do solo e realizado uma compatibilização/cruzamento com as Macrozonas definidas pelo Plano Diretor do Município (ILHÉUS, 2006) a fim de identificar os possíveis conflitos com a instalação do empreendimento.

Para a caracterização da AII foi utilizado como material de apoio o documento Uso da Terra e Cobertura Vegetal do Litoral Sul da Bahia, elaborado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, de 1998.

8.3.1.4 Patrimônio Arqueológico

- Bens Históricos Tombados e Inventariados

Para a caracterização e indicação dos Bens tombados e inventariados no município de Ilhéus, foi realizado um levantamento junto aos órgãos patrimoniais da União (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN), e do Estado (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPHAC), bem como no município.

No caso do Estado da Bahia, além dos Bens tombados e em processo de tombamento, consultou-se o “Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – IPAC”, que indica Bens de interesse histórico, cultural e arquitetônico. Cabe lembrar que o Inventário realizado pelo Poder Público é uma das formas de acautelamento previstas pela Constituição Federal de 1988.

§ 1º. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de **inventários**, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (Constituição Federal, artigo 216)

Neste trabalho, também foi consultada bibliografia especializada sobre o tema.

- Caracterização do Patrimônio Arqueológico

Para a caracterização arqueológica do Estado da Bahia foi consultada a base do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA/IPHAN, bem como bibliografia especializada.

Buscou-se apresentar um panorama geral dos sítios arqueológicos do estado, e sua localização por município, bem como o histórico das pesquisas arqueológicas desenvolvidas por arqueólogos e instituições.

Diagnóstico Arqueológico da Área de Influência

Por tratar-se de um Diagnóstico Arqueológico Não Interventivo, no trabalho de campo, foi realizado um caminhamento e observação do solo das áreas que serão afetadas pelo empreendimento, em busca de indicadores de qualquer patrimônio arqueológico. Também fez-se um levantamento de documentação histórica, informações bibliográficas, ambientais e entrevistas com moradores.

Desta forma, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

- Caminhamento e reconhecimento das áreas, visando observações de superfície para verificar a ocorrência de vestígios arqueológicos aflorados por fatores naturais ou antrópicos, bem como mudanças na tonalidade da terra e outros indícios;
- Estudo documental e bibliográfico;
- Estudo ambiental;
- Entrevistas com moradores;
- Produção de documentação fotográfica e cartográfica de todo o trabalho realizado.

No levantamento arqueológico e de Bens Históricos Materiais, foi realizado contato com moradores das localidades, realizando-se entrevistas (**Figuras 8.3.1.4.1 a 8.3.1.4.4**), muitas das quais resultaram em indicações importantes sobre o patrimônio local. Também foi um momento de explicar o trabalho de Arqueologia e divulgar as práticas de preservação do Patrimônio Cultural.



Figura 8.3.1.4.1 - Entrevista com Dona Adriene Alves (72 anos), Moradora do Sítio Jequitibá



Figura 8.3.1.4.2 - Entrevista com Dona. Avany Dias (73 anos), Proprietária da Fazenda Olany



Figura 8.3.1.4.3 - Entrevista com o Sr. Santana, Administrador da Fazenda Rio Mar.



Figura 8.3.1.4.4 - Entrevista com a Dona Onorina, da Fazenda Rio Mar.

Ao todo, foram entrevistadas 13 pessoas sobre o patrimônio material.

- Manifestações Culturais

O estudo foi realizado entre os dias 06 a 20 de Julho de 2011, e foi dividido em três etapas, a Primeira Etapa consistiu na Pesquisa dados secundários (estudos das áreas, levantamento bibliográfico); levantamento de contatos; planejamento do campo. Na Segunda Etapa ocorreu o Trabalho de Campo, em que foram realizados levantamentos “*in locu*”. E na Terceira Etapa a sistematização dos dados de Campo e Elaboração do Relatório Final.

Na Primeira Etapa dos levantamentos secundários, foi feito levantamento bibliográfico, consultas aos dados de órgãos oficiais da administração pública nos sites da Prefeitura

Municipal de Ilhéus, Governo da Bahia, Ministério da Pesca e Aquicultura, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fundação Cultural Palmares. A partir desses levantamentos planejou-se o campo e foram registrados dados estatísticos da população e do comércio, das manifestações afro descendentes e das comunidades pesqueiras.

Na Segunda Etapa do trabalho, para a pesquisa de campo, foram adotados os seguintes procedimentos sistemáticos:

- a) Levantamento de campo em instituições e órgãos públicos, institutos não governamentais, feira de abastecimento, mercado de artesanato e comunidades rurais e distritais.
- b) Entrevistas com os funcionários das instituições e moradores das comunidades. Foram entrevistadas **64 pessoas** entre moradores, pescadores, educadores, sacerdotes e sacerdotisas do Candomblé, funcionários públicos, diretores de associações das comunidades rurais, artesãos e comerciantes.
- c) Registros fotográficos relatos escritos das falas dos entrevistados e considerações acerca dos locais visitados.
- d) Recolhimento de material bibliográfico

Segue a relação das pessoas entrevistadas e locais e comunidades visitadas (**Quadros 8.3.1.4.1 e 8.3.1.4.2**).

Quadro 8.3.1.4.1 - Listagem dos Órgãos Públicos e Instituições Visitadas

Município	Localidades	Instituição	Nome	Cargo/Função
Ilhéus	Área Urbana de Ilhéus	Fundação Cultural		Diretor Cultural
		Academia de Letras de Ilhéus	Eliene	Secretária
		Casa dos Artistas		
	Aritaguá	Associação de Moradores de Aritaguá	Vera Lucia Ribeiro	Presidente da Associação de Moradores
	Urucutuca	Escola Multisseriada de Urucutuca	Luciana Pereira	Professora do Ensino Fundamental em Urucutuca e Moradora de Sambaituba
	Sambaituba	Associação dos Moradores de Sambaituba	Jailton Menezes dos Santos	Diretor
		Escola Nucleada de Sambaituba	Jorvina Sena Nascimento	Diretora Escolar
	Vila Campinho	Não localizamos representação institucional		
	Vila Olímpio			
	Ribeira das Pedras			

Quadro 8.3.1.4.2 - Listagem dos Locais e Comunidades Visitadas/Entrevistados

Localidade	Nome	Idade	Atividade/Profissão
Área Urbana de Ilhéus /Centro de Abastecimento	José Carlos Adão - "Box José Albertino"	21	Vendedor (artesanato)
	Ronaldo Luis Silva	45	Artesão (pintura, cerâmica e outros)
	Edson "Box Jô Artesanato"	?	Vendedor e filho de artesã
	André Braga	?	Vendedor (farinha)
	Natalice	?	Vendedora ambulante (coco de dendê, banana da terra e jenipapo)
	Nilza Maria de Jesus	63	Vendedor (ervas medicinais e agricultor)
	Antonio Alves Santos	51	Vendedor (medicinais e fruto do mato)
	Jorge Correa Neves	59	Vendedora (raízes e cereais)
	Danilo A. Nascimento	12	Vendedora(marisco, hortaliças)
Zelia Balbino Conceição	64	Vendedor (frutas e grãos)	
Área Urbana de Ilhéus /Mercado de Artesanato	Raimunita Cabral dos Santos	?	Artesã (licores e produtos diversos de jenipapo e cacau) e vendedora
	José Gonçalves Ribeiro "Myro Artes"	?	Artesão (entalhe em madeira)
	Zenaide Souza		Vendedora (artesanato)
	Joselina de Sousa Bové	70	Artesã e comerciante
	Neuma Moraes Supino	41	Financiadora de Grupo de artesãos e comerciante
	Almir Souza Murta	45	Artesão e Comerciante
Aritaguá	Rita de Cassia Silva Souza	45	Comerciante
	José Raimundo dos Santos (São João de Aritaguá)	?	Morador
	Janice de Oliveira Silva	47	Moradora
	Germano de Oliveira Silva	17	Pescador (filho de pescador)
	Edna Maria de Jesus	39	Doméstica e esposa de pescador
	José Rodrigues dos Santos	?	Aposentado e trabalhador rural
Sambaituba	Maria Lucia Ribeiro	29	Comercio de Alimentação
	Jailton Menezes dos Santos	27	Diretor da Associação de Moradores de Sambaituba e morador
	Robson dos Santos Santana	21	Moradores
	Manuel Santana	21	
Sambaituba	Luciano Jovita da Cruz	17	
	Edvan Nascimento dos Santos	29	Morador e Organizador da Quadrilha de São João
	Adriana dos Santos Nascimento	32	BAZAR MARIA DAS GRAÇAS (leva o nome da sogra)
	Ivone de Assis Santos	65	Auxiliar de Enfermagem
Urucutuca	Maria Helena Oliveira	57	Aposentada – Mãe de Santo Ilê Axé
	Luciana Pereira	?	Professora do Ensino Fundamental em Urucutuca e Moradora de Sambaituba
	Vera Lúcia	?	Moradora (dona de casa)
	Nadir Alves de Oliveira	83	Aposentada
	Josilea Silva Nascimento	29	Merendeira
Vila Olímpio	Eduarda Nascimento	32	Agente Comunitária
	Maria Teixeira dos Santos	55	Moradora e Pescadora
	Antônio Gabriel dos Santos	80	Aposentado e morador da Fazenda São José
	Leticia Calixto Santos	27	Dona de Casa e Catadora de Lenha
Vila Campinho	Izaltina C. Oliveira	36	Dona de Casa e Catadora de Lenha
	Abelar Diógenes Pessoa	62	Morador
	Cirlene dos Santos	44	Comerciante
	Messias Ribeiro	45	Comerciante
	Paulo Teixeira	35	Ajudante
	Joelson Nascimento	29	Pedreiro
	Raimundo de Jesus	50	Trabalhador da Roça

Continua

Quadro 8.3.1.4.2 - Listagem dos Locais e Comunidades Visitadas/Entrevistados Continuação

Localidade	Nome	Idade	Atividade/Profissão
Ribeira das Pedras	José Domingos dos Santos “Rosendo”	68	Morador (migrante sergipano)
	Ana Alves	68	Moradora (migrante sergipana)
	Cosme José	73	Morador
	Maria das Graças dos Santos	58	Moradora e Mãe de Santo
	Laurice Pereira de Jesus	67	Aposentada
	Dalva Tereza de Jesus	64	Aposentada
	Claudionor dos Santos	60	Aposentado e Pedreiro
Vila São José	Rodrigo Teixeira	32	Oleiro (olaria)
	Alana Souza Mattos	17	Dona de Casa
	Celidauva dos Santos	?	Artesã e Acampados
	Carlos Roberto dos Santos	?	Artesão e Acampados

Na terceira etapa, com a organização e sistematização dos dados de campo e produção do relatório, seguiu-se a seguinte estrutura: apresentação do estudo; metodologia adotada; caracterização cultural do município de Ilhéus e das comunidades afetadas pelo projeto; identificação do Patrimônio Imaterial; e as considerações sobre do trabalho realizado.

8.3.2 População

A população total da Área de Influência Indireta - AII que engloba sete municípios alcançava, em 2000, 418.802 habitantes (**Quadro 8.3.2.1**), sendo que a maior parte deles estava localizada no eixo Ilhéus-Itabuna, principalmente nas suas sedes municipais (**Figura 8.3.2.1**). Os centros urbanos de Ilhéus e Itabuna reuniam, em 2000, aproximadamente 162.125 e 191.184 habitantes, respectivamente. Em 2010, a população de Itabuna cresceu aproximadamente 4%, passando para 204.667 habitantes, enquanto o município de Ilhéus apresentou um resultado negativo, com perda acentuada da população que se reduz para 184.236 habitantes.

Ilhéus é a maior unidade, em termos de área territorial e sua densidade populacional, de 119,10 hab./km², é quatro vezes inferior a registrada no município de Itabuna. As áreas rurais de Ilhéus e Itabuna possuíam densidades populacionais baixas, assim como nos demais municípios que compõem a AII. As menores densidades demográficas da AII estão em Uruçuca e Barro Preto.

Quadro 8.3.2.1.1 - População na AII - 2010

Municípios	População hab.	Homens	Mulheres	Area km ²	Densidade hab./km ²
Ilhéus	184.236	89.440	94.796	1.760,004	104,68
Itabuna	204.667	96.936	107.731	432,243	473,50
Itacaré	24.318	12.697	11.621	737,850	32,96
Itajuípe	21.081	10.452	10.629	284,474	74,11
Uruçuca	19.837	9.857	9.980	391,970	50,61
Coaraci	20.964	10.274	10.690	282,648	74,17
Barro Preto	6.453	3.306	3.147	128,380	50,26

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010

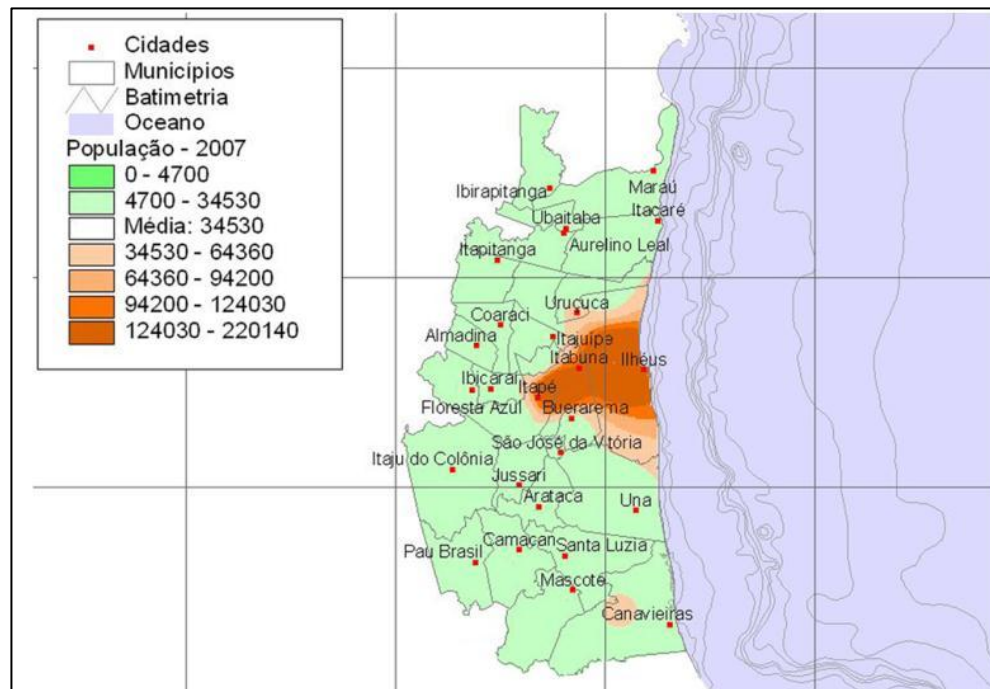


Figura 8.3.2.1.1 - Distribuição Regional da População

Fonte: IBGE (2007, apud IMA, 2009)

No conjunto, a Área de Influência Direta (AID) apresenta uma concentração de população bastante significativa, quando avaliada em relação a todo o Estado da Bahia. No Figura do IBGE (**Figura 8.3.2.2**) é possível observar que, em todo o Estado, além da região de Salvador e de um pequeno ponto na região de Juazeiro, apenas o eixo Itabuna-Ilhéus apresentou uma mancha significativa, indicando densidade populacional elevada no Estado, com mais de 100.000 hab./km².

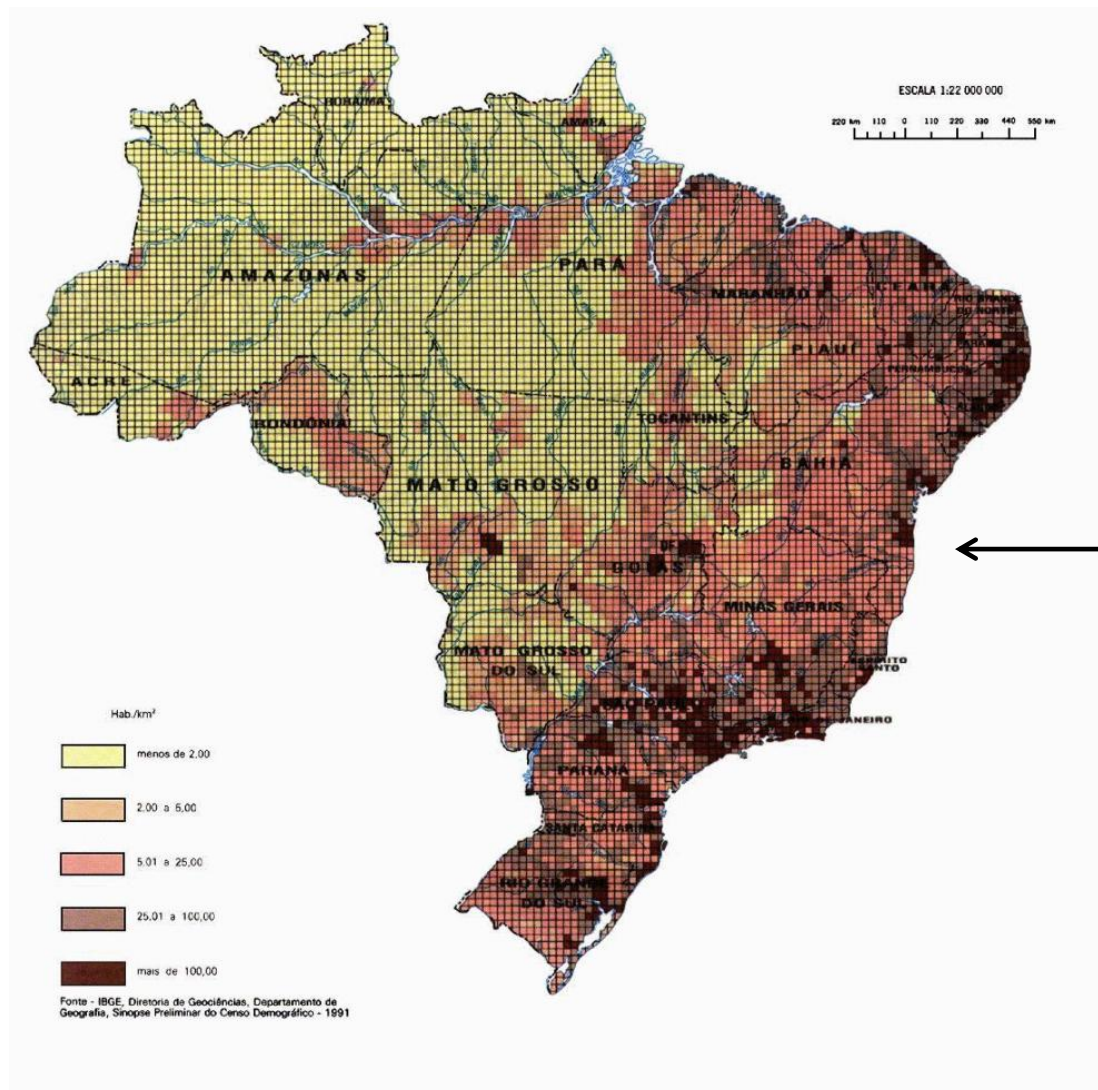


Figura 8.3.2.1.28.3.2.18.3.2.1 - Densidade Demográfica

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico 1994.

8.3.2.1 Distribuição e Mapeamento da População na AID

A distribuição da população de Ilhéus está concentrada de forma mais intensa na sua sede municipal e nas sedes dos distritos. Em menor escala, a distribuição da população está concentrada, ao longo da rodovia Itabuna-Ilhéus, nos bairros implantados nas proximidades do limite urbano, como Banco da Vitória e Salobrinho, onde é possível observar ocupações irregulares; ao longo da rodovia estadual BA-262, em direção a Uruçuca; ao longo do rio Almada, a partir do distrito industrial de Iguape e na região costeira, em direção Norte, a partir da cidade de Ilhéus até Uruçuca, e fora dos limites da AID, na direção de Itacaré. Neste eixo encontram-se inúmeras comunidades litorâneas, como Mamoã, Ponta da Tulha e Serra Grande (Uruçuca).

Em particular, a área do entorno apresenta uma densidade populacional baixa com pequenos núcleos populacionais ao longo do rio Almada, com as comunidades de Aritaguá, Sambaituba, Vila Olímpio, Urucutuca, Ribeira das Pedras e Carobeira, esta última situada um pouco mais para o interior. A área da poligonal também apresenta uma ocupação esparsa e com baixa densidade populacional e alguns pequenos aglomerados rurais como o

assentamento Itariri e a localidade de Valão. Na faixa litorânea, encontram-se alguns condomínios e loteamentos voltados para turismo e veraneio, ao longo do rio Almada, de Aritaguá até Castelo Novo.

8.3.2.2 Renda da População

Os municípios que compõem a AII podem ser agrupados em três categorias, quando analisados sobre os aspectos da evolução da renda e da situação de pobreza. Itabuna e Ilhéus destacam-se dos demais, por apresentarem as maiores rendas per capita e os menores índices de pobreza, concentrando a maior proporção do PIB da região do Litoral Sul, aproximadamente 97%. Os dois municípios também apresentaram taxas de crescimento do PIB, entre 2002 e 2005, superiores aos demais municípios. Itabuna aparece em primeiro lugar, com um crescimento de 7,0% a.a. e Ilhéus, em segundo, com 5,6% a.a.

No segundo grupo, temos Coaraci, Itajuípe e Uruçuca, ocupando uma posição intermediária, em relação à situação de pobreza, e, por último, Barro Preto e Itacaré, que exibem os piores resultados neste aspecto.

O estudo sobre a evolução e a caracterização das manchas de pobreza na Bahia apresenta um resultado semelhante, na sua classificação dos municípios, segundo o grupo. Os oito municípios enfocados fazem parte dos 315 municípios da Bahia em que houve redução da pobreza, no período 1991-2000. Essas unidades administrativas da Bahia foram classificadas, segundo o grau de urbanização, a proporção de pobres, as condições da educação e a situação econômica (valor adicionado ao Estado), em cinco grupos. O Grupo 1¹ corresponde à melhor situação, à menor proporção de pobres, à maior urbanização e IDH e o Grupo 5² corresponde aos piores resultados nestes quesitos (**Quadro 8.3.2.2.1**).

Quadro 8.3.2.2.1 - Classificação dos Municípios por Grupos Segundo a Renda e Situação de Pobreza

Município	Grupo em 1991	Grupo em 2000
Ilhéus	5	1
Itabuna	5	1
Coaraci	5	2
Itajuípe	5	2
Uruçuca	5	2
Barro Preto	5	4
Itacaré	5	4

Fonte: SEI (2008)

Percebe-se que, em 1991, todos os municípios se encontravam no grupo 5, ou seja, ostentavam as piores condições do Estado. Em 2000, Ilhéus e Itabuna apresentaram as melhores evoluções, passando para o grupo 1. Coaraci, Itajuípe e Uruçuca apresentaram um desempenho menor, passando para o grupo 2³. Barro Preto e Itacaré apresentaram resultados bem mais modestos, passando apenas para o grupo 4⁴.

¹ Grupo formado por 48 municípios que apresentam, em média, a menor proporção de pobres, a melhor condição econômica, as melhores condições educacionais e um indicador Demográfico melhor que a média do Estado (SEI, 2008, p. 88).

² Grupo constituído por 41 municípios com as piores condições estaduais, exceto pelo indicador demográfico, e menor grau de urbanização (SEI, 2008, p. 89).

³ Formado por 129 municípios que apresentam níveis de pobreza menores que a média do Estado, uma condição econômica dentro da média do Estado e situação favorável em relação aos índices Demográfico e de escolaridade (SEI, 2008, p. 88).

⁴ Grupo de 110 municípios caracterizados por apresentarem níveis de pobreza acima da média, indicadores sociais abaixo da média e os piores índices demográficos.

Conforme se observa no **Quadro 8.3.2.2.2**, Barro Preto apresentava, em 1991, uma renda média de R\$ 37,30⁵, a mais baixa de todos os municípios enfocados. Entre 1991 e 2000, esse Município registrou um crescimento de renda média em torno de 125%. Esse incremento foi o dobro do obtido por Uruçuca, o segundo colocado em termos de aumento de renda. Mesmo com esse aumento, Barro Preto continuou a apresentar um desempenho muito fraco, em termos de renda média, cerca de 84,00 reais.

Ilhéus, em 1991, apresentava a segunda melhor renda da AII, atrás apenas de Itabuna. Apesar da crise da economia cacauzeira, o Município conseguiu um incremento de 62,70%, em sua renda média que, em 2000, alcançou 170,22 reais per capita. A renda per capita de Itabuna cresceu somente 24,65%, no mesmo período, passando de R\$ 166,39 para R\$ 207,40. Itacaré apresentou o pior desempenho, no aumento de renda, entre 1991-2000. Com um aumento de 6,70%, sua renda per capita passou de R\$ 79,38 para R\$ 84,70. Em 2000, a renda per capita dos municípios menores ficou em torno dos 88 reais. Apenas Itabuna ultrapassou o limite dos 200,00 reais de renda média. Em 2000, todos os municípios apresentaram renda per capita superior ao limite de pobreza estabelecido em meio salário mínimo.

Em Barro Preto, a pobreza (proporção de pessoas com renda per capita inferior a meio salário mínimo) foi reduzida em 22,48%; em Coaraci, em 15,88%; em Ilhéus, em 23,14%; em Itabuna, em 21,19%, em Itacaré em 6,39%, em Itajuípe em 13,56% e, em Uruçuca em 20,02%. Três dos municípios estudados (Barro Preto, Itacaré, Itajuípe) possuem uma proporção de pobres em torno dos 70%. Itabuna, com 43,9% de pobreza, é o município que apresentou o melhor resultado da AII. Esse índice, contudo, é ainda muito elevado e demonstra a situação de vulnerabilidade dos municípios da AII.

Quadro 8.3.2.2.2 - Renda Média Per Capita (1991 e 2000)

Municípios	1991	2000
Barro Preto	37,3	84,1
Coaraci	67,7	99,2
Ilhéus	104,6	170,2
Itabuna	166,4	207,4
Itacaré	79,4	84,7
Itajuípe	73,9	97,8
Uruçuca	51,7	84,1

Fonte: PNUD.

A análise do Índice de Gini indica que a desigualdade social aumentou em Ilhéus, Barro Preto e Uruçuca, no período entre 1991 e 2000. No primeiro, o Índice de Gini passou de 0,63 para 0,64, no período; no segundo, passou de 0,46 para 0,52; no terceiro de 0,52, para 0,53. Esses dados indicam que, apesar da diminuição da pobreza e do aumento da renda média da população, a riqueza produzida não foi apropriada de forma equilibrada, aumentando a concentração de renda nestes municípios. Este fenômeno ocorreu de forma mais intensa no município de Barro Preto.

Em Itabuna, Itacaré, Itajuípe e Coaraci houve uma redução nos índices de desigualdade social. Em Itabuna, o índice de desigualdade caiu de 0,68 para 0,64; em Itacaré, de 0,62 para 0,59; em Itajuípe, de 0,62 para 0,58, e, em Coaraci, de 0,62 para 0,60. Apesar dos avanços, a região ainda apresenta um quadro de concentração de renda elevado, superior à média estadual de 0,49.

⁵ O salário mínimo na ocasião era de 151 reais.

✓ População Economicamente Ativa

A análise dos indicadores econômicos, tais como renda, proporção de pobres e desigualdade, vistos acima, vem apresentando melhoras no período de 1991 a 2000. Contudo, o número de trabalhadores desempregados, subempregados ou em atividades informais, é bastante elevado nas áreas de Influência Indireta, Direta e Diretamente Afetada.

Ao analisar a População em Idade Ativa (PIA) e a População Economicamente Ativa (PEA) dos municípios da AII (**Quadro 8.3.2.2.3**), observa-se que a disponibilidade de mão de obra ainda é bastante elevada, passível de ser absorvida por novos investimentos na região, pois, quando projeta-se os dados referentes ao ano de 2000, para 2010, estes apresentam um significativo aumento, corroborando ainda mais esta análise.

A AII possui um contingente economicamente ativo de aproximadamente 423.768 trabalhadores. Apenas no eixo Itabuna-Ilhéus estão concentrados cerca de 339.046. O total da população economicamente ativa da AII representa mais de 25% do total do Sul da Bahia, indicando a importância da área abrangida pelo novo empreendimento. Nesta análise, observa-se que 53% do total da PIA da AII não se encontram entre a PEA, representando um contingente de mão de obra em idade ativa que não está efetivamente ocupado, estando disponível para atuar no mercado de trabalho. Destaca-se o eixo Itabuna-Ilhéus, com 82% da PEA nessa microrregião.

Quadro 8.3.2.2.3 - Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Economicamente Ativas e Efetivamente Ocupadas na AII, 2000

Município	Pessoas de 10 anos ou mais de idade (PIA)	Pessoas economicamente ativas (PEA)	Pessoas efetivamente ocupadas
Barro Preto	6.810	2.941	2.415
Coaraci	22.174	10.936	7.246
Ilhéus	177.671	93.918	72.845
Itabuna	161.375	89.410	67.282
Itacaré	13.416	7.239	6.576
Itajuípe	17.984	8.945	6.446
Uruçuca	16.107	7.217	5.126
Total	447.849	236.225	180.824
Microrregião Sul Baiano	1.542.608	805.384	649.419

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

Em função dessa realidade, existe, como já mencionado, um alto grau de informalidade nesses municípios, bem como taxa de desocupação, conforme se podemos analisar no **Quadro 8.3.2.2.4**, a seguir. Observa-se que a informalidade varia praticamente de 50% a 77%, situando-se na média geral do Litoral Sul, decorrente de ocupações sem carteira assinada, seja por situações informais ou subemprego.

Quadro 8.3.2.2.4 - Grau de Informalidade na Ocupação e Taxa de Desocupação na AII, 2000

Município	Grau de informalidade em % (1)	Taxa de desocupação em % (2)
Barro Preto	52,22	17,89
Coaraci	61,66	33,74
Ilhéus	57,68	22,44
Itabuna	53,85	24,75
Itacaré	77,10	9,16
Itajuípe	55,37	27,94
Uruçuca	55,72	28,97
Litoral Sul	66,22	20,94

Fonte: IBGE. Censo Demografia 2000.

(1) [(Empregados sem carteira assinada + conta própria + não remunerado em ajuda a membro do domicílio + trabalhador na produção para consumo próprio) / pessoas ocupadas] x 100.

(2) (Desocupados/PEA) x100.

8.3.2.3 Distribuição da População por Idade e Sexo

A análise da estrutura etária das populações dos municípios que compõem a AII indica algumas diferenças significativas entre si. Entretanto, de um modo geral, as pirâmides etárias (**Figuras 8.3.2.3.1 a 8.3.2.3.7**) retratam que, nos últimos anos, a despeito de quedas continuadas nas taxas de mortalidade infantil e de fecundidade, ainda persistem aspectos típicos de sociedades subdesenvolvidas: topo estreito em relação à base, ou seja, baixa esperança de vida e populações elevadas nas faixas que compõem a base da pirâmide. A população é predominantemente jovem e com tendência a envelhecer. Nos municípios pequenos, a população é predominantemente masculina, enquanto que, em Coaraci, Itabuna e Ilhéus, predomina a população feminina.

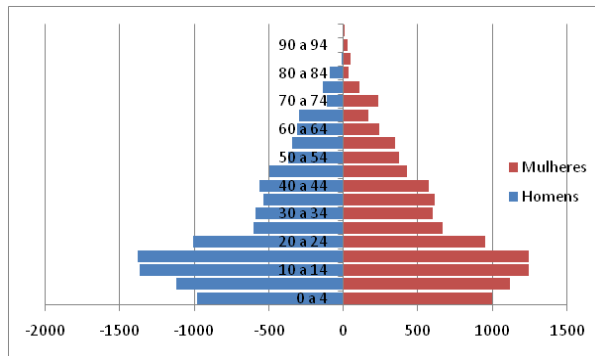


Figura 8.3.2.3.1 - Pirâmide Etária - Uruçuca

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010

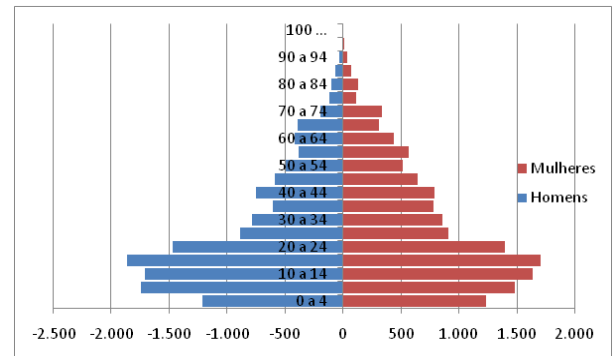


Figura 8.3.2.3.2 - Pirâmide Etária de Coaraci

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010

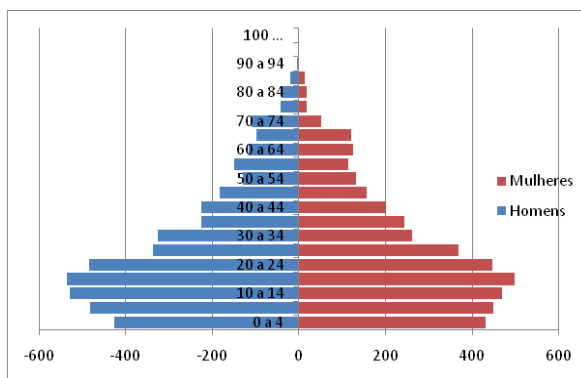


Figura 8.3.2.3.3 - Pirâmide Etária de Barro Preto

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010

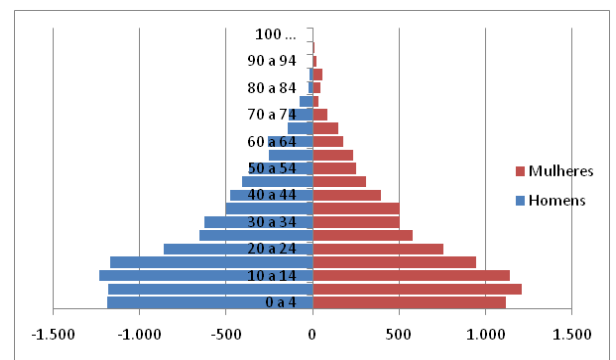


Figura 8.3.2.3.4 - Pirâmide Etária de Itacaré

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010

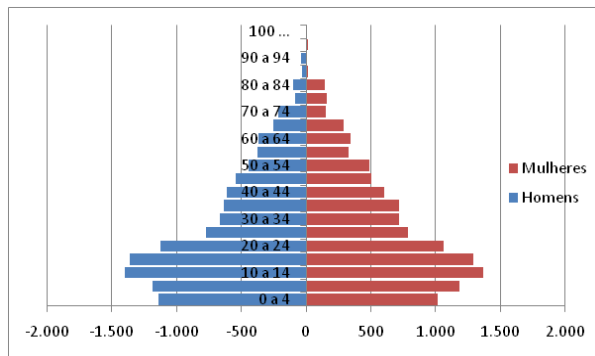


Figura 8.3.2.3.5 - Pirâmide Etária de Itajuípe

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010

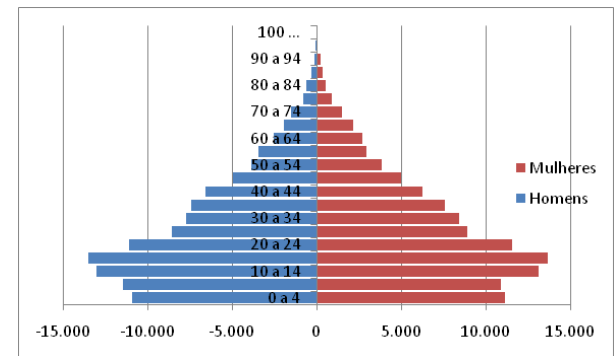


Figura 8.3.2.3.6 - Pirâmide Etária de Ilhéus

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010

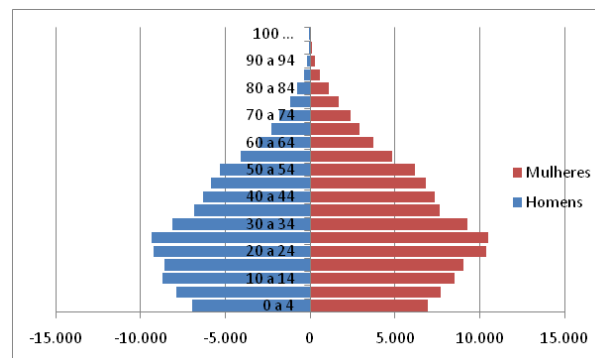


Figura 8.3.2.3.7 - Pirâmide Etária de Itabuna

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010

Em 2010, Barro Preto possuía uma composição achatada, indicando uma concentração de população na faixa de 0 a 24 anos, e a predominância do sexo feminino. No período de 1991 a 2000, a mortalidade infantil, segundo o PNUD, reduziu-se em 32,54%, passando de 96,4‰ para 65,0‰, enquanto a esperança de vida aumentou em 4,25 anos, passando de 55,0 para 59,2 anos. A fecundidade total caiu de 4,1 para 2,4 filhos por mulher. Barro Preto detinha, em 2000, junto com Itacaré, os piores resultados da AII, em relação à mortalidade infantil e à esperança de vida ao nascer.

Itacaré, em 2010, apresentou uma estrutura etária que reúne as características mais evidentes de sociedades subdesenvolvidas, com base ampla e redução acentuada de população nas faixas mais elevadas. O Município possui uma distribuição etária concentrada na base da pirâmide, com redução da população a partir da faixa dos 20 anos, para os homens, e dos 15, para as mulheres.

O Município ostentava, em 1991, os piores indicadores de mortalidade infantil, fecundidade e esperança de vida ao nascer de toda a AII. Entre 1991 e 2000, conseguiu reduzir a mortalidade em 33,01%, passando de 97,03‰ para 65,00‰ nascidos vivos. Apesar dos avanços, Itacaré continuava ostentando, em 2000, o pior quadro de mortalidade, expectativa de vida e natalidade da AII. A expectativa de vida aumentou em 4,36 anos, passando de 54,84 anos para 59,20, e a fecundidade total, que era significativamente alta em 1991, passou de 5,7 filhos por mulher para 3,5 em 2000.

Ilhéus, em 2010, possuía uma pirâmide etária de base ampla e topo estreito, com sinais de envelhecimento pela base. Trata-se de um perfil que apresenta, ao mesmo tempo, aspectos de sociedades em desenvolvimento junto aos de sociedades subdesenvolvidas. Entre 1991 e 2000, o Município reduziu a sua taxa de mortalidade infantil em 19,79%, passando de 48,01‰ para 38,51‰. A esperança de vida ao nascer foi ampliada em 1,54 ano, passando dos 64,59 anos, registrados em 1991, para 66,13 anos, em 2000. A fecundidade caiu de 3,7 filhos por mulher para 2,2.

A representação gráfica da distribuição etária de Itabuna de 2010 é a que mais se aproxima das pirâmides de sociedades desenvolvidas. A base estreita aponta para um envelhecimento pela base e uma redução na taxa de fecundidade. A perda na faixa dos 24 aos 54 anos apresenta-se de forma menos acentuada que nas demais representações gráficas examinadas. Itabuna é o único município em que, na faixa de 0 a 19 anos, há um predomínio da população feminina. A mortalidade infantil, que alcançava 61,9‰ em 1991, foi reduzida para 29,8‰, em 2000. Esse ganho de 51,7% foi o mais significativo entre os municípios enfocados. Neste município também foi registrado o incremento mais significativo, na esperança de vida ao nascer, que aumentou em 7,56 anos, passando de 61,39 anos para 68,95. A taxa de fecundidade reduziu-se de 3,0 para 2,2 filhos por mulher, no mesmo período.

Uruçuca em 2010 destaca-se um pouco dos demais municípios, por evidenciar perdas populacionais significativas, a partir da faixa dos 20 aos 24 anos e, novamente, na faixa dos 25 anos, muito embora todos os municípios, com exceção de Ilhéus e Itabuna, também apresentem perdas acentuadas de população jovem. Porém, nas quatro faixas subsequentes, o quantitativo da população permanece estável. O Município apresenta uma pirâmide de base larga, com uma redução acentuada de população na faixa dos 20 anos em diante. Como a base territorial manteve-se inalterada nas duas últimas décadas, pode-se descartar a perda de contingente populacional, por conta de alteração da área municipal.

Uma possível explicação para essa distorção seria o aumento na taxa de natalidade e a redução na mortalidade infantil, a partir dos últimos 20 anos. Uruçuca possuía, em 1991, uma taxa de mortalidade de 54,44%. No censo de 2000, esse índice foi reduzido em 46,23%, fazendo a taxa cair para 29,27%, o menor de toda a AII. A esperança de vida ao nascer, que apresentava o melhor índice da AII, em 1991, sofreu um incremento de 6,10 anos, o segundo maior entre os componentes da AII, passando de 63,05 para 69,15. Com isso, o Município ostenta também a melhor posição entre os que compõem a AII, em relação à expectativa de vida. A fecundidade por mulher caiu de 4,3 filhos para 2,5, em 2000.

Em Coaraci em 2010, percebe-se uma ligeira predominância de elementos do sexo feminino na sua estrutura. A representação gráfica também aponta duas reduções na população masculina (classes ocas), nas faixas de idade de 35 a 39 anos e de 55 a 59 anos, sugerindo perdas atípicas de população masculina, nos quadriênios de 1953-57 e 1968-72, seja por redução abrupta da natalidade ou por fluxos migratórios.

A mortalidade foi reduzida em 30,58%, passando de 54,44% para 37,79%; a esperança de vida aumentou 3,30 anos, passando de 63,05 para 66,35 anos, e a fecundidade foi reduzida de 3,2 para 2,4 filhos por mulher, em 2000.

Itajuípe apresentou em 2010 uma pirâmide etária de base estreita, com predominância da população jovem na faixa de 10 a 19 anos, com redução acentuada de população na faixa dos 25 anos em diante. Entre 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil foi reduzida em 35,27%, passando de 68,45% para 44,31%. A expectativa de vida foi aumentada em 4,40 anos, passando de 60,02 anos para 64,42. A fecundidade caiu de 3,8 filhos por mulher para 2,5 em 2000.

As perdas elevadas de população jovem na maioria dos municípios indicam que muitos jovens migram em busca de trabalho ou para dar continuidade aos seus estudos. A falta de oportunidades fica evidente nos municípios mais pobres. O mesmo fenômeno não pode ser observado em Ilhéus e Itabuna que constituem os dois grandes centros econômicos da região

A redução da população das áreas rurais é um fenômeno que vem ocorrendo, nas últimas décadas, de forma acelerada em todo o Brasil (**Quadro 8.3.2.3.1**). Em 1970, Uruçuca e Barro Preto apresentavam uma população rural superior à urbana. No censo de 2010, todos os municípios da AII apresentaram população urbana superior à rural (**Quadro 8.3.2.3.2**).

Quadro 8.3.2.3.1 - População Residente por Situação de Domicílio

Município	1970			1980			1991			2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Barro Preto	5.978	1.916	4.062	8.200	3.396	4.804	10.601	4.589	6.012	8.602	5.159	3.443
Coaraci	21.759	13.898	7.861	27.412	16.353	11.059	31.064	21.659	9.405	27.852	23.269	4.583
Ilhéus	107.971	66.046	41.925	131.456	80.831	50.625	223.750	144.232	79.518	222.127	162.125	60.002
Itabuna	112.721	94.827	17.894	153.339	137.724	15.615	185.277	177.561	7.716	196.675	191.184	5.491
Itajuípe	19.828	10.682	9.146	24.986	12.840	12.146	24.931	15.972	8.959	22.511	16.123	6.388
Uruçuca	15.123	5.477	9.646	21.936	9.571	12.365	30.763	9.040	21.723	20.323	14.158	6.165
Itararé	14.104	2.656	11.448	13.207	3.005	10.202	18.431	4.275	14.156	18.120	7.951	10.169

Para os anos de 1970, 1980 e 1991, dados da amostra; para o ano de 2000, dados do universo.
 Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

Itabuna, dentre os municípios enfocados, já apresentava em 1970 a menor população rural, em termos relativos. Em 1991, a taxa de urbanização atingiu 95,84%. Entre 1991 e 2000, o processo de urbanização sofre um aumento de 1,43%, reduzindo-se a população rural de 15,87% para apenas 2,79%, em 2000.

Quadro 8.3.2.3.2 - População por Situação de Residência Urbano Rural - 2010

Município	2010		
	Total	Urbana	Rural
Barro Preto	6.453	5295	1.158
Coaraci	20.964	19.130	1.834
Ilhéus	184.236	155.281	28.955
Itabuna	204.667	199.643	5.024
Itajuípe	21.081	16.839	4.242
Uruçuca	19.837	15.779	4.058
Itararé	24.318	13.642	10.676

Fonte IBGE Censo Demográfico 2010

Em 2010, a taxa de urbanização de Itabuna chegou a 97,54% (**Figuras 8.3.2.3.8 a 8.3.2.3.14**). Itabuna e Coaraci, que registravam aproximadamente 16,45% de sua população na área rural, são os dois municípios com as maiores taxas de urbanização na área estudada. Em Ilhéus, a taxa de urbanização passou de 63,57% para 72,99%, no mesmo período, chegando, em 2010, a 84,28%. A população rural deste Município, que vinha crescendo em termos absolutos desde 1970, sofreu uma redução brusca na última década, passando para 28.955 habitantes, em 2010. A perda de população rural em Ilhéus e sua estagnação em Itabuna refletem a crise no setor cacauzeiro que repercutiu sobre esses dois municípios, nas últimas décadas.

Uruçuca foi o Município da região onde o processo de urbanização apresentou o perfil mais explosivo, dentre os que constituem a AII. O incremento da taxa de urbanização, entre 1991 e 2000, foi de 112,92%, passando de 32,72% para 69,66%. O processo de urbanização de Itararé foi o segundo mais intenso, dentre os municípios da AII. Em 1991, sua taxa de urbanização, que era de 23,19%, passa para 43,88%, em 2000, representando um incremento de 89,18%. Barro Preto aparece em terceiro lugar, com um aumento de 38,55% em sua taxa de urbanização, entre 1991 e 2000, passando de 43,29% para 59,97% no período. Coaraci, cuja taxa de urbanização exibia valores relativamente altos, em 1991, considerando o tamanho do Município, aumentou ainda mais, no período, passando de 69,72% para 83,55%, o que representa um aumento de 19,82%. Itajuípe registrou um crescimento da taxa de urbanização de 11,80%, passando de 64,06% para 71,62%.

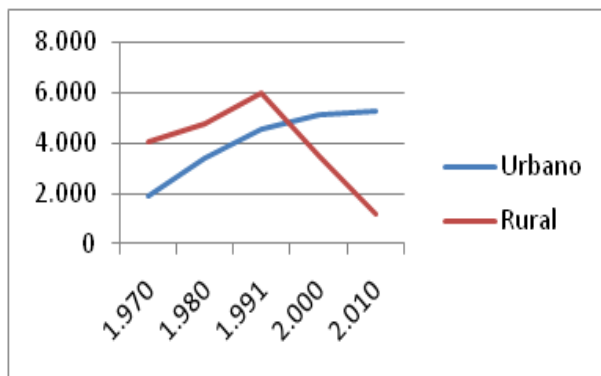


Figura 8.3.2.3.8 - Evolução Urbano Rural - Barro Preto

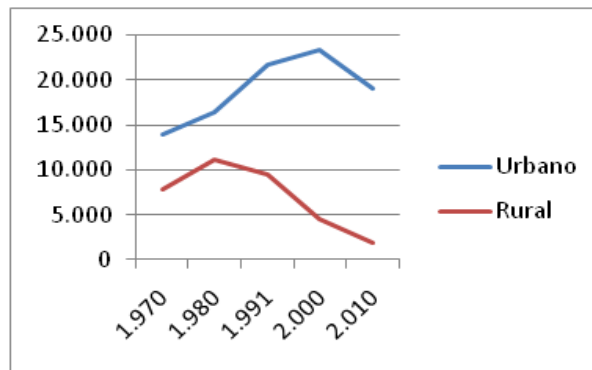


Figura 8.3.2.3.9 - Evolução Urbano Rural - Coaraci

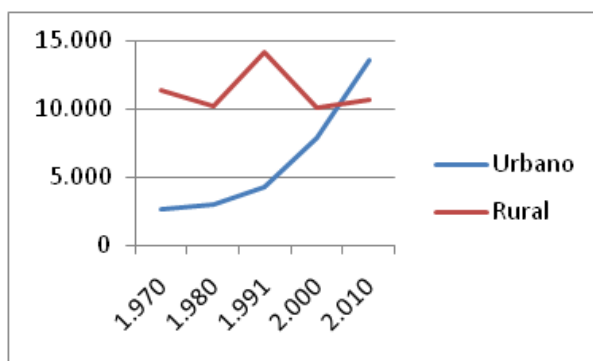


Figura 8.3.2.3.10 - Evolução Urbano Rural - Itacaré

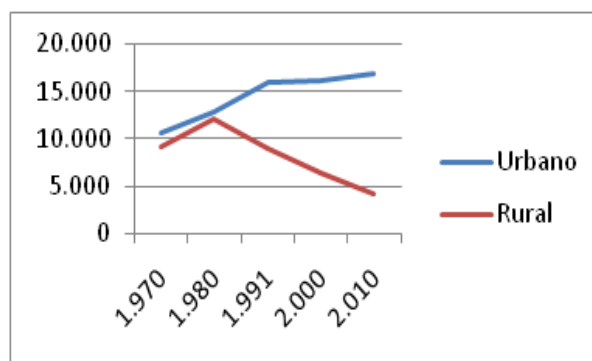


Figura 8.3.2.3.11 - Evolução Urbano Rural - Itajuípe

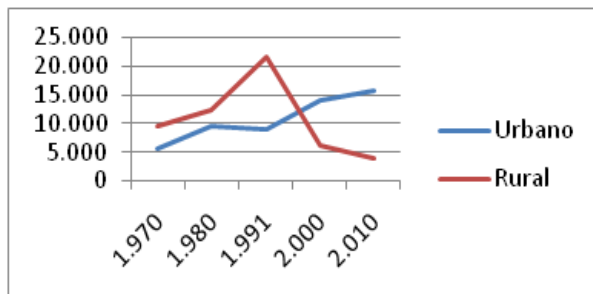


Figura 8.3.2.3.12 - Evolução Urbano Rural - Uruçuca

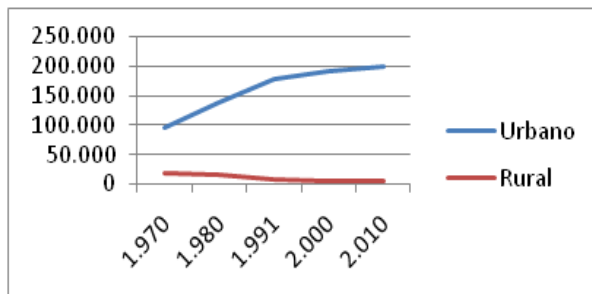


Figura 8.3.2.3.13 - Evolução Urbano Rural - Itabuna

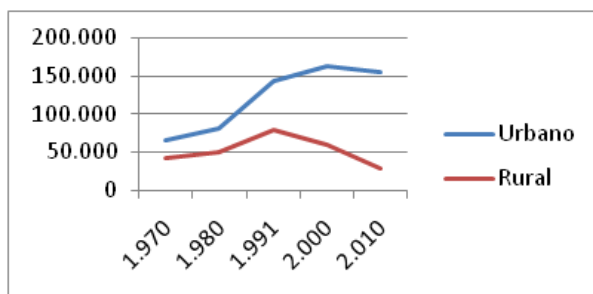


Figura 8.3.2.3.14 - Evolução Urbano Rural - Ilhéus

8.3.2.4 Fluxos Migratórios e Deslocamentos

Em seu relatório referente ao ano de 2000, sobre deslocamentos e fluxos migratórios, o IBGE (2003) reconhece a complexidade dos dados e a possibilidade de se obterem valores

discrepantes, conforme a metodologia adotada para se medir a migração. Os dados empregados na análise a seguir foram obtidos do resultado do censo de 2000 e do estudo já citado.

A Bahia vem se caracterizando historicamente pela expulsão de população (**Figura 8.3.2.4.1**). Em 1991, o Estado contabilizou o ingresso de 601.116 habitantes e a saída de 2.275.381. Em 2000, esse quadro se repetiu, com a entrada de 742.729 habitantes e a saída de 3.065.935⁶. O saldo migratório negativo no Estado da Bahia é bem mais acentuado na zona rural do que na urbana. Entre 1995 e 2000, a área rural baiana contabilizou uma saída 2,76 vezes superior à entrada de população, enquanto que, na área urbana, a saída foi 1,90 vez maior que a entrada. Trata-se de um movimento da população para grandes territórios de oportunidade.

De uma forma geral, a Bahia não sofre uma influência significativa de população não natural, a não ser, possivelmente, na região do extremo oeste baiano, principalmente em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, onde a presença de não naturais é bastante significativa. Segundo o estudo do IBGE, o Estado da Bahia vem apresentando uma redução da população não natural nas últimas décadas.

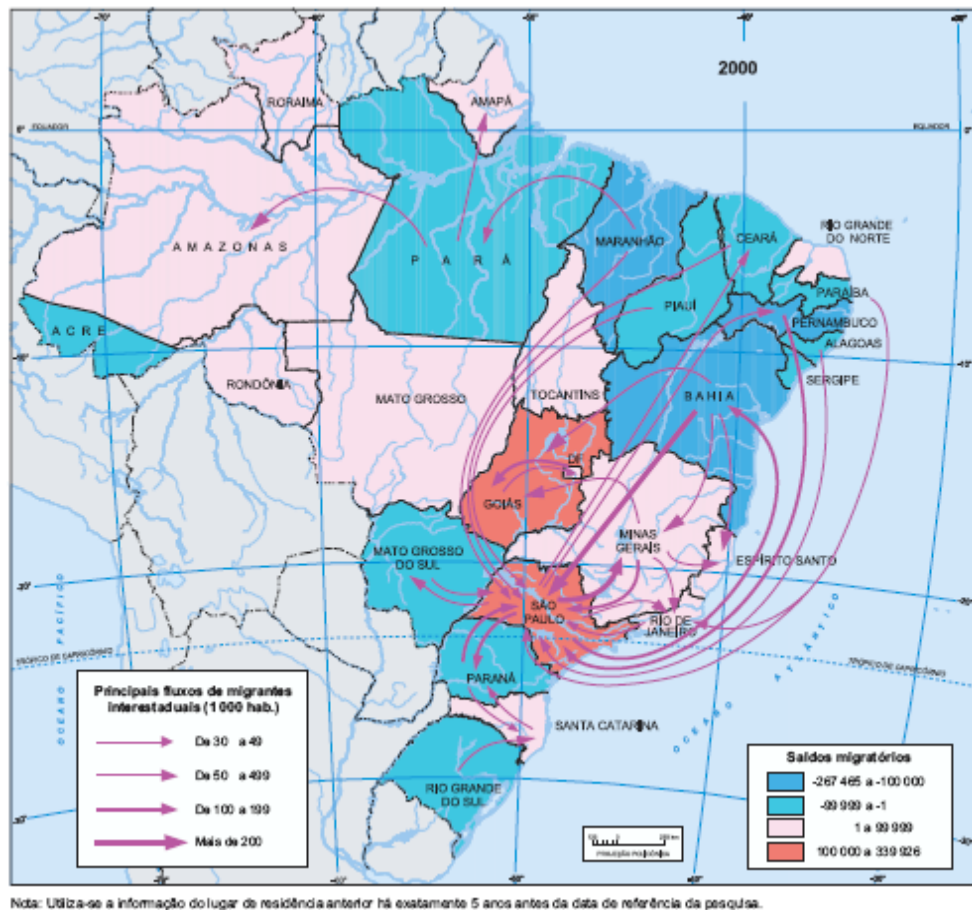


Figura 8.3.2.4.1 - Fluxo de Migrantes Interestaduais (2000)

No censo de 2000, o IBGE registrou a presença de aproximadamente 24.702 habitantes não naturais dos municípios da AII, independente do tempo de residência. Este total inclui 555 habitantes originários de países estrangeiros. Barro Preto contribuiu para este contingente com

⁶ Entradas e saídas, utilizando-se a informação de lugar de nascimento 1991/2000 e que contabiliza os movimentos ao longo da vida do migrante e não apenas os dos últimos 2, 4, 8, 10 anos.

82 habitantes; Coaraci, com 611; Itajuípe, com 555; Itacaré, com 611 e Uruçuca com 433. Ilhéus e Itabuna são os municípios da AII que receberam o maior e mais diversificado contingente de habitantes de outras unidades da Federação.

Em Ilhéus, residiam 9.895 habitantes de praticamente todas as UF's do País, com exceção de Roraima, Amapá, Tocantins e Piauí. Além destes, o Município abrigava 309 estrangeiros. Em Itabuna, residiam 1.089 habitantes de todos os estados, com exceção de Roraima, Amapá, Tocantins, Piauí e Mato Grosso do Sul. A maior parte desta população é originária da região sudeste do País: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. A região Nordeste aparece em seguida, principalmente os estados de Sergipe e Pernambuco.

Com base no **Quadro 8.3.2.4.1** que registra o número de pessoas não naturais, com menos de 10 anos ininterruptos de residência, nota-se que Itacaré, com uma taxa de 2,28%, foi o município de pequeno porte que apresentou a maior proporção de ingresso de não naturais da AII, no período de 1991 e 2000. Essa taxa foi superior à de Ilhéus, com 2,14%, e Itabuna, com 1,93%. Entre os municípios pequenos, a taxa de ingresso oscilou entre 0,40%, para Barro Preto, e 0,89%, para Uruçuca. É interessante observar que grande parte do contingente de não naturais em Ilhéus e Itabuna residiam no local há menos de um ano quando da realização do censo de 2000. Além disso, a parcela maior de migrantes passou a residir ali, entre 1 e 2 anos da realização do censo, o que significa que este processo migratório foi mais acentuado no período de 1998 e 1999.

Quadro 8.3.2.4.1 - Pessoas não Naturais da Unidade da Federação, com Menos de 10 Anos de Tempo Ininterrupto de Residência na Unidade da Federação

Município	Total População 2000	(%) Na população	Total de Não naturais	Menos de 1 ano	1 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 9 anos
Barro Preto	8.602	0,40	34	6	15	5	8
Coaraci	27.852	0,77	215	36	93	60	26
Ilhéus	222.127	2,14	4 743	727	1 515	1 094	1 406
Itabuna	196.675	1,93	3 793	309	1 567	1 000	918
Itacaré	18.120	2,28	413	53	181	67	111
Itajuípe	22.511	0,51	115	-	44	27	44
Uruçuca	20.323	0,89	180	-	100	55	24

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000

O deslocamento populacional⁷ para outras unidades da federação ocorre nos municípios de pequeno porte da AII, de forma mais acentuada, entre os habitantes situados na faixa de idade de 15 a 24 anos, o que pode ser atribuído, em sua maior parte, à necessidade de se deslocar para a complementação dos estudos nas séries de segundo grau e, em menor escala, para estudos universitários. Embora não seja possível descartar os deslocamentos, entre habitantes jovens, motivados pela busca de trabalho, esse fenômeno é mais visível na faixa de idade dos 24 aos 65 anos.

Os deslocamentos para trabalho ou estudo entre os moradores da faixa de idade dos 15 aos 24 anos não se destacam muito nos municípios de Ilhéus e Itabuna, que possuem rede escolar para atender à demanda de matrículas para as últimas séries do segundo grau e para a universidade (**Quadro 8.3.2.4.2**). Em Itabuna, os índices de deslocamento na faixa de idade de 25 a 64 anos, mais característicos dos deslocamentos em busca de trabalho, ao contrário

⁷ Os dados aqui apresentados referem-se tanto aos deslocamentos diários, de curta duração, quanto aos que podem levar vários meses, como no caso dos indivíduos que se deslocam para realizar estudos universitários.

dos demais municípios estudados, superam os da faixa de 15 a 24 anos. Em Itacaré, não houve registros de casos de residentes que trabalhavam ou estudavam em outra unidade da Federação.

Quadro 8.3.2.4.2 - Deslocamento para Trabalho ou Estudo

Municípios	Total (1)	Trabalhavam ou estudavam no município de residência	Não trabalhavam nem estudavam	Trabalhavam ou estudavam em outro município da Unidade da Federação	Trabalhavam ou estudavam em outra Unidade da Federação	Trabalhavam ou estudavam em país estrangeiro
Barro Preto	8 602	57,45	39,50	2,92	0,13	-
0 a 14 anos	2 793	70,61	29,11	0,29	0,00	-
15 a 24 anos	1 970	63,45	30,30	5,63	0,56	-
25 a 64 anos	3 299	50,47	46,07	3,46	0,00	-
65 anos ou mais	540	10,19	86,67	3,15	0,00	-
Coaraci	27 852	56,42	40,88	2,15	0,47	-
0 a 14 anos	9 030	67,81	31,40	0,60	0,21	-
15 a 24 anos	6 448	68,39	27,00	3,52	1,09	-
25 a 64 anos	10 452	47,20	49,40	2,97	0,34	-
65 anos ou mais	1 922	12,80	85,69	0,47	0,42	-
Ilhéus	222 127	61,20	37,65	0,90	0,20	0,05
0 a 14 anos	70 557	63,68	35,97	0,32	0,03	-
15 a 24 anos	49 776	70,62	27,50	1,48	0,38	0,02
25 a 64 anos	90 751	59,95	38,64	1,13	0,25	0,03
65 anos ou mais	11 043	13,29	86,56	0,14	0,00	-
Itabuna	196 675	63,64	34,86	1,31	0,17	-
0 a 14 anos	56 421	72,60	27,13	0,20	0,04	-
15 a 24 anos	44 121	74,42	24,07	1,18	0,34	-
25 a 64 anos	84 769	58,78	38,85	2,14	0,19	-
65 anos ou mais	11 364	13,54	85,30	1,12	0,05	-
Itacaré	18 120	63,13	36,01	0,80	-	-
0 a 14 anos	7 081	59,27	39,85	0,88	-	-
15 a 24 anos	3 733	68,15	29,71	1,88	-	-
25 a 64 anos	6 500	69,14	30,66	0,20	-	-
65 anos ou mais	806	25,56	74,44	0,00	-	-
Itajuípe	22 511	56,64	39,88	3,19	0,30	-
0 a 14 anos	7 291	68,11	31,50	0,38	0,00	-
15 a 24 anos	4 831	64,54	29,43	4,82	1,20	-
25 a 64 anos	8 907	50,01	44,84	5,05	0,10	-
65 anos ou mais	1 482	14,24	85,29	0,47	0,00	-
Uruçuca	20 323	55,53	42,69	1,73	0,05	-
0 a 14 anos	6 824	60,74	38,01	1,17	0,07	-
15 a 24 anos	4 578	68,68	28,59	2,73	0,00	-
25 a 64 anos	7 644	49,62	48,42	1,90	0,07	-
65 anos ou mais	1 277	16,05	83,95	0,00	0,00	-

(1) Inclusive Brasil sem especificação.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

8.3.2.5 Áreas de Expansão Urbana e Zoneamentos Existentes

A AID, compreendida pelos municípios de Ilhéus e Itabuna apresenta uma baixa densidade populacional na zona rural e uma elevada concentração de população nas zonas urbanas, principalmente nas sedes municipais e distritais. A poligonal do empreendimento está toda localizada no município de Ilhéus, entre os vetores norte e noroeste de expansão desta unidade administrativa.

Segundo estudo realizado sobre a expansão urbana em Ilhéus:

O êxodo rural determinou a evasão de grande parte da população, que passou a ocupar, entre outros, encostas íngremes, manguezais, terrenos públicos destinados a futuras praças e ruas. Esse trabalho avaliou como se deu a expansão urbana de Ilhéus sobre suas áreas de mangue e, em particular, o bairro de São Domingos, bem como as consequências desta ocupação desordenada para a população e para o meio ambiente. (OLIVEIRA, 2008, p.7).

Os pequenos povoados do interior e do litoral do Município também têm abrigado parte do êxodo de trabalhadores rurais desempregados, gerando alguns pontos de ocupação desordenados nestas pequenas comunidades. Esse fenômeno é bastante visível na área a ser diretamente afetada (ADA) pelo empreendimento e nas localidades instaladas ao longo do rio Almada.

A municipalidade de Ilhéus dispõe de diversos diplomas legais para o disciplinamento do uso e ocupação do solo em sua área urbana. A Lei Orgânica do Município de Ilhéus, no item II do artigo 14, fixa a competência do Município para promover o adequado ordenamento territorial, mediante o controle do uso e ocupação do solo, dispondo sobre parcelamento, arruamento, edificações, zoneamento urbano e rural. Quanto aos estabelecimentos e atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços, podem ser observadas, ainda, as diretrizes da lei federal.

Em seu artigo 249, a Lei Orgânica municipal define como competência do Município, a gestão dos recursos ambientais de seu território. O Artigo 250 estabelece, como princípios fundamentais da política de desenvolvimento, a proteção do meio ambiente e o uso ecologicamente racional e auto-sustentando dos recursos naturais. Por último, o artigo 251 define, como “áreas de preservação permanente, a orla marítima, os manguezais, as restingas, áreas estuarinas, matas ciliares e locais de nascentes dos rios, encostas, zonas de valor paisagístico”.

O Plano Diretor Participativo de Ilhéus, instituído pela Lei 3.265, de 29 de novembro de 2006, estabeleceu o macrozoneamento urbano, que organiza a cidade em sete zonas: ZEU – Zona de Expansão Urbana; ZAP – Zona de Adensamento Preferencial; ZEUT – Zona Especial de Uso Turístico, ZEIA – Zona Especial de Interesse Ambiental; ZAB – Zona de Adensamento Básico; ZAR – Zona de Adensamento Restrito; e ZEIS - Zona Especial de Interesse Social.

A cidade de Ilhéus está localizada em uma área que apresenta uma rede complexa de cursos d'água e mangues, que praticamente a delimitam e separam do resto do Município. Esta interessante configuração geográfica deu origem ao nome da cidade, que se instalou num conjunto de pequenas ilhas fluviais e marítimas. A leste, a cidade é limitada pela orla marítima, ao sul, a foz do Iguape e o rio Almada, a oeste, o rio Cachoeira que, junto com os rios Santana do Engenho, Itacanoeiro e Fundão, forma um estuário de médio porte, integrando a baía do Pontal, localizada ao sul, e que praticamente divide a cidade de Ilhéus. Esta configuração espacial envolve ainda três importantes núcleos vizinhos que servem como atrativo para a instalação da população.

Em 1900, a cidade estava toda concentrada no pequeno trecho que hoje constitui o centro histórico de Ilhéus e a praia do Pontal. Sua expansão deu-se prioritariamente em direção a dois vetores. Em direção norte, seguiu ocupando a área litorânea até as penínsulas de São Miguel e Savóia, chegando ao distrito de Iguape, por volta de 1980. A oeste, a expansão

segiu na direção da península Teotônio Vilela e de Itabuna. Ao sul, o processo deu-se de forma mais lenta. O pequeno núcleo populacional existente na praia do pontal, em 1900, expandiu-se até chegar à atual área do aeroporto, em 1980, com um prolongamento na direção do bairro de Nossa Senhora da Vitória.

No limite norte da cidade, está instalado, desde 1973, o Distrito Industrial de Iguape (**Figura 8.3.2.5.1**), que abriga um número considerável de indústrias e que vem atraindo, desde então, grupos de trabalhadores para a área, contribuindo para a ocupação desordenada em São Domingos e outros bairros e localidades próximas, situadas ao longo do rio Almada.

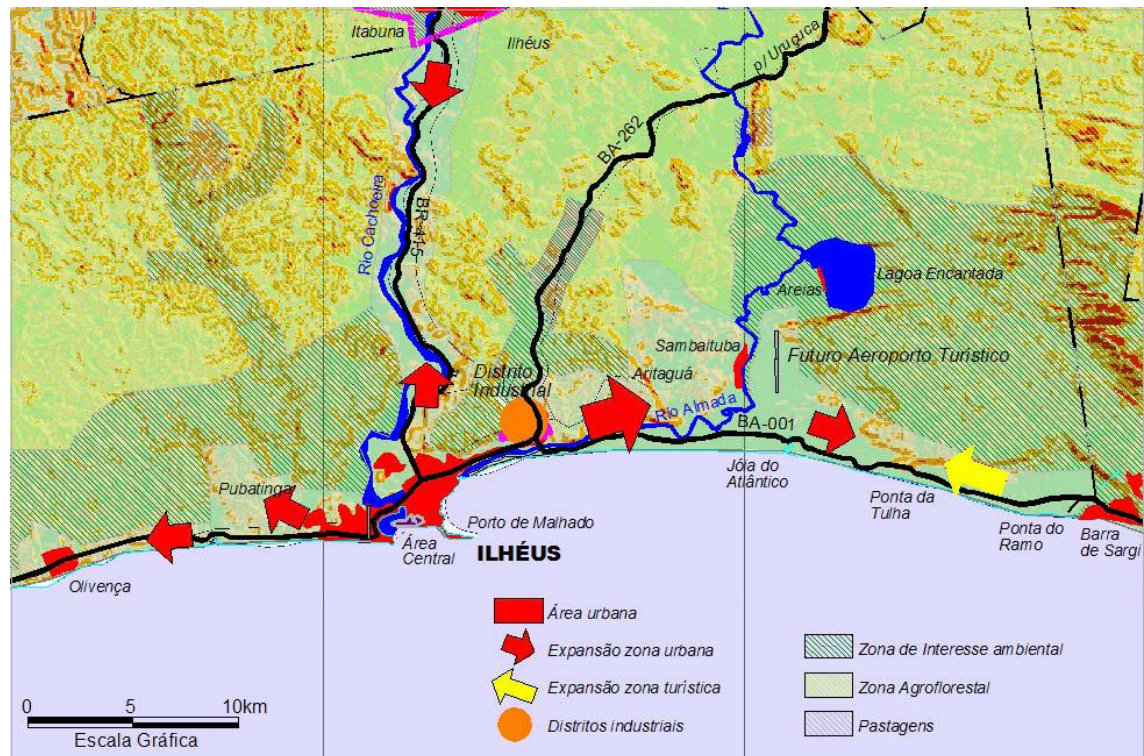


Figura 8.3.2.5.1 - Vetores de Expansão no Sentido Ilhéus Itabuna

Fonte: IMA, 2009 (LIMA/COPPE/UFRJ, com base 1:100.000 com declividade (Hydros); Zoneamentos dos Planos Diretores Municipais de Ilhéus, Itabuna e Itacaré (CAR e CONDER); PRUA de Serra Grande (SETUR); Zoneamento APA Itacaré-Serra Grande, Limites APA Lagoa Encantada e Parque Conduru (SEMA))

Na direção oeste, têm-se dois vetores de expansão. O primeiro e mais importante sai do Centro da cidade, em direção a Itabuna, seguindo pela rodovia BR-415 (Ilhéus-Itabuna), cujo traçado, em alguns pontos, corre paralelo ao curso do rio Cachoeira. O rio e a rodovia constituem os principais elementos de atração da população aí instalada. O limite urbano de Ilhéus segue ao longo desta rodovia até o campus da UESC. Neste eixo, estão localizadas as comunidades de Banco da Vitória⁸, Vila Cachoeira⁹, Salobrinho¹⁰ e um grande número de pequenos aglomerados rurais. Esse eixo, após o bairro de Teotônio Vilela, é classificado no Plano Diretor como Zona de Expansão Urbana (ZEU).

⁸ Banco da Vitória é considerado bairro de Ilhéus e delimitado conforme a Lei nº 3476, de 30 de Dezembro de 2009, que cria e delimita o perímetro dos bairros da cidade de Ilhéus e dá outras providências. Localizado a 5 km do centro histórico, integra os setores censitários de números 138, 139, 140, 141, 148, 174 e 176 do Censo Demográfico de 2010.

⁹ Bairro de Ilhéus composto pelo setor censitário 151.

¹⁰ Salobrinho fica a 13-16 km de Ilhéus, pela BR 415, mas é classificado e delimitado como bairro pela Lei 3476, integrado pelos setores censitários inteiros 142, 143, 144, 145, 149 e 175 do Censo Demográfico de 2010.

Ao longo desta rodovia, na saída da cidade de Ilhéus (Avenida Itabuna), existem pontos de expansão, irregulares e desordenados, implantados em zonas classificadas como ZEIA e que, segundo o macrozoneamento urbano de Ilhéus, definido no Artigo 159 da Lei 3265, seriam consideradas de relevante valor ambiental e de interesse público, destinadas à preservação ou à conservação, com ocupação e uso de baixo impacto. Seguindo em direção a Itabuna são encontrados alguns acampamentos de trabalhadores rurais sem terra (**Figuras 8.3.2.5.2 e 8.3.2.5.3**).



**Figura 8.3.2.5.2 - Acampamento Novo Destino MTR
- Ilhéus-Itabuna**



**Figura 8.3.2.5.3 - Acampamento de Trabalhadores
Sem Terra (km 13)**

Às margens desta rodovia, a 16 km de Ilhéus, também está localizado o campus da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) em função do qual a comunidade de Salobrinho vem se consolidando como um bairro universitário, voltado à prestação de serviços, com pousadas, residências de aluguel, vendas, bares e restaurantes.

O segundo vetor de expansão segue a partir do distrito industrial, em direção oeste, ao longo da BA-262, no sentido do município de Uruçuca. Em menor escala, verificam-se também pressões de expansão ao longo da BA-648, que atende às comunidades de Aritaguá, Sambaituba e Castelo Branco. Esta área está classificada no Plano Diretor como Zona de Expansão Urbana (ZEU) (**Figura 8.3.2.5.4**).

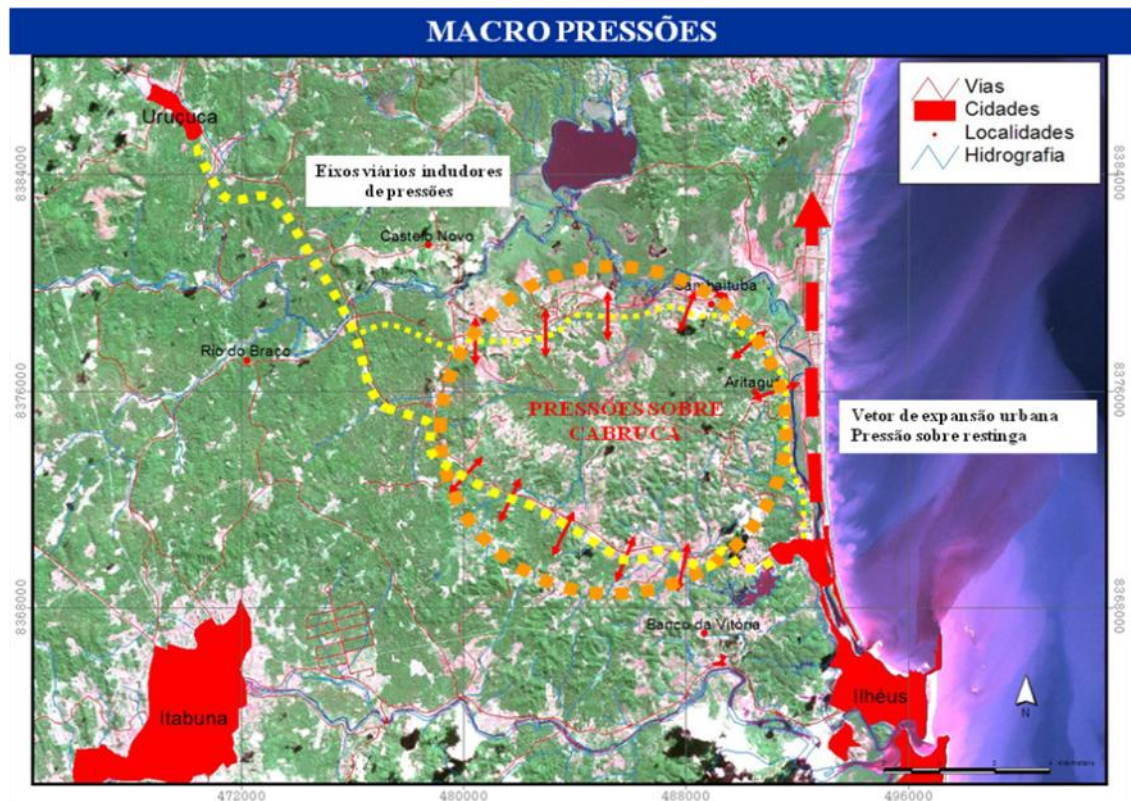


Figura 8.3.2.5.4 - Pressão de Expansão na ADA

Fonte: IMA, 2009.

Seguindo do distrito de Iguape na direção norte, ao longo da BA-001, e facilitado por esta, tem-se o Vetor de Expansão Norte, constituído de loteamentos, pousadas, hotéis, pequenas vilas e condomínios com casas de veraneio voltadas para a classe média e para atender ao fluxo turístico que procura as praias da região, que se estendem de Ilhéus a Itacaré. Algumas destas comunidades, como os condomínios Joia do Atlântico e Paraíso do Atlântico, a Vila Juerana, a Ponta da Tulha, a Vila Mamoã, os villages Águas do Atlântico e Barra Mares estão situados próximo à poligonal do empreendimento. Este eixo de expansão também contém ocupações desordenadas e em situação de risco, como é o caso de Nova Mamoã, que é um prolongamento da vila de mesmo nome e está se expandindo em área de mangue, com residências improvisadas e de padrão inadequado. Esta faixa do litoral de Ilhéus, devido a suas praias planas, constitui um potencial turístico que também tem atraído populações de outras unidades da federação, como Minas Gerais e São Paulo.

O último eixo é o do Vetor de Expansão Sul, em direção a Olivença, que se desenvolveu com base no turismo e na implantação de bairros residenciais, como Nossa Senhora da Vitória, e condomínios para a classe média. A linha da orla sul é classificada como Zona Especial de Uso Turístico (ZEUT) e a área mais para o interior, logo em seguida ao bairro Nossa Senhora da Vitória, é classificada como Zona de Expansão urbana (ZEU). A **Figura 8.3.2.5.5** mostra os principais vetores de expansão de Ilhéus.

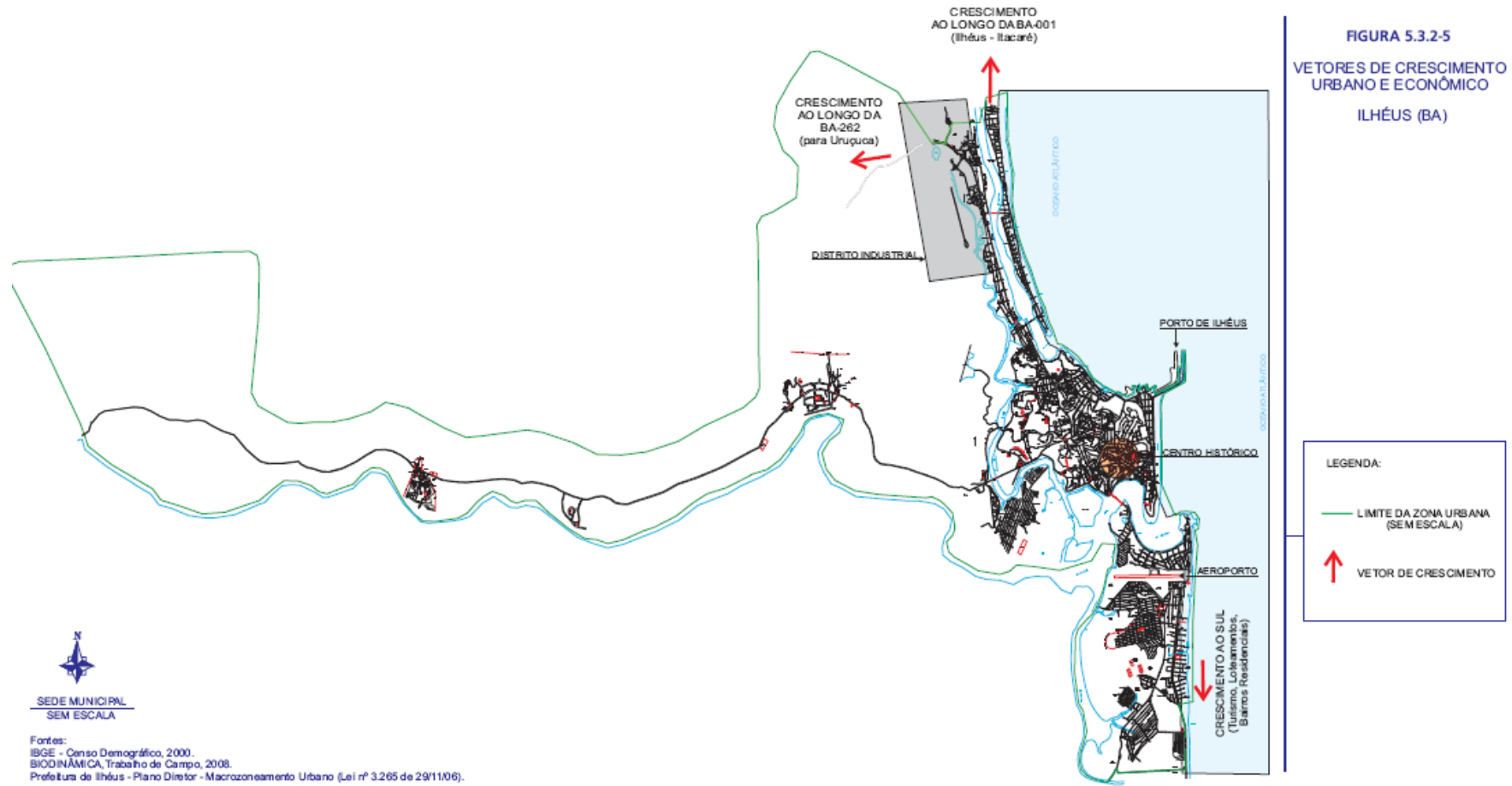


Figura 8.3.2.5.5 - Vetores de Expansão - Ilhéus

Em Itabuna, um dos principais vetores de expansão segue em direção ao município de Ilhéus, ao longo da rodovia que liga as duas sedes municipais. Existem zonas de pressão antrópica, também em direção norte, onde está localizado o bairro de Nova Califórnia classificado no Plano Diretor como:

Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS 1 - áreas públicas ou particulares ocupadas por assentamentos de população de baixa renda, onde o Poder Executivo deverá promover os meios para a regularização fundiária e urbanística, a implantação de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos e aquelas áreas públicas ou particulares ocupadas por assentamentos de população de baixa renda com investimentos realizados em infraestrutura, serviços e equipamentos e regularização jurídica, de forma a garantir a segurança da permanência das famílias (Lei 2111 de 19 de dezembro de 2008).

O bairro de Nova Califórnia foi objeto de um programa habitacional, em 1999, que não chegou a ser concluído (**Figura 8.3.2.5.6**). Ao longo do rio Cachoeira existem ocupações desordenadas, como as de Beira Rio e Bananeiras. Nesta última foram construídas recentemente 236 casas pelo programa Habitar Brasil BID (HBB). O bairro, contudo, apresenta uma infraestrutura precária, sem rede de esgoto e sem calçamento.



Figura 8.3.2.5.6 - Nova Califórnia - Itabuna

O Plano Diretor de Itacaré está sendo elaborado e hoje encontra-se na fase de discussão em reuniões que envolvem a participação da comunidade. Este processo está sendo conduzido pela Secretaria de Meio Ambiente do Município e não tem prazo para conclusão no momento.

O município de Uruçuca só conta com Plano Diretor para a localidade de Serra Grande. Este plano é antigo, de 2001, e está sendo atualizado atualmente.

Barro Preto recentemente concluiu seu Plano Diretor que deve ser enviado a Câmara Municipal para aprovação, após o recesso parlamentar que dura até 15 de agosto do presente ano.

8.3.2.6 Quadro da Saúde: Índices de Morbidade e Mortalidade da População dos Municípios afetados

Os índices de morbidade e mortalidade de uma região vinculam-se a uma série de elementos, que incluem desde condições de trabalho e de vida até aspectos mais específicos, referentes aos serviços públicos de saúde. Buscando analisar a totalidade da situação da saúde dos municípios baianos, a SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – utiliza como indicador o Índice de Saúde (INS) (**Quadro 8.3.2.6.1**), cujo cálculo leva em consideração diversos fatores relativos à saúde no Município, permitindo a formação de um quadro bem completo e uma visão panorâmica da situação. Em sua construção são consideradas: a ocorrência de doenças de notificação obrigatória (reduzíveis por saneamento e imunização) para cada 100 mil habitantes; o número de óbitos por sintomas, sinais e afecções maldefinidos, em relação ao total de óbitos; o número de profissionais de saúde para cada 1000 habitantes; o número de estabelecimentos de saúde para cada 1000 habitantes; as doses de vacinas aplicadas em cada 1000 habitantes; e o número de leitos para cada 1000 habitantes.

A análise dos indicadores dos níveis de saúde apresentou variações significativas entre os resultados alcançados pelos municípios da AII e da AID do empreendimento. Quando o resultado deste indicador é comparado com as demais unidades do Estado, observa-se que, de uma forma geral, os municípios estudados podem ser classificados em três grupos. O primeiro, constituído por Itabuna, Ilhéus e Uruçuca, reúne as unidades situadas entre os 90 melhores desempenhos obtidos na classificação estadual do INS. Itabuna lidera na 34ª posição do ranking. A seguir, vem Ilhéus, que ocupa o 81º lugar e, por fim, Uruçuca, em 89º lugar. Ilhéus e Itabuna são os mais desenvolvidos, pois conformam-se como centralidades urbanas e exercem essa função na região do baixo sul, o que contribui para explicar sua liderança neste ranking.

No grupo intermediário, aparece Coaraci, na 102ª posição estadual. Itajuípe também apresenta uma posição média, ocupando o 165º lugar. Por último, vem o grupo de municípios integrados por Itacaré na 234ª colocação e Barro Preto, com o pior resultado, em 414ª posição no Estado.

Quadro 8.3.2.6.1 - Índice de Saúde (INS)

Município	Valor	Ranking Estadual
Barro Preto	4.888,96	414
Coaraci	5.032,03	102
Ilhéus	5.041,77	81
Itabuna	5.060,07	34
Itacaré	4.991,45	234
Itajuípe	5.008,90	165
Uruçuca	5.036,40	89

Fonte: SEI (2006)

Esse indicador geral permite uma análise global das condições de saúde da AII e AID do empreendimento, de modo que também torna possível uma compreensão mais aprofundada das principais doenças existentes na região e das principais características de morbimortalidade. Segue a **Quadro 8.3.2.6.2**, com algumas doenças transmissíveis de notificação compulsória.

Quadro 8.3.2.6.2 - Algumas Doenças Transmissíveis, 2010. – AID e AII

Município	Dengue	Esquistossomose	Leishmaniose Tegumentar	Tuberculose	Hanseníase	Aids
Ilhéus	1.394	0	118	130	22	30
Itabuna	602	11	34	151	72	31
Total na AID	1.996	11	152	281	94	61
Barro Preto	7	1	3	1	0	0
Coaraci	1	29	25	7	1	1
Itacaré	102	0	36	9	2	0
Itajuípe	30	13	11	21	12	0
Uruçuca	158	9	32	10	1	0
Total na AII	298	52	117	48	16	1
Total Geral	2.294	63	269	329	110	62

Conforme se observa, há evidentemente distorções, mas algumas dessas doenças demonstram especial prevalência na região. Na AID do empreendimento, notoriamente nos municípios mais populosos da região, destacam-se a dengue, a leishmaniose tegumentar, a tuberculose e a hanseníase, além dos casos de Aids que praticamente se concentram nos municípios maiores.

A dengue, que é causada pela picada do mosquito infectado do *aedes aegypti*, se consolidou como uma praga generalizada no Brasil e no Estado da Bahia, na medida em que o seu vetor de transmissão se reproduz em qualquer lugar com acúmulo de água. Dessa forma, pneus velhos, garrafas de bebidas, vasos de plantas, entre outros vasilhames e áreas que acumulam água, podem se configurar como criatório do mosquito. Antigamente, o mosquito procriava-se apenas em vasilhames de água limpa e parada. No entanto, novas pesquisas têm demonstrado que ele se adaptou e hoje pode se procriar em locais com condições anteriormente consideradas adversas.

A leishmaniose é causada pela picada do mosquito-palha, como é conhecido, infectado por um protozoário da mesma família que causa a Doença de Chagas. Ela é mais encontrada em áreas de extrema pobreza, na medida em que está vinculada às condições sanitárias, à qualidade das habitações e à proximidades de animais.

A tuberculose é uma infecção causada por um microorganismo chamado *mycobacterium tuberculosis*, também conhecido por bacilo de Koch. Essa doença afeta os pulmões e é mais comum nas regiões onde há muita pobreza, desnutrição, más condições de higiene e um déficit na saúde pública.

A hanseníase é causada por um micróbio Hansen (*mycobacterium leprae*), que ataca a pele, os olhos e os nervos. Sua transmissão se dá pelas vias aéreas, através da liberação do bacilo, no ar, por uma pessoa infectada. Essa é uma doença de notificação compulsória, porém há tratamentos adequados para ela no Sistema Único de Saúde (SUS).

Já na AII do empreendimento, além dessas mesmas doenças, destaca-se a esquistossomose. A esquistossomose é uma infecção causada por verme e se enquadra no rol das doenças infecciosas e parasitárias, que se relacionam com o saneamento básico. No Brasil, essa doença é causada pelo *schistosoma mansoni*, que se hospeda no homem e se dissemina a partir das suas excretas (fezes e urinas), que são dejetadas em condições precárias e em locais inadequados, como lagos e outros locais com algum acúmulo de água. Nesses locais, os ovos vão encontrar seu hospedeiro intermediário, caramujos (caracóis ou lesmas) que, por sua vez, liberam as larvas que infectam o homem, quando este tem contato com as áreas infestadas.

Em resumo, no que se refere às principais doenças de notificação compulsória na região, muitas delas são típicas de áreas pobres, com déficits de infraestrutura urbana, de saneamento e habitação, como as zonas rurais. Estas são desprovidas de melhores condições de vida pela carência de serviços públicos de saúde, os quais não têm realizado a contento a atenção básica, fundamentada nos cuidados de prevenção e promoção à saúde, ou seja, apresentam um déficit, especialmente dos programas de saúde da família e de agentes comunitários de saúde.

No que se refere à mortalidade, as **Figuras 8.3.2.6.1 e 8.3.2.6.2** expressam suas principais causas na AID do empreendimento.

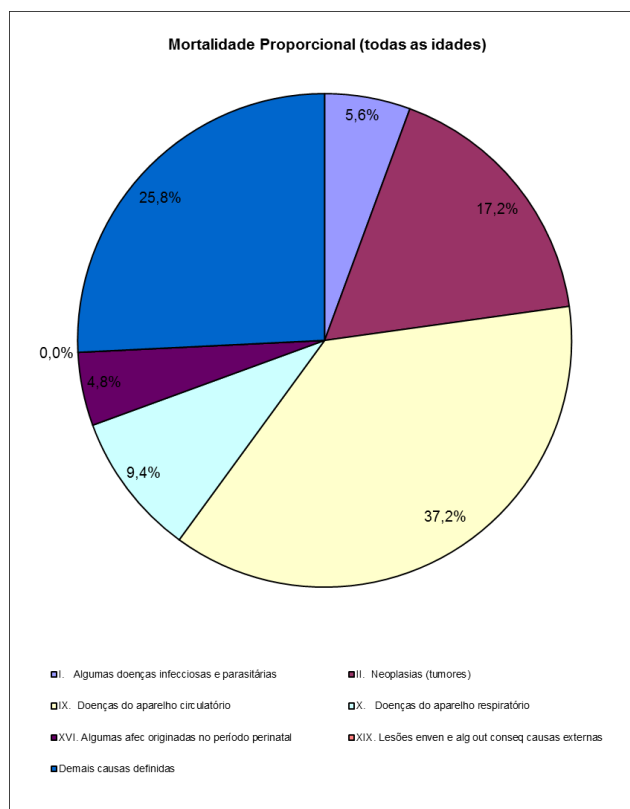


Figura 8.3.2.6.1 - Causas de Mortalidade, Ilhéus, 2009

Fonte: SIM/SINASC.

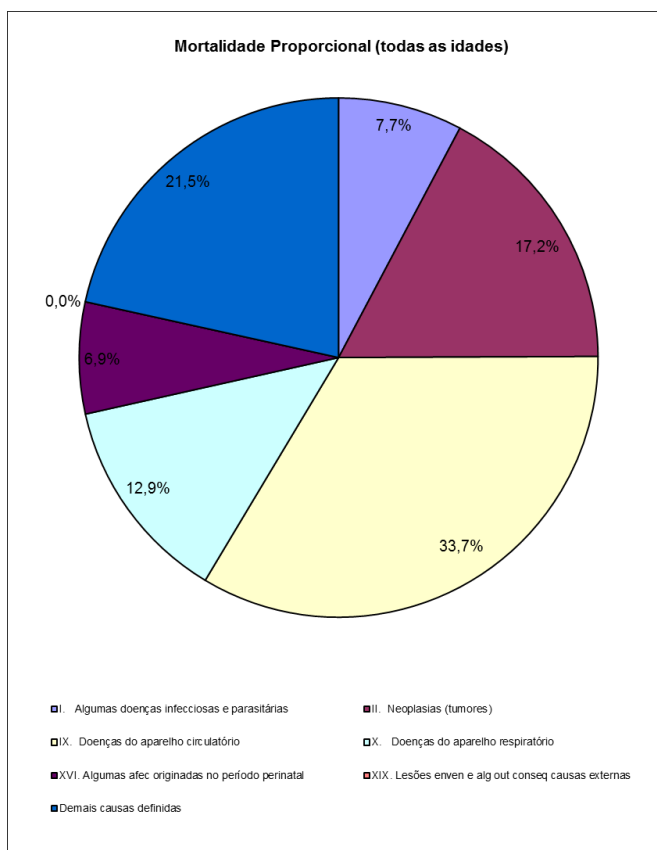


Figura 8.3.2.6.2 - Causas de Mortalidade, Itabuna, 2009.
 Fonte: SIM/SINASC.

Conforme se observa, nos dois municípios, as causas de mortalidade associam-se principalmente às doenças do aparelho circulatório, seguidas pelas neoplasias e pelas doenças do aparelho respiratório. As doenças do aparelho circulatório são doenças crônicas, geralmente atreladas à população mais velha. Estão associadas à hipertensão e a disfunções cerebrovasculares, além das doenças do coração. Suas causas variam: desde uma predisposição genética até o estilo de vida da pessoa, cuja alimentação e sedentarismo contribuem decisivamente para a ocorrência destas enfermidades. Destacam-se, na região, as doenças cerebrovasculares e o infarto agudo do miocárdio. As neoplasias são referentes ao crescimento exagerado (e não controlado) de células do corpo, englobando os diversos tipos de câncer que afetam a população. Na área em questão, destacam-se o câncer de mama e do colo do útero. Por sua vez, as doenças do aparelho respiratório afetam os grupos mais vulneráveis: crianças e idosos. A morbimortalidade derivada dessa causa pode estar relacionada, ainda, a diversos elementos e grupos etários e sociais. Essas doenças são comuns no Brasil, principalmente no inverno. Contudo, afetam grupos sociais mais pobres, principalmente aqueles que não contam com uma condição habitacional adequada, morando em locais de alta umidade e sem a devida proteção frente a contrastes da temperatura. Na região em questão, além das condições de habitação, a taxa de mortalidade decorrente desta causa pode também estar relacionada à poluição industrial e do trânsito, para além dos hábitos individuais, em especial os associados ao fumo.

As doenças infecciosas e parasitárias não alcançam uma proporção alta de mortalidade, mas estão presentes na realidade dessa região. Entre elas destacam-se todas aquelas de notificação compulsória descritas anteriormente. Como causa de mortalidade, a AIDS representou 8,7 mortes por 100.000 habitantes em Ilhéus e 6,8 em Itabuna, no ano de 2010.

Nos municípios da AII, as principais causas de mortalidade também estiveram associadas às mesmas doenças. Em municípios menores, como Barro Preto, 50% das mortes estiveram vinculadas às doenças do aparelho circulatório. Em Itacaré, destacou-se também, com quase 10% das mortes, as afecções originadas no período perinatal.

As afecções originadas no período perinatal são aquelas doenças que afetam os fetos e as crianças recém-nascidas, sendo decorrentes de fatores maternos e/ou por complicações na gravidez, parto e trabalho de parto. Segundo os especialistas, essas doenças são o principal desafio brasileiro na luta contra a mortalidade infantil, pois estão diretamente associadas às deficiências na assistência pré-natal, ao parto e ao recém-nascido, o que implica diretamente a qualidade dos serviços públicos, nas suas mais diversas frentes, em especial a atenção básica.

8.3.2.7 Educação

O maior número de estabelecimentos de ensino dos municípios da AII do empreendimento está concentrado nas séries do fundamental e na educação pré-escolar (**Quadro 8.3.2.7.1**). Com exceção de Uruçuca, cuja concentração ultrapassa a média estadual, os demais municípios apresentam uma proporção de escolas do nível fundamental muito semelhante entre si, e não se afastam do resultado obtido no Estado, que gira em torno de 50%.

Nas áreas rurais, a oferta da rede está sob a responsabilidade municipal, em especial nos níveis do ensino fundamental e pré-escolar. A maioria das escolas de ensino médio está localizada nas sedes municipais ou nos distritos maiores, e os estudantes destas séries precisam se deslocar para os grandes centros, para dar continuidade aos estudos.

Quadro 8.3.2.7.1 - Número de Escolas por Série (Públicas e Privadas)

Municípios	Fundamental		Pré-escolar		Médio	
Barro Preto	16	53,3%	13	43,3%	01	3,3%
Coaraci	39	54,9%	29	40,8%	03	4,2%
Ilhéus	91	50%	68	37,4%	23	12,6%
Itabuna	152	53,1%	113	39,5%	21	7,3%
Itajuípe	40	53,3%	32	42,7%	03	4%
Itacaré	40	49,1%	39	47,9%	03	3%
Uruçuca	22	64,7%	11	32,4%	01	2,9%
Salvador	51	54,3%	40	42,6%	03	3,2%
BAHIA	712	50,3%	500	35,3%	203	14,3%
Brasil	54,5%		8,6%		36,9%	

Fonte: IBGE (2000).

A disparidade entre os quantitativos de estabelecimentos, dos níveis fundamental, pré-escolar e médio, reflete a escolaridade da população que, nas áreas rurais, está limitada apenas às primeiras séries do ensino fundamental.

A grande maioria das matrículas realizadas, em 2007, no município de Ilhéus, como na maioria dos municípios da AII do empreendimento (**Quadro 8.3.2.7.2**), era destinada ao ensino fundamental, embora a taxa registrada de 69,6% fosse ligeiramente inferior à média estadual de 71,3%. Já o número de matrículas no ensino médio supera a média estadual, em 2,3 pontos percentuais, e só é inferior aos de Barro Preto e de Itabuna.

Quadro 8.3.2.7.2 - Número de Matrículas - 2007

Municípios	Pré-escolar	Fundamental	Médio
Barro Preto	12,2%	65,9%	21,9%
Coaraci	14,7%	74,1%	11,2%
Ilhéus	10,4%	69,6%	20,0%
Itabuna	11,9%	67,1%	21,1%
Itajuípe	15,2%	72,1%	12,7%
Itacaré	14,3%	71,4%	14,3%
Uruçuca	13,6%	67,0%	19,4%
BAHIA	11%	71,3%	17,7%

Fonte: IBGE (2007).

Esse quadro evidencia o afunilamento do ensino, que se inicia já a partir das primeiras séries do ensino fundamental, limite do nível de escolaridade da maioria da população rural do Estado. As unidades de ensino de nível médio pertencem exclusivamente à rede pública estadual e à rede privada.

A implantação, em 2003, do Programa Bolsa Família vem contribuindo para a redução da evasão escolar e do trabalho infantil. Avanços são percebidos nos depoimentos de professores consultados nas áreas rurais. Em 2000, a maioria dos municípios mantinha mais de 85% das crianças, de 7 a 14 anos, frequentando a escola. Itabuna, Barro Preto e Itajuípe mantinham mais de 90%, na faixa de 7 a 14 anos, frequentando a sala de aula. Em Barro Preto, a frequência escolar, dos 10 a 14 anos, chegava a 95%.

No período estudado, o tempo de permanência na escola também apresentou resultados positivos. De uma forma geral, todos os municípios reduziram sua proporção da população com menos de 4 e de 8 anos de estudo, embora esse ganho tenha sido menos significativo na proporção da população com menos de 8 anos de estudo. Os levantamentos de campo comprovam que, entre a população adulta das áreas rurais, o tempo de estudo ainda está limitado às primeiras séries do fundamental.

A taxa de analfabetismo na população jovem (de 7 a 24 anos) foi reduzida significativamente, em todos os municípios e em todas as faixas de idade, no período 1991-2000, como pode ser observado no **Quadro 8.3.2.7.3**, a seguir. Itacaré que em 1991 apresentava uma taxa média de analfabetismo, em torno de 48,38%, a pior da AII, em 2000, conseguiu reduzir esse índice para 19,58%. Itabuna, com uma taxa média de analfabetismo entre os jovens de 7,73%, em 2000, apresentava o melhor resultado a região, superando Ilhéus, cuja taxa era de aproximadamente 11,65%.

Quadro 8.3.2.7.3 - Taxa de Analfabetismo e Tempo de Estudo, por Faixa Etária

Município	Faixa de Idade	Taxa de Analfabetismo		% Com Menos de 4 Anos de Estudo		% Com Menos de 8 Anos de Estudo		Frequentando a Escola	
		1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Barro	7 a 14	56,7	18,9	-	-	-	-	50,8	92,6
Preto	10 a 14	43,8	9,9	93,4	65,0	-	-	57,6	95,0
	15 a 17	20,1	4,5	62,6	35,3	99,5	89,2	47,9	81,5
	18 a 24	37,3	13,0	65,4	36,6	91,0	71,3	-	-
Coaraci	7 a 14	49,4	21,2	-	-	-	-	56,0	86,9
	10 a 14	39,4	9,9	85,2	74,4	-	-	62,1	91,8
	15 a 17	29,3	6,8	62,5	46,5	91,2	88,3	54,1	79,8
	18 a 24	30,4	15,4	51,8	37,4	80,6	69,8	-	-
Ilhéus	7 a 14	45,2	19,2	-	-	-	-	62,6	88,4
	10 a 14	33,5	10,9	81,5	61,7	-	-	68,6	90,2
	15 a 17	26,9	6,7	54,8	28,4	91,7	77,4	54,8	77,2
Itabuna	18 a 24	29,4	9,8	48,4	29,2	78,3	62,9	-	-
	7 a 14	31,4	13,7	-	-	-	-	72,2	93,0
	10 a 14	21,8	7,4	69,7	52,2	-	-	75,2	93,1
	15 a 17	13,7	4,0	39,2	21,9	88,3	69,3	57,9	80,8
Itacaré	18 a 24	13,6	5,8	27,0	21,0	65,3	52,0	-	-
	7 a 14	62,2	30,8	-	-	-	-	44,5	86,5
	10 a 14	50,1	15,4	97,0	84,9	-	-	47,6	91,0
	15 a 17	37,7	10,0	81,4	55,2	98,4	93,7	36,7	66,6
Itajuípe	18 a 24	43,5	22,1	75,5	53,7	95,5	84,5	-	-
	7 a 14	49,3	19,9	-	-	-	-	63,2	90,9
	10 a 14	39,7	11,2	87,8	66,0	-	-	66,7	90,7
	15 a 17	32,4	4,3	62,4	31,1	95,5	90,1	56,7	80,3
Uruçuca	18 a 24	33,2	10,7	54,5	31,7	79,9	74,4	-	-
	7 a 14	49,6	24,7	-	-	-	-	69,1	85,6
	10 a 14	38,6	21,6	88,8	64,3	-	-	61,2	83,0
	15 a 17	25,3	13,4	62,0	32,1	97,1	90,6	50,6	76,6
	18 a 24	37,2	15,3	60,8	32,0	86,1	65,8	-	-

Fonte: Atlas PNUD.

O analfabetismo entre adultos (de 25 anos ou mais), nos municípios que compõem a AII do empreendimento, também sofreu uma grande redução, no período entre 1991 e 2000. Itacaré, com 60,8%, Barro Preto, com 56,6% e Uruçuca, com 50,7%, apresentavam, em 1991, os piores resultados em termos de taxa de analfabetismo. Em 2000, essas taxas haviam caído para 43,0%, 35,8%, 44,6% e respectivamente. Apesar dos avanços registrados, o número de analfabetos em idade adulta continua extremamente elevado nestes municípios e nos demais da AII do empreendimento em questão. No ano 2000, Coaraci, Ilhéus Itabuna e Itajuípe apresentavam taxas de analfabetismo, entre adultos, de 37,9%, 24,0%, 18,6% e 34,2%, respectivamente.

O quadro comparativo das taxas de analfabetismo (**Quadro 8.3.2.7.4**), na faixa de 10 anos ou mais de idade, dos municípios do estado da Bahia classificava, em 2000, Itabuna e Ilhéus em 11º e 39º lugar, respectivamente, entre os municípios cuja taxa estava abaixo da média estadual, ou seja, possuíam menos analfabetos que a média obtida em todo o Estado. Itajuípe, Coaraci, Barro Preto e Uruçuca apresentavam classificações que os situavam em pior situação do que a média estadual, classificando-se, respectivamente, em 38º, 99º, 121º e 146º lugares, entre os municípios cujas taxas de analfabetismo eram maiores do que a média estadual. Neste grupo, Itacaré ocupava o 243º lugar, o pior resultado em termos de alfabetização, entre os municípios que compõem a AII.

Quadro 8.3.2.7.4 - Comparativo das Taxas de Analfabetismo da População Residente, de 10 Anos ou Mais de Idade (1991-2000)

Municípios	Taxa de Analfabetismo (%)		
	1991	2000	Classificação 2000
Bahia	35,23	21,64	
Municípios abaixo da média da Bahia			
Salvador	10,20	6,20	1
Itabuna	22,52	14,28	11
Ilhéus	34,72	19,67	39
Municípios acima da média da Bahia			
Itajuípe	43,02	24,84	38
Coaraci	42,89	27,34	99
Barro Preto	42,60	27,99	121
Uruçuca	48,25	28,99	146
Itacaré	54,69	32,63	243

Fonte: IBGE. Censo Demografia 2000 (elaboração SEI)

A melhoria na educação vem desempenhando um papel muito significativo nos resultados dos indicadores sociais, como o Índice de Desenvolvimento Social - IDS, que se utiliza do Índice do Nível de Educação - INE em sua composição (**Quadro 8.3.2.7.5**). O INE é um indicador utilizado pela SEI, que é calculado com base no número de matrículas, do pré-escolar ao nível superior, e o total da população. O emprego de indicadores permite a composição de um quadro de análise que agregue as condições de uma determinada população, de uma forma mais integrada, evitando a fragmentação do real e, ao mesmo tempo, permitindo estabelecer elementos de comparação com valores obtidos por outras regiões.

A análise dos resultados dos INE's municipais, apresentada pela SEI, em 2006, indica que Uruçuca apresentou o melhor escore de toda a AII do empreendimento, ocupando a 7ª posição no Estado. A segunda melhor posição foi ocupada pelo município de Ilhéus, que obteve apenas o 67º lugar no ranking estadual. Os demais, incluindo Itabuna, ficaram fora do grupo dos cem melhores resultados do Estado. A pior classificação foi obtida por Itajuípe, que se classificou apenas em 318º lugar.

Quadro 8.3.2.7.5 - Índice do Nível de Educação - INE

Município	Valor	Classificação no Estado
Barro Preto	5.021,44	136
Coaraci	4.966,14	288
Ilhéus	5.058,09	67
Itabuna	5.033,48	110
Itacaré	4.991,45	234
Itajuípe	4.955,94	318
Uruçuca	5.177,47	7

Fonte: SEI (2006)

Entre 1991 e 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano (Municipal/Educação) (**Quadro 8.3.2.7.6**) apresentou um ganho em todos os municípios estudados. Os valores obtidos por Itacaré o situam no último lugar, entre os municípios da AII. Uruçuca, Itajuípe e Coaraci apresentaram um bom desempenho, o que permitiu sua colocação num nível intermediário. Os dois melhores escores novamente foram registrados em Itabuna e Ilhéus.

Quadro 8.3.2.7.6 - Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal (1991 e 2000)

Município	IDHM- Educação, 1991	IDHM - Educação, 2000
Itabuna	0,727	0,848
Ilhéus	0,621	0,795
Coaraci	0,566	0,735
Uruçuca	0,510	0,707
Itajuípe	0,559	0,749
Barro Preto	0,522	0,735
Itacaré	0,417	0,681

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Na AID do empreendimento em questão, estão situadas diversas instituições de ensino superior. A Universidade Estadual de Santa Cruz, localizada na rodovia Itabuna-Ilhéus e as faculdades privadas de Ilhéus, de Madre Thais e a Dom Valfredo Tepe-Factepe, são as mais antigas.

Em breve será instalado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBa, cujo campus está em fase de seleção para os cursos técnicos integrados ao ensino médio e subsequentes (pós-médio). Essa instituição deverá oferecer cursos de nível médio e de graduação, nas modalidades de bacharelado e engenharias, licenciaturas e graduações tecnológicas. Estas IES oferecem uma grande variedade de cursos de graduação e pós-graduação (especialização), como pode-se observar nos **Quadros 8.3.2.7.7 e 8.3.2.7.8**, tais como Agronomia, Engenharia Civil e de Produção, Biologia, Nutrição Enfermagem, Medicina Veterinária, Ciências da Computação, Comunicação Social, Direito e inúmeras outras. Destacam-se ainda os programas de mestrado e doutorado, voltados para Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Cultura e Turismo, Genética e Biologia Molecular, Zoologia Aplicada, Sistemas Aquáticos Tropicais, Produção Vegetal, Ciência Animal. Dentre estes cursos tem tido destaque nos últimos anos o aumento de vagas resultante da modalidade de Ensino a Distância. Embora permita “pulverizar” a oferta de ensino superior, é possível verificar que tais matrículas concentram-se na AID. Em 2008, apenas Ilhéus e Itabuna tiveram oferta de ensino superior privado e público. A variedade de cursos corresponde a uma demanda regionalizada, atendendo ao contexto socioeconômico da região.

Quadro 8.3.2.7.7 - Candidatos ao Concurso Vestibular, Vagas Oferecidas, Matrícula e Conclusão por Áreas e Cursos nas Instituições de Ensino Superior de Ilhéus, 2008

Agricultura e veterinária - Produção agrícola e pecuária	Agronomia	328	328	50	50	215	37
Agricultura e veterinária - Veterinária	Medicina veterinária	498	498	50	50	238	41
Ciências, matemática e computação - Biologia e bioquímica	Biomedicina	569	569	30	30	98	9
	Ciências biológicas	401	401	30	30	114	28
Ciências, matemática e computação - Ciência da computação	Ciência da computação	564	564	60	60	243	63
Ciências, matemática e computação - Física	Física	57	57	20	20	64	3
Ciências, matemática e computação - Matemática	Matemática	54	54	30	30	88	5
Ciências sociais, negócios e direito - Contabilidade e tributação	Ciências contábeis	403	453	95	130	356	57
Ciências sociais, negócios e direito - Direito	Direito	2.208	2.228	280	300	679	163

Continua

Quadro 8.3.2.7.7 - Candidatos ao Concurso Vestibular, Vagas Oferecidas, Matrícula e Conclusão por Áreas e Cursos nas Instituições de Ensino Superior de Ilhéus, 2008

		Continuação					
Ciências sociais, negócios e direito - Economia	Economia	453	453	100	100	422	97
Ciências sociais, negócios e direito - Gerenciamento e administração	Administração	1.422	1.476	445	500	1.121	176
Ciências sociais, negócios e direito - Jornalismo e reportagem	Comunicação social (redação e conteúdo)	568	568	50	50	151	73
Educação - Ciências da educação	Pedagogia	631	631	80	80	353	74
Educação - Formação de professor da educação básica	Formação de professor de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental	0	0	0	0	196	0
Educação - Formação de professor de disciplinas profissionais	Formação de professor de educação física	515	515	40	40	156	27
Educação - Formação de professor de matérias específicas	Formação de professor de biologia	267	267	40	40	317	27
	Formação de professor de filosofia	310	310	60	60	157	38
	Formação de professor de física	84	84	20	20	76	13
	Formação de professor de geografia	244	244	40	40	206	48
	Formação de professor de história	612	612	60	60	174	54
	Formação de professor de letras	460	460	80	80	361	143
	Formação de professor de matemática	199	199	40	40	166	11
	Formação de professor de química	126	126	30	30	100	13
Engenharia, produção e construção - Engenharia e profissões de engenharia (cursos gerais)	Engenharia de produção	404	404	60	60	207	0
Humanidades e artes - Línguas e culturas estrangeiras	Segundas línguas	270	270	30	30	110	17
Saúde e bem estar social - Enfermagem e atenção primária (assistência básica)	Enfermagem	1.720	1.740	350	360	348	57
Saúde e bem estar social - Medicina	Medicina	1.568	1.568	40	40	247	40
Saúde e bem estar social - Terapia e reabilitação	Nutrição	215	215	200	200	41	0

Quadro 8.3.2.7.8 - Candidatos ao Concurso Vestibular, Vagas Oferecidas, Matrícula e Conclusão por Áreas e Cursos nas Instituições de Ensino Superior de Itabuna, 2008

Ciências, matemática e computação - Processamento da informação	Sistemas de informação	83	83	100	100	112	20
Ciências sociais, negócios e direito - Contabilidade e tributação	Ciências contábeis	64	64	100	100	576	111
Ciências sociais, negócios e direito - Direito	Direito	555	555	400	400	882	78
Ciências sociais, negócios e direito - Gerenciamento e administração	Administração	348	348	400	400	1.524	179
Ciências sociais, negócios e direito - Jornalismo e reportagem	Comunicação social (redação e conteúdo)	161	161	300	300	200	17
Ciências sociais, negócios e direito - Psicologia	Psicologia	136	136	240	240	577	49
Educação - Ciências da educação	Pedagogia	60	60	200	200	226	0

Continua

Quadro 8.3.2.7.8 - Candidatos ao Concurso Vestibular, Vagas Oferecidas, Matrícula e Conclusão por Áreas e Cursos nas Instituições de Ensino Superior de Itabuna, 2008

		Continuação					
Engenharia, produção e construção - Engenharia civil e de construção	Engenharia civil	144	144	100	100	117	0
Engenharia, produção e construção - Engenharia e profissões de engenharia (cursos gerais)	Engenharia	120	120	160	160	130	27
Saúde e bem estar social - Enfermagem e atenção primária (assistência básica)	Enfermagem	284	284	100	100	236	126
Saúde e bem estar social - Farmácia	Farmácia	71	71	200	200	299	0
Saúde e bem estar social - Saúde (cursos gerais)	Educação física	102	102	500	500	686	106
Saúde e bem estar social - Serviço social e orientação	Serviço social	56	56	200	200	258	0
Saúde e bem estar social - Terapia e reabilitação	Fisioterapia	253	253	300	300	661	0
	Nutrição	132	132	160	160	223	0
Serviços - Viagens, turismo e lazer	Turismo	32	32	100	100	59	59

Na área da formação técnica e profissionalizante, existe, além dos cursos de nível técnico oferecidos pelas IES, uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI), que procura qualificar mão de obra para atuar, em especial, no Polo Industrial de Iguape.

As taxas de aprovação e reprovação no ensino fundamental e médio apontam, como pode ser observado no **Quadro 8.3.2.7.9**, a seguir, que as melhores taxas de aprovação no ensino fundamental estão em Itacaré e Uruçuca: 89,8% e 84,7%, respectivamente. A maior reprovação ocorreu em Ilhéus: 23,4%. No ensino médio, a maior aprovação foi em Itacaré, sendo, em 2009, de 76,7%. As taxas de abandono aumentam consideravelmente no ensino médio, em comparação ao ensino fundamental. Em 2009, a maior taxa foi a de Coaraci, com o abandono de 24,2% dos alunos matriculados. A razão desse aumento considerável sugere que as políticas públicas do ensino médio são ineficazes, no que concerne à permanência das pessoas na escola. Significa também que estudar fica mais doloroso quando se tem que dividir o tempo e a atenção com o trabalho. O fato da oferta de ensino médio ocorrer exclusivamente na zona urbana pode ser um fator que promova a evasão escolar, uma vez que se torna mais cansativo e difícil manter a rotina entre as zonas urbana e rural, anda mais quando alguns governos não se responsabilizam em fornecer transporte escolar, devendo o estudante arcar com este custo.

Quadro 8.3.2.7.9 – Taxas de aprovação, reprovação e abandono no ensino fundamental e médio, Bahia 2009 (em %)

Municípios	Nível de Ensino	Aprovação	Reprovação	Abandono
Barro Preto	Ensino Fundamental	79,5	16,6	5,2
	Ensino Médio	70,7	5,3	24,0
Coaraci	Ensino Fundamental	71,3	18,3	19,2
	Ensino Médio	72,8	3,0	24,2
Itajuípe	Ensino Fundamental	78,7	11,5	8,0
	Ensino Médio	65,3	11,9	22,8
Ilhéus	Ensino Fundamental	67,1	23,4	6,9
	Ensino Médio	63,1	16,6	20,3
Itabuna	Ensino Fundamental	67,9	20,2	8,3
	Ensino Médio	65,0	15,9	19,1
Itacaré	Ensino Fundamental	89,8	6,7	14,5
	Ensino Médio	76,7	4,8	18,5
Uruçuca	Ensino Fundamental	84,7	10,0	11,6
	Ensino Médio	68,1	7,9	24,0

Fonte: SEC/MEC/INEP.
 Infraestrutura de Serviços Públicos

8.3.2.8 Condições Gerais de Infraestrutura e de Serviços Públicos

- Índice de Infraestrutura

O Índice de Infraestrutura (INF) é um indicador abrangente para a análise das condições gerais dos serviços que são oferecidos às comunidades, pois envolve consumo de energia, comunicações e serviços. Na composição de sua fórmula, entram como variáveis o consumo total de energia elétrica (EEN) para cada 1000 habitantes, o número total de terminais telefônicos em serviço para cada mil habitantes (TEL) e o número de estabelecimentos bancários (BAN), comerciais e de serviços (ECS) em funcionamento para cada mil habitantes.

$$INF = \sqrt[4]{EEN \cdot TEL \cdot BAN \cdot ECS}$$

Trata-se de um indicador cuja composição valoriza apenas os aspectos econômicos da infraestrutura municipal (**Quadro 8.3.2.8.1**), não considerando equipamentos públicos, nas áreas de saúde e educação, que possuem indicadores próprios e que são analisados nos itens específicos deste diagnóstico.

Quadro 8.3.2.8.1 - Índices Municipais de Desenvolvimento Econômico e Social

Municípios	IDE	Classif.	INF	Classif.	IQM	Classif.	IPM	Classif.
Barro Preto	4.987,97	200°	4.957,94	293°	5.022,06	82°	4.984,13	395°
Coaraci	5.006,05	114°	5.043,72	79°	4.986,86	201°	4.987,80	151°
Ilhéus	5.081,78	18°	5.078,76	44°	5.069,24	33°	5.097,38	11°
Itabuna	5.110,21	13°	5.135,75	19°	5.094,30	20°	5.100,69	9°
Itacaré	5.043,00	44°	5.070,89	51°	5.071,44	31°	4.987,14	167°
Itajuípe	5.021,38	65°	5.064,65	57°	5.011,31	106°	4.988,48	131°
Uruçuca	5.060,64	31°	5.149,71	15°	5.046,87	48°	4.986,67	191°

A análise da situação da infraestrutura da AII indica que Barro Preto neste indicador (INF) se afasta da média dos demais municípios, ocupando a 293° posição no ranking estadual. Os melhores resultados foram registrados em Uruçuca e Itabuna. Os demais ocupam posições intermediárias.

Em 2006, o município de Ilhéus obteve 5.078,76 no índice de infraestrutura, ocupando o 44° lugar no ranking estadual, posição bem inferior ao 19° lugar, obtido por Itabuna. Os melhores resultados de Ilhéus referem-se aos indicadores de natureza econômica, como o do Produto Municipal (IPD) e o da renda média dos chefes de Família (IRMCH), cujos índices garantiram, respectivamente, os 11° e 15° e lugares para o Município na classificação estadual (**Quadro 8.3.2.8.2**).

Quadro 8.3.2.8.2 - Indicadores Econômicos e Sociais, por componentes - Ilhéus

Componentes	Valores	Classificação no Estado
Índice de Desenvolvimento Econômico	5.081,78	18
Índice de Desenvolvimento Social	5.097,93	23
Índice de Infraestrutura	5.078,76	44
Índice de Produto Municipal	5.097,38	11
Índice de Qualificação de Mão de Obra	5.069,24	33
Índice de Renda Média dos Chefes de Família	5.223,48	15

Fonte: SEI (2006).

Ilhéus é bem servida por transporte urbano, que atende aos bairros da sede com regularidade. Nas áreas rurais e mais afastadas da área urbana consolidada, o serviço apresenta dificuldades, muitas vezes devido à precariedade de algumas vias, que se tornam intransitáveis durante o período das chuvas. Em todas as comunidades do entorno da poligonal existem reclamações com relação a vias de acesso e aos horários de circulação dos transportes, considerados muito espaçados. A construção de uma ponte que evite a passagem pelo Distrito Industrial de Iguape é uma reivindicação antiga dos moradores de Aritaguá e Sambaituba (**Figura 8.3.2.8.1**).



Figura 8.3.2.8.1 - Estrada entre Aritaguá e Vila Olímpio, Ilhéus, 2010

- Mobilidade - Transportes e Estrutura de Rodovias

Transporte Aéreo

A região compreendida pela AII conta com o Aeroporto de Ilhéus/ Jorge Amado, localizado no bairro do Pontal, a 3 km do centro histórico da cidade. Este aeroporto, que atende atualmente os municípios de Ilhéus, Itabuna e Itacaré, foi inaugurado em 1939, e passou a ser administrado pela Infraero, em 1981. Seu principal problema é a extensão da pista com apenas 1.577m (5174ft) sem *grooving demandando uma* maior atenção às condições de pouso com pista molhada. Mas sua localização também o torna pouco prático para atender a demanda turística de Itacaré. O Terminal comporta três posições, sem *ingers* para vôos comerciais. O número de passageiros aumentou, entre 2002 e 2009, embora o número de aeronaves tenha caído. O volume de cargas também apresentou uma grande redução no mesmo período.

As principais características técnicas estão indicadas a seguir:

Coordenadas: 144854S/0390200W;
Categoria: Pública;
Tipo de operação: VFR/IFR DIURNA/NOTURNA;
Administração: Infraero;
Elevação: 4 metros (15ft);
Luzes do aeródromo:
L21-Farol rotativo de aeródromo;
L23 - Luzes de obstáculo;
Designador 11/29;
Dimensões: 1.577 x 45;
Tipo de Piso: Asph;
Resistência: 35/f/b/x/t;
Comunicações: AFIS (APP 120.10);
Categoria requerida de aeródromo: RFFS REQ-6.

O aeroporto de Ilhéus atualmente é a principal porta de entrada para o turismo do litoral sul, junto com o aeroporto de Porto Seguro, situado mais ao sul. Seu movimento de passageiros vem crescendo, nos últimos anos, principalmente a partir de 2005, com diversos vôos diários para Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. O **Quadro 3.1.2.8.3** apresentado na sequência indica o movimento operacional do aeroporto de Ilhéus no período 2006-2010.

O tamanho reduzido da pista e sua localização vêm, há algum tempo, levantando discussões sobre a capacidade operacional do terminal, que teve suas operações noturnas suspensas por razões de segurança. Existem propostas para construir um novo aeroporto em Ilhéus.

Quadro 8.3.2.8.3 - Movimento Operacional de Carga e Passageiros – Ilhéus

Movimento Operacional do Aeroporto			
Ano	Aeronaves	Carga aérea	Passageiros
2006	8.440	2.368.031	306.800
2007	8.741	2.481.588	397.131
2008	9.137	2.483.274	394.435
2009	9.810	1.599.242	361.378
2010	9.708	2.619.378	412.572

Fonte: Infraero, 2011. Disponível em <http://www.infraero.gov.br/index.php/br/aeroportos/bahia/aeroporto-de-ilheus/movimento-operacional.html>.

Na AII existem adicionalmente apenas heliportos, um em Itacaré e outro em Itabuna (**Quadro 8.3.2.8.4**). Ambos estão sob administração privada. O de Itacaré pertence ao Resort Itacaré e possui capacidade de operação noturna e diurna. O de Itabuna pode operar apenas com luz do dia.

Quadro 8.3.2.8.4 - Características de Heliportos (AII)

	Itacaré/ HELPNTxai Resort ,Ba SIKI	ITABUNA/ HELPN Itabuna, BA - SJIB
Coordenadas	142239S/ 0390038W	144925S/ 0391911W
Categoria	Privada	Privada
Tipo de operação	VFR DIURNA/NOTURNA	VFR DIURNA
Elevação	8M (26FT)	66M (217FT)
Luzes de Heliporto	L26 - Indicador de direção de vento iluminado	
Designador	27	20
Dimensões	21,5 x 21,5	26 x 26
Tipo de Piso	CONC	CONC
Resistência	4,3t	9,0t
Sistemas de luzes	L30 - Luzes de limite de área de pouso de heliportos	

Fonte: Guia de Aeródromos.

A população de Itabuna¹¹ vem reivindicando há algum tempo a reativação do aeroporto Tertuliano Guedes de Pinho que conta com uma pista pavimentada de 1.520 m e que poderia, segundo o presidente do Aeroclube local, receber vôos regionais da empresa TRIP. Essas discussões, iniciadas em 2009, não chegaram ainda a uma conclusão.

Rodovias

A área estudada e demais municípios do Litoral Sul estão sob a jurisdição da 8ª Residência de Manutenção de Itabuna 8ª RM, conforme distribuição espacial indicada na **Figura 8.3.2.8.2**. As rodovias estaduais na 8ª RM englobam 1.149,10 km, sendo que, destes, apenas 353,0 km possuem revestimento de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) e 748,8 km com revestimento primário.

As rodovias federais dentro da residência somam 148,90 km com 83,7 km revestidos com CBUQ e 62,5 km de revestimento primário. A malha envolve ainda 13,30 km de acessos rodoviários.

Duas das principais rodovias que servem a região, a BA-001, rodovia litorânea que liga Ilhéus a Itacaré, e a BR-415, que faz a ligação Ilhéus-Itabuna-Floresta Azul, possuem pontos de estrangulamento que se tornarão críticos, em caso de aumento do tráfego de veículos pesados, sem um conjunto de intervenções nestes pontos.

¹¹ A Prefeitura Municipal, representantes do Aeroclube de Itabuna e da Câmara Municipal vem promovendo reuniões com a participação do Ministério Público, a Infraero e Derba desde 2010 para discutir a reativação do aeroporto de Itabuna. Disponível em <<http://www.itabuna.ba.gov.br/noticia/list/id/2607>> e <<http://www.itabuna.ba.gov.br/noticia/list/id/1404>>.



Figura 8.3.2.8.2 - Rodovias do Litoral Sul

A BA-001, conhecida como rodovia ecológica, além de integrar áreas sob proteção ambiental, atravessa o centro de diversas localidades até chegar ao terminal do *Feery Boat* em Bom Despacho, na Ilha de Itaparica, o que torna pouco recomendável a circulação de veículos pesados nesta via, sem a criação de anéis rodoviários que evitem os centros urbanos.

A rodovia Itabuna-Ilhéus é uma via de mão dupla estreita e não possui acostamento em determinados pontos. A ocupação de áreas às margens, como ocorre no bairro de Salobrinho (km 16), dificulta qualquer projeto futuro de ampliação da faixa de circulação, projeto que vem sendo reivindicado há alguns anos pela população.

Na área do entorno destacam-se a rodovia BA-262, Uruçuca-Ilhéus, que possui grande importância para este estudo e para o projeto Porto Sul, por sua proximidade com a poligonal e a BA-648, igualmente importante por estar localizada ao norte da poligonal e por atender às comunidades de Aritagua, Sambaituba, Castelo Novo e outras comunidades do entorno até encontrar a BA-262, nas proximidades de Uruçuca.

A AII conta ainda com a BA-653 que liga Uruçuca a Serra Grande e com a BA-655 que faz ligação entre Uruçuca e Taboquinhas. A BR-030 liga Itacaré a Ubaitaba e também à BR-101. Mais ao sul está a BR-251 que liga Ilhéus a Buerarema.

Itabuna está localizada às margens da rodovia BR-101 (Rodovia Governador Mário Covas), que atravessa o Estado e faz a ligação de Salvador ao extremo sul do Estado. Esta rodovia atravessa o País, ligando todos os estados litorâneos, desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul.

O município de Ilhéus possui um serviço de transportes urbano e municipal com boa cobertura e as linhas atendem às principais localidades, com regularidade. Algumas vias de acesso estão em mau estado de conservação, o que dificulta a circulação e a manutenção dos equipamentos coletivos.

A rodoviária de Ilhéus, localizada na saída oeste da cidade (Rodovia BR-415), abriga diversas companhias de ônibus, com linhas diárias para Salvador, Itabuna, Vitória no Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. São mais de quatro ônibus por dia, nos dois sentidos do trecho Ilhéus-Itabuna, e dois no de Ilhéus-Vitória no Espírito Santo.

Transporte Ferroviário

As ferrovias baianas estão voltadas fundamentalmente para o transporte de carga (derivados de petróleo, cimento, calcário, farelo de soja, trigo e soja). Apenas alguns quilômetros de linhas nas áreas urbanas atendem o transporte de passageiros. O Estado possui 1.495 km de malha ferroviária, com bitola estreita (um metro) operada pela Ferrovia Centro Atlântica dividida em três ramais: a linha centro, com 447 km de extensão, ligando Salvador a Juazeiro; a linha sul, com 788 km, ligando Salvador a Minas Gerais, e a norte, com 260 km, que vai de Salvador a Propriá, na divisa de Sergipe e Alagoas¹² (**Figura 8.3.2.8.3**).

¹² Fonte: Ministério dos Transportes (2002).



Fonte: Ministério dos Transportes.

Figura 8.3.2.8.3 - Rede Ferroviária Nacional

O projeto de construção da Ferrovia Oeste-Leste previsto para ligar Ilhéus à região do oeste do Estado vai permitir o escoamento da produção do oeste baiano e o fornecimento de insumos (fertilizantes) para esta região. A ferrovia pode também vir a fazer a integração destas duas regiões, com as demais unidades da federação, através da ligação com o ramal da Ferrovia Centro Atlântica.

Transporte Marítimo

Além dos inúmeros portos pesqueiros localizados no litoral de Ilhéus até Itacaré existe em Ilhéus o Terminal portuário da Ponta do Malhado (Porto de Ilhéus) inaugurado em 1971, para substituir o antigo porto localizado na foz do rio Cachoeira. A Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA) é a empresa do Estado da Bahia que é responsável, desde 1977, por sua administração. O Porto de Ilhéus que tem capacidade de atender até três embarcações atua tanto no transporte de carga como no de passageiros que visitam a região de Ilhéus-Itacaré em navios de cruzeiro.

Informações adicionais sobre o Porto de Ilhéus são apresentadas no item **8.3.3.1**.

- Energia

No âmbito federal, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) é o responsável pela formulação de políticas e diretrizes voltadas para a área de energia, e a sua implantação é atribuição do ministério de Minas e Energia. A ELETROBRÁS - Centrais Elétricas do Brasil

S.A é responsável pelo desenvolvimento do Sistema Elétrico Brasileiro e, na Bahia, sua subsidiária regional é a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF - Subsistema Nordeste).

Até 2008, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA) era responsável pela “Gestão dos serviços públicos delegados no Estado da Bahia, através da regulação e fiscalização”.¹³ Mas, com a extinção do convênio com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), deixou de atuar na fiscalização dos serviços de energia elétrica, a partir de então.

O Sistema Integrado Nacional (SIN) coordena e controla o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil (**Figura 8.3.2.8.4**). O Estado da Bahia está interligado ao SIN, através do subsistema nordeste. A energia consumida no Estado é gerada, em parte na própria região, complementada pela importação das regiões Sudeste/Centro-Oeste, a Interligação Norte-Sudeste/Centro Oeste, pelos excedentes de energia da região Norte, Interligação Norte-Nordeste” (IMA, 2009).



Figura 8.3.2.8.4 - Subsistema Nordeste do SIN

Fonte: Disponível em: <http://aplicsindat.ons.org.br/sindat/>.

A eletricidade consumida nos municípios da AII derivam de ramificações da LT de 500 kV de Ibicoara/Sapeaçu/Camaçari. Os municípios de Ilhéus, Itabuna, Itajuípe e Barro Preto são atravessados por três linhas de transmissão, de 230 kV, a LT Funil/ Itapebi SE C-1, C-2 e C-3.

A energia no Estado é fornecida por dois circuitos em 230 kV da Subestação de Sapeaçu, a partir do circuito de 500 kV e dois outros circuitos de 230 kV, que interligam as subestações de Funil e Eunápolis, ligados a Ilhéus por linha de transmissão operada pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), empresa do grupo Neoenergia, responsável pelo

¹³ Disponível em: <http://www.prodeba.gov.br/modules/tinyd2/index.php?id=26>.

serviço de distribuição de energia elétrica. A sede da COELBA está localizada no bairro do Cabula VI, em Salvador. Esta empresa é responsável pelo atendimento de todos os municípios da AII e da AID do empreendimento Porto Sul que integram o Programa de Eletrificação Rural dos governos federal e estadual.

Em 2000, Ilhéus, Itabuna, Uruçuca, Itapitanga, Coaraci, Itajuípe e Barro Preto compunham o grupo de municípios que apresentavam os melhores desempenhos, em relação ao percentual de pessoas com domicílios atendidos por energia elétrica. Itacaré, por outro lado, destacava-se dos demais, por fazer parte do grupo dos municípios com os piores desempenhos do Estado (Figura 8.3.2.8.5).

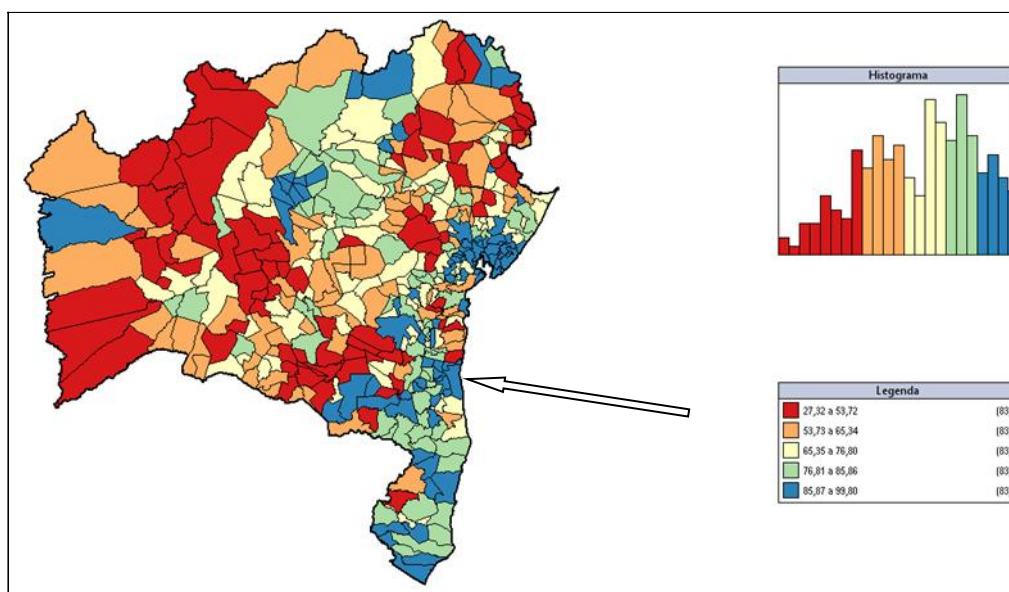


Figura 8.3.2.8.5 - Percentual de Pessoas com Acesso a Energia Elétrica (2000)

Fonte: IBGE 2000.

Quadro 8.3.2.8.5 - Domicílios Particulares Permanentes, Segundo a Existência de Iluminação Elétrica (2000)

Bahia/Região Econômica/Município	Domicílios	Iluminação elétrica
Bahia	3.169.267	82,6
Barro Preto	2.037	85,0
Coaraci	6.454	87,1
Ilhéus	54.084	87,6
Itabuna	51.074	97,5
Itacaré	4.177	51,6
Itajuípe	5.545	88,6

Fonte: IBGE, 2000.

Os dados relativos ao consumo e ao número de domicílios podem variar significativamente, conforme as fontes utilizadas. Em Ilhéus, segundo o Atlas do PNUD, que utiliza dados do Censo Demográfico do IBGE 2000, a cobertura de atendimento de rede de energia elétrica cresceu dos 79,4%, registrados em 1991 para 86,2%, em 2000, atendendo aproximadamente 54.084 domicílios. Esta cobertura incluía ainda 4.973 unidades comerciais, 276 industriais,

543 públicas e 1.597 rurais. A COELBA indicava, no mesmo período, 43.384 consumidores atendidos.

Segundo a SEI, houve uma evolução positiva também entre 2004 e 2007 no número de consumidores e no consumo de energia em todos os municípios que compõem a AII, embora ao longo destes anos possam ter ocorrido pequenas variações nos setores industrial, comercial e público. O crescimento mais expressivo ocorreu em relação ao setor residencial e rural, refletindo de certo modo, os resultados do Programa Federal “Luz para Todos”. O número de consumidores residenciais apresentou um crescimento positivo em todo período (**Quadro 8.3.2.8.6**).

Quadro 8.3.2.8.6 - Consumidores de Energia por Classe 2004-2007

Ano	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Serviços e Poderes Públicos	Outros (1)	Total
Ilhéus							
2004	44.090	233	4.453	1.170	434	4	50.384
2005	45.679	227	4.524	1.353	436	4	52.223
2006	47.826	242	4.677	1.580	441	4	54.770
2007	50.430	255	4.969	1.631	494	4	57.783
Itabuna							
2004	57.505	339	5.786	379	289	9	64.307
2005	60.348	354	5.913	447	302	7	67.371
2006	62.387	355	5.919	448	294	7	69.410
2007	64.427	386	6.190	459	326	7	71.795
Itacaré							
2004	2.859	12	423	236	56	2	3.588
2005	3.093	19	457	276	55	2	3.902
2006	3.426	21	510	317	58	2	4.334
2007	3.820	22	550	347	61	2	4.802
Barro Preto							
2004	1.404	6	90	135	31	-	1.666
2005	1.446	6	89	138	31	-	1.710
2006	1.561	6	95	137	32	-	1.831
2007	1.573	7	97	140	29	-	1.846
Coaraci							
2004	6.313	38	519	164	74	1	7.109
2005	6.540	37	528	167	73	1	7.346
2006	6.607	37	511	169	72	1	7.397
2007	6.812	40	524	172	74	1	7.623
Itajuípe							
2004	5.010	18	386	297	64	1	5.776
2005	5.189	20	392	305	67	1	5.974
2006	5.457	18	408	305	71	1	6.260
2007	5.613	19	412	310	71	1	6.426
Uruçuca							
2004	4.298	14	393	259	69	-	5.033
2005	4.371	13	386	266	64	-	5.100
2006	4.555	14	380	272	66	-	5.287
2007	4.871	17	390	318	69	-	5.665

Fonte: SEI, 2009.

Além do aumento no número de estabelecimentos ligados a rede de energia, o consumo também apresentou, no quadro geral, um crescimento positivo no período de 2004 a 2007

(Quadro 8.3.2.8.7). A análise do desenvolvimento de cada setor, contudo, evidencia algumas particularidades. Itacaré apresentou um aumento muito representativo no consumo de energia no setor industrial que pula dos 35.597 KWh registrados em 2004 para 320.249 KWh em 2007. O setor rural deste município também apresentou um aumento significativo no consumo de energia no mesmo período. Além de Itacaré apresentaram crescimento de consumo no setor industrial Itabuna, Coaraci, Itajuípe e Uruçuca. Ilhéus e Barro Preto apresentaram pequenas perdas no consumo de energia no setor industrial.

Quadro 8.3.2.8.7 - Consumo de Energia Elétrica por Classe 2004-2007 (KWh)

Ano	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Serviços e Poderes Públicos	Outros (1)	Total
Ilhéus							
2004	55.698.352	75.440.242	31.461.364	4.327.008	38.455.018	100.674	205.482.658
2005	58.443.289	75.259.702	33.864.856	4.656.146	38.259.855	90.353	210.574.201
2006	59.545.921	74.399.318	33.065.345	4.699.715	40.560.650	86.399	212.357.348
2007	65.112.459	74.964.398	35.708.695	4.511.933	40.921.800	86.559	221.305.844
Itabuna							
2004	70.812.559	57.379.539	43.054.485	2.065.384	24.655.910	586.194	198.554.071
2005	75.112.824	64.421.404	46.367.617	2.274.215	25.047.426	538.939	213.762.425
2006	77.662.780	69.542.117	46.349.276	2.200.416	26.209.236	524.175	222.488.000
2007	80.763.116	79.264.203	48.477.009	2.150.248	28.975.568	508.696	240.138.840
Itacaré							
2004	3.280.802	35.597	3.958.190	674.645	809.664	22.006	8.780.904
2005	4.062.237	35.945	4.547.868	792.253	845.326	18.971	10.302.600
2006	4.563.066	242.621	4.884.788	821.093	878.315	21.452	11.411.335
2007	4.708.814	320.249	5.416.740	843.229	894.740	19.213	12.202.985
Barro Preto							
2004	941.025	259.637	139.387	512.624	385.847	-	2.238.520
2005	1.009.281	268.983	164.702	518.383	391.897	-	2.353.246
2006	1.041.618	256.565	171.912	528.424	408.656	-	2.407.175
2007	1.068.375	252.048	170.814	523.034	350.791	-	2.365.062
Coaraci							
2004	4.703.019	186.115	962.521	626.806	2.100.617	7.553	8.586.631
2005	4.987.837	161.064	1.025.189	667.585	2.210.735	7.497	9.059.907
2006	5.016.054	215.676	991.182	606.474	2.121.225	4.120	8.954.731
2007	5.132.077	278.584	1.015.988	551.893	2.015.076	1.852	8.995.470
Itajuípe							
2004	4.077.123	2.054.080	1.159.345	994.876	1.776.036	6.314	10.067.774
2005	4.354.340	1.900.164	1.152.683	1.035.922	1.950.326	7.819	10.401.254
2006	4.487.611	1.815.623	1.207.599	959.397	2.481.186	4.930	10.956.346
2007	4.638.743	2.400.191	1.258.399	936.329	2.191.718	3.909	11.429.289
Uruçuca							
2004	3.547.493	101.987	821.061	1.161.572	1.317.922	-	6.950.035
2005	3.662.756	170.290	953.454	1.260.992	1.331.693	-	7.379.185
2006	3.738.206	169.423	980.829	1.312.027	1.465.619	-	7.666.104
2007	3.837.750	170.056	979.780	1.172.431	1.443.429	-	7.603.446

Fonte SEI/COELBA, 2009.

(1) Consumidores próprios dos sistemas Coelba.

- Saneamento

Os serviços de saneamento envolvem ações voltadas para limpeza urbana, coleta de lixo e disposição de resíduos sólidos urbanos; coleta tratamento e distribuição de água; coleta e tratamento de esgotos sanitários; drenagem adequada das águas pluviais. As ações de saneamento visam à promoção da saúde pública, ajudando no controle da proliferação de vetores e focos de moléstias prejudiciais à saúde da população, garantindo as condições ambientais saudáveis.

O tratamento adequado de esgotos evita a degradação do ambiente, promovendo a preservação dos recursos hídricos e, junto com o fornecimento de água tratada, reduz, significativamente, a incidência de doenças infectocontagiosas e o número de atendimentos hospitalares. Os esgotos contêm matérias orgânicas, microrganismos patogênicos e outros elementos que precisam ser tratados, antes de serem lançados no corpo receptor.

No município de Ilhéus, o atendimento aos serviços de água e esgotos é realizado pela concessionária Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), em todas as etapas da captação até a distribuição. Nas pequenas comunidades das zonas rurais, inclusive as da AEE, o esgoto não é tratado ou coletado e a população se utiliza de fossas sépticas ou atira os dejetos diretamente nas várzeas, nos cursos d'água mais próximos e nos mangues. Apenas o distrito de Castelo Novo tem rede de esgoto, mas ela é antiga e insuficiente para a localidade. Além disso, é precária, e é possível ver esgoto correndo a céu aberto. A falta de coleta e tratamento de esgoto também pode ser observada em algumas áreas de ocupação desordenada, nos bairros da sede municipal.

Quadro 8.3.2.8.8 - Domicílios Totais com Saneamento Básico Adequado - Ilhéus

Bahia/Região Econômica/Município	Domicílios	Esgotamento sanitário adequado ² (%)	Destino do lixo adequado ³ (%)
BAHIA		42,4	75,0
Litoral Sul		50,4	72,4
Barro Preto	2.037	62,2	66,4
Coaraci	6.433	71,2	80,6
Ilhéus	54.031	58,0	80,9
Itabuna	51.039	78,4	88,1
Itacaré	4.177	19,8	44,9
Itajuípe	5.545	60,8	81,7
Uruçuca	5.101	61,3	79,3

Fonte: IBGE, Censo Demografia 2000, Resultados do universo.

(2) Esgotamento sanitário adequado = esgotamento por rede geral ou pluvial ou fossa séptica (domicílios urbanos e rurais).

(3) Destino do lixo adequado = lixo coletado (domicílios urbanos) + lixo coletado ou queimado ou enterrado (domicílios rurais).

A empresa mantém uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) na saída oeste, às margens da BR-415 (km 3), um pouco antes do bairro de Banco da Vitória (14°47'58"S e 39°04'42"O). O material tratado é lançado no rio Cachoeira que serve de corpo receptor. Análises das amostras do material tratado, realizadas em 2009, indicaram níveis acima dos permitidos para alumínio, chumbo, ferro, zinco e urânio. No entanto, a ETE apresentou um resultado melhor no controle e redução dos coliformes totais e *eschericha coli*, principalmente

nas medições realizadas no outono, quando o índice de eficiência alcançou 99,9% (FONTES, 2008).

Em Itabuna a empresa responsável pelo abastecimento e esgotamento sanitário é a EMASA- Empresa Municipal de Águas e Saneamento. O Município apresenta uma realidade um pouco melhor. Com quase 80% dos domicílios com acesso a esgotamento sanitário considerado adequado, Itabuna se consolida como o município que possui a melhor cobertura da região.

Os **Quadros 8.3.2.8.9** e **8.3.2.8.10** apresentados a seguir mostram a abrangência do atendimento de coleta e destinação de esgotos de Ilhéus e Itabuna.

Quadro 8.3.2.8.9 - Coleta e Destinação dos Esgotos - Ilhéus (2000)

Destino dos Esgotos	Domicílios	Moradores
Rede geral de esgoto ou pluvial (a)	23.832	92.019
Fossa séptica (b)	7.484	29.373
Fossa rudimentar (c)	7.515	31.353
Vala	2.520	10.476
Rio, lago ou mar (d)	2.327	9.586
Outro escoadouro (e)	784	3.204
Não tinham banheiro nem sanitário (f)	9.569	39.247
Total	54.031	215.258

Fonte: IBGE/SIDRA (2000).

Quadro 8.3.2.8.10 - Coleta e Destinação dos Esgotos - Itabuna (2000)

Destino dos Esgotos	% de Domicílios
Rede geral de esgoto ou pluvial (a)	73,9
Fossa séptica (b)	3,8
Fossa rudimentar (c)	2,6
Vala	5,1
Rio, lago ou mar (d)	3,8
Outro escoadouro (e)	3,6
Não tinham banheiro nem sanitário (f)	7,3

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2000

- Abastecimento de Água

O sistema de abastecimento de água de Ilhéus também é operado pela Embasa, que divide o Município em três setores: o Norte, que atende às praias do litoral norte, a partir do distrito industrial onde está a ETA, distrito industrial com vazão de 75 L/s, responsável pelo atendimento a aproximadamente 40.000 ligações de água; o setor Centro, que corresponde ao centro da sede municipal do distrito industrial até a ponte do bairro do Pontal, atendido pela ETA Centro, com uma capacidade de 285 L/s, e o setor Sul, do bairro do Pontal, em direção ao Sul, onde se localiza a ETA do Pontal, com uma capacidade de 210 L/s.

A água utilizada no abastecimento de Itabuna é coletada em Castelo Novo (**Figura 8.3.2.8.6**), em ponto localizado no rio Almada no município de Ilhéus. A estação de tratamento ETA está situada no bairro de São Lourenço, com uma capacidade de tratamento e armazenamento de água de 900 litros por segundo. O abastecimento é completado em mais 100 litros/s, segundo dados fornecidos pela ETA localizada em Ferradas. A Prefeitura de Itabuna, com os recursos do PAC, ampliou o sistema de captação de águas do Município, que passou de 600 para 900 litros/s. Os recursos financiaram a construção de uma adutora ligando a Estação de

Captação e Tratamento de Nova Ferradas à ETA de São Lourenço. Notícias do site oficial do município de Itabuna informam que em julho do presente ano foram anunciadas obras para a reestruturação das redes de abastecimento de água e de esgoto do Município.



Figura 8.3.2.8.6 - Ponto de Captação para Abastecimento de Água de Itabuna - Castelo Novo, 2010

Atualmente, existem dois sistemas de captação de d'água em operação em Ilhéus: o primeiro é constituído pela Barragem do Iguape e a fonte de captação é o rio Iguape. Este sistema está localizado no Distrito Industrial de Iguape. Sua capacidade de armazenamento é de 7.500.000 m³ para uma área inundada de 150 ha. A adutora é de ferro dúctil cimentado, com 550 mm de diâmetro. A estação de tratamento é do tipo padrão (floculação, decantação, filtração e desinfecção) e tem capacidade para fornecer 342 litros/s, com um reservatório de 700 m³ de capacidade.

Um segundo sistema abastece o setor sul, captando água na barragem do rio Santana. Possui uma capacidade de 300 l/s e está voltado para atender aos bairros situados mais ao sul da cidade de Ilhéus, sendo responsável por 10.500 ligações.

O sistema de Riacho da Esperança, desativado em 1973, era constituído por uma barragem de concreto, com capacidade de armazenamento de 293 m³, uma estação de tratamento, com capacidade de 104 litros/s e 4 reservatórios: Alto da Favela - 4.000 m³; Stand pipe - 1.000 m³; Pontal - 2.100 m³ e da ETA - 2.000 m³. Atualmente, existem discussões para sua reativação e para a instalação de outro ponto de captação, no rio do Engenho, para ser tratado pela Estação Elevatória de Água do Pontal.

O serviço público de abastecimento de água é bastante deficiente em toda a área da AII. Apesar dos avanços registrados, entre 1991 e 2000, em média, mais de 40% dos domicílios não são atendidos pelo sistema da Embasa. Em 1991, essa média era de 57%. Em Itacaré, menos de 35% da população, em 2000, era beneficiária do sistema de abastecimento. Itabuna é o município de maior cobertura da rede de abastecimento de água da AII, mas abrange apenas 79,2% dos domicílios. Segundo o Censo 2000, em Itabuna 91,3% dos domicílios tinham acesso ao abastecimento de água a partir da rede geral; 2,5 a partir de poço ou nascente na propriedade e 6,2% através de outras formas (**Quadro 8.3.2.8.11**).

Ilhéus atingiu, em 2000, a marca de 60,3% de domicílios ligados à rede de abastecimento. A qualidade da água é considerada boa, pela maioria da população pesquisada. Os resultados das análises mensais da qualidade da água, em 2009, indicam que o produto está dentro da conformidade para os principais itens medidos, com ausência de coliformes totais em 95% das amostras¹⁴.

Quadro 8.3.2.8.11 - Abastecimento de Água em Ilhéus

Formas de Abastecimento de Água	Domicílios	Moradores
Rede geral (a)	36.373	141.620
Rede geral - canalizada em pelo menos um cômodo	29.680	115.150
Rede geral - canalizada só na propriedade ou terreno	6.693	26.470
Poço ou nascente (na propriedade) (b)	12.144	51.714
Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada em pelo menos um cômodo	2.438	9.566
Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada só na propriedade ou terreno	1.082	4.218
Poço ou nascente (na propriedade) - não canalizada	8.624	37.930
Outra forma (c)	5.514	21.924
Outra forma - canalizada em pelo menos um cômodo	456	1.837
Outra forma - canalizada só na propriedade ou terreno	284	1.143
Outra forma - não canalizada	4.774	18.944
Total	54.031	215.258

Fonte: IBGE/SIDRA (2000).

A Vigilância Sanitária de Ilhéus (8ª Dires) integra a rede laboratorial de vigilância da qualidade da água do programa federal de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano - Vigiágua, cujo objetivo, no nível municipal, está em garantir o acesso da população a água, em quantidades e qualidades adequadas, promovendo ações de acompanhamento da qualidade do produto, de acordo com as diretrizes do SUS (**Quadro 8.3.2.8.12**).

Quadro 8.3.2.8.12 - Evolução da Oferta de Água Tratada, 2000

Município	1991%	2000%
Barro Preto	38,7	51,5
Coaraci	50,5	63,7
Ilhéus	47,3	60,3
Itabuna	72,2	79,2
Itacaré	13,5	34,0
Itajuípe	55,7	62,6
Uruçuca	40,4	56,5

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do PNUD.

Em comunidades menores, da área rural e do litoral norte de Ilhéus, o abastecimento é obtido basicamente através de poços privados, situados dentro dos terrenos das propriedades (**Figura 8.3.2.8.7**), mas existem também alguns poços comunitários, com distribuição feita por meio de redes públicas (**Figura 8.3.2.8.8**).

¹⁴ Disponível em: <http://www.embasa.ba.gov.br>.



Figura 8.3.2.8.7 - Poço de Abastecimento de Água - Vila Olímpio



Figura 8.3.2.8.8 - Sistema de Abastecimento de Água

- Gestão de Resíduos Sólidos

A coleta domiciliar de lixo atende, em média, a 75% dos domicílios da AII, a 80,9%, em Ilhéus, e a 88,8%, em Itabuna, incluindo-se, nestes índices, os resíduos coletados nos domicílios urbanos somados àquele que é coletado e queimado (ou enterrado) nos domicílios rurais. Este resultado é superior aos das médias calculadas para os municípios da AII, da região econômica do Litoral Sul (50,4%), e do Estado (42,4%). O serviço é operado por empresas terceirizadas contratadas pelas prefeituras municipais. A frequência da coleta, contudo, é muitas vezes superior a uma semana e também bastante irregular, em alguns lugares. Nos pequenos aglomerados rurais, não existe um serviço de coleta domiciliar de lixo.

Considerando apenas os domicílios urbanos, a taxa de coleta de lixo doméstico em Ilhéus cresceu, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, de 67,2% para 81%, entre 1991 e 2000¹⁵. O material coletado é depositado atualmente no Lixão de Ilhéus, localizado em Itariri, a aproximadamente 20 km ao norte da sede. Trata-se de um aterro compartilhado com o município de Uruçuca e que apresentava diversas irregularidades, entre as quais a presença de 75 famílias nas células, instaladas e sobrevivendo precariamente da exploração do lixo. No entorno deste depósito existem diversos pontos de lixo localizados as margens das vias de acesso à localidade de Itariri. No entorno do depósito existe um grande número de residências construídas, em uma localidade denominada Fazenda Portos. São residências de padrão precário, construídas com materiais improvisados e sem nenhuma infraestrutura, a não ser a rede de energia elétrica. Nelas residem famílias que vivem do lixo (badameiros).

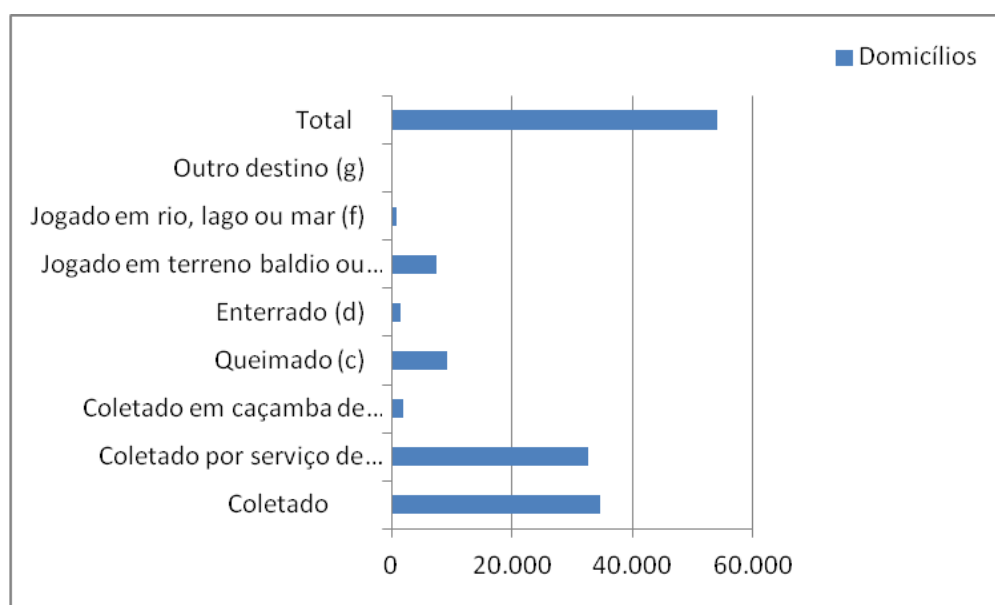
O **Quadro 8.3.2.8.13** e a **Figura 8.3.2.8.9** apresentam um quadro geral do atendimento no setor para o município de Ilhéus.

¹⁵ Somente domicílios urbanos.

Quadro 8.3.2.8.13 - Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos - Ilhéus

Formas de Destinação do Lixo	Domicílios	Moradores
Coletado	34.660	133.411
Coletado por serviço de limpeza (a)	32.646	125.386
Coletado em caçamba de serviço de limpeza (b)	2.014	8.025
Queimado (c)	9.292	40.667
Enterrado (d)	1.552	6.460
Jogado em terreno baldio ou logradouro (e)	7.434	30.242
Jogado em rio, lago ou mar (f)	850	3.446
Outro destino (g)	243	1.032
Total	54.031	215.258

Fonte: IBGE/SIDRA, 2000.


Figura 8.3.2.8.9 - Destinação do Lixo

Fonte: IBGE/SIDRA, 2000

Existe outro ponto de depósito de resíduos (lixão), localizado em Cururupi, atualmente inativo. Em fevereiro de 2009, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) deu início aos estudos para a requalificação deste aterro. Além da recuperação física, a Conder propôs a inserção de catadores, a criação de cooperativas e de programas de coleta seletiva, sob a administração conjunta de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré.

Em dezembro de 2009, houve uma reunião, entre os vereadores de Ilhéus e a Conder, para dar início à formação do Programa de Coleta Seletiva. Em maio de 2010, a experiência de requalificação e de inserção social dos catadores foi apresentada, por técnicos da Conder, no X Simpósio Ítalo-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, realizado em Maceió, como um exemplo de atuação conjunta das esferas federal, estadual e municipal.

Em algumas pequenas comunidades, é possível observar pontos onde o lixo domiciliar é queimado pelos moradores. Observa-se também uma grande quantidade de pontos onde os resíduos são depositados irregularmente pela população na sede municipal¹⁶ e em

¹⁶ Ponto de lixo no bairro de Malhado. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=fKfmd2gAFJI>.

comunidades pequenas do interior, formando focos de proliferação de vetores de doenças. Este material também constitui um problema ambiental ao ser arrastado pelas chuvas para os rios, mangues e praias. Embora existam iniciativas da Prefeitura e do Estado (Conder) para tratar a questão da coleta e destinação dos resíduos sólidos em Ilhéus, a situação atual pode ser avaliada pelo grande número de denúncias, efetuadas pela população em relação ao problema, formuladas nos meios de comunicação local¹⁷.

Algumas comunidades rurais contam com serviços de coleta de lixo, realizados pela Prefeitura, que recolhe os resíduos domésticos uma vez por semana, mas a grande maioria dos moradores queima o lixo na própria comunidade ou simplesmente atira nos terrenos, ao longo das estradas, formando pontos de lixo que atraem vetores de doenças e aves. Na maior parte das comunidades localizadas na região do entorno, não existe coleta de lixo domiciliar (Figuras 8.3.2.8.10 e 8.3.2.11).



Figura 8.3.2.8.10 - Ponto de Lixo Estrada de Sambaituba



Figura 8.3.2.8.11 - Detalhe Ponto de Lixo - Sambaituba

O **Quadro 8.3.2.8.14** apresenta uma visão geral do atendimento da coleta e disposição de resíduos sólidos para o município de Itabuna, demonstrando a sua evolução entre 1991 e 2000.

Quadro 8.3.2.8.14 - Proporção de Moradores por Tipo de Destino de Lixo - Itabuna

Coleta de Lixo	1991	2000
Coletado	63,9	86,4
Queimado (na propriedade)	0,8	2,5
Enterrado (na propriedade)	0,1	0,2
Jogado	34,5	10,5
Outro destino	0,8	0,5

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1991 e 2000

Conforme se observa, o município de Itabuna tem uma situação mais adequada também na coleta e disposição de resíduos sólidos. No entanto, em 2000 cerca de 14% dos seus moradores ainda depositavam seus resíduos de forma inadequada, em especial na zona rural,

¹⁷ Idem nota 11.

assim como acontece na zona rural do município de Ilhéus, exemplificada pelas fotos apresentadas anteriormente.

- Comunicação

Itabuna e Ilhéus apresentam a melhor infraestrutura da região em relação aos serviços de telefonia. A responsável pelos terminais de acesso, públicos e privados, é a Concessionária Telemar.

Segundo a Anatel, em maio de 2010 havia em operação em Itabuna perto de 1.341 terminais públicos de telefonia (orelhões). Contudo, apenas 7 destes aparelhos estavam preparados para atender pessoas com deficiência - seis para cadeirantes e 1 para deficientes auditivos. Itabuna possui ainda 28.456 terminais individuais de acesso, com a grande maioria concentrada na sede municipal. Itamaracá conta com apenas 1 terminal individual de acesso e 2 públicos; Mutuns com 23 individuais e 4 públicos. A sede municipal possui cobertura de todas as principais operadoras de telefonia móvel.

No município de Ilhéus, segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), a TELEMAR possuía, em dezembro de 2009, 33.757 acessos de telefonia fixos – Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), para a comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia. Destes, 24.297 estavam em serviço. Ilhéus conta ainda com 1.429 Terminais de Acessos Públicos - TUP (orelhões). Destes, 1.149 estavam instalados na sede do Município e 280 nas demais localidades (**Quadro 8.3.2.8.15**).

Quadro 8.3.2.8.15 - Acessos a Terminais de Telefonia¹⁸ - Ilhéus, 2009

Tipos de Acessos	Quantitativo
Acessos Fixos Instalados	33.757
Acessos Fixos em Serviço	24.297
Acessos Fixos Individuais em Serviço	22.868
Terminais de acesso público	1.429

Fonte: ANATEL.

Algumas localidades, como Ribeira das Pedras e Acuípe de Baixo, só contam com um único terminal telefônico para atender a toda a comunidade e uma parte considerável destes terminais públicos, localizados nas áreas rurais, estava fora de serviço, durante o estudo de campo, por deficiência na manutenção, com terminais apresentando sinais de oxidação ou danificados. O distrito de Aritaguá conta com 55 terminais individuais de serviço fixo, mas apenas 53 em funcionamento, sendo 47 individuais e 6 públicos.

Somando-se aos outros sistemas de telefonia, o total de terminais, em 2002, atingiu 74.225, o que é insuficiente, considerando-se a população do Município. Localidades como Ponta do Ramo, Retiro, Rio do Engenho, Vila Olímpio, Valão, Assentamento Bom Gosto, Fazenda Porto, Vila Paraíso do Atlântico não possuíam sequer um terminal fixo individual.

Os serviços de telefonia oferecidos pela TELEMAR em Ilhéus e Itabuna incluíam: Central de Atendimento Surdo/ouvinte; 100 - Secretaria dos Direitos Humanos; 128 - Emergência no MERCOSUL; 180 - Delegacia da Mulher; 190 - Polícia Militar; 191 - Polícia Rodoviária

¹⁸ Referentes apenas às concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC). Disponível em: <http://sistemas.anatel.gov.br/sgmu/>.

Federal; 192 - Serviços de Ambulância; 193 - Corpo de Bombeiros; 194 - Polícia Federal; 197 - Polícia Civil; 198 - Polícia Rodoviária Estadual, e 199 - Defesa Civil.

Na sede municipal de Ilhéus, existe uma boa cobertura para todas as operadoras de telefonia celular móvel (Oi, Tim, Claro e Vivo), mas, nas áreas rurais, o sistema demonstra deficiências, com grandes manchas de sombra, com sinal irregular ou de baixa intensidade e, ainda, ausência de sinal.

A operadora de telefonia móvel que apresenta uma maior cobertura é a Vivo, mas não atende à maioria das pequenas localidades. O acesso à internet, na cidade de Ilhéus, pode ser feito com facilidade, em bares, restaurantes hotéis e *lan houses*. As operadoras de telefonia, fixas ou móveis, também oferecem acesso domiciliar ou por modem. Fora dos limites de Ilhéus, o sinal é deficiente e o acesso só é possível nos pontos onde há rede de telefonia fixa e a operadora ofereça o serviço, ou onde haja cobertura de telefonia móvel.

A cidade de Ilhéus possui revistas e jornais impressos no próprio Município¹⁹. Neste Município, circulam ainda periódicos regionais de Itabuna e de Salvador. Existe também uma ampla rede de informativos sobre o meio ambiente, como o jornal *Encantos da Lagoa*, voltado para a APA da Lagoa Encantada e rio Almada e que está no seu 5º ano de circulação.

Além dos meios impressos há diversos informativos digitais e blogs de jornalistas locais na web, com informações sobre assuntos políticos, meio ambiente e questões da cidade, do Município e da região, tais como:

- Rede Porto Sul (www.redesuldabahia.org) que se apresenta como A Rede de Coalizão Sul da Bahia Justo e Sustentável que se define como “*uma organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, comprometida com comportamentos éticos e dedicada à democratização da informação. Sua proposta é cooperar com a criação e mobilização da cidadania do Sul da Bahia, através da força conjunta de seus membros, tendo como valor essencial a justiça e a sustentabilidade, através da democracia participativa*”;
- R2CPRESS agência de Notícias (www.r2cpres.com.br/contact);
- Ilhéus Notícias (<http://ilheusemnoticias.blogspot.com/>);
- Blog do Correia neles (<http://cn2012.wordpress.com/2010/04/26/feriado-em-ilheus-dois/>); e Informe Geral Itabuna (<http://informegeralitabuna.blogspot.com/2009/12/vigilancia-sanitaria-interdita.html>).

Funcionam também algumas estações de rádio locais, AM, FM e Comunitárias²⁰, retransmissoras de TV, com uma boa cobertura para o sinal de TV (UHF e VHF) aberta e por assinatura²¹. Nas áreas rurais, o sinal é captado por antenas parabólicas, que são muito comuns em praticamente todas as comunidades. Nas sedes dos distritos, além das antenas parabólicas para captação de sinal da TV aberta, existem também antenas para sinal digital de TV por assinatura.

A TV garante o acesso às informações e compensa a baixa circulação de jornais diários, limitada à sede municipal e a uma distribuição irregular nas sedes dos distritos. Segundo o

¹⁹ Diário de Ilhéus; Agora (Itabuna); Diário do Sul (Itabuna).

²⁰ Rádio Baiana AM; Rádio Cultura AM; Rádio Santa Cruz AM; Rádio Gabriela FM; Rede Aleluia FM; Rádio FM Sul; Rádio Conquista FM (rádio comunitária).

²¹ TV Cabralia (Record News); Band Bahia (Band); TV Aratu (SBT); Record Nordeste (Record); TV Sul Bahia (RIT); TV Santa Cruz (Globo)

blog do jornalista Roberto Rabat²², o sinal de TV aberta em Ilhéus vem apresentando problemas de instabilidade e frequentemente sai do ar. O jornalista também questiona a ausência inexplicável do sinal da TV Educativa do Estado, retirada do ar por volta de 2004.

As comunicações despontam na contemporaneidade como uma das condições básicas para a realização da política e o conjunto de elementos midiáticos atuantes em Ilhéus contribui para a constituição de um espaço público midiático onde a autorrepresentação simbólica da sociedade pode se organizar, permitindo o fortalecimento da capacidade de ação e a participação política da sociedade na gestão pública (*empowered participation*).

8.3.2.9 Comunidades da ADA e AEE

A Área Diretamente Afetada e a Área do Entorno do Empreendimento envolvem as comunidades relacionadas no **Quadro 8.3.2.9.1**. Para essas comunidades foi realizada uma caracterização mais detalhada, apresentada na sequência.

Quadro 8.3.2.9.1 - Comunidades da ADA e AEE

Comunidades da ADA	Lava Pés
	Santa Luzia
	Itariri/ Assentamento Bom Gosto
	Valão
Comunidades da AEE	Acampamento Novo Destino
	Fazenda Porto
	Carobeira
	Vila Vidal de São João/ Areal
	Aritaguá
	Loteamento Vilas do Atlântico/ Vila Isabel
	Loteamento Jóia do Atlântico
	Condomínio Paraíso do Atlântico
	Condomínio Barra Mares
	Condomínios Verdes Mares e Mar e Sol
	Vila Juerana
	Sambaituba
	Urucutuca
	Vila Campinho
	Vila Olímpio
	Ribeira das Pedras
Castelo Novo	

- Aritaguá (aproximadamente 1.200 pessoas) - AEE

Sendo uma das mais importantes localidades (sede de Distrito de Ilhéus) da região do entorno da poligonal do empreendimento, Aritaguá possui uma população considerável, com relação social e econômica direta com a sede municipal e o Distrito Industrial de Ilhéus, ambos interferindo permanentemente a vida social da localidade. Embora uma parte da população esteja ocupada em postos de trabalho sediados em área urbana, percebe-se que a maioria dos moradores tem pequenas propriedades que servem à subsistência e ao aumento da renda, com a venda de excedentes.

²² Disponível em: <http://www.r2cpres.com.br/contact>.

A cultura de subsistência apresenta, ainda, componentes culturais, em forma de hábitos adquiridos. Parte da população obtém renda com a agricultura familiar e o trabalho em fazendas da região. Algumas pessoas estudam na sede municipal. A distância entre a localidade e a sede é de apenas 7 km, embora a estrada apresente trechos mal conservados, o que aumenta o tempo dos deslocamentos neste percurso.

O Presidente da Associação de Moradores de Aritaguá²³ informa que cerca de “60% da população vivem da roça”. Os principais produtos são quiabo, banana, cacau, além da extração de cajá e jenipapo. A localidade possui poucos estabelecimentos comerciais, na maioria pequenas vendas onde é possível consumir bebidas alcoólicas e adquirir produtos básicos (alimentos, utensílios domésticos etc.).

Apesar de usufruírem da infraestrutura e serviços arrolados pela sede municipal, os moradores levantam uma série de demandas, que, segundo eles, podem melhorar a qualidade de vida da localidade. O posto de saúde funciona apenas uma vez na semana, com médico para exames de rotina, o que é insuficiente para as demandas da localidade. Não há serviço odontológico na localidade.

As vias de acesso (ligando a localidade a Sambaituba e a sede) apresentam estado de conservação precário. A falta de saneamento básico é outra questão que preocupa os moradores, ao lado da falta de oportunidades profissionais. O emprego é uma das maiores demandas apresentadas pela população, que detém baixa escolaridade, fato que dificulta a inserção de uma parcela desta no mercado de trabalho.

A mudança da área do empreendimento Porto Sul para as imediações da localidade de Aritaguá acirrou os debates e propiciou uma maior mobilização e organização social dos moradores. As opiniões ficaram divididas. De uma forma geral, as pessoas revelavam preocupação quanto a danos que o empreendimento poderia causar ao meio ambiente e à saúde, destacando a dispersão do minério de ferro na atmosfera, principal produto a ser escoado pelo novo porto. As opiniões favoráveis tendem a levar em consideração a capacidade de o empreendimento gerar mais oportunidades de emprego e renda para a população e o desenvolvimento da região.

- Acampamento Novo Destino (aproximadamente 120 pessoas) - AEE

Ao todo o acampamento, fundado há cinco meses, tem 27 famílias que estão morando em residências improvisadas, de lonas sustentadas por vigas de madeira, situadas ao longo da rodovia que liga Ilhéus a Uruçuca. O objetivo do grupo é ser atendido pelo programa nacional de reforma agrária. A localidade não conta com infraestrutura ou serviços públicos, embora a relação de sociabilidade do grupo esteja ligada ao Distrito de São José, a alguns quilômetros do acampamento.

Algumas famílias recebem Bolsa Família e têm filhos frequentando a escola, norma geral do programa governamental. A maior parte das famílias consultadas é favorável à implantação do empreendimento, dada a expectativa de gerar maiores oportunidades de emprego e renda, mesmo daqueles postos que não exigem escolaridade.

²³ A associação possui 52 filiados e desenvolve projetos sociais em parceria com outras entidades. Nos últimos meses, tem recebido apoio da Bahia Mineração (BAMIN), para a mobilização da comunidade em torno de cursos profissionalizantes. Inclusive, 26 famílias receberam aparelhos defumadores, como pode ser observado em matéria veiculada em site de notícias da região: <http://www.jornalbahiaonline.com.br/index.asp?noticia=5831>

- Carobeira (aproximadamente 400 pessoas) - AEE

A localidade é considerada uma vila vinculada ao Distrito de Aritaguá. É dividida em Carobeira de Cima e Carobeira de Baixo. A sua parte de baixo é formada por cerca de 100 casas, a maioria de alvenaria. A comunidade tem acesso a água canalizada, proveniente de um poço da Prefeitura e distribuída pela Embasa. No entanto, o seu volume é insuficiente para atender a toda a população. Segundo informações locais, a maioria das casas tem fossa e há coleta semanal de lixo.

Sua economia está vinculada às atividades rurais e ao comércio da sede municipal. Alguns trabalham nas fazendas de cacau da região e/ou plantam em suas próprias “roças” (banana, cajá, abacate, limão, manga, coco, jambo, entre outras culturas). As propriedades da região têm tamanho variado. Há uma presença importante do programa Bolsa Família.

A localidade conta com uma escola de nível fundamental. Os alunos de outros níveis precisam se deslocar para Ilhéus. O transporte escolar é intermitente e a Prefeitura Municipal adotou a estratégia de colocar crédito no passaporte estudantil para que os estudantes peguem ônibus de linha para chegar à escola. Isso tem sido um problema, pois o crédito depositado nem sempre é suficiente.

Os ônibus de linha passam em um intervalo de duas horas. Sobre o ensino, houve reclamações quanto à qualidade e ao compromisso dos professores, que, segundo relatos, chegam atrasados e liberam as turmas antes do horário.

Há também um posto de saúde. O médico visita a comunidade apenas às quintas-feiras e distribui somente 15 fichas de atendimento, insuficientes para a demanda local. Nesse dia, há também uma enfermeira. Nos demais, um agente comunitário de saúde acompanha a população.

Não há delegacias de polícia ou posto policial na região, embora não tenham sido relatados maiores problemas de insegurança. No entanto, foram descritos problemas envolvendo drogas. Não foram relatadas também manifestações culturais específicas na localidade. Há a presença de igrejas protestantes, como a Igreja Adventista. As atividades de lazer mais comuns são o futebol e as festas que acontecem na boate da localidade.

A localidade possui energia elétrica, acesso a transmissões de televisão e de rádio; possui cinco orelhões e rede para as operadoras de telefonia celular Vivo, Tim e Claro.

Há uma Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais da Carobeira, presidida atualmente pela Sra. Dina Maria José Carvalho Santos. Essa associação faz parte de uma assembleia maior, formada por todas as associações, que se reúnem na Casa dos Conselhos.

As principais necessidades da comunidade foram descritas nessa ordem de importância: saúde, escola (necessidade de professores mais qualificados e comprometidos), transporte e estrada de melhor qualidade.

Quanto ao empreendimento, as opiniões são favoráveis a sua implantação de maneira geral, mas existem dúvidas quanto a possibilidade de desapropriação, ou dos limites da área para instalação do porto. Os entrevistados também cobraram do empreendedor maiores

informações a respeito do projeto. Os pontos positivos se baseiam na possibilidade de melhorias na infraestrutura local e de aumento de oportunidades de trabalho

- Fazenda Porto (aproximadamente 300 pessoas) – AEE

A Fazenda Porto é uma comunidade esparsa, localizada nas imediações do lixão (**Figura 8.3.2.9.1**) e antes da comunidade de Itariri (**Figura 8.3.2.9.2**). É constituída por aproximadamente 80 casas, que não possuem acesso a água canalizada, necessitando coletá-la de nascentes; em grande parte as casas não possuem fossa e banheiros. Também não há coleta de lixo, ainda que a comunidade seja vizinha ao lixão.



Figura 8.3.2.9.1 - Entrada do Lixão em Itariri



Figura 8.3.2.9.2 - Residência dos Catadores vizinhos ao Lixão de Itariri

A economia da região ainda se fundamenta no trabalho destinado às fazendas de cacau. Há também muitas pequenas propriedades onde a população planta cacau, banana, coco e outras frutas. Segundo relatos locais, a oferta de empregos é um dos problemas, o que tem gerado eventualmente migrações para Salvador e São Paulo. Existem na região três grandes fazendas de gado.

Na Fazenda Porto, não existem serviços públicos e a população é obrigada a recorrer à localidade de Itariri para obter atendimento de saúde e educação. Outra alternativa para o

atendimento à saúde é recorrer à Unidade Móvel de Saúde do Iguape. Não existe um posto médico em Itariri e um médico atende na Associação, uma vez por semana.

O transporte público passa de hora em hora. Não existe delegacia ou posto policial e as atividades de lazer se resumem aos jogos de futebol e aos bares. A comunidade está ligada à rede de distribuição de energia elétrica, mas não possui terminais de telefonia fixos e está fora de área de cobertura de telefonia móvel.

As principais necessidades da comunidade foram descritas nessa ordem de importância: acesso a telefone, saúde e mobilidade, com a melhoria das estradas.

Os moradores consultados demonstraram desconhecimento sobre o empreendimento e de uma forma geral consideraram positiva a chegada de grandes empreendimentos que possam estimular o desenvolvimento da região, mas alguns demonstram receio em relação à desapropriação.

- Itariri/ Assentamento Bom Gosto (aproximadamente 120 pessoas) - ADA

O Assentamento Bom Gosto foi implantado pelo INCRA há cerca de 11 anos. Segundo informações da comunidade, o assentamento seria formado por 40 famílias, cada uma com 10,5 hectares de terra²⁴, mas lideranças rurais locais afirmam que este número aumentou com a formação de novos arranjos familiares de filhos, parentes e agregados de assentados. São como observado no local, cerca de 40 casas, construídas de bloco e já com banheiros. Algumas delas ainda não estão concluídas. Não há acesso a água canalizada, embora haja um poço. Apenas poucos moradores já têm bomba para canalizar a água para suas residências. Nem todas as casas têm fossa. Não há coleta de lixo, que é queimado. A infraestrutura é precária, como pode ser visto na **Figura 8.3.2.9.3**.

Nos 10,5 hectares de cada família são plantados cacau, banana, acerola, aipim, goiaba, cupuaçu, coco, graviola, entre outros. A produção é vendida na feira, mas é principalmente direcionada para uma cooperativa, a COOFASULBA - Cooperativa de Agricultores Familiares do Sul da Bahia, vinculada à CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento.



Figura 8.3.2.9.3 - Residências em Bom Gosto - Itariri

²⁴ O Anuário Estatístico da SEI v.21. 2007, publicado em 2009 indica o assentamento Fazenda Bom Gosto com 35 famílias ocupando uma área de 460,0 ha.

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) está presente em todas as regiões brasileiras, acompanhando a trajetória da produção agrícola, desde o planejamento do plantio até chegar à mesa do consumidor. A atuação da CONAB contribui com a decisão do agricultor na hora de plantar, colher e armazenar e segue até a distribuição do produto no mercado, fase em que a garantia dos preços mínimos oferecidos pelo governo é traduzida em abundância no abastecimento e estímulo à produção. As operações realizadas pela CONAB são coordenadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento²⁵.

Para além da produção de gêneros agrícolas, algumas famílias também criam gado.

O Assentamento possui uma escola de nível fundamental. No entanto, não há transporte escolar para os alunos de outros níveis. Há um posto de saúde, que recebe um médico quinzenalmente. Não há agentes comunitários de saúde atendendo à população. Há uma ronda policial uma vez por mês e transporte de linha.

O principal lazer da população é o futebol e o banho na represa. Eventualmente, tem festa na localidade, em geral religiosa, mais especificamente de cunho evangélico.

Há uma associação no Assentamento, a Associação Agrícola Nova Jerusalém.

Na ocasião da realização da pesquisa, as entrevistas sobre as características do Assentamento foram interrompidas quando outros integrantes chegaram e começaram a radicalizar o discurso acerca do Porto Sul, afirmando que o INCRA os orientou a não dar mais entrevista e a não informar mais nada sobre o Assentamento. Os assentados se mostraram contrários o Porto Sul e revelaram desconfiança em relação às pesquisas que estavam sendo feitas. Apresentaram proposta ao Governo do Estado que as análises fossem realizadas também por técnicos de sua confiança, com a participação do conselho das associações e da CDA - Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário. Esta questão é abordada no tópico sobre o processo de negociação e mitigação antecipada de impactos.

- Valão (aproximadamente 190 pessoas) - ADA

A localidade de Valão está situada a 30 km da sede municipal e é formada por cerca de 50 casas dispersas e sem um núcleo. Algumas residências são de taipa, outras de madeira e algumas de alvenaria; a maioria delas de padrão inadequado. As que têm banheiro utilizam água de balde, pois não há água canalizada na localidade. Uma grande parte das casas tem fossa. Algumas casas possuem cisternas, que captam água de nascente. Não há coleta de lixo, que é queimado. As residências estão ligadas à rede de energia elétrica e na comunidade não há cobertura para telefonia móvel.

As propriedades da região são pequenas, com aproximadamente quatro hectares, onde são plantados banana, coco, abacate e legumes, produção voltada para a subsistência. Algumas famílias criam poucas cabeças de gado. A economia orbita em torno da produção nas pequenas propriedades, na oferta de trabalho às fazendas de cacau e no trabalho na sede municipal.

Há uma escola para as primeiras séries (1ª a 4ª) do ensino fundamental na localidade, mas o transporte escolar para os alunos de outros níveis é deficiente, levando-os apenas até uma

²⁵ Disponível em www.conab.gov.br/conab-quemSomos.php?a=11&t=1 Acesso em maio de 2011

parte do trajeto para as outras escolas. Não há posto de saúde na localidade e não há agente comunitário de saúde.

Grande parte da população é evangélica e as atividades de lazer estão associadas a atividades religiosas e/ou familiares. Há energia na localidade e o acesso a celular é realizado através da antena rural de celular da Vivo. Há uma Associação dos Pequenos Produtores do Valão.

Os moradores consultados se mostraram a favor do empreendimento em função da oferta de postos de trabalho que será ampliada com as obras e o funcionamento do porto. Alguns dos entrevistados inclusive disseram aceitar a desapropriação, desde que indenizados corretamente.

- Santa Luzia - ADA

Santa Luzia é uma pequena localidade situada na região de Lava Pés. É formada por seis casas, todas de alvenaria, com banheiro e fossa. Há um poço, mas a água não é canalizada. O lixo é queimado, uma vez que não há serviço de coleta.

A localidade é formada por trabalhadores rurais, que trabalham nas fazendas de cacau ou plantam nas suas pequenas propriedades.

A escola e o posto de saúde que atendem à localidade são os de Lava Pés. Há, no entanto, um agente comunitário de saúde que trabalha na localidade. Há uma linha de transporte que atende à região. A localidade já possui energia elétrica e acesso a telefonia celular das empresas Vivo e Tim. Entretanto, não possui orelhão.

A população é evangélica e as festas realizadas são de cunho religioso. Não há associação na comunidade.

Os moradores se mostraram favoráveis ao empreendimento em função do desenvolvimento que pode proporcionar, desde que não sejam necessárias desapropriações de suas propriedades.

- Lava Pés - ADA

A região de Lava Pés é grande e engloba diversas pequenas localidades. Próximo à Rodovia Ilhéus-Uruçuca, uma família formou uma localidade composta por sete casas. Nesse loteamento, que ainda não tem nome, as casas são de alvenaria, têm banheiro e fossa. Não há água canalizada; ela é buscada na fonte. Não há também coleta de lixo, que é queimado.

A região como um todo é formada por trabalhadores rurais que se conformam como pequenos produtores ou ofertam sua mão de obra às fazendas de cacau. Alguns, no entanto, buscam empregar-se na economia urbana de Ilhéus. De maneira geral, em Lava Pés, as propriedades são pequenas, de 3 a 4 hectares, embora haja grandes propriedades produtoras de Cacau, como a do Sr. Geraldo Riachuelo que, segundo informações, é o maior empregador da região.

Nessa região, os serviços de saúde e educação são buscados na vila de Lava Pés, onde há uma escola de nível fundamental e um posto de saúde, que recebe um médico quinzenalmente. Há um agente comunitário de saúde que atende à região.

No que se refere ao lazer, nessa área, que é mais próxima à rodovia, o acesso mais fácil à zona urbana acaba atraindo a população para as suas festas e bares.

A região como um todo já possui acesso a energia elétrica. Nessa área específica, não há rede de telefonia celular, apenas aquela alcançada com antena rural de telefonia.

Os moradores são favoráveis ao empreendimento de uma forma geral, mas se posicionam contra as desapropriações na área. Um dos entrevistados alega que a propriedade pertence a família a gerações e se coloca contra a desapropriação.

- Vila Juerana (aproximadamente 2000 habitantes) - AEE

A Vila Juerana é uma localidade grande, situada na Rodovia Ilhéus-Itacaré BA-001, e bem próxima à sede municipal. Localiza-se, de um lado, às margens do rio Almada e, de outro, mais próxima ao litoral, embora o acesso às praias seja interrompido pelos muros de um condomínio de classe média.

Segundo informação local, estima-se que existam 600 residências. A maioria das casas é construída de alvenaria, embora haja aquelas de adobe e taipa. Muitas delas demonstram um déficit considerável de infraestrutura. Não há água canalizada suficiente na localidade, o que foi indicado pelos moradores como um dos principais problemas. Também não há rede de esgotamento sanitário. O terreno é alagadiço, não há calçamento e a falta de drenagem é um grave problema para a localidade, que frequentemente é inundada. Com o rio Almada assoreado, nas cheias as águas avançam sobre parte da localidade.

A economia da comunidade fundamenta-se no rio, nas atividades de pesca e mariscagem. Outras pessoas trabalham no comércio, nos diversos bares da localidade, que oferecem guaiamum, um dos principais atrativos da região. O turismo é relativamente importante na economia da comunidade, na medida em que aumenta a frequência aos bares e restaurantes e também a demanda pelos produtos da pesca e da mariscagem. Como é intermitente, acaba tendo impactos bastante negativos sobre as condições de vida da população, que se deterioram bastante no inverno, pois associa baixa estação do turismo e cheia do rio.

Embora seja uma área que apresenta uma vocação pelo turismo e o lazer, não há oferta de infraestrutura básica, como água tratada e rede de distribuição, obrigando os moradores a recorrer à água de poços. O abastecimento de água tratada e de qualidade é uma das reivindicações dos moradores, junto com policiamento ostensivo e postos policiais. A comunidade também não conta com rede de esgoto e coleta regular (diária) de resíduos sólidos.

Existem associações locais voltadas para a defesa dos interesses e demandas dos moradores. As opiniões são controversas. Parte da população projeta um cenário de oportunidade para se alcançar outra realidade social, com maiores oportunidades profissionais e de educação, comuns a um mercado de trabalho competitivo. Os argumentos contrários baseiam-se nas preocupações quanto ao risco para a saúde. Como declara um morador “*problemas ambientais, sem falar que não vai ter emprego para quem mora aqui, pois somos sem experiência*”. A comunidade de Juerana é uma das que demonstram uma maior resistência à implantação do empreendimento. Os moradores afirmam que o empreendimento irá prejudicar a localidade (rotina, subsistência fruto do rio, praia etc.) e danificará o meio

ambiente, atribuído, em geral, ao transporte de minério como atividade nociva aos moradores do seu entorno.

Há uma escola e posto de saúde na localidade, mas, segundo informações de moradores, funcionam de forma precária.

- Loteamento Joia do Atlântico - AEE

O Loteamento Joia do Atlântico localiza-se na rodovia Ilhéus-Itacaré e é caracterizado por certa heterogeneidade socioespacial, na medida em que é formado por casas que se localizam nas duas margens dessa rodovia. Aquelas localizadas na área voltada para a praia conformam-se como uma espécie de condomínio de segunda residência. Essa área demonstra uma relativa degradação, em especial na baixa estação, pois as casas ficam, em sua maioria, fechadas e sua estrutura termina por se deteriorar. Do outro lado da rodovia, em direção à APA da Lagoa Encantada, localizam-se casas esparsas, que denotam ser de uma estratificação de classe de baixa renda.

O principal problema da localidade é a infraestrutura urbana e de serviços. Segundo as informações obtidas, a área é considerada rural. Por isso, não há infraestrutura na região, como correios, telefones públicos, esgotamento sanitário, água encanada, postos de saúde, escolas e energia elétrica. É interessante notar o déficit nesse sentido, pois no momento do trabalho de campo, no dia 08/05/2011, a localidade já estava há 17 horas sem acesso à energia elétrica. Outro problema identificado foi o transporte.

Em resumo, é possível dizer que esta localidade vive duas contradições fundamentais. A primeira é característica dessa área do município de Ilhéus: a relação entre a alta e a baixa estação. Na alta estação, a economia chega ao seu ápice, as pessoas povoam a área e ela se converte em um espaço turístico. Na baixa estação, a economia se retrai, e a área se desertifica, de maneira geral.

A outra contradição é referente à distância-proximidade de Ilhéus. Todas essas localidades distanciam-se de 10 a 20 km da sede de Ilhéus. No entanto, sua estrutura urbana e de serviços é bastante deficitária quando comparada à da sede.

As populações dos condomínios de classe média se posicionam de uma forma geral contra o empreendimento alegando a perda da beleza natural da região, que é seu principal atrativo. Alguns acham positiva a mudança de localização que deve reduzir os impactos ambientais.

- Loteamentos Vilas do Atlântico e Vila Isabel - AEE

Os loteamentos Vilas do Atlântico e Vila Isabel são pequenos loteamentos populares localizados no lado leste da rodovia Ilhéus-Itacaré. Ao contrário de outros loteamentos da região, não são loteamentos de segunda residência de verão, mas habitados por classes populares, roçadores, vigilantes, auxiliares de serviços gerais, comerciantes, pedreiros, entre outras ocupações.

Assim como as outras localidades da região, compartilha as dificuldades de déficit de estrutura. Os principais problemas indicados pelos moradores referem-se à falta de saúde, infraestrutura, lazer, problemas com alagamento e, principalmente, falta de oportunidades de emprego.

Essa situação fundamenta-se na primeira contradição descrita anteriormente. É uma região onde as oportunidades econômicas se concentram no período do verão, além de ser habitada por pessoas com pouca qualificação.

As opiniões nestas localidades estão divididas entre os que aprovam em função do aumento na oferta de postos de trabalho e os que se preocupam com possíveis danos ambientais

- Condomínios Verdes Mares e Mar e Sol - ADA

Trata-se de condomínios fechados, com portaria e infraestrutura de lazer, como campo de futebol, voleibol e bar. É uma área ocupada por população de classe média, cujos proprietários são oriundos de diversos lugares do Brasil, como, por exemplo, Brasília. Configuram-se, de fato, como condomínios de veraneio.

As casas têm boa estrutura, fossas e água canalizada de poço. Compartilham do déficit das localidades da região, apenas em parte, por ser majoritariamente um condomínio de veraneio de pessoas de classe média e voltado apenas para a alta estação.

No condomínio Mar e Sol é forte a oposição ao projeto que, segundo os moradores, irá atingi-los diretamente com a construção da ponte. Além dos argumentos contrários baseados no possível deslocamento involuntário, apontaram o prejuízo ambiental que resultará da destruição do pequeno estuário que está localizado no extremo da localidade e que constitui no maior atrativo da localidade.

- Castelo Novo - (aproximadamente 800 moradores) AEE

Castelo Novo é um distrito localizado na zona rural, a 30 km de distância da sede do município de Ilhéus, às margens do rio Almada. A população do distrito é de 3.183 habitantes incluindo os moradores de Ribeira das Pedras, Lagoa Encantada, Lava Pés e Parafuso. O acesso é difícil, sendo necessário percorrer cerca de 6 km de uma estrada em péssimas condições. Trata-se de um distrito formado por casas com certa estrutura, de alvenaria, com banheiros e acesso a água canalizada. A água canalizada é proveniente do rio Almada, mas não é tratada. Segundo o agente comunitário de saúde, as principais doenças da localidade são verminoses, hepatite, dengue e meningite. As primeiras podem estar diretamente relacionadas à qualidade da água. Segundo informações, o administrador da localidade “libera” outra fonte de água, em menor proporção, para consumo humano. Um dos principais problemas indicados foi a falta de esgotamento sanitário.

A comunidade dispõe de terminais fixos individuais de telefonia, mas não tem cobertura de telefonia móvel.

Há um Posto de Saúde da Família no distrito, que oferece serviços de atendimento ambulatorial, estratégia de saúde da família e conta com um agente comunitário que atende à população. Também há uma escola de nível fundamental.

A economia do distrito fundamenta-se nos trabalhos vinculados aos serviços públicos da educação e da saúde, nos pequenos comércios locais, como os bares, e em uma relação de subsistência com o rio, através da pesca. Há uma associação de moradores de Castelo Novo e há também a Colônia de Pesca Z34. Também é comum o trabalho nas fazendas da região, principalmente na produção de cacau, que estimula a relação de “meeiros” nas fazendas. O

fluxo migratório é intenso, com destino a São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, dentre outros lugares. Alguns postos de trabalho são gerados durante o verão, dando oportunidades aos moradores da localidade.

Uma parte considerável dos moradores desta localidade se mostrou favorável ao empreendimento e anseia que a sua instalação venha movimentar a economia e impulsionar a melhoria das condições de vida das localidades do entorno.

- Ribeira das Pedras (aproximadamente 200 residências) - AEE

Ribeira das Pedras também é um distrito rural, localizado às margens da estrada que liga a Rodovia Ilhéus-Uruçuca ao distrito industrial. A primeira visão da localidade denota uma estrutura precária das habitações, uma vez que muitas delas se localizam em um barranco acima da estrada.

Trata-se de uma localidade envolvida em uma zona rural mais extensa, assim como todos os outros povoados da região. As principais reclamações da população versam sobre os problemas de infraestrutura, como calçamento, acesso a energia elétrica, que é intermitente, e saneamento básico (esgoto, drenagem e acesso a água tratada). A maior de todas as dificuldades, no entanto, é a estrada, que está em péssimas condições. Nos períodos de chuva, os moradores ficam ilhados, pois os ônibus de linha ficam impossibilitados de passar. Esta é uma contradição séria, na medida em que se trata de uma rodovia e não de uma estrada vicinal, que já tem seu leito constituído, restando apenas o asfaltamento.

A localidade tem um posto de saúde, que oferece atendimento ambulatorial. A economia da região fundamenta-se nos pequenos serviços oferecidos na sede municipal e no trabalho rural. Há uma associação de moradores na localidade.

Os moradores que se manifestaram opinaram favoravelmente ao empreendimento, em função da expectativa de melhoria nas condições de vida, pela geração de empregos e oportunidades.

- Vila Olímpio (aproximadamente 120 pessoas) - AEE

A Vila Olímpio também é uma dessas pequenas centralidades de uma vasta zona rural. As casas, em sua maioria, são de alvenaria, têm banheiros e fossas. A falta de esgotamento sanitário não foi indicada como um dos problemas centrais. No entanto, a falta de água conforma-se como uma das maiores dificuldades da localidade. Em especial, a falta de água tratada. A falta de energia, que é muito intermitente na região, e as péssimas condições da estrada são problemas para a comunidade.

A economia da localidade fundamenta-se nas atividades rurais, na pesca de subsistência no rio Almada, e nos pequenos serviços, como atividades no comércio, de pedreiro e cabeleireiro, além da renda de aposentadorias.

Tanto em Vila Olímpio como em Ribeira das Pedras o empreendimento é visto como capaz de recuperar a pujança econômica da região. Alguns moradores afirmam que o empreendimento pode reverter o quadro de migrações, trazendo de volta os familiares que precisaram migrar para as regiões do sul do país em busca de emprego.

- Vila Campinho (aproximadamente 120 pessoas) - AEE

A Vila Campinho (**Figura 8.3.2.9.4**) é uma pequena localidade com poucas casas dispersas, situada às margens da estrada Ilhéus - Uruçuca, em uma área alagadiça. A localidade padece dos principais problemas das outras: dificuldades de acesso, ausência de água tratada, esgotamento sanitário, estrutura urbana de calçamento e drenagem, entre outros. Conta com um posto de saúde que atende à demanda ambulatorial de sua população e sua economia fundamenta-se, como em outras do entorno, também nas atividades rurais e de subsistência realizadas no rio Almada.

A população se mostrou favorável ao empreendimento, mas apresentou um alto grau de desinformação sobre o projeto proposto.



Figura 8.3.2.9.4 - Vila Campinho

- Sambaituba (aproximadamente 3.000 moradores)²⁶ - AEE

Sambaituba caracteriza-se por apresentar uma maior centralidade do que as demais localidades da região. Localiza-se às margens do rio Almada. As vias principais são calçadas com paralelepípedos, as casas são de alvenaria e com paredes rebocadas, com cobertura de telha cerâmica e providas de banheiros e fossas. Algumas apresentam mais de seis cômodos. A localidade tem acesso à rede de energia elétrica e água, ambas intermitentes, sendo objeto de reclamações por parte dos moradores da região. Durante o levantamento, só havia um telefone público em funcionamento, e situado dentro do colégio. A telefonia móvel não cobre com qualidade as localidades, mas apenas alguns pontos específicos.

²⁶ Cf. site da Prefeitura de Ilhéus: <http://www.ilheus.ba.gov.br/dadosgerais.php>

Distrito Aritaguá Distância: 5 km - População: 9.053 habitantes. Povoados: Sambaituba, São José, São João, Itariri, Juerana, Carobeira, Ponta da Tulha, Ponta do Ramo, Mamoã, Retiro, Aderno, Tibina, Vila Campinho, Urucutuca e Vila Olímpio.

Distrito Banco da Vitória Distância: 65 km - População: 4.279 habitantes. Arraiais: Três Paus, Ribeira e Visagem.

Distrito Castelo Novo: Distância: 35 km - População: 3.183 habitantes. Povoados: Ribeira das Pedras, Lava-Pés e Lagoa Encantada. Arraial: Parafuso.

Distrito Coutos Distância: 5 km - População: 4.405 habitantes. Povoados: Santo Antônio, Rio do Engenho e Maria Jape. Arraiais: Areia Branca e Búzios.

Distrito Inema: Distância: 90 km - População: 3.130 habitantes. Arraial: Água Branca.

Distrito Japu: Distância: 30 km - População: 5.449 habitantes. Povoados: Serrado, Serra das Trempes, Santana e Cascalheira.

Distrito Olivença: Distância: 16 km - População: 15.815 habitantes. Arraiais: Acuípe do Meio, Acuípe de Baixo, Acuípe de Cima, Jairi e Santaninha.

Distrito Pimenteira: Distância: 81 km - População: 1.575 habitantes. Arraial: Ribeirão Pimenta.

Rio do Braço: Distância: 29 km - População: 5.236 habitantes. Povoados: Banco do Pedro.

Há uma escola e uma Unidade de Saúde da Família em Sambaituba. Esta unidade atende a demandas, ambulatoriais e odontológicas, e presta serviços especializados de saúde da família, atenção ao pré-natal, parto e nascimento. No entanto, os serviços foram também alvo de críticas da população.

O principal e mais candente problema que a população enfrenta na região é, de fato, a situação da estrada, que afeta a vida das mais diversas maneiras, no que se refere ao transporte cotidiano, ao transporte de emergência de doentes e também ao transporte escolar.

Por se tratar de uma localidade mais urbanizada e mais próxima a Ilhéus, sua economia tem um fundamento maior dado pelos serviços urbanos da sede e mesmo por aqueles desenvolvidos na própria comunidade. O comércio local inclui bares, mercadinhos, lojas de material de construção e de roupas, salão de beleza etc. O tamanho da localidade insinua a importância do ciclo econômico do cacau no passado. Os resquícios da antiga ferrovia ainda podem ser observados na localidade, que interligava as fazendas que escoavam a produção cacauzeira até o Porto e para Itabuna.

A proximidade com a sede (13 km) é um fator de desenvolvimento social e econômico da população, embora alguns moradores, ao optarem por trabalhar na sede e continuar morando na localidade, tenham que enfrentar as dificuldades de um sistema de transporte público precário, que oferta condução apenas a intervalos de uma a duas horas. Os moradores da localidade apresentam um “hibridismo socioeconômico”²⁷: possuem ocupações na área urbana e mantêm atividades ligadas à agricultura. É comum ter-se uma pequena propriedade, às vezes, sem benfeitorias, que produz um pequeno excedente vendido na própria localidade ou repassado a intermediários.

Além disso, a população que vive da agricultura familiar utiliza as feiras como principal meio de vender os seus produtos. Estas feiras, consideradas “populares”, fomentam uma regulação econômica (de mercado) frente aos preços, gerando, inclusive, solidariedade entre os grupos sociais de menor poder aquisitivo.

De um modo geral, segundo um docente do colégio estadual de Sambaituba, a população vive da agricultura e de trabalhos nas fazendas, como “meeiros”. Entre os entrevistados, destacam-se as ocupações de comerciante, motorista, montador de computador, entre outras. Mantêm-se também as ocupações rurais e extrativistas, como a ocupação de pescador no rio Almada, que é elemento importante da cultura local, pois serve de *locus*, não apenas econômico, mas também de lazer. Dentre as reivindicações mais citadas destacam-se saneamento básico, emprego, transporte e melhoria das vias de acesso, como pode ser observado na **Figura 8.3.2.9.5** a seguir.

²⁷ Identificamos como híbrido o processo de obtenção de renda na área urbana, em ocupações formais ou informais, aliado ao trabalho na agricultura de subsistência e venda de excedentes. Ainda assim, temos pessoas de baixa escolaridade que desenvolvem trabalhos temporários e precarizados, tanto na área urbano como na rural.



Figura 8.3.2.9.5 - Situação das Vias de Circulação - Sambaituba

O empreendimento tem provocado debates e controvérsia entre os moradores que, de uma forma geral, se mostram favoráveis, sem que se configure um consenso, pois, mesmo entre os informantes que se mostraram favoráveis ao projeto, há restrições em relação à questão ambiental e na ocasião cobravam mais informações sobre o empreendimento.

Entre os pontos elencados como positivos estão o aumento de investimentos na área e a geração de emprego e renda e as melhorias na infraestrutura. Entre os aspectos negativos é mencionado o transporte de minério que pode trazer danos a saúde da população e ao meio ambiente. A proximidade da poligonal do empreendimento estimula a mobilização em torno das associações de moradores e produtores, representação política de mandatos, conselhos etc. O aumento na renda pode representar muito para uma população que vive, direta e indiretamente da terra, ou seja, das atividades de extrativismo, agricultura e pecuária.

- Vila Vidal de São João/ Areal (aproximadamente 900 moradores) - AEE

Este povoado localiza-se antes de Aritaguá e está nas margens do rio Almada, 4 km após o bairro do Iguape. Conta com mais de 200 casas, uma boa parte sem acabamento. A localidade não possui um arruamento bem definido e as vias de circulação são de terra, sem calçamento; não apresenta equipamentos urbanos como praças, quadras etc. A população vive de empregos formais e informais na sede do Município (a aproximadamente 5 km) e do trabalho rural (agricultura familiar e como “meeiros”). Embora a localidade esteja próxima da sede municipal, os moradores demandam melhorias no transporte (horário das linhas).

Alguns moradores relataram que, além da rede de esgoto e demais componentes de saneamento básico (algumas casas têm fossa interligada ao rio), uma das demandas mais urgentes é o asfaltamento da via de acesso à localidade. O atual estado das vias impacta negativamente a saúde da população, provocando doenças respiratórias, como alergias, asma e bronquites. Os serviços de saúde são prestados pela unidade de saúde de Aritaguá, havendo reclamações devido à ausência constante de profissionais para o atendimento.

Parte do lixo é queimada, uma vez que a coleta é realizada pela Prefeitura, apenas semanalmente. Melhorias na infraestrutura e ampliação do acesso a serviços públicos são as duas maiores demandas da comunidade. A falta de serviços básicos, em especial de saneamento, tem afetado a atividade da pesca, uma vez que os esgotos são atirados

diretamente no rio. A localidade sofre também com a falta de telefonia fixa, internet, sendo apenas possível contar (com dificuldades) com uma operadora de telefonia móvel, a Vivo, fato que prejudica especialmente os mais jovens, que se sentem isolados e sem meios para compartilhar os espaços de sociabilidades e de cultura proporcionados pela rede.

A população apresenta uma posição ambígua em relação ao empreendimento. Embora uma grande parcela se posicione favoravelmente a implantação do Porto com base na capacidade do empreendimento para gerar posto de trabalho e outras oportunidades para a população, também mencionam os possíveis danos ambientais.

- Urucutuca (cerca de 100 residências) - AEE

A maior parte dos moradores desenvolvem atividades rurais. Alguns são “meeiros” das fazendas da região, ou seja, trabalham por produtividade, sem uma renda fixa. A instabilidade financeira é uma característica das populações rurais e a sobrevivência é em parte assegurada pelos programas de transferência de renda que garantem o acesso a artigos básicos, como alimentos e vestuário²⁸. Esta localidade apresenta um dos maiores graus de vulnerabilidade social entre as que estão localizadas no entorno do empreendimento, reunindo pobreza, baixos níveis de emprego e escolaridade, moradias de padrão precário e sem infraestrutura, que tem de ser acessada em outras localidades, como é o caso da saúde, oferecida pelo posto de Sambaituba. A concentração dos serviços em um só posto acaba por precarizar o serviço, uma vez que a demanda se torna muito maior do que a oferta.

Não existe saneamento básico ou coleta do lixo, que é atirado nas margens da via que dá acesso à localidade. A população reclama que o lixão de Ilhéus, localizado em Itariri, contamina a nascente do rio de mesmo nome, um afluente do rio Almada, poluindo o trecho do rio em que se encontra a comunidade. São recorrentes alguns problemas de saúde (dermatológicos, inclusive) provenientes da qualidade da água do rio, usada para tomar banho, lavar roupas, dentre outros usos cotidianos.

A localidade - que vive basicamente da agricultura familiar e do trabalho rural - é carente em todos os aspectos. A população é favorável ao empreendimento, vislumbrando melhorias, no plano material, com a geração de empregos diretos e indiretos (**Figuras 8.3.2.9.6 e 8.3.2.9.7**).



Figura 8.3.2.9.6 - Urucutuca - Habitações Precárias



Figura 8.3.2.9.7 - Urucutuca - Vista Geral

²⁸ Alguns comerciantes afirmam que a população faz compras e paga no dia agendado, a partir do momento em que o governo libera seus benefícios.

A localidade mostrou-se abertamente favorável ao empreendimento usando como argumento a geração de emprego e melhoria na infraestrutura e na oferta de serviços. Não foram destacados pontos negativos.

- Paraíso do Atlântico (aproximadamente 380 pessoas)

Esta pequena comunidade com cerca de 100 casas se diferencia um pouco das demais localidades situadas no litoral. Existem diversas casas em construção e um razoável fluxo de pessoas ao longo do dia. Sua configuração espacial, estreita e estendida em direção ao interior é distinta. O padrão de urbanização apresenta um traçado irregular (**Figura 8.3.2.9.8**) e as ruas não tem calçamento (**Figura 8.3.2.9.9**). Existe também uma grande informalidade quanto à regularização dos títulos de propriedade. As casas não estão ligadas a rede de esgoto que é escoado para fossas sépticas, e o abastecimento da água é obtido pelo bombeamento da água de poços. Não tem escola, nem posto de saúde, que ficam situados em Ponta da Tulha. A população obtém sua renda da pesca e de serviços temporários. Os moradores consultados se mostraram favoráveis ao empreendimento de uma forma geral embora mencionem também a possibilidade de prejuízos ambientais.



Figura 8.3.2.9.8 - Padrão de Urbanização Irregular



Figura 8.3.2.9.9 - Ruas sem Calçamento

- Barra Mares (aproximadamente 380 pessoas)

Este loteamento se inicia no litoral e se expande para o interior. Conta com cerca de 100 habitações de boa qualidade e a maioria de seus proprietários pertencem a setores médios de Itabuna e Ilhéus que usam o local para veraneio. As ruas não são calçadas e as residências apresentam sinais de subocupação turística, abandono e deterioração de algumas residências, mas em melhor estado dos demais condomínios vizinhos. Alguns moradores e comerciantes mencionam que a localidade já viveu dias melhores, antes da crise do cacau e do deslocamento do interesse dos turistas para Itacaré.

- Considerações sobre as Comunidades

Todas as localidades, povoados e distritos, aqui descritos, têm as suas particularidades, decorrentes de uma série de elementos importantes, tais como: o fundamento de sua economia, a relação política com o associativismo local, a religião predominante, a estratificação de classe, e o concurso de serviços públicos, em especial os de infraestrutura e estrutura de mobilidade e acessibilidade, como estradas que, nessas áreas, são a condição fundamental de acesso a uma série de outros serviços e oportunidades de trabalho, entre outros.

No entanto, é possível encontrar elementos subjacentes que possibilitam o agrupamento de determinadas localidades em grupos mais homogêneos. Nesse sentido, é possível afirmar que a área de impacto direto do Porto Sul envolve dois grandes grupos, que, por sua vez, têm suas particularidades internas. De um lado, estão as áreas localizadas na rodovia Ilhéus-Itacaré, na orla norte do município de Ilhéus e, de outro, as áreas localizadas na zona propriamente rural, acima da rodovia Ilhéus-Uruçuca, mais próximas, pela área interna, da APA da Lagoa Encantada.

O primeiro grupo é formado por todas aquelas comunidades situadas na orla. Essas localidades, no entanto, são marcadas por uma segmentação interna. Dentro delas, há condomínios e loteamentos de classe média, que são utilizados como segunda residência para a época da alta estação e há também comunidades locais. De um lado, estão os condomínios Mar e Sol e Verdes Mares, além de parte do Loteamento Joia do Atlântico. Do outro lado, estão a Vila Juerana - representante típico -, a Vila Isabel, o Loteamento Vila do Atlântico e parte do Loteamento Joia do Atlântico, notoriamente a sua parte que não se localiza do lado da praia.

Como descrito anteriormente, essa região caracteriza-se por uma dupla contradição: a relação baixa-alta estação e a relação proximidade-distância de Ilhéus. Todas as localidades, em especial as mais populares, sofrem com a queda da dinâmica econômica na região durante a baixa estação. O fluxo de turistas e de visitantes (incluindo os donos de casas de veraneio) diminui consideravelmente, impactando a economia local de prestação de pequenos serviços, de comércio e de venda de peixe e mariscos.

A segunda contradição diz respeito ao fato de que essas localidades se situam muito próximas à sede municipal, quase fazendo parte de sua zona urbana. No entanto, segundo informações dos moradores, são consideradas zonas rurais, o que impacta a oferta de serviços, desde os mais prementes, como farmácias, correios, entre outros, aos mais complexos, como os de saneamento básico: acesso a água tratada e esgotamento sanitário.

Em geral, a vida social dessa região estende-se do rio Almada para leste em direção à praia. Nesse aspecto, a área onde se pretende implantar o retroporto não tem especial relação com essas localidades. No entanto, a localização do porto propriamente dito nessa área terá impactos significativos.

No grupo de comunidades daquelas localizadas acima da rodovia Ilhéus-Uruçuca, na região propriamente rural do Município estão Aritaguá, Carobeira, Sambaituba, Urucutuca, Vila Campinho, Vila Olímpio, Ribeira das Pedras, Fazenda Porto, Itariri, Assentamento Bom Gosto, Valão, Lava Pés, entre outras. É importante salientar que esta região abarca muitas outras pequenas localidades e agrupamentos de casas que, à primeira vista, parecem irrelevantes, mas que contribuem para conformar uma região que é povoada, ainda que de maneira esparsa e, portanto, menos densa.

Todas essas localidades têm seu fundamento econômico na vida rural, embora dialoguem, evidentemente, com a vida urbana, principalmente através das ocupações em pequenos serviços locais e outros ofertados na sede municipal. As localidades desse grupo diferenciam-se internamente pela maior proximidade/distância dessa economia urbana. É possível dizer que as localidades de Carobeira, Aritaguá e Sambaituba são aquelas mais próximas desse círculo de influência de Ilhéus, uma vez que se localizam muito próximas ao distrito industrial do Município.

A base da produção rural das localidades mais distantes vincula-se ao trabalho assalariado nas fazendas maiores de cacau e na produção autônoma de gêneros, como também o cacau, mais banana, acerola, goiaba, graviola, cupuaçu, coco, entre outros. As localidades mais próximas do rio Almada também se conformam como extrativistas, pois vivem da pesca, especialmente para subsistência.

O Estado firmou convênio com uma cooperativa local para o desenvolvimento de Diagnóstico Rápido Participativo e pesquisa socioeconômica com agricultores familiares e assentados do Assentamento Bom Gosto para um aprofundamento maior quanto ao perfil social e atividades produtivas desenvolvidas. Paralelamente, a Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário – CDA está realizando a medição das propriedades dos agricultores que, em razão da implantação do empreendimento, poderão ser reassentados.

De acordo com levantamento preliminar feito pela CDA existem cerca de nove propriedades médias com áreas que variam entre 100 e 350ha, um assentamento do Incra (Assentamento Bom Gosto), conforme já caracterizado, e inúmeras pequenas propriedades ou posses onde se pratica a agricultura familiar. Em todos os casos observa-se a predominância da cabruca, mas a pastagem avança sobre as áreas úmidas e é marcante no entorno dos povoados. Outras culturas de subsistência ocorrem pulverizadas nas áreas. A **Figura 8.3.2.9.10** apresenta o perfil geral das propriedades ou posses existentes na ADA.

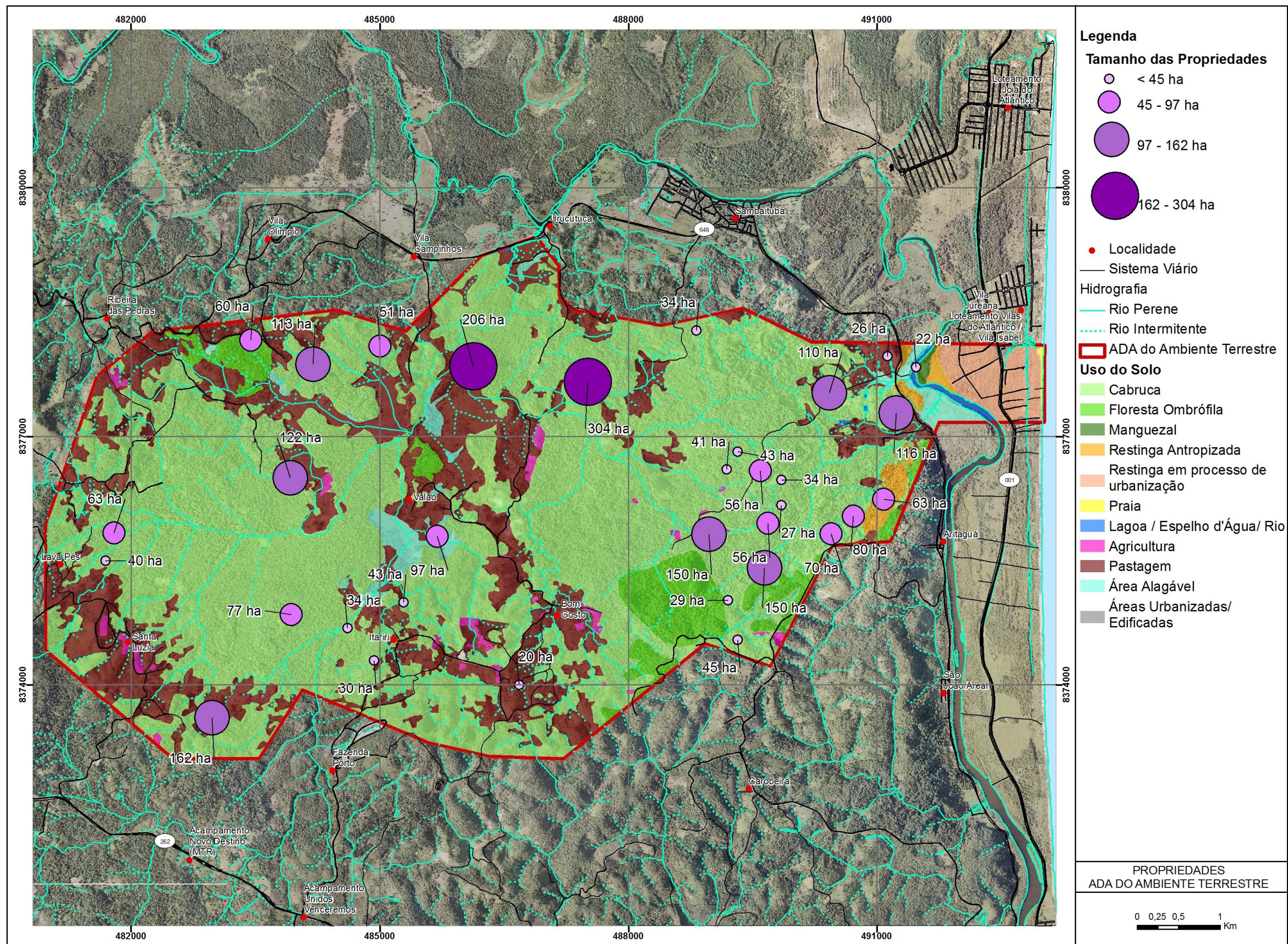


Figura 8.3.2.9.10 - Perfil Geral das Propriedades ou Posses Existentes na ADA

Todas as localidades são pequenas centralidades típicas de uma vida rural e padecem, por isso, de um déficit de infraestrutura, a começar pelas estradas, mas também de saneamento básico e na oferta de serviços públicos. Algumas localidades possuem escolas e postos de saúde. No entanto, as escolas são apenas de nível fundamental e os alunos de níveis superiores necessitam de transporte escolar (que nem sempre é oferecido). A saúde, por sua vez, é oferecida em postos e unidades de saúde da família. Entretanto, só há médicos semanalmente ou até mesmo quinzenalmente, e nem todas as localidades possuem agentes comunitários de saúde.

Essas localidades serão afetadas diretamente pela implantação do porto, uma vez que o empreendimento vai se instalar em uma área que serve de fundamento natural/ material para as atividades produtivas da região. Esse desarranjo material/ natural contribuirá para a transformação da vida social dessa população, nos seus mais diversos sentidos: as atividades laborais, os níveis de renda, a organização sociopolítica, entre outras. No entanto, a implantação do porto pode se traduzir em oportunidades para a qualificação da vida cotidiana dessas comunidades, especialmente aquelas localizadas na AEE com a implantação da infraestrutura, equipamentos sociais, geração de oportunidades de trabalho e renda. Na ADA os impactos do empreendimento acarretará no reassentamento de famílias e outras, menos afetadas poderão mesmo com as interferências do porto, buscar nesse contexto melhorias diversas na qualidade do assentamento que venham compensar efeitos negativos. A **Figura 8.3.2.9.11** apresenta uma síntese da caracterização das comunidades.

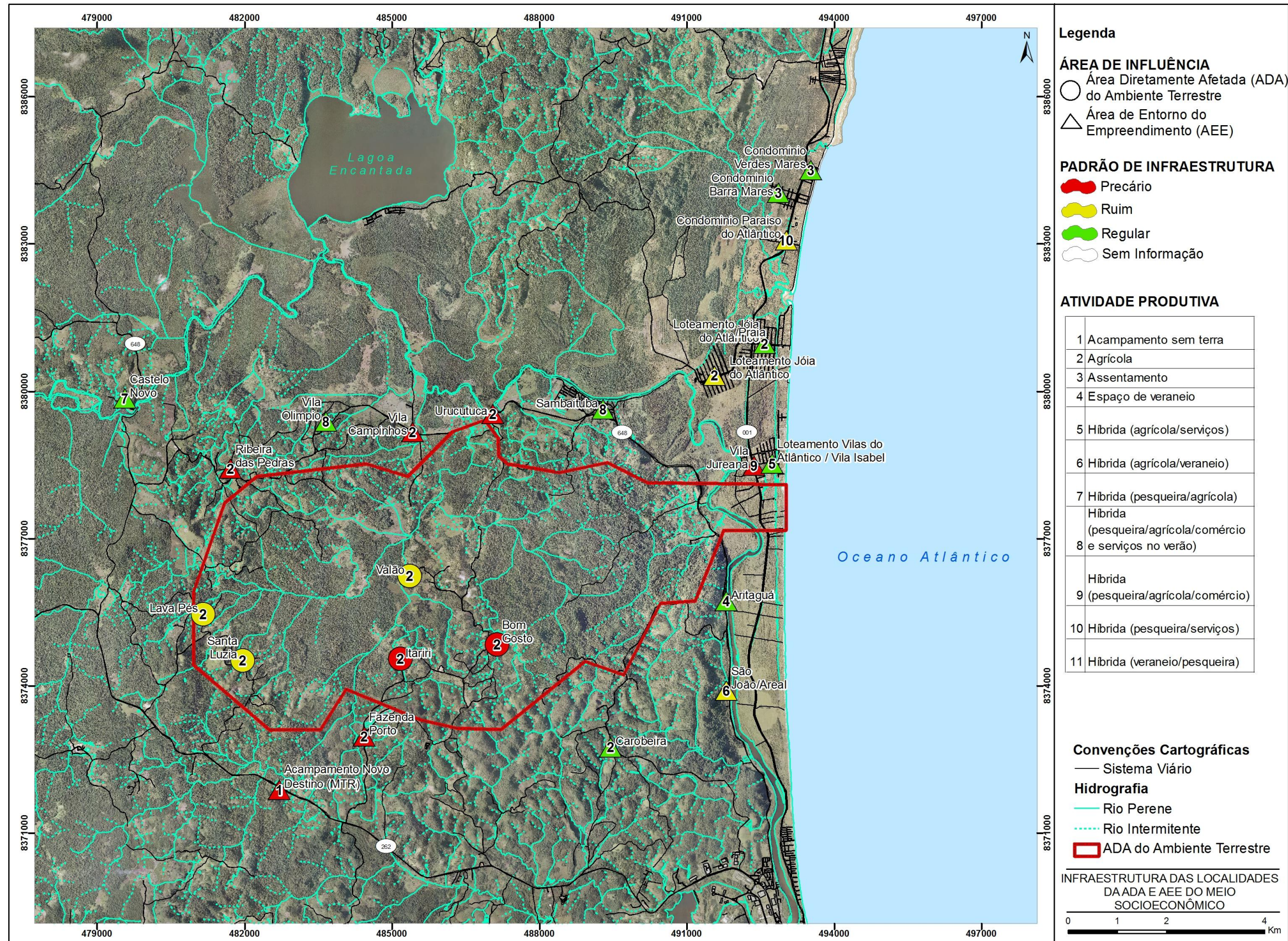


Figura 8.3.2.9.11 – Caracterização das Comunidades da ADA e AEE

8.3.2.10 Comunidades Tradicionais

A denominação “comunidade tradicional” abriga um amplo leque de comunidades, dos mais diversos tipos, podendo incluir caiçaras, ciganos, seringueiros, catadores de castanha, pescadores, pomeranos, agricultores em associação de fundo e fecho de pasto e muitos outros. O que confere alguma unidade ao conceito é o pressuposto de um conhecimento tradicional, agregado à noção de comunidade, o que, segundo autores como Akemi, Sandra & Kishi, Shimada²⁹, consistiria “*na informação ou prática individual ou coletiva de comunidade indígena ou de comunidade local, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético, segundo o art. 7º, II, da MP 2186-16/2001*”. Contudo, a inexistência de uma definição inequívoca de comunidade local consiste num outro complicador para uma classificação consistente, permitindo uma amplitude que inviabiliza sua utilização prática. A rigor, todas as pequenas comunidades rurais do Estado, dedicadas ou não à agricultura familiar, e com pouco ou nenhum recurso tecnológico, poderiam ser incluídas nesta designação.

Quanto às comunidades quilombolas, o INCRA, em sua **instrução normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009**, as conceitua de forma positiva, como “[...] *remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida*”. Observa-se que o elemento determinante para a definição é a autodefinição dos interessados. Face à dificuldade de se dispor de uma classificação mais precisa, optou-se por considerar como comunidade tradicional as comunidades registradas como tal pela Fundação Palmares, Incra e Funai, o que envolveria fundamentalmente grupos quilombolas, indígenas, de pescadores e marisqueiros e de associações de Fundo e Fecho de Pasto.

A garantia legal dos direitos dos povos indígenas e quilombolas e comunidades tradicionais estão na Constituição da República, no Estatuto do Índio (Lei 6001/73), na Lei 1042 do Novo Código Civil e no Decreto 4887/03, que, nos critérios já discutidos, tenta definir as formas de identificação e reconhecimento destas populações tradicionais. O processo de certificação de uma comunidade como tradicional quilombola fundamenta-se ainda num extenso conjunto de diplomas legais³⁰, portarias, instruções normativas, além dos já citados. Face a todos esses elementos que dificultam a classificação, procurou-se identificar aquelas comunidades que se autodefinem como tradicionais e que possuam poucos recursos tecnológicos envolvidos na promoção de sua subsistência e que são objeto de interesse do projeto Geografar da UFBA, tais como: comunidades quilombolas, associações de fundo e fecho de pasto, grupos indígenas, assentamentos rurais, além de comunidades ribeirinhas, voltadas para a pesca e a mariscagem, que serão descritas a seguir.

²⁹ Disponível em: < <http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Conhecimento+tradicional>>. Acesso em: 4 jan. 2011.

³⁰ A Instrução Normativa apresenta como fundamento legal: I - art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal; II - Arts. 215 e 216 da Constituição Federal; III - Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; IV - Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; V - Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964; VI - Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966; VII - Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992; VIII - Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993; IX - Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001; X - Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001; XI - Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; XII - Convenção Internacional nº 169, da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004; XIII - Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003; XIV - Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007; XV - Convenção sobre Biodiversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998.

✓ Comunidades vinculadas à Pesca Artesanal

Com base na atividade produtiva, um importante grupo local se destaca: os moradores das comunidades ribeirinhas, que buscam na pesca a complementação da sua dieta alimentar, assim como os pescadores profissionais cooperativados, ou não, que se utilizam de barcos motorizados, de até 10 metros, e que escoam sua produção no mercado, através de colônias de pesca. Esses grupos podem ou não manter uma relação sustentável com o território que ocupam.

No entorno da poligonal e em toda a AID, a pesca tradicional é exercida ao longo do litoral de Ilhéus, abarcando também outros municípios como Uruçuca e Itacaré, e todas as regiões ribeirinhas e estuarinas do município de Ilhéus. Em suas atividades são empregadas pequenas embarcações, como canoas e jangadas, menores de 10 metros como dito antes, movidas ou não por motor de propulsão. Ao mesmo tempo, de uma forma difusa, em todas as pequenas e médias localidades rurais do município de Ilhéus, é possível encontrar populações desenvolvendo a atividade da pesca, de forma artesanal e como uma forma de subsistência. A análise deste segmento é desenvolvida de forma aprofundada no item que trata das atividades produtivas deste diagnóstico.

✓ Povoamentos Indígenas

Na Área de Influência Direta (AID), o Anuário Estatístico da SEI, publicado em 2008, apontava para a presença de 19 comunidades³¹ indígenas da etnia dos Tupinambás de Olivença, espalhados no município de Ilhéus, e que compunham, junto com outras localidades situadas em outros municípios vizinhos, de Buerarema e Una, a *Terra Indígena Tupinambá de Olivença*. Esse território indígena apresenta uma situação jurídica provisória e em processo de identificação e regularização.

Ao todo, as comunidades indígenas localizadas em Ilhéus reúnem uma população de 3.891 tupinambás (**Quadro 8.3.2.10.1**).

Quadro 8.3.2.10.1 - Terra Indígena Tupinambá de Olivença

Comunidades	Município	População
Comunidade Serra das Trempes	Ilhéus	304
Comunidade Serra do Padeiro	Ilhéus	349
Comunidade Serra do Ronca	Ilhéus	-
Comunidade Serra do Serrote	Ilhéus	-
Comunidade Serra Negra	Ilhéus	113
Comunidade Acuípe de Baixo	Ilhéus/Una	317
Comunidade Acuípe de Cima	Ilhéus/Una	74
Comunidade Acuípe do Meio	Ilhéus/Una	232
Comunidade Águas de Olivença	Ilhéus	135
Comunidade Campo de São Pedro	Ilhéus	82
Comunidade Curupitenga	Ilhéus	74
Comunidade Cururupe	Ilhéus	-
Comunidade Gravatá	Ilhéus	131
Comunidade Mamão	Ilhéus	-
Comunidade Olivença	Ilhéus	1.293
Comunidade Pixixica	Ilhéus	26
Comunidade Santana	Ilhéus	339
Comunidade Santaninha	Ilhéus	-
Comunidade Sapucaieira	Ilhéus	422

Fonte: ANAI-BA/DSEI-FUNASA.

³¹ Três destas comunidades envolvem dois municípios: Ilhéus e Una.

Essas comunidades indígenas, espalhadas na parte sul do município de Ilhéus, estão inseridas na AID, mas em pontos afastados da ADA e não apresentam inter-relação com o conjunto das localidades que a compõem.

A sede municipal, por sua vez, está localizada entre essas comunidades indígenas e a área do empreendimento, servindo como um divisor de águas. Os impactos deste centro urbano nas comunidades indígenas são, em princípio, muito mais evidentes do que o empreendimento situado ao norte do Município.

✓ Comunidades Quilombolas

A instrução normativa n° 57, do INCRA, de 20 de outubro de 2009, em seu artigo 5º, reafirma a competência deste instituto para *“a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a desintrusão, a titulação e o registro imobiliário das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência comum e concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”*.

O processo começa, por iniciativa da comunidade, que se autodeclara quilombola. Esta autodeclaração da comunidade precisa ser certificada pela Fundação Cultural Palmares, que emite uma certidão de registro, e pelo reconhecimento desta certidão pela União. A emissão da titulação das terras é fornecida pelo INCRA.

Segundo a relação fornecida pela Fundação Palmares e pelo Projeto GEOGRAFAR (UFBA) não existe comunidade certificada como quilombola ou em processo de certificação no município de Ilhéus.

Na AII existia, até 2009, o registro de três comunidades quilombolas em Itacaré, que foram homologadas em 2006. O Projeto GEOGRAFAR indica ainda, na AII, a presença de dez comunidades remanescentes de quilombos neste Município (Amano Guido, Campo do Amaço, Fojo, km 5, João Rodrigues, Pinheiro, Serra da Água, Oitizeiro, São Gonçalo, Socó). Em Itabuna existem menções de Itamaracá como comunidade quilombola. Esta localidade está situada a oeste na divisa com o município de Itapé às margens do rio Piabanha. Contudo essa comunidade não está certificada ou em processo de certificação. Em Itacaré existem ainda inúmeras comunidades remanescentes de quilombos que se dispersaram ao longo do território. Este Município possui também um quilombo urbano, identificado como um bairro da sede municipal. Trata-se do Porto de Traz que possui associação de moradores e mantém contato com organizações internacionais, desenvolvendo programas sociais locais. A maior parte destas comunidades é atendida por estradas precárias e desenvolve uma agricultura de subsistência, com pouco ou nenhum excedente, praticando a pesca artesanal como forma de suplementação da dieta alimentar. A grande maioria delas está localizada em locais afastados e de difícil acesso, sem qualquer inter-relação com a área de implantação do empreendimento.

Embora existam menções a quilombolas em Ilhéus, o estudo de campo, realizado nas comunidades que integram a área do entorno, não identificou comunidade que apresente ou reivindique a condição de quilombola.

A seguir, registros fotográficos de comunidades quilombolas existentes na região (**Figuras 8.3.2.10.1 a 8.3.2.10.4**).



Figura 8.3.2.10.1 - Quilombo João Rodrigues



Figura 8.3.2.10.2 - Quilombo de Fojo



Figura 8.3.2.10.3 - Quilombo km 5 Itacaré



Figura 8.3.2.10.4 - Porto de Traz: Canoas para Pesca Ribeirinha

✓ Assentamentos Rurais

Na ADA está a localidade de Itariri, onde se encontra o Assentamento Bom Gosto já descrito. A área possui diversas propriedades rurais espalhadas e baixa densidade populacional. O Assentamento, que possui um pequeno núcleo denominado de Alto do Bom Gosto, foi criado há 11 anos pelo INCRA e envolve aproximadamente 40 famílias. Este modelo de assentamento não possui infraestrutura adequada, como rede de abastecimento de água e o tamanho dos lotes, considerados pequenos por alguns assentados, é menor do que os dos novos modelos de assentamentos que passaram a ser criados nos últimos 8 anos. Apesar de possuir casas de alvenaria e com banheiro, ainda apresenta casas em conclusão, moradias improvisadas e de padrão precário (Figuras 8.3.2.10.5 e 8.3.2.10.6).



Figura 8.3.2.10.5 - Igreja Evangélica na Localidade de Itariri



Figura 8.3.2.10.6 - Moradias de Padrão Inadequado no Assentamento Bom Gosto

8.3.2.11 Sistema de Organização Social: Grupos, Movimentos sociais e Associações Comunitárias existentes

Como forma de categorização do sistema de organização social partiu-se do pressuposto que a vida social pode se organizar de dois modos: o rural e o urbano (**Figura 8.3.2.11.1**). O primeiro caracteriza-se pelo desenvolvimento de grupos ligados a uma religiosidade (paróquias, pastorais, ministérios etc.) e organizados em torno das relações de produção ligadas ao trabalho rural e a agricultura familiar. Na área rural ainda é possível identificar indivíduos que ainda não adentraram na modernidade social, política e econômica.

Como se sabe, a cultura é uma das formas de organização social ao longo do tempo, tanto nas áreas urbanas, quanto rurais.

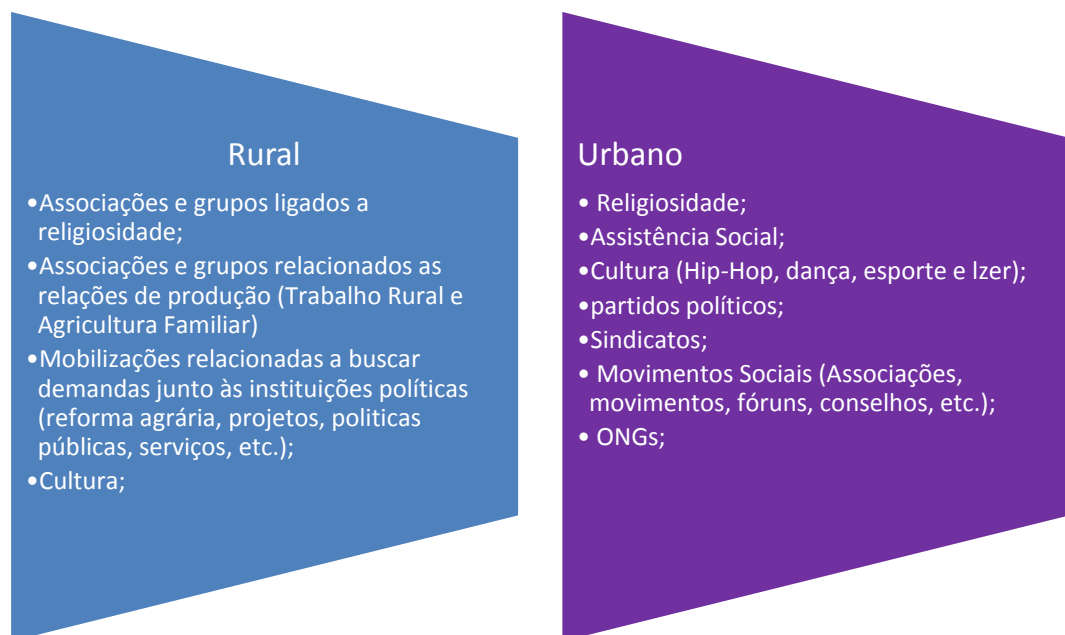


Figura 8.3.2.11.1 - Características das Organizações Sociais

O cenário social urbano aprofunda as singularidades, ou seja, as intersubjetividades dos sujeitos, suscitando uma diversidade de entidades e formas de organização social. A capacidade de fusão entre elementos modernos e tradicionais é uma das características da globalização e, especialmente, do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro no qual o “moderno” e “atraso” se intercalam.

No campo político, persistem as relações de clientela e “patronagem”, embora o grau de associativismo esteja forte nas áreas rurais. Os indivíduos nas cidades imprimem aos movimentos sociais uma marca cultural mais forte do que os que resultam de instituições sociais relacionadas a produção e a identidade de território, mais próximas de uma “tradição”.

Localidades que experimentaram processos de luta social, como a luta pela terra, apresentam um grau mais elevado de associativismo (organização, mobilização, hierarquia, atuação em redes, partidos políticos, eleições etc.) que perpassa por relações partidárias e eleitorais fomentando um processo de “accountability”, no qual o eleitor cobra de seus representantes uma maior transparência na prestação de contas e de atividade do mandato (interesses, opiniões etc.).

Nas cidades da AID, os partidos políticos se mostram mais atuantes e com uma dinâmica societária para além das eleições. Encontra-se na representação política parlamentar um quadro partidário semelhante ao cenário estadual e nacional, como pode ser observado na filiação dos vereadores eleitos em 2008 (**Quadro 8.3.2.11.1**).

As organizações de maior destaque no cenário partidário brasileiro mimetiza-se nas forças dispostas nos municípios da AID como o PT, PSDB, PP e PSB, que ocupam grandes bancadas estaduais e federais e compõem os governos estadual e federal.

Quadro 8.3.2.11.1 - Representação Política nos Municípios de Ilhéus e Itabuna, 2009

Câmara Municipal de Ilhéus
Valmir Freitas (PP)
Aldemir Almeida (PSB)
Carmelita Ângela (PT)
Edvaldo Nascimento (PSDC)
Francisco Sampaio (PSDB)
Gilberto Souza (PSDC)
Alzimário Belmonte (PP)
Jailson Nascimento (PMN)
Marcos Flavio (PPS)
Rafael Benevides (PT)
Reynaldo Oliveira (PPS)
Tarcísio Paixão (PMN)
Câmara Municipal de Itabuna
Claudevane Moreira Leite (PT)
Clovis Loiola De Freitas (PPS)
Edivaldo Reis Fonseca (PDT)
Gerson Pereira do Nascimento Jr. (PV)
José Raimundo Polvora De Oliveira (PPS)
Jose Ricardo Mattos Bacelar (PSB)
Milton Silva Cerqueira (DEM)
Roberto Tadeu Pontes de Souza (PR)
Rose Cristiane Castro (PR)
Ruy Miscocio Góes Machado (PRP)
Solon Brito Lima (PSDB)
Milton Gramacho (PRTB)
Wenceslau Augusto dos Santos (PCdoB)

Fonte: Câmara Municipal de Ilhéus e Itabuna.

A mobilização das localidades do entorno (AEE) tem ultrapassado a esfera local, envolvendo ONGs, associações, veículos de imprensa (impresso e digital)³², conselhos gestores, ou seja, a sociedade civil encontra-se organizada e ativa. As entidades locais mostram-se articuladas a movimento de abrangência maior, a exemplo do Movimento de Luta pela Terra e Federação Estadual dos Trabalhadores Rurais (FETAG-BA).

As discussões sobre a implantação de empreendimentos de grande porte no município de Ilhéus como a ferrovia Oeste-Leste, Porto Sul e Aeroporto de Ilhéus têm contribuído para mobilização e organização das comunidades envolvidas no processo, além de atrair a atenção do Ministério Público e de organizações ambientais e religiosas como a Pastoral da Terra entre outras. Trata-se de uma realidade social bastante complexa e diversificada e que favorece a emergência de diversos atores e grupos organizados.

Dentro do contexto urbano como em Ilhéus, Itabuna, Itacaré, entre outras cidades da AII, surge uma série de associações de moradores, que se vinculam à política partidária a partir do apoio de vereadores, mas que fundamentalmente contestam o Estado em busca da satisfação de demandas diversas, em especial referentes a infraestrutura urbana. De maneira geral, poder-se-ia contextualizá-las dentro de uma demanda pelo direito à cidade.

Os debates que vêm ocorrendo contribuem para configurar a esfera privada como um grande espaço público no qual circulam informações e realizam-se debates, onde são apresentados os argumentos em busca de legitimação. Dentro dessa realidade multifacetada, é possível identificar alguns contextos importantes, que têm ligação direta com a organização sócio-política. De uma forma geral existem entre os setores envolvidos três perspectivas para a avaliação do empreendimento: os que são contra, os que são a favor e os que são favoráveis em parte, estabelecendo ressalvas.

No contexto rural dos municípios da AII, em especial na ADA do empreendimento, atuam diversas associações de moradores, que debatem também elementos referentes às condições gerais de vida. Algumas dessas associações têm atuação importante no cenário sócio-político da região, como a Associação de Moradores da Vila Juerana – AMORVIJU, que desde o início do projeto de construção do porto em Ilhéus tem se posicionado contra e vem se conformando como um ator importante nesse processo. Destacam-se também as associações que reúnem os produtores rurais da região, entre elas a Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Carobeira e a Associação Agrícola Nova Jerusalém, do Assentamento Bom Gosto. É interessante notar que esta última é associada à COOFASULBA - Cooperativa de Agricultores Familiares do Sul da Bahia, vinculada à CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Todas as associações do município de Ilhéus se congregam em uma associação maior, que se reúne na Casa dos Conselhos na sede de Ilhéus. Esse grupo tem participado ativamente das discussões acerca da implantação do Porto Sul.

Ainda nesse contexto rural, há movimentos de luta pela terra, como o MTR - Movimento dos Trabalhadores Rurais e o MLT - Movimento de Luta pela Terra que, juntos, mantêm atualmente pelo menos três acampamentos na região. Tem atuado também no Município, inclusive com o emprego de redes sociais, o Conselho do Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Ilhéus (Condecori). O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) desenvolve

³² Segue os principais blogs da região e sites on line de notícias: www.blogdogusmao.com.br; www.osarrafo.com.br; www.pimenta.blog.br; <http://itabunahoje.blogspot.com/>; <http://www.itacarenoticia.blogspot.com/>; <http://itacareurgente.blogspot.com/>; <http://www2.uol.com.br/aregiao/>; <http://noticiasdeitabuna.blogspot.com/>

convênios e projetos para os trabalhadores rurais e membros da agricultura familiar e são ligados à FETAG-BA³³.

Na sede de Ilhéus funcionam duas colônias de Pesca, a Colônia Z34 e a Z19. A primeira tem uma grande abrangência no Município, tendo associados nas mais diversas localidades como Ponta da Tulha, Mamoã, e mesmo nas áreas mais distantes do mar, mas próximas ao Rio Almada, como Castelo Novo e Lagoa Encantada.

Em relação ao turismo destaca-se o grupo Gestor de Turismo em Itacaré que se reúne duas vezes por mês e se apresenta como: *“um grupo de trabalho indicado pela instância local, com integrantes da iniciativa privada, poder público e terceiro setor, com o papel de coordenar, acompanhar e gerir o processo de competitividade do destino Itacaré, na Bahia³⁴(sic).”* Entre os 21 integrantes deste grupo estão: a Associação dos Comerciantes e Empresários do Ramo Turístico de Itacaré; a ACVI - Associação dos Condutores de Visitantes de Itacaré; Associação Cultural Tribo Porto; a Associação Turismo Rural; a Bahiatursa; a Câmara de Vereadores; as secretarias de saúde, educação e meio ambiente e diversas entidades da sociedade civil.

8.3.2.12 Implicações dos Impactos Positivos e/ou Negativos da Implantação do Porto Sul: aspectos econômicos, sociais e culturais

O fundamento ontológico de qualquer realidade social reside na sua relação com a natureza, mediada pelo trabalho e pelas relações que os homens constroem com os outros homens no processo de produção da sua vida material. Associado e inseparavelmente a esse processo, os homens constroem relações sociais de ordem simbólica e política, sua organização social e cultural. Nesse sentido, analisar o impacto de um empreendimento como este exige uma consideração especial ao fundamento produtivo da região em questão, sua relação com a natureza, o tipo de trabalho realizado e as diversas relações sociais que daí decorrem.

Inicialmente, é importante considerar que a região onde se pretende implantar o Porto Sul vive uma estagnação econômica desde que a cultura do cacau entrou em declínio há algumas décadas atrás. O município de Ilhéus não conseguiu mais alcançar a sua antiga posição econômica embora tenha diversificado sua estrutura produtiva com a criação do Polo Industrial de Iguape e se voltado para a atividade turística.

Contudo, diante da grande envergadura da crise cacauceira e da dependência deste modelo econômico antigo houve uma regressão que levou o setor a sobreviver em um estágio de baixa produtividade, baixa oferta de trabalho e voltado para atividades de subsistência. Isso pode ser observado em toda a área rural do município de Ilhéus e de partes de Itabuna. A maioria dos trabalhadores rurais vive ainda da venda da sua força de trabalho para os produtores de cacau, mas o grande número de acampamentos de trabalhadores sem terra dá uma dimensão da crise. A oferta não solvável de mão de obra obriga os trabalhadores a se voltarem para as atividades de subsistência. Embora exista a possibilidade da produção ser comprada por cooperativas, não é essa a realidade predominante entre os pequenos produtores da região, que vendem seus excedentes na feira, auferindo poucos recursos, suficientes apenas para a sua subsistência.

³³ Mais informações, acessar <http://www.fetag-ba.org.br/fetag.php?pg=default>

³⁴ Disponível em <<http://www.blogger.com/profile/01700192808973281867>>. Acesso em 21 de junho de 2011.

Na outra parte do Município, localizada na zona litorânea, existem atividades pesqueiras que, embora fundamentalmente artesanais, se esforçam para suprir a demanda dos bares e restaurantes da região. Essa atividade, no entanto, também não alcança níveis de maior produtividade e não gera um ciclo econômico capaz de garantir a atração daquela oferta não solvável de mão de obra.

Nessa realidade municipal, a cidade de Ilhéus passa a atrair os trabalhadores, mas também a sua economia urbana não consegue oferecer oportunidades para essa população, em especial para os grupos menos qualificados. Nesse aspecto, muitos moradores da zona rural, e também da zona urbana, acabam se ocupando em atividades do terciário não especializado e uma grande parte permanece desempregada, um dos principais problemas indicados pela população pesquisada. O desemprego empurra novamente as pessoas para a zona rural, para as atividades de baixa produtividade, criando assim um círculo vicioso negativo entre a zona urbana e a zona rural.

A zona rural, contudo, oferece um espaço “de conforto”, para onde as pessoas podem voltar caso suas atividades urbanas não deem certo e podem contar com o apoio de uma rede social familiar e comunitária.

Com base nestas premissas é possível inferir que em princípio, a implantação do empreendimento seria de especial interesse da população local no que se refere às oportunidades de emprego, algo que está presente na maioria das falas dos entrevistados. No entanto, é necessária uma maior reflexão a esse respeito. A população local, em especial da zona rural, não tem formação técnica especializada, devido aos déficits da educação pública, o que os torna pouco interessantes para o empreendedor. Ficam então as dúvidas sobre quais atividades essa população pode ou vai se integrar. Muitos moradores comungam com essa preocupação e alguns chegam a afirmar que para eles o empreendimento não vai trazer benefício direto, mas possivelmente será útil para os seus filhos, arrancando a região da estagnação que expulsa os moradores para outras regiões em busca de trabalho.

Por outro lado, parte da população apresenta muita inquietação em relação às desapropriações e reassentamentos, especialmente sobre a forma como isso se dará. Alegam que uma indenização em dinheiro calculada pelo tamanho da propriedade é inaceitável, pois muitos imóveis são habitados por famílias estendidas e a divisão da indenização pelos membros da família torna inviável a compra de outra propriedade. Advertem também que dificilmente encontrarão terras disponíveis próximas às atuais. Existe a possibilidade de que parte desta população venha a engrossar o contingente de trabalhadores que ocupam as periferias das cidades em áreas que apresentam situações de risco, agravando o problema urbano existente nas duas sedes municipais da AID, caso esse processo não seja conduzido de forma cuidadosa e respeitosa quanto aos direitos dos proprietários e ocupantes. Nesse aspecto, importa mencionar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Estado para a mitigação antecipada de impactos em uma sistemática de diálogo com lideranças e moradores na busca de soluções pactuadas, processo este registrado no item “População” do capítulo do diagnóstico do meio socioeconômico.

A “modernização” de áreas rurais na sociedade brasileira teve impactos consideráveis sobre o tecido urbano, que se conformou como um local com uma oferta de mão de obra maior que a demanda, baixos salários, déficits de infraestrutura, com o crescimento de diversas áreas de urbanização fora dos padrões urbanísticos, e pobreza. Claro está que a implantação do Porto Sul não terá, necessariamente, as mesmas consequências, mas a história da sociedade

brasileira pode contribuir para que melhores conjecturas sejam realizadas. É certo que a implantação do projeto pode representar uma grande positividade que é a de dinamizar a economia local e ampliar consideravelmente a oferta de empregos na região.

Entre os argumentos contrários destaca-se o dos proprietários que alegam que implantação do empreendimento na área proposta impactará sobre áreas historicamente ocupadas por famílias que, em primeiro lugar, não desejam sair das propriedades herdadas de seus antepassados e, em segundo lugar, dificilmente se enquadrariam em um fundamento econômico que não fosse o rural, visto que não têm qualificação suficiente para integrar ocupações de nível mais elevado.

Entre aqueles que se opuseram nas entrevistas estavam incluídos ainda parte dos moradores da localidade de Itariri, principalmente os ocupantes do Assentamento Bom Gosto que se apresentaram intranquilos quanto à possibilidade de remoção. Trata-se de um grupo organizado, que conta com o apoio da Associação Local e do MLT.

Na região de Aritaguá e Sambaituba os argumentos contrários são de outra natureza. Eles envolvem uma preocupação ambiental e de saúde, relacionada ao temor de contaminação do meio ambiente por dispersão de parte dos produtos que serão embarcados no porto. Foram citados pelas comunidades pesquisadas o minério de Ferro e materiais radioativos como Urânio. A população desta região também receia perder suas terras de plantio ou suas áreas de extrativismo que estariam dentro da poligonal.

A grande questão da implantação do Porto Sul nesta área é que ela vai alterar o modo de vida e sustento das comunidades da ADA e entorno, que se baseia na produção rural na lavoura e na pesca. A maioria das localidades citadas tem sua subsistência associada à área onde se pretende implantar o empreendimento. É difícil fazer maiores conjecturas a essa respeito, mas é possível afirmar que a utilização desta área implicará mudanças na base da vida social dessas comunidades que irão se adaptar a esse novo fundamento econômico ou buscarão com o apoio do governo a garantia de condições melhores de vida em outro lugar, mantendo ou não suas atividades produtivas atuais.

Para além desses impactos fundamentais, é possível conjecturar acerca de outros tantos: a) a ampliação do tráfego, que transformará a realidade cotidiana dos moradores; b) a atração de trabalhadores da construção, que pode contribuir para casos de prostituição e mesmo para uma maior insegurança; c) surgimento de ocupações desordenadas, entre outros.

A falta de informações deu margem à criação de uma rede de boatos, que geram controvérsias e situações de embate de posições, nem sempre ancoradas em informações corretas e consistentes, o que gera expectativas e cria focos de tensão.

Para fazer face a essa situação o Conselho de Associações decidiu participar do processo de estudo de impacto ambiental introduzindo seus próprios técnicos - membros das cooperativas - junto com a CDA. A maior parte das críticas à atuação dos técnicos que visitaram a área é formulada pelos assentados da comunidade de Bom Gosto. A AMORVIJU também tem sido uma das maiores críticas da construção do porto.

Parte da população de classe média moradora da orla norte do Município apresenta argumentos de ordem ambiental, alegando que a implantação do Porto destruirá a beleza natural que caracteriza a região como turística. Contudo, os estratos mais populares, com

exceção da Vila Juerana - palco de uma grande mobilização política contra a implantação do Porto - são favoráveis ao empreendimento, em especial pela expectativa de geração de emprego. A população da zona rural situada mais para o interior também se posiciona a favor da implantação do Porto, com base na expectativa de geração de emprego e renda, mas é veementemente contra a desapropriação das terras da região.

A Associação Agrícola Nova Jerusalém, do Assentamento Bom Gosto, considera que a população que é a favor do empreendimento não compreende completamente as possíveis repercussões do porto até porque a maioria das localidades onde predominam as opiniões favoráveis está fora da poligonal.

O cenário descrito sugere que a implantação de um grande empreendimento em uma área com elevado grau de vulnerabilidade social não pode vir desacompanhado de medidas preventivas e amplas que atuem em todos esses aspectos elencados, envolvendo programas de comunicação, de treinamento, de reassentamento de populações que sofrerem deslocamentos involuntários e criação de políticas urbanas que evitem o surgimento de bolsões de pobreza na periferia dos grandes centros urbanos da região, agravando essa situação.

As discussões sobre o empreendimento, portanto, estão gerando uma educação política na população, pois resultam na mobilização e formação de grupos de interesses que estão dispostos a protestar e defender ambas as posições, contextualizando uma “pedagogia” social e política. A atuação do Conselho da Cidade pode ser observada em notícia veiculada em um blog da região:

Uma comissão do Conselho Municipal da Cidade (CONCIDADE) visitará, amanhã (quarta-feira, 18), os moradores do Assentamento Bom Gosto, que faz parte do território onde se pretende construir o Porto Sul, em Aritaguá. A comissão sairá às 8h da praça da Catedral de São Sebastião, no centro de Ilhéus. Depois de ouvir a comunidade, um relatório será redigido e exposto para todos os membros do CONCIDADE e a sociedade civil, mostrando as conseqüências da desapropriação do assentamento e da construção do porto. (17/05/2011, no link: <http://www.blogdogusmao.com.br/v1/tag/porto-sul/>)

O mesmo fenômeno foi observado em relação a Associação de Moradores da Vila Juerana (AMORVIJU) que realizou um protesto contra o Porto Sul³⁵.

A estrutura institucional de Ilhéus é pujante e suficiente para a articulação e implantação de políticas públicas em parceria com os demais entes federativos. A articulação fica por conta da Secretaria de Governo que é diretamente ligada ao gabinete do Prefeito, articulando quatro eixos, como é possível ver na **Figura 8.3.2.12.1** a seguir: em primeiro, as secretarias voltadas para o planejamento e a formação do governo (planejamento, administração etc.); em segundo, as voltadas para a economia e infraestrutura; em terceiro as da área “social”; e por último, as que se articulam com a cultura, esporte e lazer, além das políticas de apoio ao turismo.

³⁵ Cf. em www.acaoilheus.org

O quadro institucional de Ilhéus é semelhante ao de Itabuna; porém, a formatação institucional dos demais municípios da AII concentra-se, em geral, em poucas pastas ligadas diretamente ao gabinete do Prefeito.



Figura 8.3.2.12.1 - Secretariado e Articulação na Formulação e Implementação de Políticas Públicas, Prefeitura de Ilhéus/BA

Fonte: Prefeitura de Ilhéus/BA.

8.3.2.13 Considerações gerais sobre as ações de mobilização comunitária e comunicação social para Mitigação antecipada de Impactos

- Introdução

Trata este item de relatar o processo em curso de pactuação com as comunidades potencialmente afetadas com o Porto na sua implantação no sítio Aritaguá, sobre um conjunto de medidas para mitigação e compensação de impactos. Os resultados preliminares do diagnóstico socioeconômico fomentaram a iniciativa do Governo do estado da Bahia, através da Casa Civil, de buscar uma articulação entre instâncias do próprio Estado, do Governo Federal e do Município de Ilhéus, no sentido de promover a redução e a mitigação antecipada de impactos.

As iniciativas reportam-se a medidas capazes de promover ações sociais e de infraestrutura, melhorar a comunicação entre empreendedor e comunidades da ADA e AEE, mas, principalmente, ações que, independente do empreendimento, possam representar ganhos de qualidade na vida das pessoas. No processo estão sendo levantadas possíveis alternativas de reassentamento para os casos de impossibilidade de permanência de agricultores no sítio do empreendimento e entorno, sempre com a participação de lideranças e dos próprios.

Aqui são apresentados os principais encaminhamentos das reuniões com as lideranças e comunidades, as articulações institucionais e os avanços nos acordos quanto à iniciativas

governamentais de mitigação de impactos associadas à implantação do Porto, trazer o que na voz das lideranças envolvidas se define pela assertiva “*mudar sempre para melhor*”.

Consta ainda a sistematização de demandas e questões levantadas nas reuniões realizadas nas comunidades coordenadas pelo Estado e também no trabalho de interação social realizado pela Sondotécnica em comunidades de referência. Esta compilação visa a registrar o cenário socioeconômico e a percepção do empreendimento na visão das comunidades, que deverá balizar, junto com os estudos técnicos, o processo de mitigação antecipada de impactos. Ao fim são ainda apresentadas as ações já em desenvolvimento.

As reuniões realizadas por iniciativa do Governo do Estado mobilizam as comunidades da ADA, portanto diretamente afetadas pelo empreendimento, e as comunidades da AEE. As atividades de interação social, a cargo da empresa Sondotécnica, envolve os municípios da AID e as comunidades consideradas de referência no entorno dos sítios estudados de Aritaguá e Ponta da Tulha. O trabalho da empresa Sondotécnica extrapola, portanto, o âmbito da AEE e envolve o Acampamento Fazenda Tijuca, Acampamento Unidos Venceremos, Aritaguá, Assentamento João Amazonas, Assentamento Bom Gosto, Avenida Barracamento, Cachoeirinha/Fazenda Bom Sossego, Castelo Novo, Condomínio Paraíso do Atlântico, Condomínio Verdes Mares, Fazenda Caldeira, Fazenda Santa Rita, Fazenda São José, Fazenda São Longuinho/Lagoa Pequena, Fazenda Tupinambá, Fazenda Vencedora, Iguape, Jóia do Atlântico, Lagoa Encantada/Vila de Areias, Mamoã, Manguinhos, Nova Mamoã, Parafuso, Ponta da Tulha, Ponta do Ramo, Retiro, Ribeira das Pedras, Sambaituba, São José, São Miguel, Urucutuca, Vila Campinhos, Vila Juerana, Vila Olímpio, Vila Oteiro, Vila Vidal de São João.

- Ponto de Partida: a caracterização do conflito fundiário e os interesses colocados

Esse processo de negociação com lideranças da comunidade tem início com o impasse criado na ocasião da realização de medições na área, quando proprietários e posseiros da área condicionaram a realização dos levantamentos em suas terras ao acesso a mais informações sobre o empreendimento e o quanto este poderia afetar as comunidades. De pronto foram realizadas pelo Estado, reuniões com lideranças locais e regionais para construir uma agenda conjunta de acompanhamento dos avanços na implementação do empreendimento.

O conflito entre proprietários/ posseiros de terra na área onde será implantado o porto e os técnicos responsáveis pela medição dos imóveis foi um ponto de inflexão positivo na aproximação entre o empreendedor e os agentes locais interessados e/ou afetados com a construção do empreendimento. Sendo o conflito tratado como o motor de uma coalizão de legítimos interesses postos no processo veio demandar a mediação por parte do Estado que assumiu, através da Casa Civil, a tarefa de agregar instituições e entidades com vistas à construção de pactos sociais e territoriais no contexto de planejamento da implantação do porto.

A seguir algumas datas e fatos pontuais que contribuem na compreensão do processo.

A Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário - CDA iniciou em fevereiro de 2011, as medições dos imóveis na área destinada ao empreendimento, necessárias para o desenvolvimento dos projetos, planejamento de eventuais reassentamentos e desapropriações. Esta ação, somada às expectativas e questões acerca do novo empreendimento, converteu-se em manifestações dos moradores e resistência à presença dos técnicos na área. Foram

realizadas reuniões no Assentamento Bom Gosto, localizado dentro da poligonal da ADA para tratar do tema, sendo a primeira realizada em 11 de maio de 2011 com a participação de 170 pessoas do distrito de Aritaguá, região de Itariri, Lava Pés, Nova Vitória e Valão e entidades voltadas para a organização social e econômica das localidades (cooperativas, associações de moradores e produtores, dentre outras).

A segunda reunião aconteceu em 18 de maio, no mesmo local, com a participação de aproximadamente 200 pessoas, além de representantes do Conselho Municipal da Cidade de Ilhéus³⁶, Conselho do Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Ilhéus (CONDECORI), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR-Ilhéus) e do Movimento de Luta pela Terra - MLT, na qual foi indicada, aprovada e ampliada a Comissão de organização dos trabalhos em defesa das propriedades que serão afetadas pelo empreendimento, no distrito do Aritaguá.

Como será visto com mais detalhes adiante, os relatos circunscrevem o conflito nos limites do direito à posse/ propriedade da terra e no direito à informação, e não propriamente a uma posição contrária ou favorável ao empreendimento, cuja abrangência de interesses se coloca em patamares muito maiores e mais abrangentes, situando-se no patamar estratégico do desenvolvimento do estado da Bahia e do País. Esse entendimento mobilizou as forças políticas envolvidas, empreendedor (Derba), Estado e sociedade civil organizada local, a antecipar as ações sociopolíticas e de comunicação na área e principalmente, de mitigação de impactos potenciais identificados.

- As ações de Mediação e a criação de uma Agenda Pactuada

No processo de mediação, o Estado buscou construir com os agentes locais uma agenda que envolvesse a elaboração de diagnóstico e pesquisas participativas, visitas e reuniões sistemáticas com as comunidades e apresentações do projeto.

No dia 17 de maio foi realizada reunião no Auditório da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração - SICM tendo como objeto o Plano Social do Porto Sul e como pauta o Diagnóstico da Questão Social do Entorno do Novo Sítio, o Desenvolvimento Territorial da Região e a Comunicação Social. Presentes, representantes da Casa Civil, SEPLAN, SEDUR, SEINFRA, SUPET, SEINP, SEMA, DERBA, SERIN, CDA³⁷, BAMIN, Município de Ilhéus, SEINP e SECOM.

Foi compreendido que era preciso um diagnóstico e um Plano de Ação para discutir o empreendimento com as comunidades e registrada a intenção de “montar grupo de representantes de comunidades do entorno” e de elaboração de um calendário de visitas para as comunidades. Sobre possíveis desapropriações e reassentamentos, se definiu uma reunião inaugural com o grupo de moradores a fim de ouvir as necessidades das comunidades e seus anseios, além da criação de procedimento de trabalho.

Sobre o desenvolvimento territorial da região foi percebida a necessidade de discutir os conceitos dos macro-investimentos. Foi feita a distribuição de tarefas e agendada reunião para o dia 24 de maio, para ser realizada na Casa Civil. Por fim, na discussão a respeito da Comunicação Social foi colocada a necessidade de promoção de um evento no município de Ilhéus que apresentasse o tema à população.

³⁶ A criação desse conselho se deu em 2010, sendo o seu objetivo de discutir e buscar soluções principalmente para temáticas envolvidas na questão urbana – no âmbito de habitação, saneamento, transporte, acessibilidade, ocupação e uso do solo, dentre outras.

³⁷ Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), órgão vinculado a Secretaria Estadual da Agricultura.

As reuniões iniciadas pelo Governo do Estado (ação institucional a partir da Casa Civil) em parceria com a prefeitura municipal de Ilhéus e a BAMIN no primeiro semestre de 2011 apontam como objetivo a consolidação de ações sociais e de diálogo (sensibilização e comunicação social na ADA e na AEE).

De imediato, o governo estadual buscou articular quais programas sociais poderiam ser formulados no que concerne a intervenção na AEE e ADA.

As reuniões preparatórias para a visita a campo buscaram articular um número maior de secretarias estaduais, ou seja, de políticas públicas a serem formuladas e implementadas nas referidas áreas. As reuniões em Ilhéus iniciadas em maio apresentaram como programa governamental ações situadas na EMBASA, SEDUR e CDA. Estes órgãos respondem em parte pelas demandas apresentadas pelas localidades da AEE. As comunidades da ADA tem se mobilizado em torno da questão da desapropriação e demonstram preocupação quanto a valores a serem estipulados, com processos de reassentamento, quebra de vínculos sociais e produtivos, quitação de dívidas, acesso a crédito etc.

Na proposta de agenda encaminhada pela Casa Civil do estado da Bahia estão colocadas em duas linhas diferenciadas de trabalho que se desenvolvem de forma independente mas se articulam permanentemente no processo:

1. Articulação interinstitucional
2. Articulação com a sociedade civil

1. Articulação interinstitucional

A articulação interinstitucional envolveu o planejamento e identificação das instâncias de Estado com capacidade e possibilidade de aportarem ativos que viabilizassem, ainda no processo de planejamento e implantação do Porto Sul, o desenvolvimento de ações de mitigação ou compensação de impactos.

Para a ADA, no primeiro momento se buscou arregimentar instituições com atribuições regimentais associadas a ações identificadas como importantes e necessárias para a condução de um processo de desapropriação e reassentamento, pautado na salvaguarda dos direitos das famílias. Mais ainda, com uma conduta de cumprimento dos compromissos estabelecidos com as lideranças locais de buscar sempre uma condição melhor do que a atual para os assentados e pequenos proprietários e posseiros. Para a AEE as instituições mobilizadas foram aquelas que poderiam melhorar a qualidade de vida das famílias que, confirmada a implantação do porto em Aritaguá, irão conviver com o empreendimento nas proximidades. O **Quadro 8.3.2.13.1** apresenta as instituições mobilizadas até o momento.

Quadro 8.3.2.13.1 - Articulação Entre as Instâncias de Estado

ARTICULAÇÃO DE ESTADO	ESTADO	SERIN	Articulação com lideranças locais.
		CDA	Levantamento do perfil dos imóveis existentes na ADA e medição das propriedades.
		SEPLAN	Acompanhamento das ações para compatibilização com o planejamento do Estado.
		SEDUR	Identificação de demandas de urbanização, melhorias viárias, equipamentos de lazer e habitação.
		SETRE	Elaboração de Programa de Qualificação Profissional.
		EMBASA	Esgotamento Sanitário e abastecimento de água.
		DERBA	Identificação de áreas para reassentamento e avaliação das propriedades.
		SECOM	Elaboração do Plano de Comunicação e coordenação das atividades de comunicação social na área.
		SEAGRI	Quitação dos débitos dos agricultores no PRONAF A e liberação para novos financiamentos.
	UNIÃO	MDA	Coordenação e articulação de ações de reassentamento de agricultores do assentamento Bom Gosto e de agricultores familiares. Propositura de ação de permuta da área do assentamento Bom Gosto pertencente ao INCRA por outra que poderá ser adquirida pelo Estado (Fazenda Tijuca) na Ponta da Tulha, com a anuência de lideranças do assentados. Reposição da infraestrutura.
		INCRA	Estudo do modelo jurídico para o reassentamento. Avaliação das áreas para a permuta. Viabilização de outras ações de fomento à atividade produtiva. Habitação.
		SAF	Viabilizar junto com a Superintendência de Agricultura Familiar do estado da Bahia o apoio à produção, com possibilidade de verticalização a ser estudada quanto à viabilidade de mercado (produção e consumo).
	MUNICÍPIO	Gabinete do Prefeito	Organização dos eventos locais (reuniões com lideranças e comunidades). Viabilizar atendimento a demandas sociais de competência municipal
Secretaria de Planejamento		Revisão do Plano Diretor Participativo de Ilhéus	

2. Articulação com a sociedade civil

A articulação com a sociedade civil organizada teve início com a identificação de lideranças regionais e locais que serão afetadas pelo empreendimento. De início fez-se a opção de encaminhar as ações junto às comunidades diferenciando em dois grupos: comunidades da ADA e comunidades da AEE. Esse agrupamento decore do fato de que cada grupo de comunidades será afetado de forma distinta e por isso exigiriam políticas públicas e ações diferenciadas.

Foi criado um Comitê Executivo com a finalidade de acompanhar o processo de negociação envolvendo as famílias que serão reassentadas ou terão suas terras desapropriadas, sendo responsável pelas negociações referentes à ADA.

Como princípios básicos das negociações ficou definido que a prioridade do Estado recai sobre os pequenos agricultores (proprietários ou posseiros) afetados pelo empreendimento. Para os médios proprietários será feita a desapropriação e indenização pelo valor justo, mas sem agregação de políticas especiais. O **Quadro 8.3.2.13.2** mostra as articulações com as entidades da sociedade civil.

Quadro 8.3.2.13.2 - Articulação com a Sociedade Civil Organizada

ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	Entidades locais	Identificação de demandas. Identificação de vínculos produtivos e sociais. Acompanhamento das atividades técnicas na comunidade.
	Entidades regionais (MLT, STR etc.)	Articulação com as entidades locais. Negociação das demandas gerais das comunidades.
	Cooperativas (COOTEBA e COOFASULBA)	Elaboração de Diagnóstico Rápido Participativo, Pesquisa socioeconômica na ADA e mobilização das comunidades.
	Conselho da Cidade	Articulação com as diversas lideranças do Município.

- Atividades e Ações Propostas

Ações Gerais

Criação do Comitê Executivo para acompanhamento na ADA;
Articulação com o COESO para as atividades na AEE;
Elaboração e implementação de Plano de Comunicação Social;
Execução de ações de interação social;
Criação de Escritório de Governo no município de Ilhéus.

Atividades e Ações na AEE

As reuniões que buscaram mobilizar a AEE estiveram organizadas da seguinte forma:

- a) visita técnica dos órgãos já mencionados;
- b) reunião com lideranças locais e regionais;
- c) Apresentação de demandas;
- d) Sistematização do governo do que pode ser feito nas localidades.

Em junho foram dois dias de eventos (06 e 07 de junho). No dia 06 as reuniões ocorreram em comunidades da ADA. No dia 07, ocorreram reuniões com localidades envolvidas, a primeira com a Comunidade de Aritaguá e Vila São João, a segunda com Vila Juerana e a terceira com Sambaituba, todas realizadas no Gabinete da Prefeitura, exceto a quarta reunião - realizada na sede do STR - com as localidades do Itariri, Valão, Lava Pés, Assentamento Bom Gosto e as suas respectivas entidades de organização social.

A primeira reunião envolvendo Aritaguá e Vila São João discutiu Urbanização e Mobilidade com preocupações especiais quanto aos acessos das localidades. Definiu-se que a SEDUR e o Município ficariam responsáveis pelo levantamento fundiário e apontou-se a necessidade de um levantamento planialtimétrico na área. EMBASA e SEDUR comprometeram-se a apresentar resultados no início do mês de julho.

A segunda reunião do dia, realizada com a comunidade de Vila Juerana discutiu aspectos de urbanização e melhorias ambientais, a Revitalização da Orla do rio Almada e atividades produtivas, além de demandas por equipamentos de lazer, esporte e segurança. Foi apontada a

necessidade de estudos sobre as localidades, entre eles levantamentos topográfico e fundiário das áreas disponíveis na região. Foram vistos aspectos do Projeto de água da EMBASA para região, além da questão da pavimentação e drenagem. Foram observadas questões diversas pertinentes ao Plano de Desenvolvimento Sustentável no Litoral Norte de Ilhéus.

Na terceira reunião, com a Comunidade de Sambaituba, discutiu-se sobre o rio Almada (ponte e drenagem), sobre a necessidade de melhorar as vias de acesso à Comunidade e de complementar a pavimentação, além de melhorias no ginásio existente e de revitalização da Estação de Trem. Foi discutida a necessidade de drenagem e esgotamento sanitário, para os quais foram identificados como indispensáveis, estudo fundiário e levantamento topográfico, além de apontada a necessidade de elaboração de um mapa viário pela Prefeitura de Ilhéus. Ficou definida a realização de reuniões com as comunidades de Carobeira, Vila Olímpio, Ribeira das Pedras e Urucutuca e uma outra com a Prefeitura de Ilhéus na semana seguinte para discussão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte e questões de Ponta da Tulha.

Em 06 de julho ocorreu a primeira visita de campo do Grupo de Trabalho do Governo nas comunidades de Carobeira, Vila Olímpio, Ribeira das Pedras e Urucutuca. Além de reuniões no Gabinete da Prefeitura com representantes das mesmas localidades e uma apresentação dos trabalhos em desenvolvimento por equipes da SEDUR, EMBASA e Prefeitura de Ilhéus para melhorias nas comunidades.

Para o fim do mês de julho, foram programadas, pela Casa civil, para o período de 27 a 29, atividades sociais na área. A agenda de atividades contou no primeiro dia com visitas técnicas às localidades, de órgãos do Estado: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA, Secretaria Estadual de Relações Institucionais - SERIN, Secretaria Estadual de Educação - SEC e Secretaria Estadual do Trabalho Emprego e Renda - SETRE. Foram visitadas as localidades de Itariri, Valão, Castelo Novo, Jóia do Atlântico e São José, a fim de conhecer as localidades e apresentar projetos concernentes a melhoria da infraestrutura e condições básicas de qualidade de vida, ocorrendo de maneira articulada com entidades da sociedade civil envolvidas.

No dia seguinte, dia 28, prosseguiu-se com as visitas às comunidades, e no final do dia a Prefeitura sediou reunião entre Bahia Mineração (BAMIN), COOTEBA, STR-Ilhéus, Casa Civil, SERIN e SETRE. A pauta consistiu em discutir os projetos de qualificação profissional em andamento no Município e os demais em fase de formulação. As entidades presentes - COOTEBA e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ilhéus - demandaram, em suma, ações estratégicas visando a qualificar as pessoas de menor poder aquisitivo situadas na AEE e ADA. Além disso, reivindicaram políticas de valorização da agricultura familiar e outras formas de geração de renda e oportunidades, dialogando com o fato de uma parcela considerável da população local obter sua renda na área rural, além de ter a sociabilidade construída nesse ambiente.

Diversas ações foram propostas e pactuadas com o apoio da BAMIN, Sistema Nacional de Emprego (SINE-BA) e SETRE. A posição dos representantes da sociedade civil é que o empreendimento deve apresentar um plano de trabalho (qualificação profissional, cadastramento, projetos sociais etc.) adequado e que valorize as localidades do entorno e diretamente afetadas, considerando ao critério socioeconômico na definição de prioridades. Ficou combinada a construção de uma agenda com novas reuniões, mantendo-se o mesmo

grupo, visando a definir ações no tocante à qualificação profissional, intermediação da mão de obra, emprego e renda.

No dia 29, reuniram-se entidades da sociedade civil como a COOTEBA, COOFASULBA, REDECOM - Ilhéus Norte, STR, MLT, COESO e demais associações locais de moradores e produtores de Castelo Novo, São José, Areias/Lagoa Encantada, Jóia do Atlântico, Valão e Itariri³⁸. Fizeram-se presentes: representantes destas localidades, representantes de Sambaituba, Ponta da Tulha, Aritaguá etc.), técnicos responsáveis pela comunicação social do empreendimento e os membros da BAMIN.

Atividades e Ações na ADA

Na ADA, as atividades desenvolvidas tiveram como pauta a definição de encaminhamentos para redução de impactos potenciais da implantação do Porto e soluções e procedimentos para o reassentamento das famílias afetadas diretamente pelo empreendimento e que não poderão permanecer na área. Com os avanços nas discussões alguns princípios e critérios foram pactuados, dentre os quais são mais relevantes os que se seguem:

1. Compromisso de que eventuais mudanças sejam para melhor;
2. Redução ao máximo dos impactos sociais;
3. Abertura de canal permanente de diálogo com as comunidades;
4. Fluidez na comunicação social.

Ficou também acordada a realização de diagnóstico pela COOTEBA com a participação direta da COOFASULBA e com o apoio e acompanhamento da CDA envolvendo atividades de sensibilização e de diagnóstico socioeconômico.

No dia 06 de junho foram realizadas reuniões no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no Assentamento Bom Gosto e na Comunidade Lava Pés, com a presença de representantes da Casa Civil, da SERIN e da CDA.

Ao fim do mês de junho ocorreram reuniões promovidas pela Coordenação de Articulação Social da Secretaria Estadual de Relações Institucionais (SERIN) do Estado com a participação da CDA e de representações da sociedade civil local para avanços nos entendimentos com a COOTEBA quanto ao escopo de trabalho. No dia 29 de junho, estiveram presentes na Prefeitura de Ilhéus os senhores Gideon Farias (Dero)³⁹ e José Campos para ajustes no Plano de Trabalho e alinhamento do Cronograma. Ficou então ajustado o escopo de trabalho, cuja síntese é apresentada no **Quadro 8.3.2.13.3**:

³⁸ A reunião contou com a presença de servidores ligados à educação, trabalho e emprego.

³⁹ Presidente do Conselho do Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Ilhéus (**Condecori**), Gideon Farias, "Dero".

Quadro 8.3.2.13.3 - Escopo do Plano de Trabalho em Implementação pela COOTEBA

1 Mobilização e Organização das Comunidades
1.1 Sensibilização
AT01 - Elaboração de material de suporte para o processo de sensibilização
AT02 - Reunião de entrada para apresentação e discussão do Plano de Trabalho com seleção dos mobilizadores de cada comunidade;
2 Diagnóstico
2.1 Diagnóstico Rápido Participativo
AT01 - Construção da metodologia de elaboração do DRP envolvendo os mobilizadores e aprovação pela equipe de governo;
AT02 - Realização das oficinas de construção do DRP;
AT03 - Sistematização das informações e elaboração do relatório;
AT04 - Apresentação à equipe de acompanhamento do Estado e aprovação do produto.
2.2 Pesquisa Socioeconômica com Diagnóstico Fundiário Preliminar
AT05 - Elaboração do questionário e aprovação pela equipe de governo
AT06 - Capacitação para o trabalho;
AT07 - Aplicação dos questionários com acompanhamento da equipe do Estado e registro da documentação fundiária existente que indique posse ou propriedade;
AT08 - Tabulação da pesquisa;
AT09 - Elaboração de Relatório Final;
AT10 - Apresentação do Relatório Final e aprovação.
2.3 Apresentação dos resultados nas comunidades.
AT11 - Reuniões nas 05 comunidades para apresentação dos resultados do DRP e da pesquisa.

No dia seguinte ocorreu na sede de Prefeitura de Ilhéus, reunião com representantes do Governo e Comitê para avanços nas negociações quanto a medidas de mitigação de impactos na ADA. Nesta oportunidade, o representante da Casa Civil do estado da Bahia informou a disposição do Governo de minimizar os impactos do empreendimento nas comunidades e adotar, o quanto antes, medidas para mitigação dos impactos, se necessário e possível com a redução da poligonal do empreendimento. Também colocou o compromisso com uma política para aqueles que terão suas terras comprometidas, seja por meio de indenização justa ou por meio do reassentamento, ressaltando que tudo isso será construído a partir de um procedimento dialogado com aqueles interlocutores que tem a legitimidade com as comunidades, ou seja, as lideranças das entidades atuantes na área.

Na seqüência foi feita uma apresentação das características gerais do empreendimento e dos encaminhamentos adotados pelo Governo no sentido de buscar práticas de compensação, internamente e através do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Dentre os encaminhamentos informou o agendamento de reunião com o MDA, a pesquisa de áreas para reassentamento etc. Tratou também do Diagnóstico Socioeconômico das comunidades ajustado com a COOTEBA/COOFASULBA e do trabalho de medição das terras que será feito pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA, consolidando uma parceria para garantir que os impactos de eventuais reassentamentos sejam compensados com um cenário de mudança para melhorar as condições de vida atuais das famílias envolvidas.

Na oportunidade a Hydros informou os procedimentos para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, colocando a importância de já na fase atual de elaboração dos projetos e do EIA/RIMA construir e implementar medidas para mitigar possíveis impactos. Ao fim da reunião foi aberta a palavra para as lideranças presentes que apontaram seus principais receios quanto às mudanças previstas e os impactos sociais possíveis, além de alertar sobre a necessidade de estreitar cada vez mais a relação entre Estado e as comunidades envolvidas, atentando para a necessidade de apresentação dos planos de sondagem à comunidade.

Os encaminhamentos definidos foram: 1) consolidar o trabalho conjunto entre Governo do Estado e comunidades locais através de lideranças e entidades legítimas, com a realização de Diagnóstico pela COOTEBA/COOFASULBA, 2) reunir com o MDA a fim de identificar medidas de compensação que possam ser implementadas na área, 3) implantar um escritório local em Ilhéus e 4) apresentar às lideranças, em 13 de julho, a análise de alternativas locais e abordagens preliminares do diagnóstico do EIA/RIMA.

Já no início do mês de julho, no dia 04, ocorreu reunião com a CDA, COOTEBA e COOFASULBA, na qual se definiu cronograma de reuniões nas comunidades “*para conscientização e começo do diagnóstico*” sob a responsabilidade das cooperativas, com datas previstas para 07, 10 e 12 de julho, nas Comunidades de Itariri, Valão e Aritaguá respectivamente. O foco das discussões esteve sobre as atividades de cadastro e procedimentos para desapropriação e reassentamento. As cooperativas solicitaram equipamentos para suporte nos trabalhos e alertaram que as medições deveriam neste primeiro momento ocorrer apenas nas áreas em que os proprietários solicitassem. Foi definido que a CDA iria acompanhar os trabalhos e levantamentos a cargo das cooperativas e na sequência seriam feitas as medições por esta instituição.

Ainda no mês de julho no dia 13, conforme pactuado na reunião ocorrida no dia 30 de junho, foi realizada reunião com representantes do Governo do Estado, das comunidades inseridas na ADA e Prefeitura de Ilhéus. Nessa reunião foram colocadas propostas do Estado à Comissão, de agendamento de visitas e reuniões para discutir e avaliar alternativas de áreas para reassentamento e ações de qualificação profissional. Foi ainda solicitado pelo Estado que, no caso de terras onde os proprietários estejam de acordo, seja permitida a realização da sondagem sem interferência do Movimento. Nesta reunião, como pactuada, a Hydros, por solicitação do Estado, apresentou às lideranças o estudo de alternativas locais e resultados preliminares do diagnóstico.

Conforme planejamento foi realizada em 26 de julho uma reunião no Ministério do Desenvolvimento Agrário para discutir procedimentos para o reassentamento das famílias do Assentamento Bom Gosto e agricultores familiares com lotes na ADA. A reunião contou com a presença de representantes do estado da Bahia (Casa Civil e CDA), da União (MDA, INCRA e SAF) e da Hydros. Na primeira parte da reunião, após apresentação da pauta pela Casa Civil, o INCRA relatou o posicionamento jurídico do órgão que recomenda a permuta de área. O MDA pontuou as reivindicações do MLT, já conhecidas por todos os presentes, da necessidade de quitação dos débitos bancários dos agricultores (PRONAF A) e da liberação dos agricultores para novos empréstimos. A Casa Civil informou os entendimentos já mantidos com o proprietário da Fazenda Tijuca, para onde possivelmente irão os assentados e as características da área que já dispõe de plantação de cacau e de 20 casas construídas. O INCRA endossou a posição de viabilizar a quitação dos débitos e do apoio na provisão da infraestrutura necessária no novo assentamento. Este órgão se comprometeu ainda com a

constituição de Comissão de avaliação para em um curto espaço de tempo concluir a avaliação das propriedades, estabelecendo como meta a perseguir o dia 7 de setembro. Foi agendada reunião de acompanhamento dos trabalhos da comissão para o dia 22 de agosto. No caso de necessidade de comprometimento pelo empreendimento, de áreas de agricultura familiar, ficou definida a opção, sempre que possível, pelo reassentamento dos agricultores, sendo a desapropriação com indenização apenas para os casos em que o agricultor queira e justifique a opção (último caso). Essa posição foi acordada em razão da preocupação colocada pelos representantes dos órgãos federais com o retorno desse agricultor a uma condição crítica de sem terra. Foram estabelecidos ainda os seguintes encaminhamentos:

- Visitão conjunta à áreas;
 - Celebração de Acordo de Cooperação entre os órgãos presentes para ser assinado na segunda quinzena de agosto junto com visita às comunidades;
 - Elaboração, pelos órgãos presentes do Estado e do Governo Federal, de um Caderno de Investimentos que possa ser posteriormente adaptado para se constituir em um Plano de Trabalho de um futuro Convênio entre os mesmos;
 - Realização de estudo de viabilidade para verticalização dos processos de produção pela Superintendência de Agricultura Familiar do estado da Bahia.
 - Elaboração de Projeto de Revegetação da área remanescente do Porto Sul para ser executado em parceria com as cooperativas locais (COOTEBA e COOFASULBA) e com a Biofábrica como medida de geração de renda;
 - Articulação do MDA com o MDS para viabilizar cestas básicas;
 - Buscar o envolvimento da EBDA no Estado.
- Leitura das Comunidades sobre a sua realidade e Principais Demandas colocadas

Este item apresenta registros sobre a problemática das comunidades e também das demandas na visão de moradores e lideranças locais. São leituras construídas na vivência cotidiana das pessoas no seu local de moradia, e, portanto, carente de verificação e avaliação técnica.

De forma geral, nas demandas sociais está subjacente a busca do compromisso público do Estado com as comunidades, a fim de que elas não sejam prejudicadas no processo de implantação e operação do empreendimento e que, ao contrário, tenham ganhos sociais, econômicos e de qualidade de vida. Entendem ser esta uma oportunidade de fato, para transformar, positivamente, a realidade atual. Colocam ainda o anseio de que o processo de implantação do porto seja verdadeiramente acompanhado por seus representantes legítimos e pelas ações sociais pertinentes, a fim de respeitar as especificidades locais e as estruturas interpessoais existentes.

Abaixo, algumas considerações colocadas por lideranças da ADA em reunião realizada no dia 30 de junho de 2011 na Prefeitura de Ilhéus na qual estiveram presentes representantes do Governo e Comissão com relação à condução do processo de implantação do empreendimento:

- Concordância apenas com mudanças que venham melhorar a vida dos agricultores e suas famílias;
- Aproveitamento da oportunidade de implantação do empreendimento para melhorar a vida das pessoas.

- Necessidade de considerar nos processos de reassentamento a família nuclear e as famílias que coabitam na propriedade: “*não considerar apenas o patriarca*”;
- Garantia de absorção da mão de obra local no empreendimento;
- Necessidade de informação para a comunidade, a fim de evitar boatos e especulações que não correspondam à realidade;
- Receio de dispersão das comunidades com o reassentamento;
- Cuidado com o perfil do agricultor na proposta de reassentamento;

Além das ações já programadas ou em desenvolvimento na AEE, a cargo dos órgãos que já estão envolvidos no processo, a exemplo da SEDUR, SETRE, EMBASA e CDA, as comunidades reivindicam ações urgentes nas seguintes áreas:

- Transporte - melhoria e ampliação da frota/ horários;
- Vias de acesso - asfaltamento, pavimentação e instalação de recapeamento (cascalhos);
- Educação - melhoria da infraestrutura e oferta de ensino fundamental e médio próximo à região;
- Saúde - melhoria no funcionamento das unidades de saúde da família e postos médicos (mais dias de atendimento, mais especialidades etc.);
- Acesso à telefonia móvel e internet;
- Segurança - implantação de ronda e policiamento na área rural.

Abaixo seguem transcritos os problemas e as demandas levantadas pela equipe do Comitê de Entidades Sociais – COESO, por comunidade, no dia 27 de junho de 2011⁴⁰. O Comitê é uma rede social de entidades diversas de Ilhéus. Tem o papel de coordenar ações dos movimentos sociais e demais entidades da sociedade civil (sindicatos, associações de moradores, produtores, ONGs). Nesse sentido, o COESO atua como entidade que coordena ações pautadas pelas comunidades. No processo de licenciamento do Porto Sul a entidade tem atuado na reivindicação e apresentação de demandas junto com as entidades locais da AEE.

Aritaguá

Problemas Identificados/ Demandas
Acesso: É um problema para região norte, atravessar o rio Almada para chegar à BA-001. Verificar a questão da ponte na área.
Saneamento Básico: Fazer sistema independente de coleta e tratamento, conhecer o projeto do litoral Norte de Ilhéus com Embasa. Realizar a drenagem antes da instalação da rede de esgoto. Necessidade de fazer levantamento topográfico na área
Cemitério: Ver com a Prefeitura.
Mobilidade: Revitalização do trem.
Lazer/ Esporte: Melhoria de praça. Instalação de equipamentos (quadra poliesportiva, mas de preferência, campo de futebol.

⁴⁰ Página oficial da entidade: <http://www.coesobahia.com.br/>

Vila Juerana

Problemas Identificados/ Demandas
Urbanização: Revitalização da Orla do rio Almada, melhoria da praça, necessidade de topografia e levantamento fundiário das áreas disponíveis. Necessidade de pavimentação e drenagem.
Lazer/Esporte: Necessidade de equipamento esportivo (campo de futebol e quadra poliesportiva).
Meio Ambiente: Revitalização do rio Almada. Ver a questão do guaiamun no Rio Almada (repovoamento).
Saúde e educação: Verificar os equipamentos e melhorias necessárias.
Educação: Verificar os equipamentos e realizar as melhorias necessárias.
Saneamento Básico: Projeto de água da embasa para região (Litoral Norte até Ponta do Ramo – 30 Km). Deverá estar pronto em outubro de 2011.
Segurança: Necessidade de segurança do Litoral Norte – falta de apoio policial. Reativar o posto que existia em Ponta da Tulha).

Castelo Novo

Problemas Identificados/ Demandas
Acesso: As estradas de acesso à comunidade necessitam de manutenção constante.
Água: Não há água tratada, segundo os moradores, a EMBASA tem projeto pronto, aguardando recursos.
Saneamento Básico: Única rede de esgoto existente lança os detritos no rio e as pessoas bebem a mesma água. A maioria das ruas não tem esgoto e é comum o uso de fossas inadequadas. O lixo é jogado a céu aberto, na entrada da comunidade.
Urbanização: As ruas necessitam de pavimentação, após implantação de sistema de esgoto. Construção de uma passarela facilitando o tráfego das pessoas e escoamento de seus produtos agrícolas.
Transporte coletivo: satisfaz às necessidades no momento
Saúde: O quadro é grave: o médico atende semanalmente e nem sempre comparece; faltam medicamentos; não existe ambulância, transporte de doentes feito através de veículos particulares pelo valor de R\$80,00 e R\$100,00; a enfermeira não reside na localidade.
Educação: Só existe o Fundamental (1ª à 8ª série). A Escola tem 03 salas próprias e 06 alugadas em locais diferentes, a situação do imóvel é deplorável, necessitando de reformas gerais urgentes; as salas de aula estão infestadas de fezes de morcego, e o telhado comprometido. O colégio funciona de forma precária, em um ambiente diminuto.
Segurança: Não existe policiamento, mesmo tendo posto policial pronto para uso, gerando grande índice de violência e drogas.
Telefonia pública: muito precária e celular não existe.
Lazer/ Esporte: Necessidade de uma quadra poliesportiva (inclusive com terreno já indicado pela PMI) e melhoramentos no campo de futebol.
Qualificação: Demanda de um espaço cultural para atividades diversas: cursos de qualificação, oficinas, palestras etc.
Infraestrutura: Recuperação da estrada de Lagoa Pequena/Parafuso, da BA-262 (Castelo Novo) para escoamento de produtos.
Energia: Agilizar projeto “Luz para todos” da Fazenda Parafuso.

São José

Problemas Identificados/ Demandas
Telefonia: Precária. A comunidade dispõe apenas de 01(um) orelhão; conta com péssimo sinal e telefonia móvel não existe.
Lazer/ Esporte: A comunidade não dispõe de lazer. Não existem praças, nem quadras de esporte, nem campo de futebol, nem espaço cultural.
Emprego e Renda: A comunidade é constituída de pequenos agricultores, os quais sobrevivem trabalhando nas fazendas vizinhas, enquanto uma pequena parcela, predominantemente constituída de jovens, trabalha no comércio, em Ilhéus, o que justifica a regularidade do transporte, inclusive, para o escoamento da produção ali gerada.
Qualificação: A comunidade pleiteia cursos de informática, montagem e solda, eletrônica etc. Instalação de pequena fábrica de aproveitamento de frutas, uma cooperativa dos profissionais em artesanato etc.
Água: Sistema de abastecimento de água satisfatório.
Saneamento básico: não há saneamento básico; é comum o uso de fossas.
Segurança: Inexistente, necessitando de posto policial, devido ao aumento da marginalidade e drogas.
Saúde: Atendimento médico satisfatório, muito embora o posto médico seja alugado, podendo ser requerido a qualquer hora.
Educação: Única escola de ensino fundamental necessita de ampliação das salas e construção de outras. Não tem água encanada na escola.
Transporte coletivo: Satisfaz às demandas.

Lagoa Encantada/Areias

Problemas Identificados/ Demandas
Acesso/ sistema viário: as estradas de acesso à comunidade encontram-se em condições de uso. Algumas estradas necessitam de cobertura asfáltica para ampliação do turismo.
Água: Retirada da lagoa, sem tratamento nenhum.
Saneamento Básico: Não existe. As casas contam em geral com fossa. O lixo é coletado quinzenalmente pela Prefeitura de Ilhéus.
Pavimentação: As ruas principais necessitam de pavimentação.
Transporte coletivo: Atendimento satisfatório.
Saúde: O quadro é grave e a história não é diferente em relação às comunidades adjacentes: o atendimento médico é quinzenal, quando ocorre; faltam medicamentos e enfermeira não reside na localidade.
Educação: Só existe o Fundamental (1ª à 8ª série). O Fundamental I e o Ensino Médio são cursados no Colégio Estadual e no IME, no Centro.
Segurança: Não existe policiamento, nem posto policial.
Telefonia: Não há redes de telefonia fixa ou móvel.
Emprego e renda: Vivem da pescaria. Necessidade de combater a pesca predatória, sendo necessária a qualificação pessoal e para formação de cooperativa.
Esporte/ Lazer: Necessidade de quadra poliesportiva, melhoramentos no campo de futebol e espaço cultural.
Energia: Grandes quedas de energia, com prejuízos diversos (vacinas, aparelhos eletrônicos etc.).
Infraestrutura: Construção de um píer e cabana para exploração turística pelos nativos.

Jóia do Atlântico

Problemas Identificados/ Demandas
Infraestrutura: Revisão da rede de iluminação pública, instalação de braços e lâmpadas de 250w, aumento do número de horários de ônibus, com novos pontos de ônibus, limpeza das ruas e canais, encascalhamento da avenida principal. Colocar manilhas no canal da avenida principal, transformando em passarela para pedestre, no canal da rua 8, até a entrada do mangue e nas ruas 01, 02, 04. Calçamento das ruas com quebra mola, com pedra sextavada de concreto.
Esgoto: todas as casas têm fossas.
Saúde: Construção de um posto médico; hoje não tem atendimento médico e odontológico. Necessidade de médicos e odontólogos para atendimento à comunidade.
Educação: Construção de uma escola de 1ª a 4ª série.
Esporte/ Lazer: construção de uma praça (terreno doado), uma quadra de esporte, término igreja católica (comunidade).
Urbanização: Combater veementemente as ocupações irregulares, desmatamentos, construções irregulares.
Segurança: Comunidade sem nenhum policiamento.

Carobeira

Problemas Identificados/ Demandas
Água: Necessidade de encanamento de água da Embasa, visto que a caixa d'água fica à 6 km da comunidade.
Esgotamento sanitário: Implantação de rede.
Acesso: Manutenção, principalmente dos ramais, para escoamento da produção agrícola.
Pavimentação: As ruas necessitam de pavimentação;
Transporte coletivo: Razoável, mas comprometido em razão da qualidade dos acessos que quando chove, tornam-se intransitáveis.
Saúde: O posto de saúde necessita de reformas, o médico atende 01(uma) vez por mês, faltam medicamentos, materiais para primeiros socorros; enfim, o atendimento é precário. Necessidade de implantar melhorias, oferecer melhores condições de trabalho e promover regularmente visitas de agentes do programa de combate à Dengue que nunca estiveram na comunidade.
Educação: Melhoria na qualidade do curso Fundamental (1ª à 4ª série). O Fundamental I e o Ensino Médio são ofertados no Colégio Estadual e no IME, no Centro. Não existe transporte escolar há 06 (seis) meses.
Segurança: Não existe policiamento.
Energia: há constante queda de energia, sendo comum a danificação em aparelhos eletrodomésticos, importando em prejuízos para a comunidade, que inclusive tem registro de ocorrências de suspensão do serviço entre 06 e 08 dias.
Telefonia: A telefonia móvel é sofrível.
Lazer: A comunidade não dispõe de lazer; não existem praças, nem quadras de esporte, nem campo de futebol.
Emprego e Renda: Os moradores trabalham no comércio, fábricas no Distrito Industrial do Iguape, enquanto outros são autônomos;
Qualificação Profissional: Não existe projeto de qualificação profissional para a comunidade.

Ribeira das Pedras

Problemas Identificados/ Demandas
Água: Não tem água tratada.
Saneamento Básico: Não tem esgoto; é comum o uso de fossas.
Resíduos Sólidos: O lixo é coletado, mas não regularmente, de 08 (oito) em 08 (oito) dias e a comunidade joga os resíduos no Ribeirão.
Sistema viário: As estradas de acesso à comunidade tornam-se intransitáveis quando chove e necessitam de conservação; as ruas necessitam de pavimentação.
Transporte coletivo: Apesar de satisfazer parcialmente às necessidades, alguns motoristas não cumprem o itinerário, abandonando os passageiros em locais distantes, inclusive à noite. Esse fato se repete e é do conhecimento da empresa, que não adota providências no sentido de resolver os problemas. Necessidade de mais um horário, entre 20:30 e 21:00h, para atender aos alunos que estudam no Centro (Ilhéus), bem como para os moradores que trabalham em supermercados e são obrigados a aguardar o horário das 22:50h.
Saúde: O quadro é grave; o médico atende quinzenalmente e nem sempre comparece; as dependências internas do posto de saúde são depósitos de fezes de morcego e ratos; faltam medicamentos; a comunidade nunca consegue realizar exames laboratoriais; não existe ambulância para transporte de doentes (feito através de veículos particulares mediante remuneração variável entre R\$ 80,00 e R\$ 100,00); a enfermeira não reside na localidade e normalmente não comparece ao trabalho, ora em razão das estradas, ora por falta de vale transporte; em resumo, pela inexistência total de condições de trabalho.
Educação: Só existe o ensino Fundamental (1ª à 4ª série); o Fundamental I e o Ensino Médio são cursados no Colégio Estadual e no IME, no Centro, motivo que justifica o alto índice de desistência escolar, principalmente quando chove, tornando os acessos perigosos e intransitáveis. A escola onde funciona o curso Fundamental, na própria sede da comunidade, está situada em um local insalubre, com ambientes propícios ao desenvolvimento do mosquito da Dengue e, por falta de reparos, o telhado desabou. O colégio está funcionando precariamente, em um ambiente diminuto, no local onde deveria funcionar o posto de saúde. Não tem transporte escolar.
Segurança: Não existe policiamento.
Energia: Há constantemente queda de energia, sendo comum a danificação em aparelhos eletrodomésticos, importando em prejuízos para a comunidade. A capacidade instalada foi para aproximadamente 120 (cento e vinte) residências. Existem em torno de 60 (sessenta) residências sem energia elétrica, embora há 07 anos tenha sido elaborado um projeto que ainda não foi executado.
Telefonia: É precária; a comunidade dispõe apenas de 01(um) orelhão; conta com péssimo sinal de telefonia móvel e a telefonia fixa não existe.
Lazer: A comunidade não dispõe de lazer; não existem praças, quadras de esporte, nem campo de futebol.
Emprego e Renda: a comunidade é constituída por pequenos agricultores, os quais sobrevivem do comércio dos seus produtos, enquanto uma pequena parcela, predominantemente constituída por jovens, trabalha no comércio, em Ilhéus, situação que demanda e justifica a manutenção das estradas e a regularidade do transporte, inclusive para o escoamento da produção ali gerada. Ainda para a geração de renda, a comunidade reivindica o apoio ao desenvolvimento de piscicultura; bancos de sementes (mudas); instalação de pequena fábrica de fraldas; cursos de tapeçarias etc.
Qualificação: por iniciativa da Igreja local e em parceria com a comunidade estão sendo realizados cursos de informática, montagem e solda.

Urucutuca

Problemas Identificados/ Demandas
Água: Uso de água de cisterna, através de bombeamento.
Saneamento Básico: não tem esgoto. A comunidade dispõe de fossas. Os despejos também são feitos no rio. O lixo é coletado quinzenalmente e tem como outras destinações a queima, ou o lançamento no rio ou à margem da estrada.
Acessos: As estradas de acesso à comunidade tornam-se intransitáveis quando chove, isolando Urucutuca das demais comunidades vizinhas, obrigando os produtores a caminharem distâncias de até 3 km com cargas nas costas.
Pavimentação: As ruas necessitam de pavimentação.
Transporte coletivo: é precário e depende de horários que atendem a Sambaituba e Vila Olímpio, que são irregulares. Quando chove não há transporte coletivo em razão da precariedade das estradas.
Saúde: O quadro é grave e penoso. Há situações em que doentes mais graves são transportados até em carros de mão até Sambaituba para serem atendidos, onde o médico não atende regularmente.
Educação: Só existe o Fundamental (1ª à 4ª série). O Fundamental I e o Ensino Médio são cursados no Colégio Estadual e no IME, no Centro, motivo que justifica o alto índice de desistência escolar, principalmente quando chove, tornando os acessos intransitáveis. Não existe transporte escolar.
Segurança: Não existe policiamento.

Vila Campinho

Problemas Identificados/ Demandas
Água: a comunidade é abastecida por poço artesiano.
Saúde: Não tem posto de saúde.
Educação: Não tem escola, apenas ruínas, e os alunos estudam nas comunidades mais próximas; não tem transporte escolar, sendo comum as crianças andarem até 3 km, em razão da precariedade do transporte, passando da hora de alimentação.
Serviços públicos: Inconteste a carência de serviços públicos naquela comunidade. Falta tudo.

Vila Olímpio

Problemas Identificados/ Demandas
Água: Retirada de poços artesanais, porém nem todos dispõem dos poços.
Saneamento Básico: Não existe. A maior parte da comunidade dispõe de fossas. O lixo não é coletado; normalmente é queimado.
Acessos: As estradas de acesso à comunidade encontram-se em péssimas condições, tornando-se intransitáveis no período de chuvas. As ruas necessitam de pavimentação.
Transporte coletivo: Atendimento precário até 22:00 horas, em horários irregulares e insatisfatórios. Os motoristas fazem os seus itinerários abandonando os passageiros em locais distantes dos pontos e quando as estradas se tornam intransitáveis não há alternativa de transporte, “ilhando” a comunidade.
Saúde: O quadro é grave e a história não é diferente em relação às comunidades adjacentes: o médico atende quinzenalmente, sem privacidade, em um posto que se encontra em condições precárias de conservação. Faltam medicamentos e a estocagem dos disponíveis é precária e insalubre. Uma parcela considerável da população infantil padece de problemas respiratórios, mas não existe aparelho de nebulização. Não existe ambulância para transporte de doentes, o que é feito através de veículos particulares. Há queixas sobre a frequência do médico e da enfermeira.
Educação: Só existe o Fundamental (1ª à 4ª série). O Fundamental II e o Ensino Médio são cursados no Colégio Estadual e no IME, no Centro, ou em Sambaituba (EJA), motivo que justifica o alto índice de desistência escolar, principalmente em razão da precariedade das estradas, pois, quando chove, os acessos tornam-se perigosos e intransitáveis
Segurança: Não existe policiamento
Energia elétrica: Precária. Constantes quedas de energia, danificando aparelhos eletrodomésticos dos moradores.
Telefonia: Péssima, apenas sinal de celular em alguns pontos.
Lazer: Não existe área de lazer para a comunidade, nem mesmo uma praça.

Continua

Vila Olímpio**Continuação**

Emprego e Renda: A comunidade é constituída por pequenos agricultores que sobrevivem do comércio do que produzem. Poucos jovens trabalham no comércio de Ilhéus.

Qualificação: A comunidade foi atendida pelo Projeto Transformar da Bahia Mineração; entretanto, necessita de mais cursos que a capacitem, possibilitando a inserção da sua população jovem no mercado de trabalho, além de cursos de qualificação, para que as mães de famílias possam auferir rendimentos decorrentes do seu trabalho.

Sambaituba**Problemas Identificados/ Demandas**

Saúde: Existe um posto médico do Estado abandonado, onde funciona a Associação de Moradores e um PSF, que conta com atendimento médico dois dias na semana por meio turno e ao longo da semana, com um técnico de enfermagem. Falta estrutura para o atendimento e medicamentos.

Demanda por atendimento médico diário e disponibilidade de medicamentos para atendimento das necessidades da população, além de uma ambulância para o transporte de doentes, durante 24 horas;

Educação: Na Escola Municipal Henrique W. Cardoso e Silva funcionam os cursos da 1ª à 4ª séries e, às vezes, o espaço é cedido para a realização do Projeto TOPA. Alunos do Ensino Médio são matriculados em Ilhéus e enfrentam problemas de deslocamento no período de chuvas. Há, com isso, alto índice de desistência e evasão escolar. Existe ainda uma sede da Escola Nucleada de Sambaituba (Município), na qual são cedidas salas ao Estado, para funcionamento do EJA - para pessoas com idade avançada – no qual 70% das aulas são ministradas através de vídeoconferência. Não há espaço para aulas de Educação Física.

Demanda por implantação do Ensino Médio com cursos Profissionalizantes (Construção de um Colégio de Ensino Médio Técnico centralizado em Sambaituba para servir a todas as comunidades do entorno da poligonal). Qualificação profissional.

Esporte/ lazer: Existe um campo de futebol razoável. Demanda por construção de uma quadra poliesportiva para aulas de Educação Física e uso na prática de esportes pela comunidade.

Transporte: Deficitário, não atende à demanda da comunidade.

Segurança: Péssima, inclusive há um crescente aumento no índice do trafico e uso de drogas por parte de jovens e adolescentes. Demanda de construção de um posto policial disponibilizando viatura, com funcionamento diário e por políticas públicas voltadas ao jovem e adolescente em situação de risco, no sentido de combater as drogas, de modo que se possa prevenir o uso, recuperar os usuários e reinseri-los ao convívio social.

Água: O sistema de água tratada (EMBASA) necessita de expansão.

Esgoto: São feitos despejos no rio.

Lixo: A coleta de lixo é deficitária e há lançamento de resíduos no rio.

Energia elétrica: Péssimo atendimento; altamente deficiente.

Telefonia: Péssima qualidade. Demanda por melhoria na rede telefônica, instalação de torres de telefones móveis e inclusão digital.

Economia: Baseada em pesca, agricultura, turismo, todas deficitárias. Extinção de atividades artesanais, por falta de incentivo e inviabilidade comercial. Demanda por incentivo e apoio aos cursos (bordados e outros) antes realizados no espaço da Igreja Católica e reativação do Núcleo de artesões. Reativação da feira.

Acessos: Recuperação e manutenção da estrada de acesso à comunidade. Construção de uma Ponte Sambaituba/ Joia. Pavimentação de ruas.

Urbanização: Recuperação da praça principal, recuperação e preservação de imóveis históricos.

Dragagem: Drenagem do rio até a Lagoa Encantada (08 embarcações faziam o transporte turístico Sambaituba/ Lagoa Encantada).

- Principais Dúvidas, Questões e Recomendações identificadas no trabalho de Interação Social e reuniões com as comunidades

Trabalho de Interação Social

O trabalho de interação social Porto Sul foi contratado pelo Governo do Estado (SUDIC/SICM/SEINP) para realização em duas etapas: etapa 1 (caracterização da complexidade socioambiental e pesquisa de percepção) – período de outubro de 2010 a maio de 2011 e, etapa 2 (mediação no diálogo com instituições e comunidades) – período de junho a novembro de 2010.

A metodologia do trabalho de Interação Social consiste em um “diálogo com a sociedade, cujo principal objetivo é criar canais de interação entre a sociedade, o governo, os empreendedores e instituições participantes (federais, estaduais, municipais, Ministério Público etc.), estruturando o intercâmbio de informações, percepções e conhecimentos, na busca da construção coletiva de consensos possíveis e pactos efetivos, com vistas à sustentabilidade local, regional e global”⁴¹.

Esse trabalho teve como objetivo “conhecer a complexidade socioambiental, sociocultural e socioeconômica da região de influência do empreendimento”⁴² com vistas ao seu licenciamento ambiental (licença prévia), sendo elaborado no momento em que a alternativa locacional válida para o Porto Sul ainda era Ponta da Tulha. O objeto das pesquisas era o que na ocasião se chamou de CLIPS - Complexo Logístico Intermodal Porto Sul que se constitui do Empreendimento Porto Sul e dos demais empreendimentos integrantes do projeto logístico do Estado na região (Ferrovia Oeste-Leste, Aeroporto de Ilhéus, Zona de Processamento, TUP Bamim, Mina Bamim e Zona de Apoio Logístico), e por uma questão de fidelidade às informações levantadas na pesquisa, a terminologia está mantida no presente relatório.

Os levantamentos foram realizados em Comunidades de Referência em Aritaguá e Ponta da Tulha, estas localidades foram selecionadas por serem comunidades antigas que funcionam como referência naquela micro-região, além de terem sido identificadas ali associações e lideranças representativas para o estudo. Foram elas: Acampamento Fazenda Tijuca, Acampamento Unidos Venceremos, Aritaguá, Assentamento João Amazonas, Assentamento Bom Gosto, Avenida Barracamento, Cachoeirinha/Fazenda Bom Sossego, Castelo Novo, Condomínio Paraíso do Atlântico, Condomínio Verdes Mares, Fazenda Caldeira, Fazenda Santa Rita, Fazenda São José, Fazenda São Longuinho/Lagoa Pequena, Fazenda Tupinambá, Fazenda Vencedora, Iguape, Jóia do Atlântico, Lagoa Encantada/Vila de Areias, Mamoã, Manguinhos, Nova Mamoã, Parafuso, Ponta da Tulha, Ponta do Ramo, Retiro, Ribeira das Pedras, Sambaituba, São José, São Miguel, Urucutuca, Vila Campinhos, Vila Juerana, Vila Olímpio, Vila Oteiro, Vila Vidal de São João.

Como principais resultados foram elaborados cenários: socioambiental, sociocultural e socioeconômico da área e um quadro geral sobre os posicionamentos e as preocupações das comunidades consultadas, útil neste levantamento das principais dúvidas e questões da população.

⁴¹ INTERAÇÃO SOCIAL PORTO SUL - Relatório Final de Atividades - Produto VI

⁴² INTERAÇÃO SOCIAL PORTO SUL - Relatório Final de Atividades - Produto VI

O panorama apresentado é de uma população que sabe da existência do Porto Sul e dos demais empreendimentos relacionados e que se coloca, de forma geral, favorável a implantação dos mesmos. Mas que se preocupa com os possíveis impactos e que exige ser atendida nas suas demandas e inserida no processo, fazendo sugestões e recomendações firmes a serem incorporadas.

No **Quadro 8.3.2.13.4** é possível observar que em um universo de 140 pessoas, 100% delas conhecem o conjunto de empreendimentos, o que pode ser considerado um ponto positivo, além de determinante para fidelidade das considerações feitas sobre o objeto da pesquisa. Diante da constatação prévia deste conhecimento foi solicitado à comunidade que fizesse suas considerações, positivas e negativas à implantação do empreendimento.

Quadro 8.3.2.13.4 - Pesquisa realizada no trabalho Interação Social com a questão: Você conhece o empreendimento Complexo Logístico Intermodal Porto Sul - CLIPS?

Resposta	Casos	% de casos
Sim	140	100,0
Não	0	0,00
Total	140	100,00

Fonte: Pesquisa Direta/Sondotécnica – CLIPS - Nov/2010 a Fev/2011.

Na sequência as considerações favoráveis dos entrevistados ao empreendimento (**Figura 8.3.2.13.1**).

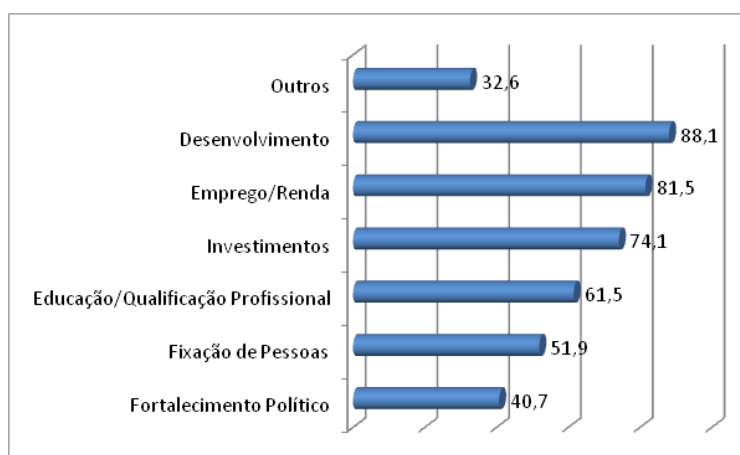


Figura 8.3.2.13.1 - Pesquisa Realizada no Trabalho Interação Social Sobre as Considerações Favoráveis dos Entrevistados ao Empreendimento - CLIPS

Fonte: Pesquisa Direta/Sondotécnica – Nov/2010 a Fev/2011.

Nota: Os percentuais não totalizam 100%, por se tratar de uma questão com múltiplas opções de respostas

A perspectiva de desenvolvimento para a área é a consideração mais fortemente colocada pela população (88,15%), fato que se justifica pelo quadro de economia local retraída, com poucos postos de trabalho, pouca oferta de serviços, baixa qualidade de vida e precárias condições de infra-estrutura na região. Desta forma a população se coloca ansiosa por uma transformação local aqui representada pela tríade desenvolvimento, emprego e renda e investimentos que podem ser ‘trazidos’ pela implantação do empreendimento.

Observa-se ainda que a comunidade vê também os aspectos positivos de influência direta em sua qualidade de vida que acompanham o desenvolvimento local, como a educação e qualificação profissional, o fortalecimento político e conseqüentemente a maior fixação da população em suas localidades de origem, uma vez que a busca por melhores condições de vida é a maior razão de migração para centros urbanos e outros estados.

Na seqüência são relatadas as condições desfavoráveis dos entrevistados ao empreendimento (**Figura 8.3.2.13.2**).

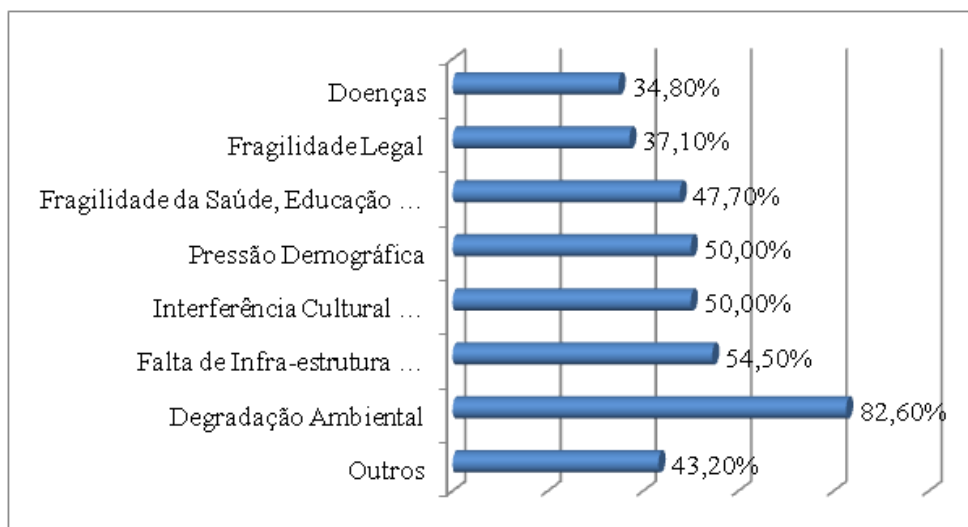


Figura 8.3.2.13.2 - Pesquisa Realizada no Trabalho Interação Social Sobre as Considerações Desfavoráveis dos Entrevistados ao Empreendimento – CLIPS

Fonte: Pesquisa Direta/ Sondotécnica – Nov/ 2010 a Fev/ 2011.

Nota: Os percentuais não totalizam 100%, por se tratar de uma questão com múltiplas opções de respostas

Observa-se na **Figura 8.3.2.13.2** que a maioria dos entrevistados mostrou-se preocupada com a degradação ambiental (82,6%), sendo uma preocupação legítima considerando a implantação do empreendimento na Ponta da Tulha, onde existe uma maior fragilidade ambiental que Aritaguá por tratar-se de uma área de restinga, ambientalmente sensível.

A pressão demográfica também é uma preocupação colocada por metade dos entrevistados. Deve-se considerar este aspecto no processo de mitigação levando em consideração que a pressão de população não incide concentradamente na localidade de implantação do empreendimento, mas se dissolve no seu entorno. As interferências culturais, apontadas por 50% dos entrevistados como um aspecto desfavorável à implantação do empreendimento, também é uma das questões observadas que merecem uma abordagem preventiva. O item doenças foi apontado por 34,80% dos entrevistados e o item Fragilidade da Saúde e Educação foi apontado por menos de 50% dos entrevistados. A preocupação com a baixa escolaridade e a capacitação profissional já foi identificada em outros momentos. A qualificação profissional se trata inclusive de uma das principais demandas das comunidades próximas ao empreendimento (**Quadro 8.3.2.13.5**).

Quadro 8.3.2.13.5 - Comparativo entre Considerações Favoráveis e Desfavoráveis ao CLIPS

Desenvolvimento (88,1%)	Degradação Ambiental (82,6%)
Emprego/Renda (81,5%)	Falta de Infraestrutura (54,50%)
Investimentos (74,1%)	Interferência Cultural (50%)
Educação/Qualificação Profissional (61,5%)	Pressão Demográfica (50%)
Fixação de Pessoas (51,9%)	Fragilidade da Saúde, Educação (47,70%)
Fortalecimento Político (40,7%)	Fragilidade Legal (37,10%)
Outros (32,6%)	Doenças (34,80%)
	Outros (43,20%)

Fonte: Pesquisa Direta/ Sondotécnica – Nov/ 2010 a Fev/ 2011./Elaboração: Hydros

Nota: Os percentuais não totalizam 100%, por se tratar de uma questão com múltiplas opções de respostas

No **Quadro 8.3.2.13.5** observa-se que as considerações favoráveis apontam para questões que se relacionam diretamente com a recuperação econômica e abertura de oportunidades de investimentos, trabalho e renda para a população, enquanto as considerações desfavoráveis apontam para comprometimentos ambientais em razão das características do sítio Ponta da Tulha, na ocasião a área preferencial. O grau de comprometimento ambiental apresenta considerável redução com a mudança de localização do empreendimento para Aritaguá.

A segunda maior preocupação apontada, a falta de infraestrutura é uma realidade atual das localidades, como observado nos itens anteriores deste Relatório e trata-se de um cenário que poderá ser modificado, caso a implantação do porto venha acompanhada de outros investimentos e oportunidades sociais para a população da região, mas especialmente para aquelas comunidades que estão mais próximas da área prevista para implantação do porto.

Além de considerar aspectos favoráveis e desfavoráveis a comunidade colocou suas principais sugestões de fortalecimento que julgam necessárias para que a região receba o empreendimento (**Figura 8.3.2.13.3**). O item “serviços básicos” teve o maior percentual de respostas, confirmando as carências já identificadas anteriormente. Este item é seguido pelos itens “Infraestrutura” e “Educação e Qualificação Profissional” com 19% e 17% de respostas, o que ratifica a perspectiva de que o empreendimento traga transformações físicas e sócias à região. Mais uma vez a comunidade demonstra o anseio por desenvolvimento econômico (12%) e a necessidade de comunicação social e institucional (12%), que representa um canal de negociações necessário à implantação do empreendimento.

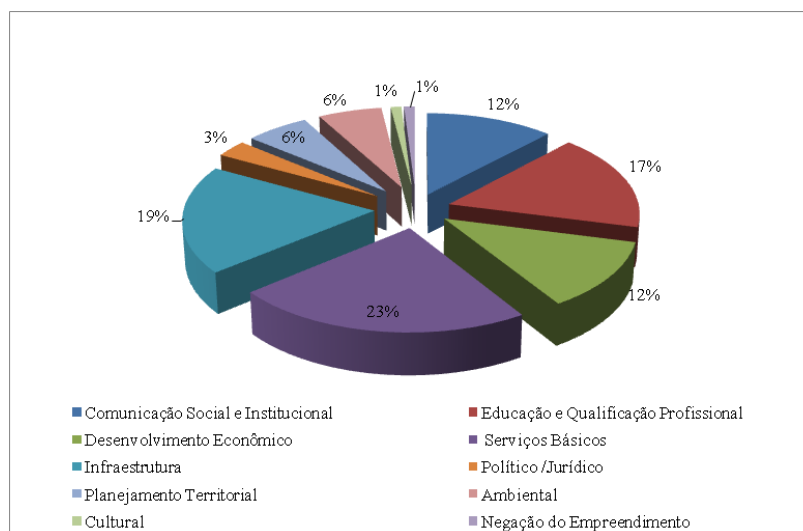


Figura 8.3.2.13.3 - Sugestões de Fortalecimento para Receber o Empreendimento na Região

Fonte: Pesquisa Direta/ Sondotécnica – Nov/ 2010 a Fev/ 2011.

Foram ainda detalhados os serviços básicos recomendados pela população, apresentados na **Figura 8.3.2.13.4**. A maior parte se preocupa com a educação, o que pode ser relacionado ao receio que as comunidades apresentam de não estarem capacitadas para absorver as vagas de trabalho que serão criadas com a implantação do Empreendimento Porto Sul.

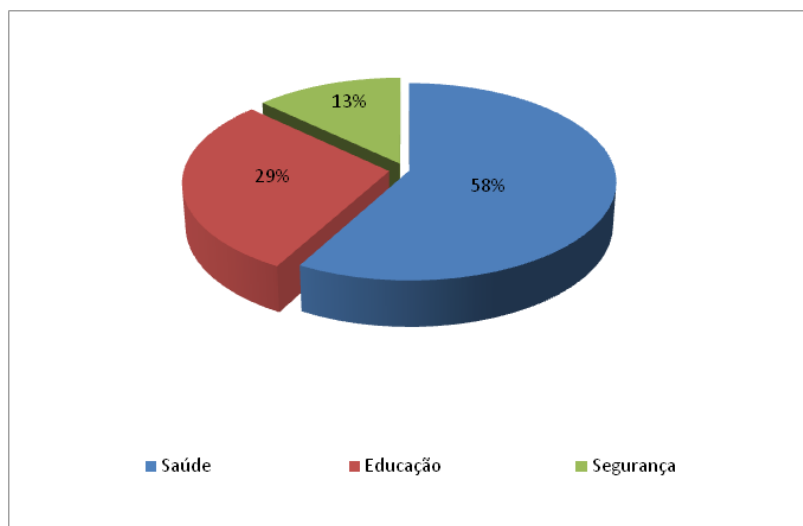


Figura 8.3.2.13.4 - Detalhamento do Desenvolvimento Economico Recomendados para a Região
 Fonte: Pesquisa Direta/ Sondotécnica – Nov/ 2010 a Fev/ 2011.

Dentre os itens de detalhamento do desenvolvimento econômico recomendado para região destaca-se a presença da Indústria do Cacau (27%), citada no sentido de restabelecimento da mesma, em conjunto com a implantação do empreendimento, ou seja, sugere que o Porto Sul, poderia fortalecer o setor cacauzeiro (**Figura 8.3.2.13.5**).

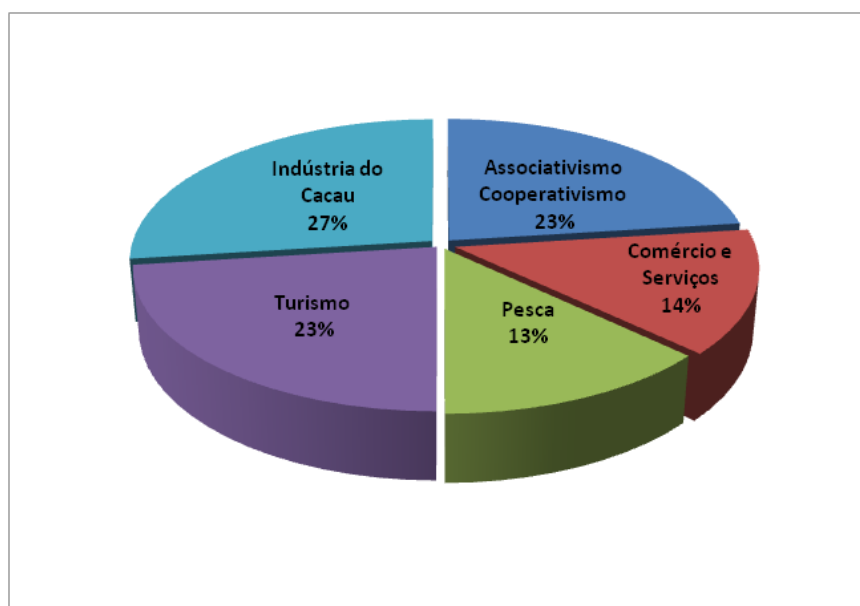


Figura 8.3.2.13.5 - Detalhamento dos Serviços Básicos Recomendados para a Região
 Fonte: Pesquisa Direta/ Sondotécnica – Nov/ 2010 a Fev/ 2011.

De acordo com o relatório de Interação Social “*o turismo, como um setor crescente na região, segundo os entrevistados, pode estar em confluência com o Porto Sul, desde que sejam priorizadas infra-estruturas que favoreçam as atividades turísticas, a exemplo do aeroporto internacional*”. E o associativismo/cooperativismo, com 23% das citações, pode ser relacionado à demanda por incentivos à produção, como uma forma de participar do crescimento na região decorrente da implantação do empreendimento.

Abaixo, síntese das propostas sistematizadas no curso do trabalho de Interação Social:

Síntese das Propostas aportadas nas atividades de Interação Social com as comunidades

- Implementar Programa de Comunicação Social;
- Implementar Programa de Educação Ambiental e Valorização Cultural do Empreendimento;
- Promover a articulação de lideranças e instituições das seguintes áreas, a fim de desenvolver Programas de Desenvolvimento, Fortalecimento e/ou Apoio articulados com o Empreendimento Porto Sul:
 - Turismo;
 - Cacau;
 - Pesca/ mariscagem;
 - Conservação da natureza;
 - Economia solidária e criativa;
 - Cultura;
 - Educação e qualificação profissional;
 - Segurança;
 - Mobilidade e transporte;
 - Saneamento básico e ambiental;
 - Assentamentos rurais;
 - Planejamento territorial;
- Articular as lideranças e instituições relacionadas à gestão regional com base em consórcios intermunicipais ou modelos semelhantes;
- Articular as lideranças e instituições relacionadas ao planejamento territorial, para desenvolver um Plano específico de uso do solo para a Área do Entorno do Empreendimento - AEE (Plano Referencial Urbanística e Ambiental - PRUA);
- Articular as lideranças e instituições relacionadas ao planejamento territorial, para desenvolver Planos Locais de Habitação para orientar as ações de construção de novas moradias nos municípios da área de influencia do empreendimento, com vistas à nova dinâmica regional;
- Incentivar a implementação de políticas para o fortalecimento das vocações econômicas locais abrindo linhas de financiamento específicas - cooperativismo e empreendedorismo.

Reuniões com as comunidades

Também durante as reuniões promovidas pela Casa Civil foram levantadas questões pelas diversas lideranças e representantes das comunidades do entorno do empreendimento Porto Sul que são aqui apresentadas já sistematizadas. Desta forma, os diagnósticos realizados são de grande importância à medida que revelam os possíveis impactos que poderiam incidir sobre as comunidades.

Abaixo a sistematização das declarações colhidas:

- A população coloca a situação de instabilidade e ansiedade que vive no momento, solicitando informações sobre o empreendimento;
- Querem conhecer os benefícios e prejuízos que a implantação do empreendimento trará para suas vidas;
- Questionam se o Estado dará subsídios em outra área até que os reassentados comecem a produzir e alcancem as condições de subsistência que têm atualmente.
- Advertem sobre a complexa situação fundiária, na qual a terra é muitas vezes partilhada;
- Em alguns casos são famílias de diferentes núcleos, em outros são os chamados “meeiros” que não tem a propriedade da terra, mas vivem e produzem nela.
- Questionam qual será o valor das indenizações, os parâmetros que serão utilizados para defini-las e por fim, se serão suficientes para dar aos indenizados as mesmas condições de vida que hoje encontram;
- Exigem compromisso de que realmente serão ofertadas vagas de empregos para a população local e questionam a quantidade e o caráter dessas vagas, temendo que estas não os contemplem;
- Alertam sobre o perfil agrário da população e a falta de qualificação profissional para o trabalho demandado pelo empreendimento;
- Ratificam a necessidade de que nos casos de comprometimento de áreas de agricultura familiar e assentamento haja negociação entre Estado e Comunidades e que exista um real compromisso no cumprimento das ações mitigadoras e compensatórias acordadas;
- Colocam a necessidade de compreensão e respeito aos seus posicionamentos e questões;
- Demonstram preocupação sobre os possíveis danos ambientais.

Nas declarações registradas a população alerta claramente sobre suas características sociais, econômicas e culturais, dando parâmetros aos técnicos e delineando as ações necessárias. Atentam para a vontade de que sejam contemplados pelos benefícios que o Porto trará para a região e que o desenvolvimento local contribua na melhoria da qualidade de vida das comunidades. Estão ainda preocupados com questões imediatas e diretamente ligadas às desapropriações e reassentamento, como o valor de indenizações e a forma como será tratada a complexa situação de propriedade e uso da terra na região.

- Ações em Desenvolvimento para Mitigação Antecipada de Impactos ou Compensações

Neste item estão relatadas as ações, já em desenvolvimento, que visam direta ou indiretamente à mitigação dos impactos sociais e econômicos, especialmente nas ADA e AEE.

- ✓ Abertura de canal permanente de diálogo com as comunidades da ADA e AEE

Pode ser uma importante ação mitigadora dos impactos sociais às comunidades, já em desenvolvimento, a intervenção do Estado no processo das negociações que tem promovido a articulação e o diálogo entre as lideranças, instituições públicas, sociais e privadas relacionadas ao empreendimento. Neste processo destaca-se a realização de uma série de reuniões, já descritas para informar a população sobre o projeto, pactuar procedimentos e para a construção de uma via de expressão dos posicionamentos e demandas da sociedade civil.

- ✓ Conhecimento aprofundado da área

O próprio desenvolvimento do Estudo de Impacto Ambiental, por envolver estudos diversos relacionados ao meio socioeconômico tem no processo de elaboração subsidiado as ações mitigadoras em desenvolvimento sob a coordenação do Estado.

O desenvolvimento do trabalho intitulado Interação Social com o objetivo de conhecer melhor as comunidades de referência na região, seus anseios, preocupações e demandas vem se somar ao EIA/ RIMA como instrumento para orientar medidas de mitigação ou compensação em um processo dinâmico de formação de pactos sociais e territoriais para o desenvolvimento local.

Também complementar é o diagnóstico que está sendo elaborado pela COOTEBA com o apoio da COOFASULBA, ambas cooperativas locais, que envolve, como já colocado, metas relacionadas à mobilização social, elaboração de Diagnóstico Rápido Participativo e Pesquisa Socioeconômica com agricultores da ADA.

- ✓ Canais permanentes de comunicação social

Envolve a implementação de Plano de Comunicação Social já elaborado e a instalação de escritório local para prestação de informações às comunidades e desenvolvimento de trabalhos técnicos.

- ✓ Elaboração de Plano de Reassentamento

Após a conclusão do diagnóstico a cargo da COOTEBA e emissão da Licença Prévia será elaborado Plano de Reassentamento e Desapropriação, instrumento orientador dos procedimentos a serem implementados e das ações necessárias de garantia de direitos, a serem implementadas no processo de mudança para a nova área e na pós-ocupação.

- ✓ Levantamento de Demandas e Elaboração de Planos de Urbanização das localidades da AEE

Após a conclusão do levantamento das demandas o Estado, através da SEDUR vai elaborar planos de urbanização que estabeleçam as prioridades e soluções para qualificação urbanística e ambiental nas nucleações de referência das comunidades rurais e dos povoados da AEE, com previsão de implantação de infraestrutura, pavimentação e melhoria geral das vias, melhorias habitacionais, regularização fundiária, melhoria dos serviços urbanos e sociais etc.

- ✓ Revisão do Plano Diretor Participativo de Ilhéus

Esta é uma das ações de competência municipal que está em fase inicial de planejamento.

✓ Programa de Qualificação Profissional

Encontram-se em desenvolvimento ações preparatórias para a montagem de um amplo programa de qualificação profissional sob a coordenação da Secretaria do Trabalho Emprego e Renda do estado da Bahia - SETRE e com o envolvimento de lideranças locais.

- Considerações Finais e Perspectivas para o Avanço nas Ações de Mitigação de Impactos

Considerando as diferentes fontes de pesquisa e informações sobre as questões e dúvidas das comunidades sobre o Empreendimento encontra-se grande similitude nas preocupações. Os registros aqui apresentados demonstram o reconhecimento da importância do porto para a região. Há também a avaliação de que o empreendimento deve ser acompanhado das ações de mitigação e compensação de impactos sociais e ambientais e reforçam a necessidade de inclusão das comunidades no processo, com as compensações para as perdas, participação nos ganhos sociais e respeito constante às suas características culturais e organização sociopolítica. Revelam também preocupações com os ativos ambientais.

As reuniões promovidas pelo Governo do Estado em articulação com a Prefeitura Municipal de Ilhéus e a BAMIN no primeiro semestre de 2011 aponta como objetivo consolidar ações sociais e de diálogo (sensibilização e comunicação social) na AEE e ADA. Nas reuniões preparatórias para as atividades em campo foi realizada uma articulação interinstitucional que viesse a contemplar as áreas de intervenção mais demandadas pelas comunidades. Entretanto, após a realização da primeira rodada de reuniões com as comunidades, percebeu-se um conjunto mais amplo de demandas que evidenciam carências de infraestrutura, serviços sociais básicos, mobilidade, oportunidades de trabalho etc.

Do trabalho até então desenvolvido pode-se perceber a recorrência das demandas por mobilidade e acessibilidade, saneamento, melhoria da qualidade dos serviços de saúde e educação, lazer, qualificação profissional, parte da competência do Estado e parte do Município. Há grande expectativa com o empreendimento e as comunidades cobram informações, demanda que está sendo respondida com as atividades em desenvolvimento na área.

Reconhecendo a hierarquia de demandas, a Casa Civil tem canalizado as demandas principais de projetos, relacionadas à acessibilidade, mobilidade, requalificação urbana e implantação de sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário e qualificação profissional para os órgãos competentes na esfera do Estado. Os órgãos têm trabalhado com a previsão de efetivação das ações em 2012 e 2013, de um modo geral. O Estado reconhece que algumas demandas apresentadas podem ser resolvidas pela esfera municipal e estadual em menor prazo, ou mesmo pelo empreendedor e parceiros privados, mesmo no processo de tramitação para a emissão da LP.

É importante observar que as demandas apresentadas pelas lideranças da AEE no trabalho de Interação Social e nas rodadas de reuniões do Grupo de Trabalho do Governo são as mesmas levantadas em campo para o diagnóstico socioeconômico do EIA/ RIMA.

Nas reuniões realizadas nas comunidades da AEE tem sido freqüente como sistemática a apresentação pelo Governo de propostas relativas a infraestrutura de saneamento e de qualificação profissional, reconhecendo-se a necessidade de encaminhar soluções para outras demandas urgentes colocadas, tendo em vista a miríade complexa de problemas sociais presentes nas comunidades. Nesse sentido, o Grupo de Trabalho se propõe a trabalhar com agenda de curto, médio e longo prazo, conforme esquema delineado na **Figura 8.3.2.13.6** a seguir.



Figura 8.3.2.13.6 - Esquema de Ações e Instâncias
Elaboração: Hydros

Até então o Estado tem assumido a responsabilidade pelo desenvolvimento das ações e o Município o papel de articulação, como indicado na **Figura 8.3.2.13.7** apresentada a seguir:

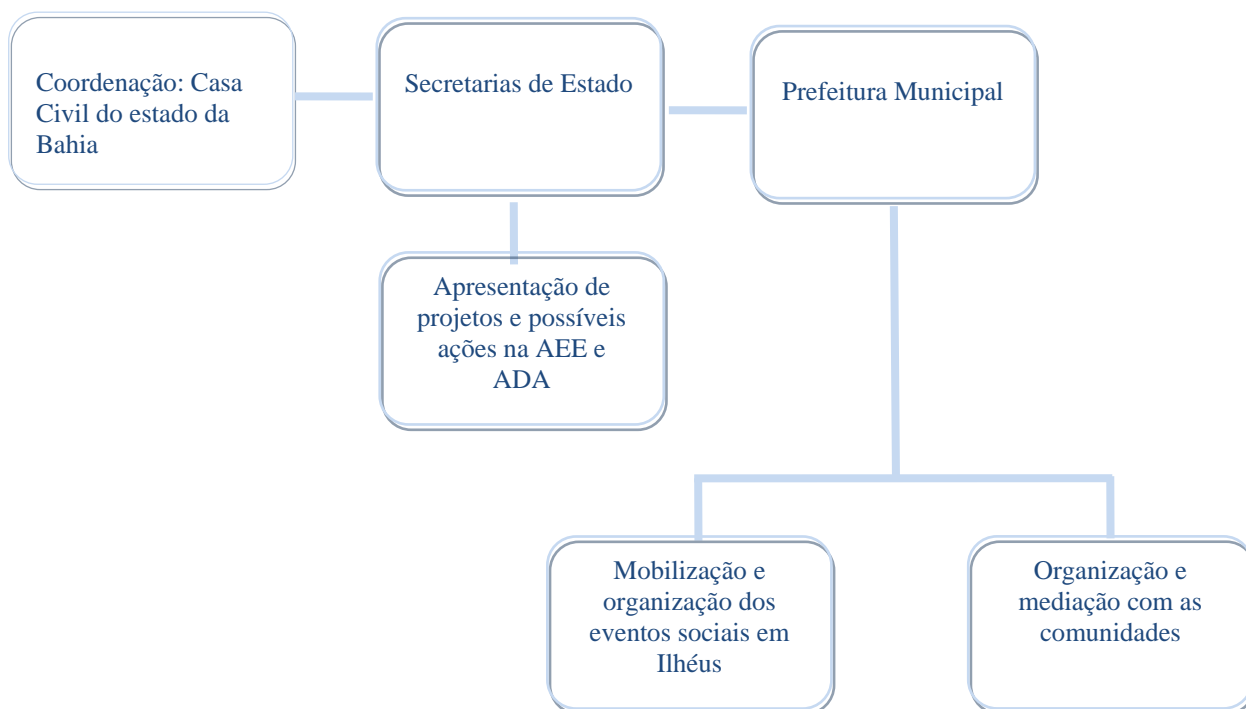


Figura 8.3.2.13.7 - Esquema de Articulações
Elaboração: Hydros

As reuniões realizadas até então têm aberto uma relação estratégica entre empreendedor, lideranças e demais residentes da AEE e ADA. O processo tem sido um aprendizado para os agentes envolvidos e tem instigado o amadurecimento das lideranças que passam a enxergar o contexto da implantação do empreendimento, como uma conjuntura favorável ao encaminhamento - e atendimento - de suas demandas. Também tem revelado uma condução diferenciada com abertura e diálogo com instâncias e lideranças locais, se diferenciando de situações de implantação de grandes projetos, que nem mesmo a instância municipal tomava conhecimento do que seria feito.

Doravante será necessário estabelecer um cronograma pactuado com as lideranças locais que envolva ações em horizontes temporais diversos (curto, médio e longo prazos) e responsabilidades (União, Estado, Município, empreendedor, agentes privados etc.) definidas segundo abrangência temática e espacial.

8.3.3 Atividades Produtivas

8.3.3.1 Porto de Ilhéus: Movimentação de Cargas e Rotas Utilizadas para Navegação

O Porto Sul dista do Porto de Ilhéus, aproximadamente 25 km por via terrestre e 17 km por via marítima. A Figura abaixo apresenta a localização do Porto Sul, em estudo, em relação ao Porto de Ilhéus (**Figura 8.3.3.1.1**).

Como não existem rotas de navegação previamente estabelecidas, sendo os fluxos de cargas determinados pela dinâmica de mercado, trata este item de caracterizar as condições operacionais e a movimentação de cargas do Porto de Ilhéus, além de verificar possíveis mudanças decorrentes da operação do Porto Sul.

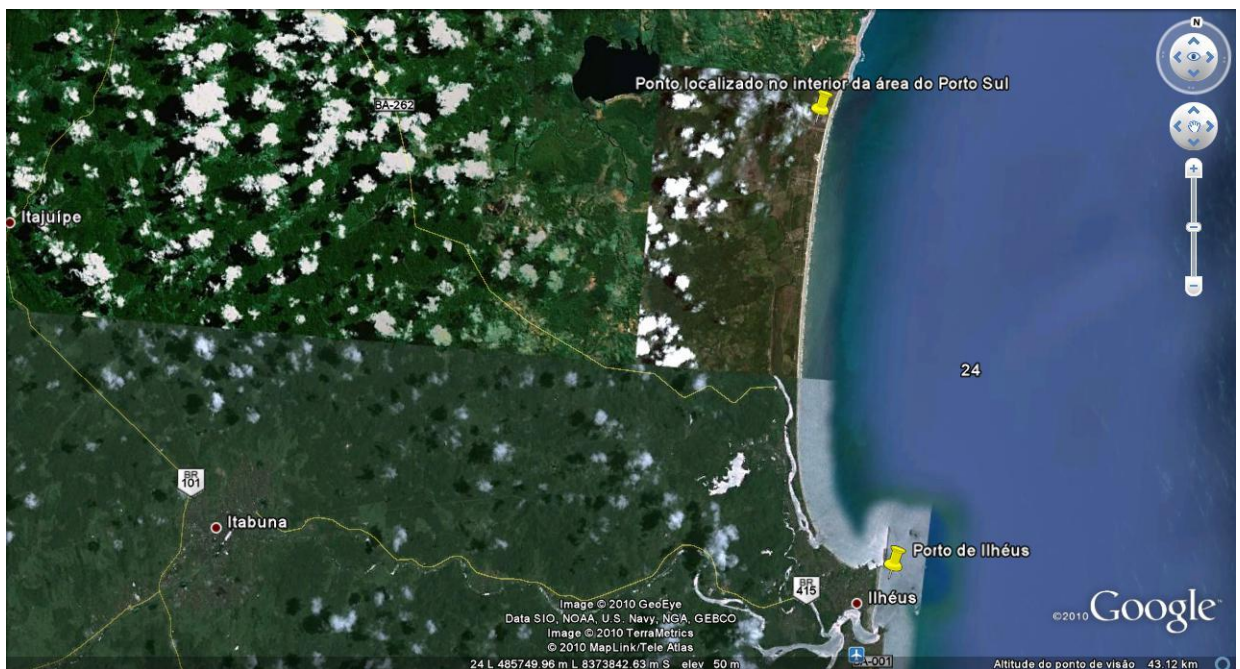


Figura 8.3.3.1.1 - Localização do Porto de Ilhéus e da Área do Porto Sul

- Localização Geográfica do Porto do Malhado

Localizado na Ponta do Malhado, Cidade de Ilhéus, no litoral sul do Estado da Bahia.

Coordenadas geográficas:

Latitude: 14° 47'00" S;
Longitude: 39° 02'00" W;
UNCTAD Locode BR ILH;
TIME ZONE: GMT - 3 h.

- Instalações e Equipamentos

Instalações de Acostagem

Modalidade de exploração/ capacidade operacional: cais de uso público, profundidade de 10,00 m (32,80 pés), podendo atracar 03 navios simultaneamente.

Descrição resumida: cais corrido, tipo dinamarquês, com plataforma em concreto armado sobre três linhas de estaca de carga, em módulos com largura de 12,50 m, com aterro contido por enrocamento e estacas prancha, acrescido de um *dolphin* de armação/ atracação a 50 m da extremidade norte, alinhado ao cais existente, cais dotado de 14 cabeços de atracação espaçados de 30,00 m, com capacidade de tração de 50 kgf, faixa de cais contígua de 30,00 m de largura, pavimentada em blocos de concreto articulado, aparelhado com 5 guindastes de pórtico, sendo: 3 de 3,2 t e 2 de 6,3 t. O cais é equipado ainda com um sistema automatizado para embarque de soja em grãos ou farelo composto por: um carregador de navio (*shiploader*) interligado por correias transportadoras portáteis aos armazéns.

Principais produtos movimentados: soja, trigo, amêndoa e derivados do cacau, semente de algodão e cargas geral.

Instalações de Armazenagem de Uso Público explorado pela Codeba

Armazéns para Carga Geral/ Granéis Sólidos

Capacidade Operacional: 2 armazéns com capacidade bruta de 32.000 m³, cada.

Descrição resumida: armazéns com piso e superestrutura em concreto armado, fechamento em blocos de cimento, cobertura em estrutura e telhas onduladas de alumínio, com dimensões de 160,00 x 50,00 m e superfície de 8.000 m², cada. Das áreas dos armazéns 3/4 da totalidade (12 mil m²) passaram por algumas adaptações, visando às instalações de equipamentos de recepção, estocagem e escoamento de grãos: descarregadores de caminhão, moegas, sistemas de correias transportadoras etc., para a operação nos embarques da soja (farelo e grãos), em parceria com a iniciativa privada (BUNGE/CARGIL), com investimento em torno de 8 milhões de reais.

Principais cargas movimentadas: Atualmente os armazéns são utilizados na estocagem de soja, eventualmente amêndoas e derivados do cacau. O trigo em grãos, desembarcado no porto transportado e estocado nos silos do moinho localizado na retroárea do porto, teve sua movimentação encerrada a partir de 2005, sem previsão de retorno.

Pátios para Carga Geral/Contêineres

Capacidade Operacional: existem 2 pátios, sendo: um com 8.000 m², capacidade de até 20.000 t e um com 12.500 m², capacidade de até 1.000 TEUS.

Descrição resumida: pátio a céu aberto, com área de 8.000 m², pavimentado em paralelepípedo, própria para instalação de silos e armazéns, com instalações de apoio para movimentação de granéis e carga geral; pátio a céu aberto com área de 12.500 m², pavimentada em bloco de concreto articulado (*blokret*), podendo ser utilizada na estocagem de carga geral, granito/mármore em blocos e contêineres.

Instalações de Armazenagem de Uso Privativo Exclusivo Explorado por Arrendatário

Terminal de Derivados de Petróleo (GLP) - BRASILGÁS

Situado em uma retro-área arrendada de 8.804,63 m², dotado de um conjunto de 11 reservatórios metálicos (ampolas) para armazenagem de GLP, capacidade total de 550 t, bem como de dispositivos, instalações e equipamentos para recepção rodoviária, enchimento de botijões e entrega.

Terminal de Trigo a Granel - MOINHO DE ILHÉUS

Situada em uma área arrendada de 11.000 m², dotado de um conjunto de 6 silos verticais com capacidade estática de 10 mil toneladas, bem como instalações e equipamentos para recepção rodoviária de trigo a granel descarregado no cais do porto, estocagem, limpeza, processamento, ensacamento e entrega de seus derivados. Encontra-se com parte fabril desativada, funcionando no momento como centro de distribuição de farinha de trigo, processada pela BUNGE, em moinho localizado em Salvador.

- Facilidades de Acesso

Condições de Navegação

Norma da Capitania dos Portos, portaria 14 da Diretoria de Hidrografia do Ministério da Marinha.

Amplitude da Maré

2,40 metros.

Praticagem

Normatizada pela Capitania dos Portos Portaria nº 14. Obrigatória para navios estrangeiros, navios petroleiros e propaneiros. Facultada para navios brasileiros comandados por marítimo brasileiro na categoria Mestre de Cabotagem.

Rebocador

Utilização regulamentada pela portaria número 14, da Capitania dos Portos.

Área de Influência

Região Sul, Sudoeste e Oeste do estado da Bahia e o norte de Minas Gerais.

Modalidade de Operação no Porto Organizado

Toda movimentação de cargas dentro do porto organizado é efetuada atualmente pelas empresas privadas credenciadas como Operadoras Portuárias.

- Histórico

A história portuária de Ilhéus está vinculada à expansão da lavoura de cacau na região. Já no início do século XX, observou-se a necessidade da instalação de um porto para escoar a produção. Desta forma, nos anos 20, iniciou-se a construção do primeiro porto de Ilhéus, o porto da Foz do Rio Cachoeira, que ficou, cerca de meio século, sob a administração da Companhia Industrial de Ilhéus S/A.

Ainda na década de 40, foi detectada a necessidade de construção de um novo porto, diante das deficiências verificadas no porto do Rio Cachoeira, localizado em área sujeita à formação de bancos de areia e com canal de acesso de profundidade irregular. Decidiu-se, então, pela construção do novo porto, na ponta do Malhado, o primeiro a ser construído em mar aberto no Brasil, e que veio a ser inaugurado em 1971.

Com a criação da Codeba, em 1977, o antigo Porto de Ilhéus, já totalmente desativado, teve seu patrimônio e controle incorporado juntamente com o novo Porto do Malhado à Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA, na condição de empresa de economia mista, estatal, cujos sócios são o Estado da Bahia e a União Federal.

- Expansão do Porto de Ilhéus

Com um volume de movimentação de carga girando em torno de 1 milhão de toneladas/ ano o Porto de Ilhéus, hoje um porto escoador de grãos, abre-se para novos desafios. A política de modernização e de expansão, adotada pela Codeba, determina mudanças na infraestrutura e na captação de negócios.

A ideia é se antecipar ao processo de crescimento econômico projetado para o Estado, instituindo as condições necessárias para o eficiente fluxo de importação e exportação de produtos e mercadorias que são geradas em todas as regiões do Estado, com destaque para a celulose da região sul; grãos, frutas e minérios nas regiões norte, oeste e sudeste do Estado.

As primeiras ações já contemplam a construção de um dolphin de atracação na extremidade norte do cais. Em curto prazo, ampliação de retroárea com mais de 100.000m²; prolongamento de mais 80m de cais e aumento do calado de 10 para 14m. A partir da nova retroárea o porto estará potencializado para ampliação de cais em mais de 600m, podendo alcançar 1.200m, otimizando seu potencial interno de expansão, sem necessidade de avançar ao mar.

Dentro destas perspectivas, definitivamente, os novos investimentos sinalizam benefícios para a comunidade portuária de Ilhéus e trazem mais condições de desenvolvimento para as regiões sul, sudoeste e oeste do estado da Bahia, colocando o Porto de Ilhéus como partícipe no crescimento e desenvolvimento econômico do estado da Bahia e do Brasil.

- Dados de Movimentação de Cargas

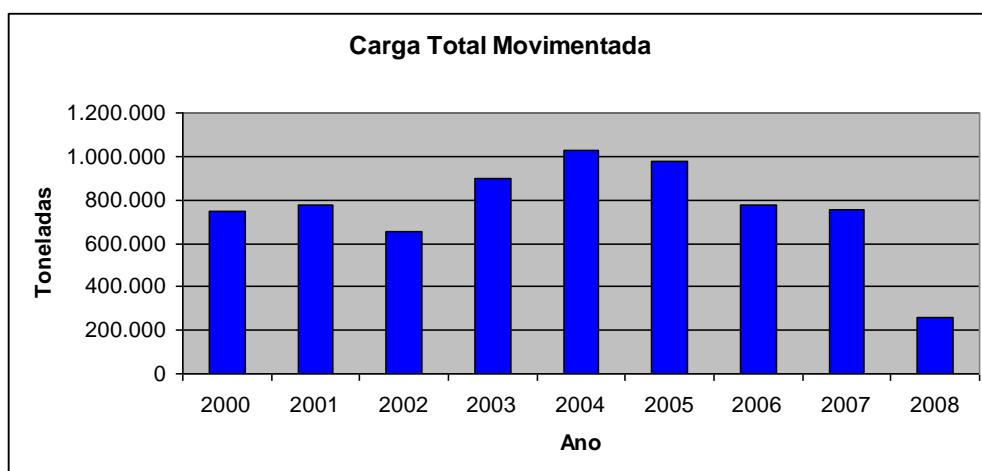
O **Quadro 8.3.3.1.1** e a **Figura 8.3.3.1.2** apresentados a seguir demonstram a evolução da carga total movimentada no Porto de Ilhéus no período 2000-2008.

A carga total média no período é de 763.020 toneladas, sendo o ano de 2004, o de maior movimentação de cargas (1.024.857 toneladas) e o ano de 2008, o de menor (258.012 toneladas).

Quadro 8.3.3.1.1 - Evolução da Carga Total Movimentada no Porto de Ilhéus 2000-2008

Itens	Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Carga Total		748.791	779.456	651.822	899.203	1.024.857	975.264	773.531	756.246	258.012

Fonte: Codeba, 2010



Fonte: Codeba, 2010

Figura 8.3.3.1.2 - Gráfico da Evolução da Carga Total Movimentada no Porto de Ilhéus 2000-2008

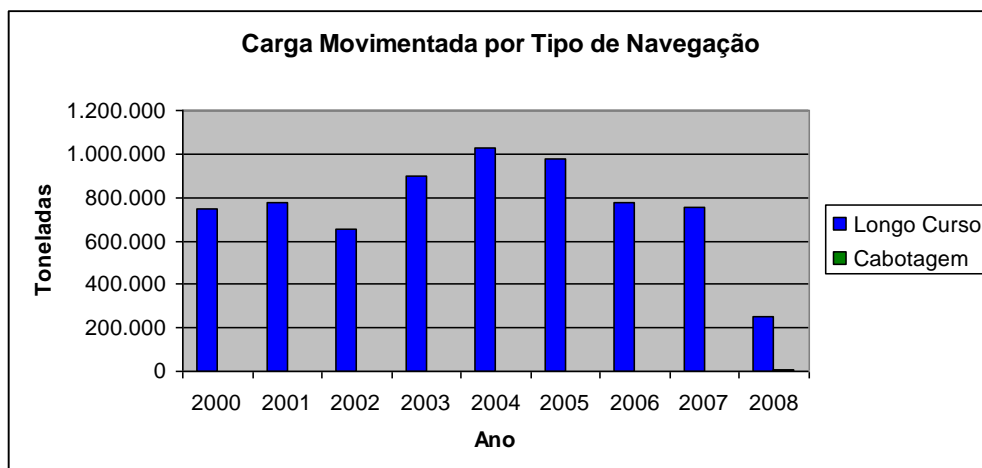
O **Quadro 8.3.3.1.2** e a **Figura 8.3.3.1.3** apresentados a seguir demonstram a evolução da carga movimentada por tipo de navegação no Porto de Ilhéus no período 2000-2008.

A maior parte das cargas está concentrada em navegação de longo curso com média anual igual a 761.862 t, enquanto que a média anual para navegação de cabotagem é igual a 1.158t, ressalvando o fato de que cargas relacionadas à navegação de cabotagem somente ocorreu nos anos de 2000 e 2008.

Quadro 8.3.3.1.2 - Evolução da Carga Movimentada por Tipo de Navegação no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008

Itens	Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Por Tipo de Navegação		748.791	779.456	651.822	899.203	1.024.857	975.264	773.531	756.246	258.012
Longo Curso		748.380	779.456	651.822	899.203	1.024.857	975.264	773.531	756.246	247.999
Cabotagem		411	0	0	0	0	0	0	0	10.013

Fonte: Codeba, 2010



Fonte: Codeba, 2010

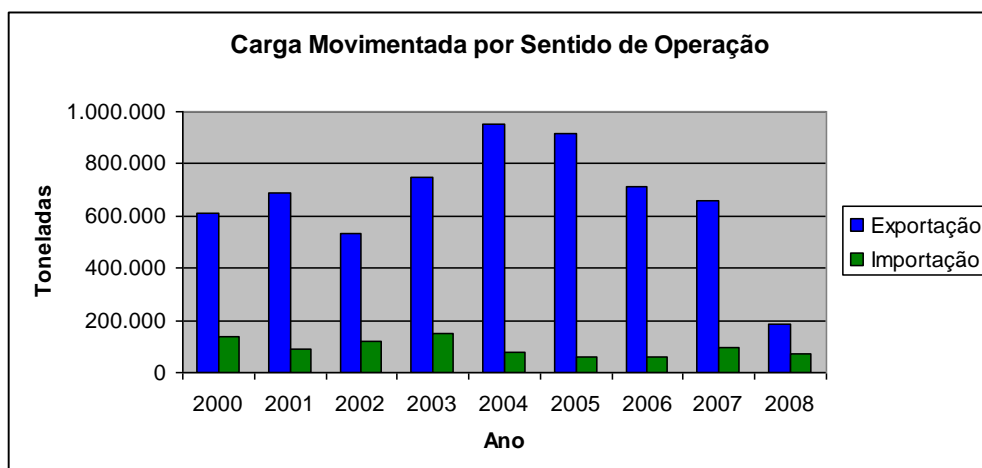
Figura 8.3.3.1.3 - Evolução da Carga Movimentada

O **Quadro 8.3.3.1.3** e a **Figura 8.3.3.1.4** apresentados a seguir demonstram a evolução da carga movimentada por sentido de operação no Porto de Ilhéus no período 2000-2008. A maior parte das cargas está concentrada no sentido exportação com média anual igual a 667.814 toneladas, enquanto que a média anual no sentido importação é igual a 95.207 toneladas.

Quadro 8.3.3.1.3 - Evolução da Carga Movimentada por Sentido de Operação no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008

Itens	Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Por Sentido de Operação		748.791	779.456	651.822	899.203	1.024.857	975.264	773.531	756.246	258.012
Exportação		613.752	688.918	534.049	750.762	949.315	914.280	711.921	660.963	186.362
Importação		135.039	90.538	117.773	148.441	75.542	60.984	61.610	95.283	71.650

Fonte: Codeba, 2010



Fonte: Codeba, 2010

Figura 8.3.3.1.4 - Gráfico da Evolução da Carga Movimentada por Sentido de Operação no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008

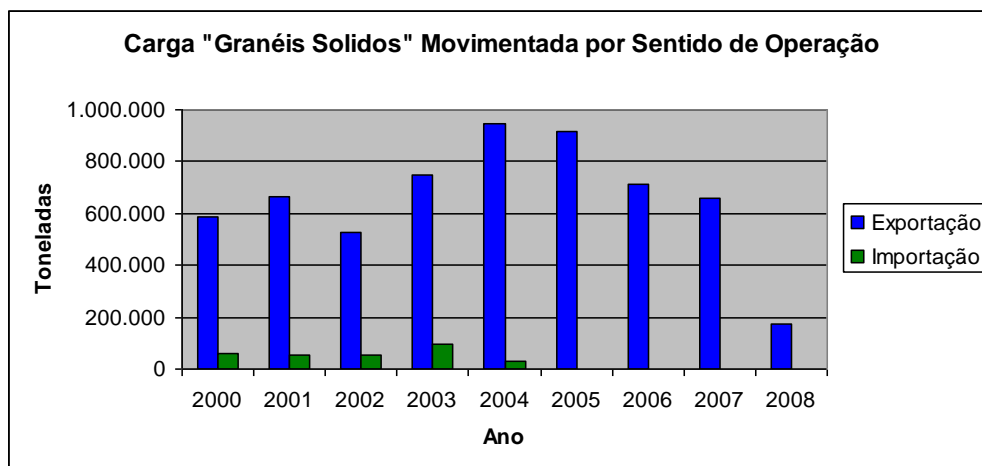
O **Quadro 8.3.3.1.4** e a **Figura 8.3.3.1.5** apresentados a seguir demonstram a evolução da carga “granéis sólidos” movimentada por sentido de operação no Porto de Ilhéus no período 2000-2008.

A maior parte das cargas está concentrada no sentido exportação com média anual igual a 658.502 toneladas, enquanto que a média anual no sentido importação é igual a 32.381 toneladas. É importante ressaltar que no período 2005 - 2008 não foi realizada movimentação de granéis sólidos no sentido importação.

Quadro 8.3.3.1.4 - Evolução da Carga “Granéis Sólidos” Movimentada por Sentido de Operação no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008

Itens	Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Granéis Sólidos		644.868	717.829	579.003	842.512	974.871	914.280	711.921	660.963	171.700
Exportação		585.932	664.217	524.275	745.807	947.421	914.280	711.921	669.963	171.700
Importação		58.936	53.612	54.728	96.705	27.450	0	0	0	0

Fonte: Codeba, 2010



Fonte: Codeba, 2010

Figura 8.3.3.1.5 - Gráfico da Evolução da Carga “Granéis Sólidos” Movimentada por Sentido de Operação no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008

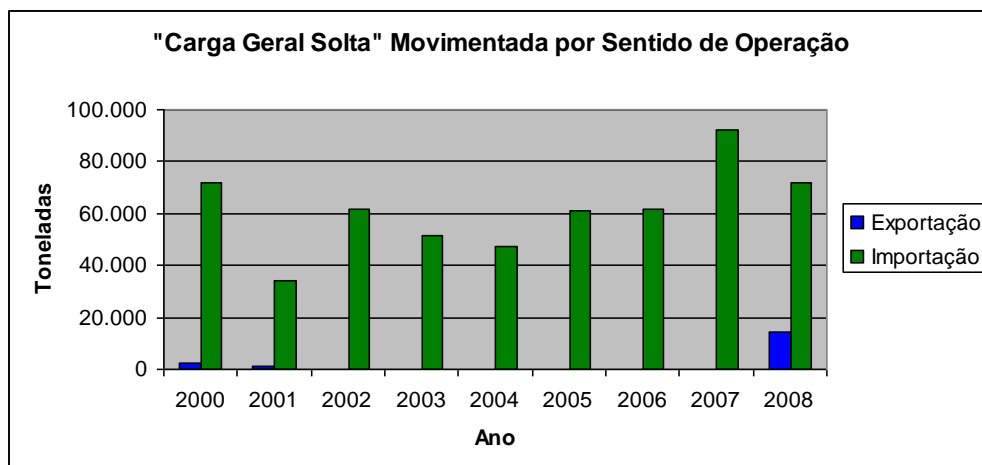
O **Quadro 8.3.3.1.5** e a **Figura 8.3.3.1.6** apresentados a seguir demonstram a evolução da carga geral solta movimentada por sentido de operação no Porto de Ilhéus no período 2000-2008.

A maior parte das cargas está concentrada no sentido importação com média anual igual a 61.484 toneladas, enquanto que a média anual no sentido exportação é igual a 1.976 toneladas. É importante ressaltar que no período 2002 – 2007 não foi realizada movimentação de carga geral solta no sentido exportação.

Quadro 8.3.3.1.5 - Evolução da Carga Geral Solta Movimentada por Sentido de Operação no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008

Itens	Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Carga Geral Solta		73.861	35.316	61.491	51.736	47.552	60.984	61.610	92.283	86.312
Exportação		2.124	1.002	0	0	0	0	0	0	14.662
Importação		71.737	34.314	61.491	51.736	47.552	60.984	61.610	92.283	71.650

Fonte: Codeba, 2010



Fonte: Codeba, 2010

Figura 8.3.3.1.6 - Gráfico da Evolução da Carga Geral Solta Movimentada por Sentido de Operação no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008

No período 2000-2008 não foi realizada movimentação de carga granéis líquidos.

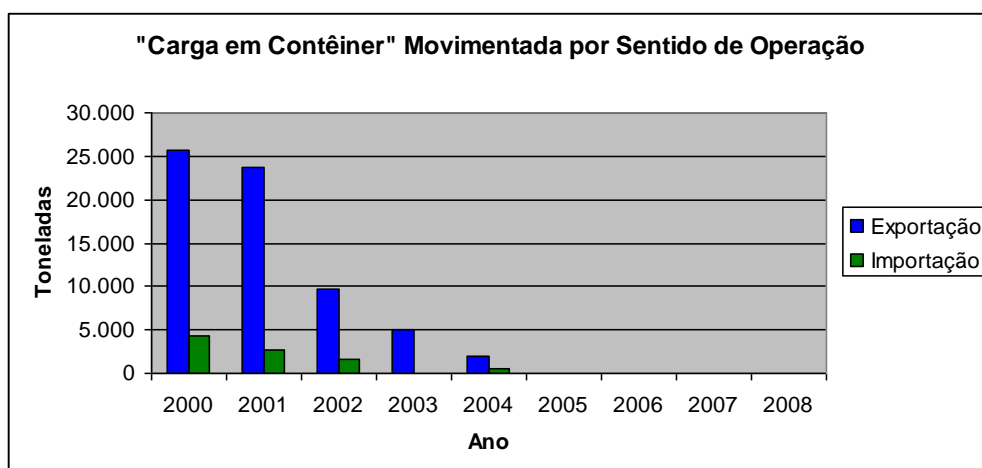
O **Quadro 8.3.3.1.6** e a **Figura 8.3.3.1.7** apresentados a seguir demonstram a evolução da carga em contêiner movimentada por sentido de operação no Porto de Ilhéus no período 2000-2008.

A maior parte das cargas está concentrada no sentido exportação com média anual igual a 7.335t, enquanto que a média anual no sentido importação é igual a 1.008t. É importante ressaltar que no período 2005-2008 não foi realizada movimentação de carga em contêiner nos dois sentidos.

Quadro 8.3.3.1.6 - Evolução da Carga em Contêiner Movimentada por Sentido de Operação no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008

Itens	Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Carga em Contêiner		30.062	26.311	11.328	4.955	2.434	0	0	0	0
Exportação		25.696	23.699	9.774	4.955	1.894	0	0	0	0
Importação		4.366	2.612	1.554	0	540	0	0	0	0

Fonte: Codeba, 2010



Fonte: Codeba, 2010

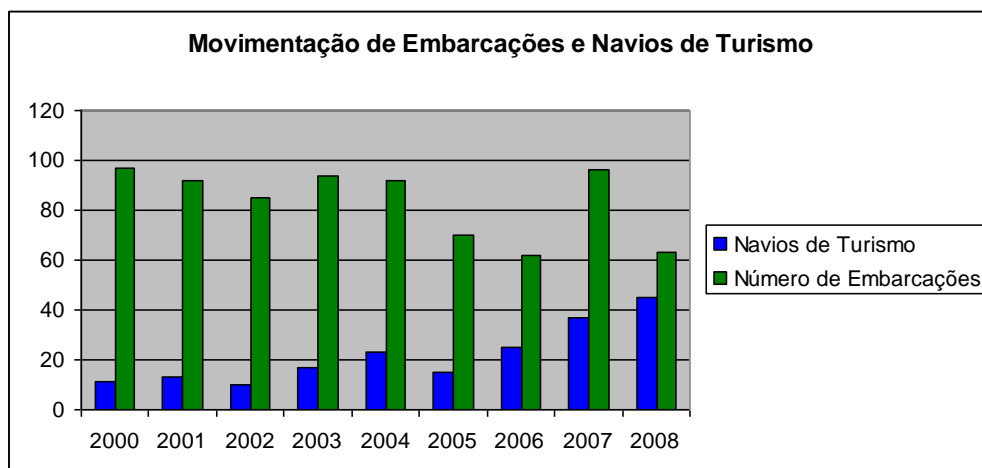
Figura 8.3.3.1.7 - Gráfico da Evolução da Carga em Contêiner Movimentada por Sentido de Operação no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008

O **Quadro 8.3.3.1.7** e a **Figura 8.3.3.1.8** apresentados a seguir demonstram a evolução da movimentação do número de embarcações e de navios de turismo, sendo importante destacar o aumento da movimentação de navios de turismo.

Quadro 8.3.3.1.7 - Evolução da Movimentação do Número de Embarcações e de Navios de Turismo no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008

Itens	Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Navios de Turismo		11	13	10	17	23	15	25	37	45
Número de Embarcações		97	92	85	94	92	70	62	97	63

Fonte: Codeba, 2010



Fonte: Codeba, 2010

Figura 8.3.3.1.8 - Gráfico da Evolução da Movimentação do Número de Embarcações e de Navios de Turismo no Porto de Ilhéus no Período 2000-2008

A seguir, o **Quadro 8.3.3.1.8** apresenta as estatísticas de movimentação de carga geral, granel sólido e containerizada ao longo dos meses de 2009.

Quadro 8.3.3.1.8 - Movimentação de Carga Geral, Granel Sólido e Containerizada, 2009

Meses	Carga Geral		Granel Sólido		Containerizada		Total Geral	Nº Container em TEU		Nº de Navios
	Import	Export	Import	Export	Import	Export		Import	Export	
Janeiro	378	945	0	0	0	0	1.323	0	0	0
Fevereiro	9.666	309	0	0	0	0	9.975	0	0	1
Março	13.265	177	0	0	0	0	13.442	0	0	1
Abril	6.493	478	0	0	0	0	6.971	0	0	1
Mai	10.316	745	0	30.542	0	0	41.603	0	0	2
Junho	158	833	0	35.665	0	0	36.656	0	0	1
Julho	555	1.403	0	15.074	0	0	17.032	0	0	1
Agosto	12.144	358	0	0	0	0	12.502	0	0	1
Setembro	5.140	16.247	0	39.258	0	0	60.645	0	0	4
Outubro	15.158	736	0	29.154	0	0	45.048	0	0	2
Novembro	298	589	0	0	0	0	887	0	0	0
Dezembro	5.265	75	0	0	0	0	5.340	0	0	1
Total	78.836	22.895	0	149.693	0	0	251.424	0	0	16

Fonte: Codeba, 2010

- Movimento de Exportação e Importação no Porto de Ilhéus

O Porto de Ilhéus na sua história experimentou contextos diferenciados de movimentação de cargas nos sentidos da exportação e da importação. No final dos anos 80 figuravam na lista de

importação produtos com o petróleo, álcool e fertilizantes e na relação de produtos de exportação o cacau e derivados, café, grafite, algodão, granito, couros, peles e piaçava.

Hoje esse Porto apresenta outro perfil de movimentação de cargas. O **Quadro 8.3.3.1.9** relaciona os principais produtos de exportação e importação, as cargas e os países parceiros nas relações comerciais com o Porto de Ilhéus.

Quadro 8.3.3.1.9 - Fluxos de Exportação e Importação de Cargas, 2010.

País	Exportação (t)		Importação (t)
	Soja	Magnesita	Cacau
Espanha	42.409		
Itália	14.266		
Japão	21.407		
USA		21.717	
Costa do Marfim			14.026
Indonésia			33.581

Fonte: Sistema ALICEWEB - MDIC, 2010.

- Influência do Porto Sul na Movimentação de Navios na Região.

A movimentação portuária na região do Porto de Ilhéus deverá ser significativamente aumentada com a implantação do Porto Sul, dista 25 km por via terrestre e 17 km por via marítima, ao Norte do Porto de Ilhéus, na localidade conhecida como Aritaguá.

O Porto Sul é um Porto Público “Multiuso” que operará na exportação de minério de ferro. Além do minério de ferro, o Porto Sul movimentará granéis agrícolas (soja e milho), farelo de soja, algodão e produtos provenientes da indústria sucro alcooleira.

Como o Porto Sul será ligado pela Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL, ao Oeste do estado da Bahia e, em uma segunda etapa, ao estado de Tocantins (Figueirópolis), onde se conecta com a ferrovia Norte-Sul do Brasil, as perspectivas de aumento de carga no Porto Sul, são muito grandes, podendo ser estimada uma grande movimentação na importação de fertilizantes e de derivados de petróleo.

Dentro dessa conceituação, entendemos que a movimentação portuária na região de Ilhéus, apresentará um substancial aumento, embora a integração com o Porto de Ilhéus constará apenas de aumento das embarcações de apoio (rebocadores, barcas, embarcações e pequeno porte).

Pelos dados estatísticos de portos brasileiros com perfil semelhante ao que terá o Porto Sul, estima-se uma movimentação de aproximadamente 560 navios/ ano, assim distribuídos (**Quadro 8.3.3.1.10**):

Quadro 8.3.3.1.10 - Estimativa da Quantidade de Navios/ano no Porto Sul

Graneleiros p/minério de ferro	360
Graneleiros p/produtos agrícolas	60
Graneleiros /fertilizantes e carvão	40
Graneleiros p/derivados de petróleo e Etanol	60
Carga Geral	20
Total	560

Estima-se que a movimentação de rebocadores que provavelmente se basearão no Porto de Ilhéus seja da ordem de 6 unidades e mais embarcações de pequeno porte.

A possibilidade de uma maior movimentação de navios envolvendo o Porto de Ilhéus, causado pelo Porto Sul, depende da evolução da legislação brasileira referente ao Transbordo (baldeação) de cargas entre as embarcações nos portos.

Essas transferências de cargas de navios atracados à contra bordo ou “Top-off”, podem fazer com que navios de maior porte transbordem cargas/ mercadorias para embarcações menores ou, vive-versa, embarcações de cargas para navios de grande porte (Top-off). Nessas situações a movimentação de embarcações menores pode vir a crescer muito no Porto de Ilhéus, em função da implantação do Porto Sul.

8.3.3.2 Atividade Pesqueira

- Levantamento e Sistematização das Informações Sobre o Setor Pesqueiro que Atua na Região

A modalidade de pesca artesanal marítima de peixes, responsável pelo volume preponderante de produção e que mobiliza o maior número de pescadores no município de Ilhéus, é a praticada com linha e anzol, normalmente em barcos a motor (FERNANDES, 2003).

A pesca artesanal exercida em Ilhéus apresenta baixo nível tecnológico, porém elevada complexidade de aplicação de técnicas e conhecimentos tradicionais. Podem-se observar desde pescadores que se deslocam a pé até os que pescam com embarcações com tecnologia moderna.

Os estudos relativos ao setor pesqueiro da região seguem a tendência dos trabalhos realizados no âmbito do programa ESTATPESCA. Nessas publicações podem-se observar critérios e indicadores mais voltados aos grandes comerciantes do setor, ou seja, mais para os interesses de compradores de pescado do que informações para um devido monitoramento ou ordenamento do Setor Pesqueiro. Um exemplo disso, dentre outros, é a falta de informação do número de compradores por local, nesses estudos.

Esse procedimento acadêmico não permite que o setor produtivo enxergue novas organizações e estruturas de mercado, ficando preso ao mercado oferecido pelos compradores que dominam e controlam o mercado de pescado em cada local.

Por outro lado, a lida do setor faz com que as informações e conhecimentos fiquem sob a guarda de poucos pescadores ou mestres de embarcação. Estes pescadores tradicionais, atualmente em menor número, ainda garantem as melhores pescarias na região a despeito dos que aprendem na academia a usar as tecnologias modernas.

Sob o ponto de vista da ecologia humana, a teoria do forrageio ótimo - TFO (Robert MacArthur e Eric Pianka, 1966), a qual estipula que o forrageamento do organismo é de certa forma um meio de maximizar sua absorção de energia por unidade de tempo, explica a opção dos pescadores em atuar nos pesqueiros mais ricos, aumentando o lucro por pescaria. Além disso, a prática da pesca não aleatória diminui a necessidade de deslocamento, minimizando o custo da prática pesqueira e ajuda na garantia do conhecimento tradicional a respeito dos pesqueiros mais produtivos.

As pesquisas sobre o setor pesqueiro que atuam na área de Ilhéus demonstram que a utilização de aparelhos obsoletos está relacionada aos baixos níveis de produção e produtividade e que isso interfere negativamente na vida e no bem estar dos pescadores. Esse tipo de estabelecimento de vínculo não ajuda desenvolver o setor na região, uma vez que esconde o problema principal do Setor Pesqueiro no Brasil que é a falta de crédito e financiamento adequado para o setor pesqueiro e a sobrepesca dos produtos que são obtidos nos estuários, na plataforma continental e nos rios.

Mesmo com as dificuldades apontadas, o setor é um dos mais importantes economicamente, e os resultados dos poucos estudos existentes evidenciam uma realidade grave, no sentido de que os estudos apontam para soluções sem consequências positivas para o quadro pesqueiro.

Geralmente os estudos analisados para a região apontam para soluções que beneficiam outros mercados em detrimento do setor pesqueiro que cada vez mais fica endividado por investir nas soluções apontadas pelos estudos. Um exemplo disso é o favorecimento dos setores de equipamentos que não atendem a demandas reais do setor pesqueiro.

A má formulação do conhecimento a respeito da dinâmica pesqueira vem ao longo do tempo fazendo com que governos invistam em políticas públicas equivocadas para o setor. Isso por muito tempo ocorreu pela falta de compreensão do estado em relação às reais demandas setoriais. Assim como na maioria dos lugares do país onde ocorre a pesca artesanal, o setor pesqueiro de Ilhéus compete no mercado com setores industriais ou ligados à indústria pesqueira de outros locais sem o devido apoio e estrutura para atuação.

Considerando a localização das comunidades pesqueiras, em relação ao meio socioeconômico deste estudo, todas as comunidades pesqueiras do Norte do Município de Ilhéus estão inseridas na Área do Entorno do Empreendimento (AEE). Em relação ao meio Biótico, a maioria das comunidades pesqueiras litorâneas está situada na Área de Influência Direta, área limitada pela comunidade pesqueira de Mamoã, ao Norte e ao Sul pelo Porto da Prainha, no município de Ilhéus, enquanto a comunidade de Serra Grande, a qual utiliza os portos de Pé da serra e Sobradinho, está situada no município de Uruçuca e, portanto na AII. Neste estudo, inserido no meio socioeconômico, algumas particularidades quanto às áreas de influência devem ser destacadas. As comunidades do entorno do empreendimento (AEE) foram avaliadas quanto às atividades pesqueiras. Adicionalmente, foram contempladas na avaliação outras comunidades que utilizam áreas de pesca situadas na ADA, na AID e na AII do meio físico/biótico do empreendimento.

As comunidades observadas ao longo do estuário do rio Almada, na sua maioria, são comunidades tradicionalmente agrícolas, porém foi possível observar a presença de pescadores informais e de subsistência em todas elas. Em algumas se verificou a existência de pescadores formais, com carteira de pescador ou inscritos no MAPA - Ministério da Pesca e Aquicultura. São elas: São Domingos, Iguape, São João, Aritaguá, Sambaituba, Urucutuca e Areias (Lagoa Encantada).

- Avaliação Participativa da Composição dos Organismos Utilizados como Recursos Pesqueiros, Incluindo Estatísticas Pesqueiras Disponíveis sobre a Região e Consulta aos Pescadores sobre a Ocorrência das Espécies ao Longo do ano, Bem como a Dinâmica das Pescarias (Conhecimento Popular).

A produção pesqueira do município de Ilhéus foi estimada pelo Programa ESTATPESCA, implantado no Estado da Bahia com o apoio da BAHIAPESCA. A última pesquisa consolidada refere-se aos resultados obtidos com a coleta de informações sobre o

desembarque de pescado no ano de 2005, quando se calculou a produção total anual do município em torno de 852,2 toneladas. O valor em reais estimado da venda do pescado foi contabilizado em R\$ 6.313.504,26.

Seguindo um padrão apontado pelos pescadores locais, os resultados da produção pesqueira respondem à dinâmica de sobre e de subexploração dos recursos disponíveis nas áreas de acesso da atividade artesanal. Períodos de grande produtividade provocam um estágio de sobre-exploração dos recursos e são seguidos por quedas da produção e subexploração por parte dos pescadores. Nas últimas estatísticas, observam-se resultados que confirmam essa dinâmica, pois, em 2002, a produção total do município foi estimada em 642 toneladas anuais. Em 2003, houve um aumento para 1.084 toneladas anuais, seguido de outra queda, em 2005, para cerca de 850 toneladas anuais.

As observações de campo mostram, como apresentado a seguir, que a dinâmica da pesca na ADA, AID e AII do empreendimento varia em relação ao comportamento e à biologia das espécies alvo, que ocorrem na área em questão e também em relação ao modo de operar do setor pesqueiro que atua no estuário do rio Almada, no ambiente límnic do rio Almada e do setor que opera na área do mar que compõe essas áreas.

Além das questões que envolvem as espécies alvos do setor pesqueiro em cada ambiente, como apresentado a seguir, a dinâmica influencia no esforço de pesca o qual é resultante da hh - Hora/Homem relacionada aos artefatos, estratégias (armadilha, cerco...), infraestrutura, logística e políticas de financiamento do setor.

A partir dos estudos realizados verificou-se que todas as comunidades pesqueiras situadas na AID e AII podem ser consideradas como pertencentes à pequena produção mercantil, com os pescadores trabalhando em um regime que varia entre a pequena produção familiar e a pequena produção artesanal, como definido em DIEGUES (1983). Observa-se bem esse modelo de cadeia produtiva nas localidades ao longo do estuário do rio Almada e na costa marinha. Isso foi verificado nas comunidades de São Miguel e da Ponta do Ramo.

Identificação e Caracterização dos Recursos Pesqueiros Utilizados no Estuário e Ambiente Límnic do Rio Almada

Avaliação participativa da composição dos organismos utilizados como recursos pesqueiros no estuário e no ambiente límnic do rio Almada não incluiu estatísticas pesqueiras disponíveis sobre a região, tais como dados secundários de desembarque, porque há consenso entre especialistas da pesca em ambientes límnicos, estuarinos e em manguezais que as estatísticas apresentadas pelo ESTATIPESCA (**Quadro 8.3.3.2.1**), única publicação disponível para esse ambiente, subestimam as quantidades para espécies relevantes economicamente. Deste modo, a identificação e a caracterização dos recursos pesqueiros foram realizadas a partir da obtenção de dados primários em campo no primeiro semestre do ano de 2011, no âmbito dos procedimentos realizados pela equipe do presente EIA/RIMA para o diagnóstico ambiental.

Quadro 8.3.3.2.1 - Pesca Extrativa, em Toneladas e Valores em Reais, Segundo as Principais Espécies de Água-Doce – Bahia

Principais Espécies	Preço Médio 1ª Comerc. (R\$/kg)	Total		Industrial		Artesanal	
		(t)	(R\$)	(t)	(R\$)	(t)	(R\$)
Total Geral		19.142,0	54.417.650,00	0,0	0,00	19.142,0	54.417.650,00
Peixes		19.085,5	54.180.350,00	0,0	0,00	19.085,5	54.180.350,00
Acará	1,80	49,0	88.200,00	0,0	0,00	49,0	88.200,00
Acará-açu	2,00	31,0	62.000,00	0,0	0,00	31,0	62.000,00
Acari-bodó	1,80	120,5	216.900,00	0,0	0,00	120,5	216.900,00
Bacu	1,50	58,5	87.750,00	0,0	0,00	58,5	87.750,00
Bagre (mandi)	1,90	106,5	202.350,00	0,0	0,00	106,5	202.350,00
Bagre-Amarelo	1,90	29,5	56.050,00	0,0	0,00	29,5	56.050,00
Boca	1,80	13,5	24.300,00	0,0	0,00	13,5	24.300,00
Branquinha	2,00	10,5	21.000,00	0,0	0,00	10,5	21.000,00
Carpa	3,50	28,5	99.750,00	0,0	0,00	28,5	99.750,00
Corvina	2,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
Curimatã	2,80	6.625,0	18.550.000,00	0,0	0,00	6.625,0	18.550.000,00
Dourado	5,00	820,5	4.102.500,00	0,0	0,00	820,5	4.102.500,00
Lambari	3,50	10,5	36.750,00	0,0	0,00	10,5	36.750,00
Matrinxã	4,50	25,0	112.500,00	0,0	0,00	26,0	112.500,00
Pacu	3,00	16,0	48.000,00	0,0	0,00	16,0	48.000,00
Pescada-do-piaui	2,50	2.826,0	7.065.000,00	0,0	0,00	2.826,0	7.065.000,00
Piaba	1,80	34,5	62.100,00	0,0	0,00	34,5	62.100,00
Piau	2,00	1.078,0	2.156.000,00	0,0	0,00	1.078,0	2.156.000,00
Pirá	2,00	1.042,0	2.084.000,00	0,0	0,00	1.042,0	2.084.000,00
Piranha	1,80	939,5	1.691.100,00	0,0	0,00	939,5	1.691.100,00
Sardinha	1,50	5,0	7.500,00	0,0	0,00	5,0	7.500,00
Surubim	5,00	2.011,5	10.057.500,00	0,0	0,00	2.011,5	10.057.500,00
Tambaqui	4,00	13,0	52.000,00	0,0	0,00	13,0	52.000,00
Tilápia	3,00	834,5	2.503.500,00	0,0	0,00	834,5	2.503.500,00
Traira	2,00	1.429,5	2.859.000,00	0,0	0,00	1.429,5	2.859.000,00
Tucunaré	4,00	120,5	482.000,00	0,0	0,00	120,5	482.000,00
Outros	1,80	807,0	1.452.600,00	0,0	0,00	807,0	1.452.600,00
Crustáceos		56,5	237.300,00	0,0	0,00	56,5	237.300,00
Camarão	4,20	56,5	237.300,00		0,00	56,5	237.300,00
Moluscos		0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00

Os principais produtos pesqueiros e produtos secundários produzidos pelas comunidades que atuam no rio Almada (estuário e ambiente límico) estão apresentados no **Quadro 8.3.3.2.2**.

Quadro 8.3.3.2.2 - Principais Produtos Oriundos da Pesca do Setor Pesqueiro que Atua no Rio Almada

Comunidade Pesqueira	Principais Produtos
São Miguel	Siri (<i>Callinectes</i> spp., outras)
	Robalo (<i>Centropomus</i> spp.)
	Camburim- Açú (<i>Centropomus</i> spp.)
	Cangoá (<i>Stellifer</i> spp.)
	Tainha (<i>Mugil</i> spp.)
São Domingos	Camarão (estuário) (<i>Litopenaeus</i> spp., outras)
	Siri (<i>Callinectes</i> spp., outras)
	Caranguejo (<i>Ucides cordatus</i>)
	Guaiamum (subsistência) (<i>Cardisoma guanhumi</i>)
Iguape	Camarão (estuário) (<i>Litopenaeus</i> spp.)
	Siri (<i>Callinectes</i> spp.)
	Caranguejo (<i>Ucides cordatus</i>)
São João	Guaiamum (subsistência) (<i>Cardisoma guanhumi</i>)
	Robalo (<i>Centropomus</i> spp.)
	Guaiamum (<i>Cardisoma guanhumi</i>)

Continua

Quadro 8.3.3.2.2 - Principais Produtos Oriundos da Pesca do Setor Pesqueiro que Atua no Rio Almada (Continuação)

Comunidade Pesqueira	Principais Produtos
Aritaguá	Robalo (<i>Centropomus</i> spp.)
	Carapeba (<i>Eugerres</i> spp.)
	Siri (<i>Callinectes</i> spp.)
	Carapicum (<i>Eucinostomus</i> spp.)
	Tainha (<i>Mugil</i> spp.)
	Curimã (<i>Mugil</i> spp.)
Sambaituba	Robalo (<i>Centropomus</i> spp.)
	Tucunaré (<i>Cichla</i> spp.)
	Bagre (soroba)
	Tilápia (<i>Oreochromis</i> spp, outras)
Urucutuca	Robalo (<i>Centropomus</i> spp.)
	Tucunaré (<i>Cichla</i> spp.)
	Bagre (soroba)
	Tilápia (<i>Oreochromis</i> spp, outras)

O robalo (*Centropomus* spp.) é tratado pela comunidade pesqueira como um produto importante. Porém pescadores de comunidades como Aritaguá e Sambaituba relataram escassez e falta de qualidade do produto, principalmente no que diz respeito ao tamanho dos espécimes observados no rio Almada. As comunidades se queixaram, durante as entrevistas, da escassez ou da ausência deste pescado área do estuário ou região límnic do rio Almada.

Apesar da carapeba e o robalo serem os principais peixes do setor pesqueiro que atua no estuário do rio Almada devido ao seu valor no mercado, a tainha e o curimã (*Mugil* spp.) são os produtos mais observados e com maior volume e número na composição das pescarias realizadas ao longo do rio Almada. A partir do **Quadro 8.3.3.2.3**, o qual foi elaborado juntamente com pessoas vinculadas ao setor pesqueiro que atua ao longo do rio Almada, é possível observar os períodos bons, médios e ruins para pesca de cada produto da pesca que ocorre ao logo do rio Almada: no estuário, ambiente límnic e áreas terrestres com é o caso do Guaiamum.

No **Quadro 8.3.3.2.3** ainda é possível se verificar a categorização dos produtos pesqueiros que ocorrem ao longo do rio Almada, conforme denominações e classificações tradicionais do próprio setor que atua no local.

A pesca no estuário do rio Almada é realizada pela maioria dos pescadores de modo desembarcado, ou seja, a pé. Esse tipo de pescaria é a mais frequente na área de estuários e manguezais do Brasil por demandar de infraestrutura simples, muitas vezes sem a necessidade de petrechos ou estruturas para acondicionamento e transporte do produto pesqueiro, como ocorre nos procedimentos de coleta manual ou técnicas de tapagem para pesca de caranguejo pescada pelas comunidades de São Domingos e Iguape, no manguezal.

A pesca do caranguejo (*Ucides cordatus*) ocorre no entorno de cada comunidade uma vez que o deslocamento é realizado a pé. O mesmo ocorre para a captura do Guaiamum (*Cardisoma guanhumi*), com a diferença da utilização de armadilhas e da área de pesca que fica situada nas áreas de ecótono restinga e mata atlântica que se limita com o ecossistema límnic e apicuns.

A pesca de camarão (*Litopenaeus* spp. outras) no estuário, apesar de ser proibida, é realizada por pescadores das comunidades de São Domingos e Iguape em áreas no entorno da própria comunidade.

O siri (*Callinectes* spp., outras) foi relatado como espécie principal para o estuário do rio Almada por pescadores da comunidade de São Miguel. Estes observaram que durante a maior parte do tempo trabalhavam embarcados para pesca de arrasto de camarão, mas no período do defeso deste, passavam a pescar siri no estuário como complemento da renda gerada pelo seguro defeso do camarão.

Quadro 8.3.3.2.3 - Importância de Cada Produto e Tempos de Pesca para os Produtos Oriundos da Pesca do Setor Pesqueiro que Atua no Rio Almada

Principais Produtos	Importância (qualidade para o mercado)	Tempo de pesca		
		Bom	Médio	Ruim
Siri (<i>Callinectes</i> spp., outras)	1 ^a .	Abr/ago	Outono e Primavera	Verão
Camarão (estuário) (<i>Litopenaeus</i> spp., outras)	1 ^a .	Verão	Outono e Primavera	Inverno
Caranguejo (<i>Ucides cordatus</i>)	2 ^a .	Mai/ago	Nov/fev	Set/out
Guaiamum (subsistência) (<i>Cardisoma guanhumí</i>)	2 ^a .	Verão	Outono e Primavera	Inverno
Peixes (diversos)	-	Set/fev	Mar/jun	Jul/ago
Tainha (<i>Mugil</i> spp.)	2 ^a .	Inverno	Outono e Primavera	Verão
Curimã (<i>Mugil</i> spp.)	2 ^a .	Inverno	Outono e Primavera	Verão
Cangoá (<i>Stellifer</i> spp.)	2 ^a .	Inverno	Outono e Primavera	Verão
Robalo (<i>Centropomus</i> spp.)	1 ^a .	Ago/fev	Mar/abr	Mai/jul
Camburim-açu (<i>Centropomus undecimalis</i>)	1 ^a .	Ago/fev	Mar/abr	Mai/jul
Carapeba (<i>Eugerres</i> spp.)	1 ^a .	Jul/fev	Outono e Primavera	Inverno
Carapicum (<i>Eucinostomus</i> spp.)	2 ^a .	Verão	Outono e Primavera	Inverno

Identificação e Caracterização dos Recursos Pesqueiros Utilizados na Costa Marinha

Avaliação participativa da composição dos organismos utilizados como recursos pesqueiros incluiu estatísticas pesqueiras disponíveis sobre a região, tais como dados secundários de desembarque que mostram dados de abundância para as espécies relevantes economicamente e consulta aos pescadores sobre a ocorrência das espécies ao longo do ano, bem como dados primários obtidos no âmbito dos procedimentos acordados para o diagnóstico ambiental.

Dados do IBAMA/CEPENE (2006) mostraram que ariacó (ariocó) (*Lutjanus synagris*), camarão-pequeno (*Xiphopenaeus kroyeri*), guaíuba (*Ocyurus chrysurus*) e guarajuba (*Carangoides bartholomaei*) foram as principais espécies capturadas no ano de 2005, conforme apresentado no **Quadro 8.3.3.2.4**. As outras espécies juntas totalizaram 807,1 Ton./ano, compondo 94,7% da captura total durante o ano. Vale a pena ressaltar que estes dados referem-se às pescarias desembarcadas no município de Ilhéus, não sendo específicos

para a Área de Influência do empreendimento. Pesca de peixe porem consegue maior rentabilidade devido aos preços praticados pelo mercado.

Quadro 8.3.3.2.4 - Principais Espécies Capturadas em Ilhéus – 2005 (ESTATPESCA)

Espécies	Toneladas	Toneladas (%)
Ariacó (<i>Lutjanus synagris</i>)	10,7	1,25
Camarão pequeno (<i>Xiphopenaeus kroyeri</i> , outras)	16,6	1,95
Guaiúba (<i>Ocyurus chrysurus</i>)	9,2	1,08
Guarajuba (<i>Carangoides bartholomaei</i>)	8,6	1,01
Outras	807,1	94,70
Total	852,2	100

Fonte: IBAMA/CEPENE, 2006

No **Quadro 8.3.3.2.5** é apresentada a composição qualitativa dos recursos pesqueiros observadas pelos pescadores nas pescarias realizadas nas áreas de pesca do mar da área de influência do empreendimento. Os produtos marcados de cinza, no quadro, foram observados pelas equipes de campo durante as amostragens padronizadas e amostragens não padronizadas na plataforma continental e na zona de arrebentação nas amostragens realizadas para o EIA/RIMA da Ponta da Tulha.

A correlação dos produtos pesqueiros com as espécies de peixe pode ser realizada a partir da verificação do **Quadro 8.3.3.2.5**, o qual apresenta a lista das espécies de peixes marinhos e estuarinos de potencial ocorrência e constatados em campo para áreas de manguezal, zona de arrebentação e plataforma continental das Áreas de Influência do empreendimento.

O **Quadro 8.3.3.2.5** foi elaborado a partir de entrevistas com representantes do setor pesqueiro de cada comunidade que discursou sobre a importância de cada espécie na sua comunidade. Deste modo, nesse quadro pode-se observar que o setor valorou os seus produtos por categoria, Tais como de primeira – 1, de segunda – 2, de terceira – 3, de quarta 4, sem valor de mercado – sem valor, isca e só para remédio. No **Quadro 8.3.3.2.5**, os nomes científicos foram atribuídos apenas para as espécies identificadas com nomes vulgares de conhecimento mais amplo. Aquelas espécies cujos nomes científicos não foram apresentados correspondem a denominações locais que não puderam ser ligadas a nomes científicos. Em alguns casos, a relação entre nomenclatura vulgar e científica foi confirmada por meio do site *fishbase* (www.fishbase.org - consultado em 16/07/2011).

Quadro 8.3.3.2.5 - Peixes Observados pelos Pescadores nas Pescarias Realizadas nas Áreas de Pesca do mar da Área de Influência do Empreendimento Porto Sul

Produto Pesqueiro	Importância
Cação-lixo (<i>Gynghimostoma cirratum</i>)	3
Cação-tintureira (<i>Galeocерdo cuvieri</i>)	3
Cação-frango (<i>Rhizoprionodon</i> spp.)	3
Cação-martelo (<i>Sphyrna</i> spp.)	2
Raia-elétrica (<i>Narcine</i> spp.)	3
Raia-viola (<i>Rhinobathus</i> spp.)	3
Raia-manteiga (<i>Dasyatis</i> spp.)	3
Ubarana-rato (<i>Elops saurus</i>)	3
Arraia pintada (<i>Aetobatus narinari</i>)	3

Continua

Quadro 8.3.3.2.5 - Peixes Observados pelos Pescadores nas Pescarias Realizadas nas Áreas de Pesca do mar da Área de Influência do Empreendimento Porto Sul (Continuação)

Produto Pesqueiro	Importância
Caramuru (<i>Gymnothorax</i> spp.)	4
Moréia (<i>Gymnothorax</i> spp.)	4
Moréia-pintada	4
Mututuca	4
Manjuba (<i>Anchoviella</i> spp.)	3
Sardinha-maçambê (<i>Opisthonema oglinum</i>)	4
Sardinha-xangó	4
Sardinha-cascuda (<i>Harengula clupeiola</i>)	4
Bagre	4
Bagre-fidalgo	4
Bagre-bandeira (<i>Bagre marinus</i>)	4
Bagre-amarelo	4
Niquim (<i>Thalassopyrna</i> spp.)	4
Peixe-morcego (<i>Ogocephalus</i> spp.)	4
Agulhão (<i>Strongylura</i> spp.)	4
Agulha-preta	4
Pariviva	Não vende
Jaguaraçá (<i>Holocentrus adcionensis</i>)	Sem valor
Cu-de-pinto	4
Peixe-cachimbo	Sem valor
Cavalo-marinho (<i>Hippocampus</i> spp.)	Sem valor
Cabrinha (<i>Trigla</i> spp.)	2
Robalo-barriga-mole (<i>Centropomus parallelus</i>)	1
Robalo (<i>Centropomus</i> spp.)	1
robalo-camurim (<i>Centropomus undecimalis</i>)	1
Jabu (<i>Cephalopholis fulva</i>)	4
Margarida (<i>Diplectrum</i> spp.)	Difícil ocorrer, sem valor
Mero-gato (<i>Epinephelus adcionensis</i>)	1
Mero-canapu (<i>Epinephelus itajara</i>)	3 proibido
Garoupa-são-tomé (<i>Epinephelus morio</i>)	2
Cherne (<i>Polyprion americanus</i>)	1
Badejo-quadrado (<i>Mycteroperca bonaci</i>)	1
Badejo (<i>Mycteroperca</i> sp.)	1
Mata-caboclo	3
Peixe-sabão (<i>Rypticus</i> spp.)	Não presta
Olho-de-cão (<i>Priacanthus</i> spp.)	1
Piranema (<i>Priacanthus</i> spp.)	Difícil ocorrer
Bom-nome (<i>Malacanthus plumieri</i>)	Isca
Rêmora –pegador (<i>Echeneis naucrates</i>)	Só serve para remédio
Bejupirá (<i>Rachycentrum canadus</i>)	2
Dourado (<i>Coryphaena hippurus</i>)	2
Guaricema (<i>Caranx chrysos</i>)	3

Continua

Quadro 8.3.3.2.5 - Peixes Observados pelos Pescadores nas Pescarias Realizadas nas Áreas de Pesca do mar da Área de Influência do Empreendimento Porto Sul (Continuação)

Produto Pesqueiro	Importância
Xaréu (<i>Caranx hippos</i>)	4
Graçari / graçaim (<i>Caranx latus</i>)	3
Xaréu-preto (<i>Caranx lugubris</i>)	3
Palombeta (<i>Oligopolites</i> spp.)	3
Guaibira	3
Xixarro-olho-de-boi (<i>Decapterus</i> spp.)	3
Peixe-galo (<i>Selene vomer</i>)	Isca
Olho-de-boi (<i>Seriola</i> spp.)	1
Pampo- espinha-mole (<i>Trachinotus</i> spp.)	1
Pampo- redondo (<i>Trachinotus</i> spp.)	1
Pampo- galhudo (<i>Trachinotus</i> spp.)	1
Saramonete-de-fundo	1
Cioba (<i>Lutjanus analis</i>)	1
Carapitanga (<i>Lutjanu alexendrei</i>)	3
Boca-negra (<i>Lutjanus bucanella</i>)	1
Dentão (<i>Lutjanus jocu</i>)	1
Vermelho (<i>Lutjanus</i> spp.)	1
Ariacó (<i>Lutjanus synagris</i>)	1
Vermelho-do-olho-amarelo (<i>Lutjanus vivanus</i>)	1
Guaiuba (<i>Ocyurus chrysurus</i>)	1
Paramirim	3
Carapicu-preto	4
Carapicu (<i>Eucinostomus</i> spp.)	4
Carapicu-branco (<i>Eucinostomus</i> spp.)	4
Sargo (<i>Anisotremus</i> spp.)	4
Sargo-de-beiço (<i>Anisotremus surinamensis</i>)	4
Roncador-branco (<i>Haemulon</i> spp.)	3
Quatinga (<i>Haemulon aurolineatum</i>)	sem valor
Biquara (<i>Haemulon plumierii</i>)	Isca - olho de boi e mero
Roncador-amarelo	3
Cutupá	4
Peixe-pena (<i>Calamus pennatula</i>)	Isca
Barbudo	3
Mírucaia	4
Pescada-amarela (<i>Cynoscion acoupa</i>)	1
Pescada-branca (<i>Isopisthus</i> spp.)	1
Pescada-dentão	1
Pescada	1
Pescadinha	3
Boca-torta	Sem valor
Papa-terra – corre-costa	Isca
Corvina	3

Continua

Quadro 8.3.3.2.5 - Peixes Observados pelos Pescadores nas Pescarias Realizadas nas Áreas de Pesca do mar da Área de Influência do Empreendimento Porto Sul (Continuação)

Produto Pesqueiro	Importância
Pescada-verdadeira	1 grande 2 pequena
Cabeça-dura	4
Conicosta corre-costa	Sem valor
Piaba-do-mar	Sem valor
Frade (<i>Pomacanthus</i> spp.)	4
Pirajica / piraji	1
Sargentinho (<i>Abudefduf saxatilis</i>)	Sem valor
Budião (<i>Sparisoma</i> spp., outras)	Sem valor
Barbeiro (<i>Acanthurus</i> spp.)	Sem valor
Barracuda (<i>Sphyraena barracuda</i>)	2
Bicuda (<i>Sphyraena picudilla</i>)	Sem valor
Espada (<i>Trichurus lepturus</i>)	Sem valor
Bonito/atum (<i>Euthynnus</i> spp.)	3
Sororoca (<i>Scomberomurus</i> spp.)	2
Cavala (<i>Scomberomurus</i> spp.)	2
Albacora (<i>Thunnus albacares</i>)	2
Jacumandá – jacundá	Sem valor
Linguado (<i>Paralichthys</i> spp.)	Sem valor
Língua-de-mulata	Sem valor
Peixe-porco (<i>Balistes</i> spp.)	Sem valor
Peixe-cofre Taoca (<i>Acanthostracion</i> spp.)	Sem valor
Baiacu	Sem valor
Baiacu-pintado (<i>Sphoeroides</i> spp.)	Sem valor
Baiacu-de-espinho (<i>Diodon</i> spp.)	Sem valor
Peixe-lua (<i>Mola mola</i>)	Sem valor

A análise do **Quadro 8.3.3.2.5** mostra a ocorrência de 25 produtos de primeira (1) e nove de segunda (2), os quais possuem os melhores preços no mercado de peixes. De primeira são: pescada-verdadeira, robalo-barriga-mole, robalo, robalo-camurim-açu, mero-gato, cherne, badejo-quadrado, badejo, olho-de-boi, pampo-espinha-mole, pampo-redondo, pampo-galhudo, saramonete-de-fundo, cioba, boca-negra, dentão, vermelho, ariocó, vermelho-do-olho-amarelo, guaiuba, pescada-amarela, pescada-branca, pescada-dentão, pescada, pirajica – piraji. De Segunda: cabrinha, cação-martelo, garoupa-são-tomé, bejupirá, dourado, barracuda, sororoca, cavala e albacora.

Através da análise do quadro nota-se que alguns produtos variam de categoria de importância para o setor de acordo com o seu tamanho, qualidade e localização da área de pesca. A pescada verdadeira grande é peixe de primeira, porém a pequena é de segunda. O cação-martelo foi enquadrado como peixe de segunda, mas de acordo com as informações coletadas existem duas qualidades de tubarão-martelo: um de carne branca, que é vendido como peixe de segunda; e o de carne escura que de quarta categoria. Também é verificada a importância da biquara (*Haemulon plumieri*) como isca para o olho-de-boi e o mero, dois dos mais importantes produtos pesqueiros da costa na área de influência direta - AID do empreendimento.

Os peixes de terceira e quarta foram os identificados como os peixes que a embarcação deixa para os pescadores comercializarem. São eles: cação-lixia, cação-tintureira, cação-frango, raia-elétrica, raia-viola, raia-manteiga, ubarana-rato, arraia-pintada, caramuru, moréia, moréia-pintada, mututuca, manjuba, sardinha-maçambê, sardinha-xangó, sardinha-cascuda, bagre, bagre-fidalgo, bagre-bandeira, bagre-amarelo, niquim, peixe-morcego, tainha, agulhão, agulha-preta, cu-de-pinto, jabu, mata-caboclo, peixe-sabão, guaricema, xaréu, graçari/graçaim, xaréu-preto, palombeta, guaibira, xixarro-olho-de-boi, carapitanga, paramirim, carapicu-preto, carapicu, carapicu-branco, sargo, sargo-de-beiço, roncadador-branco, roncadador-amarelo, cutupá, barbudo, mirucaia, pescadinha, corvina, cabeça-dura, frade e bonito/atum.

É importante salientar que existe mercado para a comercialização de cações, raias, corvina, bonito, atum, porém a pesca de Ilhéus não é organizada para este mercado, o qual exige melhores qualificações na estrutura de acondicionamento, conservação e transporte.

A espécie alvo nas pescarias da área estudada para pesca de arrasto do camarão é basicamente o camarão-rosa (*Farfantepenaeus brasiliensis*). No entanto, grande quantidade de peixes é capturada de maneira não direcionada, configurando-se o *by catch*. Em termos gerais, os principais grupos de peixes pescados, como fauna acompanhante do camarão são: as arraias e pequenos tubarões (Dasyatidae e Charcharinidae), as carapebas e carapicus (Gerreidae), as pescadas e afins (Sciaenidae) e os linguados e afins (Paralichthyidae).

Das 312 espécies inventariadas como de potencial ocorrência nas Áreas de Influência do empreendimento e região adjacente, cerca de 25% possuem algum interesse econômico para a região. No **Quadro 8.3.3.2.6**, são apresentadas as espécies baseadas em listas apresentadas pelas estatísticas pesqueiras (BAHIA PESCA, 2003; MMA 2005, 2007); entretanto, devido à deficiência dessas informações, essa listagem deve ser lida como complemento à valoração dada pelo setor pesqueiro.

Dentre essas espécies de interesse comercial, merecem destaque para a área em questão, aquelas das famílias Mugilidae (tainhas), Centropomidae (robalos), Serranidae (meros e garoupas), Coryphaenidae (dourados), Carangidae (xaréus), Lutjanidae (vermelhos) e Scombridae (atuns e cavalas), as quais, em conjunto, são responsáveis por pouco mais da metade de toda a produção de pescado na região (MMA 2005, 2007).

As tainhas e os robalos são exploradas nos estuários e praias da região a partir de redes de espera, tarrafas e calão. As demais espécies são exploradas em zonas mais profundas, principalmente pelo uso de linhas simples e espinhéis em razão de elas habitarem áreas de fundo consolidado, principalmente os vermelhos, garoupas e meros. Como já mencionado, é importante reafirmar que algumas dessas espécies exploradas comercialmente estão enquadradas em alguma categoria de ameaça. Para mais detalhes sobre isso verificar o capítulo do diagnóstico da ictiofauna marinha.

Quadro 8.3.3.2.6 - Lista de Espécies de Peixes Marinhos e Estuarinos nas Áreas de Influência do Empreendimento, que Apresentam interesse Econômico na Região

Nome do Táxon	Nome Popular
CHONDRICHTHYES	
Ginglymostomatidae	
<i>Ginglymostoma cirratum</i>	cação-lixá
Carcharhinidae	
<i>Carcharhinus</i> spp.	cação
<i>Galeocerdo cuvier</i>	cação-tintureira
Sphyrnidae	
<i>Sphyrna</i> sp.	cação-martelo
Rhinobatidae	
<i>Rhinobatos</i> spp.	raia-viola
Dasyatidae	
<i>Dasyatis</i> spp.	raia
ACTINOPTERYGII	
Engraulidae	
<i>Anchovia</i> sp.	
<i>Anchoviella</i> sp.	manjuba
Clupeidae	
<i>Opisthonema oglinum</i>	sardinha-maçambê
Ariidae	
<i>Bagre</i> spp.	bagre
<i>Cathorops spixii</i>	bagre-amarelo
Mugilidae	
<i>Mugil</i> spp.	tainha
Hemiramphidae	
<i>Hemirhamphus brasiliensis</i>	agulha-preta
Centropomidae	
<i>Centropomus</i> spp.	robalo
Serranidae	
<i>Epinephelus itajara</i>	mero-canapu
<i>Epinephelus mystacinus</i>	
<i>Epinephelus niveatus</i>	cherne
<i>Mycteroperca bonaci</i>	
<i>Mycteroperca interstitialis</i>	badejo-quadrado
Rachycentridae	
<i>Rachycentron canadum</i>	bejupirá
Coryphaenidae	
<i>Coryphaena hippurus</i>	dourado
Carangidae	
<i>Caranx hippos</i>	xaréu
<i>Caranx crysos</i>	guaricema
<i>Selar crumenophthalmus</i>	xixarro
<i>Seriola lalandi</i>	olho-de-boi
Lutjanidae	
<i>Lutjanus analis</i>	Cioba
<i>Lutjanus cyanopterus</i>	Caranha
<i>Lutjanus jocu</i>	Dentão
<i>Lutjanus synagris</i>	Ariocó
<i>Lutjanus</i> spp.	Vermelho
<i>Ocyurus chrysurus</i>	Guaiuba
Gerreidae	
<i>Diapterus</i> spp.	Carapeba
Haemulidae	
<i>Haemulon plumiei</i>	Biquara
Sparidae	
<i>Calamus pennatula</i>	peixe-pena

Continua

Quadro 8.3.3.2.6 - Lista de Espécies de Peixes Marinhos e Estuarinos nas Áreas de Influência do Empreendimento, que Apresentam interesse Econômico na Região

Continuação

Nome do Táxon	Nome Popular
Sciaenidae	
<i>Cynoscion</i> spp.	Pescada
<i>Larimus breviceps</i>	boca-torta
<i>Micropogonias furnieri</i>	Corvina
Mullidae	
<i>Pseudupeneus maculatus</i>	Salmonete
Scaridae	
<i>Scarus trispinosus</i>	Budião
<i>Sparisoma</i> spp.	Budião
Sphyraenidae	
<i>Sphyraena</i> spp.	Bicuda
Trichiuridae	
<i>Trichiurus lepturus</i>	espada
Scombridae	
<i>Euthynnus alleteratus</i>	bonito, atum
<i>Scomberomorus brasiliensis</i>	sororoca
<i>Scomberomorus cavalla</i>	cavala
<i>Thunnus</i> spp.	albacora
Balistidae	
<i>Balistes vetula</i>	peixe-porco

De acordo com as entrevistas com representantes e trabalhadores do setor pesqueiro as espécies que mais são pescadas entre os meses de março a setembro são peixes de primeira como vermelho, cioba, dentão, olho-de-boi e badejo. Também foram citadas espécies consideradas de segunda categoria para este período: cavala, guaiúba e guaricema conforme **Quadro 8.3.3.2.7** o qual apresenta os melhores e piores tempos para as principais espécies para o setor pesqueiro com ocorrência para a área.

Quadro 8.3.3.2.7 - Principais Produtos Pesqueiros com Tempo Bom, Médio e Ruim para Pescaria

Produto Pesqueiro	Importância	Tempo de pesca		
		Bom	Médio	Ruim
Cabrinha (<i>Trigla</i> sp.)	Segunda	inverno	outono-primavera	dez-mar
Robalo-barriga-mole (<i>Centropomus parallelus</i>)	Primeira	maio-ago	final do verão	dez-mar
Robalo (<i>Centropomus</i> spp.)	Primeira	maio-ago	mar-mai	dez-mar
Robalo-camurim-açu (<i>Centropomus undecimalis</i>)	Primeira	maio-ago	outono-primavera	dez-mar
Mero-gato (<i>Epinephelus adscensionis</i>)	Primeira			Sempre
Garoupa-são-tomé (<i>Epinephelus morio</i>)	Segunda	inverno	outono-primavera	Verão
Cherne (<i>Polyprion americanus</i>)	Primeira		Inverno	
Badejo-quadrado (<i>Mycteroperca bonaci</i>)	Primeira	Mai-set	out-nov/abr	dez-mar
Badejo (<i>Mycteroperca</i> spp.)	Primeira	Mai-set	out-nov/abr	dez-mar
Bejupirá (<i>Rachycentrum canadus</i>)	Segunda	sempre		
Dourado (<i>Coryphaena hippurus</i>)	Segunda	verão	outono-primavera	Inverno
Olho-de-boi (<i>Seriola</i> spp.)	Primeira	mar-mai	jun-nov	Verão
Pampo- espinha-mole (<i>Trachinotus</i> spp.)	Primeira			Sempre
Pampo-redondo (<i>Trachinotus</i> spp.)	Primeira			Sempre

Continua

Quadro 8.3.3.2.7 - Principais Produtos Pesqueiros com Tempo Bom, Médio e Ruim para Pescaria
 (Continuação)

Produto Pesqueiro	Importância	Tempo de pesca		
		Bom	Médio	Ruim
ampo- galhudo (<i>Trachinotus</i> spp.)	Primeira			Sempre
Saramonete-de-fundo (<i>Etelis oculatus</i>)	Primeira	inverno	outono-primavera	Verão
Cioba (<i>Lutjanus analis</i>)	Primeira	inverno	outono-primavera	Verão
Boca-negra (<i>Lutjanus buccanella</i>)	Primeira	inverno	outono-primavera	Verão
Caranha (<i>Lutjanus cyanopterus</i>)	Segunda	inverno	outono-primavera	Verão
Dentão (<i>Lutjanus jocu</i>)	Primeira	inverno	outono-primavera	Verão
Vermelho (<i>Lutjanus</i> spp.)	Primeira	inverno	outono-primavera	Verão
Ariacó (<i>Lutjanus synagris</i>)	Primeira	inverno	outono-primavera	Verão
Vermelho-do-olho-amarelo (<i>Lutjanus vivanus</i>)	Primeira	inverno	outono-primavera	Verão
Guaiúba (<i>Ocyurus chrysurus</i>)	Primeira	inverno	outono-primavera	verão
Carapeba-rio (<i>Diapterus</i> sp. ou <i>Eugerres</i> sp.)	Primeira	verão	outono-primavera	inverno
Pescada-amarela (<i>Cynoscion acoupa</i>)	Primeira	verão	outono-primavera	inverno
Pescada-branca (<i>Isopisthus</i> sp.)	Primeira	verão	outono-primavera	inverno
Pescada-dentão	Primeira	verão	outono-primavera	inverno
Pescada	Primeira	verão	outono-primavera	inverno
Cangoá / curiman	Segunda	inverno	outono-primavera	verão
Pirajica / piraji	Primeira	inverno	outono-primavera	verão
Barracuda (<i>Sphyraena barracuda</i>)	Segunda	sempre		
Sororoca (<i>Scomberomorus</i> spp.)	Segunda	verão	outono-primavera	inverno
Cavala (<i>Scomberomorus</i> sp.)	Segunda	verão	outono-primavera	Inverno
Albacora (<i>Thunnus alalunga</i>)	Segunda	verão	outono-primavera	Inverno

Obs.: em cinza – recursos observados na área pela equipe de pesquisa

Caracterização Participativa da Dinâmica Pesqueira no Estuário e Ambiente Límico do Rio Almada e na Costa Marinha Incluindo Dados de Produção e Sazonalidade de Pesca

A dinâmica pesqueira na ADA, AID e AII no rio Almada e na costa marinha se diferenciam devido ao maior esforço aplicado na área marinha do que no estuário.

– Estuário

A produção observada para os principais produtos pesqueiros do estuário do rio Almada se constitui basicamente do siri e de peixes. Devido à ocorrência de poucas espécies com tamanho e qualidade exigidas pelo mercado, e também devido à própria classificação e tratamento dado aos produtos estuarinos, os peixes foram apresentados no **Quadro 8.3.3.2.8** como um produto único. Mas no **Quadro 8.3.3.2.9** podem ser observados todos os produtos considerados importantes pelo setor pesqueiro que atua no rio Almada. É importante observar que o caranguejo e o guaiamum que já foram espécies importantes para a região foram citadas como espécies de importância secundária para as comunidades que utilizam o rio Almada.

A pesca no estuário e ambiente límico do rio Almada apresenta-se como economia secundária. Esse entendimento pode ser obtido através das entrevistas de campo, quando os pescadores relatavam ter como outras ocupações a agricultura ou a pesca marinha, já que ambas rendem mais do que a pesca ao longo do rio. Outra coisa observada foi que o tempo

utilizado para pesca no estuário é maior no inverno do que no verão, quando os preços de mercado dos produtos pesqueiros estão mais altos (**Quadro 8.3.3.2.10**).

Os principais produtos pesqueiros do rio Almada têm o seu período bom de pesca no inverno. Deste modo, como se pode observar no **Quadro 8.3.3.2.9**, os maiores volumes são pescados nesse período. Porém, os preços mais elevados são praticados no verão. Nesse período as comunidades dedicam um tempo maior às atividades agrícolas e à pesca marinha.

Quadro 8.3.3.2.8 - Resumo da Produção no Estuário e Ambiente Límico do Rio Almada

Principais Produtos	Tempo de pesca			Produção (Kg/dia)			Preço			Preço (R\$/kg)		
	Bom	Médio	Ruim	Bom	Médio	Ruim	Bom	Médio	Ruim	Bom	Médio	Ruim
Siri	abr-ago	out-pri	Verão	20	10	2	verão	out-pri	inverno	12,5	10	9
Peixes	set-fev	mar-jun	jul-ago	100	20	8	verão	out-pri	inverno	18	10	4

Quadro 8.3.3.2.9 - Produção dos Produtos Considerados Importantes pelo Setor Pesqueiro que Atua no rio Almada

Principais Produtos	Tempo de pesca			Produção (em unidade, Kg ou corda/dia)		
	bom	Médio	Ruim	Bom	Médio	Ruim
Siri (<i>Callinectes</i> spp.)	abr-ago	out-pri	verão	20 kg	10 kg	2 kg
Camarão (estuário) (<i>Litopenaeus</i> spp.)	verão	out-pri	inverno	2 kg	1 kg	0,5 kg
Caranguejo (<i>Ucides cordatus</i>)	mai-ago	nov-fev	set-out	12 cordas	8 cordas	4 cordas
Guaíamum (subsistência) (<i>Cardisoma guanhumi</i>)	verão	out-pri	inverno	15 Unidades	10 Unidades	5 Unidades
Peixes (diversos)	-	-	-	100 kg	20 kg	8 kg
Tainha (<i>Mugil</i> sp.)	inverno	out-pri	verão	80 kg	20 kg	8 kg
Curimã (<i>Mugil</i> sp.)	inverno	out-pri	verão	50 kg	20 kg	8 kg
Cangoá (<i>Stellifer</i> sp.)	inverno	out-pri	verão	50 kg	20 kg	8 kg
Robalo (<i>Centropomus</i> sp.)	ago-fev	mar-abr	maio-jul	10 kg	3 kg	0
Camurim-açu (<i>Centropomus undecimalis</i>)	ago-fev	mar-abr	maio-jul	10 kg	3 kg	0
Carapeba (<i>Eugerres</i> sp., <i>Diapterus</i> sp.)	jul-fev	out-pri	inverno	10 kg	3 kg	0
Carapicum (<i>Eucinostomus</i> sp.)	verão	out-pri	inverno	10 kg	3 kg	0

Quadro 8.3.3.2.10 - Preços Praticados para Cada Produto Pesqueiro do Estuário em Diferentes Períodos do Ano

Principais Produtos	Tempo para Preço			Preço (R\$/kg)		
	Bom	Médio	Ruim	Bom	Médio	Ruim
Siri (<i>Callinectes</i> spp.)	verão	out-pri	inverno	12,5	10	9
Camarão (estuário) (<i>Litopenaeus</i> spp.)	verão	out-pri	inverno	15	10	5
Caranguejo (<i>Ucides cordatus</i>)	verão	out-pri	inverno	96 (corda)	64 (corda)	32 (corda)
Guaíamum (subsistência) (<i>Cardisoma guanhumi</i>)	verão	out-pri	inverno	15 (unidade)	10 (unidade)	5 (unidade)
Tainha (<i>Mugil</i> spp.)	verão	out-pri	inverno	5	4	3
Curimã (<i>Mugil</i> spp.)	verão	out-pri	inverno	5	4	3
Cangoá (<i>Stellifer</i> spp.)	verão	out-pri	inverno	5	4	3

Continua

Quadro 8.3.3.2.10 - Preços Praticados para Cada Produto Pesqueiro do Estuário em Diferentes Períodos do Ano (Continuação)

Principais Produtos	Tempo para Preço			Preço (R\$/kg)		
	Bom	Médio	Ruim	Bom	Médio	Ruim
Robalo (<i>Centropomus</i> sp.)	verão	out-pri	inverno	18	13	7
Camburim-açu (<i>Centropomus undecimalis</i>)	verão	out-pri	inverno	14	10	7
Carapeba (<i>Eugerres</i> sp., <i>Diapterus</i> spp.)	verão	out-pri	inverno	10	7	5
Carapicum (<i>Eucinostomus</i> spp.)	verão	out-pri	inverno	5	4	3

– Costa Marinha

A área de estudo é caracterizada por apresentar uma plataforma continental estreita (menos de 20 milhas náuticas de largura) que favorece o acesso das pequenas embarcações das frotas locais aos recursos oceânicos, como o espadarte, atuns e espécies afins, que ocorrem em maior abundância junto à borda da plataforma e talude continentais.

A sazonalidade da atividade pesqueira é ditada por três diferentes tipos de “tempos”: o tempo das espécies e das migrações; o tempo da reprodução e do defeso; o tempo do vento, da chuva, do sol e das estações do ano, no sentido climático do termo.

O tempo das espécies migratórias é um fator que atinge especialmente as atividades de pesca industrial, realizadas nas “zonas de fora” e direcionadas à captura de recursos oceânicos, como espadarte, atuns e espécies afins.

Os desembarques da frota linheira que opera no sul da Bahia apresentam uma sazonalidade bem marcada. A captura de peixes recifais, conhecidos popularmente pelos pescadores como peixe-de-fundo, guaiúba, vermelho e badejo, é mais intensa a partir de março, com maiores volumes de desembarques durante os meses das estações do inverno e da primavera. A partir de outubro, a produção tende a cair gradualmente até fevereiro.

Nos meses do verão, as frotas locais dirigem o esforço de pesca também para a captura de espécies pelágicas, como dourados, albacoras (atuns), agulhões, bonitos e cavalas, disponíveis na área de pesca (SAMPAIO *et al.*, 1999). Essas espécies são conhecidas popularmente como “peixes-boiados” (peixes pelágicos), devido a sua característica de habitar próximo à superfície. Segundo dados do Revizee (2006), essa produção costuma estar concentrada em zonas denominadas pelos pescadores de “baixios”, que na verdade correspondem aos locais de quebra da batimetria da plataforma continental. Existem baixios de terra (quebra entre 50-70m a 100m) e baixios de fora (quebra entre 70-100 m e 200 m) distribuídos em toda a costa do estado da Bahia.

Outra pescaria de linha importante na costa baiana, durante o verão, é aquela dirigida à caranha (*Lutjanus cyanopterus*) em áreas de agregação para desova, denominadas “caranheiros”, que são explorados anualmente, em períodos de lua minguante para crescente, nos meses de janeiro e fevereiro (MATSUI, 1999). É importante observar que mesmo pouco citada pelo setor pesqueiro, os estudos desenvolvidos na área mostram que essa espécie utiliza os regos ou caranheiros como sítios de agregação reprodutiva das caranhas, com exemplares que ultrapassam os 60-70 kg que se juntam para a desova e depois se dispersam. A pesca destes peixes é feita com linha e anzol.

Na pesca do camarão, de acordo com as estações do ano, as profundidades das lamas utilizadas podem variar. As pescarias de verão, dos grandes barcos produtores de camarão do município de Ilhéus, realizam-se, prioritariamente, nas profundidades de 30 e 40 m. No inverno, aumenta a produtividade do camarão-rosa (*Farfantepenaeus brasiliensis*) e do sete-barbas (*Xyphopeneus kroyeri*).

Os resultados do ESTATPESCA, em 2005, atestam o relato dos pescadores sobre o período mais produtivo da pesca nessa região, segundo eles, o inverno. As maiores capturas se realizaram entre os meses de maio e outubro (**Quadro 8.3.3.2.11**). Ressalta-se que os dados são para os desembarques no município de Ilhéus e não refletem as capturas na AID do empreendimento.

Quadro 8.3.3.2.11 - Produção Mensal Pesqueira - Município de Ilhéus, 2005

Mês	Toneladas
Janeiro	51,5
Fevereiro	51,4
Março	77,9
Abril	77,4
Maio	99,1
Junho	79,0
Julho	78,6
Agosto	66,2
Setembro	85,9
Outubro	80,7
Novembro	52,9
Dezembro	51,6
Total	852,2

Fonte: IBAMA/CEPENE, 2006

- Identificação e Caracterização da Atividade Pesqueira

A partir da avaliação da localização das principais áreas de pesca do setor pesqueiro que atua na ADA, AID e na AII, conforme as análises dos resultados das observações de campo (**Anexo 8.3.3.2.1**) verificou-se que a modificação da localização do empreendimento do Porto Sul da Ponta da Tulha para a área atualmente pleiteada junto ao IBAMA, fez com que as principais áreas de pesca marinha ficassem mais distantes da ADA, porém as mesmas estão sendo consideradas como AID e AII.

O aumento da distância das áreas de pesca de linha para a ADA representa uma minimização dos impactos advindos da atividade portuária. Deste modo, avalia-se que haverá uma menor interferência na atividade pesqueira das comunidades situadas na AID onde predomina a pesca de linha, como apresentado a seguir.

A partir da análise dos dados do **Anexo 8.3.3.2.1** pode-se constatar que, apesar da ADA não incluir áreas de pesca de linha, ela está inserida em duas áreas utilizadas para pesca de arrasto para o camarão por comunidades situadas na AID: a **Lama da Conceição** e a **Lama da Juerana**.

Identificação e Caracterização da Infraestrutura do Setor Pesqueiro

– Petrechos

Os tipos de instrumentos utilizados na captura de determinadas espécies de pescado definem as modalidades de pesca praticadas na costa de Ilhéus. Os aparelhos ou instrumentos de pesca utilizados são conhecidos por nomes distintos, que variam de acordo com a localidade. Os que foram verificados na área de estudo estão listados no **Quadro 8.3.3.2.12**, apresentado a seguir.

Os principais petrechos utilizados pelos pescadores do município de Ilhéus são a linha e o anzol, a rede de arrasto, as redes de espera e a rede de emalhar. A pesca de linha e anzol é direcionada à captura de peixes nas áreas mais distantes da costa ou nos estuários. As redes de arrasto são utilizadas na pesca do camarão. As redes de espera e de malhar podem ser utilizadas no mar ou nos estuários, para captura de peixes, camarão ou lagosta.

Quadro 8.3.3.2.12 - Petrechos de Pesca Utilizados na Área de Estudo

Tipo	Nome Popular	Características	Espécies Capturadas
Arrasto	Rede de arrasto, rede de arrasto de porta	Rede de <i>nylon</i> composta por três partes distintas: a manga, o corpo e o saco.	Camarão
Arrasto de praia	Arrasto	Rede tracionada com as mãos. Utilizada geralmente com o auxílio de barco a vela.	Peixes em geral
Caçoeira	Caçoeira, lagosteira, caçoeira para lagosta	Rede de espera.	Lagosta
Curral	Camboa, tapagem ou curral	Armadilha fixa, construída, em geral, por estaqueamento próximo à zona de maré, com o propósito de conter os peixes no seu interior.	Peixes em geral
Tapesteiro	Tapesteiro ou tapa mangue	Armadilha fixa na forma de “parede com porta”, confeccionada com taquaras revestidas com tela.	Peixes em geral
Espinhel	Groseira ou espinhel	Consiste em uma linha principal de <i>nylon</i> torcido, de onde saem linhas secundárias com anzóis em suas extremidades. A linha principal distende-se horizontalmente sobre a lâmina d’água e as secundárias, verticalmente.	Atuns e afins, peixes nobres de fundo, peixes em geral
Linha	Linha de curso, linha de mão, linha de fundo, linha de superfície, anzol	Resume todas as pescarias feitas com linhas, de fundo ou superfície realizadas manualmente pelo homem.	Peixes em geral
Manzuá	Covo lagosta, manzuá, manzuá lagosta, gaiola	Armadilha de fundo semifixa, revestida de arame e/ou <i>nylon</i> , possui uma entrada chamada sanga.	Lagosta
Manzuá-peixe	Manzuá, manzuá peixe	Armadilha de fundo semifixa, com formato hexagonal, tem uma entrada designada de sanga. É confeccionada com palheta (cana-brava).	Peixes
Mergulho livre	Mergulho	Mergulho em águas rasas, utilizando bicheiro, pés-de-pato e máscara.	Lagosta e outras espécies em geral
Rede de cerco	Calão, rede de cerco	Rede confeccionada com <i>nylon</i> , que tem como objetivo cercar o cardume, sendo utilizada por pequenas embarcações motorizadas ou a vela.	Peixes, lagosta, gastrópodes, arraia e camarão

Continua

Quadro 8.3.3.2.12 - Petrechos de Pesca Utilizados na Área de Estudo (Continuação)

Tipo	Nome Popular	Características	Espécies Capturadas
Rede de espera	Rede de emalhar ou de acordo com a espécie: sauneira, tainheira, bagreira, serreira, corvineira, sardineira, etc.	Compreende as diversas redes em que os peixes ficam emalhados em sua panagem.	Tainha, bagre, serra, corvina, arraia, sardinha, etc.
Tarrafa	Tarrafa	Rede que, quando lançada sobre o cardume, se abre formando um cerco.	Vermelho, bodião, carapitanga, pequenos tubarões, arraias, etc.
Bomba	Bomba	Bombas e explosivos que são lançados ao mar e aos estuários, matando não só os peixes como também todos os seres vivos presentes na área da explosão.	Peixes em geral
Jequi	Jequi ou covo	Armadilhas confeccionadas com casca de canabava trançada manualmente, apresentando sempre a mesma forma, porém, os tamanhos e as iscas variam conforme o organismo a ser capturado.	Lagostas, siris e peixes nobres

Fonte: Modificado de IBAMA/CEPENE/BAHIA PESCA, 1999.

– Rio Almada

A partir das observações e entrevistas com representantes do setor pesqueiro que atuam ao longo do rio Almada verificou-se que as comunidades pesqueiras que atuam nesta área utilizam principalmente os seguintes petrechos de pesca: rede de espera, rede de cerco, rede de reça (acai), gereré, siripóia, munzuá, tarrafa, mergulho, anzol, varinha (com cordão), linha e ratoeira.

A pesca do peixe, principal produto pesqueiro no estuário, é realizada com rede de espera, rede de cerco (**Figura 8.3.3.2.1**), rede de reça (acai), tarrafa e linha (anzol) (**Figura 8.3.3.2.2** e **8.3.3.2.3**) e manzuá (**Figura 8.3.3.2.4**). As comunidades que pescam na barra do marinho pescam de mergulho. Isso é raro entre as comunidades que vivem ao longo do rio Almada. A siripóia (**Figura 8.3.3.2.5**) é o petrecho identificado para a pesca do siri, o qual constitui o segundo produto mais importante na economia das comunidades pesqueiras que vivem ao longo do rio Almada.



Figura 8.3.3.2.1 - Rede de Cerco para Pesca de Peixe



Figura 8.3.3.2.2 - Pesca de Peixe com Tarrafa



Figura 8.3.3.2.3 - Pesca de Peixe com Linha (e Anzol)



Figura 8.3.3.2.4 - Manzuá para Pesca de Peixes



Figura 8.3.3.2.5 - Confeção de Siripóia para a Pesca de Siri



Outro produto considerado importante para a pesca estuarina é o camarão. A pesca de camarão no estuário e no ambiente límnic do rio é realizada com o jereré (**Figura 8.3.3.2.6**) através da atividade com denominação de origem tupi “bater burara”. Batendo burara, também se pode obter uma série de peixes que não se constituem produtos comercializáveis devido às suas qualidades e tamanho.



Figura 8.3.3.2.6 - Jereré para Pesca de Camarão e Peixes no Estuário e no Ambiente Límnic Através da Técnica de Bater Burara

O caranguejo é o terceiro produto em importância para economia das comunidades pesqueiras e sua captura é feita através de coleta manual intercalada com técnicas de tapagem, a qual consiste da tapagem de buracos forçando o caranguejo a retirar a lama colocada (tapagem), ficando assim mais fácil de ser coletado. A pescaria inicia no começo da maré vazante e é concluída com o início da maré enchente e dura em média 6h por pescador, o qual é denominado de caranguejeiro.

A varinha com cordão é utilizada na pesca do aratu e é uma pescaria que dura cerca de 5 horas por pescador. A pesca ocorre a partir da atração do aratu com iscas. Após beliscar as iscas amarradas a um cordão, o mesmo é capturado e colocado em baldes ou cestos.

A ratoeira é um petrecho utilizado para a pesca do guaiamum a qual é realizada na área de restinga ou mata atlântica em áreas terrestres com influência límfnica do rio. Os pescadores colocam de 12 a 30 armadilhas, denominadas ratoeiras, de um dia para o outro. A pescaria dura cerca de 24 h. Esse é o tempo entre a distribuição das armadilhas em campo e o retorno para verificação das mesmas pelo pescador.

– Mar

O estudo da BAMIN realizado para a Ponta da Tulha junto às embarcações que atuam em Ilhéus, na Área de Influência do empreendimento, mostra que dentre as artes de pesca utilizadas pelo setor pesqueiro observa-se a predominância de linha de mão e rede de arrasto, sendo que o uso de outros métodos de captura fica restrito a apenas 6% da frota. Cerca de 41% dos pescadores embarcados utilizam a linha de mão e 37% usam rede de arrasto simples (**Quadro 8.3.3.2.13**). Pescadores sem embarcação também utilizam a tarrafa para obtenção de iscas e subsistência na área (**Figura 8.3.3.2.7**).



Figura 8.3.3.2.7 - Pesca com Tarrafa em Mamoã

As comunidades da Barra do Almada, São Miguel, Pontal e Prainha utilizam rede de arrasto simples e linha para peixes. Elas realizam pesca comercial de pequeno porte artesanal, face à característica restritiva de atuação e defasagem tecnológica.

As observações no campo revelaram que para a pesca de linha existe um esforço direcionado em alguns pesqueiros onde se espera concentrar a captura em grupos como cabeçudos, xáreus e afins (Carangidae), pescadas e afins (Sciaenidae), vermelhos e afins (Lutjanidae) e cavalas, sororocas e afins (Scombridae). Trata-se de uma modalidade de pesca que não demanda longos períodos de dias em um mesmo pesqueiro. A produtividade do primeiro dia será o

direcionador do esforço de pesca e caso a produção seja baixa, deslocam-se com facilidade para outros pesqueiros.

A partir das entrevistas com o setor pesqueiro e do conhecimento da biologia dos organismos que compõem a lista de produtos pesqueiros da região estudada, avaliou que provavelmente os locais de pesca são áreas que apresentam fundo consolidado (recifes) que atraem as espécies demersais e pelágicas que se constituem no alvo dessa pescaria (são todas espécies características de ambientes recifais).

O comportamento observado para a pesca de linha no que trata do período de desenvolvimento da atividade pesqueira e da avaliação da produtividade para direcionamento de pesqueiros também foi verificado para as redes oceânicas de emalhar, utilizadas pelos jangadeiros.

Quadro 8.3.3.2.13 - Artes de Pesca Utilizadas pelo Setor Pesqueiro que Atua Embarcado nos Territórios de Pesca do Município de Ilhéus

Arte de Pesca	Frequência	
	Absoluta	Relativa
linha de mão	30	41,1
rede de arrasto simples	27	37,0
linha de mão e rede de arrasto simples	11	15,1
caçoeira	1	1,4
manzuá	1	1,4
linha de mão e manzuá	1	1,4
rede de emalhe e manzuá	1	1,4
rede de emalhar	1	1,4
Total	73	100

Fonte: Filho *et al.* 2011

Além do uso da tarrafa por pescadores que atuam desembarcados verificou-se o uso da rede de cerco (**Figura 8.3.3.2.8**) a partir da prática denominada de calão (**Figura 8.3.3.2.9**). Na pesca de calão de praia a captura se dá mediante grandes redes de cerco, as quais partem da zona de arrebentação praiar até algumas centenas de metros em direção ao infralitoral. Nessa pesca, a diversidade de espécies de peixes capturada é elevada. O uso da rede denominada de mariquita (rede de cerco) por se tratar de um petrecho não seletivo, permite a captura de indivíduos geralmente de tamanho e qualidade que refletem no baixo valor comercial dos pescados resultantes da pescaria. Os grupos mais capturados são as sardinhas e afins (Clupeidae e Engraulidae), pequenas pescadas e afins (Scianidae), cavalinhas (Scombridae), linguados e afins (Paralichthyidae e Cynoglossidae) e cabeçudos, pampos e afins (Carangidae).



Figura 8.3.3.2.8 - Calão de Mariquita em Mamão

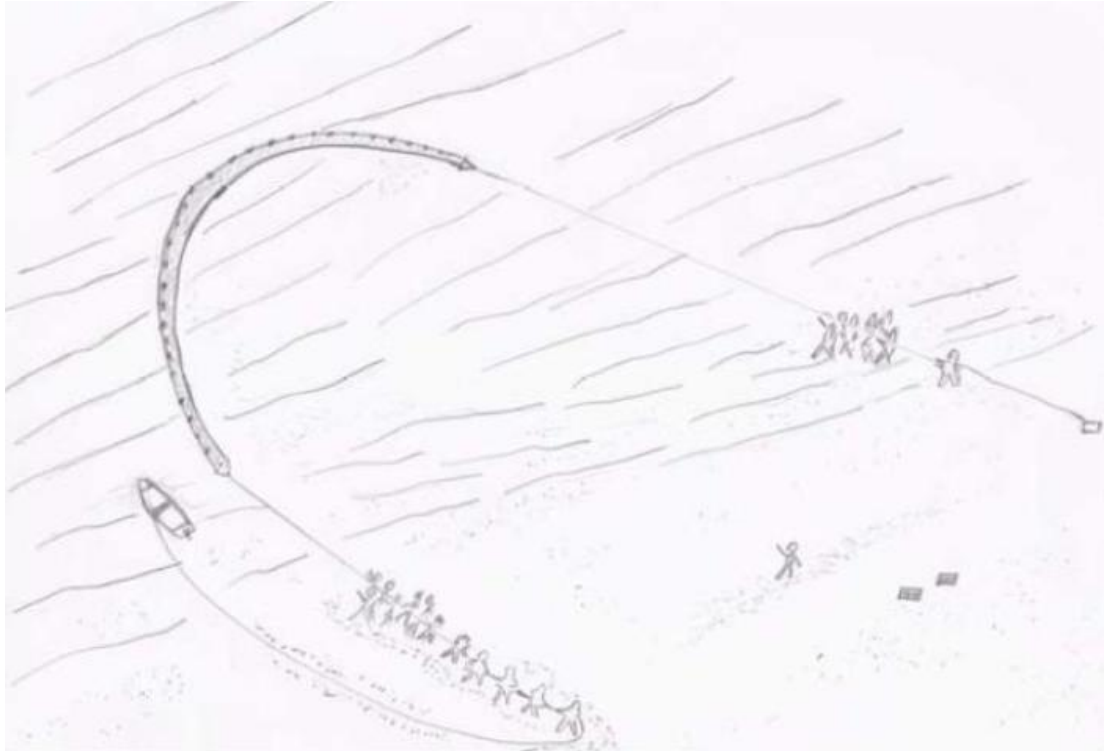


Figura 8.3.3.2.9 - Pesca de Calão Realizado na Comunidade de São Miguel

A pesca de calão, mostrada a partir de um esquema na **Figura 8.3.3.2.10**, é uma das mais tradicionais das comunidades costeiras. A partir da observação desse tipo de pescaria verificou-se que esta era iniciada nas manhãs de baixa mar, antecedido pela definição do local do lance, o que na maioria das vezes estava relacionada com a ocorrência das espécies de interesse e suas sazonalidades.

A embarcação utilizada na pescaria foi uma canoa, com propulsão a remo e de comprimento máximo 7 m. Geralmente embarcavam dois pescadores, o que era o proprietário do petrecho e também responsável pelo lance, controlava a saída da tralha superior da rede, o “proeiro” que direcionava a saída da tralha inferior e um auxiliar na popa, ao lado do piloto.

A rede, envolvida por uma lona, ficou inicialmente depositada na parte central, arranjada com a tralha superior voltada para popa e a tralha inferior para a proa. A espia é largada pelo bombordo da canoa por aproximadamente 600 m, perpendicular à praia. Após a saída de toda a espia de bordo, a embarcação realiza a primeira conversão de direção, navegando paralelo à praia, quando se inicia a largada da rede, na sequencia: a manga correspondente à espia largada até o pano reforçado central, continuando até o término da manga oposta. A seguir a canoa fez a segunda conversão em direção à praia largando a outra espia, chegando à praia apenas com a extremidade da espia. Todos os pescadores da canoa desembarcaram e auxiliaram na faina da pescaria conforme as **Figuras 8.3.3.2.9 e 8.3.3.2.10**.



Fonte: BAMIN - EIA/RIMA da Ponta da Tulha - Filho *et al*, 2011

Figura 8.3.3.2.10 - Esquema do Funcionamento do Calão

Durante os trabalhos foi observada a pesca da lagosta com caçoeira em ponta do Ramo, conforme pode ser verificado a partir das boias com bandeiras (**Figura 8.3.3.2.11**) observadas na área de pesca da ponta do Ramo. A proibição do uso da rede caçoeira na captura da lagosta e a pesca a menos de 4 milhas (7,2 km) da costa foram algumas das ações determinadas pelo IBAMA em dezembro de 2006 e janeiro deste ano. Atualmente o único petrecho de pesca permitido é o manzuá ou covo (armadilha).



Figura 8.3.3.2.11 - Esquema da Operação de Pesca com o Posicionamento das Espias e da Rede

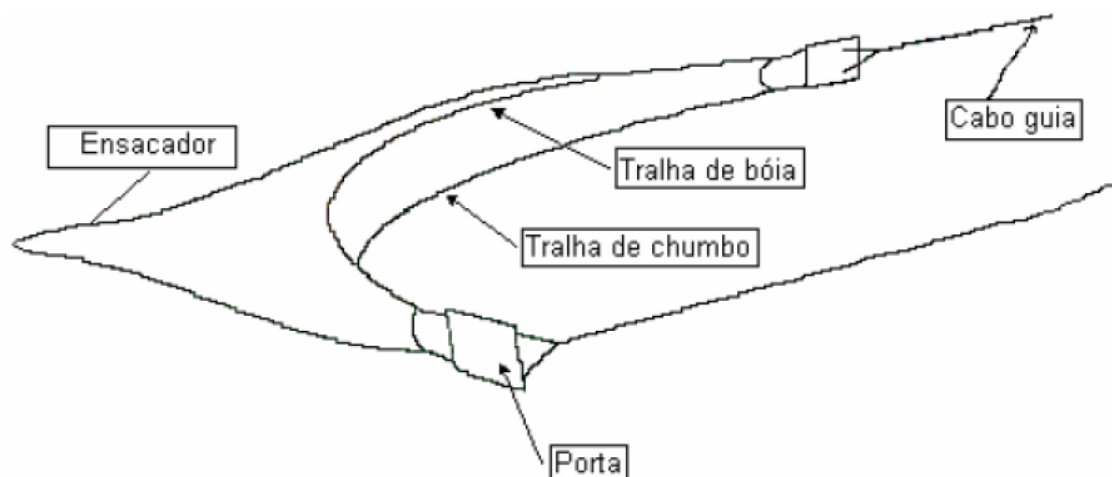
A pesca da lagosta com armadilhas ("covos" ou "manzuás") é realizada também nas áreas recifais, ou sobre fundos de cascalho, principalmente sobre a plataforma externa, até a zona de borda da plataforma continental, em profundidades superiores a 40 m, atingindo, também, a zona de borda da plataforma. Pescadores mencionaram que, na altura do local onde se previa a instalação do empreendimento na Ponta da Tulha, porém mais afastado da costa, existe um desses pesqueiros, por eles chamado de “coroa da cavala”. Com a alteração da área de localização do Porto, esse pesqueiro ficou mais distante do empreendimento.

Na ADA, AID e AII foi possível verificar a sobreposição espacial na atuação das embarcações de linha e camaroneiras e lagosteira com outras atividades pesqueiras. Isso

ocorre porque o arrasto de camarão é efetuado com o deslocamento da embarcação, a qual puxa a rede de arrasto conforme **Figuras 8.3.3.2.12 e 8.3.3.2.13**. A **Figura 8.3.3.2.12** mostra embarcação realizando o trabalho de puxar a rede de arrasto e a **Figura 8.3.3.2.13** mostra um esquema da operação e estrutura da rede de arrasto.



Figura 8.3.3.2.12 - Embarcação Realizando Arrasto de Camarão na AID



Fonte: BAMIN - EIA/RIMA da Ponta da Tulha - Filho *et al.*, 2011

Figura 8.3.3.2.13 - Esquema da Operação da Rede de Arrasto para o Camarão

Durante as observações no campo constatou-se nas comunidades de Mamoã e de Serra Grande (porto Pé de Serra) a utilização da pesca com rede de reça, a qual é denominada na região como açai. Essa pesca se dá com uma rede que deriva com a maré e é seguida com o pescador, embarcado ou não, segurando a outra ponta da espia. Quando não embarcado este tipo de pesca ocorre ao logo da praia e a rede se desloca de modo perpendicular a esta praia.

- Embarcações

A NORMAM 03 (Brasil 2003) classifica as áreas navegáveis da seguinte maneira:

- a) **Mar Aberto** - a realizada em águas marítimas consideradas desabrigadas. Para efeitos de aplicação dessas normas, as áreas de navegação de mar aberto serão subdivididas nos seguintes tipos:

- **Navegação costeira** - aquela realizada dentro dos limites de visibilidade da costa (DVC) até a distância de 20 milhas; e,
 - **Navegação oceânica** - consideradas sem restrições (SR), aquela realizada além das 20 milhas da costa.
- b) **Interior** - a realizada em águas consideradas abrigadas. As áreas de navegação interior serão subdivididas nos seguintes tipos:
- **Área 1** - Áreas abrigadas, tais como lagos, lagoas, baías, rios e canais, onde normalmente não sejam verificadas ondas com alturas significativas que não apresentem dificuldades ao tráfego das embarcações;
 - **Área 2** - Áreas parcialmente abrigadas, onde eventualmente sejam observadas ondas com alturas significativas e/ou combinações adversas de agentes ambientais, tais como vento, correnteza ou maré, que dificultem o tráfego das embarcações.

No capítulo primeiro da NORMAN 02 (Brasil 2002), a qual trata da navegação em águas interiores, as embarcações são classificadas em relação a atividade ou serviço: Passageiro, Carga, Rebocador e Empurrador, Pesca, Esporte e ou Recreio dentre outras atividades ou serviços. Também classifica de acordo com a propulsão: com propulsão e sem propulsão.

Os tipos de embarcação identificados a partir dessa norma da Autoridade Marítima são: balsa, barcaça, bote, cábrea, carga geral, carga refrigerada, chata, cisterna, dique flutuante, draga, escuna, *ferry boat*, flutuante, gases liquefeitos, graneleiros, graneleiros (ore-oil), graneleiro auto descarregável, *hovercraft*, jangada, lancha, lancha do práctico, outras embarcações, outros graneis líquidos, passageiro/carga geral, passageiro/*roll-on roll-off*, passageiro, pesqueiro, pesquisa, petroleiros, plataforma, portacontetor, quebra-gelo, químicos, rebocador/empurrador, *roll-on-roll-off*, saveiro, sonda, supridores de plataformas marítimas (*supply*), traineira e veleiro.

Essa norma reconhece que embarcação de pesca é toda embarcação de carga destinada exclusiva e permanentemente à captura dos seres vivos que tenham nas águas seu meio natural ou mais frequente de vida.

Para o MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura, entidade governamental permissionária da pesca, através da IN nº10 (Brasil 2011), a Embarcação de Pesca é aquela que, permissionada e registrada junto à Autoridade Marítima e ao Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, opera com exclusividade em uma ou mais das seguintes atividades: pesca, aquicultura, conservação, processamento e transporte de pescado, conforme disposto nos incisos I a VI, do art. 10, da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.

De acordo com o censo pesqueiro da ESTATPESCA, em 2005 o município de Ilhéus abrigava uma das maiores frotas de embarcações pesqueiras motorizadas do estado. No **Quadro 8.3.3.2.14** apresenta-se a frota existente, de acordo com o tipo de embarcação.

Quadro 8.3.3.2.14 - Frota Cadastrada do Município de Ilhéus

Tipo de Embarcação	Frota Cadastrada
Catraia ou Baiteira	1
Canoa	41
Jangada	25
Barco a motor	5
Saveiro pequeno	48
Saveiro médio	95
Saveiro grande	2
Total	217

Fonte: Cepene/IBAMA 2006

A colônia Z-19 possui registro de 30 baiteiras e 70 barcos pequenos (com 10 a 12 metros), sendo 15 barcos boca aberta (voltados para a pesca da lagosta). A partir das observações de campo verificou-se a presença da seguinte tipologia de embarcações atuando no setor pesqueiro (**Figuras 8.3.3.2.14 a 8.3.3.2.22**):

- Catraia ou Bateira;
- Canoa;
- Jangada;
- Barco a motor;
- Barco ou Saveiro pequeno;
- Barco ou Saveiro médio; e,
- Barco ou Saveiro grande.

Apesar de a baiteira ser o tipo de embarcação com o menor número cadastrado no CEPENE/IBAMA (**Quadro 8.3.3.2.15**) e outros órgãos responsáveis pela pesca e navegação como o MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura e a Marinha do Brasil verificaram-se em campo que constitui a maior frota do município.

A baiteira é uma embarcação pequena e barata que pode atuar com propulsão a remo, a vela e com motor de popa. Na área foi observado que geralmente o deslocamento é feito com propulsão a remo. Isso mostra que a atuação dessas embarcações se limita às áreas de pesca próximas das comunidades pesqueiras ou porto de origem da embarcação. A Baiteira é o tipo de embarcação mais utilizado pelo setor pesqueiro que atua no rio Almada (**Figura 8.3.3.2.23**).



Figura 8.3.3.2.14 - Catraia ou Baiteira que atua na AID, AII e na AEE

O uso da Baiteira foi observado para as comunidades que atuam nas proximidades da sede municipal tais como as comunidades pesqueiras que atuam nas áreas de pesca marinha partindo dos seguintes portos: Porto do Pontal, Porto do Cemitério, Porto da Prainha, Porto da Barra, Porto da Amendoeira, Porto do Pecém. O item sobre a caracterização das áreas de usos preferenciais para pesca artesanal apresenta os tipos de embarcações observadas em cada porto.

O mais frequente uso da baiteira se explica pelo baixo custo de manutenção e operação da embarcação. A manutenção e a operação com canoas e jangadas também tem praticamente o mesmo custo, porém não existe política pública para que o setor pesqueiro possa manter e adquirir novas embarcações deste tipo. Isso ocorre principalmente pela dificuldade de conseguir madeiras necessárias para a construção destes tipos de embarcação.

Com a diminuição do número de canoas e jangadas parte de conhecimentos tradicionais da pesca artesanal está correndo risco de desaparecer.

Apesar do grande número de baiteiras observadas no campo, pode-se verificar no **Quadro 8.3.3.2.14** que apenas uma foi cadastrada. Isso mostra o grau de informalidade do setor pesqueiro que opera com esse tipo de embarcação. Essa informalidade ocorre porque este tipo de embarcação não necessita de formalização junto a Marinha do Brasil.

Segundo a NORMAM 02 (Brasil, 2002) essas embarcações são consideradas miúdas, assim como as canoas, jangadas e outras embarcações ou dispositivos flutuantes com comprimento inferior ou igual a 5 m ou com comprimento superior a 5 m, mas que apresente as seguintes características: convés aberto, convés fechado mas sem cabine habitável e sem propulsão mecânica fixa e que, caso utilizem motor de popa, este não exceda 30 Hp. Ainda de acordo com essa norma as embarcações miúdas, sem propulsão a motor, estão dispensadas de inscrição ou registro.

Apesar de serem observados nas comunidades que atuam na pesca marinha o barco a motor (motor de popa) é uma embarcação rara no setor pesqueiro engajado na pesca oceânica do município de Ilhéus. Essa embarcação foi observada em maior número nos portos ao longo do rio Almada.



Figura 8.3.3.2.15 - Canoas que Atuam nas Áreas de Influência

Assim como as baiteiras as canoas (**Figura 8.3.3.2.15**) são utilizadas para a pesca nos rios e próximas à costa e na mariscagem, nas zonas de manguezais. Em 2005, a pesca com canoa

representou quase 7% da produção contabilizada do município (ESTATPESCA). As canoas são utilizadas pelas comunidades para deslocamento nas áreas de pesca que estão próximas ao porto de origem da embarcação, pois são embarcações que tradicionalmente utilizam propulsão a vela e a remo.

Ultimamente, devido a políticas de estado para pesca alguns pescadores adaptaram motor de rabeta em canoas, e baiteiras, porém apesar dessa mudança permitir que a pescaria se desenvolva em áreas de pesca mais distantes, ela representa um custo a mais para o pescador que por vezes não consegue pagar o custo do combustível com a produção da pescaria.

A utilização de motores significa o aumento da produção para os poucos pescadores que os utilizam, ao mesmo tempo que representa menos peixe para maioria dos pescadores e um maior desgaste das áreas de pesca utilizada pela maioria que não utiliza embarcações motorizadas e que por isso pescam só em “suas” áreas de pesca próximas ao porto de origem.



Figura 8.3.3.2.16 - Jangada que Atua na ADA, AID e AII



Figura 8.3.3.2.17 - Barco com Motor de Popa



Figura 8.3.3.2.18 - Barco ou Saveiro Pequeno Pesca de Peixe



Figura 8.3.3.2.19 - Saveiro ou Barco Pequeno de Arrasto de Camarão



Figura 8.3.3.2.20 - Saveiro ou Barco Pequeno Pesca de Lagosta



Figura 8.3.3.2.21 - Saveiro ou Barco Médio de Arrasto de Camarão



Figura 8.3.3.2.22 - Saveiro ou Barco Grande

O barco grande (Figura 8.3.3.2.22) está sem atuar no setor pesqueiro devido ao alto gasto de óleo para a atividade, em função do tipo de motor e estrutura da embarcação. De acordo com o setor a estrutura para ser economicamente viável deveria ter uma estrutura de reverso de 6 por 1, o que não ocorre atualmente.





Figura 8.3.3.2.23 - Deslocamento, Pesca Fora da Embarcação e na Embarcação Realizada no Rio Almada

No **Quadro 8.3.3.2.15** apresenta-se uma descrição de cada um dos tipos de embarcação encontrados no município de Ilhéus durante a campanha para diagnosticar a atividade pesqueira na ADA, AID e AII de acordo com o enquadramento do CEPENE/IBAMA e Bahia Pesca.

Quadro 8.3.3.2.15 - Tipos de Embarcação Atuantes em Ilhéus, Denominação Oficiais, Populares e Determinação Oficiais de Tamanhos e Características da Embarcação

Tipo de Embarcação	Nome Popular	Tamanho	Características
Bote a remo	Catraia ou bateira	Pequeno porte	Embarcação movida a remo, com casco chato
Barco a vela	Barco a vela ou bote a vela	Inferior a 11m	Embarcação com casco de madeira e quilha, sem convés
Barco motorizado	Barco a motor ou barco de fibra	De 4,5 a 16m	Embarcação com casco de madeira e quilha, sem convés
Canoa	Canoa, ou canoa de casco, ou canoa de calão, ou batelão	De 3 a 15m	Embarcação movida a vela ou remo, casco de madeira, sem quilha, sem convés
Jangada	Jangada	De 4 a 6m	Embarcação a vela ou remo, casco chato de toras de madeira, sem quilha
Baiteira	Lambari, ou catraia de alumínio, ou catraia motorizada	Pequeno porte	Embarcação feita de madeira, com propulsão a remo e capacidade máxima para duas pessoas
Saveiro	Saveiro	Pequeno, médio ou grande porte, variando de 4 a 17m	Embarcação motorizada, casco de madeira ou fibra, com quilha, convés e casaria

Fonte: Adaptado de IBAMA/CEPENE/BAHIA PESCA (1999) e BAHIA PESCA (1994).

As embarcações motorizadas, a maioria de médio e pequeno porte, são utilizadas na pesca de linha, do camarão e da lagosta. Em 2005, essas embarcações foram responsáveis pela produção de cerca de 93% do total de toneladas contabilizadas pela última estatística pesqueira. O **Quadro 8.3.3.2.16** apresenta a biomassa produzida em toneladas por cada tipo de embarcação.

Quadro 8.3.3.2.16 - Produção Estimada por Tipo de Embarcação

Tipo de Embarcação	Frota Cadastrada Quantidade (Ton/Ano)
Canoa	54,6
Barco a motor	6,7
Saveiro pequeno	279,4
Saveiro médio	495,3
Saveiro grande	16,2
Total	852,2

Fonte: IBAMA/CEPENE, 2006

As jangadas (**Figuras 8.3.3.2.16 e 8.3.3.2.25**) e as catraias também são importantes tipos de barcos utilizados no município para a pesca em mar aberto. Segundo o ESTATPESCA, em 2005, havia 26 jangadas em operação. A produção realizada com a utilização dessas embarcações, entretanto, não foi contabilizada pelo ESTATPESCA.

Esse fato revela a subestimação da produção do município, uma vez que, utilizando jangadas, desenvolve-se uma atividade pesqueira que sustenta um bom número de pescadores. A jangada é utilizada principalmente por aqueles que habitam os povoados situados em “mar aberto”, onde não há condições de atracar embarcações maiores (por exemplo, portos, enseadas ou baías).

Essas embarcações são, geralmente, construídas pelos próprios pescadores locais. Sua durabilidade, conforme informado, é de, no máximo, um ano e meio. A falta de controle estatístico do governo sobre essa produção tem suas raízes na própria dinâmica do desembarque pesqueiro das atividades com jangada. Os pescadores costumam aportar diretamente na praia, onde guardam suas embarcações e, muitas vezes, comercializam o pescado nas vendas locais (**Figura 8.3.3.2.24**), ou diretamente com o consumidor final (residentes locais e turistas).

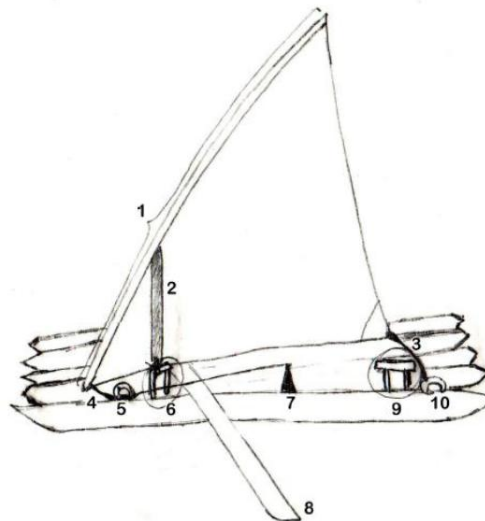
GOMES *et al.* (2005) publicaram um estudo sobre a atividade camaroneira no município de Ilhéus, no qual apresentam um esquema dos tipos de embarcações utilizadas, de acordo com as informações dos pescadores (**Quadro 8.3.3.2.17**).





Figura 8.3.3.2.24 - Desembarque junto a curiosos, manuseio e transporte de pescado em Ponta da Tulha. Pescadores levam a produção do peixe “vermelho” para a padaria da localidade, onde costumam vender sua produção.

O estudo de GOMES *et al* (2005) confirma os dados do ESTATPESCA, identificando um maior número de embarcações de pequeno porte no município de Ilhéus. O barco Pequeno é também conhecido como B-18, pela potência do motor, equivalente a 18 cavalos. Esse fator, para os autores, estaria associado a dois principais motivos: o baixo custo das embarcações e as políticas de financiamento para compra desse tipo de barco, na década de 1990. A produção de tais embarcações é menor que a dos barcos grandes e a infraestrutura e a qualidade de vida no mar que essas embarcações oferecem não é adequada.



1 = Verga: permite que a vela fique aberta. A comunidade confecciona a verga com troncos finos e resistentes de espécies arbóreas na mata atlântica; 2 = Mastro: sustenta a vela; 3 = Corda de escolta: corda que aperta a vela; 4 = Caro: Corda utilizada para amarrar o “pé” da verga; 5 = Cambicho de proa: utilizado para passar o caro; 6 = Banco de vela: segura o mastro; 7 = Aracambu: prende os petrechos de pesca e o caro da vela. Confeccionado de madeira de biriba; 8 = Bulina: permite uma estabilidade na hidrodinâmica da embarcação; 9 = Banco de popa: banco que o pescador senta para navegar; 10 = cambicho de popa: permite que a corda da escolta passe para apertar a vela.

Fonte: BAMIN - EIA/RIMA da Ponta da Tulha - Filho *et al*, 2011

Figura 8.3.3.2.25 - Jangada de Madeira Utilizada nas Praias do Norte (Ilhéus) Especialmente na Ponta do Ramo

Quadro 8.3.3.2.17 - Caracterização das Embarcações, Tipo de Pesca e Tripulação - Ilhéus, Bahia, 2004

Tipo de Embarcação	Característica		
	Embarcação	Pesca	Tripulação
Scania/Mercedes	Barco motorizado. Possui: a) 2 redes, além do <i>trainet</i> ⁽¹⁾ ; b) guinchos laterais; c) equipamentos modernos (sonda, GPS, etc.)	Camarão-pistola, sete- barbas, branco e rosinha	3 a 5 pescadores
B-18	Barco motorizado. Possui uma rede, além do <i>trainet</i> ⁽¹⁾	Predomínio de camarão- sete- barbas	2 pescadores
Canoa com calão	Canoa movida a remo. Possui: mangote ⁽²⁾ e tresmalho ⁽³⁾	Predomínio de camarão sete- barbas	4 a 6 pescadores

Fonte: GOMES *et al* (2005).

Notas: (1) equipamento de pesca que auxilia a puxar a rede; (2) rede de arrasto, com cerca de 180m de comprimento, puxada por 2 ou 4 homens, vulgarmente conhecida como calão; (3) rede tracionada a mão, por 2 ou 3 pescadores, feita de *nylon* ou algodão, medindo entre 6 e 100m de comprimento.

Segundo GOMES *et. al.* (2005) a pesca costeira no Estado da Bahia é realizada predominantemente por embarcações de pequeno porte, movidas a vela ou remo, representadas principalmente pelas canoas, botes a remo, barcos a vela e jangadas. As canoas se constituem na maior frota, com 4.308 unidades, e juntamente com as demais embarcações não motorizadas, participam com 69% das 7.840 embarcações cadastradas no Estado.

Essa categoria desenvolve a pesca por meio da utilização de rede de espera, linhas e rede de cerco para captura principalmente de peixes. A frota motorizada representa 31% e é constituída basicamente por saveiros, que se dedicam à captura de peixes, utilizando linhas e rede de espera, bem como ao arrasto de camarão. A pesca efetuada no estado da Bahia é notadamente artesanal, entretanto, destacam-se as Regiões sul e extremo sul, onde um número reduzido de empresas, frigoríficos e cooperativas, atribui um caráter empresarial à atividade.

Nesse sentido, a pesca desenvolvida na região estudada vem sendo realizada por embarcações não motorizadas mais nas áreas de pesca distribuídas ao longo do rio Almada e próximas à costa. Verificou-se adensamento de jangadas nos portos Pé de Serra, Ponta do Ramo, Mamão e Ponta da Tulha. Verificou-se uma maior quantidade embarcações motorizadas partindo dos portos situados na sede municipal de Ilhéus. Essas embarcações geralmente navegam engajadas na pesca na plataforma costeira adjacente, partindo de Ilhéus até as áreas de pesca na frente da ponta do Ramo.

Durante o trabalho de campo verificou-se junto ao setor pesqueiro, através de entrevistas, a seguinte classificação para as embarcações motorizadas: barco pequeno, barco médio e barco grande. Os tamanhos das embarcações e tamanho da tripulação estão apresentadas no **Quadro 8.3.3.2.18**.

Quadro 8.3.3.2.18 - Tipos de Embarcação Motorizadas Engajadas na Pesca Costeiro-marinha de Acordo com a Comunidade Pesqueira

Tipo de embarcação	Tripulação	Tamanho	Potência do motor	Marca do motor	Consumo de óleo	Quantidade
barco grande	5	>16 m	200 a 300 hp	Scania, Cubson	30 a 35 L/h	2
barco médio	4	12,5 a 16 m	100 a 200 hp 4 a 6 cilindros	Mercedes	225 L/dia 22,5 L/h	20
barco pequeno	3 a 2	8 a 12,5 m	18 a 28 hp	Cumes	20 a 35 L/h	78

Como pode ser verificado no **Quadro 8.3.3.2.18**, a maior quantidade de embarcações engajadas na pesca nas áreas de pesca de Ilhéus Norte, é do tipo Barco Pequeno e a menor quantidade foi de barco grande.

Segundo Filho e Cetra (2007) a frota pesqueira de Ilhéus é composta na sua maioria por saveiros. A frota artesanal caracteriza-se por apresentar embarcações de pequeno porte, defasagem tecnológica, e baixo poder de pesca decorrente da pequena autonomia de mar (FAO, 2002).

Em Ilhéus a exploração de peixes demersais com espinhel de fundo em zonas mais profundas, sobre o talude superior está limitada à presença esporádica de embarcações do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, em profundidades que raramente ultrapassam os 500m.

A pesca oceânica dirigida à captura de grandes peixes pelágicos, com espinhel de superfície (monofilamento) com atratores luminosos (*light sticks*), inclui cerca de 50 barcos arrendados e cerca de 30 embarcações nacionais em atividade na costa brasileira. Embarcações das frotas de Natal (RN), Santos (SP) e Itajaí (SC) são observadas em operação na costa baiana, onde realizam a captura do espadarte, em áreas situadas ao sul de Ilhéus, como veremos adiante.

O poder de pesca de uma embarcação é determinado pela capacidade operacional que esta possui em capturar determinado tipo de pescado e estes são os principais parâmetros utilizados em sua mensuração: o grau de incrementação tecnológica, a tonelagem bruta de arqueação, a capacidade de armazenamento de gelo, a potência do motor, o comprimento total e o número de pescadores a bordo, ou seja, o tamanho do barco.

Na maioria dos países em desenvolvimento, coexistem os sistemas de pesca artesanal, utilizando técnicas tradicionais, e industrial, utilizando técnicas sofisticadas e equipamentos de alta tecnologia. As embarcações artesanais, por suas próprias limitações, ficam confinadas às águas costeiras, enquanto os barcos industriais operam livremente tanto em mar aberto como em águas costeiras (FAO, 2002).

A pesca industrial efetuada no Nordeste do Brasil pode ser dividida em dois segmentos: a pesca industrial costeira, a qual concentra sua captura sobre a plataforma e talude continentais, tendo como principais espécies-alvos as lagostas e peixes pelágicos costeiros; e a pesca industrial oceânica, cujas embarcações operam na zona econômica exclusiva, em ilhas, bancos oceânicos e zonas adjacentes, tendo os atuns e afins como os principais recursos pesqueiros explorados (REVIZEE, 2004).

A captura de organismos marinhos na região Nordeste ocorre principalmente através da pesca artesanal, a qual é exercida com tecnologia tradicional e baixa autonomia de navegação por embarcações classificadas como a vela (74,1%), a motor (23,1%) e a remo (2,8%) (REVIZEE, op. cit.). Esse grande número de embarcações a vela reflete os baixos custos de construção e manutenção, aliados às condições climáticas favoráveis, que propiciam ventos fortes ao longo de todo ano. No entanto, são embarcações motorizadas que, embora em menor número, foram responsáveis por 53,4% dos desembarques e 60,4% da produção em peso (REVIZEE, op. cit.).

Em relação ao custeio e produtividade as embarcações sediadas nos bairros da Barra do Itaípe, São Miguel, Pontal e na Prainha efetuam pesca comercial de pequeno porte artesanal, mesmo com a defasagem no que diz respeito à tecnologia, o grande número de embarcações está

preparada para o arrasto de camarão ou pesca com linha de mão para peixes. Já as embarcações sediadas no antigo porto de Ilhéus podem ser classificadas como de pesca comercial de médio porte artesanal, pois possuem maior incremento tecnológico e suas características físicas permitem o deslocamento para pesqueiros mais distantes e pescarias com maior duração, aumentando a produção mensal.

De acordo com Filho e Cetra (2007) a frota pesqueira no Município de Ilhéus está voltada essencialmente para o arrasto de camarão e para pesca de peixes com linha. Classificaram-se as embarcações do antigo porto de Ilhéus como pesca comercial de médio porte artesanal, por possuírem instrumentos para navegação, comunicação e prospecção de pescado e suas características físicas favorecem o deslocamento para pesqueiros mais distantes e pescarias com maior duração.

A análises do deslocamento geográfico e batimétrico da frota revelou sobreposição entre a prática pesqueira das embarcações camaroneiras e aquelas preparadas para captura de peixes, devido a defasagem tecnológica e baixa autonomia de navegação por parte da frota que exerce pesca artesanal de pequeno porte, inviabilizando a pesca em áreas mais profundas e em regiões mais distantes.

No estudo de Filho *et al.* (2011) foram observadas embarcações movidas a motor sediadas em Ilhéus, que formam o seguinte perfil tipológico: 73% são saveiros, e 27% são baleeiras, que utilizam redes de arrasto na captura de camarão. Das embarcações observadas 71% estão entre 6 e 9 metros de comprimento, 69% possuem potência do motor de até 50 Hp e 55% possui o mesmo tipo de motor (Yanmar B18) com 1 cilindro e 15 Hp. Dentre as embarcações amostradas, 87% são confeccionadas em madeira e 16% são de fibra de vidro.

Em relação à instrumentação tecnológica (**Quadro 8.3.3.2.19**), 27% das embarcações apresentam equipamentos para navegação, prospecção e comunicação. Esta tipologia é demonstrada essencialmente por embarcações baleeiras, preparadas para o arrasto duplo de camarão. Na frota sediada em Ilhéus, 21% das embarcações estão restritas ao uso de somente um tipo de instrumento e 29% não apresenta nenhum tipo de instrumentação tecnológica.

Quadro 8.3.3.2.19 - Instrumentação Tecnológica das Embarcações Sediadas em Ilhéus

Instrumento	Frequência	
	Absoluta	Relativa
Inexistente	27	27,0
Bússola	13	13,0
Rádio	5	5,0
Sonda	1	1,0
Rádio e bússola	8	8,0
Sonda e bússola	6	6,0
Rádio, bússola e sonda	11	11,0
Rádio, bússola, sonda e GPS	29	29,0

Filho *et al.* (2004)

Em relação à dinâmica de atuação da frota pesqueira motorizada voltada à pesca de arrasto do camarão, a amplitude máxima de deslocamento geográfico, foi de Morro de São Paulo (ao norte) a Canavieiras (ao sul), abrangendo aproximadamente 300 quilômetros. Para esta parte da frota ilheense, observa-se intensa atividade pesqueira na faixa de litoral entre Itacaré a Canavieiras (47%). A amplitude máxima de deslocamento geográfico observada pela frota

pesqueira armada para pesca de peixes corresponde à faixa de litoral entre Itacaré a Canavieiras, com uma abrangência de aproximadamente 175 quilômetros.

Também foi verificada maior atividade pesqueira na faixa de litoral que vai de Ilhéus a Canavieiras, com 26% das embarcações que pescam peixes atuando nesta amplitude geográfica (**Quadro 8.3.3.2.21**). No que diz respeito à dinâmica de deslocamento batimétrico, a maior intensidade de atividade pesqueira de peixes, concentra-se entre a profundidade de 30 e 60 metros com 42% dos barcos atuando nesta amplitude de profundidade. Já a frota camaroneira, apresenta intensa atividade pesqueira até a isóbata de 30 metros (59%), diluindo-se a atividade da pesca à medida que aumenta a profundidade (**Quadro 8.3.3.2.20**) (**Anexo 8.3.3.2.1**).

Em relação à atuação geográfica, esta sobreposição ocorre entre a faixa de litoral que vai de Itacaré a Canavieiras, com 19% das embarcações armadas com linha de mão, e 44% da frota camaroneira restringindo sua atuação nesta porção de litoral. No que diz respeito à atuação batimétrica, acontece sobreposição principalmente entre 30 a 60 m de profundidade, com atuação simultânea de 42% das embarcações linheiras e 39% das embarcações camaroeiras.

Os pescadores que desenvolvem a atividade da pesca em embarcações não motorizadas geralmente pescam de linha e uma minoria com rede de espera. Tanto no estuário como no mar, a atividade com embarcação não motorizada impõe limitações no deslocamento diminuindo a abrangência das áreas de pesca alcançadas. Trata-se de uma atividade realizada de acordo com moldes tradicionais sustentados na comunidade por várias gerações.

Em virtude da baixa autonomia marítima e reduzida dispersão do território pesqueiro, esses pescadores rebuscaram seus modos, costumes e conhecimentos acerca da atividade pesqueira. A pesca realizada nessas embarcações, tais como jangadas, canoas e baiteiras artesanais constituem um marco de resistência da cultura pesqueira dessa região e envolve um significado informativo da tradição pesqueira regional desde a confecção do material à montagem das estruturas (embarcações). Porém esse tipo de pesca não é realizado com procedimentos adequados para um setor que atua com manejo de alimentos como abordado adiante.

Quadro 8.3.3.2.20 - Amplitude de Atuação Geográfica da Frota Pesqueira Voltada para Arrasto de Camarão e para Pesca de Peixes com Linha de Mão, Sediada em Ilhéus

Atuação	Frequência			
	Peixe		Camarão	
	n	%	n	%
de Ilhéus a Canavieiras	8	25,8	2	4,0
de Itacaré à ilha de Comandatuba	7	22,6	2	4,0
de Ilhéus à ilha de Comandatuba	5	16,1	1	2,0
arredores de Ilhéus	5	16,1	12	24,0
de Itacaré a Canavieiras	6	19,4	22	44,0
de Morro de São Paulo a Canavieiras	-	-	8	16,0
de Cururupe a Serra Grande	-	-	3	6,0
Total	31	100,0	50	100,0

Quadro 8.3.3.2.21 - Amplitude de Atuação Batimétrica da Frota Pesqueira Voltada para Arrasto de Camarão e para Pesca de Peixes com Linha de Mão, Sediada em Ilhéus

Profundidade	Frequência			
	Peixe		Camarão	
	n	%	n	%
0-30	2	6,5	31	58,5
31-60	13	21,9	21	39,6
61-90	5	16,1	1	1,9
91-120	11	35,5	-	-
Total	31	100,0	53	100,0

Além do relatado acima, quanto mais artesanal a atividade pesqueira, maior dependência do pescador em relação às condições climáticas. O mau tempo impede a saída dos pescadores para o mar, especialmente aqueles que utilizam embarcações menores, sem porão e sem casario. A adversidade do clima já é algo constitutivo da própria cultura da pesca.

No caso da propulsão a vela, os ventos podem também soprar em favor da pesca e servir de combustível. Segundo informações obtidas em campo, no verão, os pescadores costumam aproveitar os ventos que sopram do norte, para economizar combustível na volta para casa. Para explorar essa vantagem, nesse período, algumas tripulações frequentam os pesqueiros do litoral norte ilheense.

O estudo da frota pesqueira revelou que mais da metade dos barcos apresentam pouca ou nenhuma instrumentação tecnológica para navegação, comunicação e prospecção o que mostra que a maioria dos pescadores não vai muito longe das áreas de pesca do território pesqueiro local. Isso irá requerer um cuidado com as áreas de pesca próximas a AID. Na AID foi observada apenas uma área de arrasto tracionado de camarão, a qual se enquadra em tipo de pesca não permissionado a partir da IN N°10 MPA/MMA (Brasil 2011).

A partir da IN n° 18 (Brasil, 2008) concessão, suspensão e cancelamento de permissão de pesca é ato discricionário da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. A IN SEAP n° 5 (Brasil, 2010), a partir do processo n° 00350.002406/2006-51, resolveu no seu artigo primeiro prorrogar, excepcionalmente para o corrente exercício, até 15 de maio de 2010, o prazo para apresentação do requerimento dos interessados na renovação anual da Permissão de Pesca e respectivo Registro das embarcações pesqueiras permissionadas para a captura de camarão sete barbas, constante do Parágrafo único do Art. 9° da Instrução Normativa SEAP/PR n° 018, de 27 de julho de 2007.

De acordo com Fauna Brasil (2011), em 2007, na Bahia existiam 60 embarcações permissionadas para a pesca da lagosta através de portaria da SEAP, atual MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura. Porém, a Instrução Normativa Interministerial N° 10 (MPA e MMA) (Brasil 2011), publicada recentemente, no dia 13.06.11 no seu artigo quinto apresenta um novo detalhamento das Modalidades de Permissionamento, passíveis de autorização, com a respectiva identificação dos Métodos, das Modalidades e dos Petrechos de Pesca e espécies a serem capturadas, incluindo a Fauna Acompanhante Previsível, as Espécies de Captura Incidental e as Espécies Alternativas, assim como a Área de Operação, consta dos anexos I a VI desta Instrução Normativa, conforme discriminados a seguir:

- I - Anexo I: Relação detalhada das Modalidades de Permissionamento integrantes do Método de Linha;

- II - Anexo II: Relação detalhada das Modalidades de Permissionamento integrantes do Método de Emalhe;
- III - Anexo III: Relação detalhada das Modalidades de Permissionamento integrantes do Método de Arrasto;
- IV - Anexo IV: Relação detalhada das Modalidades de Permissionamento integrantes do Método de Cerco;
- V - Anexo V: Relação detalhada das Modalidades de Permissionamento integrantes do Método de Armadilha; e,
- VI - Anexo VI: Relação detalhada das Modalidades de Permissionamento integrantes do Método identificado como Outros.

O parágrafo primeiro desse artigo relata que emissão de Permissão Prévia de Pesca ou de Autorização de Pesca para embarcações que atuem em áreas lagunares ou de bacias hidrográficas será efetivada em obediência às normas de ordenamento de cada uma destas Unidades de Gestão. Além disso, o Art. 8º diz que para a concessão de Autorização de Pesca na Modalidade de Permissionamento qualificada como Diversificada Costeira, constante do anexo VI desta Instrução Normativa, deverão ser observadas as seguintes condições:

“I - Embarcação de Pesca não motorizada com Arqueação Bruta - AB inferior ou igual 2,0;

II - Na ausência da informação sobre a AB, a embarcação deverá possuir comprimento total inferior ou igual a 8,0 metros.

§ 1º Quando a Embarcação de Pesca for motorizada, a potência do motor não poderá ultrapassar 18 HP, respeitadas as condições estabelecidas nos incisos I e II deste artigo;

§ 2º A Modalidade de Permissionamento Diversificada Costeira não poderá contemplar:

I - A prática de arrasto tracionado; e,

II - A captura de espécies sob controle de esforço de pesca.”

Como a partir da Instrução normativa nº 10 - IN nº10 MPA/MMA supracitada, a modalidade de permissionamento diversificada costeira não irá contemplar a pesca de arrasto tracionado, esta prática já descrita anteriormente para a área de pesca de arrasto delineada da lama da Conceição até a lama de Fora, poderá deixar de ocorrer na ADA e AID do Porto.

Isso pode acontecer uma vez que essa Instrução Normativa, através do seu artigo nono mostra que a concessão de Permissões Prévias de Pesca e de Autorizações de Pesca, inclusive nos casos de substituição de embarcação já permissionada, fica condicionada aos critérios e condições previstas nas normas específicas de cada Modalidade de Permissionamento, definidas, para cada caso, no âmbito do sistema de gestão compartilhada do uso sustentável dos recursos pesqueiros, de que trata o Decreto no 6.981, de 13 de outubro de 2009 e a Portaria Interministerial MPA/MMA nº 2, de 13 de novembro de 2009.

De acordo com a consulta feita ao MPA (MPA, Informação não publicada), estima-se que na Bahia existam cerca de 12000 embarcações engajadas na pesca, destas apenas cerca de 1500 estão permissionadas de acordo com a **IN nº 18 (Brasil, 2008)**. Os **Quadros 8.3.3.2.22 e**

8.3.3.2.23 apresentam o nome dos proprietários, situação quanto ao permissionamento para engajamento na pesca e nome das embarcações que tem como porto de origem os portos situados no município de Itacaré e Ilhéus.

A análise dos quadros nos mostram que 200 embarcações que se deslocam pelas áreas de pesca situadas na ADA, AID do empreendimento, destas 156 em Ilhéus zarparam a partir de portos situados no município de Ilhéus e 44 embarcações partem do município de Itacaré **Quadro 8.3.3.2.23**.

Quadro 8.3.3.2.22 - Situação do Permissionamento para a Pesca das Embarcações com Portos de Origem no Município de Ilhéus (MPA, 2011- Informação não Publicada)

Proprietário	Embarcação	Situação
IVANILTON SILVA SANTOS	ALBARDAO	VENCIDO
JOSE ASSUNÇÃO SANTOS	AMIGO FERA	VENCIDO
OSCAR EUZEBIO	APUA	VENCIDO
ASTROGILDO OLIVEIRA E SILVA	BOI MARINHO	VENCIDO
SIDNEI ARAUJO SANTOS JUNIOR	BRILHO DO SOL I	VENCIDO
DILMA MARIA DE JESUS	BRILHO I	VENCIDO
MARLY PEREIRA BARBOSA BASTOS	CRISTIANE	REGULAR
ANTONIO AQUINO DE FREITAS	DANIELA	VENCIDO
DILMA MARIA DE JESUS	DIANA	VENCIDO
ANTONIO DOS SANTOS OLIVEIRA	ENCANTOS DO POETA	VENCIDO
ADENILDO SANTANA NASCIMENTO	FELIZ NATAL	VENCIDO
JOILTON LESSA MACHADO	FILIPE I	REGULAR
RUI REGO CAVALCANTI	GAIVOTA II	REGULAR
SIDNEI JOAO BATISTA	GALEAO I	REGULAR
JOSE VITORINO DE JESUS CORREIA	IGUAPE I	VENCIDO
OSCAR EUZEBIO	IRIS	VENCIDO
KACIA MOURA SILVA	ISABELA	VENCIDO
LUIZ CARLOS PEREIRA DA SILVA	JANAINA	VENCIDO
ROSIMEIRE DE JESUS CONCEICAO	JESUS DE NAZARE	REGULAR
TARCISIO PEREIRA DA SILVA NETO	JOAO VICTOR	VENCIDO
GASPAR VENISTON FERREIRA PITANGA	KUANZA I	REGULAR
JOSUE SANTANA MOREIRA	L & M PESCA I	REGULAR
CREUZA PEREIRA BARBOSA	LINDOMAR	REGULAR
SIDNEI ARAUJO SANTOS	M & A PESCA II	VENCIDO
SIDNEI ARAUJO SANTOS	MATEUS I	VENCIDO
SALATIEL DE OLIVEIRA ALVES	MIURA	VENCIDO
EREMILTON ROSA DE JESUS	NAO SE ENGANE	VENCIDO
CARLOS EDUARDO DE ASSUNCAO	O MESTRE	VENCIDO
DIRAM OLIVEIRA SANTOS	PARCEIRIA DO MAR I	VENCIDO
RUI REGO CAVANCANTI	PEROA I	REGULAR
SALATIEL DE OLIVEIRA ALVES	PERSEVERANCA I	REGULAR
MANOEL FLORENCIO DOS SANTOS	PINGO DE OURO	VENCIDO
LUCIANO SILVA NASCIMENTO	PORTO DO CEU	VENCIDO
ANA LUCIA SILVA SANTOS	QUER SER ELE	VENCIDO
CARLOS ALBERTO RAMOS DE ANDRADE	PE DE PANO	REGULAR
AILTON DA SILVA	RODRIGO	REGULAR
JOSE JORGE BARROS REIS	ROSANA	VENCIDO
DIONIZIO SOUZA SANTOS	SALMO I	REGULAR
PAULO AFONSO SANTANA	SANTA CATARINA VI	VENCIDO
RAIMUNDO GALDINO DE FREITAS	SAO MARTINS	VENCIDO

Continua

Quadro 8.3.3.2.22 - Situação do Permissionamento para a Pesca das Embarcações com Portos de Origem no Município de Ilhéus (MPA, 2011- Informação não Publicada) Continuação

Proprietário	Embarcação	Situação
SIDNEI ARAUJO SANTOS	SOL DA MINHA PRAIA	VENCIDO
CARLOS ALBERTO SILVA SANTOS	SORRISO DE MAE I	VENCIDO
JERONIMO DO NASCIMENTO SANTOS	TO NEM AI I	REGULAR
JAILSON ALVES DE BRITO	TROVAO AZUL II	VENCIDO
GILDO FREITAS DE OLIVEIRA	XAMEGO	VENCIDO
RICIERI VALGAS	XANADU I	REGULAR
WILSON CARLOS NASCIMENTO DO BOMFIM	AGUIA DO MAR	REGULAR
RUI REGO CAVALCANTI	ANTUNES	VENCIDO
NEREU JOSE CORDEIRO	BAIANO	REGULAR
NEREU JOSE CORDEIRO	BAIANO I	REGULAR
JEAN CARLOS SANTOS ARCANJO	BRENDA	REGULAR
ELIO PEREIRA SOARES	BRISA I	VENCIDO
EDILSON ANACLETO DO NASCIMENTO	CAMILA	REGULAR
JONAEI SILVA ARCANJO	E SO ALEGRIA	REGULAR
LAEDSON COSTA MORAIS	EMANOEL I	VENCIDO
OSVALDO SOUZA BORGES	FABIO III	REGULAR
JOILTON LESSA MACHADO	FILIPE II	REGULAR
PEDRO ARAGÃO MOTA	FUJYAMA	REGULAR
TATIANE VICENTE E SILVA	GAIVOTA DO MAR	VENCIDO
SALATIEL DE OLIVEIRA ALVES	GALEAO	REGULAR
MARIO BARBOSA	IARA II	VENCIDO
DIDIER FREDERIC ALEXANDER LANTIAI	IRMAO CORAGEM	REGULAR
RUBENVAL CIPRIANO DE SOUZA	KELLY	REGULAR
JOLETO FRANCISCO VALGAS	KIAROA	REGULAR
JOSE MESSIAS PACHECO	LOBO DO MAR	REGULAR
JOSE MESSIAS PACHECO	LOBO DO MAR II	REGULAR
MONICA REGINA SANTOS DE CARVALHO	LORE	VENCIDO
ADAIRTON DIAS GUIMARÃES	LUA NOVA III	REGULAR
OTON DOS SANTOS SOUSA	LUANA	VENCIDO
EDUARDO CONCEÇÃO LIMA	MANOELLA	VENCIDO
VALTER RAMOS ESPINHEIRA FILHO	MAR DOS PRAZERES V	REGULAR
JOSE CARLOS DA SILVA SANTOS	MARUJO	VENCIDO
EDUARDO DO CARMO SANTANA	MATHEUS	VENCIDO
RITA DE CASSIA SANTOS NASCIMENTO	NATIVO DO MAR	VENCIDO
OZEAS BARBOSA	NOVO AMOR	VENCIDO
JOSIAS VIEGA DOS SANTOS	POPPAY	REGULAR
FREDSON SANTOS CONCEICAO	RAFA	VENCIDO
JAIME OLIVEIRA DA SILVA	SANTO ANTONIO I	REGULAR
ROSIVAL LIMA DOS SANTOS	SAO COSME	VENCIDO
CRISTOVAO DAMASCENO	SULIMAR	REGULAR
ANDRELINO DE JESUS MEIRELES	TALLES	REGULAR
OTONIEL DOS SANTOS SOUSA JUNIOR	THILIPE	REGULAR
OTON DOS SANTOS SOUSA	THILIPE I	VENCIDO
OTONIEL DOS SANTOS SOUSA JUNIOR	THILIPE II	VENCIDO
JONAEI SILVA ARCANJO	TO NEM AI	REGULAR
ARACI SILVA BRITO	TROVAO AZUL I	VENCIDO
JAILSON ALVES BRITO	TROVAO AZUL III	REGULAR
SIDNEI ARAUJO SANTOS	AGLABEL	VENCIDO
NEREU JOSE CORDEIRO	AGUIA DE FOGO II	REGULAR
ROSIMEIRE DE JESUS CONCEICAO	AMIGO FERINHA I	REGULAR

Continua

Quadro 8.3.3.2.22 - Situação do Permissionamento para a Pesca das Embarcações com Portos de Origem no Município de Ilhéus (MPA, 2011- Informação não Publicada)

Continuação

Proprietário	Embarcação	Situação
AGUINALDO DOS SANTOS	ARCA DE NOE	VENCIDO
FERNANDO ANTONIO LONGO LIMA	ARIANA	VENCIDO
UILSON MORENO DO BOMFIM	BARRA NOVA	REGULAR
JOSUE SANTANA MOREIRA	BOEMIO I	VENCIDO
BENEDITO ROQUE NASCIMENTO	BR	VENCIDO
ROMAO MANOEL DE SOUZA	BRILHO DO MAR	VENCIDO
SIDNEI ARAUJO SANTOS	BRILHO DO MAR IV	VENCIDO
ARGILEU SOUZA BORGES	CANAVIEIRA II	VENCIDO
LUCIMARIA SOUZA DA CONCEICAO	CAROLINE	REGULAR
MARCOS PEREIRA LUZ	CHAIANY	REGULAR
ROSIMEIRE DE JESUS CONCEICAO	COMO UMA ONDA	VENCIDO
CASSIO ROGERIO PRATES OLIVEIRA	DALAI LAMA	REGULAR
JAILSON ARNOLDO VALGAS	DALAI LAMA I	VENCIDO
JAILSON NASCIMENTO DO BONFIM	ENVIADO POR DEUS	VENCIDO
LUCIANO DE SOUZA OLIVEIRA	ESQUALUS	VENCIDO
DILMA MARIA DE JESUS	ETERNO APRENDIZ III	VENCIDO
ROSIMEIRE DE JESUS CONCEICAO	FE EM DEUS IV	REGULAR
ROSIMEIRE DE JESUS CONCEICAO	FE EM DEUS V	REGULAR
JABSON ALMEIDA ARCANJO	FOGUINHO	REGULAR
ADILSON DA LUZ CARDOSO	FRANCIELE	REGULAR
CARLOS EDUARDO DE ASSUNCAO	GENESIS	VENCIDO
JOSE AUGUSTO NASCIMENTO SILVA	GENO	REGULAR
GILBERTO SOUZA SAMPAIO FILHO	GIBA	REGULAR
PEDRO ARAGAO MOTA	GIDEAO I	REGULAR
JURACY NERY DO BONFIM	GUERREIRO JOAO	REGULAR
EVERALDO QUEIROZ RIBAS	HAVAI III	REGULAR
ANTONIO FRANCISCO SANTOS SILVA	III IRMAOS	VENCIDO
LUIZ ANTONIO SANTANA SILVA	ILHA SUESTE	REGULAR
FRANCISCO FERREIRA DE ESSO	JESSICA	REGULAR
MIGUEL SANTOS NASCIMENTO	JESUS ESTA VOLTANDO	VENCIDO
SEBASTIAO DE OLIVEIRA COSTA	JULINARA	REGULAR
JOSE ARTHUR CABRAL HAGE	LIBANO	VENCIDO
ROGERIO VICENTE E SILVA	LIBERDADE	REGULAR
SERGIO PAULO LOMBA LIMA	LIPE	VENCIDO
WELINGTON JOSE SENA	MARAIZA	VENCIDO
PAULO BISPO DOS SANTOS	MESTRE PAULO	REGULAR
FERNANDO ANTONIO LONGO LIMA	MORENINHA	VENCIDO
DULCIENE COSTA SANTOS	NUVEM AZUL I	REGULAR
GERSON DE JESUS SOUZA	PAI E FILHO	VENCIDO
AILTON OLIVEIRA PALMA	PALMA	VENCIDO
EDSON ARCANJO SOARES	PANCADA SECA	VENCIDO
ISAIAS SANTOS DE SOUZA	POSEIDON	VENCIDO
ORLANDO CHAVES TRINDADE	RAIO DE LUZ	VENCIDO
HERIVALDO ANTONIO CORREIA	ROSEANE	VENCIDO
RAYMUNDO DA PAZ ALMEIDA	ROSINHA	REGULAR
ADRIANO ALMEIDA CINCURA	SAO NUNCA	VENCIDO
JORGE CHAGAS DOS SANTOS	SOSSEGO DO SASA	REGULAR
NILTON DORTAS MONTARGIL	STELA	VENCIDO
NILTON DORTAS MONTARGIL	STELA II	VENCIDO
ORLANDO RODRIGUES LIMA	TALLES II	REGULAR

Continua

Quadro 8.3.3.2.22 - Situação do Permissionamento para a Pesca das Embarcações com Portos de Origem no Município de Ilhéus (MPA, 2011- Informação não Publicada)

Continuação

Proprietário	Embarcação	Situação
JACKSON ANACLETO NASCIMENTO	TUBARAO BRANCO	REGULAR
DARIO CHAVEA BASTOS	UCAU II	VENCIDO
PEDRO SANTOS SOUZA	UM SONHO A MAIS	REGULAR
ROSIMEIRE DE JESUS CONCEICAO	VIRGEM IMACULADA	REGULAR
RUBEM CRUZ SANTANA	3R	VENCIDO
JOSE CARLOS MORAES MORENO	AMANDA IV	VENCIDO
JOEL SANTOS SILVA	AMPARO II	VENCIDO
IVANILDO OLIVEIRA DOS SANTOS	ANJO DO MAR	REGULAR
EDNOELSON MUNDI BAHIA	ARIELLY	REGULAR
EDINALDO GOMES OLIVEIRA	ASPIRANTE	REGULAR
ORIGENES FERNANDES ARAUJO	AVOADOR	REGULAR
MARENILTON SANTOS GUEDES	BI	VENCIDO
ANTONIO JOSE VIEIRA	CELEBRIDADE	REGULAR
EDSON CRUZ SANTANA	DEUS ESTA NO CONTROLE	REGULAR
RONALDO SILVA SOLEDADE	DIEGO	REGULAR
JOSE AMARO DA CUNHA BARROS	FILHO DE SÃO MIGUEL	REGULAR
JOSE JORGE JESUS DA SILVA	FLOR DO MAR I	REGULAR
MARIO OLIVEIRA DOS SANTOS CRUZ	FREE WILLY	REGULAR
MARCELO SOARES ARAPONGA	FUZARCA	VENCIDO
JOSÉ COSTA CAMPELO	GAROTO II	VENCIDO
DIELSON REIS SANTOS	IEMANJA	VENCIDO
FABRICIO AUGUSTO LUZ SILVA	ILHA DAS FLORES II	REGULAR
GERALDO OTAVIO BIONDI	ITACARE III	VENCIDO
GERALDO OTAVIO BIONDI	ITACARE II	VENCIDO
ANTONIO SANTOS DA COSTA	IURY	REGULAR
ANTONIO SANTOS DA COSTA	IURY-I	REGULAR
CARLOS ALBERTO SANTOS DA COSTA	KELVY	REGULAR
DALVA MARIA PEREIRA MORAES	LANÇAMENTO	VENCIDO
GERALDO OTAVIO BIONDI	MAR DE CORAL	VENCIDO
GENILSON JESUS DA SILVA	MARITIMO	REGULAR
RITA BONFIM DE OLIVEIRA	OLIVEIRA I	VENCIDO
JOILSON COSTA CAMPELO E JOÃO PAULO GUIMARÃES NETO	ONDINAS	REGULAR
VALDECY NUNES DOS SANTOS	PEQUENO WAGNER	VENCIDO
MARIO SERGIO SANTOS	PREZADO	REGULAR
JOSE JESUS REIS	RAFAEL	REGULAR
ADELMO GOMES DOS REIS	RATINHO	REGULAR
ADINOELSON RAIMUNDO FERREIRA DE SÁ	RIO DE ENGENHO II	REGULAR
MIGUEL COSTA CAMPELO	ROBALINHO	REGULAR
JUVENCIO RIBEIRO COSTA	SANDER	REGULAR
ESINVAL MORAES MORENO	SIPESCA	REGULAR
REGINALDO SANTANA DOS SANTOS	SONHO DE TITI	REGULAR
VALNEY DE ABREU SANTOS	SONHO DE UM MENINO	VENCIDO
BRENIO SILVA DOS SANTOS	TARTIGRADO	REGULAR
RENATA RODRIGUES PEREIRA	TENHO FE EM DEUS	VENCIDO
CAMERINO MUNDI PEREIRA NETO	TRAVESSIA	REGULAR
AMILTON SILVA COSTA	VALE DO RIO I	REGULAR
NILO DOS SANTOS NETO	VIVA E ME DEIXE VIVER II	REGULAR
EDUARDO MIGUEL CONCEICAO SEPULVEDA	XIXARRO	REGULAR

Quadro 8.3.3.2.23 - Situação do Permissionamento para a Pesca das Embarcações com Portos de Origem no Município de Itacaré (MPA, 2011- Informação não Publicada)

Proprietário	Embarcação	Situação
RUBEM CRUZ SANTANA	3R	VENCIDO
JOSE CARLOS MORAES MORENO	AMANDA IV	VENCIDO
JOEL SANTOS SILVA	AMPARO II	VENCIDO
IVANILDO OLIVEIRA DOS SANTOS	ANJO DO MAR	REGULAR
EDNOELSON MUNDI BAHIA	ARIELLY	REGULAR
EDINALDO GOMES OLIVEIRA	ASPIRANTE	REGULAR
ORIGENES FERNANDES ARAUJO	AVOADOR	REGULAR
MARENILTON SANTOS GUEDES	BI	VENCIDO
ANTONIO JOSE VIEIRA	CELEBRIDADE	REGULAR
EDSON CRUZ SANTANA	DEUS ESTA NO CONTROLE	REGULAR
RONALDO SILVA SOLEDADE	DIEGO	REGULAR
JOSE AMARO DA CUNHA BARROS	FILHO DE SÃO MIGUEL	REGULAR
JOSE JORGE JESUS DA SILVA	FLOR DO MAR I	REGULAR
MARIO OLIVEIRA DOS SANTOS CRUZ	FREE WILLY	REGULAR
MARCELO SOARES ARAPONGA	FUZARCA	VENCIDO
JOSÉ COSTA CAMPELO	GAROTO II	VENCIDO
DIELSON REIS SANTOS	IEMANJA	VENCIDO
FABRICIO AUGUSTO LUZ SILVA	ILHA DAS FLORES II	REGULAR
GERALDO OTAVIO BIONDI	ITACARE III	VENCIDO
GERALDO OTAVIO BIONDI	ITACARE II	VENCIDO
ANTONIO SANTOS DA COSTA	IURY	REGULAR
ANTONIO SANTOS DA COSTA	IURY-I	REGULAR
CARLOS ALBERTO SANTOS DA COSTA	KELVY	REGULAR
DALVA MARIA PEREIRA MORAES	LANÇAMENTO	VENCIDO
GERALDO OTAVIO BIONDI	MAR DE CORAL	VENCIDO
GENILSON JESUS DA SILVA	MARITIMO	REGULAR
RITA BONFIM DE OLIVEIRA	OLIVEIRA I	VENCIDO
JOILSON COSTA CAMPELO E JOÃO PAULO GUIMARÃES NETO	ONDINAS	REGULAR
VALDECY NUNES DOS SANTOS	PEQUENO WAGNER	VENCIDO
MARIO SERGIO SANTOS	PREZADO	REGULAR
JOSE JESUS REIS	RAFAEL	REGULAR
ADELMO GOMES DOS REIS	RATINHO	REGULAR
ADINOELSON RAIMUNDO FERREIRA DE SÁ	RIO DE ENGENHO II	REGULAR
MIGUEL COSTA CAMPELO	ROBALINHO	REGULAR
JUVENCIO RIBEIRO COSTA	SANDER	REGULAR
ESINVAL MORAES MORENO	SIPESCA	REGULAR
REGINALDO SANTANA DOS SANTOS	SONHO DE TITI	REGULAR
VALNEY DE ABREU SANTOS	SONHO DE UM MENINO	VENCIDO
BRENIO SILVA DOS SANTOS	TARTIGRADO	REGULAR
RENATA RODRIGUES PEREIRA	TENHO FE EM DEUS	VENCIDO
CAMERINO MUNDI PEREIRA NETO	TRAVESSIA	REGULAR
AMILTON SILVA COSTA	VALE DO RIO I	REGULAR
NILO DOS SANTOS NETO	VIVA E ME DEIXE VIVER II	REGULAR
EDUARDO MIGUEL CONCEICAO SEPULVEDA	XIXARRO	REGULAR

- Identificação e Caracterização dos Pescadores Artesanais

A colônia Z-34 de Ilhéus possui atualmente cerca de 4.000 pescadores inscritos, porém apenas cerca de 1200 encontram-se em dia com as obrigações profissionais, destes 800 são mulheres e 400 homens. Já a colônia Z-19 possui cerca de 3.500 pescadores inscritos. Nas comunidades que atuam na área costeira destacam-se a sede municipal com maior número de pescadores inscritos.

Na comunidade pesqueira de Serra Grande, com cerca de 40 pescadores utiliza como porto o porto pé de serra e do sobradinho. No porto da Ponta do Ramo estima-se que 30 pescadores o utilizem, sendo todos moradores do local. O porto de Mamoã é utilizado pelo mesmo número de pescadores, os quais moram na comunidade de mesmo nome. Na Ponta da Tulha verificou-se a presença de 20 pescadores, porém apenas sete são inscritos na colônia, mas não estão em dia com os compromissos profissionais.

De acordo com dados obtidos pela BAMIN para o EIA/RIMA da Ponta da Tulha, cerca de 57,8% dos pescadores estão na faixa etária de 26 a 40 anos, ou seja, na idade considerada de maior inserção no mercado de trabalho. Apenas 13% declararam não serem afiliados em uma das colônias, Z-34 ou Z-19, 67,1% são afiliados, geralmente ligados à Z-34.

Com relação à escolaridade, 10% declararam-se sem instrução; 48% com o ensino fundamental incompleto e 16% completo, 7% com o ensino médio incompleto e 19% completo. Essa atividade não implica em mão de obra qualificada, portanto seus componentes humanos apresentam baixas condições de competição no mercado de trabalho e adentraram na pesca por necessidade da obtenção de alimento para a família (subsistência) e, em poucas vezes, por alguma compensação econômica da atividade.

Estima-se que apenas um terço da comunidade pesqueira atua de modo formal, uma vez que estudos mostram que os números de pessoas cadastradas como pescadores não necessariamente correspondem a pessoas que atuam no setor pesqueiro. Avaliou-se durante o trabalho, uma atuação feminina nas áreas de pesca ao longo do rio Almada, enquanto na área costeira marinha verificou-se um predomínio masculino, ficando as mulheres atuando na atividade de cata do camarão, não menos importante que a pesca, como pode ser observado na associação de catadeiras de camarão da comunidade do Iguape.

Em relação às comunidades que pescam nas áreas ao longo do rio Almada, o grau de informalidade é ainda maior. Segundo entrevista com representante do setor pesqueiro, membro da colônia Z-34, existem cerca de 50 pescadores inscritos na colônia, que vivem nas comunidades na margem direta do rio Almada, situadas entre a comunidade de São Domingos até a comunidade de Urucutuca.

Segundo dados obtidos na Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN) e informações disponíveis no *site* oficial da Prefeitura de Ilhéus, o município tem 30 núcleos de ocupação, configurados em distritos (e seus respectivos bairros) e povoados. São onze distritos: distrito-sede, Aritaguá, Banco Central, Banco do Pedro, Castelo Novo, Couto, Inema, Japu, Olivença, Pimenteira e Rio Braço. Em termos de atrativos turísticos, destaca-se o distrito de Olivença e, em termos de expressão de contingente populacional, o distrito de Aritaguá.

Quanto aos povoados, há um total de 19, concentrados, principalmente, no distrito de Aritaguá, onde Ponta da Tulha, Sobradinho e Banco da Vitória se destacam pela maior concentração populacional. As comunidades pesqueiras que atuam na ADA, AID e AII estão

assentadas em comunidades ao longo do rio Almada e ao longo da costa norte do município de Ilhéus. Como mostram as **Figuras 8.3.3.2.26 a 8.3.3.2.28** as comunidades pesqueiras têm suas famílias assentadas em casas informais sem regularização fundiária nem solução de esgotamento sanitário, sem falar na falta de infraestrutura urbana.



Figura 8.3.3.2.26 - Assentamento de Pescadores em Área de Risco por Estar Inserida na Planície de Inundação do Rio na Sede Municipal, Rua Ouvídio Leal



Figura 8.3.3.2.27 - Casa com Base Alta para Evitar Alagamento pelo Aumento do Volume do Lençol Freático na Comunidade de São João



Figura 8.3.3.2.28 - Casa Situada em Área de APP, Localizada em Zona de Ecótono Atrás do Manguezal e Casa Estabelecida no Ecótono com Banheiro na Área da Maré Junto ao Manguezal na Comunidade de

Mamoã

Além de não terem o direito ao solo no qual as suas casas estão implantadas, as comunidades ainda vivem em áreas de risco, seja pela localização em áreas com influência da maré, inserida na planície de inundação dos rios, seja pela falta de sinalização de perigos como é o caso que ocorre em Ponta da Tulha, onde crianças pescam em lagoa com ocorrência de jacarés, como foi verificado pela equipe de campo (**Figura 8.3.3.2.29**).



Figura 8.3.3.2.29 - Crianças Pescando em Lagoa com Ocorrência de Jacaré sem Placa Indicadora de Perigo na Comunidade de Ponta da Tulha

- Considerações Finais

A produção pesqueira do município de Ilhéus foi estimada pelo Programa ESTATPESCA, implantado no Estado da Bahia com o apoio do BAHIAPESCA. A última pesquisa consolidada refere-se aos resultados obtidos com a coleta de informações sobre o desembarque de pescado no ano de 2005, quando se calculou a produção total anual do município em torno de 852,2 toneladas. O valor em reais então estimado da venda do pescado foi contabilizado em R\$ 6.313.504,26.

Seguindo um padrão apontado pelos pescadores locais, os resultados da produção pesqueira respondem à dinâmica de sobre e de subexploração dos recursos disponíveis nas áreas de acesso da atividade artesanal. Períodos de grande produtividade provocam um estágio de sobre-exploração dos recursos e são seguidos por quedas da produção e subexploração por parte dos pescadores. Nas últimas estatísticas, observam-se resultados que confirmam essa dinâmica, pois, em 2002, a produção total do município foi estimada em 642 toneladas anuais.

Em 2003, houve um aumento para 1.084 toneladas anuais, seguido de outra queda, em 2005, para cerca de 850 toneladas anuais.

As observações de campo mostraram, que a dinâmica da pesca na AID e AII do empreendimento variam em relação aos períodos de defesos das espécies, em relação ao comportamento e à biologia das espécies alvo verificadas para a área. Também é importante elaborar programas e planos respeitando o modo de operar do setor pesqueiro que atua no estuário do rio Almada, no ambiente límnic do rio Almada e do setor que opera na área marinha.

Além das questões que envolvem as espécies alvos do setor pesqueiro em cada ambiente, como apresentado a seguir, a dinâmica influencia no esforço de pesca o qual é resultante da hh – Hora Homem relacionada aos artefatos, estratégias (armadilha, cerco etc.), infraestrutura, logística e políticas de financiamento do setor. Deste modo, as medidas compensatórias devem considerar a garantia do território pesqueiro, o qual consiste do seguinte: assentamento das comunidades, que é o local onde as comunidades habitam; acessos aos portos, às áreas de pesca e aos mercados; assim como os portos e áreas de pesca. A qualidade ambiental desses últimos componentes do território pesqueiro devem ser considerada e garantida porque são áreas cruciais para o volume da produção pesqueira.

A partir dos estudos realizados verificou-se que todas as comunidades assentadas no litoral do município de Ilhéus que zarpam a partir do Porto da Balsa até as que zarpam do Porto de Ponta do ramo são comunidades pesqueiras, com exceção das comunidades situadas entre a comunidade do Iguape até a da Barra do Marinho (após o condomínio Verdes Mares).

As comunidades pesqueiras supracitadas são as que mais utilizam o território de pesca situado na ADA, AID e AII. No rio Almada existe uma cadeia produtiva funcional para o setor pesqueiro nas comunidades que zarpam do porto da Barra do Pecém até o porto na lagoa encantada. Porém as comunidades não devem ser consideradas pesqueiras por mesclarem suas atividades com a agricultura. Entretanto deve-se garantir o território pesqueiro dessas comunidades devido a importância da pesca na economia e na subsistência.

Com a implantação do porto espera-se um impacto no âmbito social e ambiental. O impacto social estará relacionado a mudança no fluxo de capital e pessoas nas áreas influenciadas pelo empreendimento, da ADA até a AEE. Quanto ao meio ambiente, a pesca deverá ser influenciada pelas alterações devido as modificações da dinâmica dos sedimentos, distribuição de material orgânico e hidrodinâmica.

Além disso, a mudança no fluxo de pessoas e capital poderá influenciar na cultura da pesca, promovendo situações de risco para áreas importantes do território pesqueiro, assim como para as populações das espécies que compõem os produtos pesqueiros que ocorrem na ADA, AID e AII.

É importante para o sucesso da implantação e operação do empreendimento que as modificações nas áreas de deslocamento, acesso aos portos e áreas de pesca sejam acordadas com o setor pesqueiro. Isso poderá ser realizado mediante um grupo de representantes do empreendimento que sejam capazes de mediar os conflitos.

8.3.3.3 Mapeamento e Caracterização das Áreas Preferenciais Utilizadas para a Pesca Artesanal

Identificação e Caracterização do Território Pesqueiro

O território utilizado pelo setor pesqueiro que atua na ADA, AID e AII está situado ao norte da foz do rio Almada. Nessa área são encontradas praias arenosas de estágio morfodinâmico intermediário e ao sul do Morro do Pernambuco são observadas praias com o predomínio de estágio dissipativo nas quais se distribuem os portos das comunidades pesqueiras.

Ao longo dos rios e estuários são registrados manguezais bem desenvolvidos que constituem área de cria e desenvolvimento das espécies que constituem os produtos pesqueiros e é onde se distribuem os portos e áreas de pesca do setor que atua no rio Almada. Já na área costeira formações recifais estão presentes na linha de praia próxima à Olivença (MARTIN *et al.*, 1980; APOLUCENO, 1998). Essas formações constituem áreas de pesca de linha e mergulho para as comunidades pesqueiras que atuam na costa marinha ao norte da sede municipal de Ilhéus. De acordo com as observações de pescadores essas formações ocorrem da Pedra do Marinho, em frente à Barra do Marinho até a lage do Bento, em frente a Serra Grande (**Anexo 8.3.3.3.1**).

- Portos

Os portos utilizados pelas comunidades pesqueiras que atuam na ADA, AID e AII estão distribuídos ao longo do rio Almada e ao longo da costa norte do município de Ilhéus. A partir das observações de campo verificou-se que nenhum deles possui infraestrutura adequada para garantir qualidade aos produtos pesqueiros de um dos setores mais produtivos do estado da Bahia.

Portos no Estuário e rio Almada

Os portos distribuídos ao longo do estuário e rio Almada podem ser verificados no **Quadro 8.3.3.3.1**. O porto mais próximo da AID é o Porto de Aritaguá. Os portos do rio Almada estão situados na área de Influência direta do empreendimento. Porém a avaliação do setor pesqueiro que atua na área é a de que o empreendimento não afetará negativamente a atividade dos portos utilizados pelo setor ele. Como estão acostumados a utilizá-los sem a infraestrutura adequada para o próprio transporte e deslocamento das comunidades, acreditam que em termos de infraestrutura e navegação dentro do rio não haverá mudanças. Porém, deve ser considerado que o aumento da especulação imobiliária na região pode influenciar na diminuição do acesso aos portos por terra, ou o até mesmo a extinção de alguns portos, como alguns do setor já entendem.

A situação dos portos utilizados pelas comunidades que atuam no rio Almada pode ser observada a partir da **Figura 8.3.3.3.1**. A partir da análise do quadro pode-se observar que as embarcações ficam abalroadas nos portos devido ao não ordenamento da área para que seja possível fundear a embarcação com segurança. Isso diminui o tempo de vida da embarcação. Além disso, não existe infraestrutura de molhes ou atracadouros que permitam uma operação de descarga da produção com segurança. Foi possível observar pescados recém-chegados da pescaria dispostos no chão a despeito da demanda de procedimentos de conservação.

Quadro 8.3.3.3.1 - Portos Utilizados pelas Comunidades Pesqueiras que Atuam ao Longo do rio Almada

Comunidade pesqueira	Denominação do Porto
São Miguel	Porto Pecém
	Porto da Balsa
	Porto de Clóvis
	Porto da Amendoeira
Sede Municipal	Porto da Barra
	Porto Ouvídio Leal
Rosário	Mz Fazenda Rosário
São João	Porto Ton Lavignni
Água Boa	Porto água boa
Aritaguá	Porto Aritaguá
	Aritaguá – Pista
Combo	Porto do Combo
Juerana	Porto das Pidonas
	Porto da Juerana
Joia	Porto Clube do Joia
Sambaituba	Porto Sambaituba
Urucutuca	Porto Urucutuca
Lagoa Encantada / Areias	Porto Lagoa Encantada



Porto Pecém



Porto da Balsa



Porto da Barra



Porto de Clóvis



Porto da Amendoeira



Porto Ouvídio Leal



Porto Ton Lavignni

Porto Água Boa



Porto Aritaguá

Porto Aritaguá (pista)



Porto do Combo

Porto das Pidonas



Porto da Juerana



Porto Clube do Joia



Porto Lagoa Encantada

Figura 8.3.3.3.1 - Aspecto de Portos Utilizados pelo Setor Pesqueiro no Rio Almada – AID do Empreendimento

Portos na Costa Norte de Ilhéus

Os portos utilizados pelas comunidades pesqueiras que atuam na costa norte do município de Ilhéus, referente à ADA, à AID e à AII podem ser observados nas **Figuras 8.3.3.3.2 até 8.3.3.3.16**. Os Portos destas comunidades se distribuem do Pontal (**Figura 8.3.3.3.2**), Porto da sede Municipal de Ilhéus até porto do Forte (**Figura 8.3.3.3.16**), localizado no município de Itacaré. Porém deve-se considerar que o setor pesqueiro assentado na área em questão possui seus portos distribuídos entre o porto do Pontal e o porto Pé de serra (**Figura 8.3.3.3.15**) (no Pé da Serra Grande).

Os portos utilizados pelas comunidades pesqueiras que atuam na área costeira/marinha geralmente estão próximos aos assentamentos das comunidades pesqueiras, com exceção dos portos utilizados pelas comunidades de Serra Grande, os quais ficam distantes cerca de 6 km (uma légua, para as comunidades), como é o caso do porto Pé de Serra e 10 km como é o caso do porto do Sobradinho (**Figura 8.3.3.3.14**) também utilizado por esta comunidade no inverno, devido a dificuldade para aportar no porto Pé de Serra.

Em relação aos portos utilizados pela frota de embarcações motorizadas como local de desembarque e sede dos barcos em Ilhéus destacam-se os principais pontos a seguir:

Na zona norte, os portos da Barra (**Figura 8.3.3.3.6**), da Balsa (**Figura 8.3.3.3.7**), da Amendoeira (**Figura 8.3.3.3.8**), do Pecém (**Figura 8.3.3.3.9**), na sede municipal, sediam uma expressiva parte das embarcações da frota (40%). Dos barcos observados na zona norte, 87,2% estão equipados para pesca de arrasto de camarão, 37% possuem o deslocamento geográfico restrito ao litoral de Ilhéus, 75,5% não ultrapassam os 9 m de comprimento, 90% utilizam motor com a potência de 15 HP (Yanmar B18) e 51,3% não apresentam nenhum tipo de instrumentação tecnológica. Observou-se a predominância de saveiros nessa fração da frota.

Próximo ao centro da sede municipal de Ilhéus fica o Porto da Prainha (**Figura 8.3.3.3.5**), sede de embarcações que trabalham principalmente com a pesca de peixes com linha de mão (71,4%). Do total de barcos, 64,3% estão equipados ao menos com um tipo de instrumentação tecnológica, 35,7% apresentam atuação restrita ao litoral de Ilhéus, 64,3% comportam mais de uma tonelada de gelo ou pescado, 35,7% tem mais de oito metros de comprimento e nenhum possui motor com mais de 20 HP de potência.

Por estar próximo ao Iate Clube e ao Porto de Ilhéus, esta sede da frota apresenta uma ocupação crescente de embarcações de esporte e recreio, navios transatlânticos e cargueiros (do porto de Ilhéus), em detrimento da atividade pesqueira. Além disso, o recente aterro da área, onde os barcos ancoravam, obriga que estes sejam fundeados em mar aberto, gerando insegurança aos proprietários devido à constante ação de ventos de nordeste nessa área, da utilização de canoas e botes para embarque e desembarque, de suprimentos e pescados, respectivamente.

No porto do Pontal (**Figura 8.3.3.3.2**) e porto do Cemitério (**Figura 8.3.3.3.3**), localizado no sul de Ilhéus, estão sediadas embarcações pesqueiras voltadas principalmente para pesca de peixes com linha de mão. Esta parte da frota forma o seguinte perfil tipológico: 72,8% são saveiros armados com linha de mão, 45,5% são confeccionados em fibra de vidro, possuem a potência de motor média de 41 HP, 81,9% estão equipados com 2 ou mais tipos de instrumentações tecnológicas (principalmente bússola e rádio de comunicação) e 41% possuem área de atuação geográfica entre a faixa do litoral que vai de Itacaré a Canavieiras.

Ainda no centro da cidade, encontra-se o terminal pesqueiro (**Figura 8.3.3.3.4**), no trapiche em construção no lugar do antigo porto de Ilhéus, sede de embarcações voltadas principalmente para o arrasto duplo de camarão (80%). Os barcos sediados no antigo porto possuem a potência de motor média de 112,5 HP e capacidade de carga média de 7 toneladas (t) entre gelo e pescado. A capacidade média do tanque de combustível é de 2.378 litros de óleo diesel, 80% possuem rádio de comunicação, bússola, GPS e ecossonda e 48% apresentam área de atuação geográfica restrita à faixa do litoral que vai de Belmonte a Valença.



Figura 8.3.3.3.2 - Porto do Pontal



Figura 8.3.3.3.3 - Porto do Cemitério



Figura 8.3.3.3.4 - Terminal Pesqueiro - Trapiche Onde os Barcos Pesqueiros da Ilhéus Fruto do Mar são Carregados de Gelo





Figura 8.3.3.3.5 - Porto da Prainha



Figura 8.3.3.3.6 - Porto da Barra



Figura 8.3.3.3.7 - Porto da Balsa



Figura 8.3.3.3.8 - Porto da Amendoeira



Figura 8.3.3.3.9 - Porto de São Miguel



Figura 8.3.3.3.10 - Porto do Pecém





Figura 8.3.3.3.11 - Porto da Tulha



Figura 8.3.3.3.12 - Porto de Mamoã



Figura 8.3.3.3.13 - Porto da Ponta do Ramo



Figura 8.3.3.3.14 - Porto do Sobradinho



Figura 8.3.3.3.15 - Porto Pé de Serra



Figura 8.3.3.3.16 - Porto da Concha

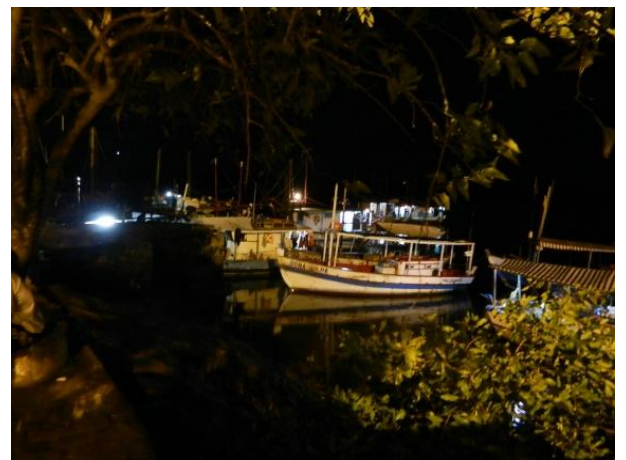


Figura 8.3.3.3.17 - Porto do Forte

O **Quadro 8.3.3.3.2** apresenta um resumo da caracterização de cada porto utilizado pelas comunidades pesqueiras que atuam nas áreas de pesca marinha e mostra os tipos de embarcação observados em cada porto durante a realização do estudo. É importante salientar que no porto da Ponta do Ramo foi verificado maior agrupamento pesqueiro de jangadeiros com 18 jangadas (**Figura 8.3.3.3.13**). No porto de Mamoã foram quantificadas dez jangadas, no porto de sobradinho, seis jangadas e no porto da Ponta da Tulha, três jangadas. É importante que medidas sejam tomadas para que a especulação imobiliária não interfira piorando os acessos terrestres a esses portos.

Quadro 8.3.3.3.2 - Resumo dos Portos e Atividade Desenvolvida, Comunidade Pesqueira que Atua em Cada Porto e Principais Tipos de Embarcações

Comunidade	Nome	Atividade pesqueira	Embarcação
Sede	Porto do Pontal	Desembarque	BP, BM, Baiteira
	Porto do Cemitério	Estaleiro	BP, BM, BG, Baiteira
	Terminal pesqueiro	Desembarque	em construção
	Porto da Prainha	Desembarque	Baiteira, Canoa
	Porto da Barra	Desembarque	BP, BM, BG
São Miguel	Porto da Amendoeira	Desembarque	BP, BM, Canoa, Baiteira
	Porto da Balsa	Desembarque	BP, BM, Canoa, Baiteira
	Porto do Pecém	Desembarque	BP, BM, Canoa, Baiteira
	Porto de São Miguel	Desembarque	Canoa
Ponta da Tulha	Porto da Ponta da Tulha	Desembarque	BP Jangada, canoa, Barco motor de popa
Mamoã	Porto do Mamoã	Desembarque	BP Jangada, canoa, Barco motor de popa
Ponta do Ramo	Porto da Ponta do Ramo	Desembarque	Jangada, Barco motor de popa, barca, canoa
Serra Grande	Porto do Sobradinho	Desembarque	Jangada
Itacaré	Porto da Concha	Desembarque	BP, canoa, baiteira, barco popa
	Porto do Forte	Desembarque	BP, BM

BP = barco pequeno, BM = barco médio e BG = barco grande

Áreas de pesca

Segundo DIAS DUARTE (1999), os pesqueiros da região de Ilhéus estão associados às feições geomorfológicas dos fundos, como alinhamentos de arenitos de praia submersos, afloramentos rochosos, paleocanais, bancos de algas calcárias e diversas formas de recifes coralinos. Essa descrição coaduna com a realidade do campo, quando se observou que as áreas de pesca com linha eram compostas por pesqueiros de peixe denominados de pedra e cascalho para as áreas de pesca de lagosta. O setor pesqueiro denomina de lama as áreas de pesca de camarão.

As áreas de pesca são formadas por um conjunto de pesqueiros, os quais são nichos de concentração de espécies de peixe que habitam uma porção do espaço aquático em alguns períodos do ano e que são explorados pelos pescadores. Para esses locais, são atribuídos nomes e associados sentimentos de posse, tanto no sentido de uma apropriação privada por parte de um pescador como de uma apropriação coletiva referida a um determinado grupo social, quando um pesqueiro é utilizado pelos pescadores de um determinado lugar:

De acordo com Diegues (1993), “para muitas populações tradicionais que exploram o meio marinho, o mar tem suas marcas de posse, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descobertos e guardados cuidadosamente pelo pescador artesanal.” O mesmo ocorre com as áreas de pesca nos estuário e manguezal. A proteção das áreas de pesca no ambiente estuarino e manguezal ainda dependem da manutenção dos acessos, os quais nem sempre são considerados como áreas públicas e de importância para a pesca.

Áreas de Pesca no estuário e Rio Almada

A distribuição territorial da atividade pesqueira acompanha o traçado geomorfológico da plataforma continental do litoral sul baiano. No mar, os recortes fronteiriços entre os

municípios são menos evidentes do que ao longo do rio. A identificação das áreas de pesca com inferência de produção foi verificada nas áreas de pesca descritas no **Quadro 8.3.3.3.3**, as quais estão distribuídas ao longo do rio Almada da área denominada de Pedra do peão até Urucutuca.

Quadro 8.3.3.3.3 - Áreas de Pesca Distribuídas ao Longo do Rio Almada

Denominação da Área de Pesca		
Baixo estuário	Médio estuário	Alto estuário
Pedra do Peão	Mangue de São Domingos	Coroa do Sobrado
Poço	Mangue da Fazenda Rosário	Coroa do Candomblé
Coroa da Cruz	Coroa da Cana	Coroa do Carlão
Mangue de Clóvis	Porto Ton Lavignni	Coroa Arnaldo de Badaró
Mangue de São Miguel	Mangue da água boa	Ilha do Quati
Mange do Iguape	Coroa de Alberto	Juerana
	Combo	Clube do Jóia
		Sambaituba
		Urucutuca

A partir da observação do **Quadro 8.3.3.3.3** verifica-se que os nomes das áreas de pesca estão dispostos em três colunas. A primeira são as áreas de pesca que ocorrem no baixo estuário e no entorno da Sede do Município de Ilhéus. A segunda coluna está relacionada às áreas de pesca que ocorrem no médio estuário. De acordo com os relatos das comunidades pesqueiras são nessas áreas de pesca onde ocorrem as melhores pescarias. Na terceira coluna estão listadas as áreas de pesca que ocorrem no alto estuário e ambiente límnico.

De acordo com o setor pesqueiro local, nessas áreas a maior parte dos peixes não está em conformidade com os tamanhos e qualidades requeridas pelo mercado da pesca. Por isso os produtos pesqueiros oriundos dessas áreas são utilizados para subsistência. As principais espécies dessas áreas são o robalo, tucunaré, bagre (tigre) e a tilápia.

Nessas áreas de pesca não foram observados conflitos da operação das pescas realizadas com as atividades relacionadas à implantação e à operação do porto. Visando garantir a segurança do setor pesqueiro que atua nas áreas de pesca do rio Almada, as estruturas relativas à retro-área do porto deverão seguir padrões de segurança para que não ocorram alterações negativas na qualidade da água e ecossistemas que garantem a qualidade dos produtos pesqueiros da área em questão.

Áreas de Pesca na Costa Norte de Ilhéus

Informações sobre as áreas de captura, provenientes do preenchimento de mapas de bordo das embarcações de origem do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, indicam que 20% da produção total dessas frotas (35% do espadarte capturado pelo Brasil) são registrados na região oceânica imediatamente ao sul de Ilhéus, entre 15° e 20°S, em áreas com profundidades acima de 1.000 m. Os demais 80% da produção dos grandes pelágicos são encontrados em profundidades maiores que 3.000 m. Ambas distantes da ADA, AID e AII e do empreendimento.

O tipo de propulsão (motor, remo, vela) e o tamanho das embarcações (se são compostas ou não por quilha e convés) são fatores que influenciam na autonomia delas para deslocamento nas áreas de pesca que ocorrem na plataforma costeira. A maior autonomia e melhores

condições de trabalho a bordo (equipamentos) possibilitam o alcance de maiores distâncias da costa e maiores profundidades.

A plataforma continental leste, que se estende da Baía de Todos os Santos (Bahia) até Cabo Frio (Rio de Janeiro), sendo estreita e descontínua, com uma largura entre 20 e 90 km, com exceção da área entre Canavieiras e o Banco de Abrolhos, no estado da Bahia, que pode atingir até 240 km de largura. A plataforma continental leste possui profundidades entre 40 e 80 m (EKAU; KNOPPERS, 1999). Segundo Ekau e Knoppers (1999), a Corrente Sul - Equatorial (CSE) atinge a costa nordeste brasileira entre 11 e 15°S. A CSE segue em duas direções, a porção menor flui para o sul, formando a Corrente do Brasil (CB), que percorre a costa leste e sudeste brasileira,

As correntes verificadas na ADA, AID e AII são oriundas de vórtex relacionado à Corrente do Brasil. Na costa da Bahia onde foi realizado o presente trabalho há o predomínio dos ventos Nordeste (NE) durante o verão e o inverno, devido à migração da Célula Anticiclônica Semi-Estacionária do Atlântico Sul na direção sul, ao avanço de frentes frias, à presença de ventos Sudeste (SE) que geram um padrão de ondas nesse sentido, além dos ventos Leste (E) que sopram durante o ano inteiro.

Este padrão geral de circulação atmosférica é suscetível a distúrbios, particularmente quando a atuação de fenômenos atmosféricos como o El Niño pode interromper a ação dos ventos Sul-Sudeste (SSE) nessa região. Isto se deve ao fato da região estar situada na Zona de Divergência da Célula Anticiclônica Semi-Estacionária do Atlântico Sul. Sazonalmente, essa célula tende a se expandir e contrair. Durante o inverno, a zona de alta pressão cobre uma vasta área do país, enquanto durante o verão ela retorna para o oceano. Na zona costeira, esse movimento sazonal da zona de alta pressão controla a posição da Zona de Divergência (ZD).

Conforme a classificação de *Köppen*, Ilhéus apresenta clima incluído na categoria Af, quente e permanentemente úmido de floresta, sem estação seca. No que se refere ao período mais chuvoso, há discordâncias na literatura. CEPLAB (1979) considera o trimestre de março a maio, ao passo que BAHIA (1993) refere-se ao período de maio a julho. A precipitação anual média é de 1716,6 mm e a evaporação pode atingir 1469,6 mm/ano, o que gera um excedente hídrico de 247 mm. A média pluviométrica varia em torno de 143 mm/mês. A temperatura média anual é de 23,3°C, sendo a mínima de 19,4°C e a máxima de 28,5°C. A umidade relativa do ar oscila em torno de 85% (BAHIA, 2001)

Os territórios pesqueiros de Itacaré com maior esforço de pesca foram estuário do Rio de Contas e a localidade Barra de Mamoã. Apenas esta última está situada na AII do empreendimento. Nessa área verificou-se sobreposição espacial na atuação das embarcações de linha e camaroneiras (barco que traciona a rede de arrasto). O arrasto tracionado realizado pelas camaroneiras ocorre principalmente entre a faixa de litoral de Itacaré a Canavieiras e na profundidade de 30 a 60m.

O território pesqueiro referido pelo próprio setor como de ilhéus está situado entre as áreas de pesca de Comandatuba até as pedreiras até Itacaré (**Anexo 8.3.3.2.1**). Na área foram observadas 34 áreas de pesca (**Anexo 8.3.3.3.1** e **Quadro 8.3.3.3.4**). A partir de entrevistas com pescadores de cada comunidade obtiveram-se detalhes destas áreas. As áreas de pesca de arrasto de camarão geralmente são denominadas de lama, as áreas de pesca de lagosta de lama ou cascalho e os pesqueiros de peixe de pedra ou cabeçaço.

No campo, observou-se a ocorrência de arrasto muito próximo à praia (cerca de 200 m) à profundidade de 2m, porém, tecnicamente não é conveniente, nem legal, denominar esta área como limite da área de pesca de arrasto para Barcos Pequenos. O arrasto nessas áreas é prejudicial para a homeostase do ambiente e das comunidades de organismos que compõe um dado recurso pesqueiro alvo de outras pescarias e, além disso, é ilegal.

Conforme o artigo sétimo da IN nº5 da SEAP (Brasil, 2007) fica proibido o exercício da pesca de arrasto motorizado no litoral dos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia, como discriminado a seguir:

“I - Alagoas: a menos de uma milha náutica da costa;

II - Sergipe: a menos de duas milhas náuticas da costa; e,

III - Bahia:

a) da divisa da Bahia com Sergipe até a divisa dos Municípios de Mata de São João e Camaçari, a menos de três milhas náuticas da costa;

b) da divisa dos Municípios de Mata de São João e Camaçari até a divisa dos Municípios de Marau e Itacaré, a menos de quinhentos metros da costa para todas as embarcações camaroneiras e a menos de mil metros da costa para as embarcações camaroneiras equipadas com guincho;

c) da divisa dos Municípios de Marau e Itacaré até a divisa dos Municípios de Canavieiras e Belmonte, a menos de mil metros da costa;

d) da divisa dos Municípios de Canavieiras e Belmonte até a divisa dos Estados da Bahia e Espírito Santo, a menos de trezentos metros da costa.”

O deslocamento dos pescadores se faz em toda a região pesqueira de Ilhéus, que vai das áreas contíguas de Canavieiras a Itacaré, ou um pouco mais acima, no limite sul da baía de Camamu (em frente ao morro chamado de Taipus). Com pequenos barcos a motor, os pescadores circulam nesses territórios marítimos em busca do pescado e dos “pesqueiros” por eles já conhecidos.

Em função das feições marinhas locais, os principais pesqueiros explorados pela frota ilheense distribuem-se sobre a plataforma continental, desde profundidades de 20m, e concentram-se na região da plataforma externa até a zona de quebra da plataforma, entre 40 e 150m de profundidade. Essas zonas marinhas são designadas de modo diferente pelos pescadores.

Para o mapeamento dos territórios marinhos das Áreas de Influência do futuro Terminal, utilizaram-se as definições dos próprios pescadores, uma vez que elas sintetizam a lógica do entrecortado de pesqueiros característico desse litoral. Tal forma de designação servirá para resumir os principais tipos de pesca desenvolvidos nas áreas contíguas ao futuro Terminal, que poderão sofrer as influências de sua implementação.

A divisão de pesqueiros, tal como proposta, está baseada no intercruzamento entre os seguintes fatores: (a) tipos de fundo marinho; (b) tipos de recursos explorados; (c) técnicas de

captura; (d) tipos de embarcação e petrecho; (e) a sazonalidade climática (variável em função das estações do ano e das condições de maré).

Tal pesquisa sobre os usos dos territórios marinhos resultou na elaboração de um mapa de **Áreas de Pesca (Anexo 8.3.3.3.1)** e num esquema da área que elas estão distribuídas (**Figura 8.3.3.3.18**). Essa representação cartográfica, apoiada nas designações nativas e em observações de campo. A partir da elaboração do esquema com as designações mais comuns relativas às áreas de pesca (**Figura 8.3.3.3.18**) pode-se observar um esquema com a disposição no território pesqueiro das seguintes definições generalizadas para áreas de pesca na região de interesse:

Lamas do Interior – situadas nas áreas mais próximas da costa, correspondendo às áreas de fundo lamoso, até 20m de profundidade. Costumam ser exploradas por pescadores com embarcações motorizadas de pequeno porte, que praticam a pesca de arrasto de camarão nos moldes artesanais;

Lamas de Fora – áreas de fundo lamoso, situadas a partir dos 30 m de profundidade. Costumam ser exploradas por pescadores com embarcações de médio e grande porte, que praticam pesca de arrasto com rede de portas; essa pescaria pode alcançar até 70 m de profundidade. Os principais usuários desses pesqueiros são os pescadores vinculados ao setor empresarial da pesca, trabalhadores ou donos de barco. As embarcações utilizadas no desenvolvimento desse tipo de atividade encontram-se equipadas com GPS, sonda, rádio e outros equipamentos, os quais possibilitam um deslocamento mais preciso, para não esbarrar nos “recifes” e “coroas”, comumente encontrados na parte sul do litoral ilheense, e não danificar as redes. Na área próxima à futura ponte de acesso ao píer, um pescador desenhou sobre uma carta náutica o percurso das “lamas” onde costumam pescar, conforme mostrado na Ilustração do **Anexo 8.3.3.3.2**;

“Paredes” ou “Beiradas” - situadas nas zonas de quebra da plataforma continental, nas áreas de maior gradiente. As “paredes” seguem ao longo de toda a linha de costa, logo após a estreita zona da plataforma continental, em profundidades a partir da isóbata de 50 m. Nessas áreas, ocorrem importantes pescarias de linha, dirigidas para espécies como o dourado, vermelhos, dentão, guaiúba, cações, cavalas, badejo, corvina e outras. Os recursos pesqueiros da zona de borda da plataforma continental e talude superior da região também atraem frotas visitantes de outros estados, além das frotas locais dedicadas à pesca de linha e à atividade lagosteira. Dentre as frotas visitantes, destaca-se a presença de lagosteiros do Ceará e do Rio Grande do Norte, assim como embarcações das frotas de espinhel de fundo do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Os pesqueiros citados pelos pescadores foram: Parede de Ventura, Beirada da Canoa, Beirada do Homem, Beirada do Dentão, Imbuíra, Olivença, Acuípe, Ponta do Ramo, Aracanguira, Beiradinha, Beirada do Cícero, Espiãozinho, Espigão de Fora, Oiteiro da Beira da Serra;

“Regos” - são canais submersos com profundidades mais rasas do que as áreas do entorno de onde se localizam. Esses pesqueiros, segundo FRANÇA (1979), são formados por paleocanais associados aos cânions dos rios da região que entalham o talude e plataforma continental, como o cânion do rio Almada. Os “regos” são explorados, principalmente, por aqueles que praticam a pesca de linha, na captura das espécies. Alguns “regos” mencionados pelos pescadores de Ilhéus são: Rego de Comandatuba, Rego do Poxim, Rego do Una, Regão ou rego da Barra Nova e Buraco da Arraia. Destes, o Regão é a única área de pesca que está situada na AID;

“Coroas” ou “Recifes” - são rochas encontradas no fundo do mar, responsáveis pela formação de ambientes propícios à reprodução e atração de peixes e cardumes. Esses pesqueiros são utilizados tanto pelos pescadores que operam com linha, em saveiros e jangadas, quanto por aqueles que praticam a pesca da lagosta;

Zonas de “fora” ou Oceânica - situadas no talude continental, em áreas oceânicas, mas afastadas da costa. Esses locais são alcançados apenas pelas atividades de pesca industrial, com espinhel de fundo. As frotas atuantes no litoral baiano são oriundas de outros estados onde o setor pesqueiro se desenvolve com base numa produção de larga escala.



Zona de Fora	
Parede ou Beirada	cascalho
Lama de fora	 Regos 
Lama de interior (lama)	<u>Recifes Corais</u>
Praia	

Figura 8.3.3.3.18 - Esquema da Distribuição das Áreas de Pesca com Denominação Generalizada no Território Pesqueiro

Quadro 8.3.3.3.4 - Áreas de Pesca Costeiras Observadas na Área de Interferência Direta

Nome	Atividade pesqueira	Comunidade
Lama do Iguape	Arrasto	Sede, Barra de São Miguel
Lama da Conceição	Arrasto	Sede, Barra de São Miguel
Patacsé	Linha	Sede, Barra de São Miguel, Ponta da Tulha
Pedra da Conceição	Linha	Ponta da Tulha, Mamoã, Ponta do Ramo
Rego do Ventura	Rede espera	Ponta da Tulha, Mamoã, Ponta do Ramo
Rego da Barra nova	Rede espera	Ponta da Tulha, Mamoã, Ponta do Ramo
Marissol	Linha, Rede espera lagosta	Ponta da Tulha, Mamoã, Ponta do Ramo
Pedra da Mata Alta	Linha	Ponta da Tulha, Mamoã
As Tatibas	Linha	Ponta da Tulha, Mamoã
Supermercado	Rede	Lama e pedra
Pedra do Ramo	Linha	Ponta da Tulha
Recifes	Linha, Mergulho	Ponta da Tulha, Mamoã
Jaqueira do Duro	Linha, Mergulho	Ponta da Tulha, Mamoã
Serra do Ramo	Linha	Ponta da Tulha, Mamoã, Ponta do Ramo
Quebrada	Linha, Arrasto	Ponta da Tulha, Mamoã, Ponta do Ramo
Lama de Fora	Arrasto	Sede, Barra de São Miguel
Lama da Juerana	Arrasto	Sede, Barra de São Miguel
Lama da Conceição	Arrasto	Sede, Barra de São Miguel
Pedra de Ilhéus	Linha, Lama	Sede, Barra de São Miguel
Bacia	Linha	Sede, Barra de São Miguel
Barra do Marinho	Calão	Ponta da Tulha
Lagoa da Ponta da Tulha	Linha	Ponta da Tulha
Cascalho	Arrasto	Sede, Barra de São Miguel
Cascalho do Velho Julho	Arrasto	Sede, Barra de São Miguel
Patacsé	Linha, Arrasto	Sede, Barra de São Miguel
Mero Cortado	Linha, Arrasto	Sede, Barra de São Miguel
Lagedo	Linha, Arrasto	Ponta da Tulha
Bacia	Linha	Sede
Pedra do Marinho	Mergulho, Linha	Ponta da Tulha, Mamoã
Pedra de Edi	Linha	Ponta da Tulha, Mamoã

Continua

Quadro 8.3.3.3.4 - Áreas de Pesca Costeiras Observadas na Área de Interferência Direta Continuação

Nome	Atividade pesqueira	Comunidade
Sonda de Alemão	Linha	Ponta da Tulha, Mamoã
Pedra de Zé Buraco	Linha	Ponta da Tulha, Mamoã
Durinho	Linha	Ponta da Tulha, Mamoã
Pedra de Chico	Linha	Ponta da Tulha, Mamoã
Serrinha	Linha	Ponta da Tulha, Mamoã
Durão	Linha	Ponta da Tulha, Mamoã
Pedra da Mata Alta	Linha	Ponta da Tulha, Mamoã
Pedra da Jaqueira	Linha	Ponta da Tulha, Mamoã
Lage do Bento	Linha	Ponta da Tulha, Mamoã
Pedra do Rego	Linha	Ponta da Tulha, Mamoã
Sabaia	Linha	Ponta da Tulha, Mamoã
Pedra Grande	Linha	Ponta da Tulha, Mamoã

O território pesqueiro composto pelas áreas de pesca de arrasto de camarão foi o maior, como pode ser observado a partir do **Anexo 8.3.3.2.1** (territórios pesqueiros baseados na atividade pesqueira de arrasto de camarão). Na AID e mesmo na ADA foi possível verificar a ocorrência de área utilizada pela pesca de arrasto. Para as pescas de linha, emalhe, cerco e calão, porém, não foi verificada a existência de nenhum pesqueiro na ADA.

O arrasto de camarão tem como área principal e de maior produtividade, as áreas de lama que ocorrem principalmente entre a faixa de litoral de Itacaré até Canavieiras, na profundidade de 30 a 60 m.

De acordo com Brasil (2010), as embarcações em caso de emergência e para se engajar na pesca, podem cruzar linhas de separação de tráfego. A regra 10, a qual trata sobre os esquemas da separação de tráfego, mostra que uma embarcação engajada na pesca pode cruzar linhas de tráfego costeiro, evitando fundear nas zonas de separação de tráfego desde que não interfira na passagem de qualquer outra embarcação navegando em uma linha de tráfego.

Em se tratando do perigo de abalroamento, a ocorrência de área de pesca com pesqueiro denominado lama de Conceição e lama da Juerana nas proximidades dentro da AID não deverá interferir na pesca de arrasto desenvolvida na área, uma vez que este tipo de pesca se faz com a embarcação em pleno deslocamento, não necessitando fundear nas zonas de separação de tráfego.

Além disso, as embarcações que utilizam essa área para o arrasto possuem tamanho inferior a 20m. De acordo com o item (j), da regra 10, do Rípeam (Brasil 2010), uma embarcação de comprimento inferior à 20m ou uma embarcação a vela não devem dificultar a passagem segura de uma embarcação com propulsão mecânica navegando ao longo de uma via de tráfego. Como se trata de uma área de porto, ou seja, de zona de separação de tráfego as embarcações engajadas na pesca que se deslocarem pela zona em questão terão que dar preferência às embarcações em operação portuárias, pois estas durante estas operações ficam dispensadas em cumprir a regra.

Como a ocorrência do porto irá alterar na rota do arrasto que ocorre nessa área é necessário que a implantação do porto seja acompanhada de regras específicas para uso das áreas de influência da operação portuária. É recomendável que as regras sejam elaboradas de modo participativo buscando contemplar as demandas legais e dos setores envolvidos.

As áreas de pesca de linha ocorrem a uma certa distância da área de operação portuária devendo as equipes responsáveis pela construção do porto observar o mapeamento destas para procedimentos de retirada e lançamento de materiais oriundos da atividade de construção do mesmo. Uma dessas áreas é a localizada na frente da Ponta do Ramo denominada de Regão. Ela é uma das mais produtivas áreas de pesca e tem como principais recursos em termos de frequência, dentão, vermelho e mero.

- Caracterização Estratégica das Instituições e Representação do Setor Pesqueiro Atuantes na Região

A condição de acesso aos bens de produção se processa em decorrência da autonomia do controle do uso dos equipamentos, determinando diferentes categorias de pescadores com base na propriedade e uso dos bens de produção (BAHIAPESCA, 1994). As relações de trabalho se estabelecem em função da propriedade dos equipamentos de pesca.

A economia pesqueira do município de Ilhéus reproduz os padrões dessa atividade em outros locais do País, onde o acesso aos bens de produção - embarcações e petrechos - demarcam as fronteiras da divisão social do trabalho. Essa perspectiva não está representada na lógica que distingue a pesca artesanal da pesca industrial. Quando se trata das funções econômicas dos atores sociais empregados nessa atividade, melhor seria distingui-los entre trabalhadores da pesca (pescadores, marisqueiros e práticos) e empresários da pesca (atravessadores ou “pataqueiros”, donos de barcos, de equipamentos de pesca, de frigoríficos e de peixarias).

A pesca desenvolvida em moldes empresariais se realiza com uso de embarcações grandes e equipadas com GPS, sondas, rádio e outros recursos de bordo, que favorecem a localização e a captura de grandes cardumes. O elevado custo dessas embarcações indica a necessidade de um investimento alto, apenas recompensável por uma produção de larga escala. Na Bahia, o investimento empresarial da pesca se realiza, prioritariamente, no âmbito organizativo das cooperativas e dos frigoríficos e dos proprietários ou arrendatários de embarcações de maior porte (BAHIAPESCA, 1994).

Os proprietários das embarcações e, muitas vezes, também, dos petrechos de pesca, recebem uma parcela da produção em troca do fornecimento do material - geralmente, de 50% da produção, com variações de acordo com a relação entre o proprietário e o pescador.

O pescador pode ser ou não dono da embarcação e dos petrechos de pesca. A relação entre o proprietário do barco e o pescador pode ser marcada apenas por vínculos de trabalho e empregatícios, ou envolver laços familiares.

A divisão do pescado entre a tripulação varia de acordo com o sistema de pesca empregado. Nos barcos de linha, por exemplo, cada pescador marca o seu peixe e recebe proporcionalmente à sua produção individual. Uma parte fica com o dono do barco e outras vão para o mestre, o cozinheiro e o “geleiro”. Na pesca do camarão, um dos tipos encontrados de subdivisão da produção é o chamado “quinhão”, no qual a produção total, abstraída dos custos e da parte do dono do barco, é dividida entre a tripulação, seguindo a proporcionalidade das hierarquias de funções (mestre, geleiro, cozinheiro e pescador). Nos casos em que os donos das embarcações são também mestres e pescadores, a renda de um dos membros da tripulação passa a ser radicalmente superior à dos demais.

A comercialização dos produtos pesqueiros é efetuada diretamente com as empresas de pesca e beneficiamento do pescado ou, na grande maioria dos casos, através da figura do intermediário, conhecido localmente como atravessador ou “pataqueiro”, que também pode ser o dono do barco.

GOMES *et al.* (2005) elaboraram um esquema da comercialização da frota camaroneira do município de Ilhéus (**Figura 8.3.3.3.19**). No esquema, estão expostos todos os elos existentes da cadeia de comercialização do camarão (que pode ser também similar à da pesca de linha), de acordo com os tipos de embarcações apresentadas no **Quadro 8.3.3.3.5**.

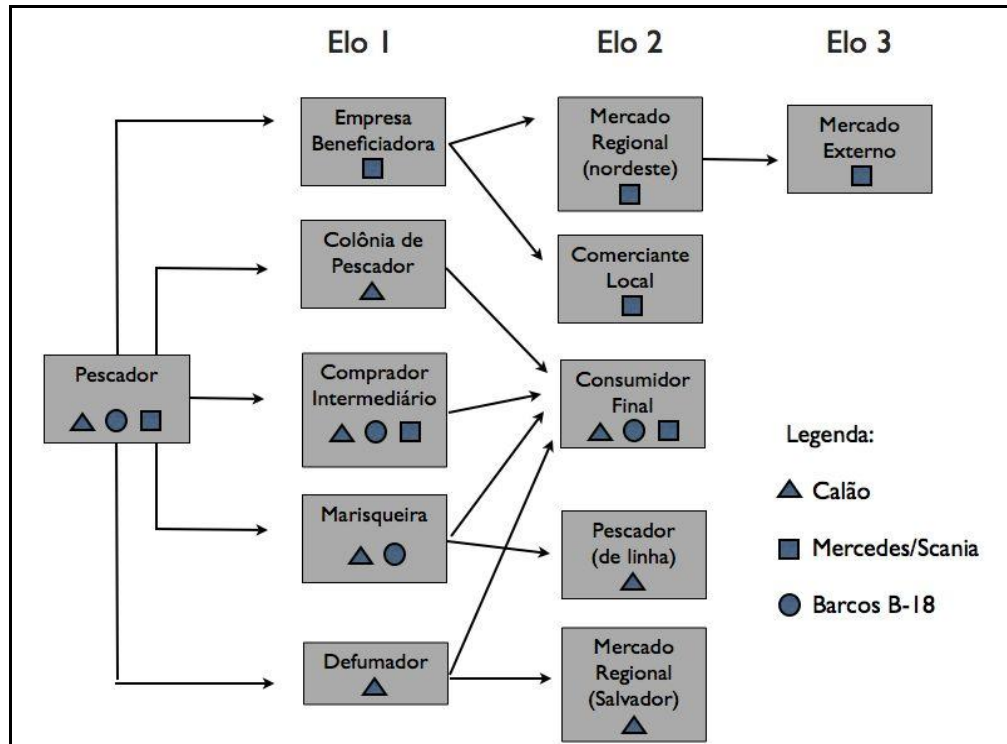
Quadro 8.3.3.3.5 - Instituições e Colegiados a Serem Priorizados na Elaboração de Políticas Relacionadas ao Setor Pesqueiro

Associação dos Pescadores da Barra
Colônia de Pesca Z-19
Colônia de Pesca Z-34
Associação Beneficente da Ponta da Tulha e Mamoã
Associação de catadeiras do Iguape

A relação entre os pescadores e os atravessadores pode ultrapassar os interesses de compra e venda do pescado. No caso de o pescador não dispor do capital necessário para abastecer sua embarcação, o atravessador fornece os petrechos, adiantamento em dinheiro para o “vale” (dinheiro que fica com a família quando o pescador vai para o mar), combustível, “rancho” (alimentação da tripulação) e gelo. Em troca, estabelece-se um acordo de venda total da produção para o intermediário. Isso atribui ao atravessador o poder de definição do valor do pescado.

Essa relação de trabalho - em que o pescador não detém o controle dos seus meios de produção - pode gerar uma extrema dependência dele ao atravessador. Nem sempre o pescador consegue produzir o suficiente para, ao menos, zerar sua dívida dos adiantamentos e, em decorrência disso, necessita recorrer mais uma vez ao atravessador para voltar ao mar.

Na área de estudo, foram encontrados intermediários que são também proprietários de fábricas de gelo, frigoríficos e empresas de pesca. Em geral, o intermediário só fornece o gelo mediante o compromisso de venda do produto. Alguns pontos de desembarque não possuem acessos pavimentados, o que dificulta o escoamento do produto e o transporte do gelo. Alguns pescadores produzem seu próprio gelo em congeladores domésticos e/ou buscam outras formas de conservação do pescado, como a salga e a defumação.



Fonte: GOMES *et al.* (2005)

Figura 8.3.3.19 - Fluxograma dos Canais de Comercialização do Camarão Pescado - Ilhéus, Bahia, 2004

Uma das empresas pesqueiras do município, a COPEX, pode ser um exemplo da complexidade dos arranjos entre produtores e empresários da pesca. Essa empresa foi fundada a partir da falência de uma antiga cooperativa de pesca e atua em todas as etapas de produção do pescado, desde a captura, passando pelo beneficiamento, armazenamento e distribuição.

A principal espécie beneficiada e comercializada pela COPEX é o camarão, que é normalmente negociado a R\$18,00/kg do "grande" e R\$7,00/kg do "pequeno". A empresa possui poucos barcos de pesca de linha, que trabalham, principalmente, com as espécies guáiba e cioba.

Até cinco anos atrás, a COPEX possuía 50 funcionários diretamente contratados, sendo 23 mulheres, que trabalhavam no beneficiamento do pescado. A condição atual de subexploração da estrutura física da empresa, que possui uma capacidade de armazenamento em câmaras frigoríficas que ultrapassa as 20 toneladas, atesta a crise do setor pesqueiro municipal. A empresa, nessa época, possuía 11 embarcações em operação: sete barcos de pesca de camarão (rede de arrasto), três de peixe (pesca de linha) e um de lagosta.

Atualmente, apenas sete embarcações estão em operação e, fora os pescadores dos barcos, apenas 10 empregados fixos trabalham no processo de beneficiamento do pescado. O peixe produzido pela empresa costumava ser negociado tanto no mercado nacional (70%) como exportado para outros países do MERCOSUL, para os Estados Unidos da América e para o Japão. Hoje, toda a produção é voltada para o mercado interno. O dono da empresa justifica o decréscimo da sua produção do seguinte modo: "A pesca é igual maré: enche e vaza". Essa é mais uma formulação referida à fase de sobre-exploração dos recursos pesqueiros e queda da produção, sobre a qual comentou grande parte dos pescadores entrevistados.

Para tornar um pouco mais complexo o entendimento sobre a economia da pesca e a divisão social do trabalho a ela associada, soma-se um dado fundamental da estruturação dessa atividade no município de Ilhéus: as duas Colônias de Pescadores aí localizadas, Z-34 (Figura 8.3.3.3.20) e Z-19 (Figura 8.3.3.3.21), também assumem a função de intermediárias da produção pesqueira local. A infraestrutura dessas organizações, geralmente adquirida por meio de recursos públicos, é utilizada nos mesmos moldes já descritos de venda, comercialização e beneficiamento de pescado. Porém as condições de infraestrutura (Figuras 8.3.3.3.22 e 8.3.3.3.23) destas organizações não permite alcançar mercados que paguem melhor pelo produto pesqueiro.



Estrutura da Sede



Estrutura Pecém (São Miguel)



Unidade de Beneficiamento de Mamoã

Figura 8.3.3.3.20 - Colônia Z-34



Estrutura administrativa

Estrutura de Venda e Porto Pontal

Figura 8.3.3.3.21 - Colônia Z-19



Equipamento de embarcação junto à estrutura de processamento (balança)



Disposição e processamento de pescado em plena calçada



Equipamento de frio subutilizado devido a erro na avaliação da produção para o local

Figura 8.3.3.3.22 - Infraestrutura Relacionada à Colônia Z-34



Estrutura administrativa junto com estrutura de processamento



Método de conservação caro e inadequado para tempo de escoamento da produção



Equipamentos de embarcação dentro da área de processamento dos pescados

Figura 8.3.3.3.23 - Infraestrutura Relacionada à Colônia Z-19

Observa-se que são inúmeras as dificuldades enfrentadas pelo setor pesqueiro, o que tem impedido uma renovação de mão de obra para as atividades de pesca. Existe uma carência de infraestrutura de recepção, conservação e beneficiamento nos pontos de desembarque de pescado.

Essas condições impedem o desenvolvimento da atividade, imprimindo um baixo rendimento final do produto e, conseqüentemente, oferecendo aos consumidores produtos de baixa qualidade. O pescado é um produto altamente perecível, necessitando, para garantir as suas propriedades e seu aspecto sanitário, de estruturas de conservação, nem sempre existentes (BAHIAPESCA, 1994).

As denominadas comunidades de pescadores se referem às localidades com presença de pescadores, de modo que o desenvolvimento da pesca e/ou da mariscagem está entre as principais atividades produtivas da população. No município de Ilhéus, as principais comunidades pesqueiras estão distribuídas nas seguintes localidades: Serra Grande, Ponta do Ramo, Barra do Mamoã, Ponta da Tulha, São Miguel, Barra, Ilhéus (sede) e Olivença.

Quanto a formalidade e inscrição de pescadores nas entidades que regulam a atividade pesqueira, a comunidade de Serra Grande possui apenas 4 pescadores atuando de modo informal; na Ponta do Ramo verificou-se a presença de 30 pescadores atuantes, porém, apenas 10 atuam de modo formal.

Na Barra de Mamoã verificou-se a presença de 30 pescadores, mas apenas 20 atuam de maneira formal. Na Ponta da Tulha, foram observados 40 pescadores, mas somente 20 atuam formalmente na pesca. Essas são as comunidades pesqueiras que atuam nas áreas de pesca mais próximas do empreendimento portuário em questão.

A principal organização representativa da classe é a Colônia de Pescadores. Essa entidade é responsável pelo cumprimento das funções sindicais da economia da pesca, de regulamentação da atividade e da garantia dos direitos trabalhistas e civis dos pescadores. Por meio do trabalho da Colônia, os pescadores têm acesso à carteira de pescador (fornecida pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP), ao seguro-defeso e à aposentadoria.

Algumas Colônias também fornecem aos seus associados benefícios assistenciais, gratuitos ou a um custo mais baixo do que o habitual, tais como atendimento médico, regulamentação dos registros civis, assistência jurídica e cursos de informática.

Através das Colônias, são implementados programas governamentais, desenvolvidos pela SEAP ou por outros órgãos do Poder Público. Essas entidades podem adquirir recursos para o financiamento de embarcações e petrechos de pesca.

Diferentemente do padrão encontrado em outros municípios do país, em Ilhéus estão sediadas duas Colônias de Pescadores, a Z-19 e a Z-34. Algumas versões foram contadas sobre o motivo da existência dessas duas entidades. De todas, a que prevalece refere-se ao fato de a Colônia Z-19, localizada no Pontal, estar distante das comunidades pesqueiras situadas nas praias do norte do município, ou mesmo do outro lado da ponte, onde estão os bairros de São Miguel e Barra do Itaípe.

A Colônia de Pescadores Z-19 é a mais antiga delas. Depois de permanecer durante um bom período desativada, a entidade, hoje, conta com um total de 3.500 associados). Os membros da Colônia contribuem com uma mensalidade de R\$6,00, mas grande parte encontra-se inadimplente. Segundo o Presidente, *“as 450 mulheres (grande maioria marisqueira) são as que mais contribuem com a Colônia”*. Vinculadas à entidade, encontram-se em operação cerca de 13 embarcações motorizadas de médio e pequeno porte, 12 baiteiras, 86 jangadas e 170 canoas.

Essa Colônia possui um pequeno porto de desembarque de pescado e uma peixaria. A maior parte da produção é comercializada diretamente com a Colônia Z-34, que transporta, beneficia e revende o pescado produzido; o restante é negociado diretamente com o consumidor ou com atravessadores locais.

As embarcações filiadas à Z-19 realizam, principalmente, três tipos de pesca: lagosta (armadilha e rede), camarão (rede de arrasto) e peixe (linha e anzol). Os locais de pesca (pesqueiros) podem atingir até 340m de profundidade, segundo o depoimento do presidente da Colônia. Os principais pesqueiros identificados foram os seguintes: Imbuíra, Beirada da Canoa (bom para cavala), Dentão, Selvagem Grande (60m de profundidade) e Parede do Ventura (de 250m a 300m de profundidade).

A Colônia de Pescadores Z-34 foi fundada há 61 anos e possui atualmente cerca de 4.000 associados. Ela atua tanto nas áreas costeiras como nas interioranas do município e em outros municípios circunvizinhos. Os associados devem contribuir com uma mensalidade de R\$6,00, mas grande parcela também se encontra inadimplente. Cerca de 800 mulheres e 400 homens estão em dia com os compromissos trabalhistas.

A atividade produtiva de uma proporção importante dos seus membros é atrelada ao serviço de compra e venda de pescado realizado pela entidade e depende dos recursos fornecidos por ela, nos moldes das relações de intermediação descritas no tópico anterior.

Nesse caso, com os adiantamentos fornecidos (“vale”, “rancho”, combustível e gelo), a comercialização da produção dos pescadores passa necessariamente pela Colônia. Um sistema antigo de recolhimento de tarifas ainda é implantado por essa Colônia: o chamado “quinto”, no qual o pescador deve direcionar 10% do valor da sua produção à entidade. A dificuldade encontrada no controle da produção dos associados - que, muitas vezes, comercializam o pescado por conta própria - impede que esse tributo seja inteiramente recolhido, e somente alguns pescadores contribuem com esse sistema.

A não contribuição faz com que o pescador perca o direito ao segundo desemprego relativo aos defesos de espécies alvos. Deste modo, o pescador sem o seguro é obrigado a pescar no período de defeso para sustentar a família gerando um problema para o setor pesqueiro que

não tem o descanso das populações de suas espécies alvo garantido o que causa prejuízo ao setor como um todo.

É importante respeitar o peso político da Colônia Z-34, diante de seus pescadores associados e do próprio município de Ilhéus, uma vez que seu presidente, Reinaldo Oliveira dos Santos, “Zé Neguinho”, é vereador de Ilhéus e presidente do Conselho das Colônias do Interior (cargo da Federação dos Pescadores do Estado da Bahia).

No ano de 1998, a Colônia de Pescadores Z-34 conseguiu, no Banco do Nordeste, um financiamento para a compra dos equipamentos necessários ao processo de beneficiamento de pescado - fábrica de gelo (com capacidade de produção de 8 toneladas de gelo por dia), câmaras frigoríficas, área de processamento de pescado, caminhão frigorífico e para a construção do prédio onde funciona a sua sede (**Figura 8.3.3.3.24**).



Figura 8.3.3.3.24 - Caminhão aclimatado da Colônia de Pescadores Z-34, que compra, armazena e beneficia parte da produção pesqueira de seus associados

Nesse mesmo ano, foi viabilizado, também, através da atuação da Colônia Z-34 e de uma associação de pescadores recém-formada, um financiamento para a compra de 33 embarcações motorizadas para pescadores. Desse total, dez seriam para membros da Colônia e 23, para os pescadores vinculados à Associação.

O contrato previa, ainda, que toda a produção adquirida com a utilização dessas embarcações seria revendida para a Colônia de Pescadores Z-34, que seria, então, responsável pelo beneficiamento e revenda do produto.

Desse modo, tanto o pescador quanto a Colônia poderiam adquirir recursos para cumprir com as prestações do financiamento. De acordo com o gerente da Colônia, alguns pescadores não cumpriram o compromisso de vender toda a sua produção para ela, tampouco o de pagar as prestações dos barcos financiados.

A Z-34 possui, ainda, um equipamento para o congelamento de pescado, adquirido por meio de um convênio firmado no ano de 2002 com a Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia - SETRAS, que também apoiou a reforma da estrutura da sede da Colônia, e da sua adaptação às exigências de inspeção de qualidade do pescado beneficiado.

Tais recursos não foram suficientes para que a Colônia pudesse adequar as suas instalações às exigências fiscais (do Serviço de Inspeção Federal - SIF) da produção alimentícia voltada para os supermercados. Com os recursos adquiridos pelas compensações das empresas de petróleo, com produção no litoral sul baiano, a sede da entidade passa mais uma vez por uma fase de reformas e ampliação. Para os próximos anos, a Colônia pretende que o filé de peixe por ela processado (filé, posta, filé do camarão, etc.) seja embalado e revendido diretamente para os supermercados da região.

Existe um projeto da Colônia, em tramitação na SEAP, de transformar sua estrutura num grande consórcio exportador de pescado, capaz de organizar e beneficiar a produção regional, que inclui os municípios do sul da Bahia, de Mucuri até Valença. Na área de estudo, identificou-se que uma parcela considerável de pescadores não está vinculada às colônias de pesca. O número de pescadores estimados no município, segundo informações do secretário da Colônia Z-34, é da ordem de 10 mil.

Os pescadores em dia com a colônia se beneficiam das políticas de restrição à pesca de algumas espécies comercializáveis, durante seus meses de reprodução. O chamado seguro-defeso corresponde às medidas compensatórias dessas políticas e ao pagamento de 1 salário-mínimo aos pescadores, durante os meses de suspensão da pesca. No município de Ilhéus, os pescadores vinculados às Colônias de Pescadores Z-19 e Z-34 recebem o seguro-defeso da lagosta (de 1º de janeiro a 30 de abril); do camarão (de 1º de abril a 15 de maio e de 15 de setembro a 31 de outubro) e do robalo (de 15 de maio a 31 de julho).

A pesar dos benefícios alcançados a atuação das colônias em algumas localidades tem-se mostrado bastante incipiente, em função do seu limitado poder de aglutinação, da insuficiência de organização administrativa e financeira e da precariedade das suas instalações físicas. Além dessas limitações, a distância entre as localidades onde estão as comunidades pesqueiras e as sedes dos municípios, onde ficam os escritórios das colônias, apresenta-se como uma dificuldade de comunicação e apoio logístico aos pescadores, que se sentem pouco motivados a se associar.

Outra forma de organização dos pescadores encontrada no município de Ilhéus está relacionada aos vínculos associativos entre os pescadores (**Quadro 8.3.3.3.6**). Foram encontradas duas associações de pesca em funcionamento, a Associação de Pescadores e Marisqueiras de São Miguel (APESMAR) e a dos proprietários de embarcações vinculados à pesca empresarial do camarão (ACAP).

A APESMAR é composta por pescadores e marisqueiras residentes no bairro de São Miguel. Relatos de pescadores atribuem à criação dessa entidade a defesa dos direitos dos pescadores que foram afetados pelos impactos ambientais do Porto da CODEBA, que resultaram no assoreamento das praias e das áreas de moradia dos pescadores originários desse bairro. Essa Associação também representa uma possibilidade para os pescadores adquirirem empréstimos e financiamentos - como os já conseguidos no Banco do Nordeste do Brasil - para a compra de embarcações e materiais.

- Verificação, Através de Entrevistas com Pescadores, da Ocorrência de Interação de Cetáceos e Quelônios Com a Pesca

Na região das áreas de pesca das comunidades de Mamoã e Ponta da Tulha, mais precisamente no pesqueiro da pedra da Mata Alta, foi observada a presença de um indivíduo da espécie *Chelonia mydas* (**Figura 8.3.3.3.25**). O indivíduo estava flutuando e sem

movimentação aparente até a aproximação da embarcação onde estava a equipe composta por um pescador de arrasto de camarão, um pescador de linha, um mestre e um biólogo. Com a aproximação da embarcação, a tartaruga mergulhou rapidamente. Isso ocorreu no dia 07 de junho, durante os trabalhos de mapeamento das áreas de pesca da AID do Porto Sul.



Figura 8.3.3.3.25 - *Chelonia Mydas* (Tartaruga Verde) na Área Próxima ao Porto de Mamão

8.3.3.4 Uso Turístico e de Recreação nas AII e AID do Empreendimento

A AII e a AID do Porto Sul conformam-se como um dos principais destinos turísticos do estado da Bahia, recebendo turistas do Brasil e de diversos países do mundo. No que se refere às denominações turísticas do Estado da Bahia, a região é qualificada como Costa do Cacau. Segundo o *site* oficial do turismo no Estado:

Cerca de 180 km, entre os municípios de Itacaré e Canavieiras, formam a chamada Costa do Cacau. Reduto de belezas naturais, rios margeados por fazendas de cacau, praias intocadas, de vastos coqueirais, em meio à Mata Atlântica, e densos manguezais. A região encanta pelas paisagens e pela opulência dos anos áureos do chamado “ouro negro”. A arquitetura preserva o casario colonial dos séculos XVIII e XIX, em ruas calçadas de pedras, igrejas e casarões antigos, reduto de parte importante da História Nacional e que remonta ao período em que a produção e exportação cacaueira eram a atividade primordial da economia brasileira. Cenário de filmes, novelas e romances - grande parte da obra do escritor Jorge Amado, traduzido em diversos países, é ambientada em Ilhéus, principal cidade da Costa –, a região, além de reduto histórico, é destino certo para quem procura diversão e contato direto com a natureza. (BAHIA, 2011¹).

Nos últimos 50 anos o turismo se desenvolveu e se expandiu em escala mundial e passou a constituir uma atividade econômica das mais representativas. No Brasil, desde os anos 70 houve um incremento significativo no turismo, principalmente no estado da Bahia, onde algumas iniciativas do poder público, ancoradas em projetos de desenvolvimento, contribuíram para fortalecer diversos destinos turísticos no litoral baiano. Plano de Turismo do Recôncavo (PTR), de 1970 buscou o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para esta atividade. Destacaram-se neste primeiro momento a Cidade de Salvador e as praias de Ilhéus, Valença e Porto Seguro.

¹ Disponível em: <http://www.bahia.com.br/destinos/costa-do-cacau>>. Acesso em: 19 jun. 2011, às 15:46h.

No final dos anos 80 e início dos anos 90 o turismo ganhou um novo impulso ao ser considerado como uma importante estratégia da agenda governamental pautada no turismo internacional e na construção de grandes complexos hoteleiros como porto de Sauipe no norte do estado. Em 1994, visando a ampliar a infraestrutura turística e atrair turistas para a região nordeste do país o Governo Federal implantou o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste- PRODETUR/NE com parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e os governos dos estados do nordeste. O PRODETUR teve como projeto piloto a zona turística da Costa do Descobrimento que engloba os municípios de Porto Seguro, Santa Cruz da Cabrália e Belmonte.

Segundo Rocha et al.(2006) apud Cerqueira, Cristiane & Ferreira, Carla²:

Entre 2000 e 2005, o fluxo turístico na Bahia alcançou 27,7 milhões de pessoas e uma receita de US\$ 6 bilhões. Entre dezembro de 2005 e março de 2006, foi registrado um fluxo global de aproximadamente 2 milhões de turistas, receita de US\$ 338 milhões e um impacto de US\$ 635 milhões no Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia.

A avaliação do PRODETUR I referente ao Polo Litoral Sul apresentada no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS de 2003 destaca:

A maior parte dos recursos foi aplicada a transportes, principalmente rodovias. Com isto está reconhecida a importância estratégica deste meio de acesso ao Polo e de circulação interna. Houve também esforço na área de saneamento e investimentos no setor elétrico, que hoje já não é mais atribuição do Governo do Estado. A concentração de ações e investimentos nas áreas mais deficitárias do Polo gerou boas taxas de crescimento em vários indicadores.

O mesmo PDITS diagnostica como demanda atual e potencial do Polo Litoral Sul:

Diferentemente do que ocorre com Salvador, em nenhum município do Polo Litoral Sul há estudos ou acompanhamento do desempenho do setor hoteleiro. Assim como não há dados sobre a evolução do desempenho dos meios de hospedagem, as estimativas ou informações recentes sobre as taxas de ocupação só puderam ser obtidas através da pesquisa de campo, com amostragem reduzida e sem valor estatístico. Pela análise dos dados obtidos nessa pesquisa de campo, entretanto, pode-se perceber a alta sazonalidade do fluxo. A alta temporada (janeiro, fevereiro e março) gera, em grande parte dos meios de hospedagem, excelentes taxas de ocupação (acima de 61%). Ao mesmo tempo, a maior parte desses meios de hospedagem apresenta taxas abaixo de 30% durante a baixa temporada (os nove meses restantes). Essa realidade resulta em dificuldades financeiras e operacionais para esses meios de hospedagem e, por consequência, para os demais envolvidos com a atividade turística. PRODETUR NE-II PDITS - Polo Litoral Sul

O PRODETUR II está voltado para o Polo do Litoral Sul que é integrado por 14 municípios das zonas turísticas da Costa do Cacau e Costa do Dendê e que tem como Área de

² Disponível em <http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7B80CB6F2A-D953-41E3-8AF5-940F574647B6%7D_Rev9_Cap5.pdf> Acesso em 25 de julho de 2011.

³ Valença, Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu, Marauá, Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una, Santa Luzia e Canavieiras.

Planejamento os municípios de Cairu, Camamu, Canavieiras, Ilhéus, Itacaré, Maraú, Uruçuca e Valença. Parte da área de influência indireta do empreendimento do novo porto de Ilhéus está contida dentro do Polo do Litoral Sul com destaque para os destinos turísticos de Itacaré e Ilhéus, embora essa atividade também ocorra em menor escala em Uruçuca e Itabuna.

A construção em 1998 da estrada BA-001 Ilhéus - Itacaré, também conhecida como estrada ecológica, teve um papel estratégico, facilitando o acesso ao município de Itacaré e às praias do norte do município de Ilhéus e consolidando a política governamental voltada para fortalecer a vocação turística do município de Itacaré. No mesmo sentido, desde 1993 o Governo do Estado havia criado Área de Proteção Ambiental (APA) Itacaré - Serra Grande.

A principal característica da atividade em Itacaré é o chamado turismo de “alto nível” que procuraria evitar o turismo de massa que apresenta um grande impacto para os recursos naturais. Com isso o ecoturismo se destacou enquanto atividade produtiva, como o principal instrumento de alteração da dinâmica econômica, urbana e cultural do município de Itacaré, promovendo o comércio, os setores imobiliário e de transporte, além de um sem número de pequenos prestadores de serviço, na perspectiva de promover o desenvolvimento local. Existem atualmente diversos projetos turísticos em gestação voltados para o Município, desde construção de residências de alto luxo, até pousadas de charme, voltados principalmente para turistas internacionais.

Em Ilhéus a atividade turística foi responsável em grande parte pela configuração do litoral norte que se caracteriza por pequenas comunidades pesqueiras que convivem com inúmeros condomínios de casas de Veraneio, hotéis e pousadas, constituindo num indutor na geração de emprego e renda. Mas o turismo no município não está limitado apenas aos elementos da natureza caracterizada por “sol e mar”. A cidade de Ilhéus possui elementos fundados na tradição e na literatura que a torna atraente como um destino cultural, e ultimamente, juntamente com Itabuna, vem atraindo o turismo de negócios em função na melhoria da infraestrutura de suporte, a exemplo do Centro de Convenções. O litoral Sul do município também tem no turismo um de seus principais elementos de expansão e responsável pela dinamização do setor de serviços que compreende estabelecimentos como restaurantes, hotéis e casas de veraneio, principalmente no distrito de Olivença.

Toda a região do litoral sul do estado da Bahia que envolve Itacaré, Ilhéus, Uruçuca e Una integram a zona turística da Costa do Cacau, que tem como principal atrativo, além das inúmeras praias, a presença exuberante da Mata Atlântica e das lavouras de Cacau.

Entre os anos 2000 e 2009 o porto de Malhado em Ilhéus recebeu 223 navios de passageiros, o que representa um volume expressivo de turistas, considerando inclusive, que esse fluxo ocorre apenas na temporada de cruzeiros que se limita a três ou quatro meses do ano. A análise desta movimentação ano a ano mostra um aumento bastante acentuado no período. Retoma-se aqui dados do **Quadro 8.3.3.4.1** destacando-se o aumento do número de navios no período 2007 a 2009.

Quadro 8.3.3.4.1 - Movimentação de Navios de Turismo no Porto de Malhado 2000-2008

Anos	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
Navios de Turismo	52	45	37	25	15	23	17	10	13	11

Fonte: Codeba⁴

⁴ Disponível em <http://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodiba/pt-br/site.php?secao=estatistica_portuaria&sm=menu_esquerdo_estatistica_portuaria> Acesso em 20 de julho de 2011

No mesmo período (2000-2009) o aeroporto de Ilhéus teve um movimento de 2.677.425 passageiros, representando uma média de 267.743 passageiros ano. O número de passageiros cresceu regularmente até 2008. Em 2009 houve uma pequena redução em parte resultada das restrições a vôos noturnos impostas por medida de segurança (**Quadro 8.3.3.4.2**).

Quadros 8.3.3.4.2 - Movimentação de Passageiros no Aeroporto Jorge Amado (2000–2009)

Anos	Passageiros Embarque	Passageiros Desembarque	Total
2009	179.133	176.482	355.615
2008	195.060	189.534	384.594
2007	195.616	193.303	388.919
2006	151.367	151.659	303.026
2005	118.763	119.312	238.075
2004	106.257	104.340	210.597
2003	88.689	88.017	176.706
2002	114.727	110.948	225.675
2001	106.121	102.454	208.575
2000	94.501	91.142	185.643

Fonte Infraero. Levantamento estatístico DPEE/ SETUR-BA.

Segundo a Secretaria de Turismo de Ilhéus⁵ um turista que chega em um navio de cruzeiro gasta em média US 50 por dia, o que significa que cada navio⁶ aportado deve deixar em média no Município cerca de 125 mil dólares por dia. Um turista convencional gastaria cerca de 19,00 US dólares por dia e um turista de negócios US 70 dólares diários. O Índice de permanência por turista, segundo a mesma fonte chegou a 9,7 dias.

O secretário de Turismo de Ilhéus de 2003, Sr. Romualdo Pereira, informou que em 2000, a cidade de Ilhéus recebeu 180 mil turistas. Nos anos seguintes esse número passou para 200 mil e 220 mil indicando uma taxa de crescimento de 10% ao ano. Estes dados indicam que a atividade turística em Ilhéus, a despeito das crises econômicas locais e de certa decadência observada em relação aos equipamentos do litoral norte, apresentou um grande dinamismo para a economia local e regional.

Cabe salientar que nas pequenas localidades no entorno da área onde será implantado o Porto Sul o turismo é pouco expressivo e a geração de renda serve como forma de subsistência das famílias sem gerar divisas para o Município. É importante, posto isso, avaliar os impactos do empreendimento nessas atividades e viabilizar meios de garantia de mecanismos de geração de renda alternativos para as famílias que terão suas atividades comprometidas com a implantação do porto.

Muitos são os destaques na região, entre destinos culturais, ecoturísticos, turismo de esportes e aventura, turismo étnico-indígena e turismo de sol e mar, conforme padrões do governo do Estado da Bahia. Destacam-se os municípios de Ilhéus e Itabuna, Itacaré e Uruçuca. Seguem, listados e descritos, os principais destinos turísticos da região (Bahia, 2011)⁷.

⁵ Disponível em <<http://www.achetudoeregiao.com.br/ba/ilheus/Turismo.htm>> Acesso em 22 de julho de 2011

⁶ Considerando que um navio de turismo comporta cerca de 2500 pessoas

⁷ Destinos e descrições realizados pelo site oficial de turismo do Estado da Bahia, o www.bahia.com.br. Disponível em: <http://www.bahia.com.br/atracao/atrativos-ecoturisticos-costa-do-cacau>>. Acesso em: 19 jun. 2011, às 15:58h. Descrições citadas quase *Ipsis litteris*.

- Ilhéus

Lagoa Encantada

Envolvida por uma área de proteção ambiental. Além da paisagem formada por um espelho d'água de 6,4 km², é cercada por fazendas e mata nativa. As ilhas flutuantes despertam a curiosidade; movem-se de um lado a outro da lagoa, a depender do vento. Conhecida no passado como “Lagoa de Ilhéus” guarda lendas que fazem parte do folclore ilheense. O poeta Cyro de Mattos retrata a lagoa como encantada porque nela existe uma cidade submersa, com navios iluminados e até galos que “clarinetam” na madrugada. Próximo à Lagoa Encantada encontram-se as caldeiras dos rios Caldeiras e Apepique, onde existem duas quedas d'água. Essas cascatas formam buracos nas rochas, de até 4 metros de profundidade. Ali os visitantes podem tomar banho e os adeptos do *canyoning* podem praticar rapel na Cachoeira do Apepique.

Engenho Santana

Navegando no rio do Engenho, é possível avistar a av. Dois de Julho, antiga zona portuária e comercial de Ilhéus, hoje ocupada por diversos bares e restaurantes. Seguindo o curso do rio encontra-se a ponte Lomanto Junior, que liga Ilhéus ao bairro do Pontal, e, logo após, a enseada de Sapetinga e o canal do Fundão. Nessa altura, o encontro dos rios Engenho, Cachoeira e Fundão.

No decorrer do trajeto ainda se avista a Capela de Santana, na vila do rio Engenho, e o engenho de Santana, ainda com peças da antiga instalação, como o tacho de ferro e a armação de pedra, onde a água saltava sobre a roda d'água. Na volta do percurso, na margem direita do rio Cachoeira, encontra-se o Horto Havaí, uma reserva particular de fauna e flora. No mês de Novembro, realiza-se a Festa de Nossa Senhora de Santana, no rio Engenho.

Jardim Botânico Mata da Esperança

De bicicleta ou a pé, percorrem-se as trilhas existentes, podendo-se desfrutar das belezas naturais de um jardim botânico, com suas espécies vegetais e animais da Mata Atlântica, e cachoeiras. Pode-se ainda ouvir a história da represa do antigo Engenho da Esperança, do qual ainda restam atualmente alguns vestígios.

Fazenda Primavera

Seu proprietário recebe os visitantes pessoalmente, abre as portas do seu museu particular, onde guarda documentos raros, dentre eles o da doação da sesmaria a seus ancestrais portugueses e alemães. A fazenda possui restaurantes e apresenta shows regionais.

Fazenda Renascer

A fazenda é famosa por ter sido o cenário de gravação da novela *Renascer*, exibida há alguns anos pela Rede Globo; além disso, pode-se desfrutar das suas belezas naturais, como cachoeiras e corredeiras.

Fazenda Santo Antônio/ Pesque-pague Eco-água

Com opções de lazer, o Pesque-pague Eco-Água dispõe de completa infraestrutura para o *day use* em fazenda e oferece também a possibilidade de realização de eventos. A fazenda possui estrutura de lazer, restaurante e bares, piscinas naturais, parque infantil, salão de jogos e quadra esportiva.

Fazenda Olandy

É uma fazenda de coco, mas possui também um pequeno pomar e uma bela horta. Oferece, ainda, inúmeros quitutes, como licores caseiros, bolos e doces, servidos em um quiosque com vista para o rio Almada.

Distrito de Rio do Braço

Foi cenário de parte da obra do escritor Jorge Amado; além disso, ali foram gravadas cenas da novela *Renascença* da Rede Globo. Hoje em dia, grande parte do distrito encontra-se em ruínas, embora continue muito visitado devido à sua história e belezas naturais.

Fábrica de Chocolate Caseiro

A fábrica de chocolates é uma construção que imita a arquitetura suíça. Foi a primeira fábrica de chocolate artesanal do norte-nordeste.

Estância Hidromineral de Olivença

Olivença é uma antiga vila indígena, onde ainda hoje se pode visitar a igreja de pedra de invocação a Nossa Senhora da Escada. Na estância hidromineral de Olivença há festas populares, como a puxada pelo Mastro de São Sebastião, que acontece no mês de janeiro, além de suas praias, com inúmeros barzinhos, restaurantes e cabanas.

Casa de Cultura Jorge Amado

A importância desse casarão, construído pelo coronel João Amado, pai do escritor Jorge Amado, está no fato de que o célebre escritor passou ali parte de sua vida e onde escreveu o romance *O país do carnaval*, de 1931. Hoje a Casa de Cultura é um espaço aberto à visitação, que permite a visualização da trajetória pessoal e literária do autor, através de objetos pessoais e de exposição fotográfica permanente sobre sua vida literária.

Praça do Cacau

Quase 100 tipos de cacauzeiros de todo o mundo estão aí plantados.

Museu Regional do Cacau

Fundado em 1982 para guardar, preservar e divulgar a memória das comunidades regionais, tem como acervo documentos, fotografias, objetos e obras de artistas plásticos da região.

Mirantes urbanos

- | | | |
|------------------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| - Mirante da Piedade | - Praia do Pontal | - Praia dos Milionários |
| - Mirante Morro de Pernambuco | - Praias do Litoral Norte | - Praia Cururupe |
| - Mirante das Vitórias | - Praia do norte | - Praia do Back Door |
| - Mirante Outeiro de São Sebastião | - Praia Mar e Sol | - Praia do Batuba |
| - Praias Urbanas | - Praia do Joia | - Praia Cai n'Água |
| - Praia de São Miguel | - Praia Barramares | - Praia Siriba |
| - Praia Boca da Barra | - Praia dos Coqueiros | - Praia Jairi |
| - Praia Havaizinho | - Praia Ponta do Ramo | - Praia de Canabrava |
| - Praia do Malhado | - Praia Mamoã | - Praia de Água de Olivença |
| - Praia da Avenida | - Praia Ponta da Tulha | - Praia de Acuípe |
| - Praia do Cristo | - Praias do Litoral Sul | - Praia do Desejo |
| - Praia da Concha | - Praia do Sul | |

- Itabuna

Centro de Cultura Adonias Filho

O Centro de Cultura Adonias Filho abriga um público de 435 pessoas em arquibancadas com cadeiras. O espaço conta com um foyer, ar-condicionado, palco, dois camarins, quatro salas de ensaio e uma Concha Acústica que pode receber até 200 pessoas.

Fazenda Santa Cruz

Com ótima estrutura para recepcionar seus visitantes, a Fazenda Santa Cruz oferece trilhas ecológicas pela belíssima região cacauceira, passeios de carroça e cavalo e sistema pesque e pague. O clima rural está presente em cada pedacinho do local. A Fazenda Santa Cruz ainda conta com um minizoológico, salão de jogos, parque infantil, quadra de esportes e restaurante.

Fazenda Vida

A Fazenda Vida é um lugar meio místico, contando com atividades frequentes de meditação e relaxamento. Para proporcionar um maior conforto a seus hóspedes, a fazenda também oferece massagens terapêuticas, consultas espirituais (astrologia e cartas) e terapias de emagrecimento, com refeições à base de carne branca. Para o lazer convencional, outras opções, como passeios a cavalo, com duração de até 4 horas, piscina e rio.

Museu Casa Verde

O Museu Casa Verde foi inaugurado em 19 de maio de 1974. Após passar dois anos fechado, reabriu suas portas ao público, em agosto de 2008, com o objetivo de resgatar registros da história de Itabuna, retratando o modo de vida dos “coronéis do cacau” e personalidades que deram origem à “civilização” itabunense, na primeira metade do século XX. O acervo reúne mais de duas mil peças pertencentes à família do comerciante, cacauicultor, político e coronel, Henrique Alves dos Reis, um dos fundadores do município de Itabuna. Dentre os objetos mais preciosos da coleção, destacam-se os aparelhos de jantar e café *limogés* (franceses), cristais *bacarat* (Bohemia, sul da Alemanha), móveis Luís XV, fardas, espadas e moedas de prata,

exemplares do jornal *O Intransigente*, além de vestidos, chapéus e leques de Dona Cordolina Loup Reis, esposa do “coronel”.

Shopping de Artesanato Grapiúna

Nos últimos anos, o shopping vem sendo um dos espaços que mais tem contribuído para a valorização e a difusão da cultura grapiúna, a partir da divulgação dos trabalhos de artistas locais, como máscaras, móveis de madeira e trabalhos personalizados. O artesanato tradicional de Itabuna é uma forma de produção cultural, que se transmite de geração a geração, visando a preservar, difundir e promover a identidade cultural itabunense.

- Itacaré

Cachoeira do Carioca ou Tijuípe

Localizada na Fazenda do Carioca, com águas límpidas, formada pelo rio Tijuípe.

Distrito Taboquinha

Com *canyon* e prainhas de rio; caminhadas pelos rochedos que formam as corredeiras do rio de Contas e ainda a Cachoeira do Fumo.

Cachoeira da Usina/Taboquinhas

Mais uma das belíssimas cachoeiras, de onde se pode contemplar a beleza da Mata Atlântica.

Cachoeira do Cleandro

Cachoeira formada pelas quedas d'água do rio de Contas.

Trilha das Gameleiras

Por essa trilha é possível banhar-se na praia da Ribeira ou em um pequeno riacho que forma uma piscina natural. É uma trilha de 3 km, em meio à Mata Atlântica, com vista para o mar.

Fazenda São José - Villas São José

A fazenda possui 70% de sua área de Mata Atlântica e é uma RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural). Possui uma praia protegida por falésias.

Fazenda Haiti

Possui uma trilha de Mata Atlântica, que leva à praia de São José

Trilha Interpretativa Alto da Esperança/ Vila Camboinha

Durante a caminhada é possível ver as belezas naturais da Mata Atlântica primária e observar árvores centenárias de grande porte. Essa trilha termina em uma represa de águas correntes que nascem na própria mata.

Praias

- Praia do Pontal
 - Praia Piracanga
 - Praia da Coroa
 - Praia da Concha
 - Praia do Resende
 - Praia da Tiririca
 - Praia da Costa
 - Praia da Ribeira
 - Praia Siríaco
 - Prainha
 - Praia de São João
 - Praia Jeribucaçu
 - Praia Engenhoca
 - Praia do Havaizinho/Burundanga
 - Praia Camboinha
 - Praia Itacarezinho
 - Praia do Rubão
 - Praia Barra do Sargy
- Uruçuca

Fazenda São Tomé

Uma fazenda aberta à visitação, com banho de mar e também uma pequena lagoa existente no local.

Cachoeira do Zé Maria e Poço do Robalo

Trilhas de Mata Atlântica, onde é possível tomar banho de cachoeira e nas águas escuras do Poço do Robalo.

Serra Grande

Serra Grande possui uma represa disponível para banhar-se, à qual se atribuem propriedades afrodisíacas.

Praias

- Praia Patizeiro
- Praia Barra do Tijupe
- Praia do Pompilho
- Prainha
- Praia do Pé de Serra

Conforme se observa, a riqueza natural e cultural é enorme nessa região. Dessa forma, é importante considerar que o turismo ecológico/ cultural é um dos motores da economia local, de modo que qualquer empreendimento a ser ali implantado deve levar este elemento em consideração.

8.3.3.5 Eventuais Conflitos do Projeto com o Uso Atual do Ambiente a ser Afetado

- Convivência com a atividade pesqueira

Comprometimento da qualidade da água pode afetar as comunidades aquáticas e comprometer o equilíbrio dos ambientes com efeitos sobre a economia das comunidades tradicionais. Da mesma forma, as alterações no meio físico e no uso e ocupação do solo podem interferir na produção e qualidade dos recursos pesqueiros no rio Almada.

Outro impacto na atividade pesqueira continental que pode ser evitado decorre de possíveis expansões urbanas irregulares no entorno dos assentamentos, implicando em perda dos acessos aos portos e áreas de pesca.

É importante que o projeto considere o modo de operar do setor pesqueiro que atua no estuário do rio Almada, mas independente das precauções e medidas que possam ser tomadas o setor pesqueiro vai ser afetado o que exigirá o monitoramento sistemático da pesca de arrasto, de linha, estuarina e dulciaquícola. A dinâmica da pesca na AID e AII é alterada em relação aos períodos de defesos das espécies, em relação ao comportamento e à biologia das espécies alvo verificadas para a área.

Outra preocupação recai sobre a vulnerabilidade do território pesqueiro e a necessidade por essa razão de associar medidas que assegurem a qualidade dos assentamentos das comunidades pesqueiras, o acesso e a funcionalidade dos portos e áreas de pesca, a qualidade e o volume da produção pesqueira.

A pesca deverá ser influenciada pelas alterações devido às modificações da dinâmica dos sedimentos, distribuição de material orgânico e hidrodinâmica. Também as alterações no fluxo de pessoas (deslocamentos de população, migrações, novas ocupações urbanas formais e informais) poderão influenciar na cultura da pesca, promovendo situações de risco para áreas importantes do território pesqueiro, assim como para as populações das espécies que compõem os produtos pesqueiros. Todo o processo de implantação e operação do porto vai exigir o diálogo permanente com o setor pesqueiro para que a convivência venha ocorrer com o mínimo de impactos.

Há também risco de abalroamento de embarcações de pesca com navios em operação no porto, o que exigirá um controle rigoroso e sistemático de tráfego. É importante e necessário que a implantação do porto seja acompanhada de regras específicas para uso das áreas de influência da operação portuária. Conflito também pode ocorrer com a pesca de linha recomendando-se que na construção do porto seja observado o mapeamento destas áreas para adoção de procedimentos de retirada e lançamento de materiais oriundos da atividade de construção do mesmo.

Por fim, salienta-se o cuidado que deve ser tomado para não haver alterações negativas na qualidade da água e ecossistemas que venham comprometer a qualidade dos produtos pesqueiros da área em questão.

- Convivência com a atividade turística e de lazer

O porto está localizado em uma área que, embora apresente usos relacionados ao turismo é uma das áreas menos valorizadas pelo turismo regional. Esses usos serão certamente afetados pela implantação do empreendimento, mas poderão ser direcionados ao atendimento a demandas advindas da operação do porto, o que pode vir a reverter impactos, em uma primeira abordagem considerados negativos, em oportunidades. Essas oportunidades poderão estar associadas à ampliação e qualificação dos serviços existentes, com o aumento e mudança do perfil da demanda, a novos negócios ligados a serviço, comércio e lazer. Caberá, entretanto, iniciativas de apoio técnico aos negócios locais no sentido de direcionamento às demandas vindouras.

Os serviços logísticos especializados potencializados pelo Porto Sul em sua região de influência, por não comprometerem recursos ambientais valorizados pelo turismo local e regional têm uma convivência sinérgica com a atividade. Além disso, a convivência entre turismo, porto e empresas associadas que venham ser instaladas, apresenta como vantagens:

- os requisitos logísticos do turismo e o destes segmentos finais são semelhantes gerando escala para a redução de custos de infraestrutura, destacando-se o novo aeroporto;
- a rede de relacionamentos comerciais do turismo e das indústrias de bens finais e serviços logísticos especializados têm grandes intersecções, gerando economias de escopo e uma massa crítica comum para negócios em âmbito global;
- o turismo facilita a criação e de desenvolvimento de marcas de origem e ícones de marketing contribuindo para a consolidação de imagem das indústrias regionais de bens finais.

Esta articulação deve envolver as seguintes cadeias locais de bens finais e serviços:

- Confeções e calçados, especialmente reforçando sua articulação com o trade turístico;
- Chocolate e frutas, especialmente na perspectiva do ecoturismo;
- Movelaria, com ênfase no desenvolvimento de produtos e na construção de marcas;
- Educação, com ênfase no ensino superior e cursos técnicos;
- Alimentação.

Importa salientar que o redirecionamento das atividades econômicas ligadas ao turismo, no trecho onde vai ser implantado o porto e extensão por este afetada, pode contribuir também para a reestruturação do setor de forma mais focada nos atrativos regionais de maior representatividade para o setor, a exemplo do litoral sul de Ilhéus, Itacaré, Serra Grande, Lagoa Encantada etc.

- Convivência com a atividade agrícola

É recorrente nos estudos da região a constatação de que a riqueza dos tempos áureos do cacau não se reproduziu na região. Como colocado na AEE os grandes produtores além de investir os seus capitais em outros lugares, residiam em outros locais e pouco investiam na melhoria da qualidade e produtividade e beneficiamento dos produtos (FUNDAÇÃO COOPTÉCNICA, 2008). Apesar da vitalidade econômica não se percebia, mesmo nos momentos mais alvissareiros da atividade cacauzeira, uma dinâmica urbana e social correspondente.

Com a crise econômica o que se percebe é a completa desestruturação do campo e ampliação dos problemas urbanos. Debalde as tentativas de recuperação econômica, mesmo no âmbito da agropecuária com a introdução de novas culturas e a expansão da pecuária bovina, os problemas persistem. Como abordado na AEE (...) *a região não foi capaz de desenvolver outras potencialidades capazes de contrabalançar os impactos das crises e freqüentes oscilações de preços a que está sujeita esta commodity*. A recuperação esbarra na falta de recursos, as condições fundiárias e na tradição do cultivo do cacau. Mas o cacau continua a figurar como o pilar da atividade agrícola regional, mas compete com o a pecuária no uso do solo regional (FUNDAÇÃO COOPTÉCNICA, 2008).

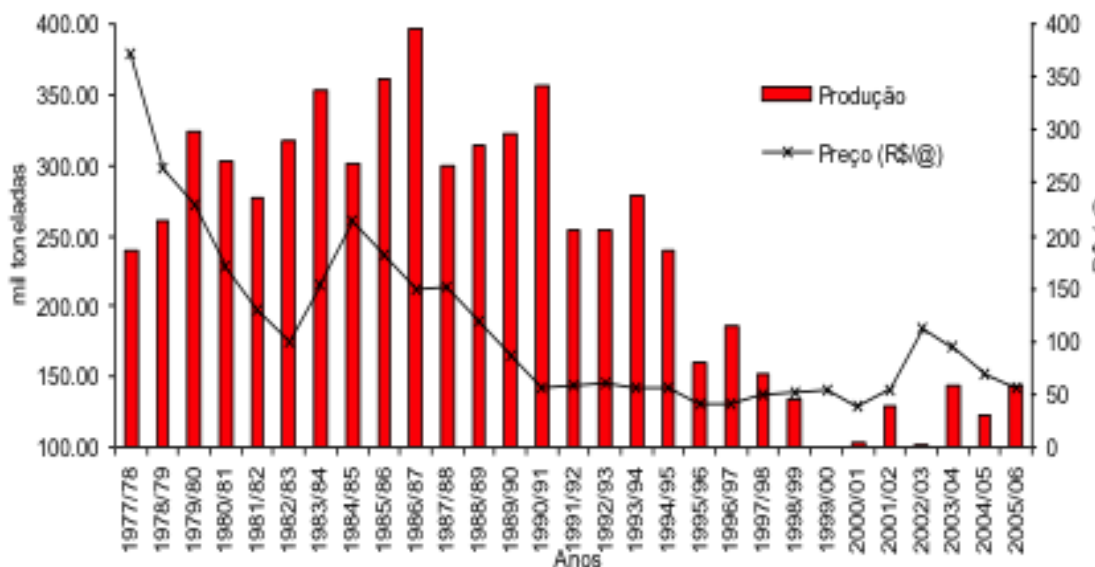
Embora não conste a produção regional como demanda a ser atendida pelo novo porto, trata-se de uma infraestrutura adicional para escoamento da produção, caso em outro contexto venha a ser demandada. A interferência do porto na atividade agrícola neste caso tem a

abrangência restrita à ADA, posto que na poligonal do empreendimento existem proprietários médios, agricultores familiares e um assentamento do INCRA. Os agricultores da área onde ficarão as instalações do empreendimento terão que ser reassentados, atendidos os direitos sociais, os vínculos socioculturais e produtivos conforme plano de reassentamento a ser elaborado.

8.3.3.6 Dinâmica Econômica: uma Abordagem Integrada da Economia Regional

Até década de 1980, a região do Litoral Sul foi dominada pela economia cacauera e em um ciclo de desenvolvimento resultando na construção do maior parque logístico e agro-industrial do estado. A produção de cacau evoluiu de 162 mil toneladas em 1966 para 397 mil toneladas 20 anos depois, respondendo por 86,6% da produção brasileira. A competitividade do produto era confirmada pelo seu desempenho no comércio externo em 1987, da ordem de US\$ 998 milhões, fazendo do Brasil segundo maior país exportador. Não houve nem uma verticalização acentuada até produtos finais do cacau, nem tão pouco uma diversificação produtiva. A estrutura resumia-se ao processamento inicial gerando commodities intermediárias para exportação. (MENEZES & CARMO NETO, 1993).

A partir de meados da década de 1980, teve-se um ciclo de declínio de preços que corroe as margens históricas dos produtores, desencorajando a partir da década de 1990, o investimento e a operacionalização das lavouras. Somente a partir da década de 2000, a conjuntura de preços internacionais volta a apresentar sinais de recuperação. (CEPLAC, 2009). A **Figura 8.3.3.6.1** mostra o histórico da produção cacauera e a dinâmica de preços pagos ao produtor.



Fonte: CEPLAC, 2009, p. 6.

Figura 8.3.3.6.1 - Produção de Cacau em Amêndoas e Preços Pagos ao Produtor (1977/78 e 2005/06)

Estas condições de mercado não favoreceram o enfrentamento da doença vassoura-de-bruxa na Bahia, gerando queda do valor da terra e amplo desemprego na Região. Com estas condições de oferta, o parque de primeira transformação implantado na região passa a importar cacau para manter-se em operação e reexportar. As indústrias locais, com capacidade para processar cerca de 232 mil toneladas, passaram a importar cacau da Costa do Marfim e da Indonésia, em regime de *drawback*.

A crise atingiu também o sistema cooperativo, com fechamento da Itabuna Industrial S.A. - Itaísa e a liquidação da Coopercacau e da Coograp, que representavam sistemas de organização dos produtores (CEPLAC, 2009).

Com o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira (PRLC), editado em 1995, o agricultor teve acesso a financiamento de manejo e renovação de cultivos com plantas de maior resistência à vassoura-de-bruxa.

O modelo de plantio predominante sob a floresta original resultara num sistema de produção conhecido como cacau-cabruca, com boa resposta em sustentabilidade permitindo conservar espécimes arbóreas remanescentes da floresta atlântica original e proteger recursos hídricos. A degradação desencadeada pela crise acabou por engendrar o deslocamento da pecuária sobre estes remanescentes.

Visando compensar os efeitos da crise do cacau, através de uma política de concessão de benefícios fiscais instituídos pelo Decreto 4.316 de junho de 1995, o governo estadual promoveu a implantação do Polo de Informática de Ilhéus. As empresas beneficiárias envolviam os segmentos de informática, eletrônica e de telecomunicações, que inicialmente, constituíram uma dezena de projetos. Essas empresas os incentivos federais da Sudene, e os da Lei de Informática. A municipalidade também concedeu incentivos fiscais e montou programa para atrair novos investidores.

A premissa desta política constituía-se em promover a diversificação produtiva e reduzir os efeitos da crise da monocultura do cacau.

Em 2004, o Polo de Informática de Ilhéus continha 44 empresas em funcionamento, com seis em implantação, com perfil predominante de micro e pequenos empreendimentos, segundo o critério de mão de obra empregada. Os produtos manufaturados no Polo envolvem computadores de mesa, notebooks, e equipamentos para redes na área de informática, aparelhos para vigilância e produtos para automação comercial bancária e industrial na área eletrônica e equipamentos para televisão a cabo, na área de comunicação. Esses produtos destinam-se, na sua maioria, ao mercado nacional, sendo que sua fatia chegou a alcançar 25% do mercado brasileiro de computadores pessoais (DAMASCENO, 2005).

As empresas importam através do Aeroporto de Salvador seus componentes, principalmente dos EUA e da Ásia, e realizam no Polo as operações de montagem, de baixa agregação de valor aos produtos. Localmente são realizadas as aquisições de serviços e de mão de obra. Como encadeamento vertical, consta que as empresas líderes do Polo realizam localmente a montagem de placas-mãe, placas de vídeo, modem, monitores e outros para fornecer às empresas de montagem final.

O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Informática de Ilhéus (Cepedi) -, não atrai as atividades de P&D das cotas de investimentos das empresas impostas como contrapartida dos incentivos federais. O investimento em inovação das empresas é canalizado para as suas filiais instaladas no Sudeste do país. As restrições apontadas são relacionadas à falta de profissionais qualificados e à desconfiança do setor privado local quanto ao êxito de ações de parceria tecnológica. As dificuldades associadas ao maior desenvolvimento da indústria de *hardware* em Ilhéus têm natureza locacional, aduaneira e de estratégia de produtos.

As desvantagens locacionais mais relevantes são: a baixa integração entre as empresas, a ausência de massa crítica de pesquisa e a carência de mão de obra qualificada. A sua competitividade atual se apóia em incentivos fiscais e no custo da mão de obra e de forma insuficiente em fatores ligados à capacitação de pessoas e ao conhecimento.

A inexistência de um recinto alfandegado em Ilhéus se constitui em uma desvantagem competitiva importante, uma vez que insumos, peças e componentes importados desembarcam em Salvador e são desembarcados antecipadamente e transportados, por via terrestre, até Ilhéus. Tem-se maior capital de giro, maior estoque e maior custo de transporte. Ainda que exista uma governança empresarial, estabelecida no sindicato empresarial, esta ainda tem alcance limitado na construção de cooperação mútua de processos de aprendizado e desenvolvimento de produtos.

Os problemas de infraestrutura do Polo, e a competição internacional com a China e outros países asiáticos, ampliam a crise no Polo. Segundo as últimas informações, 24 empresas teriam deixado a região e apenas 33 subsistiriam. A possível instalação de uma ZPE em Ilhéus pode se constituir em uma alternativa, apesar do fato de que a legislação de ZPEs obriga que elas destinem 80% da produção ao mercado externo, que atualmente adquire apenas 6% da produção local.

O município de Ilhéus, em particular, e o de Itacaré mais recentemente vem tentando contornar timidamente a situação adversa da crise do cacau mediante novos investimentos em turismo. Na década de 1930, à beira do antigo porto, surgiu o Ilhéus Hotel, primeiro prédio do estado, fora da capital, a ter elevador. Além disso, havia diversas pensões e hospedarias. Mas não se tratava de turismo de lazer e sim, turismo de negócios associado ao vigor das atividades de trade regionais.

Não havia interesse no turismo. O foco econômico era o cacau. Somente com a difusão da obra de Jorge Amado, com as telenovelas surge na década de 1980 movimentos de turismo de lazer, no esteio da crise da cacauicultura. De fato, os investimentos em turismo se acentuaram na década de 1990, quando Ilhéus com um Aeroporto entre Itacaré e Comandatuba, passou a ser um destino listado no trade turístico, inclusive internacional.

No novo movimento do turismo, articulam-se três dinâmicas de expansão empresarial ainda que em ritmos não totalmente homogêneos.

A **primeira dinâmica** consiste na crescente expansão de grandes empreendimentos, constituídos em um modelo integrado de hospedagem e lazer, do tipo resort. O mercado destes empreendimentos é um turista de classe média, que normalmente frequenta outros destinos e é atraído por uma conciliação de aspectos exóticos e diferenciados da Região. Ainda que busque o exotismo nas vivências, este turista exige padrões de conduta nos serviços dentro de regras internacionais.

Nesta dinâmica, a região vem atraindo investidores de turismo com experiência internacional e certificação em atendimento e conduta ambiental. Estes empreendimentos desenvolvem padrões internacionais de tecnologia de serviços, o que hoje inclui convivência ambiental sustentável. Para estes empreendedores, ambiente e convivência social não estão na cota de responsabilidade social, mas, sobretudo em uma atitude mercadológica de abordagem de clientes exigentes.

Este tipo de turismo se torna competitivo quando a escala de cada estabelecimento e seu nível de ocupação permitem a diluição dos custos fixos gerando custos totais competitivos que permitem que trabalhem com níveis de preços internacionais e portanto, sejam cotados nas rotas dos grandes emissores. Este tipo de turismo depende da escala do destino. Se o destino tem um movimento de pequeno porte ou fortemente sazonal não há viabilidade de rotas de transporte aéreo com tarifas competitivas. Deste modo, a escala do fluxo e sua alta regularidade, em muitos casos é preponderante sobre a própria distância de voo. O turismo de negócios e a intermodalidade de carga aérea ampliam a disponibilidade de vôos melhorando a viabilidade de fluxo de turismo em maior escala, menor sazonalidade e custo competitivo reduzindo a sazonalidade do parque hoteleiro. O dilema atual do Aeroporto de Ilhéus quanto à disponibilidade de vôos e sua viabilidade perde o sentido se o novo aeroporto vier conciliar cargas e turismo de negócios.

A **segunda dinâmica** de expansão turística no Litoral Sul compõe-se de empreendimentos de menor porte, mas com crescente diferenciação, que atraem clientes que buscam serviços e produtos de alta exclusividade e com identidade, e que, para tanto, estão dispostos a pagar tarifas superiores. Isto está presente nas pousadas, restaurantes e empreendimentos comerciais situados em vilas tradicionais que em um misto exotismo, primitivismo e sofisticação atrai um turista internacional de maior renda e exigência. O caso emblemático é Itacaré, que cada vez mais se consolida sob o signo desta dinâmica.

As vilas tradicionais que associam o patrimônio histórico-cultural, as belezas naturais e um centro de serviços e comércio viçoso e de grande espontaneidade propiciam um diferencial de atratividade que podem polarizar todo o destino do Litoral Sul, conferindo muito mais do que um espaço de visita e contemplação, mas, sobretudo, uma oportunidade de vivência. Este aspecto vivencial repercute na permanência e nos níveis de gastos do turista no destino. Assim, para esta dinâmica de turismo a convivência ambiental, a preservação do patrimônio histórico-cultural e os padrões de urbanidade são também componentes do seu produto, que ocupam posição importante na sua estratégia de *marketing*.

A **terceira dinâmica** de turismo presente na região refere-se a um fluxo originado em polos emissores regionais ou, no máximo, nacionais, que buscam equipamentos de baixo custo, o que engendra na região a expansão de residências temporárias bem como de pequenas pousadas e restaurantes, além de um conjunto de elos do “trade” turístico com baixa diferenciação. Ainda que esta dinâmica gere fluxos significativos, os ganhos de escala não são aproveitados. Isto se deve, por um lado, ao baixo porte dos empreendimentos e alta sazonalidade do fluxo e por outro, à baixa cooperação para que o destino venha aproveitar de forma coordenada estas vantagens de escala. Este tipo de turismo gera uma população flutuante que pressiona pelos serviços e infraestrutura pública sem, no entanto, responder com uma receita fiscal compatível. Esta dinâmica é a que gera maior pressão sobre o patrimônio ambiental e histórico-cultural e ameaça a sustentabilidade, quando não se tem políticas públicas robustas de preservação e gestão do uso e ocupação do solo.

O turismo de compras representa uma receita adicional para as cadeias produtivas, especialmente as de bens finais no seu início, período em que a loja de fábrica tem papel importante. De outro lado, a disponibilidade de bens finais a preços convidativos é um impulso adicional para o turismo, ampliando o número de visitas, tempo de permanência e gastos do turista. A Bahia tem tido uma expansão importante nos indicadores do turismo, mas a permanência média ainda se mantém estagnada.

Do exposto, pode-se afirmar que da potência econômica com a monocultura cacauífera, liderando o desenvolvimento econômico e comercial da Bahia, a região entrou em declínio, e com a consequente expansão dos bolsões de pobreza.

De dois momentos de auge e declínio da história econômica da Bahia – cana-de-açúcar e cacau - brotam lições fundamentais, que servem de balizamento para qualquer novo projeto de desenvolvimento regional. Fundamental é conhecer as similaridades nas causas do declínio destes dois momentos de auge econômico: tanto o período do açúcar quanto o do cacau se caracterizam como monoculturas excessivamente extrativistas, com baixa industrialização. Estradas precárias, ausência de uma rede ferroviária, e especialmente a debilidade do porto, e depois aeroportos ineficientes, reforçaram historicamente esta situação, e talvez expliquem outra causa fundamental do declínio: o contraditório isolamento da região do resto do estado e do país. O Litoral Sul, economicamente, sempre se caracterizou como local de exploração de uma determinada especialidade agrícola, de forte e intenso comércio destes produtos, mas sem conseguir sua integração econômica.

Ou seja, nunca alcançou a integração real da região ao mercado mundial para além da simples exploração dos recursos naturais, antes açúcar e cacau, exportados como commodities sem agregar valor industrial, agora com o turismo, que apesar da importância fundamental, não pode solucionar os enormes problemas de trabalho e renda que hoje a população está submetida. A “monocultura” do turismo não deve suceder as lavouras cacauíferas e de cana-de-açúcar, ao contrário, deve se integrar a uma matriz de desenvolvimento sustentável.

Uma das causas da baixa industrialização, e consequente dependência das variações das cotações dos produtos agrícolas, foi a falta de investimentos em tecnologia e formação de mão-de-obra qualificada. Nos dois períodos de apogeu econômico, tanto na cana quanto no cacau, a lógica estabelecida coube exclusivamente aos interesses quase extrativistas, e não a construção de um sistema de produção que privilegiasse as características e tecido social que vive na região. Daí o baixo desenvolvimento tecnológico que acentuou a dependência externa, e que, em última análise, levou ao quadro de declínio ora apresentado, seja pela vassoura-de-bruxa, seja pela insurreição às precárias relações de trabalho.

As indústrias de bens finais e um conjunto de serviços logísticos especializados potencializados pelo Porto Sul em sua região de influência podem ter uma convivência sinérgica com a atividade turística. Além disto, a convivência entre turismo e estas atividades apresenta vantagens:

- Os requisitos logísticos do turismo e os destes segmentos finais são semelhantes gerando escala para a redução de custos de infra-estrutura, destacando-se o novo aeroporto;
- A rede de relacionamentos comerciais do turismo e das indústrias de bens finais e serviços logísticos especializados têm grandes intersecções gerando economias de escopo gerando uma massa crítica comum para negócios em âmbito global;
- O turismo facilita a criação e o desenvolvimento de marcas de origem e ícones de marketing contribuindo para a consolidação de imagem das indústrias regionais de bens finais.

Entende-se daí por que a apropriação destas vantagens está presente num conjunto de polos de produção destes complexos no País. Pode-se destacar o vínculo do Polo do Vale do Itajaí e o turismo de Blumenau e do Litoral Catarinense. Da mesma forma tem-se o êxito cearense em associar turismo de lazer e compras na região de Fortaleza e a expansão logística que o porto

Pecém propiciará.

A crise e os seus efeitos apontam para novo paradigma de desenvolvimento do processo produtivo no Litoral Sul que, coordenando à revitalização da lavoura com alternativas de industrialização, tais como implantação de sistemas agroflorestais e agro industrialização. Dentro dessa perspectiva, Ilhéus é palco de investimentos estratégicos, dentre os quais se insere uma Zona de Processamento e Exportação - ZPE, como instrumento para agregação de valor a uma produção primária originada em extensa área da Bahia e de estados vizinhos.

Gerar massa crítica para a alavancagem da diversificação econômica com base em vetores endógenos exige investimentos estruturantes bem articulados, direcionados ao turismo, pesca, fruticultura, agricultura orgânica, atividades agroflorestais, comércio varejista, comércio atacadista, serviços, ensino superior, desenvolvimento tecnológico, agroindústrias e outras importantes vocações locais que precisam ser bem identificadas e trabalhadas em um plano consistente de desenvolvimento integrado.

A industrialização na Região baseada em bens intermediários implantada até a década de 1980 não engendrou uma relação mais dinâmica entre o segmento industrial e setor de comércio e serviços, predominando para estes últimos um papel de suporte. Assim o maior efeito do crescimento industrial sobre os setores de comércio e serviços veio pelo multiplicador salário e não pelas relações econômicas intersetores. Com a crise do cacau, esta estagnação intersetorial resultou no esvaziamento das funções comerciais dos centros de Itabuna e Ilhéus.

Com a expansão dos vetores produtivos associados à ZPE, torna-se fundamental a construção de vínculos estruturais entre o segmento industrial e setor de comércio e serviços, estabelecendo uma sinergia entre eles. Para início na construção destes vínculos, regiões com atividades logísticas nascentes têm lançado mão da estratégia de tomar os serviços logísticos e de trade como vetores de internalização de renda e geração de atividade regional. Para tanto, as políticas de incentivo ao empreendedor, de formação de mão de obra, de fomento à clusterização não podem priorizar as atividades estritamente industriais e deixar ao largo as redes comerciais e de serviços.

Em um processo original de oferta orientada, os grandes fluxos de mercadoria, normalmente commodities industrializadas e agrícolas, abrem mercados e viabilizam estruturas de trade. As operações industriais na ZPE reforçam e capilarizam os esforços de trade robustecendo o tecido comercial do nó logístico. Este tecido comercial, enfim, ganha dinâmica própria e a partir das posições de mercado conquistadas começa a fomentar outros vetores de oferta. Assim, cadeias tradicionais ou deprimidas são carregadas e estrategicamente orientadas para o comércio internacional viabilizado por custos diluídos nas operações de trade.

Assim, foram trajetórias exitosas desenvolvidas na Ásia, o que acabou por integrar segmentos da agricultura tradicional, do artesanato, das confecções ao grande trade internacional com relevantes efeitos distributivos. Na América do Sul, a experiência chilena é outro exemplo. No Brasil, tem-se o Vale do Itajaí que no esteio do trade da soja, carregaram-se as economias das carnes e da confecção.

Não foi coincidência que o Grupo Hering de confecções atuava na cadeia da soja e das carnes através da sua controlada, a Ceval, no início deste movimento em Santa Catarina.

Deste modo que as economias asiáticas com estruturas competitivas na área de commodities e de manufaturas têm também presença relevante de produtos agrícolas tradicionais nas suas pautas de exportações.

Quadros 8.3.3.6.1 - Perfil das Exportações na Malásia, Indonésia e Vietnam

Perfil de Exportações %	Malásia	Indonésia	Vietnã
Produtos Agrícolas	11,64	19,86	24,17
Combustíveis e Minérios	15,84	35,05	22,09
Manufaturas	70,94	41,19	53,42

De fato, a ZPE atrairá e germinará empreendimentos notadamente na indústria bens finais (eletro, veículos, utilidades, cosméticos etc.). Mas serão os produtos da ZPE que consolidarão os serviços logísticos e de trade. E a dinâmica do Trade Consorciado que impulsionará a competitividade de segmentos agrícolas e manufaturas tradicionais.

8.3.4 Caracterização do Uso e Ocupação do Solo na Área de Influência do Porto Sul

8.3.4.1 O Processo de Organização Espacial no Município de Ilhéus

A organização espacial do município de Ilhéus, assim como de quase todo o litoral sul da Bahia corresponde ao próprio desenvolvimento da lavoura do cacau. Embora não existam registros comprobatórios, estima-se que as primeiras plantações ocorreram ainda no século XVIII. As sementes utilizadas para estas plantações foram trazidas da Província do Pará pelo colono francês Luís Frederico Warneaux, que as deu a Antonio Dias Ribeiro. As sementes foram plantadas às margens do rio Pardo na fazenda chamada Cubículo, próximo à sede do atual município de Canavieiras, no ano de 1746. De Canavieiras, o cacau foi levado para Ilhéus por volta de 1752, mas somente a partir de 1780 a lavoura do cacau começou a atrair as atenções de autoridades e de agricultores, principalmente em função da demanda do mercado internacional. Entretanto, o grande salto só ocorreu entre as décadas de 1860 a 1890, quando a produção de cacau na Bahia já representava 9% do total mundial, e correspondia a 20% das exportações do Estado (MACHADO, 2007).

As três primeiras décadas do século XX conformam a organização produtiva da monocultura do cacau, transformando-se numa economia organizada, de formação capitalista e conteúdo mercantil (DINIZ; DUARTE, 1983) originando um processo de acumulação e concentração fundiária com base no comércio exterior.

De acordo com a SEI (1998), durante esse período, foram significativos os fluxos populacionais para esta área, oriundos das regiões adjacentes e de áreas mais distantes, incluindo novamente o sertão nordestino, como se dera antes no processo de reocupação do século XVIII, ocorrendo agora de forma mais significativa. Ligados à cultura do cacau estavam os grandes produtores, os grandes comerciantes, e os chamados “burareiros”, que eram os pequenos produtores que tinham condições de vida semelhante aos dos trabalhadores rurais. Ilhéus à época já se configurava como o centro regional.

Em 1957, o governo federal criou a CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), que além do apoio financeiro através de créditos rurais, passou a atuar em pesquisas agrônômicas, proporcionando uma assistência técnica aos lavradores. Foram criados, ainda, incentivos à infraestrutura, englobando educação, saúde, construção de

estradas rurais, eletrificação rural, saneamento básico, além de serem destinados recursos para a construção do Porto do Malhado, conforme indicado por Garcez e Freitas (1979).

Durante quase todo o século XX, mais precisamente até meados da década de 1970, o cacau foi o produto responsável por alimentar a economia local, fazendo a cidade de Ilhéus ser conhecida como a princesa do sul, dada à prosperidade e riqueza associadas à monocultura cacaeira. Esta atividade vinculava em sua cadeia produtiva um contingente significativo de pessoas, que ocupavam atividades diversas. Desde o trabalho nas lavouras, passando pelo transporte fluvial em pequenas embarcações (o sistema de transporte baseado em estradas era bastante precário até o início da segunda metade do século XX), estivadores, amarradores e marinheiros dedicados exclusivamente ao transporte do produto (GARCEZ; FREITAS, 1979).

O período entre 1977 e 1985 ficou conhecido como os anos de ouro do cacau decorrentes dos altos preços praticados no mercado internacional. A expansão da nova fronteira agrícola deu-se em solos mais pobres, necessitando de maiores investimentos em insumos, enquanto as áreas cacaeiras mais velhas assentadas em solos adequados não foram renovadas, contribuindo juntamente com os longos períodos de estiagem e com a queda do preço internacional do cacau, a deflagrar uma crise a partir de 1985 (MACHADO, 2007).

Em 1989, surge a praga vassoura-de-bruxa (*Crinipellis perniciosa*), em Uruçuca: um fungo que ataca todas as partes em crescimento da planta. A Fundação Centro de Projetos e Estudos da Bahia (1993, p.2) define este período como o de:

[...] estagnação da cacauicultura, caracterizado pelo declínio da produção e produtividade, elevação substancial dos custos de produção, excessiva tributação, perda de mercados, ociosidade do parque de processamento de cacau, enfraquecimentos das empresas nacionais de exportação, falência do cooperativismo e, sobretudo redução da confiança nas ações do governo e em geral quanto às potencialidades do complexo agroindustrial cacau.

Algumas Iniciativas foram tomadas a fim de reduzir a dependência do cacau na balança comercial baiana, e também na tentativa em dinamizar a economia do município de Ilhéus. A CEPLAC promoveu a partir da década de 1960 uma tentativa de diversificação das lavouras permanentes com o plantio de mandioca, coco-da-baía, seringueira, guaraná, dendê, piaçava e banana, dentre outros.

Por meio de ação estatal, foi implantado o Distrito Industrial de Ilhéus (DII) em 1974, que mantinha uma vinculação direta com a monocultura cacaeira, com um parque voltado principalmente para o beneficiamento e a transformação do cacau. Dentre as empresas processadoras de cacau implantadas no DII destacavam-se a Barreto de Araújo Produtos de Cacau S.A., Berkau S.A. Com. e Indústria, Cargill Industrial Ltda., Itaisa, Joanes Industrial S.A., Nestlé, Chadler Industrial da Bahia.

Mais tarde, o surgimento do Polo Industrial de Ilhéus, às margens da rodovia BA-262 (Ilhéus/Uruçuca), criado através do Decreto 4.316/1995 como forma de encontrar uma vertente industrial que pudesse trazer para a região um substitutivo para o vazio econômico gerado pela crise da lavoura cacaeira, foi outro vetor de investimentos. Abriga diversas unidades industriais do segmento eletroeletrônico (equipamentos para comunicação e informática), além de empresas de setores como alimentos e serviços. Foi criado para ser um concorrente direto da Zona Franca de Manaus e voltado para a atração de investimentos para a indústria de

informática na região Nordeste (SEI, 1998).

Ao longo dos últimos 40 anos, o turismo também se desenvolveu e se tornou uma atividade importante para o Município, impulsionado pelos investimentos do PRODETUR - Programa para o Desenvolvimento do Turismo, especialmente em infraestrutura, para facilitar a implantação de investimentos turístico-imobiliários pela iniciativa privada, que explora o potencial de suas belas praias e o patrimônio histórico e arquitetônico da sede municipal.

O resultado dessa dinâmica espacial se reflete diretamente no uso e ocupação do solo do Município, que pode ser definido como o conjunto das atividades e processos individuais de produção e reprodução de uma sociedade, combinadas com seus padrões ou tipos de assentamento, do ponto de vista da regulação espacial. Pode-se dizer que o uso do solo é caracterizado pelo rebatimento da reprodução social no plano do espaço (DEÁK, 1985). O conceito associado a uso do solo é, portanto, uma combinação de um tipo de uso (atividade) e de um tipo de assentamento (edificação/propriedade) admitindo uma variedade tão grande quanto às atividades da própria sociedade.

8.3.4.2 Uso do Solo na Área Diretamente Afetada e Na Área de Influência Direta

No **Quadro 8.3.4.2.1**, pode-se aferir a área total dos diferentes usos do solo, dispostos em classes, resultado das atividades humanas ao longo dos anos, discriminadas em função da ADA e AID.

Quadro 8.3.4.2.1 - Categorias de Usos do Solo e Superfície Mapeada em Hectares para a ADA e AID

CLASSE	SUPERFÍCIE EM HECTARES	
	ADA	AID
Agricultura	39,88	103,05
Área Alagável	211,50	1.226,53
Área Urbanizada / Edificada	4,75	577,76
Cabruca	3.086,64	3.888,34
Floresta Ombrófila	229,75	300,08
Lagoa / Espelho d'água / Rio	16,92	418,61
Manguezal	5,52	89,50
Pastagem	1.099,56	2.378,10
Praia	4,23	65,09
Restinga Antropizada	45,92	184,22
Restinga em processo de urbanização	87,51	741,24
Solo exposto / retirada de material	1,34	—
TOTAL:	4.833,53	9.972,52

Fonte: Interpretação de ortofotocartas (2009) e levantamentos de campo.

Ao se analisar a composição geral (somatório) da ADA e AID, por meio das diferentes tipologias de classificação do uso do solo (12, no total), cuja superfície total corresponde a 14.806,05 hectares, destaca-se como característica principal a predominância de ambientes rurais, com áreas urbanizadas concentradas na linha de costa.

As áreas rurais são compostas em sua maioria absoluta por áreas de cabruca e pastagens, que somadas respondem por 10.452,64 hectares, ou 70,6% da área total mapeada (**Figuras 8.3.4.2.1 e 8.3.4.2.2**).



Figura 8.3.4.2.1 - Cacao Sombreado



Figura 8.3.4.2.2 - Pasto com Gado Bovino

Os agrossistemas de cabruca localizam-se em grandes fazendas e em pequenas e médias propriedades, sendo intercaladas por parcelas reduzidas de floresta ombrófila, em estágios diversos de regeneração. Além do cacau, frutas e hortaliças são frequentemente encontradas, especialmente nas pequenas propriedades. Nas pastagens predominam o gado bovino, mas foram encontrados rebanhos menos expressivos de búfalos (**Figura 8.3.4.2.3**) e caprinos.



Figura 8.3.4.2.3 - Criação de Búfalos na AID



Figura 8.3.4.2.4 - Plantação de Mandioca

As atividades ligadas à agricultura estão associadas ao plantio da mandioca (**Figura 8.3.4.2.4**), dendê, coco, piaçava, dentre outros menos importantes, ocupando 142,93 hectares ou 0,97% da área total mapeada.

Destacam-se ainda as áreas alagáveis e os ambientes de restinga, que correspondem, somados, a uma superfície de 2.496,92 hectares, ou 16,86% da área total, e são visualizados nas **Figuras 8.3.4.2.5 e 8.3.4.2.6**. As restingas são permeadas por pastagens, pequenos plantios, ou como áreas de expansão urbana (restinga antropizada e restinga em processo de urbanização).



Figura 8.3.4.2.5 - Restinga em Processo de Urbanização



Figura 8.3.4.2.6 - Área Alagável

As áreas de Floresta Ombrófila correspondem a 529,82 hectares (3,6%), e os manguezais ocupam 95,02 hectares (0,65%), estes últimos apresentando sinais visíveis de degradação ambiental (**Figuras 8.3.4.2.7 e 8.3.4.2.8**).



Figura 8.3.4.2.7 - Floresta Ombrófila



Figura 8.3.4.2.8 - Manguezal

Os rios, lagoas, açudes e barramentos ocupam 435,53 hectares (2,94%) de espelho d'água mapeados. Os riachos existentes não tiveram sua superfície calculada, pois a largura dos canais não apresenta visibilidade na escala das ortofotos (escala 1:5000) disponibilizadas para a elaboração do diagnóstico.

Nas áreas urbanizadas se sobressaem loteamentos e condomínios residenciais, com pequeno comércio de primeiras necessidades, como mercearias, padarias, lanchonetes; barracas de praia, pequenas lojas de vestuário e materiais para construção (**Figura 8.3.4.2.9 a 8.3.4.2.11**); o Centro Industrial de Ilhéus (**Figura 8.3.4.2.12**) e as localidades de Iguape, Sítio Lídia e Loteamento São Domingos na área urbana do Município, ao sul da AID. Na ADA estão presentes comunidades rurais ou pesqueiras, estas mais próximas do rio Almada que em regra associam a pesca a atividades agrícolas e prestação de serviços nos períodos de veraneio.



Figura 8.3.4.2.9 - Rua com Bares e Mercaria



Figura 8.3.4.2.10 - Loja de Material de Construção na BA-001



Figura 8.3.4.2.11 - Barracas de Praia



Figura 8.3.4.2.12 - Centro Industrial de Ilhéus

As áreas urbanizadas ocupam 582,51 hectares, ou 3,93% da área de estudo. As classes de Praia (69,32 ha) e Solo Exposto (1,34 ha) respondem juntas por apenas 0,48% do total mapeado. As **Figuras 8.3.4.2.13** e **8.3.4.2.14** correspondem às superfícies ocupadas em função da área total mapeada.

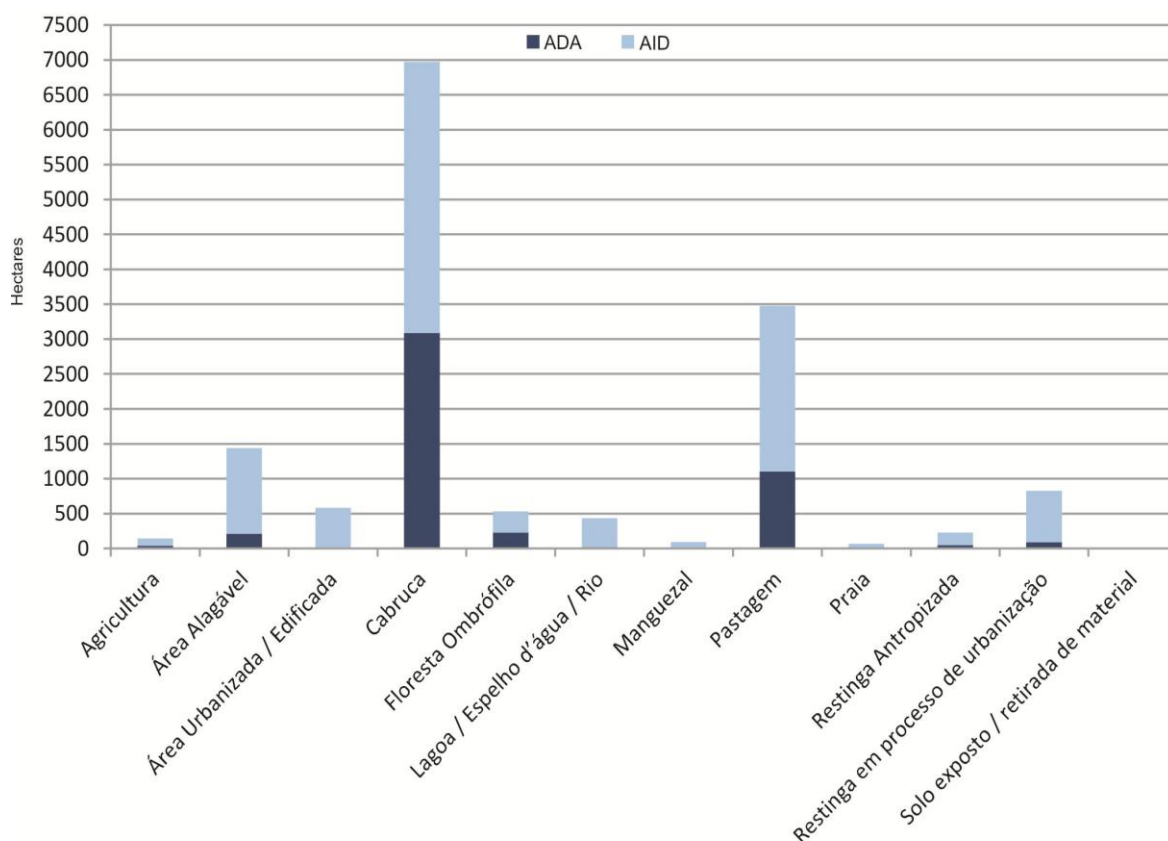
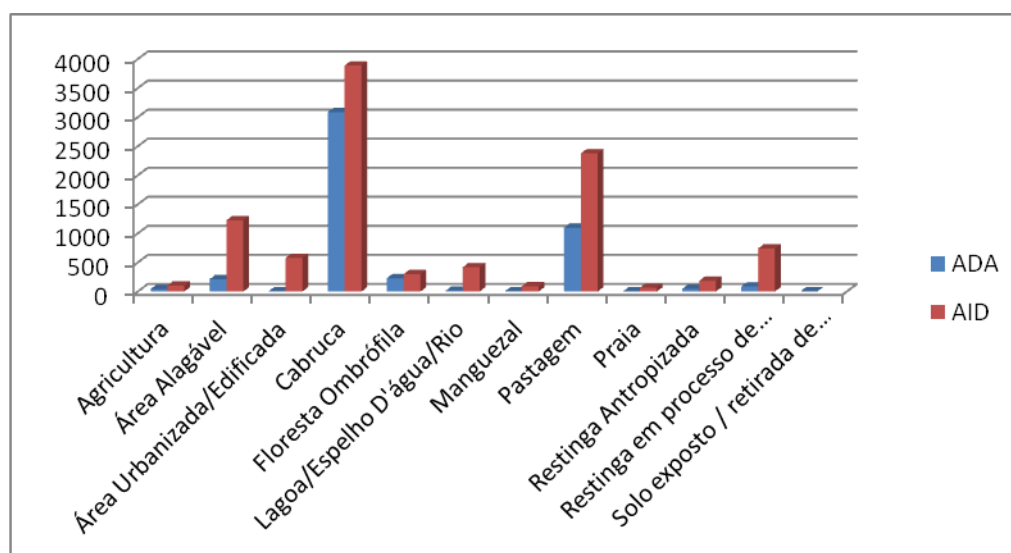


Figura 8.3.4.2.13 - Categorias de Usos do Solo e Superfície Total Mapeada em Hectares para ADA e AID

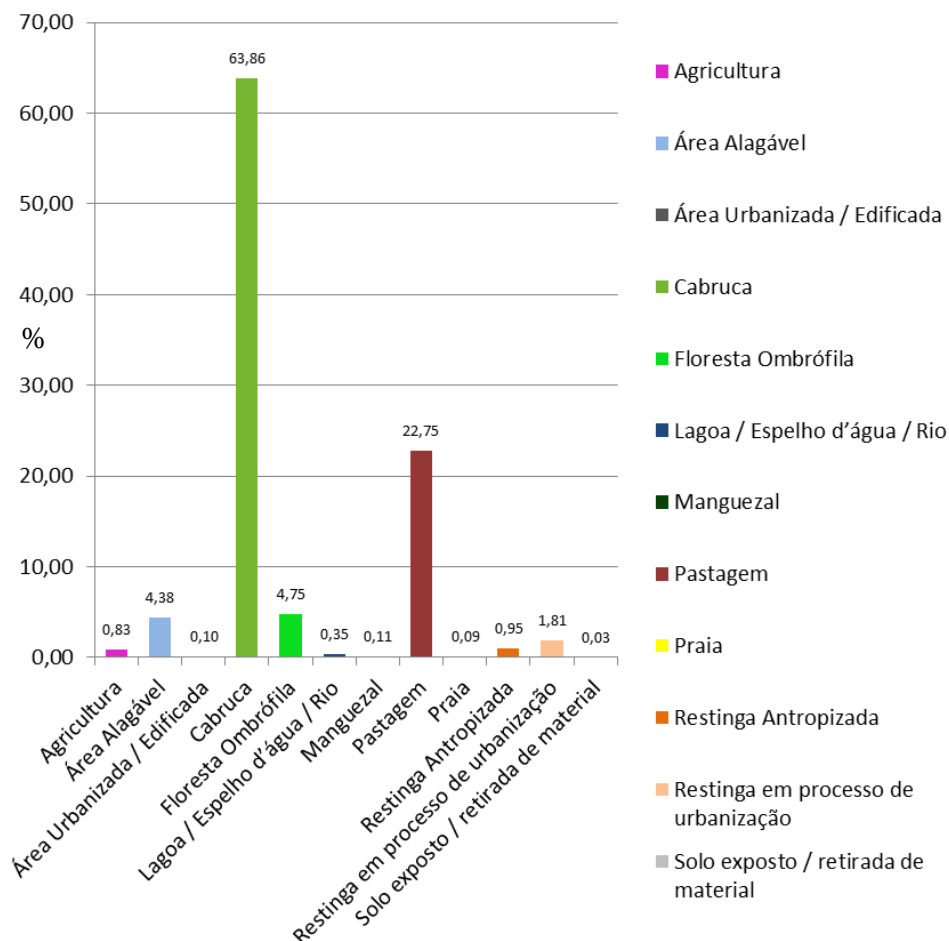


Fonte: Interpretação de ortofotocartas 2009 e levantamentos de campo.

Figura 8.3.4.2.14 - Comparativo das Categorias de Usos do Solo e Superfície Total Mapeada em Hectares para ADA e AID

A ADA possui uma superfície total de 4.833,53 hectares, com a ocorrência de 12 classes de uso (**Figura 8.3.4.2.15**). As áreas de cabruca correspondem a mais da metade da ADA (63,86%), com uma superfície de 3.086,64 hectares. As demais áreas somam juntas 36,14%,

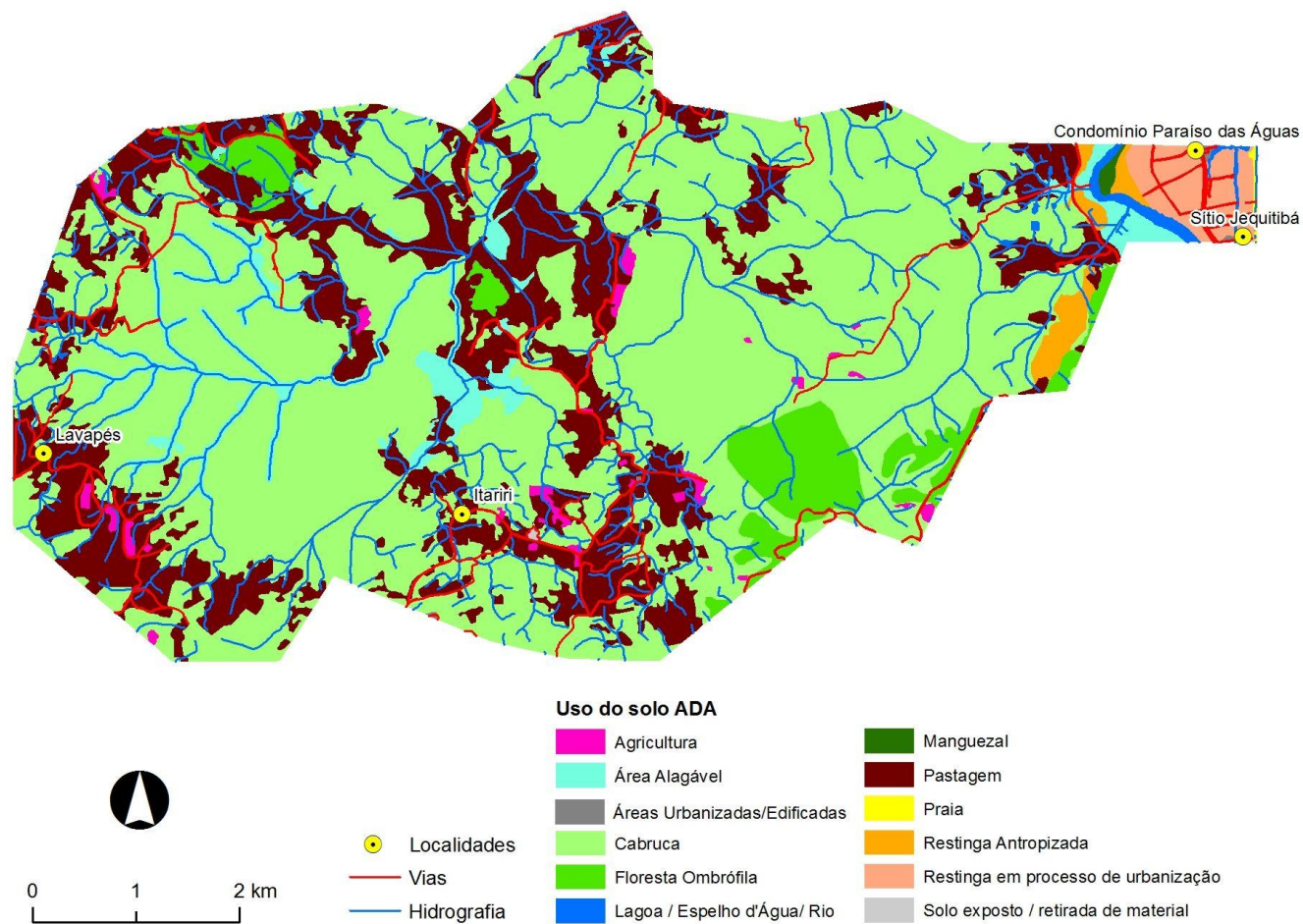
com destaque para as pastagens, floresta ombrófila e áreas alagáveis (1.099,56; 229,75; 211,50 hectares respectivamente). As áreas de solo exposto são as menos representativas, com apenas 1,34 hectare, correspondente a 0,03% da ADA.



Fonte: Interpretação de ortofotocartas 2009 e levantamentos de campo.

Figura 8.3.4.2.15 - Categorias de Usos do Solo e Superfície em Porcentagem da ADA

As áreas urbanizadas ou em processo de urbanização (restingas) se estendem por 92,27 hectares, significando apenas 1,91% da área total da ADA e se concentram nos limites leste (**Figura 8.3.4.2.16**), próximas ao mar e com acesso imediato à BA-001, sendo formada por unidades unidomiliares de médio padrão construtivo, com tendência à densificação.



Fonte: Interpretação de ortofotocartas 2009 e levantamentos de campo.

Figura 8.3.4.2.16 - Uso do Solo na ADA

O entorno imediato da ADA também apresenta a predominância de cabruças e pastagens, seguidas por áreas alagáveis e restingas em processo de urbanização, limítrofes à faixa de praia e às margens do rio Almada, principalmente até a sua foz (**Figuras 8.3.4.2.17 e 8.3.4.2.18**).



Figura 8.3.4.2.17 - Ocupação Urbana Limítrofe a Faixa de Praia



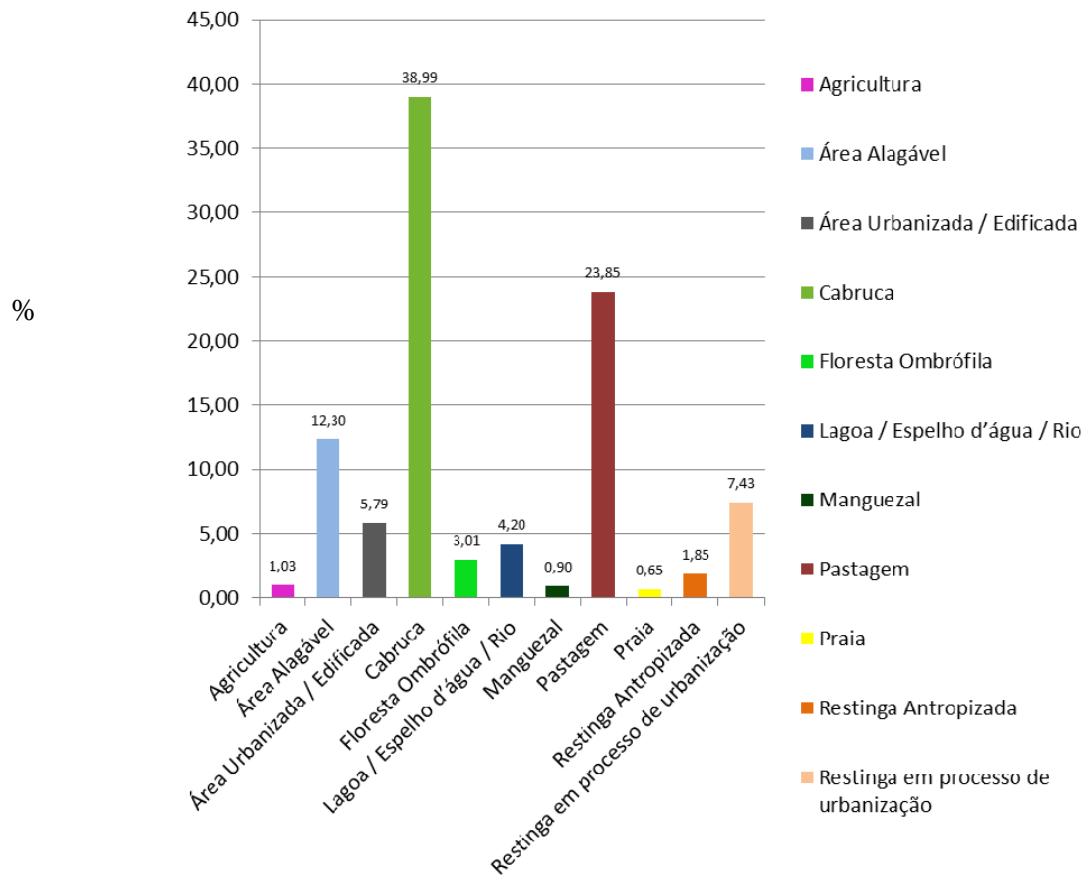
Figura 8.3.4.2.18 - Ocupação Urbana na Margem do Rio Almada

As áreas alagáveis estão concentradas majoritariamente na Área de Influência Direta, onde ocupam 1.226,53 hectares. Localizam-se na porção norte, às margens do rio Almada e de seus afluentes (**Figuras 8.3.4.2.19 e 8.3.4.2.20**).



Figura 8.3.4.2.19 - Área Úmida

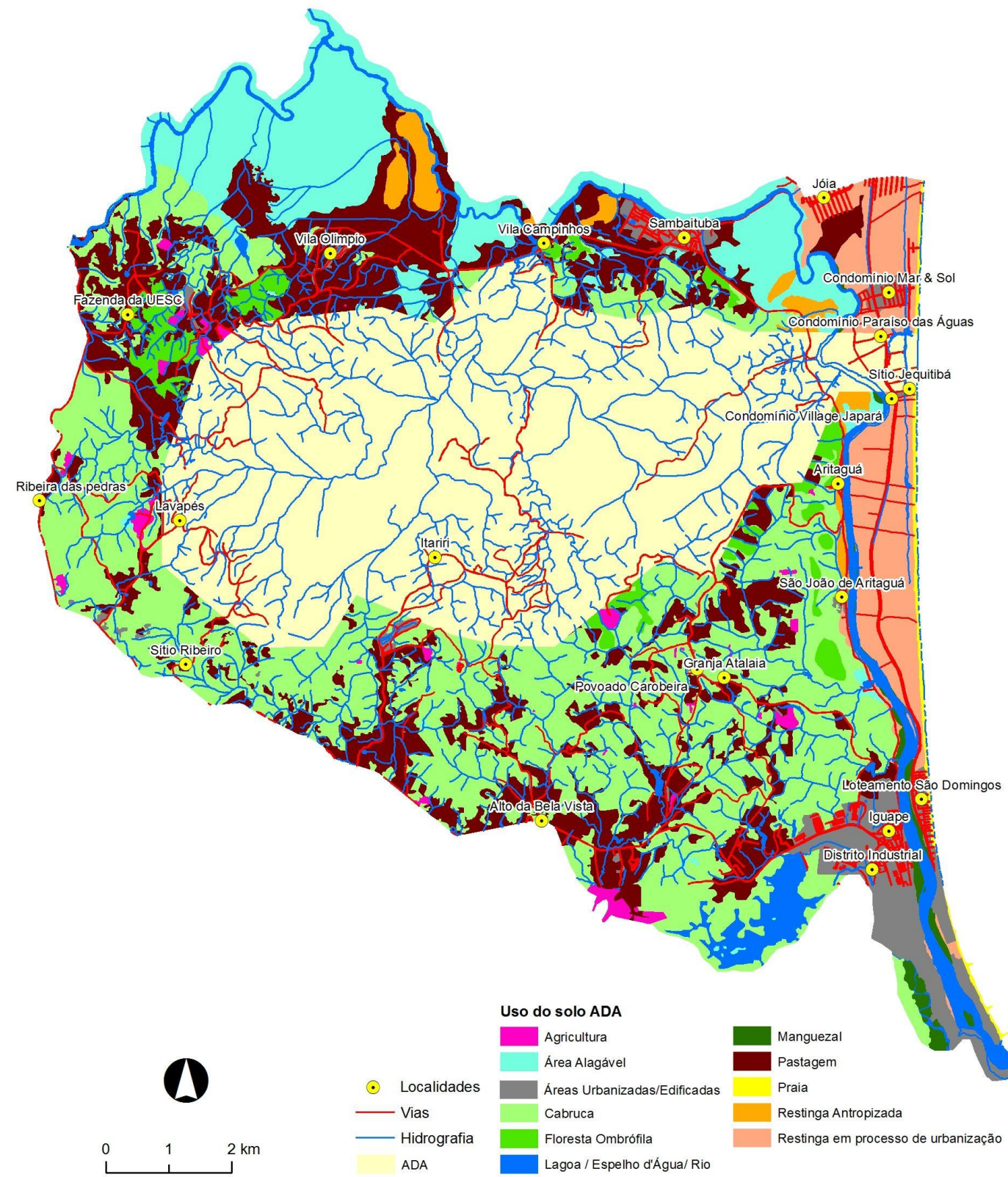
As categorias de uso do solo se distribuem na AID de acordo com a **Figura 8.3.4.2.20** e com a **Figura 8.3.4.2.21** apresentadas na sequência.



Fonte: Interpretação de ortofotocartas 2009 e levantamentos de campo.

Figura 8.3.4.2.20 - Categorias de Usos do Solo e Superfície em Porcentagem AID

Ao sul da AID localiza-se o Centro Industrial de Ilhéus, bem como a área urbana do Município (**Figura 8.3.4.2.21**), além da barragem do Iguape, que abastece a cidade.



Fonte: Interpretação de ortofotocartas 2009 e levantamentos de campo.

Figura 8.3.4.2.21 - Uso do Solo na AID

8.3.4.3 Uso do Solo na Área de Influência Indireta

A AII do empreendimento ocupa uma área de 12.689,27 hectares, totalmente incluída no município de Ilhéus, caracterizando-se por ambientes predominantemente rurais, com áreas urbanas e industriais localizadas na porção sul da poligonal.

Tendo como referência a caracterização da ADA e AID, fundamentadas em levantamentos de campo e na interpretação de ortofotocartas, adotou-se para a caracterização da AII o trabalho Uso da Terra e Cobertura Vegetal do Litoral Sul da Bahia, elaborado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (1998).

Apesar da defasagem temporal da publicação da SEI, foi verificado nos estudos realizados que a área em questão apresenta pouco dinamismo com relação a suas atividades produtivas, mantendo hoje um padrão de ocupação muito semelhante com aquele identificado em 1998, levando-se em consideração a escala de estudo definida para a AII.

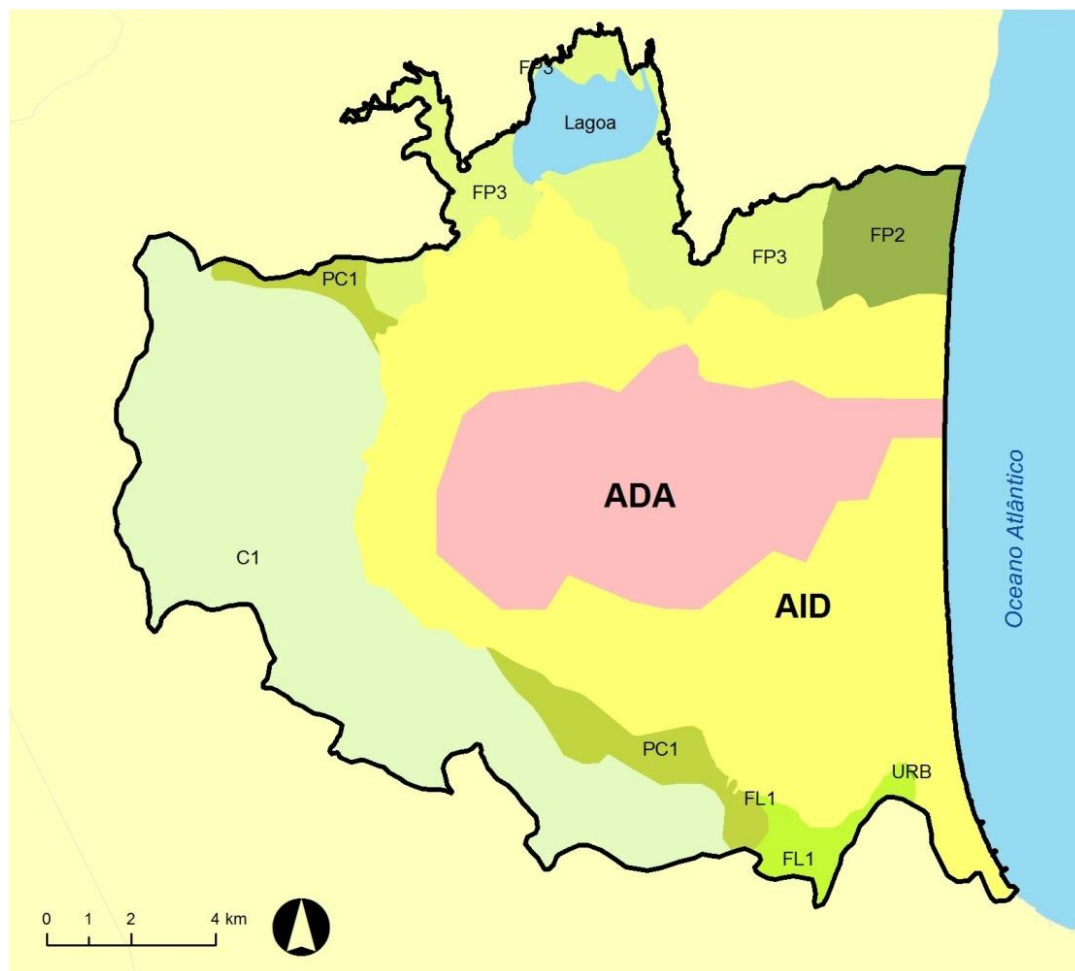
Desta forma, a AID faz interfaces com sete zonas identificadas abaixo, com suas superfícies calculadas expressas no **Quadro 8.3.4.3.1** e visualizadas na **Figura 8.3.4.3.1**.

- C1 - Predominância de cacau sombreado com mata raleada, associada à vegetação natural, pastagens e policultura de subsistência.
- FL1 - Floresta ombrófila densa, de baixa antropização, intercalada a pequenas parcelas de policultura comercial e policultura de subsistência.
- FP2 - Influência marinha, restinga arbórea/ herbácea, associada ao cultivo de coco-da-baía.
- FP3 - Influência fluvial, vegetação herbácea associada à pastagem.
- PC1 - Predominância de policultura comercial, vegetação natural degradada e pastagens, associada à policultura de subsistência (para consumo próprio).
- URB - Área urbana consolidada.
- LAGOA - Lagoa Encantada.

Quadro 8.3.4.3.1 - Classes de Usos do Solo e Superfície na AII

CLASSE	HECTARES	%
C1	7.287,16	57,43
FL1	408,01	3,22
FP2	922,29	7,27
FP3	2.413,50	19,02
PC1	993,23	7,83
URB	2,02	0,02
LAGOA	663,06	5,23
TOTAL	12.689,27	100

Fonte: Interpretação de ortofotocartas 2009 e levantamentos de campo.



Fonte: SEI, 1998 e poligonais do empreendimento.

Figura 8.3.4.3.1 - Classes de Usos do Solo na AII

8.3.4.4 Levantamento da Compatibilidade do Empreendimento com o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo do Município de Ilhéus e Identificação de Possíveis Conflitos

A lei nº 3265 de 29 de novembro de 2006 dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Ilhéus e sobre o Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Urbano do Município. Este plano é considerado o principal instrumento da política de desenvolvimento urbano e ambiental, aplicável a todo o território municipal, sendo uma referência obrigatória para os agentes públicos e privados que atuam ou desejam atuar no Município, conforme estabelecido pelo seu artigo 2º.

Com relação ao uso e ocupação do solo, a Lei Municipal nº 3265/06 estabelece o Macrozoneamento Municipal como o instrumento destinado a orientar as atividades de planejamento bem como de fiscalização, realizadas pelo poder público e sociedade civil, respectivamente. O macrozoneamento estabelece três zonas com suas diretrizes específicas, conforme o artigo 142:

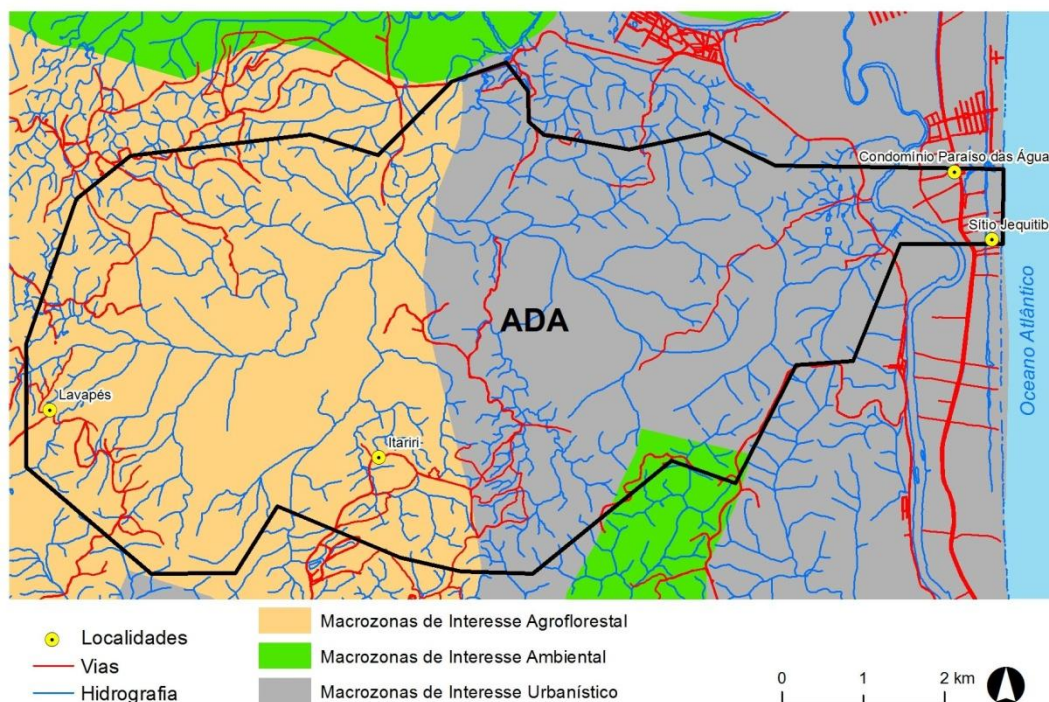
- Macrozonas de Interesse Urbanístico;
- Macrozonas de Interesse Ambiental;

– Macrozonas de Interesse Agroflorestal.

As Macrozonas de Interesse Urbanístico são aquelas que se destinam prioritariamente ao parcelamento do solo com fins de ocupação para usos residenciais, comerciais, industriais e de serviços. Fazem parte desta macrozona a Sede do Município e todas as áreas urbanas dos povoados com população acima de 500 habitantes, bem como as áreas prioritárias para expansão destas áreas.

As Macrozonas de Interesse Ambiental são os espaços estabelecidos em função das necessidades de proteção integral ou dos diferentes graus de uso sustentável permitidos. São compostas por ecossistemas de interesse para a preservação, a conservação e o desenvolvimento de atividades sustentáveis. Estas áreas são compostas pelas Áreas de Preservação Permanente, pelas Unidades de Conservação; toda a bacia do Rio Santana; ao norte da estrada Ilhéus/Couto/Santo Antonio até o rio de Engenho; toda área a oeste do povoado de Couto; a área da serra e da mata próximas ao limite de Itapitanga e as áreas que farão a composição do corredor ecológico e que formam conjuntos de ecossistemas com necessidades de preservação e/ou proteção. Determina, no artigo 145, que os fragmentos da Macrozona deverão ser interligados para propiciar a conexão entre os corredores ecológicos.

As Macrozonas de Interesse Agroflorestal são aquelas destinadas a atividades produtivas desenvolvidas no meio rural, bem como aquelas que exploram o potencial florestal do Município, devendo ambas atenderem às restrições para proteção do patrimônio ambiental. Fazem parte destas macrozonas as áreas produtivas onde se desenvolvem atividades econômicas de natureza agrícola e reservas florestais que apresentam potencial econômico ou paisagístico. Esta macrozona se faz presente na ADA (Figura 8.3.4.4.1) e Indireta do empreendimento (Figura 8.3.4.4.1).



Fonte: Plano Diretor Municipal de Ilhéus, Lei nº3265/06 e poligonal do empreendimento.

Figura 8.3.4.4.1 - Relação do empreendimento com o Macrozoneamento Municipal

O Quadro 8.3.4.4.1 mostra a relação da ADA e da AID com o macrozoneamento municipal.

Quadro 8.3.4.4.1 - ADA e AID e sua Relação com o Macrozoneamento Municipal

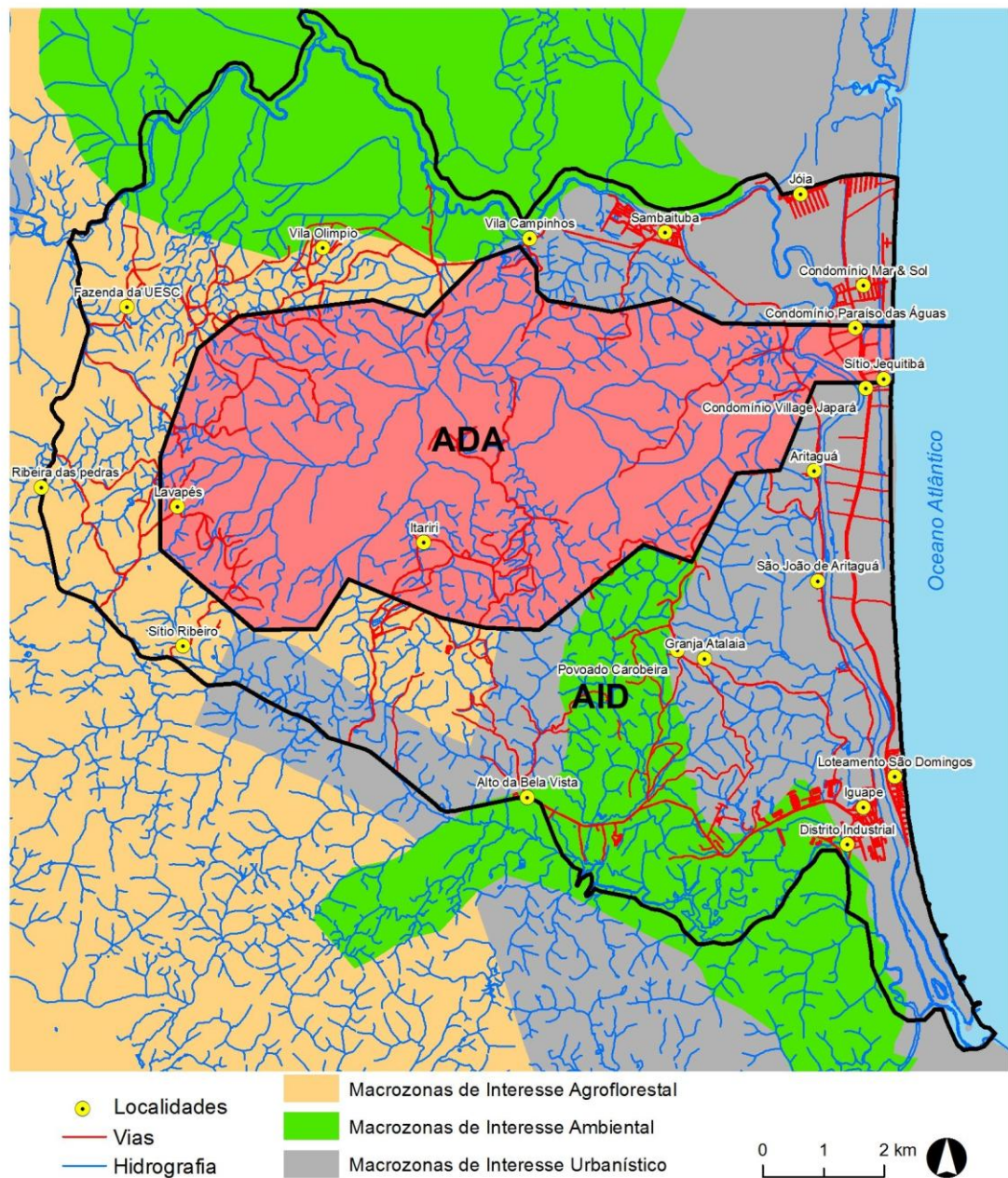
ÁREA	TOTAL (ha)	MURB (ha)	MURB (%)	MAM (ha)	MAM (%)	MAG (ha)	MAG (%)
ADA	4.833,53	2.318,92	47,98	62,83	1,30	2.451,78	50,72
AID	9.972,52	4.506,50	45,19	3.078,98	30,87	2.387,03	23,94

MURB: Macrozona de Interesse Urbanístico

MAM: Macrozona de Interesse Ambiental

MAG: Macrozonas de Interesse Agroflorestal

Fonte: Plano Diretor Municipal de Ilhéus, Lei nº3265/06 e poligonal do empreendimento.



Fonte: Plano Diretor Municipal de Ilhéus, Lei nº3265/06 e poligonal do empreendimento.

Figura 8.3.4.4.2 - Relação da AID com o Macrozoneamento Municipal

De acordo com o Macrozoneamento Municipal, a ADA tem sua superfície distribuída em três macrozonas, sendo 1,30% na Macrozona de Interesse Ambiental, 47,98% localizados na Macrozona de Interesse Urbanístico e 50,72 na Macrozona de Interesse Agroflorestal, visualizado acima, na **Figura 8.3.4.4.2** e no **Quadro 8.3.4.4.1**.

Conforme o artigo 66, o ordenamento e o controle do uso do solo devem combater e evitar a proximidade ou conflitos entre usos incompatíveis ou inconvenientes, a poluição e a degradação ambiental e a excessiva ou inadequada impermeabilização do solo.

A implantação de qualquer projeto, público ou privado, deverá, na respectiva área, considerar a articulação e complementaridade com o Sistema Municipal de Mobilidade Urbana, os princípios de acessibilidade previstos na legislação federal e estadual aplicável e os critérios e parâmetros estabelecidos na legislação municipal de parcelamento e uso e ocupação do solo.

A perspectiva ambiental é tratada na Seção V, sobre a Política Municipal de Meio Ambiente, alinhada às políticas nacional e estadual, que tem como princípio básico a busca pela sustentabilidade ambiental, e a utilização sustentável dos recursos naturais para o usufruto das gerações presentes e futuras, a partir da proteção dos patrimônios Natural, Históricos, Arquitetônicos, Culturais, Artísticos, Cênicos, Paisagísticos e Arqueológicos.

Com relação às Áreas Naturais Protegidas no Município (Unidades de Conservação), o artigo 108 estabelece como princípios a conservação dos ecossistemas naturais das áreas, parceladas ou não, sujeitas a critérios especiais de uso e ocupação, tendo em vista o interesse público na proteção e utilização dos recursos ambientais. Estas áreas destinam-se à:

- Conservação da fauna, da flora, da zona costeira e dos recursos hídricos;
- Manutenção da biodiversidade;
- Refúgio da fauna e à proteção dos cursos d'água;
- Proteção de áreas de risco geodinâmicos e geotécnicos;
- Conservação dos mananciais subterrâneos.

A ADA está localizada na Área de Proteção Ambiental Lagoa Encantada e do Rio Almada, criada pelo Decreto nº 2217 de 14 de junho de 1993 e alterada pelo Decreto Nº 8.650 de 22 de Setembro de 2003. Inicialmente englobava os distritos de Aritaguá e Castelo Novo e os povoados de Sambaituba, Urucutuca, Areias, todos no município de Ilhéus, ocupando uma área de 11.800 hectares. Após o decreto de 2003, passou a ocupar uma área de 157.000 hectares, distribuídos entre os municípios de Ilhéus, Itabuna, Uruçuca, Coaraçi, Itajuípe, Barro Preto, Almadina e Ibicaraí.

A Resolução CEPRAM (Conselho Estadual de Meio Ambiente) nº 1.802 de 23 de outubro de 1998 aprovou o plano de manejo e instituiu o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) da APA, que por sua vez foi alterado pela Resolução nº 2.989 de 19 de julho de 2002. Entretanto, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) não dispõe do mapeamento com o ZEE adequado à última resolução. Em função disto, foi considerado para este trabalho o ZZE estabelecido pela resolução nº 1.808/98, onde estão estabelecidas as seguintes zonas:

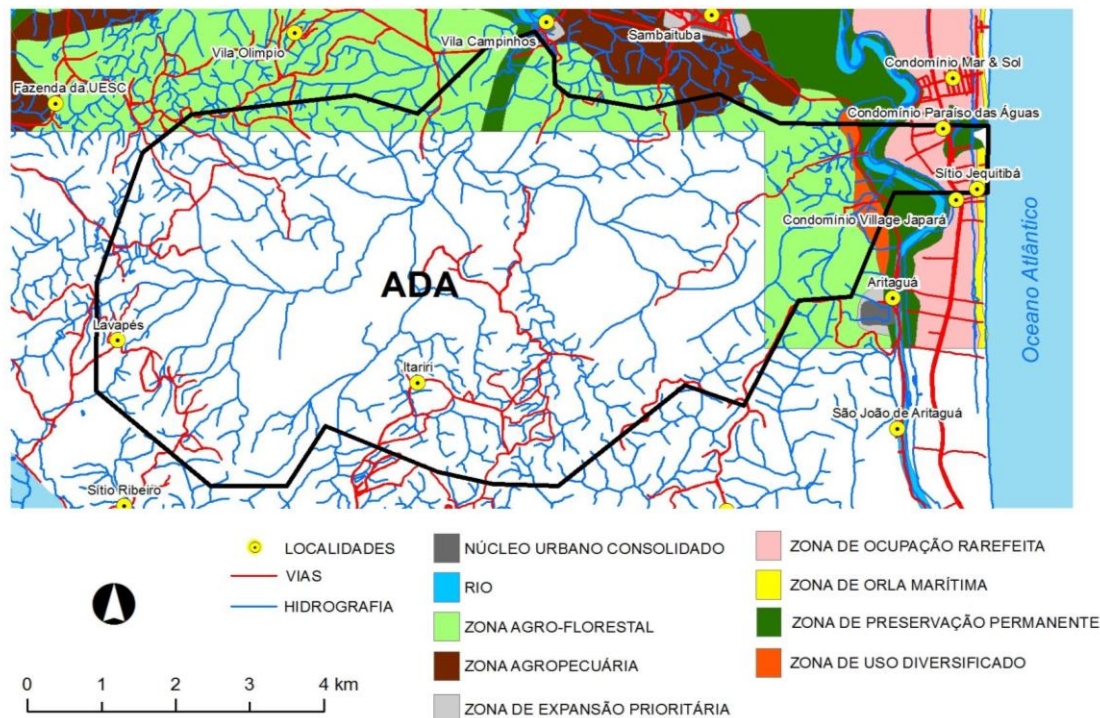
- I - ZPVS - Zona de Proteção da Vida Silvestre;
- II - ZPP - Zona de Preservação Permanente;
- III - ZPR - Zona de Proteção Rigorosa;
- IV - ZAF - Zona Agloflorestal;
- V - ZOM - Zona de Orla Marítima;
- VI - ZTE - Zona Turística Especial;
- VII - ZAG - Zona Agriculturável;
- VIII - ZUD - Zona de Uso Diversificado;
- IX - ZOR - Zona de Ocupação Rarefeita;
- X - ZEP - Zona de Expansão Prioritária;
- XI - NUC - Núcleo Urbano Consolidado.

A ADA faz interface com sete unidades do zoneamento, sendo que dos 4.833,53 hectares de área total, apenas 918,68 hectares têm correspondência com o ZEE, de acordo com o **Quadro 8.3.4.4.2** e a **Figura 8.3.4.4.3**.

Quadro 8.3.4.4.2 - Composição da ADA com Relação ao Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Lagoa Encantada e do Rio Almada

ZONAS	ÁREA (HA)	%
Zona agro-florestal	681,36	14,10
Zona agropecuária	20,11	0,42
Zona de orla marítima	6,41	0,13
Zona de ocupação rarefeita	74,11	1,53
Zona de uso diversificado	33,79	0,70
Zona de preservação permanente	102,52	2,12
Núcleo urbano consolidado	0,37	0,01
TOTAL	918,68	19,01

Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente e poligonal do empreendimento.



Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente e poligonal do empreendimento.

Figura 8.3.4.4.3 - Relação do Empreendimento com o Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Lagoa Encantada e do Rio Almada

Segundo o artigo 10º da Resolução 1.802/98 fica estabelecido para a ZPP (Zona de Preservação Permanente), tendo em vista a Resolução CONAMA Nº 004, de 18 de setembro de 1985, em seu artigo 3º, alínea "b", inciso VIII e no artigo 5º, a proibição de trilhas ecológicas em áreas de manguezal, sendo determinado que nestas áreas a visitação ocorrerá através do turismo embarcado, margeando a borda dos mangues, levando-se em consideração a distribuição natural do manguezal. Não serão permitidos cortes para abrir caminhos em manguezais.

Parte da Zona de Ocupação Rarefeita - ZOR, que ocupa a faixa mínima de 300 metros a contar do limite da preamar máxima, deverá ser transformada em Zona de Preservação Permanente - ZPP, consoante disposto na Resolução CONAMA nº 004, de 18 de setembro de 1985, em seu artigo 3º, alínea 'VII' e inciso b.

Na ZOR, nenhuma rede ou equipamento de saneamento será implantado em área que possa atingir o lençol freático, a menos que se elimine o risco de sua contaminação, observado o artigo 16º.

Será considerada como Zona de Proteção Rigorosa - ZPR a área indicada como Zona Agriculável - ZAG, na parte sul do povoado Areias, às margens da Lagoa Encantada, limitando-se com a ZPR (Zona de Proteção Rigorosa), ZOR (Zona de Ocupação Rarefeita), ZAF (Zona Agro-Florestal), e ZPP (Zona de Preservação Permanente) nas proximidades do rio Almada e com o limite leste da referida APA, conforme o Decreto Federal 750 de 10 de fevereiro de 1993.

Os limites para a ZPR deverão adotar o contorno das manchas de vegetação de Mata Atlântica. A área indicada aplica-se ao que rege o Decreto Estadual nº 6.785, de 23 de setembro de 1997, em seu artigo 14º. Esta alteração de zonas aplica-se por existirem na área

várias espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção, conforme o diagnóstico ambiental, estando em acordo com o Decreto Federal nº 750, de 10 de fevereiro de 1993, em seus artigos 5º e 7º.

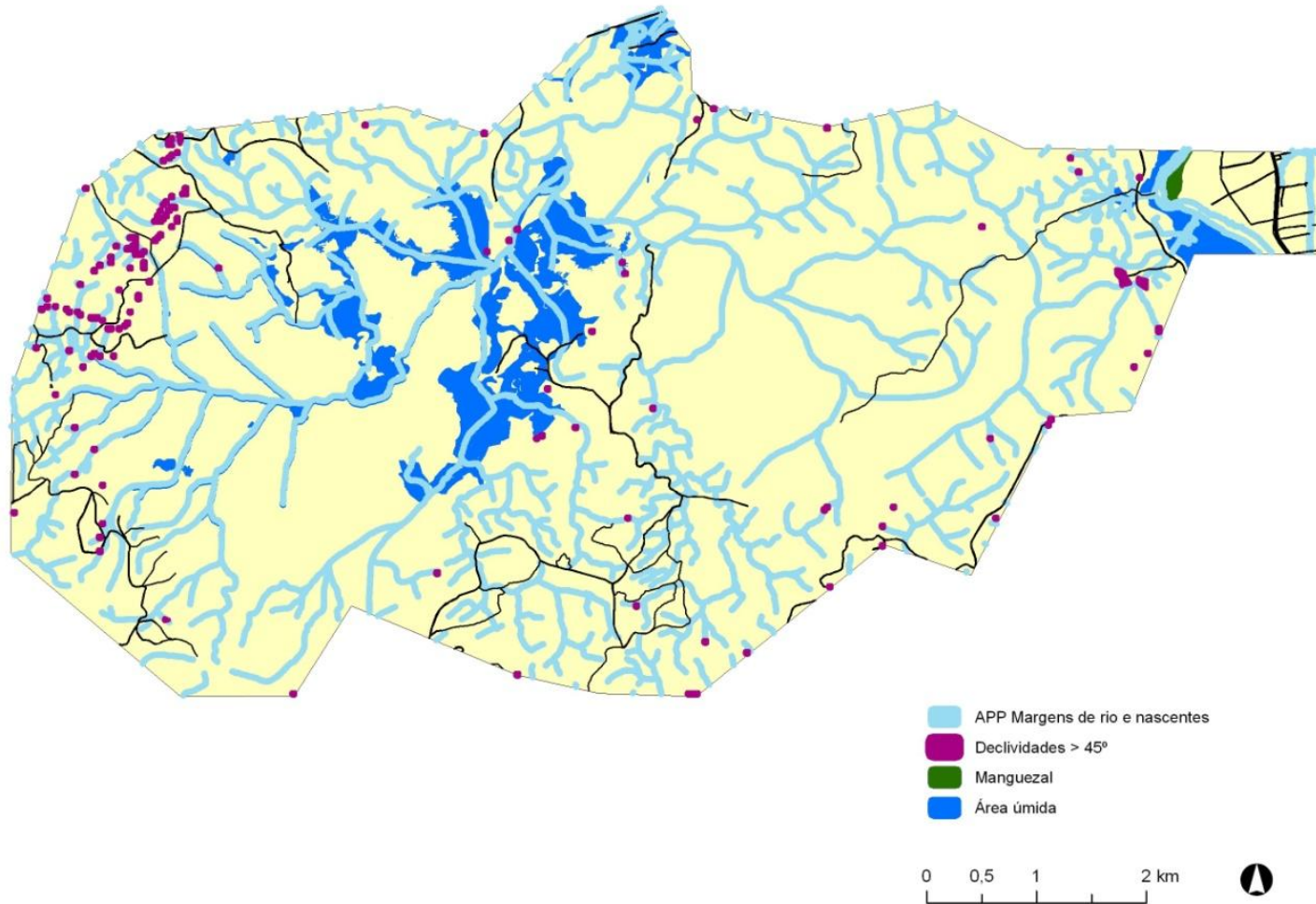
Deve-se considerar a faixa de 300 metros de Restinga como áreas de preservação permanente, a contar da preamar máxima, de acordo com a Lei Estadual nº 6.569, de 17 de janeiro de 1994, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 6.785, de 23 de setembro de 1997, em seu Art. 4º, inciso XI e Resolução CONAMA nº 004, de 18 de setembro de 1985.

Quanto ao aproveitamento de áreas desmatadas, que faz parte do Plano de Gestão proposto pela administradora da APA, deverão ser considerados os estágios sucessórios de regeneração da vegetação de acordo com a Resolução CONAMA nº 11 de 14 de dezembro de 1988, para casos de áreas acometidas pelo fogo.

Devem ser consideradas, ainda, as restrições quanto as Áreas de Preservação Permanente - APP estabelecidas na Lei nº 4.771 de 1965 e regulamentadas pela Resolução nº 303 de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

Para a ADA são identificadas as restrições listadas abaixo e visualizadas na **Figura 8.3.4.4.4**.

- Área de manguezal, em toda a sua extensão;
- Nos rios, em faixa marginal com largura mínima de trinta metros (cursos d'água com menos de dez metros de largura);
- Em encosta ou parte desta, com declividade superior a 45°;
- Ao redor de nascente ou olho d'água, ainda que intermitente, com raio mínimo de 50 metros de tal forma que proteja, em cada caso, a bacia hidrográfica contribuinte;
- Em faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 metros, a partir do limite do espaço brejoso e encharcado;
- Nas escarpas e nas bordas dos tabuleiros e chapadas, a partir da linha de ruptura em faixa nunca inferior a cem metros em projeção horizontal no sentido do reverso da escarpa.



Fonte: Interpretação de ortofotocartas 2009 e levantamentos de campo.

Figura 8.3.4.4.4 - Áreas de APP na Área Diretamente Afetada

8.3.4.5 Caracterização das Áreas Urbanas do Entorno do Empreendimento, com Mapeamento das Vias de Acesso e Aglomerados Populacionais.

Na área do entorno de implantação do empreendimento, a infraestrutura de acesso e a dinâmica espacial são condizentes com a atual conjuntura que se insere a região cacauceira. Conforme suscitado anteriormente, a estagnação social e econômica vivida pela região atualmente, é fruto do declínio da atividade agroexportadora (produção de cacau) que outrora era dominante - no município de Ilhéus - que associada à ausência e/ou carência de políticas governamentais mais eficazes e direcionadas às particularidades da região, fez a configuração viária refletir o atual panorama produtivo, necessitando de adequação diante dos investimentos programados para a região, inclusive relativos ao porto.

As características das vias de acesso (a partir de Salvador) que convergem para as áreas de influência do empreendimento seja pelo sistema marítimo *ferry-boat* ou pelas rodovias BR-324/101 se apresentam como as possibilidades para as interações espaciais.

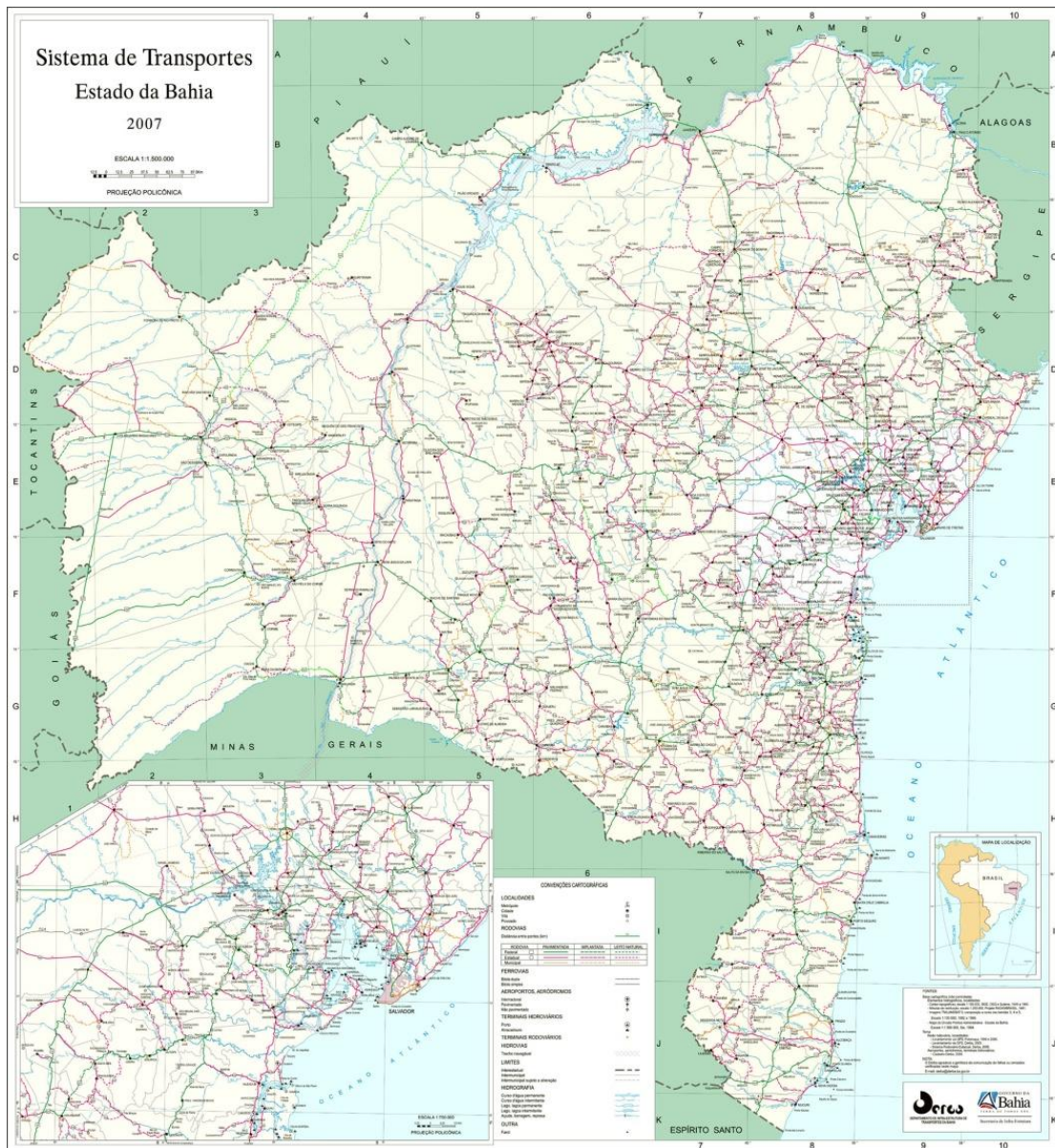
Pelo sistema *ferry-boat*, a partir do terminal marítimo de Bom Despacho, tem-se como via de acesso à rodovia estadual BA-001, composta por duas faixas de sentidos opostos (mão dupla), com largura de 7,25 metros e acostamento de 2,55 metros de cada lado (**Figura 8.3.4.5.1**).



Figura 8.3.4.5.1 - Vista da Rodovia BA-001

A rodovia BA-001 apresenta-se bem sinalizada e em bom estado de conservação até o município de Nazaré. A importância dessa rodovia é perceptível por permitir a acessibilidade ao município de Ilhéus, tornando-se, juntamente com a BR-101, os principais acessos terrestres ao empreendimento.

Sabe-se que o sistema de transporte baiano está concentrado em quase sua totalidade nas rodovias, tendo a cidade de Feira de Santana como principal entroncamento do Estado. As principais rodovias são a BR-324, que liga a capital Salvador aos demais municípios baianos; a BR-101, corta o estado no sentido norte/sul com traçado paralelo ao litoral; já BR-116 liga a metrópole ao sudoeste, bem como outras rodovias estaduais e federais que atendem ao tráfego de longa distância ou atendem as sedes dos municípios fazendo parte de um sistema combinado que se complementam, a exemplo das BR-110, BR-415, BR-407, BA-099 e BA-001 (**Figura 8.3.4.5.2**).



Fonte: DERBA.

Figura 8.3.4.5.2 - Mapa Rodoviário do Estado da Bahia

Até recentemente, não havia acesso rodoviário direto entre as zonas turísticas da Costa do Dendê e do Cacau. Para realizar esse trajeto, era necessário acessar a rodovia BR-101 e depois a saída para Ilhéus, passando por Uruçuca. No final de 2009, foi inaugurada a ponte sobre o Rio de Contas que liga os municípios de Camamu e Maraú a Itacaré, diminuindo sobremaneira a distância entre Salvador e a Região Sul do Estado (**Figuras 8.3.4.5.3 e 8.3.4.5.4**).



**Figura 8.3.4.5.3 - Estrada de Acesso
Maraú/Itacaré**



Figura 8.3.4.5.4 - Ponte Maraú/Itacaré

Com a construção da ponte, o tempo de deslocamento entre as cidades de Camamu e Itacaré foi reduzido de 2 horas para 40 minutos. Antes, o trajeto era feito via Ilhéus perfazendo 200 km. Hoje, o percurso direto entre as cidades, de 47,8 km, representa uma redução de quase 70% da extensão, atendendo um antigo anseio da população.

O investimento total na implantação dos novos trechos da BA-001 foi de R\$ 94 milhões e a estimativa é que mais de 1.200 veículos trafeguem diariamente na rodovia. Além do turismo, os trechos visam a beneficiar 850 mil pessoas dos municípios de Camamu e Maraú, Itacaré, Itabuna, Ilhéus, Canavieiras, Valença e Cairú (PMC, 2009).

8.3.4.6 Caracterização das Áreas Urbanas e das Vias de Acesso do entorno do Empreendimento

Ao acessar a AII do empreendimento, encontram-se algumas localidades/ povoados agrupados nos distritos de Castelo Novo e Aritaguá (**Figura 8.3.4.6.1**).

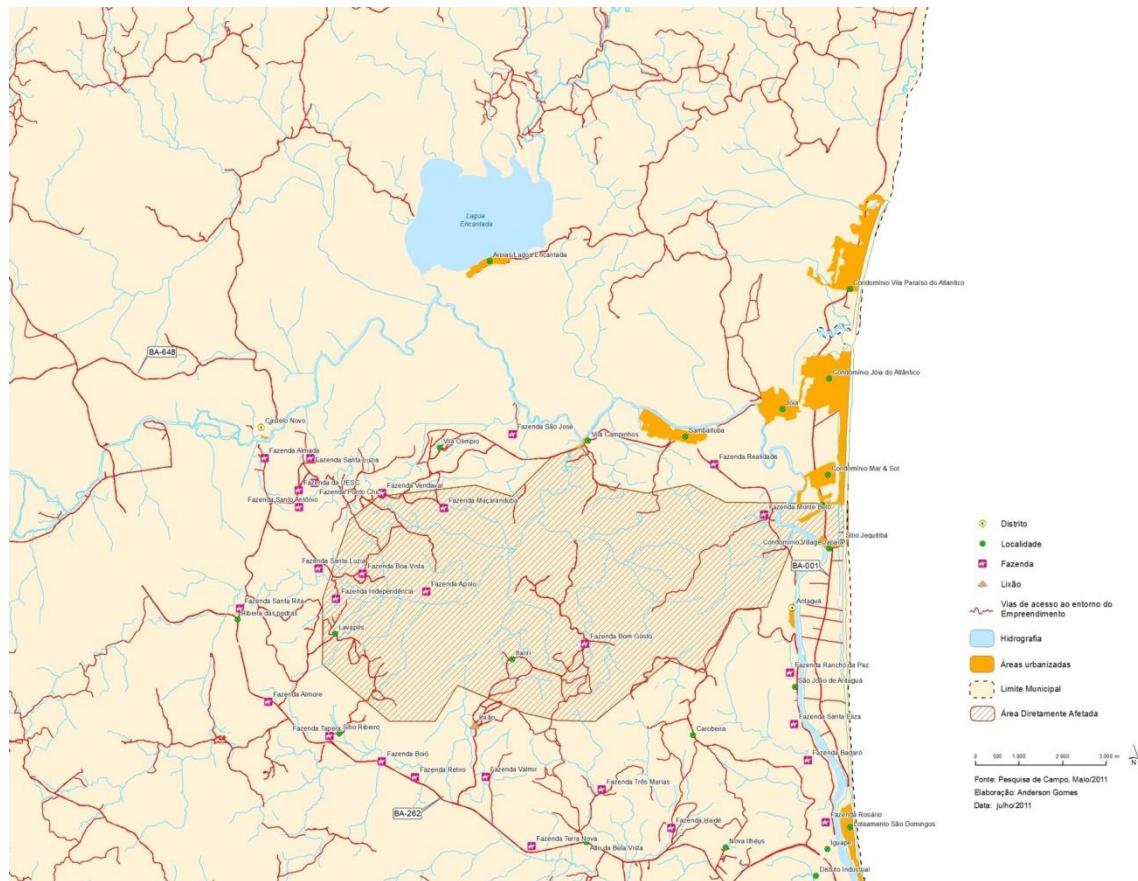


Figura 8.3.4.6.1 - Distribuição Geográfica das Localidades na AII do Empreendimento

Distante cerca de 35 km da sede do município de Ilhéus, o distrito de Castelo Novo possui uma população aproximada de 3.183 habitantes distribuídos nos povoados de Ribeira das Pedras, Lava-Pés e Lagoa Encantada e no Arraial Parafuso. Já o distrito de Aritaguá, o maior do Município, distante 5 km da sede municipal, possui uma população aproximada de 9.053 habitantes, distribuídos nos povoados de Sambaituba, São José, São João, Itariri, Juerana, Carobeira, Ponta da Tulha, Ponta do Ramo, Mamão, Retiro, Aderno, Tibina, Vila Campinhos, Urucutuca e Vila Olímpio (PMI, 2010).

O **Quadro 8.3.4.6.1** apresenta os Distritos que compõem o município de Ilhéus.

Quadro 8.3.4.6.1 - Distritos que Compõem o Município de Ilhéus

Distrito	Distância da sede (km)	População	Povoados	Arraiais
Aritaguá	5	9.053	Sambaituba, São José, São João, Itariri, Juerana, Carobeira, Ponta da Tulha, Ponta do Ramo, Mamoã, Retiro, Aderno, Tibina, Vila Campinhos, Urucutuca e Vila Olímpio.	-
Banco Central	65	4.279	-	Três Paus, Ribeira e Visagem
Castelo Novo	35	3.183	Ribeira das Pedras, Lava-Pés e Areias/Lagoa Encantada	Parafuso
Coutos	5	4.405	Santo Antônio, Rio do Engenho e Maria Jape	Areia Branca e Búzios
Inema	90	3.130	-	Água Branca
Japu	30	5.449	Serrado, Serra das Trempes, Santana e Cascalheira	-
Olivença	16	15.815	-	Acuípe do Meio, Acuípe de Baixo, Acuípe de Cima, Jairi e Santaninha
Pimenteira	81	1.575	-	Ribeirão Pimenta
Rio do Braço	29	5.236	Banco do Pedro	-

Fonte: PMI, 2011.

- Caracterização do Distrito de Castelo Novo

Situado a noroeste da ADA do empreendimento, dentro da AII, o distrito de Castelo Novo tem como principais vias de acesso a BA-262 e BA-648. A BA-262 possui uma boa cobertura asfáltica composta por duas faixas de tráfego de sentidos opostos (mão dupla), com largura aproximada 8 metros e acostamento de 2 metros de cada lado, conforme observado na **Figura 8.3.4.6.2**.


Figura 8.3.4.6.2 - Rodovia BA-262

Em alguns pontos da rodovia é possível notar a vegetação cobrindo o acostamento e as placas de sinalização, fato que denota a falta de manutenção.

Nota-se também, ao longo da via, uma paisagem composta por um mosaico diversificado de atividades, onde se encontram alguns núcleos urbanos, ocupações de movimentos sociais de luta pela terra, fazendas e cobertura vegetal remanescente típica de mata atlântica (**Figuras 8.3.4.6.3 a 8.3.4.6.6**).



Figura 8.3.4.6.3 - Núcleo Urbanos às Margens Rodovia BA-262 (km 30)

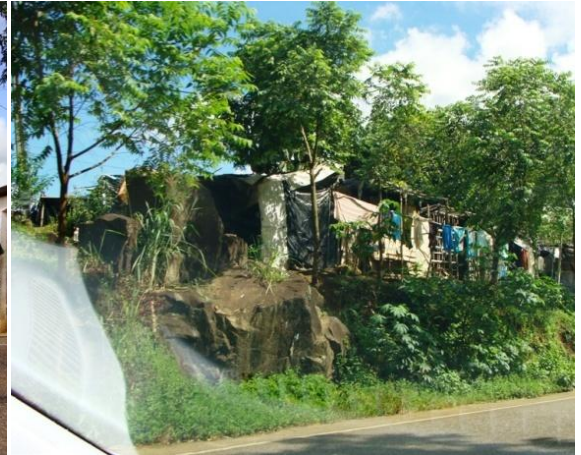


Figura 8.3.4.6.4 - Ocupações por Movimento Sociais às Margens Rodovia BA-262



Figura 8.3.4.6.5 - Fazendas às Margens Rodovia BA-262



Figura 8.3.4.6.6 - Fazendas às Margens Rodovia BA-262

Ao acessar a BA-648, no cruzamento com a BA-262, têm-se a principal via de acesso ao núcleo urbano do Distrito de Castelo Novo. Esta via não possui qualquer tipo de pavimentação bem como sinalização. A largura da via varia de 4,5 a 5 metros em alguns trechos e não possui acostamento (**Figuras 8.3.4.6.7 a 8.3.4.6.9**).



Figura 8.3.4.6.7 - Entrada da BA-648 - Castelo Novo



Figura 8.3.4.6.8 - Medição da Largura da Rodovia BA-648



Figura 8.3.4.6.9 - BA-648 – Acesso à Castelo Novo

A paisagem predominante no seu entorno é de pastagens associadas à cobertura vegetal com espécies típicas de mata atlântica e relevo que apresenta em determinados setores das vertentes, inclinações acentuadas (**Figuras 8.3.4.6.10 e 8.3.4.6.11**).



Figura 8.3.4.6.10 - Pastagens Associadas à Mata Atlântica às Margens da BA-648



Figura 8.3.4.6.11 - Relevo com Vertentes de Inclinação Acentuada às Margens da BA-648

Segundo informações dos moradores, o distrito de Castelo Novo surgiu em função das atividades de produção de cacau e criação de gado pelas fazendas Almada, Mucambo, Lagoa Pequena, Combate, Retiro, Dois Irmãos, Óculos, Vencedora, Santa Rita e Bonfim. Atualmente, ainda segundo os moradores, a sede do distrito possui cerca de 450 unidades domiciliares abrigando uma população de aproximadamente 2.000 pessoas (**Figuras 8.3.4.6.12 a 8.3.4.6.13**).



Figura 8.3.4.6.12 - Tipologia Habitacional - Castelo Novo



Figura 8.3.4.6.13 - Tipologia Habitacional e Vias Internas do Núcleo Urbano de Castelo Novo



Figura 8.3.4.6.14 - Disposição Irregular do Lixo em Castelo Novo

A Sede do distrito possui uma escola de ensino fundamental e um posto de saúde para atender a população local. A principal forma de acessar o distrito via transporte público é por meio da linha de ônibus disponível, em horários programados seis vezes ao dia para a cidade de Ilhéus.

A tipologia das casas se caracteriza pela simplicidade no padrão construtivo, organizadas, em sua maioria, em quatro cômodos e um banheiro interno. No tocante aos serviços de saneamento básicos, os moradores utilizam fossa séptica para a destinação final dos efluentes; a água usada para consumo no dia a dia é proveniente de poço artesiano e bombeada para as residências. Já o lixo é descartado e queimado a céu aberto.

Os três povoados que compõem este distrito, estão distribuídos pelas áreas de influência de acordo com o **Quadro 8.3.4.6** a seguir. O povoado de Areias/Lagoa Encantada está ao Norte da ADA; Ribeira das Pedras (**Figuras 8.3.4.6.15 e 8.3.4.6.16**) está a Oeste da mesma, no limite entre a AII e a AID; e o povoado de Lava-Pés se encontra totalmente inserido na ADA.

Quadro 8.3.4.6.2 - Povoados do Distrito de Castelo Novo por Área de Influência

Povoado	Área de Influência
Lava-Pés	ADA
Ribeira das Pedras	AID
Areais/ Lagoa Encantada	AII

Fonte: Levantamento de campo, maio 2011



Figura 8.3.4.6.15 - Estrada para Ribeira das Pedras



Figuras 8.3.4.6.16 - Ribeira das Pedras

Vale salientar que, dentre os povoados que compõe o distrito de Castelo Novo, Areias/Lagoa Encantada é o que foi encontrada maior dificuldade de acesso em relação às outras, face à alta declividade da estrada que dá acesso à comunidade. Segundo os moradores, em épocas de chuvas intensas a mesma fica isolada por não permitir a passagem de veículos motorizados como transporte coletivo local (**Figuras 8.3.4.6.17 a 8.3.4.6.20**).



Figura 8.3.4.6.17 - Vias de Acesso Areias/Lagoa Encantada



Figura 8.3.4.6.18 - Vias de Acesso Areias/Lagoa Encantada



Figura 8.3.4.6.19 - Núcleo da Comunidade de Lagoa Encantada (Areias)



Figura 8.3.4.6.20 - Posto de Saúde da Comunidade de Lagoa Encantada (Areias)

- Caracterização do Distrito de Aritaguá

As localidades que compõem o distrito de Aritaguá podem ser articuladas pela estrada que dá acesso ao Povoado de Sambaituba. Este, por sua vez, é acessado pela Avenida Beira Rio no Bairro do Iguape, próximo ao Distrito Industrial de Ilhéus (**Figuras 8.3.4.6.21 e 8.3.4.6.22**) ou pela BA-001, como é o caso da comunidade de Ponta da Tulha na Orla Atlântica.



Figura 8.3.4.6.21 - Bairro do Iguape - Acesso a Aritaguá/Sambaituba



Figura 8.3.4.6.22 - Bairro do Iguape - Acesso a Aritaguá/Sambaituba

Cabe ressaltar, que com exceção das localidades da Orla Atlântica, as demais comunidades que compõem o distrito de Aritaguá possuem as mesmas características do distrito de Castelo Novo no item infraestrutura de acesso, com estradas que variam de 3,5 a 6 metros de largura em determinados trechos (**Figuras 8.3.4.6.23 a 8.3.4.6.26**).



Figura 8.3.4.6.23 - Configuração Espacial e Vias de Acesso Interno - Aritaguá



Figura 8.3.4.6.24 - Sede da Associação Comunitária - Aritaguá



Figura 8.3.4.6.25 - Característica da Estrada de Acesso à Aritaguá



Figura 8.3.4.6.26 - Característica da Estrada de Acesso à Aritaguá

A organização espacial do distrito de Aritaguá se dá de forma diversificada, sendo possível observar ocupações rarefeitas ao longo das estradas que dão acesso aos diversos núcleos urbanos que compõem o mesmo (**Figuras 8.3.4.6.27 e 8.3.4.6.28**), bem como aglomerados com adensamento populacional significativo como é o caso de Sambaituba.

As características desses núcleos urbanos podem ser observadas também nas **Figuras 8.3.4.6.29 a 8.3.4.6.32**.



Figura 8.3.4.6.27 - Localidade de São João



Figura 8.3.4.6.28 - Localidade de São João



Figura 8.3.4.6.29 - Núcleo Urbano de Sambaituba



Figura 8.3.4.6.30 - Núcleo Urbano de Sambaituba



Figura 8.3.4.6.31 - Núcleo Urbano da Comunidade de Vila Olímpio



Figura 8.3.4.6.32 - Posto de Saúde Vila Olímpio

A paisagem natural predominante no entorno da via de acesso ao distrito de Aritaguá é caracterizada pela presença de intensa vegetação, de morros com vertentes convexas, vales encaixados (**Figura 8.3.4.6.33**) e planícies de inundação nas áreas próximas ao rio Almada.



Figura 8.3.4.6.33 - Acesso a Aritaguá/Sambaituba

Já os núcleos urbanos que compõem a Orla Atlântica no entorno do empreendimento, possuem características bastante diferenciadas das demais áreas pesquisadas. Salvo algumas exceções como Ponta da Tulha (**Figura 8.3.4.6.34**), são formados em quase sua totalidade por condomínios de alto e médio padrão habitacional (**Figuras 8.3.4.6.35 a 8.3.4.6.37**), sendo o principal acesso a essas localidades a BA-001. Esta rodovia possui uma boa cobertura asfáltica, sendo composta por duas faixas de sentidos opostos com largura aproximada de 9,5 m e acostamento de 0,7 m além de uma ciclovia (2 m) em alguns trechos para facilitar o deslocamento de ciclistas (**Figura 8.3.4.6.38**).



Figura 8.3.4.6.34 - Ponta da Tulha



Figura 8.3.4.6.35 - Condomínio Mar & Sol



Figura 8.3.4.6.36 - Sítio Jequitibá



Figura 8.3.4.6.37 - Entrada do Condomínio Village Japará

Dos quinze povoados que compõem o distrito de Aritaguá apenas cinco não estão em área de influência do empreendimento, sendo eles São José, Juerana, Ponta do Ramo, Aderno e Urucutuca. Os demais estão inseridos na AID, com exceção de Itariri, que está inserida na ADA, como demonstra o quadro a seguir (**Quadro 8.3.4.6.3**).

Quadro 8.3.4.6.3 - Povoados do Distrito de Castelo Novo por Área de Influência

Povoado	Área de Influência
Itariri	ADA
Carobeira	AID
Ponta da Tulha	AID
Sambaituba	AID
São João de Aritaguá	AID
Vila Campinhos	AID
Vila Mamoã	AID
Vila Olímpio	AID

Fonte: Levantamento de campo, maio 2011

- Caracterização do Entorno do Projeto: Atividades Industriais, Saneamento e potenciais interferências na Qualidade da Água

Como visto anteriormente, o entorno do empreendimento caracteriza-se pela predominância de cobertura vegetal com variados graus de conservação e atividades associadas, sendo ocupada por fazendas, sítios e povoados. A vegetação é composta por espécies nativas de floresta ombrófila, restinga e áreas úmidas, conformando ambientes potenciais para a conservação da biodiversidade.

Durante a pesquisa de campo não foram encontradas atividades industriais no entorno do empreendimento que significassem risco latente de poluição e de possíveis interferências na qualidade da água. Porém, observou-se nas comunidades pesquisadas que é comum a presença de problemas de infraestrutura básica, principalmente no tocante ao esgotamento sanitário. Nessas áreas, a principal forma de acesso à água potável é através de captação em poços artesianos e o descarte dos efluentes domésticos é feito a céu aberto ou em fossa séptica (**Figura 8.3.4.6.38**)



Figura 8.3.4.6.38 - Lançamento de Efluentes Domésticos a Céu Aberto - Comunidade de São João

Dessa forma, o principal risco de interferência na qualidade da água na área do entorno do empreendimento se dá pelas atividades exercidas pelas comunidades, devido a falta de acesso ao saneamento básico.

A ocupação irregular das áreas de preservação permanente dos rios, associados à falta de infraestrutura básica pode vir a agravar essa situação aumentando a poluição e contaminação das águas, haja vista os efluentes domésticos serem lançados nos rios, principalmente no Almada (**Figuras 8.3.4.6.39 a 8.3.4.6.41**).



Figura 8.3.4.6.39 - Ocupação às Margens do Rio Almada

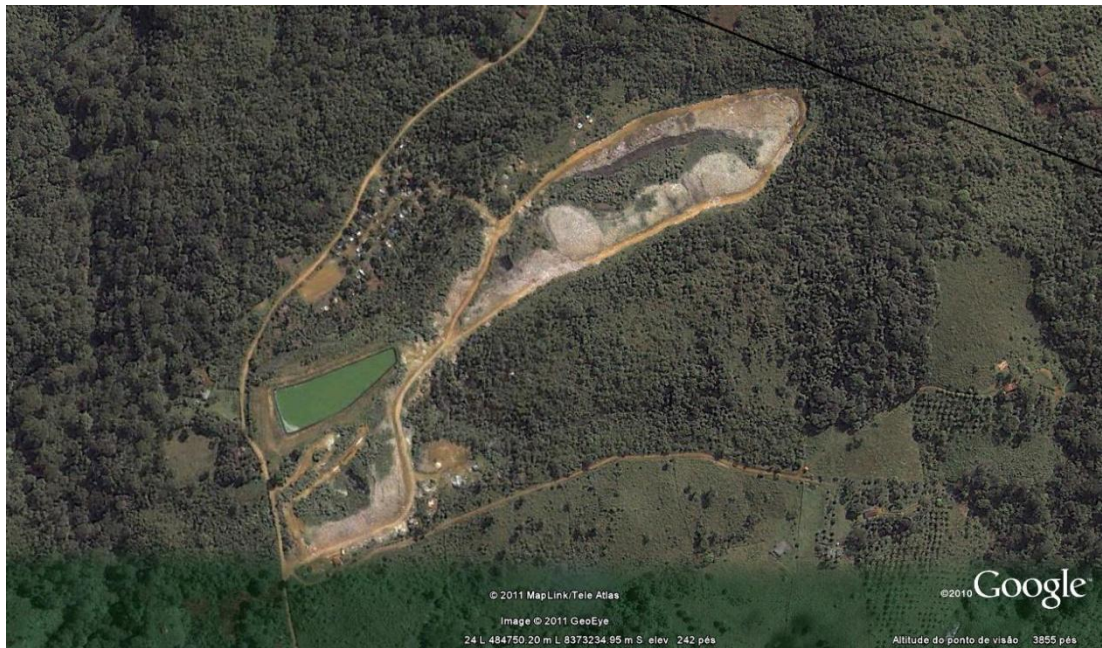


Figura 8.3.4.6.40 - Ocupação às Margens do Rio Almada



Figura 8.3.4.6.41 - Ocupação às Margens do Rio Almada

Além do descarte indevido de resíduos domésticos, outro fator que pode vir a comprometer a qualidade hídrica da região é o aterro sanitário do município de Ilhéus, uma vez que é operado e tem aspecto de Lixão (**Figura 8.3.4.6.42**). Durante a visita de campo, foi constatado que o processo de disposição final dos resíduos sólidos do Município, principalmente do lixo domiciliar, não é baseado em critérios de engenharia e normas operacionais específicas, que permitem a confinação segura do lixo, em termos de controle da poluição ambiental e proteção ao meio ambiente.



Fonte: Google Earth

Figura 8.3.4.6.42 - Área do Aterro Sanitário

O lixo é disposto inadequadamente e sem tratamento, o que pode vir a causar inúmeros problemas ambientais. Nessas condições insalubres, há proliferação de animais roedores e insetos, como os ratos e moscas, que têm a capacidade reprodutiva aumentada devido à disponibilidade abundante de alimentos.

Os ratos são transmissores de inúmeras doenças, tais como raiva, meningite, leptospirose e etc. Outro sério problema causado por disposição irregular do lixo é a contaminação do solo e do lençol freático pela ação do chorume, líquido de cor negra, característico de matéria orgânica em decomposição (**Figuras 8.3.4.6.43 a 8.3.4.6.44**).



Figuras 8.3.4.6.43 - Lixão



Figura 8.3.4.6.44 - Acesso ao Lixão

As empresas que compõem o Distrito são agrupadas nas categorias “atividades diversas” e “atividades de informática”, conforme observado nos Quadros 8.3.4.6.4 a 8.3.4.6.7.

Quadro 8.3.4.6.4 - Relação das Empresas de Atividades Diversas - Distrito Industrial de Ilhéus e Região

Empresa	Endereço	Fone/Fax e-mail	Responsável	Principal Atividade
01. ACESSÓRIO Principal	Rod. Ilhéus-Uruçuca, Km 3- Pólo de Confecções- Iguape CEP:45.658-340 Ilhéus -BA	Fone/fax: (73) 3639-6268 aprincipal3@hotmail.com	Srª. Jana Maria K. Bastos Srª. Mª Alice K. Bastos Patury	Bijouterias em geral
02. ACNC de Souza Restaurante Portal do Iguape.	Rodovia Ilhéus/Uruçuca, Km 4 – Distrito Industrial CEP. 45.658.340	Fone: (73) 3639-1282 Cel: (73) 8829-4513	Sr. Wellington Argolo de Souza Srª Ana Cristina Nascimento Café de Souza.	Refeições industriais
03. BARRY CALLEBAUT BRASIL S/A.	Rodovia Ilhéus Uruçuca, Km 3 – Rua “A” Distrito Industrial de Ilhéus	(73) 3234-2100/2106/2107/2112 (71) 3272-8400/02 callebaut.com.br	Sr. Michael Antony Hocday Sr. André Rodrigo Vieira Srª. Ingrid B. Weckerle	Processamento de cacau
04. BARRY CALLEBAUT BRASIL S/A.	Rua “A” QI-D–lotes 11 e 12 Dist. Industrial de Ilhéus.	(73) 3234-2100/2106/2107	Sr. André Rodrigo Vieira	Beneficiamento primário da amêndoa do cacau.
05. CAMBUCI S/A (PENALTY) Itabuna Impl. 1999	Av. Manoel Chaves, 1121 Jaçanã - Itabuna/Bahia CEP. 45.601-095	Fone: (73) 3214-6000 Fax: 6047 pedro@cambuci.com.br pedro.borges@penalty.com	Sr. Pedro Eustáquio Bastos Sr. Edson Marrero	bolas
06. CAMBUCI S/A. (PENALTY) Itajuípe Impl. 1999	Loteamento Júlia Salomão Rodov. Itajuípe/Coaraci CEP. 45.630-000	(73) 3238-2800/2822/2826 Claudiar@cambuci.com.br Isaacj@cambuci.com.br Edson.marrero@penalty.com	Sr. Pedro Eustáquio Borges Sr. Isaac José dos Santos Neto Sr. Tadeu Gonçalves Sr. Fabrício Donizete	Confecções: camisas shorts meias.
07. CARGILL Agrícola S/A.	Rod. Ios-Uruçuca, Km 08 Ilhéus – BA Cx. Postal: 102	Fones: (73)3234-1534/1517/1521 fabiene_carvalho@cargill.com.br leandro-barbosa@cargill.com	Sr. Daniel Roberto Gnoatto	Processamento de cacau
08. CHOCOLATE Caseiro Ilhéus Ltda.	Rod. Ilhéus-Uruçuca, Km 3 Distrito Industrial Ilhéus –Ba.	Fones (73)3639-5300/5363 chocolateba@uol.com.br	Sr. Hans Tosta Schaeppi	Bombons de chocolate
09. CONCRETO Redimix do Brasil	Rua A, QI.D Lt. 1 Distrito Industrial Ilhéus -BA	Fone: (73) 3639-7434 Fax:3639-7011 rdxba@terra.com.br	Dr. Luis Carlos Sena	Concreto pré misturado.
10. ERIS Refeições Industriais	Rod. Ilhéus-Uruçuca, Km 3 Ilhéus/BA.	Fone/fax: (73)3639-3674 (73) 9983-5086	Sr. Erivaldo Alves Souza	Refeições Industriais
11. FERTUR Transp. Rodoviários Ltda. Data da Implant.: 1997	Rua C, s/n – Iguape Distrito Industrial Ilhéus - BA	Fone/fax: (73) 3639-1064 fertur1@ig.com.br flaviosocial@gmail.com	Sr. Fernando Costa (Dir.) Sr. Gilberto Fraga (Ger.)	Prestação de Serviços
12. FLAMARO Móveis Indústria de Móveis Ltda.	Rua C, QI.N- Lt. 3 Distrito Industrial - Ilhéus/Bahia	Fones: (73)3639-8878/9983-8193 flacampello@maxlinux.com.br	Sr. Flávio Campello	Móveis de luxo
13. INACERES Industrial e Comercial Ltda.	Rodovia Ba. 262 - Uruçuca Ilhéus, Km 08 - Uruçuca/Bahia	Fone/fax: (73) 3239-2153 manoel.aboboreira@agrocere.com fabricio@agrocere.com.br	Sr. Ricardo Araujo Ribeiral Sr. FabrícioOliveira Brito Sr. Manoel Aboboreira Neto	Industrialização de Palmito.
14. INDUCAFÉ Indústria Comércio e Exportação de Café Ltda. Impl. 2009	Rod. Ilhéus-Uruçuca, Km 3 Iguape - Distrito Industrial Ilhéus/BA CEP.45.658-370	Fones:(73) 3639-5555/4368/1364	Sr. Marcelo Gibson Seixas Lins	Moagem e torrefação de café
15. Itabuna Têxtil S/A (TRIFIL) Impl. 1998	Rod.Itabuna/Ibicaraí, 4530 - Km 04 - Nova Itabuna Itabuna/Bahia	Fone: (73) 3214-5000/5033/5057 Fax: (73) 3616-1792	Sr. Antonio Sergio Bueno Srtª Caroline Srtª Alessandra	Meias, calcinhas, soutiens e camisetas

Continua

Quadro 8.3.4.6.4 - Relação das Empresas de Atividades Diversas - Distrito Industrial de Ilhéus e Região
Continuação

Empresa	Endereço	Fone/Fax e-mail	Responsável	Principal Atividade
16. JOANES Industrial S/A (ADM COCOA)	Rod. Ilhéus-Uruçuca, Km 4 Iguape - Dis. Ind. de Ilhéu	(73) 2101-2000/2045/2003/2011 adailton_costa@admworld.com	Sr. Luiz Henrique Marques Sr. Adailton Pereira da Costa	Processamento de Cacau
17. KRAFOAM DA BAHIA Indústria e Com. de Embalagens Ltda. Impl. 2006	Rua A – QI-D - lotes 4 e 5 Dist. Industrial – galpão 01 Ilhéus - Bahia CEP. 45.658-335	(73) 3639-3285 / 8109-0095 9142-7853 e 5551 34814283 luis.mejolaro@krafoam.com.br graziele.dias@krafoambahia.com.	Sr. Luis Mejolaro Srª Mª Cristina dezopi Cavallaro Srª Grazielle Oliveira Dias (Ios)	Embalagens de acolchoamento (polietileno, isopor e PU).
18. LA SANTÉ Agroalimentos Ltda.	Rod. Ilhéus-Uruçuca KM 4 – Distrito Industrial Ilhéus – BA	(73) 3639- 2799/1408 Fax: 3639- 2999 lasanteba@uol.com.br	Sr. Marcelo Prado Sr. Jailton Morais da Hora	Fabricação de sucos
19. LAVIN Lavanderia	Rua C, QLN Lt. 4 Dist. Industrial - Ilhéus – BA	(73) 3639-7722/1190 lavinilheus@uol.com.br	Sr. Randolpho Pinto Borges (Dir.)	Lavagem de Roupas
20. MARCA BRASIL – Emery Silveira Ltda.	Rodovia Ilhéus/Uruçuca, Km 3,5 - Galpão: 8 – Dist. Industrial - Ilhéus/Bahia	(73) 3639-2801 ou 3231-5065 (73) 8827-5780 emeryfilho@marcabrasilmoveis.com.br	Sr. Luiz Carlos Emery Filho	Estrutura para sofás
21. METALÚRGICA MELHOR LTDA.	Rua A – Distrito Industrial Ilhéus - BA	(73) 3639- 2880/1094 metalmelhor@bol.com.br	Sr. Jorge Antonio Matos Silva	Metalúrgica
22. MUCAMBO MAPA SPONTEX S/A.	Rua F, QI-O Lotes 4 a 8 –Iguape - Distrito Industrial Ilhéus-Ba. CEP. 45.658-470 Caixa Postal: 17	(73) 2101-3700 Fax: 2101-3736 jl.couchoud@mapaspontex.com.br mucambo@mapaspontex.com.br	Sr. Jean Loui Couchoud (Ger.) Sr. Robert Joseph Balanger(Dir) Hind Faddoul Pinto	Luvas cirúrgicas; luvas profissionais, mamadeiras, e embalagens de bicos e chupetas.
23. MUCAMBO MAPA SPONTEX S/A	Rodovia Ba. 262, Km 27	Fone/fax: (73) 2101-3727	Sr. Jean Loui Couchoud Sr. Robert Joseph Balanger	Depósito
24. NUTRI REFEIÇÕES – MARCELO IRINEU LUZ BASTOS.	Distrito Industrial de Ilhéus. nutri@waytec.com.br	Fonefax: (73) 3634-3125 8806-9484	Srª Majorie Bitencourt	Refeições Industriais
25. OCEAN	Canavieiras	Fone:(71) 3284-1274 8106-4317	Sr. Carlos Donizete de Coelho	
26. POSTO IGUAPE Miranda Distribuidora de Petróleo Ltda. Impl.04/2007	Rod. Ilhéus-Uruçuca, Km 4 Distrito Industrial Ilhéus – BA.	(73) 3639-0578 Juliano_miranda30@hotmail.com	Sr. Juliano Miranda de Oliveiraa Sr. Silvano Fernandes da Cunha	Derivados do Petróleo
27. RECIPACK Indústria e Com. de Plásticos Ltda.	R. Silvio Santos de Brito, 84 Jaçanã Itabuna/Bahia	Fone: (73) 3212-6341/ 3617-0451 mai_anny_oliveira@hotmail.com	Sr. Norival Vilela Srtª Claudia Mariana de Oliveira Santos	Atual: Filmes steach e PVC Previsão: sacolas plásticas
28. SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	Rodovia Ilhéus-Uruçuca, Km 3,5 – Dist. Industrial Ilhéus – Ba.	(73) 3639-9300/9302/9316/9320 jarah@fieb.org.br danielos@fieb.org.br luaness@fieb.org.br	Sr. Jurandir Hender da Luz Sr. Danilo Abreu de Souza Srª. Luana Cabral	Aprendizagem Industrial
29. SESI- Serviço Social da Indústria.	Rod. Ios-Uruçuca, Km 3,5 - Dist. Industrial de Ilhéus	(73) 3639-9324 alexandrec@fieb.org.br	Sr. Alexandre Regis Cunha	Serviço Social
30. SIMI – Sociedade Industrial Madeireira Ltda. (desativada)	Rod. Ilhéus-Uruçuca, Km 2,5 Distrito Industrial de Ilhéus	Fones: (73) 3639-5912/4789 Fax: 3639-5917 (021)2652-9006	Sr. Oromar Woods Souza Neto Sr. José Nilson Mucugê Sr. José Elias Ferreira dos Reis	Móveis de Luxo: (Sofás, Cadeiras, Mesas).
31. TRANSMAROD- Transportes Marítimo e Rodoviário Ltda	Rod. Ilhéus-Uruçuca, Km 2 Distrito Industrial Ilhéus – BA	(73) 3639-4773 transmarod@uol.com.br transmarod@uol.com.br	Sr. Adelino Vandilson de Jesus Sr. Danilo Vilas Boas	Transporte de Containers

Fonte: SUDIC, 2010

Quadro 8.3.4.6.5 - Relação das Empresas de em Implantação

Empresa	Endereço	Fone/Fax e-mail	Responsável	Principal Atividade
01. IMAPEL Indústria Manufatora de papel Ltda. Impl. no Dist. 2007	Rodovia Ilhéus/Uruçuca, Rua "A" QI-D - lote 2 Distrito Industrial Ilhéus/Ba. CEP.	Telefax: (73) 3634-3623/1971 imapel@uol.com.br	Sr. Givaldo Sobrinho Srª Eneide Mendonça	Cartonagem/embalagens de papel em geral. ton. caixas de papelão
02. MARLIN Informática Ltda. Impl. maio/2001	QI-C - lote s/nº Distrito Industrial - Ilhéus/Ba. CEP.	Fones: 2101-4800/5151 marlin@terra.com.br	Sr. Antônio Augusto Damásio	Previsão: aparelhos p/ telefonia IP

Fonte: SUDIC, 2010

Quadro 8.3.4.6.6 - Empresa com Carta de Opção

Empresa	Endereço	Fone/Fax e-mail	Contato	Produção/Mês
01. RECICLA BRASIL Beneficamento de Aparas Plásticas Ltda. Impl. 05/2009	Ba. 262 - Km 5 - QI-H Distrito Industrial Ilhéus / Bahia	Fone/Fax:(73) 3634-7754	Sr. Eder Santos da Silva Sr. Luiz Alberto S. Brito Sr. Carlos	Reciclagem de Plástico

Fonte: SUDIC, 2010

Quadro 8.3.4.6.7 - Relação das Empresas do Polo de Informática de Ilhéus, Julho/2010

Empresa	Endereço	Fone/Fax e-mail	Contato	Produção/Mês
01. ACCEPT-ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. Implantação: 02/2005	Av. Canavieiras, 700 Centro Ilhéus/Bahia CEP. 45.652-125	Fones: (73) 3234-7310/7320 willian@accept.com.br isaura@accept.com.br	Sr. Willian de Araujo Srª. Isaura Araujo	Microcomputadores servidores notebooks
02. AP ROUTER Ind. Eletrônica Ltda. Impl. 26/04/2007	Av. Lomanto Jr. 1000 Pontal - Ilhéus/Bahia CEP. 45.654-000	Fones:(73)3633-5239/ 3231-3163 MSN-aprouter@hotmail.com visaocontabil@gmail.com	Sr. Olívio José S.ilva da Silveira Srª Ana Paula Castro Oliveira	rádio roteadores para conexão de redes sem fio.
03. ATA-Indústria, Com. Import. Export. e Serviços de Informática Ltda. Implant. Julho/2006	Avenida Ubaitaba 71 galpões 01 e 02 – Barra Ilhéus/Bahia Cep. 45.658-130	Fone: (73) 3221-6000/6222 Fax: (73) 3221-6024 higomelo@ataservicos.com.br andrea@ataservicos.com.br	Sr. Higo Melo Srª . Andréa Parada	Assistência Técnica às máquinas da Bit Way. Previsão: microcomputadores
04. AXT Telecomunicações Ltda. (sucessora MDX do Nordeste/sucessora da MHS Ind. Com. de Computadores) 07/2002.	BA. 262, Km 4 – Galpão B – Dist. Industrial – Ilhéus/Ba.	Tele/fax: (73) 3639-1718 emelo@mdxtelecom.com.br	Sr.Gilceu Turra (Sócio) Sr. Erisvaldo Melo Sr. Rafael Farias	aparelhos telefone s/fio pares de rádios intercomunicadores. cartão de memórias home view
05. BIT SHOP Ind. Com. Exp. e Imp. Ltda. (BITWAY) Impl: 06.11.1996	BA 262, KM 2,5 - Galpões 28 a 31 Distrito Industrial. Ilhéus – BA mascarenhas@bitway	Telefax: (73) 3222-4000/4050 4065/1589 peac@bitway.com.br bitway@bitway.com.br acaraju@bitway.com.br	Sr. Martial B. Câmara Sr. Paulo E. A. de Carvalho Sr. Mascarenhas	<u>Atual:</u> microcomputadores
06. BLUE TECH Indústria e Comércio Ltda. Impl. 27/10/2006	Rua 8, nº 8 – Jd. Pontal Ilhéus/Bahia CEP. 45.650.010	Fone/fax: (73) 3231-8442 valeria_cic@hotmail.com	Sr. Luiz Heim Sr. Robson Bauer Prates Júnior	Atual: microcomputadores Previsão: microcomputadores

Continua

Quadro 8.3.4.6.7 - Relação das Empresas do Polo de Informática de Ilhéus, Julho/2010 Continuação

Empresa	Endereço	Fone/Fax e-mail	Contato	Produção/Mês
07. CDI Brasil Industrial Ltda. Impl. 30/03/2001	Rodovia Ba. 262 – Ilhéus/Uruçuca –nº 4000 – Galpão F. D. I. Ilhéus – Ba.	(73) 2101-9917 (11) 3613-7800 - 3613-7810 Jairo.carvalho@cdibrasil.com.br	Sr. Jairo Del Rei Carvalho Sr. Miled Ellis Zovadeli	(paralisada) Atual: microcomputadores Previsão: notebooks
08. CHIPNET Computadores Ltda. Impl: Dezembro/1998	Rodov.Ba. 262, km 2,5 galpão 32 – Pólo de Confeccões – Distrito Industrial de Ilhéus.	Telefax: (73) 3639-7216 (71) 3341-0668/0669 chipnet@chipnet.com.br	Sr. Wener Von Czekus Sr. Olavo B. de Jesus Sr. Edson F. da Silva	Atual: microcomputadores Previsão: microcomputadores
09. CLONE DIGITAL Serviços de Duplicação e Impressão Ltda. Impl. 2008 Prod. nov.2009	Rod. Ba. 262, km 2,5 Pólo de Confeccões Unid 10-Dist. Industrial Ilhéus - Ba.	Telefax: (73) 3639-7214 (73) 3086-5966 e 8837-1157	Sr. Roberto Trajano Sr. João Carlos	Serviços de Duplicação e Impressão
10. COMPTROM Indústria Comércio de Produtos de Informática Ltda. Impl. 07/2008	Avenida Itabuna, 872 Ilhéus/Bahia CEP.45.650-015	Telefax: (73)3634-3535/1717 adm@comptrom.com.br fabrica@comptrom.com.br Sr. Daniel Jacson Jatobá	Sr.Eduardo Machado Pereira Srª Priscilla de Castro Silva	microcomputadores servidores
11. COMTECH Industrial Ltda. Impl. ago/2008	Rua Lindolfo Color, 383 - Malhado Ilhéus - Bahia CEP. 45.651-310	Telefax: (73) 3634-1388 (71) 3332-4416	Sr. Eduardo Campos Azevêdo Sr. Marcos Andrade Sr. Tiago da Hora	Atual: microcomputadores
12. DATEN Tecnologia Ltda. Impl. 27 de julho/2001	Rodov. Ba. 262, Km 03 Distrito Industrail Ilhéus – Ba. 45.658-370	Fone: (73) 3222-6222 (fax) 8142 (71) 3342-1683 dunce@daten.com.br	Sr. Christian V. Dunce Sr. José Pacheco de Oliveira Júnior Sr. Alexandre Lande Viana	<u>Atual:</u> Microcomputadores notebooks
13. DHM Com. e Indústria Ltda. (Imp. 12/2005) Prod. Abril/2006.	Av. Governador Roberto Santos, 2323A Ilhéus/Bahia CEP: 45.658-030	Fone/fax: (73) 3234-5600/5608 (73) 8853-6686 mccrivelli@ig.com.br gustavo@dnhmemorias.com.br marcelo@dnhmemorias.com.br ely.dhm@hotmail.com	Srs. Gustavo Nicolas Gonzáles Marcelo Canovas Crivelli 3234-5609 Srª. Eliedes Conceição Santos	<u>Atual:</u> Pentes de memórias para computadores.
14. DYNATECH Eletrônica Ltda. Impl: agosto/2000	Rua “C” QI-N-lote 5 – Distrito Industrial de Ilhéus. CEP. 45.658-250	Fones: (73) 3222-4955/4889 dynatech@terra.com.br son@dynatech.com.br daniela@dynatech.com.br	Sr. Oscar Yoshio Yonei Sr. Edson Alfredo de Souza. Srª. Daniela Oliveira dos Santos.	Atual: memórias (prest. serv. p/ o Pólo) medidores nível de audiência de TV, telefones e eletrônicos. placas circuito fechado (paralisado) PDI (placas transm. p/ câmera) paralisado)
15. ECLIPSE DO BRASIL Indústria e Comércio Ltda. Impl. 20/01/1999	Rua Seridião Durval, 32 - Centro Ilhéus/Ba.	Telefax: (73) 2101-2175 anderson@eclipsebrasil.com.br	Sr. Rinaldo Barroso Sr. Anderson Malacarne	Atual: microcomputadores e notebooks
16. EMBRATEL Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A. Impl. 19/11/2001	Rótula Interseção da Rua “C” com a Rua “E”- Distrito Industrial. Ilhéus /Bahia	(71) 21206-6160 Fax: 2106-6249 (73) 234-6117 araimun@embratel.com.br lmaia@embratel.com.br	Antonio Raimundo de O. Pacheco. Luiz Gustavo Castro Néri Maia	Torre repetidora de sinais para atendimento às empresas do Distrito Industrial, com serviço de voz e dados da EMBRATEL.

Continua

Quadro 8.3.4.6.7 - Relação das Empresas do Polo de Informática de Ilhéus, Julho/2010 Continuação

Empresa	Endereço	Fone/Fax e-mail	Contato	Produção/Mês
17. GENESIS DEVICES E EQUIPAMENT Ind. e Com. Ltda.(Sucessora Superchip Ind. de Eletrônica) Impl. 24 agosto/2004	Rua Ana Néri, 62 Centro – Ilhéus/Ba. (está terceirizando o serviço/Dynatech). 45.653-630	Telefax: (11) 2914-5004 (73) 3231-8027 / 3634-1385 rafael@gde.com.br edna@gde.com.br	Sr. Mario Sergio Martins. Sr. Cláudio Borghi Sr. Luis Mello Srª. Rosilda Andrade	Atual: Break light. (componentes eletrônicos para iluminação automotiva)
18. GERTEC - Tecvan Informática Ltda. Impl. Setembro/2000	Rua Siridião Durval, 989 Centro Ilhéus – Ba.	(73) 2101-4310/4312 fax: 3633-4311 fone: (11) 21736501 fax: (11) 21736510 jrgertec@uninet.com.br administracao@tecvan.com.br	Sr. Jorge Pereira Srª Claudia Farias Srª Helimara Amaral Srª Aurea	Atual: (produtos de automação com e bancária) teclados para informática teclados p/ automação Terminais de consulta
19. GLOBAL FAST Com. e Import. de Produtos de Informática Ltda. Impl. 2008	Av. Ubaitaba, 2309 - Malhado - Ilhéus/Ba. 45.651-520	Fones: (11) 4523-3520 4521-8803 contabil@dinamicacontabil.com.br	Sr. Peter Laszlo Sr. Adriano José Silvestrini Srª Rosana de Freitas ilheus@globalfast.com.br	Atual: Equipamentos para internet via rádio Radio modem. wireless router, cabos, switches, antenas
20. HANDYTECH Informática e Eletrônica Ltda. (Grupo LOGIN) Impl: Setembro/2002	Rod Ios/Uruçuca, Km 4 galpão 3A Dist. Ind. de Ilhéus	Fone/fax: (73) 3639-2455 paulo@login.com.br paulo@handitech.com.br	Srs. Carlos A. V. Silva Paulo Sérgio S.Franco Paulo M. Machado	Comercializa periféricos (partes e peças p/ montagem de equipamentos de informática)
21.HOME TECH Ind. e Comércio Ltda. (DR. HABK) Impl. 03/07/2000	Rodovia Ios/Uruçuca Km 3,6 Galpão 31 Distrito Industrial. Ilhéus–Ba. 45.658-335	(73) 3221-4700 leilazs@hotmail.com	Sr. Peter Huang Srª Leila Miyazato Srª Leilane	Atual: gabinetes. linha de audios microcomputadores.
22. HOWCOM Indústria, Comércio e Serviços de Informática e Eletrônica Ltda. 31/12/2009	Rua C - QI-N - lote 5 Distrito Industrial Ilhéus /BA. CEP: 45.658-250	Fone: (73) 3222-4989 Rmal: 22 jose.augusto@techlink.com.br jasdc11@hotmail.com	Sr. José Augusto Sousa da Cruz	Equipamentos eletrônicos, elétrica e de comunicação
23. INCOEL Informática, Telecom. Ind. e Comércio Ltda. - LÓGICO Impl. março/2004	Rua C QI -N, lote 3 módulo A - Distrito Industrial de Ilhéus CEP. 45.651-971	Telefone: 3222-4115 (73)3639-1665 petronio@bitway.com.br	Sr. Petrônio Martins Caldas Sr. Alberto Farias Sr. Cleber dos Santos	Fabricação de memória e prestação de serviços de industrialização de produtos de informática elétricos, eletro eletrônicos computadores e seus periféricos.
24. INTEGRAÇÃO Com. Ind. de Informática Ltda. (Sucessora da E-POWER)	R. Seridião Durval,102-C Ilhéus / Bahia Impl. junho/2007	Fone/Fax: (73) 3634-7694/5784 peterhuangbr@hotmail.com mkilheus@hotmail.com	Srª. Soila Vargas Fabris	Gabinetes (importa., teclado, mouse, cxs. de som).
25. INVESTIPLAN –Computadores e Sistemas Ltda. Impl. 30/10/2001	Av. Central Qd. 2 lote 10 –Jd. Savóia Ilhéus – BA	Fone: (73) 3639-3190 Fax: 3639-3154 (21) 2253-5519 paulo.jr@investiplan.com.br	Sr. Paulo Afonso Frias Trindade Júnior (Diretor) Mônica de Moura Frias Trindade (Diretora) Srª Marcia	Microcomputadores

Continua

Quadro 8.3.4.6.7 - Relação das Empresas do Polo de Informática de Ilhéus, Julho/2010 Continuação

Empresa	Endereço	Fone/Fax e-mail	Contato	Produção/Mês
26. INVIX DO BRASIL Sistmas Eletrônicos Ltda. Impl. 2009	Ba. 262 - Km 2,5 - Dist. Industrial CEP. 45.658-370	Fone: (73) 3222-6668 pietro.duarte@microtecnic a.com.br	Sr. Roberto Marcio Nardes Mendes Sr. Pietro Fonseca Duarte	Monitores LCD, memórias, placa mãe
27 KELOW Informática Ltda. Implantação: Setembro/2000	Rua Ana Nery, 82 – Centro Ilhéus/Ba.	Fone: (73) 2101-1950 2101-1990 Fax: (73) 3633-1227 admilheus@kelow.com.br kelow@kelow.com.br giraldes@kelow.com.br	Sr. Marcio Antonio de Lascio Sr. Paulo Giraldes Sr. Ronaldo Balista Srª Jamilly Raquel de Souza	microcomputadores e notebooks
28. KODO DO BRASIL Eletrônica Ltda. Impl: Outubro/1999	Rua C-Qd. L- Lote 04 Distrito Industrial Ilhéus - Ba. 45.658-320	(73) 21013263/3254 fax: 3639-3257 kodobr@kodobr.com.br luiz_antonio@kodo.com.br r ezequias@kodobr.com.br kodo@kodo.com.br	Srs. Jairo Toiiti Nakamura Luiz Antônio Ezequias Francisco Moreira Lima	Micro Câmera color Gravador reproduutor “TM” Multiplexador color: Outros equipamentos: (câmara profissional, speed dome, camuflador, penhole, detector infravermelho ativo (sensor).
29. LEADERSHIP Ind. e Com. de Computadores Ltda. Impl. 19/06/2008 - Prod. 16/12/2008 (Sucessora da SDC Computadores)	Rodovia Ilhéus/Uruçuca, Km 2,5 -Dist. Industrial Ilhéus / Bahia 45.658.335	Telefax: (73) 3639-7220 (21) 8182-8797 rafael@leadership.com.br jucianne.alves@leadership.com.br	Sr. Samuel Perelson Sr. Alexandre Perelson Sr. Rafael Montello Srtª Jucianne B. Alves	Microcomputadores Previsão: notebook
30. LEADER TECH Industrial Ltda. (suc. da ALPHA Telemática Ltda. 2001	Rua C, 151 - Dist. Ind. Ilhéus –Ba. Impl: Julho/2000	Telefaax: 2101-6161 david@leadertech.ind.br	Sr. David Encaua	Microcomputadores
31. LI Computadores Indústria e Comércio Ltda Impl. 2009	Rodov. Ba. 262 - Km 4 Distrito Industrial Ilhéus/Ba. 45.658-335	Fones: (73) 2101-2651 alexandre-nunes@licomputadores.com.br	Sr. José Alexandre Nunes	gabinets microcomputadores notebooks
32. LINK BRASIL Produtos Eletrônicos Ltda. Impl. agosto/2006	Rodov. Ilhéus/Uruçuca Ala H - Dist. Industrial Ilhéus/Bahia.	Fone:(73)36397221(11)2171-8131 ghisio@advancedbr.com.br r candido@linkdobrasil.com.br	Sr. José Cândido Silva Sr. Carlos Ghisio Sr. Paulo Afonso	fontes de alimentação para microcomputadores.
33. LIVETECH DA BAHIA Ind. e Comércio Ltda. Impl. Março/2004.	Rua Siridião Durval, 102-A – Centro Ilhéus/Bahia	Fone: (73) 3634-2613 Fax: (73) 3231-7296 Sergio@toledo.com.br	Sr. Sergio Toledo (IOS)	Produtos p/ rede s/ fio (wireless...) Prod.utos p/ telecomunicações, voz sobre IP (VOIP) Prod. p/ segurança CFTV-Circuito fechado de televisão
34. LOGIN Informática Comércio Representações Ltda. Impl: Setembro/1995.	Rodov. Ilhéus/Uruçuca, Km 4(Barretto Araujo) galpão 3-A) Ilhéus-Bahia	Telefax: (73) 2101-1755/1841 (71) 3242-1717 e 2107-7786 (71) 8131-6892 e 8132-6888 gleyson.ilh@login.com.br	Sr. Carlos Alberto Valadares Silva Sr. Paulo Sérgio Simões Franco Sr. Gleyson Lopes	microcomputadores notebooks netbooks netto

Continua

Quadro 8.3.4.6.7 - Relação das Empresas do Polo de Informática de Ilhéus, Julho/2010 Continuação

Empresa	Endereço	Fone/Fax e-mail	Contato	Produção/Mês
35. MARLIN Informática Ltda. Impl. maio/2001	Av. Itabuna, Nº 660 Ilhéus /Bahia CEP. 45.659-160	Fone/fax: (73) 3222-4800/4801 (71) 2105-6400 9162-0621 antoniodamasio@marlinfo.com.br	Sr. Francisco Javier Iglesias Moure Sr Antonio A. Damásio	Atual: memórias, micros, notebooks e servidores Prev. aparelhos p/ telefonia IP e placas p/ note t
36. MARPU Indústria Com. Imp. Export. e Serv. Inform. e Eletrônica Ltda. - VIVIA Impl. Junho/2007	Rodov. Ilhéus/Uruçuca, Km 2,5-Dist. Industrial Ilhéus/Bahia CEP. 45.658-370	Fone/Fax: (73)3639-2720 (71) 3342-8333 thales@viviaelectronic.com.br	Sr. Thales Guilherme Vieira Macêdo	MP3/MP4:tocador/reprodutor. fones de ouvido, cabos p/ conexão. DVD PLAYER: gabinete, placa p/ controle, cabos de conexão
37. MEMORY ONE DO BRASIL Industrial e Comercial de Informática Ltda. 08/2008	Rua Vr. Mario Alfredo dos Santos, 100 - Av. Itabuna - Ilhéus/BA.	Fone/Fax: (73) 3231-4138 bianca@memoryone.net	Sr. Gilberto Brocal Esteves Srª Bianca B. Pinto	MP3 e MP4 Previsão: Gravador de DVD
38. MICROTÉCNICA Informática Ltda. - INVIX DO BRASIL Impl. 2007 Prod. 01/2009	Rodov. Ba. 262 - Km 2,5 - Distrito Industrial Ilhéus/BA. CEP.45.658-370	Fone/Fax: (73) 3222-6668 pietro.duarte@microtecnica.com	Sr. Roberto Marcio Nardes Mendes Sr. Pietro Fonseca Duarte	Atual: Placas de memória placas mãe monitores
39. MPC Indústria, Com. e Serviços de Informática Ltda Impl. dez/2007.	Av. N. Srª. Aparecida 957 - Barreira Ilhéus/Bahia CEP. 45.655-000	Telefax:(73)3632-2295/8802-3912 (19) 3251-6322 marcio@mpcmemorias.com.br lucineia@mpcmemorias.com.br	Sr. Marcio Gillian Stª Lucineia Góes Vivas	Memórias p/ computador
40. NORTCOM Indústria de Equipamentos Eletrônicos Impl: 08/03/2000	R Osmundo Marques, 331 São Francisco – Ilhéus/Ba thaysa@nortcom.com.br	Telefax: (73)3632-3434/345/3437 nortcom@nortcom.com.br patrick@nortcom.com.br	Sr. Patrick René Labarrere(GerenteIOS) Sr. Ary J. Haiad (Dir.)	<u>Equipamentos para TV a cabo:</u> Aparelhos decodificadores Manutenção de decodificadores
41. NOVADATA Sistemas e Computadores Ltda. Impl. dezembro/1998 Sede Própria: 02/06/2005	Rua C - QI-D – lotes 13 e 14 Distrito Industrial Ilhéus –Bahia CEP.45.65	Fones:(73) 2101-9900/9901/9903/9913 Fax: 2101-9930 (61)3486-9900 /9916 salmeida@novadata.com.br	Sr. Afonso (Diretor) Sr. Salomão Chaves de Almeida	Microcomputadores notebooks netbooks
42. OIW Informática Ltda Impl. 2008	R. Anísio Pereira da Silva, 1 - Princesa Isabel - Ilhéus/Ba. 45.653-690	Fone: (73) 3231-1609 fabricio@oiw.com.br jonas@oiw.com.br kelly@oiw.com.br orcontaf@veloxmail.com.br	Sr. Fabricio Azambuja Ferreira Sr. Jonas HartmannBorba Srª KellyAdriane Steffen	(Equipamentos p/ rede sem fio (internet via rádio) adaptadores de rede rádios mode antenas setoriais

Continua

Quadro 8.3.4.6.7 - Relação das Empresas do Polo de Informática de Ilhéus, Julho/2010 Continuação

Empresa	Endereço	Fone/Fax e-mail	Contato	Produção/Mês
43. PACÍFICO Indústria e Comércio Ltda. Impl. 16/12/2002	BA 262, KM 3 Pólo de Confeccões, unidade 09 Distrito Industrial Ilhéus - BA	Fone: (73) 3639-2468 Fax: (73) 3639-2802 Fone: (11) 3746-7767 Fax: (11) 3744-4922 tsurumaki@terra.com.br gisele.pacifico@terra.com.br	Sr. Mutsuko Tsurumaki (Sócio) Sr. Hidehito Tsurumaki Srª. Gisele da Silva	Atual: placas digitalizadoras queds color e pr. e Br queds mono (pr. e Br.) cabos pod "F" cabos pod "B" Prevista: monitores
44. POSITIVO Informática S/A. Impl. Fev/2008	Rua Rotari, 67- Cidade Nova - Ilhéus/Bahia. CEP. 45.652-020	Telefax: (73) 3222-7201/ a 7221 cesar@positivo.com.br yoshida@positivo.com.br	Sr. Cesar Miecznikowski Sr. Luiz Yoshida Srª Telma Regina Costa	Monitores
45 PRIME TEK Ind.do Brasil Ltda. (Maio/2004) Prod. Maio/2006	Av. Itabuna, 435 – Centro Ilhéus/Bahia.	Telefax: (73) 3634-0004 Regina@primetek.com.br (Sucessora da KAUC Ind. e Comércio Ltda).	Sr. Rodrigo Jesuíno Sr. Ricardo Jesuíno Srª Regina Célia Gomes Rosa Sr. Claiton Menezes	Atual: Microcomputadores Previsão: Servidor placas mãe
46 QUIRON Ind. e Com. de Informática Ltda	Av. Uberlândia, 188 – Malhado – Ilhéus/Bahia	Telefax: (73) 3633-7000 quironjaime@hotmail.com	Sr. Alex A. Nascimento Sr. Jaime D.G. Clement	microcomputadores
47. SKYTECH Telecom Indústria e Comércio Ltda. Impl. 06/12/2000	Rua David Maia, 420 (ant. Rua do Bonfim) - Pontal Ilhéus/Bahia CEP. 45.654-090	Fones: 3231-7286/6126 (12) 3932-2500 skytechba@terra.com.br	Srª.Suzana Pinheiro Sr. Gilberto Fernandes Araújo Júnior	Atual: LNBS - multiponto Previsão: multiponto
48. TACOM Engenharia e Projetos Ltda. Impl. 29/01/2001	Rua Brigad. Eduardo Gomes, 70 – Pontal Ilhéus-Ba 45.654-070	Telefax: (73) 3231-7303 3634-1775 - Sr. Carlos Caçado admios@tacom.com.br	Sr. Marco A. Tonussi Srª. Claudia T. Braga Srª. Carla Moura	Produção Variável: Control City (controladores de sistema de bilhetagem p/ ônibus)
49. TECHLINK Ind. Eletrônica da Bahia Ltda. Impl 05/2002 jasdc11@hotmail.com	Rua C – Q. N - lote 05 Distrito Industrial Ilhéus–Ba. 45.658-250	3639-3500/ /9981-8551/8124-9521 scala@techlink.com.br Jose.augusto@techlink.com.br	Sr. Roberto Scala (Dir) Sr. José Augusto Sousa da Cruz	Equipamentos de transações eletrônicas.
50. UNICOBA Indústria Comércio Ltda. Impl: 05/09/ 1996	Rua C – Lote 5 Distrito Industrial Ilhéus-Ba.	Fones: (73) 3083-4400/4410 unicoba@unicoba-ios.com.br mmituishi@ilheus.unicoba.com.br	Sr. Young Moo Park Sr. Marcos Mitsuishi	<u>Atual:: Gabinetes p/ micro, kit teclados, cxs. de som, mouses, ferros de solda, gigalink. (Comercializa prod. TELECOM)</u>
51. ZFORGE Tecnologia Ltda Impl. 05. 2009	Rua "A" s/nº Distrito Industrial Ilhéus/Ba. CEP. 45.658-460	Telefax: (73) 3639-0668 adelson@zforge.com.br	Sr. Semy El Rafih Sr. Carlos M. Piçarra Ambrósio Sr. Adelson Melo de Souza	<u>Atual:</u> <u>adaptadores para notebooks</u> <u>Previsão:</u> <u>daptadores para notebooks</u>
52. ZMAX Indústria e Comércio Ltda. Impl: outubro/2003.	Rod Pontal Buerarema, 1873 – São Francisco Ilhéus – Bahia CEP. 45.655-000	Telefax: (73)3632-4702/3231-0530 3221-8852 flavio@zmaxpc.com.br marcia@zmaxpc.com.br	Sr. Flavio G. Costa. Sr. Delamare Gurgel Sr. Antonio C. Salum Srª Márcia S. Almeida.	<u>Atual::</u> microcomputadores

Fonte: SUDIC, 2010.

As indústrias listadas acima, segundo informações obtidas na SUDIC/Ilhéus, não são consideradas potencialmente poluidoras por não emitirem resíduos significativos oriundos de suas atividades. Cada planta industrial possui fossa séptica onde os efluentes líquidos são destinados. Já os resíduos oriundos da produção são coletados pelo sistema de coleta de lixo do município de Ilhéus e encaminhados para o aterro.

A única exceção é a empresa MUCAMBOMAPA SPONTEX S/A, uma vez que a mesma conta com um sistema simplificado de tratamento de efluentes industriais exigido pelo órgão ambiental por utilizar em sua linha de produção produtos químicos para o beneficiamento do látex para a fabricação de luvas cirúrgicas, mamadeiras, embalagens de bicos e chupetas. Os resíduos de sua produção são direcionados para uma lagoa de decantação, que depois de tratados, são lançados no canal Ribeirão do Iguape a jusante da Barragem do Iguape.

8.3.4.7 Considerações Finais

Até a primeira metade da década de 1970 o cacau foi o produto responsável por alimentar a economia do município de Ilhéus e dos demais municípios situados no litoral sul do Estado, trazendo uma relativa prosperidade e promovendo a concentração de riqueza associada a esta monocultura, tendo seu auge no período entre 1977 e 1985, em decorrência dos altos preços praticados no mercado internacional, entrando depois em crise por causa de uma associação de fatores, dentre os quais a chamada praga da lavoura de bruxa.

Apesar de algumas tentativas em se promover a diversificação da economia do Município, com a introdução de lavouras permanentes associadas ao plantio de mandioca, coco-da-baía, seringueira, guaraná, dendê, piaçava, banana e cupuaçu, dentre outras, esta medida não alterou significativamente a estrutura fundiária, nem tampouco conseguiu recuperar os rendimentos perdidos com a lavoura cacauera. O aumento dos rebanhos bovinos foi uma solução adotada por muitos produtores, o que contribuiu para a supressão de áreas consideráveis de floresta, que cumpriam o papel de sombrear as plantações de cacau.

Por meio de ação estatal, foi implantado o Distrito Industrial de Ilhéus em 1974, que mantinha uma vinculação direta com a monocultura cacauera, com um parque voltado inicialmente para o beneficiamento e a transformação do cacau, incorporando um polo de informática no final da década de 1990, numa tentativa do governo estadual em promover a retomada do crescimento econômico do Município, que neste momento, encontrava-se negativo.

Por conta desta estrutura econômico-produtiva relativamente recente, baseada no cultivo do cacau, inicialmente, com tentativas de diversificação de culturas posteriores, que não conseguiram modificar significativamente a estrutura fundiária do município, e, finalmente, com a implantação do polo industrial, pôde-se verificar que a composição da área analisada neste documento se caracteriza pela predominância de ambientes rurais, onde prevalece o sistema agroflorestal de cabruca, localizado em grandes fazendas, mas também em pequenas e médias propriedades, sendo intercaladas por parcelas reduzidas de floresta ombrófila, em estágios diversos de regeneração.

Além do cacau, frutas e hortaliças são frequentemente encontradas especialmente nas pequenas propriedades, cujos produtores têm em suas terras sua única fonte de rendimento. Por isso essas culturas merecem atenção especial frente a ações de desapropriação ou inserção de novas estruturas.

As pastagens ocupam uma área significativamente expressiva, permeando toda a área em estudo, comportando rebanhos de tamanhos variáveis.

As áreas urbanizadas estão concentradas principalmente na linha de costa, em condomínios residenciais de médio e alto padrão construtivo. Ao longo da área de influência do empreendimento encontram-se 11 comunidades, que apresentam padrão construtivo bastante diferenciado do encontrado na orla, onde prevalece a simplicidade e predominam pequenas residências, cujos moradores estão intimamente ligados ao modo de vida rural.

A ADA do empreendimento está assentada em conformidade com o Plano Diretor do Município, localizada parte na Macrozona de Interesse Urbanístico, onde será instalada a estrutura física principal, e parte na Macrozona de Interesse Agroflorestal, onde eventualmente serão implementadas estruturas complementares.

Conforme o Art. 66 do Plano Diretor Municipal, o ordenamento e o controle do uso do solo devem combater e evitar a proximidade ou conflitos entre usos incompatíveis ou inconvenientes, a poluição e a degradação ambiental e a excessiva ou inadequada impermeabilização do solo.

Merece destaque ainda o fato de que a ADA está localizada na Área de Proteção Ambiental Lagoa Encantada e do rio Almada, criada pelo Decreto nº 2217 de 14 de junho de 1993 e alterada pelo Decreto Nº 8.650 de 22 de Setembro de 2003, devendo se enquadrar nas suas disposições legais.

8.3.5 Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico

Este item tem por objetivo apresentar os estudos nas áreas de Arqueologia e Patrimônio Cultural na área de influência do empreendimento Porto Sul. Vale destacar que, para os estudos de Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico as áreas de influência correspondem àquelas estabelecidas para o meio físico.

8.3.5.1 Caracterização Histórica e dos Bens Patrimoniais

- Caracterização Histórica e Patrimonial

A história do município de Ilhéus está inserida no processo de colonização portuguesa em terras brasileiras. A forma de ocupação do novo território adotada pela Coroa Portuguesa foi a implantação do sistema de Capitânicas Hereditárias, criado em 1534, o qual consistiu em dividir a colônia em quinze lotes, concedendo a sua exploração a doze capitães-donatários, pessoas ligadas à pequena nobreza portuguesa, burocratas e comerciantes, cuja posse da Capitania lhes dava poderes na esfera econômica e administrativa, como para arrecadação de tributos.

A carta de doação da Capitania de Ilhéus foi dada a Jorge de Figueiredo Corrêa e assinada em Évora, em 26 de junho de 1534. Tal Capitania possuía cinquenta léguas de costa contadas a partir do sul da Ilha de Itaparica e se localizava entre os rios Jequiriçá, próximo a Valença, e Jequitinhonha, em Belmonte. O donatário mandou em seu lugar o espanhol tenente Francisco Romero, que se instalou, inicialmente, na ilha de Tinharé (onde está situado o Morro de São Paulo), indo, posteriormente, para a Baía do Pontal. Na baía do Rio dos Ilhéus, fundaram a sede da capitania no morro situado na entrada da barra, dando o nome de São Jorge dos

Ilhéus, em homenagem ao donatário Jorge de Figueiredo Corrêa e às ilhas que se encontram na costa (HEINE, s.d.).

O viajante Pero de Magalhães Gandavo, em História da Província Santa Cruz, impressa em 1576, traz informações sobre a formação da Capitania de Ilhéus, na qual indica João D'Almeida como o mandatário do donatário:

“A quarta Capitania que He a dos Ilheos se deu a Jorge de Figueiredo Correa, Fidalgo da Casa de ElRey nosso Senhor: e por seu mandado a foy povoar hum João Dalmeida, o qual edificou sua povoaçam trinta legoas da Bahia de Todos os Santos em altura de quatorze grãos e dous terços (...)” (GANDAVO, 1980, p. 89).

Conforme produção historiográfica, a economia da vila se voltou para a produção canavieira, que proporcionou desenvolvimento local, com crescimento do comércio e aumento populacional.

Apesar dos confrontos iniciais com o grupo indígena Tupiniquim, a situação foi controlada pelos portugueses, da maneira em que o historiador Stuart Schwartz analisa:

“Os indígenas, sem a interferência dos europeus, negavam-se a responder previsivelmente às condições objetivas do mercado. Para torná-los úteis à economia colonial, quer como fornecedores de alimentos quer como trabalhadores nos engenhos, os portugueses recorreram a três expedientes. O primeiro, empregado pelos colonos, consistia na coerção direta, sob a forma de escravização. O segundo, experimentado pelos jesuítas e a seguir por outras ordens religiosas, foi a criação de um campesinato indígena, tornando flexível às demandas europeias por meio da aculturação e destribilização. A terceira estratégia foi (...) integrar aos poucos os indígenas individualmente como trabalhadores assalariados a um mercado capitalista auto regulável. (...) O período de 1540 a 1570 marcou o apogeu da escravidão do gentio nos engenhos do litoral brasileiro em geral e, em especial, nos da Bahia” (SCHWARTZ, 1988, p. 45/46).

Em 1556, a vila transformou-se em freguesia, por ordem de D. Pero Fernandes Sardinha, com a inauguração da primeira igreja da vila, que se tornou patrimônio histórico do município, conforme descreve a pesquisadora Juliana Torezani (2007, p.131):

“No centro da cidade, encontra-se a Igreja Matriz de São Jorge, que foi construída com pedras de Cantaria pelos primeiros moradores da capitania aos cuidados do Pe. Francisco Pires, em estilo colonial do século XVI. É a igreja mais antiga de Ilhéus, inaugurada em 1556. A arquitetura permanece a mesma, graças às restaurações, que preservaram os traços originais. O seu interior guarda o Museu de Arte Sacra, que ocupa a sacristia e o corredor da igreja, com obras sacras dos séculos XVI, XVII e XVIII, descobertas na reforma de 1968 a 1970. Há uma imagem secular de São Jorge, sem o cavalo, única na América Latina. Além desta, há imagens neoclássicas, arcaz de madeira, cálice, lâmpada de prata e pia batismal.”

Com o objetivo de incentivar o desenvolvimento da Capitania de Ilhéus, o donatário doou sesmarias a pessoas ligadas à elite portuguesa, destacando-se a sesmaria do Engenho de Santana concedida a Mem de Sá, em 1537, no qual foi construído um engenho de açúcar.

O Engenho de Santana teve importante papel na economia de Ilhéus e região, além da participação na cultura local. Nessa área, atualmente o povoado do Rio do Engenho, foi erguida a Capela de Nossa Senhora de Santana, integrante do patrimônio nacional desde década de 1980:

“O único bem que foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, na cidade de Ilhéus, é a Capela de Nossa Senhora de Santana, constante dos livros de Tombo Histórico e do Livro de Belas Artes, de 20 de fevereiro de 1984. A Capela também integra o inventário do IPAC e foi considerada um dos templos mais antigos da Bahia de 1563, construída em pedra e cal pelos jesuítas às margens do Rio de Engenho, no Distrito de Coutos, onde funcionava o engenho de Mem de Sá. Data da época, em que, na cidade havia oito engenhos para produção de açúcar, sendo um dos mais produtivos. Foram conservados seus traços coloniais originais, como a imagem de Nossa Senhora Santana que foi trazida de Portugal pelos jesuítas” (TOREZANI, 2007, p. 131).

Conforme estudos do pesquisador Arléo Barbosa, os descendentes de Mem de Sá doaram o Engenho de Santana aos jesuítas, e, após a expulsão destes do território brasileiro, em 1759, passou a pertencer a particulares.

Após a morte do donatário Jorge de Figueiredo Corrêa, em 1551, seu filho Jerônimo Alarcão vendeu a Capitania de Ilhéus a Lucas Giraldes, que também a negociou a outros, até que, no século XVIII, na administração do Marquês de Pombal, o sistema de Capitânicas Hereditárias foi extinto e, em 1754, Ilhéus passou a pertencer à Coroa Portuguesa.

Em Tratado da Terra do Brasil, Pero de Magalhães Gandavo relata acontecimentos da Capitania de Ilhéus por volta de 1570:

“A Capitania de Ilheos (...) He de Francisco Giraldes, na qual tem posto Capitão de sua mão. Pode haver nella duzentos vizinhos. Tem hum Rio onde os navios entrão, o qual está junto da povoação, divide-se em muitas partes pela terra dentro, servem-se os moradores por elle pera suas fazendas em almadias. Há nesta Capitania oito engenhos dassucre. Dentro da povoação está hum mosteiro de padres da Companhia de Jesus que agora se faz novamente (...)” (GANDAVO, 1980, p. 31).

Segundo pesquisadores sobre a história de Ilhéus, a economia da Capitania entrou em declínio nos fins do século XVI, e a vila passou a vender madeira para estaleiros da Bahia e Portugal.

As invasões constantes dos índios Aymorés contribuíram para as dificuldades de desenvolvimento da vila. Conforme assinala Stuart Schwartz, a mão de obra indígena foi fundamental para a manutenção e estímulo da indústria açucareira:

“Em Ilhéus, os ataques incessantes dos aimorés haviam paralisado a produção de açúcar e a situação complicara-se ainda mais devido à ausência de outras tribos que pudessem fornecer mão de obra para os engenhos. A solução

encontrada foi trazer de fora índios não hostis e utilizá-los como força defensiva. (...) O povo escolhido para essa tarefa foi o potiguar, um grupo tupi da Paraíba e Pernambuco que podia arregimentar cerca de 60 mil guerreiros e que já havia auxiliado os portugueses em outras ocasiões” (SCHWARTZ, 1988, p. 53).

As invasões holandesas, no século XVII, concorreram para que a situação econômica de Ilhéus continuasse em declínio. O processo de expulsão dos holandeses do território brasileiro consumiu os lucros advindos da atividade açucareira, com aumento de tributação e gastos gerais com a guerra. Segundo Schwartz, a invasão holandesa no nordeste reduziu o potencial de crescimento da indústria açucareira, pois “os senhores de engenho baianos sofreram não só com as depredações dos holandeses, mas também com as medidas defensivas tomadas por seu próprio governo” (SCHWARTZ, 1988, p. 158).

Conforme pesquisa de Juliana Torezani, os holandeses desembarcaram 150 homens na vila de São Jorge de Ilhéus para lutarem contra os portugueses e os nativos, que os fizeram recuar em 1637 (TOREZANI, 2007, p. 120).

O arquiteto Nestor Goulart Reis Filho identificou desenho do povoado da Vila de São Jorge de Ilhéus, em 1630, no Morro de São Paulo. Segundo esse pesquisador, os holandeses estiveram nesse local em 1624, antes de ocuparem Salvador, e, em 1630, os portugueses construíram um primeiro forte e deram origem a uma segunda povoação no sítio inicial, pelo receio de novos ataques. Porém, em 1652, os holandeses ali estiveram novamente. Reis Filho também analisa outro desenho do Morro de São Paulo, elaborado por volta de 1725, no qual mostra a ampliação do sistema defensivo do local, com pontos fortificados e a igreja da Luz. Tal autor afirma que, no século XVIII, o local estava em decadência (REIS FILHO, 2000, p. 321).

No século XVIII, foram criados aldeamentos indígenas e construída a Igreja e o Colégio dos Jesuítas, conforme relatos de viajantes cronistas sobre a vila, incorporada à Capitania da Bahia em 1753.

Os jesuítas edificaram, em 1700, a Igreja de Nossa Senhora da Escada, situada no distrito de Olivença, ao sul do município de Ilhéus, tombada em nível estadual.

Mas, a mão de obra escrava de origem africana também foi utilizada nas lavouras de Ilhéus, pois, segundo estudos de Mary Ann Mahony, citados na obra de Amim, “o trabalho escravo foi introduzido em Ilhéus no século XVI e, em 1724, quase metade, mais precisamente 893 dos 1831 habitantes, eram escravos” (AMIM, p. 3).

Arléo Barbosa (2008) narra a tomada da propriedade do Engenho de Santana pelos escravos, em 1789:

“O fato interessante da História do Rio do Engenho foi a tomada da propriedade pelos escravos que, após matarem o ‘mestre de açúcar’, ocuparam-na por dois anos consecutivos. De acordo com João José Reis, os escravos redigiram um ‘tratado de paz’ que é um documento ‘*sui generis*’ do escravismo brasileiro. Entre outras reivindicações, os cativos exigiram dois dias da semana para trabalharem por conta própria. Solicitavam rede, tarrafa e canoas para pesca, além das plantações particulares de arroz, em qualquer lugar do engenho e, o que chama mais atenção, pediam eleição para feitor! (...) Em 1821 tomaram novamente o Engenho e somente vão ser derrotados em 1824.”

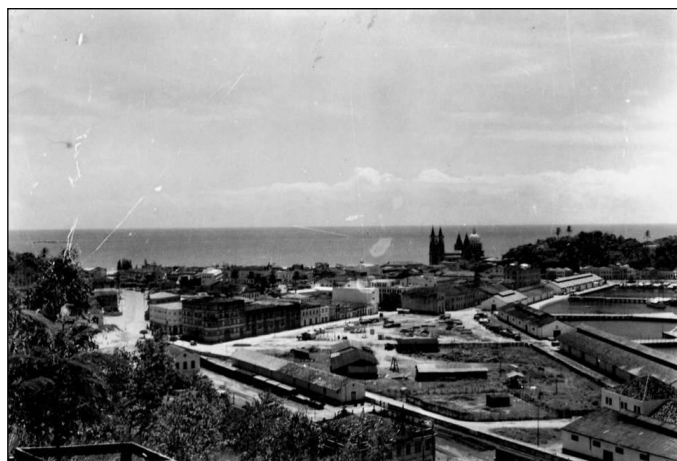
No século XIX, passaram por Ilhéus outros cronistas que deixaram informações sobre a vila. Os viajantes Spix e Martius se referem à Vila de São Jorge de Ilhéus como muito bonita, mas, fazem críticas quanto ao desenvolvimento da cidade:

“Quem apreciar o encanto dessa paisagem adorável, e lembrar-se de que, já no ano de 1540, se havia fundado aqui uma colônia portuguesa, perguntará a si mesmo por que não se encontra aí uma cidade opulenta e populosa, e apenas aparecem algumas cabanas pobres, em ruas cheias de capim alto. Atualmente, a povoação não tem uma só casa sólida, pois o Colégio dos Jesuítas, construído em 1723 com pedra de cantaria e tijolos, desabitado e abandonado, já começa a cair em ruína. A vila e toda a sua freguesia contam hoje apenas 2.400 almas, embora seja cabeça da comarca de Ilhéus e residência do ouvidor. Quanto à educação, atividade e operosidade, estão os habitantes desta bela região muito atrasados (...) descuidam-se tanto da agricultura, que eles próprios passam fome (...)” (SPIUX E MARTIUS, 1817-1820, p. 189).

Ilhéus também foi visitada pelo viajante príncipe alemão *Maximilian zu Wied Neuwied*, que esteve no Brasil no início do século XIX e aqui estudou a flora, a fauna e as populações indígenas. Em *Viagem ao Brasil*, publicado por volta de 1820, descreve importantes aspectos da cidade e dos grupos indígenas:

“Almada, agora, apenas indica o local onde, há uns 60 anos, se tentou fundar uma aldeia de índios. Uma tribo de descendentes de Aimorés ou Botocudos, conhecida nos rios Taípe e dos Ilhéus como Gueréns, consentiu que se fundasse um estabelecimento, com a condição de que lhes dessem terrenos e habitações. (...) Construíram-se casas e uma pequena igreja; um padre e diversos índios do litoral vieram habitar a aldeia. Todavia esse estabelecimento fracassou. Os Gueréns morreram todos, com exceção de um velho chamado Manuel e de mais três velhas. Ultimamente levaram os índios do litoral para povoar a vila de São Pedro d’Alcantara, que também está próxima de seu fim” (MAXIMILIANO, 1989. p. 344).

Nesse período, inicia-se a ocupação da parte sul da vila e, em 28 de junho de 1881, pela Lei nº 2.187, a vila São Jorge dos Ilhéus passou à categoria de cidade. A seguir foto antiga com vista parcial da cidade de Ilhéus (**Figura 8.3.5.1.1**).



Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>

Figura 8.3.5.1.1 - Vista Parcial da Cidade de Ilhéus (BA). Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo do IBGE, sem Data. Fotógrafo: Tomas Somlo

Nesse contexto de estagnação econômica é que o cultivo do cacau teve papel relevante no desenvolvimento da cidade de Ilhéus, que passou a abastecer o mercado interno e internacional com o fruto que, ao ser beneficiado, transforma-se em chocolate.

Conforme a pesquisadora Maria Luiza Heine, foi no século XVIII que o plantio do cacau foi introduzido em Ilhéus, cujas sementes foram trazidas do Pará (a planta é nativa da região amazônica), pelo francês *Louis Frédéric Warneau* e plantada na fazenda Cubículo, às margens do rio Pardo, atual município de Canavieiras (HEINE, s.d.).

Porém, somente no século XIX, os alemães estabelecidos em Ilhéus se dedicaram ao plantio rentável do cacau. Nas décadas de 20 e 30 do século XX, a produção do cacau foi significativa e a cidade de Ilhéus retomou o seu desenvolvimento, destacando-se no cenário nacional como produtora desse fruto.

O cultivo do cacau começou a ser explorado por migrantes nordestinos, a partir 1877 e 1879, quando ocorreu a grande seca no norte da Bahia e em Sergipe. (AMIM, p.4).

Com a economia voltada para a exportação do cacau, a implantação de um sistema eficiente de transporte para escoamento do produto tornou-se fundamental para os fazendeiros e comerciantes da região.

Assim, os investidores ingleses da *The State Of Bahia South Western Railway Company Limited* construíram a Estrada de Ferro de Ilhéus, meio mais rápido de escoamento de mercadorias na época. A linha-tronco Ilhéus-Itabuna foi aberta em 1910 em seu primeiro trecho, com o objetivo de alcançar Vitória da Conquista. O primeiro ramal, o de Água Preta (Uruçuca), que partia da estação de Rio do Braço, foi aberto ao tráfego em 1914 e estendido até Poiri em 1931. Em 1918, iniciou-se a construção de outro ramal, estendendo-se até Itajuípe, concluída em 1934. Os trens eram de uso misto, transportando carga e passageiros. Em 1950, o complexo ferroviário passou dos ingleses para a União, que mudou o nome para E. F. de Ilhéus. Por volta de 1964, a ferrovia foi desativada.

O transporte do cacau para o exterior favoreceu a construção do primeiro porto de Ilhéus, nos anos de 1920, na Baía do Pontal (**Figura 8.3.5.1.2**). Porém, tal investimento foi realizado com recursos dos próprios fazendeiros locais, que enfrentavam dificuldades como envio da produção até o porto de Salvador. Esse porto foi desativado, com a inauguração do novo porto, na Ponta do Malhado, em 1971.



Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>

Figura 8.3.5.1.2 - Porto de Ilhéus, Embarque de Cacao - Ilhéus (BA). Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo do IBGE. Sem Data. Fotógrafo: Tomas Somlo

A construção da ferrovia e do porto impulsionou a exportação do cacau, além de possibilitar o crescimento da população e expansão das atividades comerciais.

A produção do cacau trouxe condições favoráveis para investimento de capital na fabricação do chocolate. Dessa forma, no município instalou-se a primeira usina de beneficiamento de cacau, a Usina Vitória, em 1927, posteriormente denominada Fábrica de Chocolate “Cacau Industrial e Comercial”, da família *Kauffman*. (SILVA, s.d.).

A lavoura cacauzeira proporcionou ascensão econômica e social à classe agrária, alguns de ascendência aristocrática, mas muitos de origem humilde, que adquiriram também poder político no cenário local e regional. Dentre os quais, destacaram-se o coronel Antônio da Costa e Silva Pessoa e o coronel Adami de Sá, cujos grupos de apoio se denominavam “pessoísmo” e “adamista”.

A pesquisadora Juliana Torezani assinala que tal elite agrária assim como realizou mudanças urbanísticas na cidade de Ilhéus, também construiu a memória dos homens do cacau:

“Com a formação dessa sociedade, a partir das divisas geradas pelo cacau, muitos fazendeiros passam a morar na cidade, mandando construir palacetes que retratam a imponência de sua renda, assim como, na mobília do lar, nas vestimentas e nos colégios dos filhos. Na disputa entre pessoístas e adamistas, é escrita uma outra história, a partir do heroísmo de famílias pobres que ascenderam ao poder, com homens que enriqueceram pois seus próprios esforços. Esses seriam assim, os “novos ricos” que possuíam sua própria história, literatura e patrimônio” (TOREZANI, 2007, p. 122).

Tal pesquisadora, citando o historiador André Ribeiro, ressalta que o Coronel Pessoa encomendou ao historiador baiano Francisco Borges de Barros a elaboração da história de Ilhéus, publicada em 1915. (TOREZANI, 2007, p. 122).

A economia do cacau também trouxe mudanças físicas e estéticas na cidade, assim como a implantação de novas formas de trabalho e a circulação de outras referências culturais.

No município de Ilhéus há vários testemunhos arquitetônicos do período áureo da economia cacauceira, como o Palácio Paranaguá (tombado em nível municipal), sede da Prefeitura Municipal e foi construído entre 1898 e 1907. O edifício recebeu tal denominação em homenagem ao governador da Bahia, o Marquês de Paranaguá, que elevou Ilhéus à condição de cidade. No local havia o Colégio dos Jesuítas, que funcionou até 1817, que depois passou à Câmara Municipal. Foi um dos edifícios públicos mais luxuosos, melhor decorado e mobiliado do Estado à época, em estilo neoclássico. (HEINE, s.d.)

A pesquisadora Juliana Torezani elencou edifícios construídos nesse período, baseando-se em estudo realizado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC. Na área urbana, há a Casa da Boa Vista, construída no final do século XIX e que pertenceu às famílias Amaral e Pacheco; a Casa situada à Rua 28 de Junho, do início do século XX e o Palacete Ramiro de Castro, residência do coronel Ramiro Ildefonso de Araújo Castro, cuja arquitetura procurou imitar o Palácio do Catete, do Rio de Janeiro, construído entre 1912 e 1918. (TOREZANI: 2007, p. 132)

Na área rural, o inventário produzido pelo IPAC listou muitas sedes de fazendas de interesse histórico-cultural, tendo sido todas construídas entre meados do século XIX e primeiras décadas do século XX e produtoras de cacau. As localizadas na Rodovia BA-262 são: a casa da Fazenda Retiro, situada na estrada entre Ilhéus e Uruçuca, no Km 14, no distrito de Aritaguá, pertenceu à família Cardoso e Silva e a Casa Grande da Fazenda Almada, próxima ao Rio Almada, no distrito de Castelo Novo e pertenceu ao alemão Pedro Weyll, que em 1820 abrigou o Príncipe Maximiliano. As situadas na Rodovia BR-415, entre Itabuna e Ilhéus, no distrito de Banco da Vitória: a casa da Fazenda Paraíso, de propriedade do coronel Ramiro Ildefonso de Araújo Castro; a Casa Grande da Fazenda Cordilheira, de João Batista Lavinsky; a casa da Fazenda Boa Vista, conhecida por Casa Mal Assombrada, de Diogo Salomão Câmara e a casa da Fazenda Primavera, de João Navarro de Amorim. (TOREZANI: 2007, pp. 132/133).

Também há o Palácio da Associação Comercial, construído em 1932, a antiga casa do coronel Domingos Adami de Sá, o Palácio Misael Tavares, uma das residências do produtor de cacau, construído em 1914 e, atualmente, sede da Loja Maçônica Regeneração Sul Baiano, o Ilhéus Hotel, construído em 1930 pelo Coronel Misael Tavares, para hospedar os visitantes que desembarcavam nas imediações do porto e o Teatro Municipal de Ilhéus, antigo Cine-teatro Ilhéus, inaugurado em 10 de junho de 1932.

As transformações sociais, urbanísticas e culturais que Ilhéus passou no período do cacau estão presentes na produção literária do escritor Jorge Amado. Assim, a Casa de Cultura Jorge Amado, construída em 1926 pelo pai do escritor e tombada pelo poder municipal, abriga um museu que expõe objetos e livros de Jorge Amado.

O Bar Vesúvio, inaugurado em 1910, pelos italianos Nicolau Carichio e Vicente Queverini, tornou-se famoso por intermédio do romance “Gabriela, Cravo e Canela”, de Jorge Amado, tendo sido tombado como patrimônio histórico municipal em 2001.

Nesse mesmo romance, “Gabriela, Cravo e Canela”, o escritor Jorge Amado também tornou conhecido o cabaré Bataclan, localizado na baía do Pontal, antigo porto, era frequentado pelos coronéis do cacau. Atualmente, após revitalização, abriga um centro cultural.

O declínio da lavoura cacauera ocorreu nos anos de 1980, devido a mudanças climáticas que trouxeram períodos de estiagem, ao baixo preço no mercado internacional e à doença causada pelo fungo *Crinipellis perniciosa*, uma praga conhecida como vassoura-de-bruxa.

Nas últimas décadas, o turismo vem se apresentando como principal atividade econômica do município, que além dos atrativos naturais, possui significativo patrimônio histórico-cultural, parte já salvaguardada por instrumentos legais de preservação.

- Bens Históricos Tombados e Inventariados

Nas áreas de influência do empreendimento existe um significativo patrimônio histórico-cultural, que retrata aspectos do processo histórico regional de produtor de monocultura para exportação, baseado na mão de obra escrava indígena e africana, posteriormente, de imigrantes e migrantes, revelado em sedes de fazenda, casarios de coronéis, templos religiosos e equipamentos urbanos da primeira metade do século XX.

Para proteção desse legado há legislação nas esferas federal, estadual e municipal, com instrumentos de tombamento dos bens materiais e registro das manifestações culturais consideradas como patrimônio imaterial.

Porém, observa-se que, ainda, há número diminuto de bens já preservados no município, sendo, a grande maioria, representativa da elite formada no período da economia do cacau.

- Bens Tombados em Nível Federal

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

- Capela de Nossa Senhora de Santana

Tombamento em 20 de fevereiro de 1984, Processo: 0687-T-62-C.

Construída em 1563, em pedra e cal, localiza-se às margens do Rio de Engenho, no Distrito de Coutos, onde funcionava o engenho de Mém de Sá (**Figura 8.3.5.1.3**).



Fonte: IPAC, Secr. Cultural - Bahia

Figura 8.3.5.1.3 - Capela do Engenho de Sant'Ana

- Bens Tombados em Nível Estadual

Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPHAC

- Capela do Engenho Sant'Ana

Tombamento em 1984, Processo: 005/81.

Construída em 1563, em pedra e cal, localiza-se às margens do Rio de Engenho, no Distrito de Coutos, onde funcionava o engenho de Mém de Sá (**Figura 8.3.5.1.4**).



Figura 8.3.5.1.4 - Capela do Engenho de Sant'Ana. Fotografia: Ministério Público Federal.
<http://www.prba.mpf.gov.br/mpf-noticias/banco-de-imagens/capela-nossa-senhora-de-santana-ilheus-ba/capela-nossa-senhora-de-santana/view>

- Igreja de Nossa Senhora de Escada

Tombamento Provisório, Notificação 01/09/02, Processo: 015/79.

Situada no distrito de Olivença, a Capela foi construída em 1700 pelos jesuítas (**Figura 8.3.5.1.5**).



Fonte: IPAC, Secr. Cultural - Bahia
Figura 8.3.5.1.5 - Igreja de Nossa Senhora de Escada

- Capela de Nossa Senhora da Piedade e Palácio Episcopal

Tombamento Provisório, Notificação 30/10/08, Processo: 0607080045907.

O conjunto arquitetônico composto pelo convento, capela, escola e museu, além do Palácio Episcopal (utilizado como escola) iniciou-se em 1916, quando as freiras ursulinas fundaram o Convento da Piedade e, em 1917, o Colégio Nossa Senhora da Piedade transferiu-se para sua sede própria. Em 1929, foi inaugurada a capela, cujos vitrais retratam as “Sete Dores de Maria” (Figura 8.3.5.1.6).



Figura 8.3.5.1.6 - Capela de Nossa Senhora da Piedade e Palácio Episcopal
Foto: www.indoviar.com.br/.../ba/ilheus/igrejas.htm

- Bens Tombados em Nível Municipal

Tombamento Municipal

- Centro Histórico da Cidade de Ilhéus

Proteção pela Lei nº 2312, de 01 de agosto de 1989, listando as ruas dos imóveis inventariados:

Antônio Lavigne de Lemos, 28 de Junho, General Câmara, Manoel Vitorino, Conselheiro Dantas, Sá Oliveira, Rodolfo Vieira, Araújo Pinho, Santos Dumont, 2 de Julho, D. Pedro II, Marques de Paranaguá, Prado Valadares, Eustáquio Bastos, Almirante Barroso, Praça Rui Barbosa e Terminal Urbano.

- Palácio Paranaguá

Tombamento pelo Decreto nº 34/1991, de 12 de julho de 1991.

O edifício foi construído entre 1898 e 1907, em estilo neoclássico, e recebeu tal denominação em homenagem ao governador da Bahia, o Marquês de Paranaguá, que elevou Ilhéus à condição de cidade. Atual sede da Prefeitura Municipal.

- Casa Jorge Amado

Tombamento pelo Decreto nº 26/1993, de 05 de abril de 1993.

Situada na Rua Jorge Amado, nº 21, o prédio foi construído em 1926 pelo pai do escritor e abriga um museu que expõe objetos e livros de Jorge Amado.

- Prédio da União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus

Tombamento pelo Decreto nº 26/1993, de 05 de abril de 1993.

Localizado na Avenida Dois de Julho, foi construído pelo mestre de obras Agostinho e pelos operários e fica no entorno da Baía do Pontal.

- Terreiro de Candomblé de Pai Pedro

Tombamento pelo Decreto nº 10/2004, de 18 de fevereiro de 2004.

Localizado no Alto do Basílio, possui uma coleção de objetos religiosos e são comemoradas festas religiosas durante o ano.

- Bar Vesúvio

Tombado em 2001.

Inaugurado em 1910, pelos italianos Nicolau Carichio e Vicente Queverini, tornou-se famoso por intermédio do romance “Gabriela, Cravo e Canela”, de Jorge Amado.

- Bens Inventariados pelo Estado

A Secretaria de Cultura da Bahia realizou um levantamento dos bens arquitetônicos do Estado, dentro do Projeto Patrimônio Histórico, entre 1978 e 1979, cujos dados foram revisados nos anos de 1980. Tal inventário traz dados tipológicos, cronológicos, históricos, técnicos, jurídicos de cada bem considerado de interesse para preservação, além de descrever a localização, estado de conservação e juntar dados gráficos e fotográficos do bem. No município de Ilhéus foram inventariados quatorze edifícios¹, conforme **Figuras 8.3.5.1.7 a 8.3.5.1.20**.



Figura 8.3.5.1.7 - Matriz de São Jorge



Figura 8.3.5.1.8 - Prefeitura Municipal (Palácio Paranaguá)

¹ Essas informações foram extraídas do “Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia”, disponível na página do IPAC.



Figura 8.3.5.1.9 - Casa da Boa Vista



Figura 8.3.5.1.10 - Palacete Ramiro de Castro



Figura 8.3.5.1.11 - Casa a Rua 28 de Junho



Figura 8.3.5.1.12 - Casa da Fazenda Retiro



Figura 8.3.5.1.13 - Capela de São Tiago



Figura 8.3.5.1.14 - Casa da Fazenda Paraíso



Figura 8.3.5.1.15 - Casa Grande da Fazenda Cordilheira



Figura 8.3.5.1.16 - Casa Mal Assombrada (Fazenda Boa Vista)



Figura 8.3.5.1.17 - Casa da Fazenda Primavera



Figura 8.3.5.1.18 - Casa Grande da Fazenda Almada



Figura 8.3.5.1.19 - Capela de Sant'Ana



Figura 8.3.5.1.20 - Igreja de Nossa Senhora da Escada

Fonte das fotografias: IPAC, Secretaria Cultural do Estado da Bahia

8.3.5.2 Patrimônio Arqueológico

- Caracterização do Patrimônio Arqueológico

O Estado da Bahia possui 578 sítios arqueológicos registrados na base do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA/IPHAN, destacando-se os municípios de Jaguaripe (129 sítios), Central (52), Correntina (42) e Paulo Afonso (41). Considerando que o Estado possui 417 municípios, e que somente 80 deles possuem sítios arqueológicos, o levantamento oficial do CNSA/IPHAN abrange apenas 19,18% dos municípios da Bahia.

Entretanto, a quantidade de sítios arqueológicos conhecidos na Bahia é maior, principalmente com o aumento da demanda de estudos inseridos em processos de licenciamento ambiental de empreendimentos.

A quantidade de sítios por município pode ser visualizada no **Quadro 8.3.5.2.1** a seguir, bem como na **Figura 8.3.5.2.1**.

Quadro 8.3.5.2.1 - Sítios Arqueológicos por Município

Sítios Arqueológicos no Estado da Bahia			
Município	Sítios	Município	Sítios
Alcobaça	7	Jaguaripe	129
Andaraí	1	Juazeiro	2
Angical	2	Jussara	1
Barra da Estiva	1	Jussiape	7
Barreiras	4	Livramento de Nossa Senhora	2
Bom Jesus da Lapa	2	Macarani	1
Cachoeira	2	Maiquinique	1
Cafarnaum	1	Marauí	1
Camacan	2	Mata de São João	11
Camaçari	1	Miguel Calmon	3
Camamu	1	Mirangaba	1
Campo Formoso	4	Monte Santo	2
Candeias	2	Morro do Chapéu	36
Canudos	1	Mucuri	4
Casa Nova	10	Muquém de São Francisco	2
Catolândia	3	Nova Viçosa	2
Central	52	Oliveira dos Brejinhos	2
Conceição do Almeida	1	Palmas de Monte Alto	1
Conde	3	Paulo Afonso	41
Coribe	13	Pilão Arcado	3
Correntina	42	Piritiba	4
Cotegipe	1	Porto Seguro	6
Curaçá	2	Presidente Dutra	1
Dom Basílio	1	Remanso	4
Esplanada	2	Ribeira do Pombal	1
Gentio do Ouro	4	Rio de Contas	23
Ibirapuã	2	Rio Real	1
Ihéus	4	Salvador	8
Inhambupe	1	Santa Cruz Cabralia	1
Ipiaú	1	Santa Maria da Vitória	9
Ipupiara	6	São Desidério	1
Irecê	1	São Félix do Coribe	1
Itaberaba	1	Seabra	16
Itacaré	4	Sento Sé	4
Itaguaçu da Bahia	1	Simões Filho	1
Itanagra	4	Tanque Novo	2
Itapetinga	1	Uauá	1
Itapicuru	1	Uibaí	1
Itatim	4	Vera Cruz	1
Ituaçu	13	Xique-Xique	31
Total de Sítios na Bahia:			578

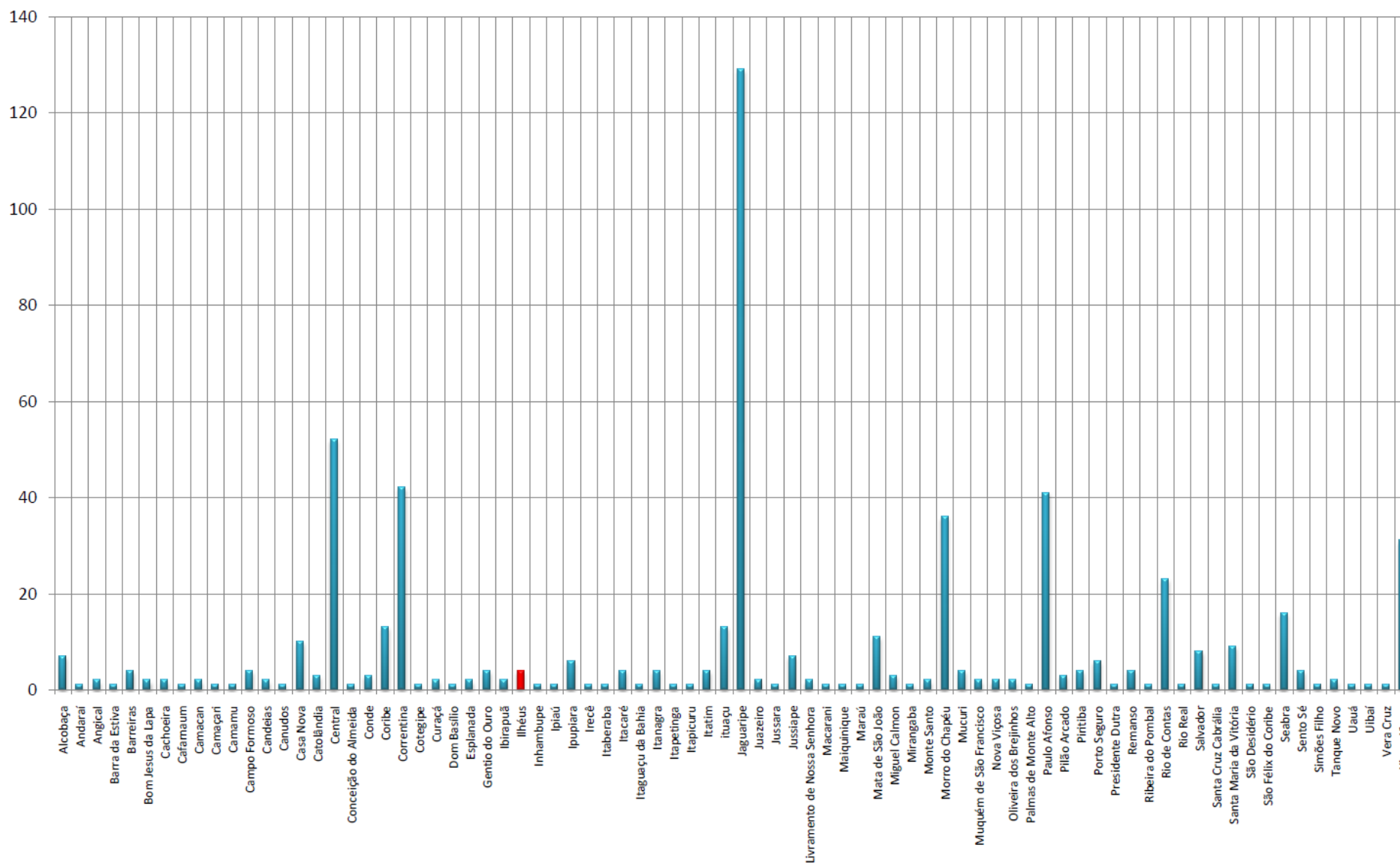
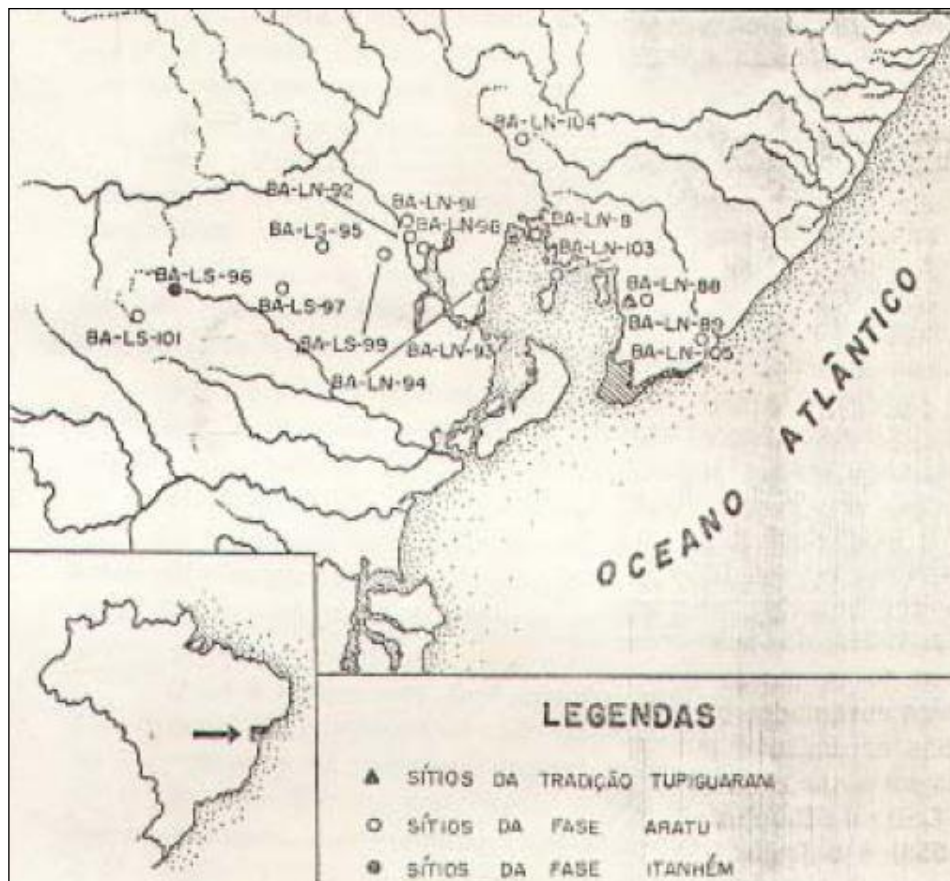


Figura 8.3.5.2.1 - Sítios Arqueológicos no Estado da Bahia

Um dos primeiros levantamentos na Bahia foi realizado por Valentin Calderón (**Figura 8.3.5.2.2**), nas décadas de 1960 e 1970. Sua pesquisa em sítios pré-coloniais e a caracterização da cerâmica e do material lítico resultaram no primeiro ordenamento das tradições arqueológicas do estado.



(Fonte: CALDERÓN, 1974, p. 142)

Figura 8.3.5.2.2 - Sítios Indígenas Localizados por Calderón

No âmbito acadêmico, a Universidade Federal da Bahia - UFBA realizou, em 1998 e 2001, um levantamento arqueológico no litoral Sul (Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália) e no Recôncavo, principalmente no município de Jaguaripe, onde o IPHAN registra 129 sítios, sendo o município com o maior número de sítios. A UFBA realizou ainda, em 2003 e 2004, estudos nos municípios de Cachoeira e São Félix.

No Estado também se destacam os estudos da arqueóloga Maria Dulce Barcelos Gaspar de Oliveira, do Departamento de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Esta pesquisadora coordenou o projeto “Soberanos da Costa”, com financiamento da FAPERJ entre 2003 e 2007. Em 2003 realizou atividades de prospecção arqueológica no litoral sul da Bahia.² Nesse mesmo ano a autora publicou “Reconstituição Geológica-Geomorfológica e ocupação sambaquiana na costa da Bahia” na XII reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira (GASPAR & SANTANA, 2003, p.26).

² Portaria nº 385, de 18/01/2003 publicada no Boletim da UFRJ, para realização de trabalho de campo prospecção arqueológica, no litoral sul da Bahia, de 07 a 14/02/2003.

Em janeiro e fevereiro de 2004, a arqueóloga promoveu a escavação arqueológica do sambaqui da Ilha das Ostras, na Vila do Conde³ e, em 2005, realizou pesquisas arqueológicas no município de Ilhéus.⁴ Em 2007, apresentou a comunicação “Pescadores-Coletores do litoral de Conde-Bahia” (SANTANA & GASPAR, 2007).

O projeto “Soberanos da Costa” incentivou outros arqueólogos a pesquisarem os sambaquis da Bahia. A arqueóloga Cristiana de Cerqueira da Silva Santana que já havia feito seu mestrado *Herança geológica como ferramenta para a prospecção de sambaquis no Litoral Norte do Estado da Bahia: o exemplo do Sambaqui Ilha das Ostras* (SANTANA, 2000), desenvolveu trabalhos conjuntos com Gaspar, bem como seu doutorado intitulado *Sambaquis perilagunares da zona costeira de Conde, Bahia* (SANTANA, 2007).

Suely Gleyde Amancio Martinelli estudou em seu doutorado o *Processo de formação do Sambaqui Ilha das Ostras no Litoral Norte da Bahia* (2007).

Outro pesquisador que se destaca com pesquisas na Bahia é *Carlos Alberto Etchevarne, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), autor do livro Escrito na Pedra: Cor, Forma e Movimento nos Grafismos Rupestres da Bahia. O trabalho é resultado do projeto de pesquisa Homem e Natureza – Imagens da Arte Rupestre na Bahia, vencedor da edição de 2006 do Prêmio Clarival do Prado Valladares, da Organização Odebrecht.*

Em 2009, Etchevarne coordenava o “*Programa de identificação, proteção e gestão de sítios arqueológicos de arte rupestre da Chapada Diamantina*”, patrocinado pela Petrobras.

Já a arqueóloga Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão desenvolve pesquisas na Bahia desde 1982, através do *Projeto Central: Pesquisa arqueológicas no interior do estado da Bahia*. Sua ação privilegiou a região da Chapada da Diamantina, com centenas de sítios.

Regionalmente, o Relatório de Impacto Ambiental do Terminal Portuário da Ponta da Tulha já apontou alguns sítios arqueológicos e ocorrências na região, tais como a “descoberta de lâminas de machado de pedra polida, fragmentos cerâmicos de tradição Tupi-guarani e ruínas de construções de alvenaria de pedra relacionadas a engenhos coloniais em Ilhéus, Itabuna e Olivença” (p.28 do RIMA, Bahia Mineração Ltda.).

Em projetos de licenciamento ambiental temos o exemplo do levantamento arqueológico na rodovia BA-001 (**Quadro 8.3.5.2.2**), no trecho entre Camamu e Itacaré, realizado em 2006, e que resultou na identificação e estudo dos seguintes sítios e ocorrências, conforme apresentado do relatório final datado de 2006 (FERNANDES & COSTA, 2006).

³ Portaria N° 17, de 19 Janeiro de 2004, Boletim da UFRJ.

⁴ Portaria N° 315, de 16 Dezembro de 2004, Boletim da UFRJ.

Quadro 8.3.5.2.2 - Sítios Arqueológicos Identificados na Rodovia BA-001

Nome	Tipo	Material	Coordenadas UTM
Camamu 01	Histórico	Faiança portuguesa, cerâmica vermelha e vidrada	E488361 / N8455642
Camamu 02	Histórico	Faiança fina (<i>blue edged, transfer printing</i> , borrão azul), vidro, cerâmica vidrada	E488308 / N8454068
Ladeira do Guaraná	Pré-Colonial	Cerâmica tupiguarani	E488346 / N8453558
Engenho da Princesa Isabel	Histórico	Telhas e tijolos (ruína de pilar)	E488316 / N8452736
Camamu 03	Histórico	Cerâmica vermelha e vidrada	E489457 / N8450506
Santa Inês	Histórico	Faiança portuguesa, tijolos, telhas (fazenda jesuítica)	E490059 / N8440368
Pedreira	Histórico	Faiança portuguesa e cerâmica vermelha	E489904 / N8436308
Pedra Rasa 01	Pré-Colonial	Cerâmica tupi-guarani pintada, faiança portuguesa, cerâmica vermelha e vidrada	E495185 / N8448240 E495165 / N8448504
Pedra Rasa 02	Pré-Colonial	Cerâmica tupi-guarani pintada	E495605 / N8449328
Pedra Rasa 03	Pré-Colonial	Cerâmica tupi-guarani pintada	E495370 / N8448950
Engenho Quitungo	Histórico	Ruínas de engenho de açúcar	E489555 / N8434450
Engenho Rio de Contas	Histórico	Ruínas de engenho de açúcar	E494526 / N8420110
Sete Estrelo	Histórico	Grés, faiança fina, cerâmica vermelha, telhas, tijolos e alicerces	E492306 / N8427228
Jeribucaçu	Histórico	Barragem de pedra seca	E494948 / N8417868
Fazenda de Cacau	Arquitetura Tradicional	Barcaças e depósitos	E494649 / N8419812
Ocorrência 01	Histórico	Faiança portuguesa, cerâmica vermelha e vidrada	E488411 / N8457810
Ocorrência 02	Histórico	Possíveis alicerces	E490819 / N8448870
Ocorrência 03	Histórico	Vidro (fundo de garrafa)	E490660 / N8449350
Ocorrência 04	Histórico	Cerâmica vermelha	E489917 / N8438900

Em 2010 foi publicado o *Mapeamento Arqueológico do Recôncavo Baiano*, de autoria de Luydy Abraham Fernandes.

– Sítios Arqueológicos e Pesquisas nas Áreas de Influência

Os seguintes sítios arqueológicos localizados nas áreas de influência do empreendimento encontram-se registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA do IPHAN:

▪ Sítio Almada (BA - LCS - 136)

Sítio pré-colonial em plantação de cacau, apresentando uma grande urna funerária piriforme com opérculo.

▪ Sítio Fazenda Iguassú

Sítio extenso em solo sílico-argiloso, com muitas urnas funerárias.

▪ Sítio Fazenda Piratacase

Sítio cemitério em solo de massapé, com urnas, esqueleto humano e lítico.

- Sítio Fazenda Primavera

Sítio em solo húmico, apresentando cerâmica indígena e ossos.

No município de Ilhéus, Etchevarne elaborou em 2000 um *Parecer Técnico* de projeto para Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. Nessa Universidade funciona o Núcleo de Pesquisas em Arqueologia - NEPAB, vinculado ao Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da UESC - DFCH/UESC, com pesquisas no estado.

Segundo informa o site da UESC, o NEPAB é responsável por quatro projetos de pesquisa, envolvendo dois professores-pesquisadores, dois bolsistas de iniciação científica na graduação, um bolsista júnior secundarista, além de alguns estudantes voluntários, que estariam atuando nos seguintes projetos:

- *Os sambaquis do Sul da Bahia: um estudo sobre o uso e organização espacial inter e intra sítio no baixo curso dos rios Buranhém e João de Tiba, municípios de Porto Seguro e Cabralia, BA.* Coordenador: Prof. Dr. Walter Fagundes Morales;
- *Projeto mapeamento arqueológico das bacias dos Rios Cachoeira e Almada: um estudo de arqueologia regional da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia.* Coordenadores: Prof. Dr. Walter Fagundes Morales e Prof. Ms. Elvis Pereira Barbosa;
- *Análise de parte da cerâmica arqueológica proveniente do Complexo Turístico Hoteleiro Terravista, Porto Seguro - Bahia.* Autora: Vanessa de Almeida Dócio, bolsista de Iniciação Científica FAPESB. Orientador: Prof. Elvis Pereira Barbosa;
- *Análise e curadoria do material cerâmico do sítio arqueológico Terravista, Porto Seguro - BA.* Autora: Indira Chaves Batista, Bolsista de Iniciação Científica UESC. Orientador: Prof. Dr. Walter Fagundes Morales.

Em 2004, Elvis Pereira Barbosa, da UESC, apresentou comunicação sobre as pesquisas arqueológicas nas ruínas do Engenho de Açúcar da Sesmaria de Lucas Giraldes.

Barbosa realizou também breve levantamento de sítios arqueológicos em Ilhéus. Esses sítios não estão cadastrados no *site* do IPHAN. O **Quadro 8.3.5.2.3** a seguir foi apresentado no relatório ambiental elaborado pela empresa *Biodinâmica Engenharia e Meio Ambiente* para o licenciamento ambiental do Porto Privado da Bahia Mineração, integrante do complexo Porto Sul.

Quadro 8.3.5.2.3 - Sítios Arqueológicos Identificados em Ilhéus por Barbosa

Sítio	Tipologia	Vestígios Associados	Coordenadas
Almadina	Pré-Colonial	Cerâmica da Tradição Aratu e Tupiguarani	F24L 430997/UTM 8374402
Dunar de Oliveira	Pré-Colonial	Cerâmica da Tradição Tupiguarani	F24L 498917/UTM 8345171
Encosto do Morro	Pré-Colonial	Cerâmica da Tradição Tupiguarani	S 14° 51'10,8/W 39° 04'21,4
Oliveira	Pré-Colonial/Colonial, Pós-Colonial	Estruturas Coloniais e Cerâmica Tupiguarani	F24L 498741/UTM 8347512

A partir das coordenadas apresentadas por Barbosa, apresenta-se a implantação dos sítios, com base no *Google Earth*, conforme **Figuras 8.3.5.2.3 a 8.3.5.2.5** a seguir.

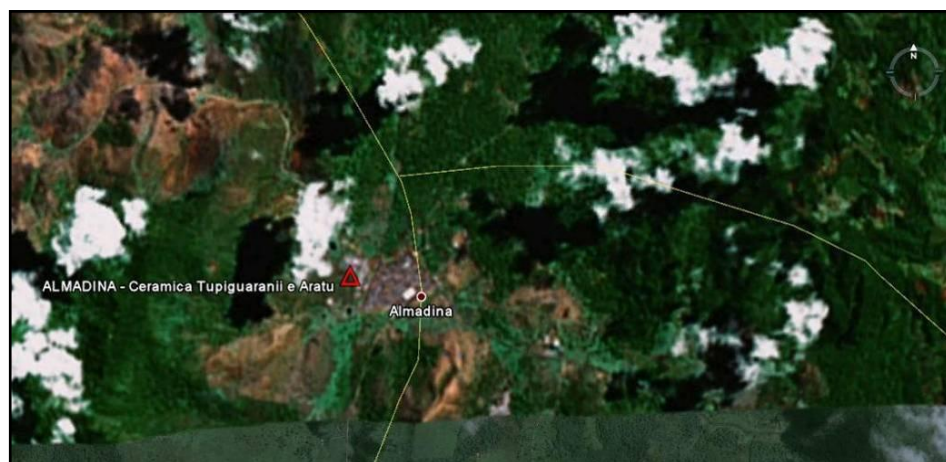


Figura 8.3.5.2.3 - Localização do Sítio em Almadina, com Cerâmica Tupiguarani e Aratu

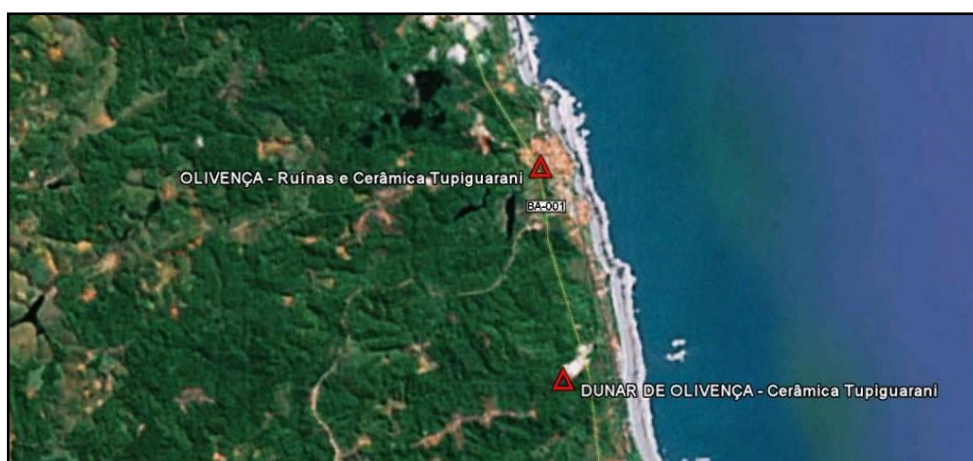


Figura 8.3.5.2.4 - Localização dos Sítios Olivença (Ruínas e Cerâmica Tupiguarani) e Dunar de Olivença (Cerâmica Tupiguarani)



Figura 8.3.5.2.5 - Localização do Sítio Encosta do Morro, com Cerâmica Tupiguarani

Em 2007, o pesquisador José Landim apresentou comunicação sobre as implicações da evolução da Zona Costeira Baiana nas Ocupações Litorâneas Pré-Coloniais, em especial o caso de Lagoa Encantada (Ilhéus) e Conde (Litoral Norte).

Segundo G. A. de Almeida, o jornal *O Diário da Tarde*, de Ilhéus, publicou em 1989 ou 1990, artigo intitulado "Sítios Arqueológicos de Ilhéus". O artigo indicou a existência de sítios "no Mambape, Pacheco, Prefeitura, Outeiro, entre outros do período histórico, como Engenhos diversos e o fortim da Barra do Cachoeira". Almeida afirmou que todo o Centro Histórico de Ilhéus é um grande sítio arqueológico. "Todos os fundos de quintal das casas do centro de Ilhéus e Olivença apresentam, a alguma profundidade da superfície, restos de alimentos consumidos pelas populações de séculos passados: búzios, ostras, restos de panelas de barro claro, vidro, daqueles que ainda se usa nos "bozós" do culto afro-baiano, fabricados em Maragogipinho".

De acordo com informações publicadas no site da agência *r2press*, durante obras de instalação de rede pluvial e pavimentação da Avenida Lotus, no Bairro Nelson Costa, na altura da *Padaria Modelo*, foi encontrada uma urna funerária grande e outros potes de cerâmica menores.

Outro achado arqueológico em Ilhéus ocorreu no Rio Acima, na localidade Banco da Vitória⁵, em 2008. Trata-se de um machado de pedra polida quebrado, apresentado na **Figura 8.3.5.2.6** a seguir.

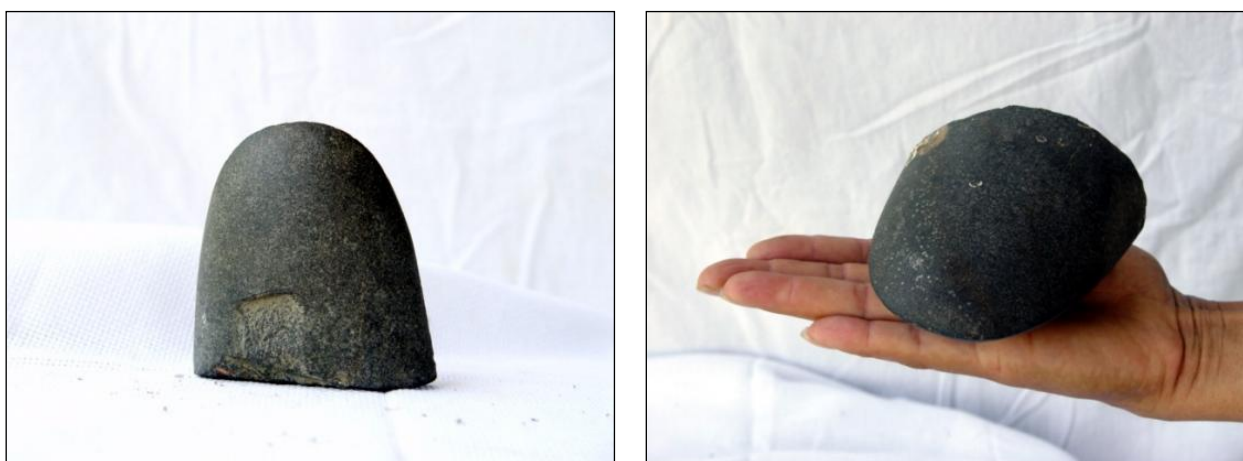


Figura 8.3.5.2.6 - Machado de Pedra Polida Quebrado Encontrado em Porto do Meio. Foto: Agência r2press

O já referido relatório ambiental elaborado pela empresa *Biodinâmica Engenharia e Meio Ambiente* para o licenciamento ambiental do Porto Privado da Bahia Mineração, integrante do complexo Porto Sul (pp. 180-181), apresentou informações coletadas junto a moradores de Ilhéus, das quais se destaca o depoimento de João José Bitencourt de Nora Neto, conhecido como Jonga. Este fazendeiro possui uma coleção de material arqueológico e peças históricas, entre elas um machado de pedra polida, três sinos de uma antiga igreja, uma pia batismal e outras peças fotografadas pela equipe de pesquisadores. Outro informante, Ariel Figueroa, reportou a presença de ruínas de fazenda de Cacau na localidade de Rio do Braço e a ocorrência de material arqueológico no local denominado Serrinha.

⁵ A comunidade de Banco da Vitória é um bairro da cidade de Ilhéus. Localiza-se entre a margem esquerda do Rio Cachoeira e o morros pertencentes a Mata da Esperança. Esses morros são o Alto da Santa Clara, Alto da Bela Vista e Alto da Mata da Rinha (Morro do Iraque), nas coordenadas de Latitude 14° 78' 21" Longitude 39° 09' 89" (ponto da Praça Guilherme Xavier) O Banco da Vitória dista 06 quilômetros da área urbana da cidade de Ilhéus.

A fim de facilitar a caracterização dos aspectos relevantes para o diagnóstico arqueológico, os resultados foram apresentados para as três áreas de influência: Área Diretamente Afetada (ADA) Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta.

- Área Diretamente Afetada - ADA

Faixa Entre a Praia e o Rio Almada

É a zona costeira, com seus limites no rio Almada, que neste trecho segue paralelo a praia. Junto à praia há condomínios, loteamentos e propriedades de veranistas, como pode ser observado nas Figuras 8.3.5.2.7 a 8.3.5.2.13. O solo é predominantemente arenoso.



Figura 8.3.5.2.7 - Vista da Praia, no Sítio Jequitibá



Figura 8.3.5.2.8 - Vista do Sítio Jequitibá, com Várias Residências de uma Mesma Família, e Também Possuindo Chalés para Locação



Figura 8.3.5.2.9 - Propriedade ao Norte do Sítio Jequitibá



Figura 8.3.5.2.10 - Terreno Desocupado, ao Norte do Sítio Jequitibá



Figura 8.3.5.2.11 - Loteamento Paraíso das Águas



Figura 8.3.5.2.12 - Barranco Exibindo Perfil Homogêneo



Figura 8.3.5.2.13 - Loteamento Paraíso das Águas, Limite Norte da ADA pela Costa

Do outro lado da rodovia há propriedades, como condomínios, fazendas e sítios (**Figuras 8.3.5.2.14 e 8.3.5.2.15**).

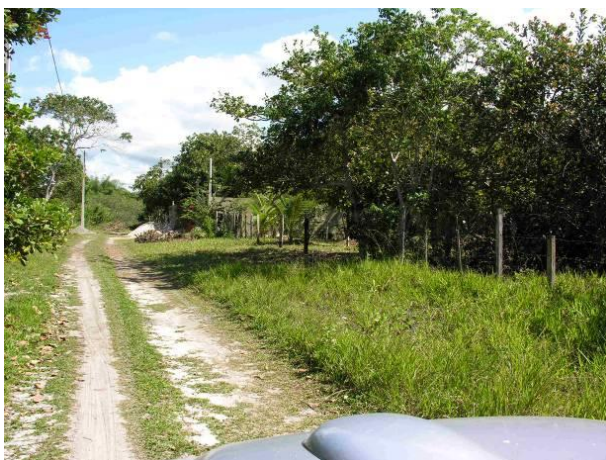


Figura 8.3.5.2.14 - Rua de Condomínio



Figura 8.3.5.2.15 - Terreno em Propriedade Particular

Em um imóvel particular que abrange área desde a rodovia até a praia (**Figura 8.3.5.2.16**), o caseiro Toni Cesar informou que, há alguns anos, durante escavações de uma obra no local, fora encontrado um pote de cerâmica, mas nada foi guardado.



Figura 8.3.5.2.16 - Local com Informação da Presença de Cerâmica

Antigo Poste de Telégrafo

Em vistoria no ponto indicado pelo caseiro Toni Cesar, nada foi observado, mas a área foi movimentada com máquina. Próximo do local há o que parece ser um poste de ferro, similar aos antigos postes de telégrafo (**Figura 8.3.5.2.17**).

Segundo o IBGE, o Serviço de Telégrafo surgiu em Ilhéus no ano de 1776. Embora tenhamos observado um único exemplar, o caseiro disse que, ao longo da costa há vários exemplares.



Figura 8.3.5.2.17 - Possível Parte de Antigo Poste de Telégrafo

Capela de 1927

Na Fazenda Olandy, de propriedade do Sr. Alberto Pessoa, obtivemos informações desta antiga fazenda, cuja sede fora destruída pela inundação do rio Almada ocorrida em 1947, segundo relatou o proprietário. Na ocasião, um novo prédio foi construído no local (**Figura 8.3.5.2.18**), mas hoje encontra-se abandonado. A nova casa sede situa-se em ponto mais alto.



Figura 8.3.5.2.18 - Casa Construída no Local da Antiga Sede da Fazenda

Na fazenda há a antiga capela, construída em 1927, conforme gravado em relevo na fachada do prédio. Encontra-se em bom estado de conservação, conforme pode ser observado nas **Figuras 8.3.5.2.19 e 8.3.5.2.20**.



Figura 8.3.5.2.19 - Capela Rural. Coordenadas UTM 24 L 492129 8377466



Figura 8.3.5.2.20 - Capela Rural da Fazenda Olandy, 1927

Porção Entre o Rio Almada e o Limite Oeste (**Figuras 8.3.5.2.21 a 8.3.5.2.24**).



Figura 8.3.5.2.21 - Vista de Área de Fazenda Junto a



Figura 8.3.5.2.22 - Corte no Morro, com Exposição

Estrada de Terra



Figura 8.3.5.2.23 - Vista de Urucutuca

do Perfil



Figura 8.3.5.2.24 - Caminho para Ribeira das Pedras

Fazenda do Sr. Angelito

Antiga fazenda de cacau, contendo casa sede e barcaças de cacau. Segundo informações do proprietário, Sr. Angelito Dias Filho, o local das barcaças foi mudado, e a antiga casa sede cedeu lugar a uma nova construção (**Figuras 8.3.5.2.25 a 8.3.5.2.27**).



Figura 8.3.5.2.25 - Fazenda do Sr. Angelito



**Figura 8.3.5.2.26 - Antiga Casa Sede da Fazenda.
Coordenadas UTM 24 L 495271 8365690**



Figura 8.3.5.2.27 - Barcaças de Cacau da Fazenda. Coordenadas UTM 24 L 491088 8377864

– Área de Influência Direta - AID

Destaca-se na AID a Bacia do rio Almada, que abrange uma área de 1.545 Km² e um perímetro de 252 Km. Seu curso tem direção geral SW-NE e extensão de 138 km até a sua foz (na Barra do Itaípe) no norte de Ilhéus (CRA, 2001) (**Figuras 8.3.5.2.28 a 8.3.5.2.30**).



Figura 8.3.5.2.28 - Vistoria do Rio Almada por Barco



Figura 8.3.5.2.29 - Vista da Margem Direita do Rio Almada, em Sambaituba. Coordenadas UTM 24 L 488747 8380034



Figura 8.3.5.2.30 - Vistoria da Margem Esquerda do Rio Almada, Próximo a Iguape. Coordenadas UTM 24 L 492941 8371342

Referente ao Patrimônio Cultural Material há um sítio pré-colonial cerâmico, dois históricos e alguns Bens arquitetônicos de interesse histórico, conforme apresentado a seguir.

Sítio Arqueológico Rio Almada I

Localizado na Fazenda Aconchego, nas coordenadas UTM 24 L 490795 8380414, apresenta fragmentos de cerâmica com características indígenas aflorando em superfície, na areia beirando o rio. O sítio encontra-se distante da costa cerca de 2,3 Km (**Figuras 8.3.5.2.31 a 8.3.5.2.39**).



Figura 8.3.5.2.31 - Vista de Implantação do Sítio Rio Almada em Perspectiva. Base *Google Earth* 2010

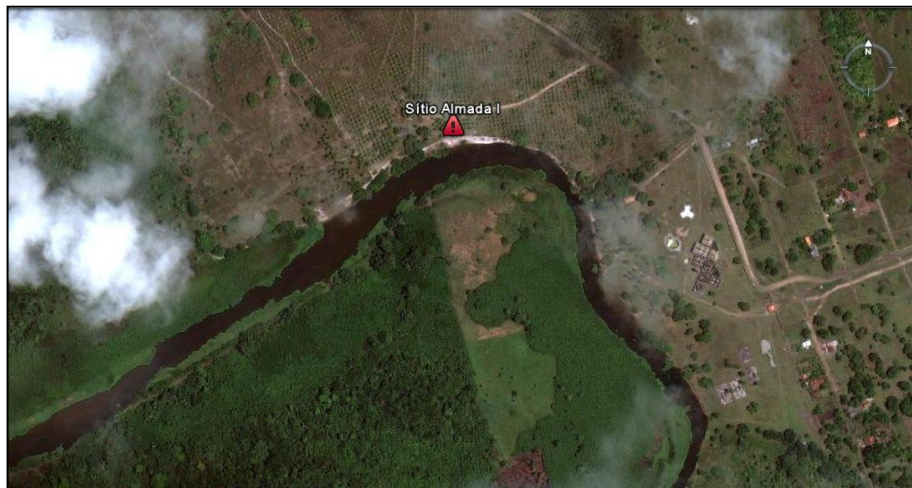


Figura 8.3.5.2.32 - Vista de Implantação do Sítio Rio Almada. Base *Google Earth* 2010



Figura 8.3.5.2.33 - Vista de Implantação do Sítio Rio Almada. Base *Google Earth* 2010



Figura 8.3.5.2.34 - Fragmento de Cerâmica com Pintura (Listas Paralelas)



Figura 8.3.5.2.35 - Fragmentos de Cerâmica em Superfície



Figura 8.3.5.2.36 - Fragmento de Cerâmica com Pintura Vermelha



Figura 8.3.5.2.37 - Vista do Local de Ocorrência dos Fragmentos de Cerâmica



Figura 8.3.5.2.38 - Registro do Material Arqueológico no Sítio



Figura 8.3.5.2.39 - Vista da Área de Ocorrência de Material Arqueológico Junto ao Rio Almada

No mesmo local foi encontrado um fragmento de faiança com decoração floral na cor verde, não identificada (**Figura 8.3.5.2.40**).



Figura 8.3.5.2.40 - Fragmento de Xícara em Faiança Antiga

Sítio Arqueológico Rio Almada II

Trata-se de um sítio histórico contendo ruínas em alvenaria de pedra e cal e alvenaria de tijolos. Encontra-se em ruínas, em meio à mata. Situa-se na Fazenda Rio Mar, antiga “Fazenda Concórdia” (Figuras 8.3.5.2.41 a 8.3.5.2.44).



Figura 8.3.5.2.41 - Ruínas em Alvenaria de Pedra e Cal e Tijolo. Coordenadas UTM24 L 492215 8376581



Figura 8.3.5.2.42 - Coluna em Alvenaria de Pedra e Cal e Tijolo



Figura 8.3.5.2.43 - Ruínas em Alvenaria de Pedra e Cal e Tijolo



Figura 8.3.5.2.44 - Poço em Alvenaria de Pedra e Cal e Tijolo. Coordenadas UTM 24 L 492233 8376560

Sítio Ribeira das Pedras II

Trata-se de um sítio histórico contendo ruínas em alvenaria de pedra e cal, sendo visíveis doze colunas dispostas em três fileiras de quatro colunas cada. Segundo informações orais de moradores, no local havia uma antiga barcaça de cacau. Não tivemos permissão de acesso ao local, sendo realizadas fotos em ponto próximos (**Figura 8.3.5.2.45**).



Figura 8.3.5.2.45 - Ruínas com 12 Colunas. Coordenadas UTM 24L 481584 8378122

Ocorrência Arqueológica 01

Área no Distrito de Ribeira das Pedras abrangendo um terreno particular de Dna. Maria do Carmo, com cerca, e a rua de terra. No local foram identificados fragmentos de cerâmica sem decoração, fragmentos de faiança branca e fragmentos de telhas do tipo “capa e canal” (**Figuras 8.3.5.2.46 a 8.3.5.2.48**).



Figura 8.3.5.2.46 - Local de Ocorrência de Cerâmica e Material Histórico em Superfície. Coordenadas UTM 24 L 481404 8378639. Localidade de Ribeira das Pedras



Figura 8.3.5.2.47 - Fragmentos de Cerâmica Encontrados



Figura 8.3.5.2.48 - Fragmentos de Telha e Faiança

Estação Ferroviária de Sambaituba

A linha-tronco Ilhéus-Itabuna foi aberta em 1910, pelos ingleses da *The State Of Bahia South Western Railway Company Limited*, em seu primeiro trecho, com o objetivo de alcançar Vitória da Conquista. O primeiro ramal, o de Água Preta (Uruçuca), que partia da estação de Rio do Braço, foi aberto ao tráfego em 1914 e estendido até Poiri em 1931. Em 1918, iniciou-se a construção de outro ramal, estendendo-se até Itajuípe, concluída em 1934. Em 1950, o complexo

ferroviário passou dos ingleses para a União, que mudou o nome para E. F. de Ilhéus. Por volta de 1964, a ferrovia foi desativada.

A estação de Sambaituba foi inaugurada em 1910 (**Figura 8.3.5.2.49**). A abertura foi provisória, autorizada pelo Governo do Estado da Bahia, e o trecho aberto ia de Ilhéus quase até Rio do Braço, em junho de 1910, com uma extensão aproximada então de 35 Km (seria até pouco depois da estação do Lavapés). Como as quilometragens citadas no relatório do Estado diferem das quilometragens oficiais de 1960 (do *Guia Geral de Estradas de Ferro do Brasil de 1960*), há sempre dúvidas acerca de qual seria o trecho exato a ser aberto.

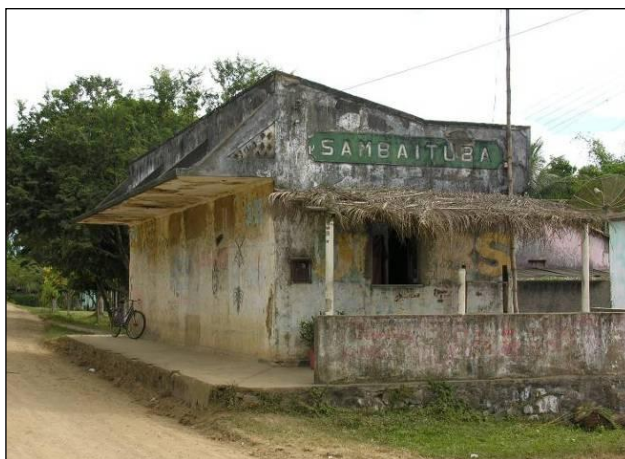


Figura 8.3.5.2.49 - Estação Ferroviária de Sambaituba, Construída em 1910. Atualmente Ocupada para Moradia e para Cultos Evangélicos. Localiza-se nas Coordenadas UTM 24 L 489198 8379498

Estação Ferroviária de Aritaguá

A estação de *Água Branca* foi inaugurada em 1910. Embora haja trabalhos que afirmem a inauguração do trecho de *Ilhéus a Água Branca* e mais um pouco à frente em 1907, é certo que, nesse ano, a construção apenas mal havia se iniciado. Nos anos 1940, o nome da estação e do local foi alterado para *Aritaguá* (**Figura 8.3.5.2.50**).

Localiza-se nas coordenadas UTM 24 L 491817 8375303.



Figura 8.3.5.2.50 - Estação Ferroviária de Aritaguá, Construída em 1910. Atualmente Abandonada. Apesar de ser um Bem Histórico do Município, o Prédio foi Utilizado por Candidato a Vereador para Propaganda Política, Pintando-se seu Nome e Número na Fachada da Estação

Capela de São Thiago

Capela datada de 1898. Segundo dados do IPAC, possui com planta do tipo T, incompleta. Este partido, originário do século XVII, continuou em uso durante o século seguinte e, excepcionalmente, no XIX. Outro elemento arcaico é o frontão barroco. A capela, aparentemente, aproveita muros de um templo anterior ou foi iniciada com uma pretensão e terminada em outra (**Figuras 8.3.5.2.51 e 8.3.5.2.52**).

Programa constituído por nave e capela-mor de mesma largura e sacristia. Seu telhado é de duas águas e se prolonga sobre a sacristia. Área construída: 120 m².

Em 1952 Vicente Siuffo, herdeiro de Nicolau, vende a propriedade para José Euclides Pastori.⁶ Em 1964 a fazenda é adquirida por Anísio Matos da Hora.



Figura 8.3.5.2.51 - Capela de São Thiago, 1898, Integrante da Fazenda de Mesmo Nome. Localizada nas Coordenadas UTM 24 L 491807 8375406



Figura 8.3.5.2.52 - No Frontão da Capela Existe, Conforme a Imagem, a Seguinte Inscrição: “Capela S. Thiago Fundada em 14 de Janeiro de 1898 por Nicola Siuffo”

Fazenda de São Thiago

A sede da fazenda e estruturas de beneficiamento do cacau situam-se a 50 metros ao sul da capela. Observa-se que o local foi bastante descaracterizado, considerando-se a adaptação feita no prédio da secagem do cacau, conforme **Figuras 8.3.5.2.53 e 8.3.5.2.54** a seguir.



⁶ Informação verbal de Eduardo José Damásio Hora (Ilhéus), coletada pela equipe do IPAC.

Figura 8.3.5.2.53 - Fazenda São Thiago



Figura 8.3.5.2.54 - Localização da Fazenda e Capela São Thiago, e Estação Aritagua. Base: Google Earth, 2010

Capela Nossa Senhora de Lurdes

Pequena capela datada de 1904, localizada nas coordenadas UTM 24 L 491951 8373149 (Figuras 8.3.5.2.55 e 8.3.5.2.56).



Figura 8.3.5.2.55 - Capela Nossa Senhora de Lurdes, de 1904, Junto ao Rio Almada



Figura 8.3.5.2.56 - Localização da Capela Nossa Senhora de Lurdes, Junto ao Rio Almada

Fazenda em Vila Olímpio

Sede de Fazenda em Vila Olímpio, cujo acesso não foi possível (**Figuras 8.3.5.2.57 e 8.3.5.2.58**).



Figura 8.3.5.2.57 - Casa Sede de Fazenda.
Coordenadas UTM 24L 483067 8379269



Figura 8.3.5.2.58 - Imagem Aérea do Local da Fazenda

Capela Nossa Senhora da Conceição (Figura 8.3.5.2.59)



Figura 8.3.5.2.59 - Capela Nossa Senhora da Conceição. Coordenadas UTM 24L 480395 8378347

Antiga barçaça de cacau

Antiga barçaça de cacau, adaptada e transformada em moradia (**Figura 8.3.5.2.60**).



Figura 8.3.5.2.60 - Capela Nossa Senhora da Conceição. Coordenadas UTM 24L 480359 8378240
- Área de Influência Indireta – AII

Na área de influência indireta do empreendimento, situa-se a principal zona arqueológica conhecida no município. O levantamento arqueológico realizado para a área do Porto Sul, então na localidade de Ponta da Tulha, identificou vários sítios na região de Lagoa Encantada (CALI, 2010).

Esta área localiza-se nos Domínios dos Planaltos Cristalinos e dos Depósitos Sedimentares. O solo observado corresponde aos Latossolos, Alissolos e Argissolos. A vegetação na região apresenta predominância da restinga arbustiva e arbórea (Campo de Restinga) e agricultura diversificada, tendo ainda ao norte a chamada Cabruca.

No caso da restinga, apesar de apresentar árvores baixas e de pequeno diâmetro, possui substrato arbustivo denso, o que dificulta a visualização do solo e, conseqüentemente, de vestígios arqueológicos em superfície, se existentes. Mesmo nas áreas utilizadas para agricultura ou como pasto, há vegetação que dificulta a análise dos terrenos.

Logo, as estradas e caminhos, e seu entorno imediato, são a melhor amostragem do solo em busca de vestígios materiais da presença humana pretérita.

A lagoa Encantada (**Figuras 8.3.5.2.61 e 8.3.5.2.62**) insere-se na Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada, criada pelo Decreto Estadual nº 2.217, de 14/07/93 e ampliada pelo Decreto Estadual nº 8.650 de 22/09/2003, abrangendo 12 mil hectares de florestas associadas ao cultivo de cacau, além de manguezais, restingas e cachoeiras.



Figura 8.3.5.2.61 - Vista da Lagoa Encantada e Comunidade de Areias



Figura 8.3.5.2.62 - Pescadores na Lagoa Encantada

Nessa área foram registrados seis locais com sítios arqueológicos e ocorrência de material, além de um Bem Arquitetônico de interesse histórico, que também possui grande potencial para pesquisa arqueológica (**Figura 8.3.5.2.63**).



Figura 8.3.5.2.63 - Imagem da Localização dos Registros

Sambaqui Lagoa Encantada

Trata-se de um sambaqui com 11 (onze) metros de altura⁷ e 100 metros de diâmetro, de formato ovalado, situado às margens da lagoa Encantada, na parte sudoeste da lagoa, distante cerca de 400 metros do rio Almada e 1 (um) Km da comunidade de Areias. Localização nas coordenadas 483.615 e 8.383.547 (**Figuras 8.3.5.2.64 e 8.3.5.2.65**).

Este sítio não está registrado no IPHAN, assim como não está presente nas publicações sobre o patrimônio arqueológico da Bahia que consultamos. Trata-se, pois, de sítio até então desconhecido.



Figura 8.3.5.2.64 - Vista do Sambaqui Lagoa Encantada

⁷ Medição com GPS.

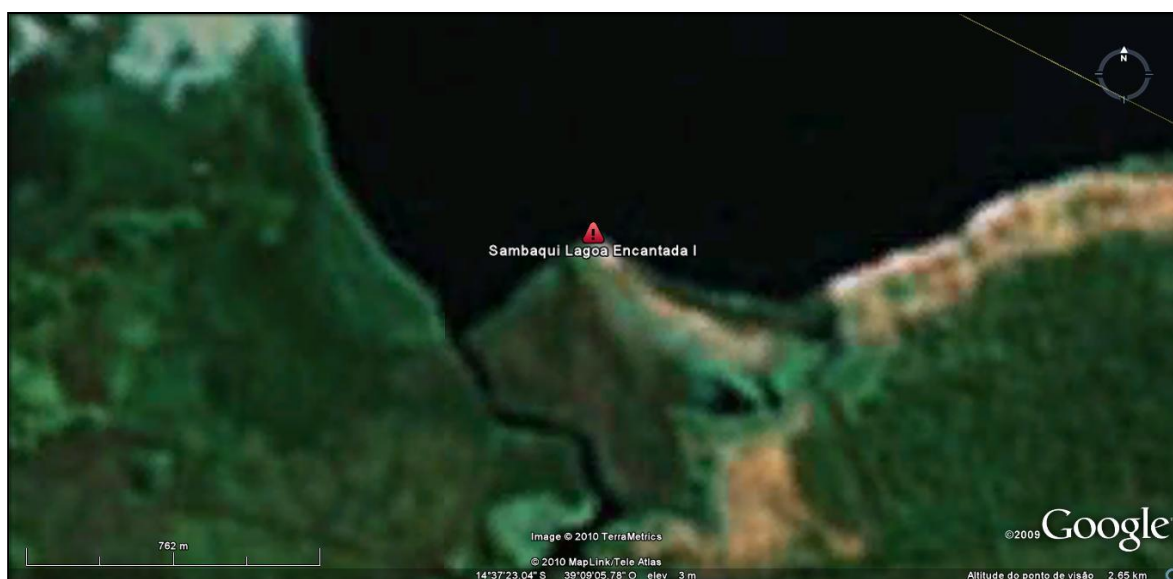


Figura 8.3.5.2.65 - Imagem Aérea com a Localização do Sambaqui

Entre 12.000 e 10.000 anos atrás, a temperatura do planeta foi aumentando gradativamente, causando o derretimento das grandes geleiras continentais formadas durante a Glaciação. Isto causou a subida do nível do mar. Naquela época, as praias eram bem mais recuadas e distantes do que conhecemos hoje. Ainda há cerca de 7.000 anos, o nível médio do oceano estava 10 metros abaixo do atual. Entre 6.000 e 5.000 anos atrás, o nível do mar subiu e ultrapassou o atual em 3,50 metros, até se estabilizar no local que conhecemos hoje por volta de 2.000 anos.

Além da mudança no nível do mar, o aumento da temperatura possibilitou a diversificação da vegetação, com a formação de florestas, matas de restinga e mangues. Já os peixes entravam nos mangues para procriar e os moluscos proliferavam. Esse novo ambiente tornou-se rico em recursos naturais.

Por volta de 8.000 anos, surgiram grupos que se caracterizariam como pescadores, coletores e caçadores do litoral. Esses grupos, com populações grandes e estáveis, estabeleciam-se, preferencialmente, em planícies costeiras e zonas lagunares. Viviam, principalmente, da pesca, elemento principal de sua dieta, mas também de moluscos e, complementarmente, da coleta de vegetais e da caça de animais de pequeno porte.



No local onde viviam, acumulavam os restos da alimentação, sendo as conchas mais volumosas e numerosas, formando amontoados que, com o tempo, podiam se transformar em verdadeiras montanhas artificiais. Daí vem o nome como esses locais são conhecidos: sambaquis, que em tupi vem de *Tamba*, significando conchas, e *ki* - amontoado.

O tamanho desses sambaquis varia de pequenos montes com 2 metros de altura e 10 de comprimento, chegando até 60 metros de altura por 500 metros de comprimento, mais raros (**Figura 8.3.5.2.66**).

Figura 8.3.5.2.66 - Exploração Comercial de um Sambaqui (DUARTE, 1968)

Provavelmente, os sambaquieiros desenvolveram-se no litoral sul paulista e no litoral paranaense, pois nesses locais estão os sambaquis mais antigos, segundo datações por Carbono 14 (C_{14}). Depois se expandiram para o sul, Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul, e, por fim, para o norte, subindo o litoral paulista, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia.

Desenvolveram uma tecnologia para atender suas necessidades cotidianas. Para a pesca, a sua principal atividade econômica, criaram anzóis feitos em ossos, cercos e redes. Para triturar e usar os vegetais utilizavam mãos de pilão, quebra-coquinhos e outros artefatos. A fim de cortar a carne e a pele de pequenos animais, utilizavam lascas de quartzo e outros instrumentos lascados.

Em alguns sambaquis do Rio Grande do Sul e sul de São Paulo, encontramos os zoólitos, que eram esculturas feitas em pedra, geralmente representando animais (zoomorfos), mas podendo também representar pessoas (antropomorfos).

Excelentes canoieiros e navegadores, os sambaquieiros eram robustos e baixos, com 1,60 m. de altura em média. Os mortos eram sepultados no solo acompanhados de objetos do cotidiano e, mais raramente, de zoólitos e, por vezes, cobertos de uma camada de argila pintada. Esse aspecto aponta para a possibilidade de diferenciação social entre os sambaquieiros, mas que requer mais pesquisas para sua comprovação.

Além dos sambaquis marítimos, temos os sambaquis fluviais, geralmente menores e formados principalmente por conchas de água doce e caramujos de terra. Esses sítios foram pouco estudados. Pesquisa recente feita pelo MAE/USP em um sambaqui fluvial do rio Jacupiranga, no Vale do Ribeira, obteve datação de cerca de 10.000 anos para esse sítio, sendo o mais antigo do estado já datado.

No caso do Sambaqui da lagoa Encantada foram observados vários tipos de mariscos e lascas de quartzo, estas utilizadas como instrumento de corte (**Figuras 8.3.5.2.67 a 8.3.5.2.72**). Cabe salientar que este sambaqui localiza-se 10 (dez) Km distante da costa. Entretanto, como já exposto, o nível do mar naquela época deveria estar mais próximo deste ponto, o que faz supor que este sambaqui tenha por volta de 5.000 anos. Mas só a pesquisa de campo e datações pode apresentar esses dados corretos e um modelo de interpretação do sítio.

Devido a sua raridade na região e sua localização, este sambaqui deve ser estudado dentro de um projeto científico e que contemple ações educacionais, inclusive fomentando a sua utilização como atrativo turístico, dentro de uma proposta de Museu de Sítio.



Figura 8.3.5.2.67 - Vista da Superfície do Terreno No Sambaqui Lagoa Encantada I, Contendo Mariscos e Ostras



Figura 8.3.5.2.68 - Detalhe que Exemplifica a Formação do Sambaqui, com Camada Espessa de Ostras e Mariscos



Figura 8.3.5.2.69 - Vestígios Malacológicos em Superfície



Figura 8.3.5.2.70 - Vestígios Malacológicos em Superfície



Figura 8.3.5.2.71 - Lascas de Quartzo em Superfície



Figura 8.3.5.2.72 - Concha em Superfície

Sítio Fazenda Ponta Grossa

Localizado no limite do traçado da AII, trata-se de local com vestígios de estruturas de produção contendo antigo forno com tijoleiras, valos e área com fragmentos de telhas do tipo capa e canal. Os valos possuem paredes com blocos de pedra.

O forno sugere formato arredondado e possui tijolos artesanais ligados com barro (alvenaria de tijolo de barro). A parte da parede do forno visível possui 1,20 m (**Figuras 8.3.5.2.73 e 8.3.5.2.74**).



Figura 8.3.5.2.73 - Vista dos Vestígios do Forno em Alvenaria de Tijolos e Barro



Figura 8.3.5.2.74 - Detalhe dos Tijolos do Forno

Um dos valos possui 16 m de extensão por 1,66 de largura e interliga com outro braço do valo que possui 7,40 m metros. A profundidade dos valos varia de 1 a 2 metros (**Figuras 8.3.5.2.75 a 8.3.5.2.77**).



Figura 8.3.5.2.75 - Detalhe das Pedras Assentadas na Parede do Valo, e Juntadas com Barro



Figura 8.3.5.2.76 - Detalhe da Parede do Valo



Figura 8.3.5.2.77 - Vista do Valo

Entre o forno e o valo, observa-se no terreno uma grande quantidade de fragmentos de telhas do tipo capa e canal, sugerindo haver no passado uma construção com cobertura (**Figuras 8.3.5.2.78 e 8.3.5.2.79**).



Figura 8.3.5.2.78 - Fragmentos de Telhas em Superfície



Figura 8.3.5.2.79 - Fragmentos de Telhas em Superfície

Essas telhas eram feitas de barro e o seu tipo chama-se *Capa e Canal* ou *Telha de Canal*. Esse nome foi dado porque algumas telhas são dispostas com a concavidade voltada para cima, servindo como um canal de escoamento das águas pluviais (**Figura 8.3.5.2.80**). Essas telhas também são chamadas de “bicas”. As telhas que compõem a cobertura, voltadas para baixo, são

denominadas de “capa” ou “telhas de cobrir”. Por isso essas telhas também são conhecidas como “telhas de capa e canal”.

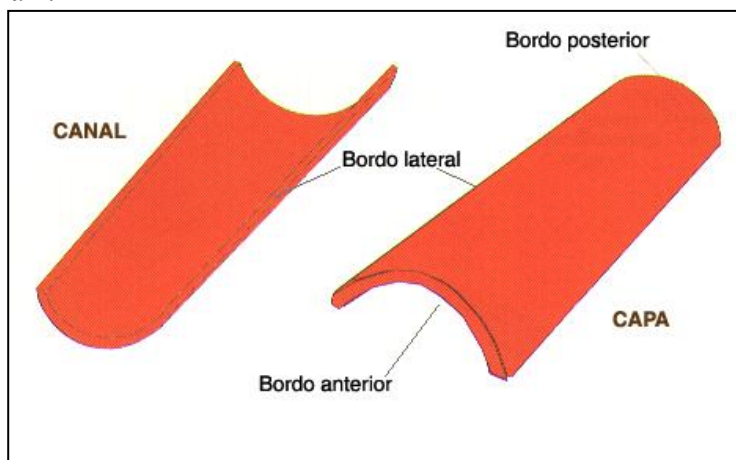


Figura 8.3.5.2.80 - Partes que Compõem uma Telha

Essas telhas eram produzidas tanto artesanalmente nas fazendas quanto em olarias e fábricas e adquiridas no comércio regional.

No total, os vestígios arqueológicos abrangem uma área de aproximadamente 156 m².

Segundo Oswaldo Alves do Nascimento, conhecido como “Zé das Pacas”, morador da Fazenda Ponta Grossa, onde se localizam esses vestígios arqueológicos, havia naquele local um alambique com tacho de cobre, que seria o forno de tijolos registrado, e as valas traziam a água até o local e moveria “um gerador”, mais provável uma roda d’água.

Calçada de Pedra

Foi registrada uma calçada de pedra em caminho que percorre a mata na fazenda Ponta Grossa (**Figuras 8.3.5.2.81 e 8.3.5.2.82**). O caminho segue por centenas de metros, sendo que não foi identificado seu final. A localização do trecho referência do caminho de pedra tem as coordenadas 482.556 e 8.384.559.

Não foi possível obter qualquer outra informação sobre essa calçada.



Figura 8.3.5.2.81 - Calçada de Pedra



Figura 8.3.5.2.82 - Calçada de Pedra

Engenho Fazenda São Paulo

Na parte leste da lagoa Encantada foi identificado sítio histórico referente às ruínas de um engenho de cana de açúcar (**Figuras 8.3.5.2.83 a 8.3.5.2.85**). Coordenadas 486.350 e 8.385.001.

Localizado na Fazenda São Paulo, em meio à plantação de cacau, apresenta o local da roda d'água, com o fosso, também conhecido como "boca do inferno", com 0,70 m. de profundidade. Os vestígios identificados limitam-se a área de 6,3 m² (3 x 2,1 m), sendo de alvenaria de pedra e cal. Entretanto, em subsuperfície certamente as estruturas serão maiores. Há outros blocos de pedra em frente ao fosso.



Figura 8.3.5.2.83 - Ruínas do Engenho de Cana de Açúcar, em Alvenaria de Pedra e Cal



Figura 8.3.5.2.84 - Ruínas do Engenho de Cana de Açúcar, em Alvenaria de Pedra e Cal



Figura 8.3.5.2.85 - Blocos de Pedra Parte das Ruínas do Engenho

Além dos sítios arqueológicos, registram-se os exemplares arquitetônicos da Fazenda Ponta Grossa, ligados à produção do cacau e ao beneficiamento da semente (**Figura 8.3.5.2.86**).



Figura 8.3.5.2.86 - Fazenda Ponta Grossa Vista a Partir da Lagoa Encantada

A estrutura principal no beneficiamento do cacau é a chamada “barcaça”, que geralmente possui uma superfície sustentada por pequenas colunas de alvenaria e tendo em suas laterais um trilho que permite a cobertura se deslocar para os lados, de forma a cobrir rapidamente as sementes de cacau, protegendo-as da chuva, já que o objetivo da barcaça é secar as sementes (**Figuras 8.3.5.2.87 e 8.3.5.2.88**).



Figura 8.3.5.2.87 - Vista da Barça para Secagem da Semente do Cacau



Figura 8.3.5.2.88 - Vista da Barça para Secagem da Semente do Cacau

No caso de muita chuva ou quando não é possível a secagem das sementes do cacau na barça, utiliza-se a casa de secagem, mais conhecida como “secador”, que possui no térreo um forno a lenha e, sobre ele, uma chapa de metal na qual são colocadas as sementes para a secagem. Logo, são construções que possuem em seu partido uma construção principal coberta de telhas, tendo aberturas de ar no nível acima da chapa de metal onde ficam as sementes, e uma chaminé em anexo (**Figuras 8.3.5.2.89 a 8.3.5.2.93**).



Figura 8.3.5.2.89 - Secador da Fazenda Ponta Grossa



Figura 8.3.5.2.90 - Local onde é Inserida a Madeira que Alimenta o Forno



Figura 8.3.5.2.91 - Chapa de Metal, Localizada



Figura 8.3.5.2.92 - Sementes de Cacau após

sobre o Forno

Secagem



Figura 8.3.5.2.93 - Duas Sacas de Cacao de 60 kg Cada, Transportadas por Mula

Esse conjunto arquitetônico é um importante exemplar da economia do cacao que merece ser registrado, pela sua arquitetura, história e preservação do processo de beneficiamento do cacao, bem como pelo potencial arqueológico que ele apresenta.

Entorno da Lagoa Encantada e Outras Localidades

Fazenda do Francês

Saindo da zona da Lagoa Encantada, e situada a 2,4 Km de distância em direção leste, encontra-se a chamada Fazenda do Francês. Trata-se de área com acesso por estrada de terra, que está em péssimas condições e se encontra próxima do limite nordeste do perímetro do empreendimento. Segundo informações de Carmelito Ribeiro dos Santos, morador na comunidade de Areias, há na propriedade ruínas de uma construção antiga. Na vistoria do local, chegamos há poucos metros das referidas ruínas, mas não obtivemos autorização para entrar na propriedade, pois esta tem seu acesso pela casa do caseiro, que não estava presente.

A localização aproximada das ruínas tem suas coordenadas UTM 24 L 488409 8383331 (**Figura 8.3.5.2.94**).



Figura 8.3.5.2.94 - Imagem Aérea com a Localização das Ruínas. Ponto Coordenadas UTM: 24 L 488409 8383331

Fazenda São Jorge

Antiga fazenda de cacau contendo casa sede, barcaças de cacau, forno e depósito (Figuras 8.3.5.2.95 a 8.3.5.2.97).



Figura 8.3.5.2.95 - Vista da Fazenda São Jorge



Figura 8.3.5.2.96 - Forno (Esquerda) na Fazenda São Jorge. Coordenadas UTM 24 L 478854 8372422



Figura 8.3.5.2.97 - Barcaças de Cacau na Fazenda São Jorge

Ocorrência Arqueológica 2 - Peças de Engenho na Fazenda São Paulo

Embora formalmente o local indicado a seguir situe-se fora da AII, localiza-se junto ao seu limite, motivo pelo qual é apresentada. Trata-se do registro de duas moendas de engenho de cana de açúcar e um tacho de ferro (**Figuras 8.3.5.2.98 a 8.3.5.2.100**). Na vistoria da área não foram identificados vestígios de ruínas de construção, em especial de engenho, mas não tivemos acesso a toda fazenda. Outra possibilidade seria das peças terem sido trazidas até o local, vindas de outro ponto, já que a fazenda explora o turismo.



Figura 8.3.5.2.98 - Vista das Moendas de Ferro no Terreno da Fazenda São Paulo



Figura 8.3.5.2.99 - Detalhe das Moendas de Ferro. A Dimensão de cada Moenda é de 0,77 x 0,64 m



Figura 8.3.5.2.100 - Tacho de Ferro Medindo 1,55 m de Diâmetro e 0,75 m e de Altura

O **Quadro 8.3.5.2.4** - a seguir expressa os sítios arqueológicos e ocorrências registradas na área de influência do projeto. A **Figura 8.3.5.2.101** apresenta a localização dos mesmos.

Quadro 8.3.5.2.4 - Sítios Arqueológicos e Ocorrências na Área de Influência do Projeto

	Sítio/Ocorrência	Tipo	Localidade	Propriedade	Coordenadas	Área
ADA	Ocorrência 1	Histórico/ Poste Telégrafo	Aritaguá	Particular	UTM 24 L 492861 8377870	-
AID	Sítio Arqueológico Rio Almada I	Cerâmico (Pré- colonial)	Fazenda Aconchego	Gustavo Ferreira de Camargo	UTM 24 L 490795 8380414	?
	Sítio arqueológico rio Almada II	Histórico	Aritaguá	Particular	UTM 24 L 492215 8376581	?
	Sítio Ribeira das Pedras I	Histórico	Ribeira das Pedras	Particular	UTM 24 L 481584 8378122	?
	Ocorrência Arqueológica 1	Histórico	Ribeira das Pedras	Particular	UTM 24 L 481404 8378639	?
AII	Sambaqui Lagoa Encantada I	Sambaqui (Pré- colonial)	Lagoa Encantada	?	UTM 24 L 483615 8383547	4.000 m ²
	Fazenda Ponta Grossa I	Histórico	Lagoa Encantada / Fazenda Ponta Grossa	?	UTM 24 L 482379 8384324	156m ²
	Calçada De Pedra	Histórico	Lagoa Encantada / Fazenda Ponta Grossa	?	UTM 24 L 482556 8384559	?
	Engenho Fazenda São Paulo	Histórico	Lagoa Encantada / Fazenda São Paulo	?	UTM 24 L 486350 8385001	?
	Ocorrência 2 (Peças de engenho)	Histórico	Lagoa Encantada / Fazenda São Paulo	?	UTM 24 L 485751 8386592	?
	Peças de Engenho na Fazenda São Paulo	Histórico	Lagoa Encantada / Fazenda São Paulo	?	<u>Moendas:</u> UTM 24 L 485751 8386592 <u>Tacho:</u> UTM 24 L 485734 8386537	?

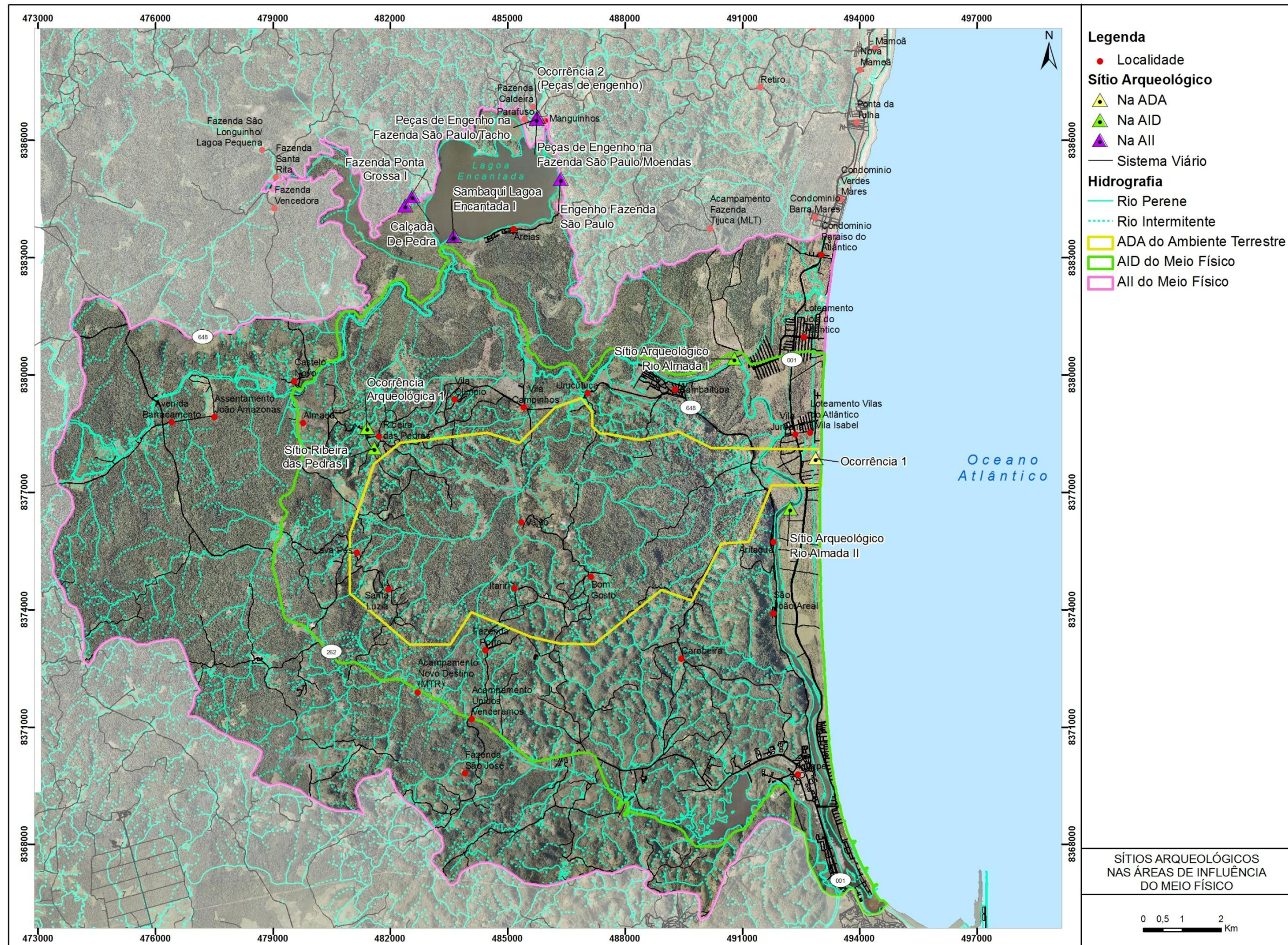


Figura 8.3.5.2.101 – Localização dos Sítios Arqueológicos

8.3.5.3 Patrimônio Imaterial

- Manifestações Culturais Nas Áreas de Influência
 - Perspectivas Adotadas

O Patrimônio Imaterial é definido pela UNESCO como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, instrumentos, objetos, artefatos, e lugares que lhe são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua integração com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito a identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito a diversidade cultural e à criatividade humana.” (IPHAN, 2011).

Dentro desta perspectiva, foi realizado o levantamento das práticas que expressam a identidade territorial e local, manifestações folclóricas, religiosas e artísticas nas referidas localidades em Ilhéus/BA.

Foram identificadas manifestações que expressam a cultura local e regional e articulações de redes culturais com outros estados da Região Nordeste (tal como Sergipe). A presença de comunidades pesqueiras do Rio Almada e a identidade construída em torno desta atividade econômica envolvem um conjunto de significativas técnicas na construção de instrumentos de pesca. Registra-se uma consistente manifestação de elementos da cultura afro descendente (capoeira, maculelê, samba de roda, Bumba Meu Boi, Terreiros de Candomblé e Umbanda) na área urbana de Ilhéus e nas comunidades rurais e pesqueiras (que se encontram envolvidas nas políticas de reconhecimento das comunidades tradicionais pesqueiras pelo Ministério da Pesca e Aquicultura). A influência e a fusão de elementos das tradições culturais indígenas e africanas são identificadas também na culinária, no artesanato e nos cultos religiosos.

Sobre as manifestações religiosas, decorre de um lado um forte sincretismo entre os ritos afros e católicos, e, por outro, grande expansão das igrejas e dos adeptos ao protestantismo que se denominam “cristãos”. Também será apresentado neste relatório, a representatividade exercida pela Feira do Centro de Abastecimento na distribuição de gêneros alimentícios da culinária típica, bem como na manutenção da atividade dos artesãos, através da distribuição do artesanato local e regional. Conseqüentemente, a Feira exerce a função de distribuição do artesanato em escala local, regional e internacional, dada a importância do turismo como atividade econômica no município de Ilhéus/BA. Serão apresentadas as manifestações culturais identificadas, demonstrando o relevante papel na manutenção das tradições, das técnicas e dos saberes.

- Caracterização Cultural

Ilhéus: cacau, pesca, turismo e africanidades

Desde o período colonial, Ilhéus vem delineando a sua história através da miscigenação cultural entre indígenas, portugueses, e, posteriormente, os negros trazidos da África.

De acordo com Barbosa (2003:37), “foi imensa a influência do índio junto ao colonizador branco, desde a alimentação à linguagem. Em Ilhéus eles ajudaram a construção da vila. Ensinaram a fazer “farinha de pau” ou de mandioca, a usar diversos alimentos à base de milho,

feijão e aipim e várias frutas e legumes. Como técnica de conservação dos alimentos legaram o moquém. Os portugueses aprenderam a usar rede para dormir, canoas e jangadas para a navegação.”

Outro fator que marcou os traços culturais de Ilhéus se refere ao tráfico de escravos. A chegada do negro e a miscigenação cultural imprimiram sua marca na culinária típica, nas diversas expressões artísticas, como música, dança e artesanato e na religiosidade, profundamente enraizada com os vínculos africanos e ao mesmo tempo, sincréticos.

Entretanto, a riqueza simbólica destas fusões contrasta com a produção econômica de Ilhéus, ligada à extração de madeira, o plantio monocultor de cana de açúcar e cacau. Foram formas de apropriação do território que não promoveram um desenvolvimento endógeno. Atualmente, o povo de Ilhéus encontra na atividade do turismo um caminho para a promoção de sua identidade cultural e preservação dos bens da cultura imaterial, construídos ao longo da formação daquele território, além de fonte de conservação e valorização dos recursos da natureza. Enquanto nas comunidades rurais e pesqueiras o que se assiste, em alguns aspectos é um descaso com a memória coletiva, algo revelado pela fala dos moradores com a emblemática retirada dos trilhos da estrada de ferro que passa nas comunidades, a memória coletiva ainda preserva a lembrança da pujança daqueles dias, cujas reminiscências encontram-se apenas nas estações ferroviárias desativadas e carentes de manutenção.

Os moradores dos distritos vivem economicamente da pesca, da roça, como empregados (plantação e gado) da fazenda, do comércio de roupas e acessórios. Cada vez mais tem diminuído o artesanato local. Há muito reclamação da atuação do poder público na região.

Podemos exemplificar como a falta de infraestrutura influencia nas manifestações simbólicas, com o relato da Presidente da Associação de Moradores de Aritaguá, a mesma comenta que está preocupada com a forma que se encontra o cemitério, sem estrutura, pois quando foi liberada a área, a Prefeitura tinha se comprometido em fazer a infraestrutura que caberia a ela. *“Hoje o cemitério encontra-se abandonado, sem muro, sem campa e identificação, com animais, e ainda se observam ‘despachos neste local’. Foi legalizada a associação para poder cobrar mensalmente dos moradores que queiram colaborar com o valor de R\$ 3,00 mensais, para investirem em prioridades do distrito, sendo o cemitério é uma delas”*.

A densidade cultural constituída em Ilhéus ao longo de sua formação histórica requer esforços do poder público e privado, da sociedade civil organizada, para a sua plena preservação e desenvolvimento.

- Identificação do Patrimônio Imaterial

Festas existentes e identificação dos padroeiros

- Ilhéus (Sede)

As atividades culturais de Ilhéus que se expressam em eventos, polarizam-se em dois momentos do ano, o verão e o período das festividades juninas. As atividades do verão começam em dezembro, com a abertura da temporada de verão. Em janeiro, diversas manifestações se realizam, como a Festa da Bandeira do Espírito Santo (17/01) no distrito de Olivença; a Festa do Bacalhau ou Festa dos Estivadores, a de São Sebastião, realizada entre os dias 08 e 25/01, na sede municipal, e a Lavagem da Catedral de São Sebastião. O mês de fevereiro é polarizado pela festa de Iemanjá, realizada no dia 02 de fevereiro, na praia do Maramata, no pontal de Ilhéus.

É interessante salientar como essa festa, realizada pelos pescadores, em parceria com terreiros de candomblé (e hoje, com toda a logística da prefeitura municipal), caracteriza-se pela união da festa “sagrada”, representada pelas oferendas entregues em alto mar a essa Orixá, com a festa “profana”, representada pelas brincadeiras de largo que ocorrem em torno daquela. As atividades do verão culminam com o carnaval, na apresentação de blocos tradicionais, afros e de bairro, que conservam as características dos carnavais do passado, e de blocos atuais, formados por cantores da chamada *axé music* e de outros estilos musicais.

Após o mês de fevereiro, o calendário de eventos de Ilhéus só marca novas atividades no mês de junho, que articula as festividades juninas ao aniversário da cidade, comemorado no dia 28 de junho. Realiza-se o “arraiá da cidade”, com as festividades costumeiras do São João: forró, comidas típicas e concurso de quadrilhas. Segundo depoimento da conselheira de cultura de Ilhéus, a cidade tem hoje 12 quadrilhas dos mais diversos bairros. Entre elas, destacam-se as quadrilhas “Cravo e canela”, da 5ª Travessa da Avenida Esperança; “Explosão da esperança”, do Alto da Esperança; “Faisca de fogo”, do Iguape; “Balão Dourado”, da Rua do Carmo; “Explosão do Arraiá”, do Alto do Coqueiro; “Harmonia do Forró”, do Malhadinho do Açúcar; “Companhia do Forró”, de Malhado; “Dinossauro”, de Nelson Costa; “Centaurus”, do Alto da Soledade, e “Quadrilha do Vilela”, de Teotônio Vilela.

Nos diversos eventos e em outras manifestações menos expressivas apresentam-se diversos artistas e entidades culturais locais, a exemplo da Banda Marcial do Colégio Afonso de Carvalho, o Coral Messiânico de Ilhéus, o Afoxé Filhos de Ogum, Bloco Afrozimbawe (que tem uma associação cultural homônima), o Bloco Rastafari, o bloco Dilazenze (parte do grupo de preservação da cultura negra), a Associação Afro Cultural e Bloco Carnavalesco Leões do Reggae, o grupo de Capoeira Ilhéus Show; diversos grupos de dança, como o Grupo de Dança Folclórica Corpo e Dança; grupos de teatro e outros grupos folclóricos, como o “Arte em Movimento”, especializado em samba de roda, maculelê, capoeira e dança afro, mantido pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, entre outros.

- Aritaguá

Segundo as informações colhidas, a festa mais comemorada da localidade é o São João e a festa do padroeiro, Santo Antônio. No São João, cada família acende a sua fogueira. A localidade tinha uma quadrilha, que não saiu nos últimos dois anos. Já a festa de Santo Antônio é organizada pela Igreja Católica e pela comunidade. Comemorada no dia 13 de junho, a festa começa com a tradicional trezena ao Santo (treze dias de rezas) e culmina com uma festa de largo, com barracas e bandas musicais.

Complementarmente, destaca-se o terreiro de candomblé existente em Aritaguá, o *Ilê Axé Ballomi*, fundado em 1946, da nação Angola e Umbanda, regente Xangô. Segundo as informações, o terreiro realiza uma grande festa, com mais de sete dias de comemoração, no mês de setembro. A festa é grande e atrai muitas pessoas de fora. Na entrevista realizada com os jovens, um elemento constituiu-se como algo bastante interessante. Quando perguntados sobre a existência de manifestações, como samba de roda, bumba-meu-boi, terno de reis, entre outras, afirmaram ter ouvido dos seus pais sobre a existência dessas manifestações, mas nunca as presenciaram. De antemão, é possível dizer que isso é um indício de um processo de diluição de certos padrões e manifestações culturais, mais antigas e tradicionais, em detrimento de outros códigos.

De acordo com a Associação dos moradores desta localidade, devido ao fato de existirem um grande número de “crianças carentes”, tem se tentado inserir o Dia das Crianças (12/10) no calendário de festividades.

- Sambaituba

No povoado de Sambaituba, de acordo com as informações colhidas, a maior festa é a da sua padroeira, Nossa Senhora do Socorro. Tendo o dia 13 de setembro como data, as comemorações começam 15 dias antes, com procissões e novenas, e culminam com uma festa que conta com a participação da banda de música da polícia militar. É interessante notar que, segundo a fala do membro da associação, a dimensão da festa reduziu-se nos últimos anos. Antes, ela se constituía como uma festa de largo, maior e mais estruturada, que tinha início com dois meses de antecedência.

A localidade também comemora o São João, e, este ano de 2011, a comunidade em parceria com a Associação de Moradores de Sambaituba e com a Escola Nucleada de Sambaituba, realizou o “Arriaiá da Felicidade” entre os dias 23 e 24. Além ter sido realizado em prol da construção do muro da escola, esta festividade teve a preocupação de resgatar alguns elementos das comemorações juninas que encontravam em decadência. Com a tradicional “Alvorada” na madrugada de 22 para 23 de Junho. Os organizadores ressaltaram que anteriormente esta Alvorada era realizada com músicos locais, ressaltando a participação do músico Milton Jovita (saxofonista), que faleceu este ano antes das festividades, sendo trazidos músicos de outras localidades. A Alvorada tem início às 2 da madrugada e termina em torno das 6 da manhã, os instrumentos que acompanham são surdo, caixa e saxofone.

A partir do concurso realizado pela associação comunitária da rua mais movimentada e decorada, a comunidade organiza-se para enfeitar, ascender fogueiras e produzir festejos nas suas ruas.

Outra manifestação que ocorre há aproximadamente seis anos, relatada pelos moradores, ocorre no dia 24 de Junho. Durante todo o dia tem a manifestação denominada “os engravatados”, que são pessoas caracterizadas com terno e gravata, que batem nas portas das casas, apreciando os licores de jenipapo, cacau, passas e jabuticaba.

O carnaval também já foi comemorado, inclusive com a existência de um afoxé na localidade. Na opinião dos moradores entrevistados o carnaval acabou porque o morador que organizava faleceu. O mesmo aconteceu com o afoxé, que acabou após a morte do seu responsável, o Sr. Jajá. A localidade, por vezes, é brindada com a apresentação de um bumba-meu-boi, o “Boi Diamante”, do Sr. Eureco, morador da localidade de Urucutuca, próxima a Sambaituba. Os moradores relataram que antes havia “a queima do Judas” e reisado, mas que estas manifestações também “acabaram”.

Outras atividades encontram-se vinculadas aos ritos do candomblé tais como o caruru e a feijoada. Sobre estas falaremos no item Diferentes Religiosidades.

- Urucutuca

“Boi Diamante” - Nesta localidade, foi entrevistada a Sra. Rejane, nora do Sr. Eureco, dono do “Boi Diamante”. Indicada por ele, ela mostrou o barracão onde é guardado o material do bumba-meu-boi. Segundo o Sr. Eureco, o “boi diamante” está nas mãos dele há 70 anos, tendo começado com seus avôs. Segundo a informante, o “boi diamante” já viajou bastante.

Em geral, as apresentações começavam no fim do ano e continuavam durante as festas mais significativas, como a festa dos Reis Magos, o Carnaval, etc.

As informações obtidas junto aos entrevistados qualificam essa manifestação como um bumba-meu-boi. No entanto, estudos acadêmicos realizados sobre o “boi diamante” (AMIN & PROFICE, 2005), o qualificam como um Terno de Reis. Segundo as autoras:

O terno preserva seu formato ordenado, mesmo que em uma nova configuração de personagens e de utilização de novos materiais na confecção de instrumentos e fantasias. Apresenta os seguintes participantes: o Mestre, o Secretário, a Secretária, a Rainha, o Vaqueiro, o Boi, o Temeroso, o Jaraguá, a Turubibita, os dançantes, os músicos, compondo um conjunto de 35 participantes. O Mestre se coloca como aquele que ensina e transmite um dado saber ordenado, manifestando preocupação com a atratividade para os jovens que atualmente tem outros interesses. Durante o terno o Mestre tem tudo em suas mãos, o que lhe escapa ele integra. [...]

As coreografias e os passos realizados são ainda os da origem do terno, preservando o sapateado e o “arrastar de pés” que o identificam e o diferenciam dos demais ternos. Seu Eureco utiliza o apito como mediador entre o ritmo corporal e o instrumental, responsável pela evolução do grupo. Em sua fala destaca “(...) Se perder aquele apito, aí descontrola tudo” (informação verbal).

É interessante notar que, segundo as informações dadas pelo Sr. Eureco às autoras do estudo, o “Terno Diamante” foi perdendo espaço, enquanto uma manifestação cultural permanente, ganhando a qualificação de “folclórico”, pois já não acontece mais em função do calendário tradicional (de 6 até 31 de janeiro), mas se tornou dependente da solicitação, por parte da prefeitura, órgãos de turismo e instituições religiosas e educativas.

No que se refere às outras manifestações culturais de Urucutuca, a informante destacou o São João, que é realizado no mesmo barracão onde se localizam os personagens do “Terno Diamante”, por iniciativa do Sr. Eureco. No dia de São João, realiza-se uma festa, com sanfoneiro, fogueira e brincadeiras, como o pau de sebo, para as crianças.

- Vila Campinho

A Vila Campinho é um agrupamento menor de moradores, segundo os relatos devido a três fatores: a decadência das lavouras de cacau, a desativação da ferrovia, bem como as constantes cheias que alagam boa parte da área de baixada desta comunidade. Segundo os moradores, a maioria dos habitantes migrou para a Vila Olimpio, que se encontra em uma elevação, refugiando-se das enchentes. É comum então aos moradores participarem das festividades em outras localidades, principalmente Sambaituba. Apenas no mês de Junho os moradores ascendem fogueira em suas residências e tomam os tradicionais licores.

- Vila Olimpio

Nesta localidade, segundo as informações, realizam-se algumas festas de largo, como a festa do Padroeiro São Silvestre, dia 31 de dezembro. Há novena e procissão, para além de barracas, bandas e fogos. Comemora-se também o aniversário da comunidade, no dia 31 de abril, em uma festa de largo de mesmas características. O mesmo acontece no São João, que é comemorado na praça, com a presença de barracas e fogueira. De acordo com as informações, a associação de moradores organiza as festividades, que atraem pessoas da região.

Em termos de festas de cunho religioso, há a presença marcante das igrejas evangélicas, que realizam festividades, em especial com a banda de jovens. Por outro lado, não há mais terreiros de candomblé na localidade, pois, segundo as informações, foram expulsos pela comunidade. Nesse aspecto, é interessante notar o conflito cultural que tem havido entre as diversas manifestações religiosas.

- Ribeira Das Pedras

Nessa localidade realizam-se algumas festas de largo, como o São João e a festa ao padroeiro. O São João é organizado pela prefeitura e pela comunidade, com a existência de barracas, fogueira e bandas musicais. O São João é relativamente grande, atraindo cerca de 1.500 pessoas. Também é comemorado dia de Santo Expedito, padroeiro local, com 13 dias de novena e uma festa de largo, no dia 19 de abril. Outra atividade marcante da localidade é a cavalgada, quando as pessoas se organizam para fazer determinados percursos a cavalo. Percebe-se que a cultura local começa a se assemelhar mais à cultura rural e sertaneja do que a uma cultura típica das comunidades ribeirinhas. Também acontecem na localidade festas evangélicas e do candomblé.

Diferentes Religiosidades

- Cultos Evangélicos

Neste levantamento verificou-se uma grande expansão da Igreja protestante, os moradores convertidos ao protestantismo se denominam cristãos. Mesmo nas comunidades com pequeno número de habitantes é expressiva a expansão do número de moradores “evangélicos”. As principais Igrejas identificadas em Aritaguá, Urucutuca, Sambaituba e Ribeira das Pedras foram (Batista, Assembléia de Deus, Volta de Cristo, Adventista do Sétimo Dia, Deus é Amor, e a Igreja da Restauração, ainda em construção na comunidade de Ribeira das Pedras). No que se refere aos festejos os praticantes explicaram que “fazem suas festas dentro de suas igrejas.” Ou seja não se estendem a toda a comunidade.

- Cultos Católicos

A Diocese de Ilhéus tem sede na Paróquia de Nossa Senhora Conceição, e aglutina outras 40 paróquias no município, nas comunidades visitadas encontramos capelas centenárias, e expressiva organização dos ritos católicos na vida comunitária, sobretudo devido ao sincretismo com as festas pagãs, especialmente as festas juninas de forte tradição nas comunidades.

- Terreiros de Candomblé

De acordo com Barbosa (2003:41) *“Em Ilhéus há mais de cem terreiros de candomblés. Alguns já se tornaram tradicionais e são pontos de atração turística nos seus dias festivos. O mais famoso é da Vila Odé situado no Alto do Basílio (...) De acordo com Pai Pedro, predomina em Ilhéus o candomblé de Angola, que é muito mais evoluído da nação Ketu. O candomblé de Angola sofre a influência dos santos católicos e dos índios. O sincretismo não é somente com santos católicos como, também, com a mitologia cabocla. O Dois de Julho, data da Independência da Bahia, é comemorado festivamente. Neste dia presta-se homenagem ao caboclo. Os candomblés Ilheenses festejam o 23 de Abril, dia de São Jorge ou Oxossi, e o 08 de Dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição ou Iemanjá”*.

Através de pesquisa no site da Fundação Cultural Palmares (2011) chegou-se a referência do terreiro de *Mãe Ilza Mukalê*, que “nasceu no dia 13 de março de 1934, filha de Valentin Afonso

Pereira e de Izabel Rodrigues Pereira (D.Roxa). Tem 14 filhos (10 Homens e 04 Mulheres), 34 netos e 26 bisnetos. Mãe Ilza revolucionou o jeito de ser mãe de santo em Ilhéus, interagindo com os movimentos sociais, abrindo o seu terreiro para ensaios de blocos afro, afoxés, reuniões de moradores, festas comunitárias, realizações de palestras e debates sobre diversos temas. Mãe Ilza sempre brincou carnaval e participou de inúmeras peças teatrais sob a direção de Pedro Matos, Luiz Carilo e Mario Gusmão. Sempre gostou de participar da vida cultural da cidade o que, às vezes, não era bem visto pelas mães de santo mais conservadoras. Isto, todavia, nunca incomodou Mãe Ilza que permanece 30 anos a frente de um dos terreiros mais antigos da Bahia, o terreiro *Matamba Tombenci Neto*, que está na sua quarta geração. Mãe Ilza é filha de Matamba (Iansã) e sua dijina é Mukalê. Seu título religioso é Nengua de Nkisi (mãe de santo) e a nação a qual pertence é a de Angola. Tem 63 anos de feitura (realizou suas obrigações aos 13 anos de idade em Salvador com a Nengua de Nkisi Kizunguirá, D. Maçú). O primeiro terreiro da família de Mãe Ilza, Aldeia de Angorô, foi fundado em 1885 por sua avó materna Iyá Tidú (Tiodolina Felix Rodrigues cuja dijina era Condandá) que o dirigiu até 1914.” (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2011).

Referências os terreiro “O Zoogodô Bogum Malê Seja Hundê” foram encontradas, localizado no limite da cidade de Ilhéus com o Distrito de Iguape, a zona açucareira de Cachoeira, distante dela 4 Km. Essa localidade é conhecida como Lagoa Encantada, no limite da extensa Rua Benjamim Constant, antes denominada Ladeira que sobe para Belém, Estrada dos Carmelitas e Ladeira da Cadeia. Trata-se, em verdade, da porção central que compreende o platô que circunda a cidade de Cachoeira, que tem início no extremo norte da cidade (Três Riachos, Capapina, Bitedô) e confina no extremo sul (Caquende e Tororó). Também em Ilhéus, um vendedor do Centro de Abastecimento mencionou o terreiro de Carmosina (no Malhado) como sendo um dos mais conhecidos.

No distrito de Aritaguá identificamos a localização do terreiro Ylê Axé Ballon, (**Figura 8.3.5.3.1**), entretanto não foi localizado naquela data o sacerdote responsável.



Figura 8.3.5.3.1 - Terreiro Ylê Axé Balom

Em Sambaituba, o mapeamento dos terreiros de candomblé, realizado pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC registra três terreiros em Sambaituba: o *Ilê Axé Fidelimam Tombency Neto* (fundado em 1995, nação Angola e Regente Ogum), o *Terreiro Caipó* (fundado em 1970, nação Angola, regente Nanã), e o *Ilê Axé Odé Talossi* (fundado em 1998, nação Ketu e regente Caboclo Tupinambá Guerreiro). Segundo o informante, eles realizam atividades, como caruru e feijoadas, que atraem pessoas de fora da localidade.

Em Sambaituba as referências aos terreiros de candomblé foram:

- Sra Dezinha/Sr. Claudio
 - Sra. Maria Estrela - Terreiro Caipó
 - Sra. Maria Helena Oliveira - Terreiro ILeaché - tradição de família paterna participa do rito de lavagem do Bom Fim em Salvador e após assiste a missa. Em Ribeira das Pedras visitamos o terreiro de Candomblé “Ilê Axé Pai João de Angola”, a sacerdotisa, Maria das Graças dos Santos nascida e criada na comunidade, na centenária Fazenda Santo Antônio, após a morte de sua mãe ficou responsável pelas obrigações no terreiro. Neste terreiro através das denominações ritualísticas é notória a preservação da língua africana. Durante a entrevista surgiram expressões como (roncó, combone, combono, amalá, ilê dentre outras). Neste terreiro celebra-se as seguintes comemorações sincréticas:
 - ✓ Santo Antônio: (Trezena 01 a 13 de junho ocorre a benção dos pães e feijoada);
 - ✓ Cosme e Damião: 27 de Setembro é servido caruru e ocorre o samba de roda;
 - ✓ Santa Bárbara: 04 de Fevereiro representando Iansã, na feijoada de Santa Bárbara é servido peixe, galinha e vatapá, no caso da celebração desta entidade substitui-se o quiabo pelo feijão, diferenciando das celebrações pra São Sebastião. E no dia 08 de Dezembro a celebração é pra Oxum, representada por Nossa Senhora da Conceição.
- Cultos Sincréticos

O sincretismo pode ser identificado nas festas pagãs juninas que se fundem com as celebrações religiosas novenas e trezenas. Como também manifestações “queima do Judas” de Sambaituba, e reisado, já extintas nas comunidades. Inclusive no livro “Passeio Histórico por São Jorge dos Ilhéus”, Maria Luiza Heine escreve sobre a festa “*A Puxada do Mastro de São Sebastião*”, em Olivença que é uma festa tradicional no município de Ilhéus e realizada todos os anos na primeira semana de janeiro, no distrito de Olivença, em homenagem a São Sebastião.

Também entre os praticantes do candomblé foi relatado pela moradora de Sambaituba a Senhora Maria Helena Oliveira, do Terreiro ILeaché, que após participação no rito de “Lavagem do Bom Fim” em Salvador ela assiste a missa católica, ela relata que faz sua obrigação no candomblé e na igreja católica assistindo as missas. Em Ribeira das Pedras o sincretismo entre os Santos Católicos e os orixás do Candomblé foi apresentado pela Sacerdotisa Maria das Graças dos Santos “mãe de santo” do terreiro “*Alê Axé Pai João de Angola*” que está representada nas **Figuras 8.3.5.3.2 a 8.3.5.3.7** a seguir. Também em sua propriedade mantém preservada a capela de Santo Antônio onde mantém os ritos católicos.



Figura 8.3.5.3.2 - Oxum: Representada por Nossa Senhora da Conceição



Figura 8.3.5.3.3 - Erês: Representados por São Cosme e São Damião



Figura 8.3.5.3.4 - Ogum: Representado por Santo Antônio



Figura 8.3.5.3.5 - Oxalá “Nosso Deus Maior”: Representado pela Imagem Católica de Jesus Cristo



Figura 8.3.5.3.6 - Iansã: Representada por Santa Bárbara



Figura 8.3.5.3.7 - Capela de Santo Antônio: Localizada nas Adjacências do Terreiro “Alê Axé Pai João de Angola”

Manifestações da Cultura Afrodescendente

As manifestações de origem afro podem ser identificadas em vários aspectos da cultura ilheense, nos pratos típicos (que falaremos a seguir), no folclore, como mostrado no item anterior nos cultos religiosos e nas manifestações artísticas, assim como nas construções de pau a pique identificadas em várias localidades (**Figuras 8.3.5.3.8 e 8.3.5.3.9**).



Figura 8.3.5.3.8 - Casa de “Pau a Pique” em Ribeira das Pedras, Ilhéus/BA



Figura 8.3.5.3.9 - Detalhe da Casa: amarração da Estrutura com Cipó Imbé. Pau-a-pique

- A Capoeira, Samba de Roda e o Maculelê

A prática da capoeira e todas as manifestações a ela associadas (samba de roda, maculelê, toques, instrumentos e cantigas) foram identificadas. Para iniciar a exposição sobre a capoeira cabe salientar que o estado da Bahia é fundamental para entender as raízes desta manifestação que se espalhou pelo Brasil e pelo mundo. Ademais, não podemos falar da Capoeira Regional ou Luta Regional Baiana sem falar em Mestre Bimba, seu criador. Nascido em 23 de Novembro de 1889, Salvador-BA, Manoel dos Reis Machado foi o maior responsável pela expansão e projeção da capoeira além dos limites da Bahia.

De acordo com as informações do Grupo Cordão de Ouro, acreditando que a capoeira que praticava estava perdendo sua essência de luta, Mestre Bimba “misturou” seus elementos com o Batuque, luta do recôncavo baiano, na qual seu pai era campeão e que utilizava violentos golpes de perna com o objetivo de derrubar o adversário.

Em 1932, Mestre Bimba fundou a primeira academia especializada no ensino da capoeira. Localizada no Engenho Velho de Brotas, bairro pobre onde ele nasceu. Ensinava também em residências. Sua fama cresceu e cinco anos depois ele obtinha o registro de professor de educação física.

Com a Capoeira Regional, nasceram elementos didáticos e simbólicos que influenciaram todos os outros mestres das gerações seguintes.

A Capoeira Angola é um dos traços mais nítidos da influência africana nas tradições folclóricas brasileiras, onde ainda hoje, muitos autores discutem se a sua origem é realmente brasileira ou africana.

Dentro da Capoeira Angola, podemos dar destaque a alguns mestres que fizeram escola nesta arte. Entre eles podemos citar os Mestres Pastinha, Waldemar da Liberdade, Canjiquinha, Traíra, Caiçara, Cobrinha Verde, Daniel Noronha, Totonho de Maré e muitos que completariam uma lista imensa, além dos que foram marcados pelo esquecimento.

No IPHAN (2001), “a Roda de Capoeira foi inscrita no Livro das Formas de Expressão em 2008. *A Roda é um elemento estruturante da capoeira - espaço e tempo onde se expressam, simultaneamente, o canto, o toque dos instrumentos, a dança, os golpes, o jogo, a brincadeira, os símbolos e os rituais dessa herança africana, recriados no Brasil.*” Também esta instituição conferiu reconhecimento ao Ofício dos Mestres de Capoeira, que por sua vez “*é exercido por aqueles detentores dos conhecimentos tradicionais dessa manifestação e responsáveis pela transmissão de suas práticas, rituais e herança cultural. O saber da capoeira é transmitido de modo oral e gestual, de forma participativa e interativa, nas rodas, nas ruas e nas academias, assim como nas relações de sociabilidade e familiaridade construídas entre mestres e aprendizes. O Ofício dos Mestres de Capoeira foi inscrito no Livro dos Saberes em 2008.*”

A cidade de Ilhéus é berço de grandes Mestres que são referências internacionais na capoeira, tais como o grande Mestre Suassuna e o Mestre João Grande eles e outros grandes Mestres passaram parte de suas vidas neste município e mantêm um legado nesta tradição.

O município de Ilhéus possui vários grupos de capoeira, além de sediar durante a segunda quinzena de Janeiro o evento denominado “Capoeirando”, organizado pelo Mestre Suassuna (do Grupo Cordão de Ouro) este evento atende aos mais de trezentos capoeiristas - mestres, contra mestres, professores, alunos graduados e iniciantes - vindos de todo o Brasil e de vários países, que, juntos, participam de uma vivência de capoeira. O Capoeirando se consagrou como um evento especial, uma oportunidade de intercâmbio cultural, com a participação de capoeiristas do mundo todo. Pontos altos do evento, além das aulas e rodas de capoeira, são as noites de samba-de-roda, conduzidas pelos mestres. Este evento que ocorria anualmente até o ano de 2010, passou a ser bianual.

Com relação a prática de capoeira nas localidades visitadas, constatou-se através dos relatos que em Aritaguá professores de capoeira de Ilhéus vinham ensinar capoeira e samba de roda. Mas, não o fazem mais. Em Sambaituba tem a atuação do grupo Negra Raiz (capoeira angola e regional), cujo professor Marcelo Thiago ministra aulas no espaço da escola nucleada. De acordo com os moradores nesta localidade “sempre teve capoeira” e apresentações de samba de roda e maculelê. Na Vila São José, também há referência da atuação da Capoeira Regional a aproximadamente 4 anos. Em Ilhéus em entrevista foi mencionado o Grupo de Capoeira Águia Dourada, do Mestre Carlinhos.

Rio Almada: Comunidades Pesqueiras e suas Particularidades

Neste item será destacada a atividade pesqueira no Rio Almada, praticada pelos moradores e moradoras das comunidades Aritaguá, Urucutuca, Sambaituba, Vila Olímpio, Vila Campinho, que foi identificada como estruturadora da economia de subsistência local. Além de influenciar a culinária, esta atividade impulsiona a organização familiar e comunitária, e preserva as técnicas de pesca e produção de artefatos de influência indígena.

O município de Ilhéus está na relação dos 174 territórios da pesca e aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura. Ilhéus pertence ao território Sul-BA, com um total de 2.369 pescadores (Ministério da Pesca e Aquicultura, 2011). Os pescadores e pescadoras entrevistadas destacaram

esta política ao se manifestarem como “colonizados”, ou seja, pertencem a uma colônia de pescadores e possuem o registro junto a este ministério.

O cotidiano dos moradores das comunidades às margens do Rio Almada expressa significativamente uma cultura de pesca que envolve todas as gerações, de netos a avôs, sendo comum a divisão de gênero, em que os homens se dedicam a pesca de longa duração, percorrendo as águas do rio em seu curso em suas embarcações tradicionais de pesca (canoas).

As mulheres se dedicam à preparação dos pescados, ou a produção de artefatos para a realização de uma pesca localizada geralmente próximo a residência ou nas áreas de mangue. Assim, descreveremos a técnica utilizada e descrita pelos pescadores e pescadoras para a produção dos instrumentos de pesca:

- Jereré (confeccionado com linha de seda retirada de pneu de avião, e o arco feito de cipó buji, que é um cipó de mangue);
- Siripóia (parecido com o Jereré, mas com malha maior e o arco é de arame, utilizado para pescar siri preto);
- Munzuá de tala de dendê (“para pegar camarão”);
- Munzuá de nylon (para pegar peixe).

A seguir **Figuras 8.3.5.3.10 a 8.3.5.3.12** que representam as mulheres e crianças e sua relação com a pesca:



Figura 8.3.5.3.10 - Aritaguá: Jereré Confeccionado por Moradora



Figura 8.3.5.3.11 - Comunidade Vila Olímpio: Pescadora e Filhos Apresentam Jereré e Munzuá de Tala e Nylon



Figura 8.3.5.3.12 - Comunidade Vila Olímpio: Munzuá de Nylon (Esquerda) e Munzuá de Tala (Direita)

Além do papel fundamental exercido pelas “mulheres dos pescadores” na transmissão da cultura da pesca, elas também são responsáveis pela culinária típica, a base de pescados; escaldado de guaiamu, moqueca, camarão ensopado, quiabo com camarão ensopado.

Enquanto os homens costumam pescar com redes e anzóis (bulinete) e o fazem de forma menos esporádica, as mulheres ainda vendem o pescado em Ilhéus, no Centro de Abastecimento. De um modo ou de outro, a pesca envolve, a todos os moradores das comunidades em que a pesca é a principal atividade de subsistência, notou-se que as crianças compreendem a atividade, demonstraram conhecer os instrumentos de pesca e também a produção e utilização dos mesmos. Em geral, até mesmo os trabalhadores rurais e aposentados, costumam pescar para complementar a alimentação ou como lazer (**Figuras 8.3.5.3.13 e 8.3.5.3.14**).

Vale ressaltar que no distrito de Aritaguá, há um meio de transporte improvisado pelos moradores para transportar as pessoas de uma margem para outra do Rio Almada. “A balsa é de madeira com cordas e roldanas que são puxadas por duas pessoas, há dois bancos de cada lado. A largura da balsa é de aproximadamente 4m de largura por 4m de comprimento” a frente deste trabalho esteve o Sr. Airton presidente da Associação Beneficente Comunitária Cultura e Desportiva de Aritaguá também responsável pela associação (**Figura 8.3.5.3.15**).

Os pescadores listaram os seguintes pescados; siri preto, siri (caranguejo), camarão de água doce, camarão do mar, pitu (pescado na lata da maré “quando a água do mar avança ele corre pra água doce”), bagre africano, saroba (ou “soroba” como dizem alguns moradores), robalo, tucunaré verdadeiro e tucunaré (da Amazônia), tilápia, traíra, lamprea, morea, baricu, carapeba. Os moradores mencionam a redução dos peixes nos rios citando como causa principal a introdução de espécies exóticas no Rio Almada, tal como o tucunaré da Amazônia.



Figura 8.3.5.3.13 - Família na Pesca em Aritaguá: Mulher e Filho de Pescador (Germano Conserta a Malha)



Figura 8.3.5.3.14 - Pesca no Rio Almada



Figura 8.3.5.3.15 - Em Aritaguá: Balsa Utilizada pelos Moradores para Travessia do Rio Almada

- A Lenda da Criação de Sambaituba

Em um projeto realizado em 2001, os alunos da Escola Nucleada de Sambaituba produziram uma cartilha “*Cartilha Histórica Ambiental de Sambaituba*” (**Figura 8.3.5.3.16**) resgatando a lenda da denominação de Sambaituba, pensando que o nome tivesse origem indígena, então chegaram através do relato dos moradores mais velhos da comunidade a seguinte constatação. “*No século passado, entre 1900 e 1910, há mais ou menos 100 anos, onde hoje é o povoado de Sambaituba, só existia algumas pequenas fazendas feitas por desbravadores do Rio Almada. Naquela época, os pequenos agricultores plantavam muitas fruteiras: cajueiros, pitangeurias, goiabeiras, jaqueiras e coqueiros. As casas eram isoladas, feitas de palhas e havia pescadores. Os primeiros moradores da localidade chamavam-se: Sr. Ubaldo. Sr. Gastura, Sr. Manezinho, Tuba, Mãezinha e muitos outros (...) Seu Gastura era um homem que trabalhava pescando no Rio Almada para sustentar a sua família. Tuba sua esposa, era uma mulher que não sabia dar valor ao marido que tinha(...).*”

Quando o marido saía pra pescar ela ia para o samba de roda com os vizinhos e deixava os trabalhos da casa sem fazer, certo dia após “fofoca” do vizinho “o pescador ficou bem enraivado. Pegou o facão, embainhou na cintura e partiu em direção a festa (...) de longe ele já

percebeu a roda de samba e Tuba, requebrando fogosa (...) foi então que “Agarrou Tuba com uma mão enquanto a outra virava o facão de lado e batia com o dorso da lâmina na mulher, repetidas vezes, enquanto exclamava: “-Sambaí...Tuba. Sambaí...Tuba. Sambaí...Tuba. A surra foi tão convincente e folclórica que a partir daí, o vilarejo passou a ser chamado de Sambaítuba.”

A Escola Nucleada de Sambaítuba pretende produzir uma edição ampliada desta Cartilha, resgatando mais elementos da cultura local além de trazer discussões ambientais. Vale ressaltar que nesta escola são praticadas a capoeira, e diversas manifestações folclóricas.

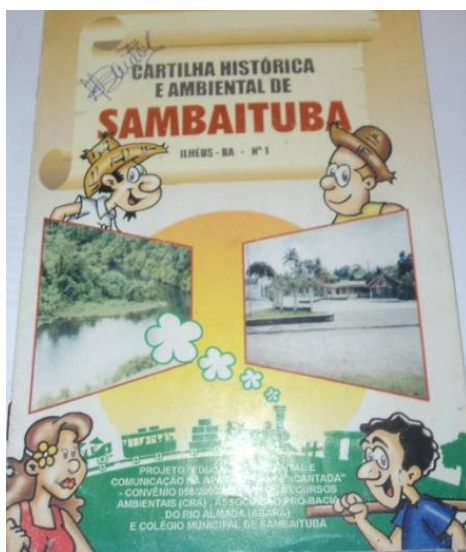


Figura 8.3.5.3.16 - Capa da Cartilha Histórica e Ambiental de Sambaítuba

Artesanato

Nas áreas de influência do porto projetado o artesanato se expressa de forma indissociável da culinária, das festividades, da religiosidade bem como das atividades econômicas e de subsistência tais como turismo, pesca e produção agrícola.

Neste sentido, em todas as localidades visitadas destaca-se articulado a um forte simbolismo de manifestações culturais ilheenses, a utilização como matéria prima a madeira, fibras diversas de sisal, palha da costa, cipó da folha da samambaia, barro, conchas marinhas. Destacaremos como mais expressivas a utilização da palha do dendê, o jenipapo e o cacau nos diversos “artesanatos” produzidos.

- O Dendê

De acordo com Cravo (2009), “(...) o dendenzeiro é uma palmeira da Costa Ocidental da África (Golfo da Guiné), sendo encontrada em povoados desde Senegal até Angola (EBONG et al., SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA)”.

A palha do dendê é utilizada na confecção de diversos cestos e utilitários, além de peças decorativas e instrumentos de pesca como a siripóia (para pegar siri) (Figuras 8.3.5.3.17 e 8.3.5.3.18).



Figura 8.3.5.3.17 - Dendzeiro: a Arte da Palmeira, Cestas, Balaios, Chapéus Enfeites e Combinação com Outras Fibras



Figura 8.3.5.3.18 - Dendzeiro: a Arte da Palmeira, Cestas, Balaios, Chapéus Enfeites e Combinação com Outras Fibras

Sobre a produção de cerâmica, os moradores não souberam precisar a existência de núcleos de ceramistas, e referiram-se a pouca utilização de utilitários cerâmicos. Algumas figuras moldadas de barro retratam a influência da produção cacaeira na região, assim embora as pessoas sejam de barro são recobertas por tintas coloridas (**Figura 8.3.5.3.19**).



Figura 8.3.5.3.19 - Figuras de Barro e Peças Cerâmicas Representando o Fruto do Cacau

Enquanto a madeira do jenipapo é aproveitada para produção de móveis e utilitários. A madeira da jaqueira também foi mencionada nos trabalhos dos artesãos Carlos Roberto e Celidáuva, moradores a 12 anos do Acampamento Terra Nova, uma vez que é uma “madeira fácil de trabalhar e não dá cupim” (**Figura 8.3.5.3.20**).



Figura 8.3.5.3.20 - da Madeira do Jenipapo, Colheres, Móveis e Fruteira

Os moradores em geral manifestam preocupação com a redução da produção artesanal e muitas das peças comercializadas em Ilhéus vêm de outras localidades, inclusive matérias – primas vêm de outras localidades tais como a “palha da costa” uma fibra trazida da Costa do Marfim e muito utilizada pelos artesãos. Também é muito comum utilizarem conchas marinhas para produzir os enfeites diversos para decoração. Em entrevista ao artesão que entalha madeira José Gonçalves Ribeiro que participa das feiras a mais de 20 anos em Ilhéus, disse não se recordar da exposição de cerâmica nas feiras. Enquanto na Vila São José, a artesã Celidauva dos Santos indicou em Ilhéus na Avenida Ubaitaba o artesão “Badaró”, que “era quem fazia panela de barro e cinzeiro”. Embora, os moradores mencionem que o barro seja de boa qualidade para produção cerâmica, conforme verificado nas Olarias desativadas em Vila Campinho e também na Olaria em Vila São José (**Figuras 8.3.5.3.21 a 8.3.5.3.23**).



Figura 8.3.5.3.21 - Barro Utilizado na Olaria na Vila São José



Figura 8.3.5.3.22 - Olaria na Vila São José: Forno de Queima dos Blocos



Figura 8.3.5.3.23 - Senhor André, Morador da Vila Campinho Indica Localização de Fornos de Olarias Desativados



Para concluir a exposição sobre o artesanato, vale ressaltar o papel fundamental do Mercado de Artesanato e do Centro de Abastecimento na distribuição e comercialização do trabalho de artesãos locais, da região e outros estados do Brasil.

Culinária Típica

- Pescados

Conforme evidenciado no item “Rio Almada: comunidades pesqueiras e suas particularidades” esta atividade exerce grande influência sobre a culinária local, a base de pescados. Os pratos conhecidos são: escaldado de guaiamu (escaldado significa misturar a farinha de mandioca com o caldo do pescado), moqueca, camarão ensopado, quiabo com camarão ensopado, acarajé, abará, caruru (camarão, cheiro verde e quiabo), em geral nestes pratos utiliza-se bastante azeite de dendê e pimenta doce ou malagueta.

No Centro de Abastecimento identificamos a venda de um marisco de rio denominado Muapem (**Figura 8.3.5.3.24**). A vendedora contou que o mesmo é encontrado no Rio Badaró (nas

margens, na areia), e para ser consumido tem que ser bem lavado e cozido (“dizem ser afrodisíaco”).

Vale destacar que em Aritaguá a Associação dos Moradores pretende preparar o “Festival do Guaiamu” não há previsão de data (**Figura 8.3.5.3.25**).

Neste distrito há um comércio de alimentação e um de seus pratos é o pirão de guaiamu.



Figura 8.3.5.3.24 - Centro de Abastecimento: a Venda do Muapem



Figura 8.3.5.3.25 - Em Aritaguá: Morador Apresenta o Guaiamu

- Mandioca ou Aipim

A base de mandioca, ou aipim, são produzidas diversas farinhas, com diversas granulometrias e sabores (farinha de mandioca, goma doce, goma azeda, puba, tapioca) daí são derivados vários pratos. A farinha de mandioca pode compor vários pratos de pescados. Para o caso do marisco para fazer o “escaldado” e dos demais peixes, acompanha o pirão. Da puba (cozida ou assada) pode ser feito bolo, tapioca (cozida, ou pode também ser assada na palha de banana), beiju de goma, farinha de tapioca (coco, goma e açúcar torrinhos) e estas farinhas podem ser utilizadas para produzir biscoitos diversos.

A farinha produzida em Ilhéus não é suficiente para suprir a demanda, então no Centro de Abastecimento (**Figura 8.3.5.3.26**) são vendidas as farinhas de mandioca vindas de Sergipe, conforme esclarece o Senhor André Braga, 69 anos, há 24 anos trabalhando no Centro de Abastecimento, vendendo farinha (antes comercializava na Feira do Tamarineiro), a farinha comercializada de Vitória da Conquista, e em Ilhéus das comunidades Sapucaena e Nova Brasília. Com relação à técnica de produção da farinha, disse que existem três tipos de fornos para torr-la, de pedra, cobre e barro.



Figura 8.3.5.3.26 - Centro de Abastecimento

- Jenipapo

A polpa do fruto do jenipapo é bem aproveitada na produção de bebidas, tais como licores, sucos e sorvetes, como também para fazer xarope, doce cristalizado, geléias, bolachinhas de jenipapo, bolinhas e balas. Esta fruta rica em ferro é indispensável nos hábitos alimentares dos ilheenses. Em todas as comunidades visitadas o consumo desta fruta em especial do licor de jenipapo durante os festejos juninos foi constatado (Figuras 8.3.5.3.27 e 8.3.5.3.28).



Figura 8.3.5.3.27 - Mercado de Artesanato: Licores Decorados pela Artesã Raimunita, Jabuticada, Coco, Jenipapo



Figura 8.3.5.3.28 - Centro de Abastecimento: o Fruto do Jenipapo Sendo Vendido com Outros Alimentos Típicos Banana da Terra e Milho

- O Dendê

De acordo com CRAVO (2009), “O azeite de dendê, conhecido internacionalmente como óleo de palma (palm oil), é obtido do mesocarpo dos frutos de uma árvore tropical, conhecida como dendeneiro (*Elaeis guineensis*) (Figuras 8.3.5.3.29 a 8.3.5.3.31). (...) o óleo originário da palmeira – o azeite de dendê, consumido a mais de 5000 anos, foi introduzido no continente a partir do século XVI, coincidindo com o início do tráfico de escravos entre a África e o Brasil (SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA)”.



Figura 8.3.5.3.29 - Urucutuca: Dendezeiro



Figura 8.3.5.3.30 - Coco de Dendê (ao Fundo): de Onde se Extrai o Azeite. Este Coco Também é Utilizado para Alimentar Criação de Mariscos



Figura 8.3.5.3.31 - Centro de Abastecimento: Azeite de Dendê (ao Fundo) e Outros Temperos

- Cacau, Coco e Milho

Além das comidas e bebidas típicas dos Festejos Juninos e Julinos, outros alimentos regionais e locais fazem parte da alimentação da região. Também são iguarias da alimentação típica de Ilhéus, alimentos a base de milho e farinha de mandioca, milho assado, feijão tropeiro, o cacau, que além do fruto, também são apreciadas a castanha, o cacau em pó, o licor de cacau, e o suco.

O cacau e o jenipapo são muito apreciados pela população local. E vários destes alimentos transcendem a questão da alimentação e passam a compor manifestações simbólicas, seja nos rituais católicos e do candomblé, ou nas festas pagãs. Durante as festas juninas, vários alimentos típicos fazem parte dos festejos (canjica, licor, amendoim cozido, bolos de aipim, puba, milho assado e outros). São montadas barracas de alimentação e bebida com milho, canjiquinha, bolo de fubá, doces, cocada, leite, creme de milho, mingau e outros.

- Considerações Finais sobre o Patrimônio Imaterial

Diante do exposto neste trabalho alguns aspectos devem ser considerados. Destaca-se a importância que o Centro de Abastecimento e o Mercado de Arte Popular de Ilhéus assumem na estruturação da economia, abastecimento dos municípios, e na transmissão simbólica dos saberes

populares. É importante fator na manutenção e difusão da cultura local, como também na preservação do patrimônio biocultural imaterial, no abastecimento do mercado local.

Cabe destacar a venda de ervas medicinais como hortelã, cidreira, tihoo do branco, manjeriço, hortelã gordo, junça (raiz retirado do rio Cachoeira), cana de macaco, oti (encontrado na mata), capim estrela. Rodrigues Junior (2009) discute em seu trabalho a importância da proteção do Patrimônio Biocultural Imaterial, que na sua opinião é “composto por três grandes grupos de Recursos Bioculturais Imateriais (RBIs), a saber os recursos da diversidade biológica (biodiversidade), conhecimentos tradicionais (CTs) e Expressões Culturais Tradicionais (ECTs).” Dentro desta perspectiva, cabe ressaltar o papel das feiras na difusão destes saberes e na conservação dos saberes, da diversidade cultural e da biodiversidade.

Embora a decadência do cultivo do cacau seja visto na paisagem através das barcaças abandonadas, ou através do ataque da vassoura de bruxa visível a olhos nus, este fruto ainda alimenta a produção cultural do município de Ilhéus. O fruto do jenipapo, árvore que dá sombra, móveis, enfeites, utilitários e alimento, estrutura os festejos juninos, através da produção do licor de jenipapo que se inicia no começo do ano para então ser consumido de forma comunitária e festiva no mês de junho. Tal organização comunitária não se esgota em torno dos festejos juninos, o Rio Almada também aglutina uma considerável comunidade pesqueira, cuja atividade preserva um patrimônio artesanal e culinário ímpar, arraigado nas tradições indígenas e africanas.

Nas falas dos moradores se notou referências às comunidades vizinhas, e intensas trocas, locais, regionais e até entre estados (como Bahia e Sergipe). Contudo, a questão da infraestrutura foi bastante criticada pelos moradores entrevistados. Houve reclamação da falta de água, escola, posto de saúde, coletivo e cursos profissionalizantes.

Neste ínterim a comunidade de Sambaituba faz um contraponto na mobilização popular, são bem organizados e têm suas pautas de reivindicações bem direcionadas, além de esmerada preocupação com as manifestações culturais do local. É relevante a participação da Escola Nucleada de Sambaituba na formação cultural e política dos moradores, sendo notório o envolvimento positivo da população local com a escola.

No que tange às manifestações de raiz africanas, o município de Ilhéus preserva a história da capoeira e de grandes mestres de renome internacional. Entretanto, em algumas localidades rurais a prática desta luta não é difundida. Sobre o candomblé, a questão da participação da comunidade onde se situam os terreiros é delicada, uma vez que contam mais com a participação de pessoas vindas de outras localidades, conforme relato da mãe de santo de Ribeira das Pedras, vêm pessoas do exterior do país participar dos rituais, mas a própria comunidade é alheia a tais manifestações.

Considera-se um rico e articulado conjunto de manifestações do patrimônio imaterial, em que festividades, religiosidades e outras manifestações folclóricas não se dissociam da culinária típica e das atividades agrícolas, pesqueiras e extrativas praticadas na área de influência do empreendimento.

8.3.5.4 Conclusões

Os estudos arqueológicos das áreas de influência do Porto Sul indicaram alto potencial arqueológico, com a presença de sítios arqueológicos. Em toda área de influência há bens

patrimoniais de interesse histórico e arquitetônico e manifestações culturais de comunidades tradicionais.

O diagnóstico realizado abrangeu levantamentos de campo com vistoria dos terrenos, entrevistas, estudo da bibliografia e da documentação disponível sobre o município.

Em termos arqueológicos, a vistoria de campo ocorreu por amostragem, onde era possível o acesso, utilizando-se principalmente os caminhos e estradas existentes. Tal vistoria ficou prejudicada pela presença de mata, que impediu a visualização do solo, bem como pela falta de acesso em algumas propriedades privadas. Entretanto, os terrenos nas áreas de influência apresentam matriz sedimentar conservada, possibilitando a preservação de outros sítios arqueológicos eventualmente existentes.

Assim, recomenda-se que a área diretamente afetada pelo empreendimento seja objeto de um programa de prospecção intensiva, que necessitará de abertura de trilhas e caminhos na mata para a realização de uma malha de sondagens, trincheiras e poços testes, de forma a investigar o subsolo em busca de vestígios arqueológicos.

Esse programa de prospecção deverá estar inserido em um Programa de Gestão do Patrimônio Histórico e Arqueológico, contendo levantamento histórico-documental e ações de educação patrimonial. Tal programa deverá ser previamente aprovado pelo IPHAN na próxima fase do Licenciamento Ambiental e abranger estudos nos sítios arqueológicos já identificados, em especial no Sambaqui Lagoa Encantada I e no sítio Rio Almada I, de forma a mitigar os impactos indiretos do empreendimento e contribuir com o conhecimento de dois períodos distintos da ocupação no período pré-colonial no município.

Para os critérios de valoração do potencial arqueológico das áreas estudadas, consideramos alguns geoindicadores, como a proximidade de cursos d' água (enquanto vias de transporte, fontes d' água e pesca), matéria-prima e topografia. As áreas indicadas com potencial arqueológico positivo, mesmo se parcialmente antropizadas, ocorreu porque a alteração do aspecto original dos terrenos não foi suficiente para inviabilizar a sustentação de registros arqueológicos *in situ*, se anteriormente existentes.

Destaca-se a existência de sítios arqueológicos no município de Ilhéus e vários sítios e indicadores arqueológicos em escala regional, como atesta a contextualização arqueológica.

Referente ao Patrimônio Arquitetônico e Imaterial faz-se necessária uma avaliação com base no projeto executivo detalhado, a ser apresentado pela empresa na fase de obtenção da LI, e os estudos patrimoniais estarão contemplados no referido Programa de Gestão do Patrimônio Histórico e Arqueológico.

Importante destacar que a caracterização e dimensionamento dos possíveis impactos do empreendimento sobre o patrimônio arqueológico, conforme disposto no Decreto-Lei nº 25/37 e Portaria IPHAN nº 10/86, bem como, os eventuais impactos trazidos à comunidade, monumentos, festas populares e manifestações religiosas, decorrentes da implantação do empreendimento, serão tratados em detalhe no capítulo específico de avaliação dos impactos.